



MEDIEVALISTA

JULHO - DEZEMBRO 2026 - N.º 40

ISSN 1646-740X



Editores Convidados | Guest Editors

Maria Alessandra Bilotta – UAb e IEM / NOVA FCSH

Catarina Tente – IEM / NOVA FCSH

Sara Prata – IEM / NOVA FCSH

Director | Chief Editor

Luís Filipe Oliveira – UAlg e IEM / NOVA FCSH

Subdirector | Co-Editor in Chief

João Luís Inglês Fontes – IEM / NOVA FCSH e CEHR-UCP

Redacção | Associate Editors

Adelaide Millán da Costa–UAb e IEM / NOVA FCSH

Inês Calderon Medina –Estudios Medievales, Instituto de Historia. CCHS

Isabel Cristina Fernandes–IEM / NOVA FCSH eGESOS / C. M. Palmela

Isabel Barros Dias–UAb, IELT | IEM / NOVA FCSH

Javier Albarrán –Universidad de Granada, Facultad de Filosofía y Letras

Manuel Luís Real–CITCEM | IEM / NOVA FCSH

Maria Filomena Coelho –UNB –HIS

Pedro Chambel–IEM / NOVA FCSH

Pedro Flor –UAb e IHA / NOVA FCSH

Rémy Cordonnier –Bibliothèque d’agglomération de Saint-Omer

Robert Portass–University of Lincoln, Medieval Studies Research Goup

Consultora técnica / Technical advisor

Maria Coutinho –CITAR-EA / UCP Porto

Paula Ochôa –CHAM / NOVA FCSH

Assistente Editorial | Editorial Assistant

Diana Martins – IEM / NOVA FCSH

Publicação | Publisher

IEM / NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Concepção gráfica e paginação / Graphic design and layout

Diana Martins – IEM / NOVA FCSH

A propriedade intelectual dos conteúdos pertence aos respectivos autores e os direitos de edição e publicação à *Medievalista*. Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade científica e ética dos seus autores, bem como os critérios ortográficos adoptados. Avaliação por *double blind peer review*.

The intellectual property of the journal’s contents belongs to the authors and the editing and publishing rights belongs to the *Medievalista*. The contents of the articles are those of the scientific and ethical responsibility of their authors, as well as the spelling criteria adopted. Evaluation by double blind peer review.



Esta revista é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, LP., no âmbito do Financiamento Plurianual do Instituto de Estudos Medievais, Referência UID/00749/2025, DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/00749/2025>

This journal is funded by national funds through the FCT – Foundation for Science and Technology, I.P., under the scope of the Multi-annual Funding of the Institute for Medieval Studies, with reference UID/00749/2025, DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/00749/2025>



ÍNDICE *Contents*

Editorial | *Editorial*

- Tão apaixonantes como o prazer de viver***
As captivating as the joy of living
João Luís Fontes, Luís Filipe Oliveira 5

DESTAQUE | *HIGHLIGHT*

- Luís Adão da Fonseca (06.06.1945-11.05.2026) *In memoriam***
Luís Adão da Fonseca (06.06.1945-11.05.2026) In memoriam
Maria Cristina Pimenta 13
- O ogro que tinha o espírito humano como presa: Marc Bloch e a psicologia coletiva**
The ogre who had the human spirit as prey: Marc Bloch and the collective psychology
Hilário Franco Júnior 47

DOSSIER TEMÁTICO | *THEMATIC DOSSIER*

Dieci anni di dialogo tra l'archeologia e lo studio del manoscritto miniato (2015-2025)

Ten years of dialogue between archaeology and the study of the illuminated manuscript (2015-2025)

- Introduzione - Oltre la codicologia. Dieci anni di dialogo tra l'archeologia e lo studio del manoscritto miniato**
Introduction: Beyond codicology: Ten years of dialogue between archaeology and the study of the illuminated manuscript (2015-2025)
Maria Alessandra Bilotta, Catarina Tente, Sara Prata 71

La eclosión del pergamino en los confines de Occidente: monasterios y soportes de escritura en la Península Ibérica tardoantigua y altomedieval (s. V-X)

The emergence of parchment in the West's edge: Monasteries and writing media in the Late Ancient and Early Medieval Iberian Peninsula (5th-10th centuries)

- Jordina Sales-Carbonell 83

Stratificações d'uso in un manoscritto liturgico: annotazioni e aggiunte nel codice CX della Biblioteca Capitolare di Verona

Stratifications of Use in a Liturgical Manuscript: Annotations and Additions in Ms CX of the Biblioteca Capitolare of Verona

Valeria Nicolis 105

Riscoprire il passato. Progetti di indagini tra Archivio e Biblioteca Capitolare di Vercelli

Rediscovering the Past: Research Projects at the Archivio and Biblioteca Capitolare of Vercelli

Silvia Faccin 127

ARTIGOS | ARTICLES

Jacques de Molay a-t-il jamais visité Jérusalem ? De la façon d'user des témoignages de John of Stoke au procès du Temple

Did Jacques de Molay ever visit Jerusalem? On the use of John of Stoke's testimony at the Trial of the Templars

Philippe Josserand 151

Celebrar la memoria de un Rey resucitado: liturgia de D. Pedro I en el Monasterio de Alcobaça

Celebrating the Memory of a Resurrected King: The Liturgy of King Pedro I at the Monastery of Alcobaça

Catarina Fernandes Barreira 175

Le Garou et le Fou. Le devenir-fauve du chevalier et l'imaginaire animal du politique dans deux récits du XII^e siècle

The Werewolf and the Madman. The Knight's Becoming-Beast and the Animal Imaginary of the Political in Two Narratives of the Twelfth-Century

Cristina Álvares 211

Un bacio è un apostrofo oscuro ... (Baci particolari nella lirica galego-portoghese: Johan Airas de Santiago B1464/V1074)

A kiss is a darkly dot ... (Particular kisses in Galician-Portuguese poetry: Johan Airas de Santiago: B1464/V1074)

Fábio Barberini 235

O efémero em *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro

The ephemeral in Menina e Moça by Bernardim Ribeiro

Isabel Maria Pessanha Marcante 281

RECENSÕES | BOOK REVIEWS

NISA, João; DIAS, Paulo M. (ed.) – *Aljubarrota: a batalha que derrotou os castelhanos e mudou o curso da história de Portugal*. Estoril: Desassossego, 2025, 224 pp.

Carlos Filipe Afonso 311

JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso Perdido: As Utopias Medievais*. Cotia: Ateliê Editorial / Mnema, 2021, 524 pp.
Margarida Santos Alpalhão 319

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO | RESEARCH NOTES

Um novo olhar sobre a Capela do Tesouro, no Santuário do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)
A fresh look at the Chapel of the Treasury, at the Sanctuary of Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)
Rita Balona 327

The Port of Cadiz in the Late Middle Ages (1369-1504): A historiographical approach and research perspectives
O porto de Cádiz na Baixa Idade Média (1369-1504): abordagem historiográfica e perspectivas de estudo
Daniel Ríos Toledano 343

Os Besteiros do Monte. Balanço de uma investigação recente e perspectivas para a continuação do estudo sobre a milícia
The Crossbowmen of the Mountain: An Assessment of Recent Research and Perspectives for the Continuation of the Study of the Militia
Pedro Costa 367

VARIA | VARIA

Direito de resposta: Ainda a Mesquita *Aljama* e a Sé Patriarcal de Lisboa. Inverdades, opiniões e matéria de facto
Right of reply: Still the Great Mosque and the Patriarchal Cathedral of Lisbon. Untruths, opinions, and matters of fact
Rosa Varela Gomes, Mário Varela Gomes 385

Congresso Internacional “O mecenato da Rainha D. Leonor. Arte, Poder e Devoção no V centenário da sua morte” (Lisboa-Caldas da Rainha, 27-29 de novembro de 2025)
International Congress “The patronage of Queen Leonor. Art, power, and devotion on the 500th anniversary of her death” (Lisboa-Caldas da Rainha, November 27–29, 2025)
Delmira Espada Custódio, Maria Adelaide Miranda, João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade 399



Editorial – *Tão apaixonantes como o prazer de viver*

Editorial – As captivating as the joy of living

DOI:

“Prefiro, embora reconheça as contradições e a heterogeneidade do real ou do comportamento humano, tentar descobrir, por detrás delas, as harmonias resultantes dessa espécie de fantástica sinfonia que é a História, feita da incomensurável mistura de elementos de toda a espécie, tão dispersos e contraditórios como a própria vida, mas de cuja rede infinitamente complexa é fascinante procurar os eixos, os encontros e os desencontros, os paralelismos e as divergências. As secretas regras da composição não se poderão reduzir, nunca, creio, a nenhum sistema totalmente válido, a nenhuma gramática definitiva, mas procurá-las e dizer o que julguei descobrir é tão apaixonante como o prazer de viver” (José Mattoso, A escrita da História, prefácio).

Foi assim que José Mattoso abriu, em 1988, a sua *A Escrita da História*. Aí reunia um conjunto de intervenções, esparsas, feitas em contextos muito diversificados, nas quais reflectia sobre a escrita da História, a sua função social e a presença no ensino, os materiais que importava conservar e aprender a interrogar, as pontes que se exigiam com outros saberes e metodologias, os muitos temas que colocavam e colocam permanentes desafios aos historiadores, em particular aqueles que exigiam uma resposta interdisciplinar, num olhar sobre o passado que se queria total. Mesmo reconhecendo “as contradições e a heterogeneidade do real e do comportamento humano”, e tendo consciência de como o acesso ao passado é necessariamente feito por mediações, sempre parciais, incompletas, imperfeitas,

afirmava, ainda assim, como é importante não desistir de procurar compreender a harmonia por detrás do caos, aquilo a que gostava de chamar “a espantosa realidade das coisas”, pedindo de empréstimo as palavras a Alberto Caeiro. E essa procura, tal como a comunicação do que se pensa ter descoberto – sobre o passado mas, sobretudo, sobre a humanidade em comum – eram para ele, simultaneamente, desafio e prémio.

Com esta evocação, não se pretende reacender qualquer saudosismo, ou regresso ao passado. O próprio José Mattoso sempre alertou para a necessidade de questionar em permanência a forma como se lia e interpretava o passado, de testar hipóteses e aprofundar pistas e intuições, de não ter medo de fazer as perguntas que a vida e o presente do historiador suscitam sobre tempos pretéritos. Isto não significava ignorar ou menosprezar o que outros fizeram e estudaram, sobretudo em função de “modas” historiográficas que são, também elas, ou que devem ser, questionadas criticamente sobre as suas virtudes e limites.

De tudo isto nos falam os dois textos que integram o “Destaque” deste número. No primeiro, Cristina Pimenta evoca o Professor Luís Adão da Fonseca, recentemente falecido, colocando em evidência o seu incontornável contributo no âmbito da historiografia portuguesa e o seu papel pioneiro, tanto no desbravar de novos temas, como aconteceu, por exemplo, com o estudo das ordens militares, como na procura de uma compreensão mais integrada do reino português tado medieval, e muito em particular do Portugal da dinastia de Avis, no mais amplo contexto ibérico e do Ocidente medieval. Presta-lhe, assim, uma sentida homenagem, reveladora do impacto e das memórias que Adão da Fonseca deixou entre alunos e colegas.

O segundo texto recorda outro historiador, Marc Bloch, simbolicamente ingressado no panteão nacional francês no passado dia 23 de Junho, juntamente com a sua mulher, Simonne Vidal. O gesto, inédito por se reportar a um historiador, testemunha o modo como, em Marc Bloch, a história era inseparável do compromisso político e cívico, traduzido na sua adesão à resistência francesa, que acabou por lhe custar a vida. Hilário Franco Júnior propõe, em jeito de homenagem, um olhar mais atento sobre a obra de Bloch a partir do diálogo por ele intentado com a Psicologia, vista como um instrumento incontornável para a compreensão das

formas coletivas e não conscientes de sentimentos, crenças e pensamentos, de uma sociedade ou comunidade. Hilário Júnior demonstra como o conceito operativo de psicologia social se traduz, em Bloch, num outro conceito, o de mentalidade, entendido num sentido plural. E como se sinaliza, na sua obra, essa convicção mais profunda da necessidade e da possibilidade de se alcançar uma História total, com novas metodologias e fontes, com o contributo de outros saberes, com um papel outro do historiador na sua relação com os testemunhos do passado. Se muitos vieram depois aprofundar as suas intuições e os caminhos por ele abertos, o rasto por ele deixado é indiscutível, como um desbravador, um rompedor de limites, como um verdadeiro investigador.

Os textos seguintes bem se poderiam enquadrar nessa mesma procura de conferir sentido, no âmbito de uma realidade mais vasta e complexa, aos testemunhos heterogêneos, dispersos e fragmentários, que chegam do passado. Tal como Marc Bloch cedo intuiu, essa demanda implica um diálogo permanente, atento, crítico, com outros saberes e metodologias. Assim acontece, desde logo, com o Dossier Temático, coordenado por Maria Alessandra Billota, Catarina Tente e Sara Prata, dedicado ao que apelidam como “arqueologia do livro”. A par de outras abordagens sobre os manuscritos medievais, já fortemente consolidadas, como o estudo das suas componentes textuais e artísticas, o dossier propõe um olhar outro a partir da materialidade dos mesmos manuscritos, ela própria reveladora dos processos técnicos, económicos, sociais e culturais que determinaram a sua produção, circulação, os seus usos e as condições em que foram conservados.

Os artigos que completam este dossier insistem igualmente neste olhar crítico e problematizante sobre os testemunhos e as diversas dimensões do passado medieval. Ao analisar o testemunho deixado por John Stocke, capelão de Jacques de Molay, mestre dos Templários, em 1311, no âmbito do processo inquisitorial movido contra a milícia, Philippe Josserand demonstra como estes depoimentos, feitos e registados em contextos de clara coação e violência, devem ser lidos de forma crítica e em diálogo com outras fontes documentais, mas, também, como podem ser interrogados para esclarecer aspectos esquecidos da vida do mestre e da história da Ordem. Por outro lado, Catarina Barreira valoriza as potencialidades do estudo da liturgia e dos livros litúrgicos, revelando como a construção e a

reconfiguração da memória litúrgica do rei Pedro I de Portugal entre os cistercienses de Alcobaça dependeram de uma performatividade que integrava o rito, o espaço monástico e a própria materialidade funerária associada ao *moimento* do monarca e de Inês de Castro

Os restantes artigos situam-se no domínio das fontes literárias, analisando as articulações entre o imaginário animal e o imaginário político em dois textos franceses da segunda metade do século XII (Cristina Álvares), o uso de motivos eróticos ou mesmo obscenos na produção trovadoresca galaico-portuguesa (Fabio Barberini), ou, ainda, como a ideia da transitoriedade, ou do carácter efémero da vida humana, se constrói na *Menina e Moça* do poeta Bernardim Ribeiro, através do recurso aos temas da saudade, da memória, da mudança e do sonho (Isabel Marcante).

Nas Notas de Investigação, Rita Balona dá a conhecer os resultados de recentes campanhas arqueológicas realizadas na capela do tesouro do santuário de Santa Maria ou do Senhor dos Mártires, junto a Alcácer do Sal, com contextos funerários medievais (séculos XII-XVI) associados à Ordem de Santiago, enquanto Daniel Ríos Toledano recupera a trajectória do porto de Cádiz durante o período Trastámara (1369-1504), quando se afirmou, como ponto de apoio fundamental, no contexto de mais latas rotas de comércio e navegação que ligavam sobretudo os mundos mediterrâneo e atlântico. O tópico serviu-lhe, aliás, como pretexto para discutir novas aproximações historiográficas à história marítima medieval. Por fim, Pedro Costa retoma o mundo das milícias concelhias, para esclarecer o corpo dos besteiros do monte, menos conhecido e estudado, desde a sua emergência documental, em 1422, até à reforma militar promulgada por D. Manuel nas Cortes de Lisboa de 1498.

Na Varia, incluem-se dois textos distintos. O primeiro, da autoria de Mário e Rosa Varela Gomes, publica-se ao abrigo do direito de resposta a um artigo de Jacinta Bugalhão, saído no número 37 (2025), sobre as escavações arqueológicas no claustro da Sé de Lisboa e a localização da mesquita aljama da cidade. Apesar de ser uma revista aberta ao debate e mesmo ao contraditório, a *Medievalista* não toma qualquer partido sobre as questões científicas em discussão, apenas reafirma a vontade de promover o diálogo dentro de parâmetros científicos e de civilidade.

Com a presente publicação, considera-se encerrado este assunto, sem prejuízo de os autores poderem prosseguir com a defesa das respectivas posições, sem recriminações nem ofensas pessoais. É este, de resto, o voto da revista, agora e sempre. O outro texto da Varia dá notícia do Colóquio Internacional realizado em Novembro de 2025 a propósito dos 500 anos sobre a morte da rainha D. Leonor, com um enfoque muito particular na sua acção mecénica, tanto ao nível das letras e das artes, como da protecção e da promoção de novos movimentos religiosos. Um Colóquio que percorreu, por isso, alguns dos espaços mais significativos associados à rainha ou ao seu espólio: a Biblioteca Nacional de Portugal, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e as Caldas da Rainha.

As recensões críticas são apenas duas, desta vez. Mas abordam de novo temáticas muito diversas: da história política e militar, revisitada a partir da batalha de Aljubarrota, ao estudo do imaginário medieval e das suas utopias em particular, aqui a propósito da obra que ao assunto dedicou o historiador Hilário Franco Júnior.

A *Medievalista* faz de novo jus aos seus objectivos, tanto na promoção dos estudos sobre a Idade Média, como na convocatória de autores de diferentes geografias e de várias áreas do saber. Mesmo reconhecendo o carácter necessariamente imperfeito e transitório das composições com que os historiadores procuram recuperar o sentido das sociedades do passado, investigar essas realidades e comunicar as descobertas eventuais são sempre *tão apaixonantes como o prazer de viver*.

João Luís Fontes
Luís Filipe Oliveira

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FONTES, João Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe – “Editorial - *Tão apaixonantes como o prazer de viver*”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 5-10. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

DESTAQUES

HIGHLIGHTS



Luís Adão da Fonseca (06.06.1945-11.05.2026)

In memoriam

Luís Adão da Fonseca (06.06.1945-11.05.2026)

In memoriam

Maria Cristina Pimenta

Investigadora
4200-228 Porto, Portugal

cristina_pimenta@sapo.pt

<https://orcid.org/0000-0002-4385-7595>

Data recepção do artigo / Received for publication: 21 de Junho de 2026

DOI:



Mantenho que “Obrigado” é a maior forma de pensamento e que “Gratidão” é “Felicidade” duplicada pelo “Espanto”.

CHESTERTON, Gilbert Keith –
Chesterton Dixit. Frases célebres e aforismos. Tradução de Pedro Aguiar Pinto.
Lisboa: Alêtheia Editores, 2016, p. 32

Caminhos

Luís Alberto Adão da Fonseca (1945-2026) licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no ano de 1968. Acto contínuo, inicia o exercício de funções de Assistente de História da Faculdade de Letras dessa mesma Universidade (1968 a 1975). Durante estes anos, candidatou-se, com sucesso, a uma Bolsa do *Instituto de Alta Cultura*, para estudar e investigar em Madrid e em Barcelona, o que vem a ter lugar em 1971 e, logo depois, entre 1973-1975.

Em diversas vertentes, todo o seu percurso posterior será, quase totalmente, devedor desta primeira experiência no estrangeiro.

A sugestão que recebeu para estudar em Espanha, já se escreveu¹, veio, quer do incentivo familiar, quer dos conselhos de Carlos Eduardo Soveral, docente na mesma Faculdade, que já tinha trilhado uma experiência semelhante. E, assim, cumpre três anos de pesquisa arquivística e historiográfica, entre Madrid (na Biblioteca Nacional, no Arquivo Histórico Nacional, na biblioteca da Real Academia da História) e em Barcelona (no Arquivo Histórico Municipal, na então Biblioteca Central) e, sobretudo, no Arquivo da Coroa de Aragão.

À escolha destes destinos de pesquisa esteve subjacente o desejo de estudar uma figura histórica quatrocentista muito pouco conhecida da *Academia* no Portugal de então, o Condestável D. Pedro, filho do Duque de Coimbra e de Isabel de Urgel. De resto, e no quadro de uma das linhas de investigação acarinhada pela escola do Porto

¹ Este artigo é, em muito, devedor do que se pode ler em HOMEM, Armando Luís de Carvalho; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de; COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto (coords.) – *Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos. Duas décadas de cátedra (1984-2006). Homenagem a Luís Adão da Fonseca.* Porto: CEPES, 2009, pp. 7-41.

nos anos 60, tal opção dava sequência à sua tese de licenciatura intitulada *O Condestável D. Pedro de Portugal. Subsídios para o estudo da sua mentalidade*², um trabalho que o habilita a publicar as *Obras Completas do Condestável D. Pedro de Portugal*, o que acontece em 1975³.

De um ponto de vista institucional, esta sua presença em terras de Espanha não passou despercebida a alguns Professores universitários de renome na época, a saber: Emilio Saéz, Udina Martorell e Martin Duque. Recebe, assim, três convites para lecionar nas seguintes Universidades: Autónoma de Barcelona, Central de Barcelona e Navarra⁴. Elegerá, sem surpresa, a Universidade de Navarra, numa confessa concordância com os valores que, ontem como hoje, orientam e caracterizam o quotidiano desta Universidade: “o trabalho, a liberdade, o respeito, a interdisciplinaridade, a responsabilidade, o serviço e a internacionalização”⁵. Não estaremos muito longe da verdade se dissermos que, muitos dos seus alunos e, porventura, alguns dos seus colegas, conseguem, sem esforço, fazer corresponder cada um destes princípios à maneira de ser e de agir de Luís Adão da Fonseca.

O grau de Doutor em História Medieval chega, assim, por via da Universidade de Navarra em 1975 (reconhecido pela Universidade do Porto em 1979), com a defesa de uma tese intitulada *O Condestável D. Pedro de Portugal, a Ordem Militar de Avis e a Península Ibérica do seu tempo (1429-1466)*⁶. Pouco tempo depois, já em Portugal, obtém o título de Agregado em História Medieval pela Universidade do Porto, em Março de 1980, tendo ascendido à Cátedra em 1984.

Partindo da referida tese de Doutoramento percebe-se o quanto ela é fatora de muitas outros trabalhos posteriores que aqui colhem as suas raízes mais directas. O título assim o indicia enquanto mensagem agregadora de uma perspectiva de estudo que, centrada numa personagem, nos conduz até à história da família real portuguesa no século XV, à ligação directa dessa mesma família a uma das Ordens

² FONSECA, Luís Adão da – *O Condestável D. Pedro de Portugal. Subsídios para o estudo da sua mentalidade* Dissertação de licenciatura, policopiada, Porto: 1968.

³ FONSECA, Luís Adão da – *Obras Completas do Condestável D. Pedro de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de; COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto (coords.) – *Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos*, p. 8.

⁵ www.unav.edu/conoce-la-universidad [Consultado a 8 de Junho de 2026].

⁶ Publicada em 1982: FONSECA, Luís Adão da – *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

Militares – Avis – e à necessidade de olhar para a história de Portugal numa óptica peninsular, onde os interesses da nossa fronteira terrestre rapidamente se correlacionam com uma outra, a marítima, um aspecto até então pouco presente nos objectivos historiográficos da investigação histórica mas que Luís Adão da Fonseca irá desenvolver com detalhe.

Num imenso *curriculum vitae* onde se perde a conta às obras e artigos publicados⁷, é da mais elementar justiça salientar a reconhecida qualidade científica, mas, também, a clareza do seu discurso. Não nos deixou exemplos de somenos importância. Muito longe disso.

Interessa, assim, sublinhar que, desde cedo, entendeu a oportunidade que lhe traria a sua ausência no estrangeiro, fosse em experiência de vida, fosse nos múltiplos benefícios que a sua obra tão bem reflete. De facto, tal abertura a novos desafios, a par da percepção das virtualidades em acolher outras e diferentes influências para a sua formação intelectual, prepararam Luís Adão da Fonseca para uma vida completa. E, neste sentido, a coerência subjacente às suas diferentes escolhas profissionais oferece-nos, na verdade, um todo muito homogéneo no que diz respeito aos objectivos que desejava perseguir. Gostaria de chamar a atenção para quatro níveis importantes que ilustram o que se acaba de escrever.

Em primeiro lugar, uma visão transversal das relações políticas (e também, sociais, económicas e culturais) entre os reinos peninsulares na Idade Média tardia, inseridas no quadro da Europa e dos diferentes espaços marítimos, uma perspectiva que lhe permitiu estudar as redes de pirataria e refletir sobre a expansão marítima portuguesa, enquanto tópico agregador de muitas destas dimensões⁸; um consolidado conhecimento sobre Ordens Militares – um tema até então, pouco desenvolvido por entre os académicos –, criando “escola” e viabilizando a edição de

⁷ Tem 21 livros publicados, 13 títulos relativos a organização e coordenação de edições e 250 títulos, entre artigos, notas e entrevistas.

⁸ Podemos citar: FONSECA, Luís Adão da – *Navegación y curso en el Mediterraneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona: Eunsa, 1978 e, mais tarde: FONSECA, Luís Adão da – “La conciencia de Europa en el horizonte de la expansión portuguesa (siglos XV-XVI)”. In VACA LORENZO, Ángel (ed.) – *Europa: proyecciones y percepciones históricas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1997, pp. 133-147; FONSECA, Luís Adão da – *Portugal entre dos mares*. Madrid: Editorial Mapfre, 1993; ou FONSECA, Luís Adão da – “Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos. A formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo”, *População e Sociedade* 17 (2009), pp. 45-60, entre muitos outros.

monografias e fontes. E, *last but not the least*, uma aposta contínua sobre história da historiografia, em sentido lato, mas também, na especificidade de tópicos como memória histórica, ética do historiador e o sentido das comemorações em história⁹.

Em segundo lugar, e fruto de uma invejável diversidade de contactos no estrangeiro – que sempre gostou de partilhar com os seus colegas e discípulos – começou cedo a abraçar projectos de investigação conjuntos, desde as inovadoras Acções Integradas Luso-Espanholas¹⁰, passando pelos Programas Bilaterais no âmbito das relações luso-italianas¹¹, pelos Projectos e acções financiados, quer pela FCT¹², pela European Science Foundation¹³ ou pela European Cooperation in Science and Technology (COST)¹⁴.

Em terceiro lugar, o seu empenhamento, à semelhança do que já acontecia em Espanha, na viabilização de esforços no sentido de criar a Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais (SPEM). Neste contexto, organiza, em 1987, no Porto as *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, uma iniciativa que, herdeira da edição anterior, realizada em 1972, congregava uma das maiores valências com que

⁹ FONSECA, Luís Adão da – “La historiografía medieval portuguesa (1940-1984)”. In FLORISTÁN IMÍZCOZ, Alfredo Pablo; OLABARRI GORTÁZAR, Ignacio; VÁSQUEZ DE PRADA VALLEJO (coords.) – *Actas de las III Conversaciones Internacionales de Historia. La historiografía en Occidente desde 1945*. Pamplona: EUNSA, 1984, pp. 51-67; FONSECA, Luís Adão da – “A imagem de Filipe II na historiografia portuguesa”. In RIBOT GARCIA, Luis Antonio; BELENGUER CEBRIÀ, Ernest (coord.) – *Actas do Congresso Internacional Las Sociedades Ibéricas y el mar a finales del siglo XVI*. Lisboa/Madrid: Comissariado de Espanha na EXPO 98, 1998, pp. 59-99. FONSECA, Luís Adão da – “El reinado de Isabel la Católica en la historiografía portuguesa”. In VALDEÓN BARUQUE, Julio (ed.) – *Actas do IV Simposio sobre o reinado de Isabel a Católica. Visión del reinado de Isabel la Católica desde los cronistas coetáneos hasta el presente*. Valladolid: Instituto Universitario de Historia Simancas, 2004, pp. 133-146; FONSECA, Luís Adão da – “La Ética en el trabajo del historiador”. In CASPISTEGUI, Francisco Javier (ed.) – *Historia y globalización. VIII Conversaciones Internacionales de Historia*. Pamplona: Eunsa, 2012, pp. 215-247 e FONSECA, Luís Adão da; COSTA, Paula Pinto – “Historiografia: Época Medieval”. In FONSECA, Luís Adão da (ed.) – *Entre Portugal e a Galiza (séc. XI a XVII)*. Porto: CEPES e Fronteira do Caos, 2014, pp. 413-423; FONSECA, Luís Adão da; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – “Historiografia: Século XIX”. In FONSECA, Luís Adão da (ed.) – *Entre Portugal e a Galiza*, pp. 427-436.

¹⁰ Das quais decorre um encontro entre as Universidades do Porto e de Sevilha, sobre as “Ordens Militares na Idade Média”, Porto, 1990.

¹¹ Projecto financiado pelo INIC/IICTI/GRICES/FCT – CNR, 2007.

¹² Publicado: FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional – Militarium Ordinum Analecta 17* (2013) – [Projecto PTDC/HIS-HIS/102956/2008].

¹³ *Cuius regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces* [EurocoreCODE/0001/2009].

¹⁴ COST *European Cooperation in Science and Technology: Medieval Europe – Medieval Cultures and Technological Resources* (2010-2015).

se pretendia dotar a SPEM, isto é, a dimensão científica, enquanto veículo favorecedor da troca de saberes entre os historiadores de ambos os países¹⁵.

Em quarto lugar, o desempenho de funções executivas e consultivas em instituições de relevo. Neste ponto, refiro, em primeiro lugar, a sua capacidade para colocar em prática inúmeras *linhas de força* inovadoras e desafiantes para os investigadores, que se estendem desde o enorme incentivo à investigação, produção e publicação históricas, e, em segundo lugar, à defesa, em contexto nacional e europeu, das Humanidades.

Quanto à primeira¹⁶, a sua proximidade a Vasco Graça Moura, Comissário-Geral da CNCDP, enquanto seu Coordenador-Adjunto e a Luís de Albuquerque, enquanto seu vogal do Conselho Científico e, depois, como Presidente do referido Conselho, traduziu-se num sem número de realizações que, bem conhecidas e vivenciadas por muitos investigadores actuais que delas usufruíram, me dispense de enumerar¹⁷. Menciono apenas, e por palavras do próprio, “a criação de uma Universidade de Verão (os Estudos Gerais da Arrábida) [e] a organização das comemorações do nascimento do Infante Dom Henrique, em 1994, no Porto”¹⁸. Se é verdade que a sua ligação à CNCDP fazia prever iniciativas em torno desse Infante, já a sua dedicação à Universidade de Verão, posso, pessoalmente, testemunhar ser um desiderato que, desde os tempos em que permaneceu na Universidade de Navarra, começara a

¹⁵ Escreve, a este respeito: “o tema escolhido – As relações luso-espanholas na Idade Média – corresponde a um propósito paralelo: na medida do possível, proceder ao balanço dos estudos realizados no domínio do relacionamento peninsular (...). Este último aspecto revela, assim, a consciência de que, no quadro da história medieval peninsular, os fenómenos históricos não podem ser coartados pelos marcos necessariamente mais rígidos das fronteiras políticas”. *Actas das 2^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 1. Porto: INIC, 1987, pp. 8-9.

¹⁶ Refiro-me à *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses* onde trabalha entre 1991-1996.

¹⁷ Entre muitos outros títulos, pode ler-se: *Síntese das Actividades e Iniciativas da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: C.N.C.D.P., 1994 e, mais recentemente, PIMENTA, Maria Cristina - *Luís Adão da Fonseca: from CNCDP to IC. The awareness of himself*. Este último título faz parte de uma iniciativa que, em 2020, quatro anos após a ausência de Luís Adão da Fonseca do corpo editorial da revista, por motivos de saúde, o *e-Journal of Portuguese History* solicita ao corpo de Editores inicial da revista a organização de um Dossier, integrado na secção INSTITUTIONS AND RESEARCH, que se publica com o título: “A Tribute to Luís Adão da Fonseca”. *e-Journal of Portuguese History* 18/2 (2020). Em muitos aspectos, este meu texto acompanha alguns dos contributos inseridos nessa publicação, o que, desde logo, agradeço aos Autores.

¹⁸ Apresentação oral, proferida na Fundação Eng. António de Almeida, Porto, a 6 de janeiro de 2010.

ganhar forma. Disso me deu conta, em 1982, quando li os *estatutos* que, um dia, poderiam presidir à dinamização de uma iniciativa com esse perfil.

Já na segunda dimensão, assegurou, a nível nacional, uma presença no Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (entre 2003 e 2007) e, a nível internacional, a participação de Portugal no Standing Committee for the Humanities da European Science Foundation, em Estrasburgo, (entre 2002 e 2008) e no College of Experts and Research Associates (2016), desempenhos que deram voz a Portugal na defesa das Humanidades.

Em todos estes domínios, arrisco a escrever, sempre se propôs cumprir um caminho *perfeito*, no qual tudo se relaciona de forma inteligente, madura e, acima de tudo, responsável. Perante os desafios vividos (e muitos houve), nunca desilude nem se esquece de defender o que dele se esperava como historiador: “*L'historien répond aux questions de son temps. Mais il y répond, de plus en plus, par des questions*¹⁹.”

Algumas reflexões sobre a sua Obra²⁰

Por tantos motivos, mas também pelo que a anterior citação nos transmite, vale a pena registar algumas das suas opções de investigação.

O Condestável D. Pedro de Portugal “era um intelectual para quem a política e a guerra tem relações íntimas com a cultura”²¹, características de uma *mentalidade* que permitia a Luís Adão da Fonseca acompanhar, à época, as tendências mais “modernas” do *métier de historien*. Na verdade, não se esperaria menos.

A sua dedicação ao estudo desta figura quatrocentista, afinal, um membro da família real de Avis, condestável do reino, mestre da Ordem Militar de Avis e rei de Aragão entre 1464 e 1466, implica um alargamento de horizontes na sua investigação que, entre os rumos da política peninsular dos Avis no século XV (também enquadrados na sua dimensão de propaganda à dinastia), às Ordens Militares e às relações de

¹⁹ CARBONELL, Charles-Olivier – “Pour une histoire de l'historiographie”. *Storia della Storiografia* 1 (1982), p. 13.

²⁰ “A Tribute to Luís Adão da Fonseca”. *e-Journal of Portuguese History* 18/2 (2020).

²¹ FONSECA, Luís Adão da – “Uma carta do Condestável D. Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto. Série de História* 1 (1970), p. 87.

Portugal entre o Atlântico e o mar Mediterrâneo, se posiciona como uma base sólida para um *total* conhecimento desse século²².

O que se aprende com Luís Adão da Fonseca sobre cada uma destas dimensões?

Uma tentativa de resposta a esta questão será sempre difícil de concretizar, em especial para quem acompanhou o seu percurso de muito perto desde o início dos anos 80 do século passado. Daí que, trazer a público, todas as vertentes do seu labor historiográfico e oferecer, em torno das mesmas, uma apreciação reflexiva, surja como uma tarefa complexa (onde não faltarão seguramente muitas omissões), mas que, no entanto, tentarei esboçar de seguida.

A dinastia de Avis: Portugal e os demais reinos ibéricos

Entender o que caracterizou esta dinastia ao longo do século XV num quadro Ibérico justificou, numa fase inicial da sua carreira, a escrita de um longo artigo intitulado “Alguns aspectos das relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV (1449-1456)”²³. Mais tarde, dedica-se à já citada obra sobre o Condestável D. Pedro de Portugal (1982) e, nesse mesmo ano, edita um capítulo sobre a época de Henrique IV de Castela e João II de Aragão, capítulo esse balizado entre os anos 50 e os finais dos anos 70 do século XV²⁴. Os três estudos, focam, necessariamente, o relacionamento entre a coroa portuguesa – os Avis – e os seus congéneres ibéricos.

E a inevitabilidade que estas três abordagens transmite, decorre, essencialmente do facto destes anos centrais de Quatrocentos oferecerem, no quadro da política interna e externa portuguesas, demasiadas controvérsias, em especial, após a morte prematura de D. Duarte (1438). O quadro político do reino, apesar de complicado,

²² Lembro, com saudade, um passeio pelas ruas de Lagos, no ano de 1990, ao longo do qual Luís Adão da Fonseca e Armindo de Sousa conversaram durante um longo período de tempo sobre o século XV. Sabiam todas as datas, todos os nomes, todas as batalhas, todos os tratados, todos os acontecimentos. A vida da família de Avis passava em imagem, aos olhos de todos nós. Que me lembre, éramos quatro. Na altura, Assistentes, quer da FLUP, quer da Universidade Portucalense (Luís Miguel Duarte, Cristina Cunha, Isabel Morgado Silva e eu). No decurso da conversa todos tivemos o mesmo desejo: um dia, saber falar assim sobre esta Dinastia. Foi um momento inesquecível; sabiam tudo, sabiam muito, sabiam o que sempre julgámos impossível caber na memória.

²³ FONSECA, Luís Adão da – “Alguns aspectos das relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV (1449-1456)”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, série de História 3 (1972), pp. 51-112. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5687>

²⁴ FONSECA, Luís Adão da – “La época de Enrique IV y Juan II de Aragón”. In *Historia General de España y América*, tomo V. Madrid: Rialp, 1982, pp. 405-447.

resume-se rapidamente: em presença de um herdeiro menor de idade, cabia à Rainha D. Leonor, membro da casa de Urgel e irmã dos afamados *Infantes de Aragão*, a regência de Portugal, de acordo com a vontade de D. Duarte. Daí que, quando o Infante D. Pedro, irmão do Rei falecido, interfere nesta vontade, tenha aberto caminho para graves cisões, tanto internas como externas, espalhando-se, em toda a Península Ibérica, fortes ventos de discórdia. Com a regência na mão, afastada que foi D. Leonor, o Infante D. Pedro inicia um período de governação sinuoso que, *malgré tout*, trilhava, em nome do futuro rei D. Afonso V, seu sobrinho, na ocasião, ainda menor.

O momento crítico desta conjuntura havia sido trabalhado por Humberto Baquero Moreno, no seu estudo sobre a batalha de Alfarrobeira (1449)²⁵. E, nestas circunstâncias, entendo como valiosa a conclusão a que chega Luís Adão da Fonseca quando escreve:

“Se relacionarmos a batalha de Alfarrobeira (Maio) com a formação da confederação chefiada pelo Príncipe das Astúrias (Julho), verificamos que ambos os acontecimentos mais não são do que manifestações bélicas de arranjos políticos similares, e que se integram num vasto movimento – de dimensão peninsular – acordado durante o ano de 1449 pela nobreza palaciana contra as tendências centralizadoras que, nessa altura, eram representadas pelo Infante D. Pedro e por Álvaro de Luna [valido do rei de Castela, João II]”²⁶.

Após a morte do Infante D. Pedro em Alfarrobeira, inicia-se uma nova fase na vida do seu filho, o Condestável. Exilado em Castela entre 1449 e 1456, é conhecida a sua aproximação a Juan II, lançando bases para uma política de colaboração entre Portugal e Castela. Herdeiro que é de uma postura anti-aragonesa preconizada pelo seu pai durante a regência do reino, nada mais se lhe poderia exigir.

Mas, em Portugal, no advento das opções políticas agora já na mão de D. Afonso V, (reinado onde as opções Norte Africanas e Atlânticas da coroa tinham, já, um lugar importante, coexistindo, no entanto, com uma progressiva aproximação ao trono castelhano), rapidamente se retoma a linha de apoio a Aragão. E é assim, como nos

²⁵ MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Vol. I-II. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1987.

²⁶ FONSECA, Luís Adão da – “Alguns aspectos das relações diplomáticas entre Portugal e Castela”, p. 56.

ensina Luís Adão da Fonseca, que, pelo menos até 1464, o Condestável aparecerá como um trunfo nas mãos do Rei de Portugal, seu tio, assumindo um papel titubeante nas incontáveis manobras de aproximação às duas coroas (Castela e Aragão), de acordo com as instruções recebidas.

A sua condição de Condestável do reino, por um lado e, por outro, o governo que detinha da ordem de Avis, amplamente localizada nas proximidades da fronteira com Castela, colocavam esta personagem num plano muito atrativo, condição à qual a Coroa de Portugal não ficou indiferente.

Num golpe de plena oportunidade, acaba por reunir apoios suficientes para que, entre 1464 e 1466, assumia uma notoriedade superior ao ocupar o trono de Aragão. No que se refere a esta aventura na Catalunha, Luís Adão da Fonseca entendeu com muita lucidez o que aqui esteve em causa; preconiza-se um dos desideratos orientadores da política externa dos Avis que, na sua relação com Aragão, pretendem controlar fluxos marítimos no Mediterrâneo, adquirir uma retaguarda para a prossecução da sua política no Mar e, finalmente, garantir proveitos ou negócios advindos de uma maior vigilância sobre as manobras de corso e pirataria que o historiador identifica nessas paragens mediterrânicas.

A atenção que a sua obra confere à Dinastia de Avis não ficaria, no entanto, por estes temas.

Fruto da identificação de um texto intitulado *Conmemoración breve de los muy insignes y virtuosos varones que fueron desde el magnífico rey don Juan el primero hasta el muy esclarecido rey don Alfonso el quinto*²⁷, escrito, entre 1462 e 1463, a pedido do próprio Condestável, por Alonso de Córdoba, mestre-escola e protonotário papal, este historiador propõe novos dados que ajudam a perceber

²⁷ FONSECA, Luís Adão da – “*Ínclita Geração. Altos Infantes (Lusíadas. IV, 50)*. Algumas considerações sobre a importância das circunstâncias históricas na formação de um tema literário”. Separata das *Actas da IV reunião internacional de camonistas*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1984, pp. 295-302; FONSECA, Luís Adão da – “Una elegia inédita sobre la familia de Avis. Un aspecto de la propaganda política en la Península Ibérica a mediados del siglo XV”. *Anuario de Estudios Medievales* 16 (1986), pp. 449-463. Veja-se, ainda, FONSECA, Luís Adão da – “A morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV”. *Biblos* 69 (1993), pp. 507-538.

uma das vias perseguidas pelos Avis no que se refere a manobras de propaganda destinadas a enaltecer o valor da Dinastia perante a corte de Castela.

Luís Adão da Fonseca acentua a importância da unidade da família de Avis plasmada claramente no texto e os elogios feitos a cada um dos Infantes, filhos de D. João I, bem como aos netos, preparando-se, assim, o caminho para a candidatura vitoriosa do Condestável D. Pedro ao trono de Aragão, o que acontece, de facto, em 1464.

Conhecedor dos inovadores estudos de José Mattoso (sobre Egas Moniz) e de Armindo de Sousa (sobre D. João I)²⁸, exemplos da utilização da morte também como tema de propaganda, Luís Adão da Fonseca recorre, ainda, a esta mesma *Elegia* para sublinhar a importância de uma

“família unida para além da morte de cada um dos seus membros, da família santificada pela exemplaridade da morte dos seus membros mais ilustres, da família culta que descreve – ou faz descrever – a morte de alguns dos seus membros em textos literários onde se testemunha publicamente a aliança de Deus com a nação”²⁹.

No que ao século XV se refere, o tema estava lançado, *maxime*, pela iniciativa de D. Duarte, como Armindo de Sousa explica a respeito da morte do Fundador da Dinastia. Será, assim, no quadro deste reinado que Luís Adão da Fonseca vai encontrar outras decisões que sustentam os momentos seguintes, abrindo caminho para dar a conhecer um outro exemplo de uma mesma intencionalidade propagandística: a Capela do Fundador.

Com efeito, o desejo de aí sepultar o seu corpo, o da Rainha e os dos filhos e netos, tinha ficado estabelecido no próprio testamento de D. João I, escrito em 1426. Assim, quando morre, em Agosto de 1433, cumprem-se, por ordem de D. Duarte, as disposições testamentárias e a trasladação do corpo do Rei para a Batalha ocorre entre 26 e 29 de Outubro, mais de dois meses após a morte. Os corpos de D. João I e D. Filipa de Lencastre jazem no centro desta Capela, rodeados, ao ritmo da

²⁸ MATTOSO, José – “João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz”. In *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 409-435; SOUSA, Armindo de – *A Morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

²⁹ FONSECA, Luís Adão da – “A morte como tema de propaganda”, p. 536.

cronologia da morte dos Infantes, pelos túmulos dos seus filhos, tal como de D. João I havia preconizado. Isto é, e como escreveu Luís Adão da Fonseca:

“a organização do espaço na capela do fundador do mosteiro, com a distribuição de cada um dos filhos à volta de D. João e de D. Filipa, evidencia claramente o propósito de perdurar no tempo a unidade da família de Avis”³⁰.

Esta aproximação do historiador à Família de Avis tornar-se-ia essencial para responder a um desafio que, embora centrado na evolução política do século anterior, o XIV, constitui, a todos os níveis, um momento inesquecível para a sua vida profissional. Falo do seu estudo sobre o Tratado de Windsor.

Em 1986 – 600 anos depois da assinatura deste Tratado entre Portugal e a Inglaterra –, Luís Adão da Fonseca recebe um convite de Vasco Graça Moura para escrever um pequeno livro³¹ onde se reúne uma preciosa visão da política peninsular de trezentos. Como nos conta Graça Moura:

“chegado ao meu gabinete [na Imprensa Nacional – Casa da Moeda], telefonei a José Mattoso perguntando-lhe quem poderia preparar, com qualidade e rapidez, um texto sobre o Tratado de Windsor. Indicou-me Luís Adão da Fonseca, a quem telefonei nesse mesmo dia, convidando-o para almoçar em Lisboa num dos dias seguintes. E foi assim”³².

O livro pretende ser uma obra acessível ao grande público (e é, especialmente pelo esquema adoptado e pela clareza das ideias), não deixando de trazer novidades à academia sobre a referida conjuntura. Talvez um dos exemplos mais ilustrativos possa ser dado através de uma interpretação inovadora dos propósitos/hesitações matrimoniais do Rei D. Fernando: Leonor de Aragão, Leonor de Trastâmara e Leonor Teles, a portuguesa com quem realmente casou. Luís Adão da Fonseca explica, à luz das exigências políticas e diplomáticas da época, a razão de ser da escolha de Leonor Teles para Rainha de Portugal³³.

³⁰ FONSECA, Luís Adão da – *“Íncrita Geração. Altos Infantes”*, p. 299.

³¹ FONSECA, Luís Adão da – *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

³² MOURA, Vasco Graça – “Um abraço para Luís Adão da Fonseca”. In *Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos*, p. 331.

³³ Uma pequena e inofensiva inconfidência: durante o colóquio comemorativo do VI centenário do Tratado de Windsor (Casa do Infante – Porto: 1986), perante uma imensa sala, onde pontuavam muitos historiadores, Luís Adão da Fonseca apresentou esta interpretação, segundo a qual D. Fernando tinha, em termos de alinhamento político, muitas razões para fazer de Leonor Teles a sua Rainha. Foi uma surpresa. A sala presenciou, então, um grande debate (historicamente

Mais ainda, esta mesma obra ajuda a clarificar, não só a posição de neutralidade de Portugal no início da década de 70 do século XIV como, também, todas as opções tomadas por este monarca e pelo seu irmão, João, Mestre de Avis, ao longo do complicado cenário político que desagua na Batalha de Aljubarrota. Estas reflexões sobre a política matrimonial de D. Fernando foram, de facto, altamente esclarecedoras para que uma visão dos anos centrais do século XIV deixasse de ser *entendida pela metade...*

Num plano a que poderemos chamar mais institucional (ou de divulgação cultural), a inevitabilidade de um encontro, frente a frente, entre Portugal e Castela no campo de batalha justifica, posteriormente, a sua ligação *umbilical* ao Centro de Interpretação da Fundação Batalha de Aljubarrota, da qual foi membro do *Conselho de Curadores*, a partir de 2008. Desde a elaboração de textos, à planificação de actividades, à concepção de exposições, entre outras acções, a sua dedicação foi sempre superiormente valorizada pelo saudoso Presidente desta Fundação, Alexandre Patrício Gouveia e, estou certa, pelo público que visita este Centro de Interpretação³⁴.

Para encerrar este apartado, creio ter ficado explicado que, desde cedo, a sua carreira apostou numa notável interação entre estes temas de estudo e o aproveitamento dos anos de pesquisa em Arquivos e Bibliotecas no exterior, facto que lhe permitiu acompanhar as tendências da historiografia e moldar os seus discípulos nessa mesma trilha, independentemente da área temática que fossem perseguir no futuro. Muitos deles fizeram do apartado seguinte o centro das suas investigações.

As Ordens Militares

Se, ao tempo, a historiografia espanhola já dispunha de inúmeros exemplos de investigação no campo das Ordens Militares na época medieval e moderna³⁵, em Portugal, o tema era praticamente uma novidade³⁶.

fundamentado), mas, acima de tudo, extremamente divertido quando, por fim, este historiador rematou a discussão dizendo, sobre a escolha de D. Fernando: “possivelmente a razão encontra-se no facto de ser a mais bonita...!”.

³⁴ Disponível em <https://fundacao-aljubarrota.pt>. [Consultado a 8 de Maio 2026].

³⁵ Pode ver-se com proveito: *Base de datos bibliográficas sobre Órdenes Militares en la Edad Moderna* [Em linha]. 2004. [Consultado a 2 Junho 2026]. Disponível em <http://www.moderna1.ih.csic.es/oomm/default/htm>.

³⁶ E refiro-me a trabalhos elaborados por autores portugueses e estrangeiros sobre as Ordens Militares em Portugal. Vejam-se, por exemplo, AZEVEDO, Ruy Pinto de – “As origens da Ordem de

O interesse que lhe dedicou Luís Adão da Fonseca era esperado e, mais uma vez, coerente, uma vez que o Condestável D. Pedro fora mestre da Ordem de Avis entre 1444 e 1466. Por isso, sobre esta relação entre D. Pedro e a Ordem, escreve, nos anos iniciais, *Algumas considerações a propósito da documentação existente em Barcelona respeitante à Ordem de Avis: sua contribuição para um melhor conhecimento dos grupos de pressão em Portugal em meados do século XV*³⁷ e *A Ordem de Avis e a memória da fronteira nos finais da Idade Média: o caso de Noudar*³⁸.

O primeiro artigo situa-se na sequência da dimensão política ensaiada nos trabalhos que já dedicara ao Condestável D. Pedro. Já o segundo título, apesar de não publicado, serviria de ponto de partida para reflexões em torno de uma memória de fronteira (diretamente relacionada com a história Castelhana), uma dimensão que vai desenvolver detalhadamente no futuro³⁹.

Évora ou de Avis”. *História* 1-4 (1932), pp. 233-241; COCHERIL, D. Maur – “Les Ordres Militaires Cisterciens au Portugal”. *Bulletin des Études Portugaises* 1:28/29 (1967-1968), pp. 11-71; JAVIERRE MUR, Aurea – “La Orden de Calatrava en Portugal”. *Boletín de la Real Academia de Historia* 130 (1952), pp. 323-376; LOMAX, Derek W. – *Las Ordenes Militares en la Península Iberica durante la Edad Media*. Salamanca: Instituto de Historia de la Teología Española, 1976; OLIVEIRA, Miguel de – “A milícia de Évora e a Ordem de Calatrava”. *Lusitania Sacra* 1 (1956), pp. 1-16; PURIFICAÇÃO, Frei J. da – *Catálogo dos Mestres e Administradores da Ilustre e Antiquíssima Ordem Militar de Aviz*. Documentos e Memórias da Academia da História Portuguesa 2 (1772); TAROUCA, Carlos da Silva – “As origens da Ordem dos Cavaleiros de Évora (Avis), segundo as cartas do Arquivo do Cabido da Sé de Évora”. *A Cidade de Évora*, 5 (13-14) (1947), pp. 25-39; TRINDADE, Maria José Lagos - “A propriedade das ordens militares nas inquirições gerais de 1220”. *Do Tempo e da História* 4 (1971), pp. 125-138.

³⁷ FONSECA, Luís Adão da – “Algumas considerações a propósito da documentação existente em Barcelona respeitante à Ordem de Avis: sua contribuição para um melhor conhecimento dos grupos de pressão em Portugal em meados do século XV”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1 (1984), pp. 19-56. Reeditado em *Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1987, pp. 276-311.

³⁸ Comunicação oral apresentada nas *II Jornadas de Historia sobre Andalucía y El Algarbe*. La Rábida (1986).

³⁹ FONSECA – Luís Adão da – “A Comenda de Noudar da Ordem de Avis: a memória da fronteira na Idade Média e na Idade Moderna”. In IZQUIERDO BENITO, Ricardo; RUIZ GÓMEZ, Francisco (coords.) – *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, 1. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 655-681; FONSECA – Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina – “A Comenda de Noudar e o seu território”. In FONSECA, Luís Adão da (coord) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional*, pp. 133-144; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina – “Formação de uma comenda de fronteira: Noudar, o castelo e o seu território”. In *Actas do Encontro Internacional Castelos das Ordens Militares*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura/Direção Geral do Património Cultural, 2013, pp. 339-362; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina – “The commandery of Noudar of the Order of Avis in the border with Castile. History and memory”. In SCHENK Jochen; CARR, Mike (eds.) – *The Military Orders 6.2 Culture and conflict in Western and Northern Europe*. Londres: Routledge, 2016, pp. 154-163.

Este interesse pelas Ordens Militares é fruto do conhecimento de fontes da ordem de Avis, existentes no Arquivo da Coroa de Aragão, fontes essas que tinham sido cruciais, por exemplo, para a identificação de personagens que acompanham o Condestável na sua Aventura na Catalunha⁴⁰. No entanto, quando regressa a Portugal, imediatamente entende que este manancial deveria ser completado, sobretudo, na Torre do Tombo, na altura ainda situada no Palácio de S. Bento, onde existia um extenso núcleo de documentação sobre Avis, a par de outra, relativa às demais Ordens Militares (em especial, Santiago e Cristo).

Por esta razão, as primeiras teses de mestrado⁴¹ que dirige aparecem como resultado deste duplo investimento. É de justiça referir que nestes contactos iniciais com as fontes, este historiador sempre acompanhou os seus discípulos. Para todos nós, nessa época, tal atitude significou uma experiência sem precedentes, da qual, pela minha parte, só retenho boas memórias: não que duvidasse, mas, era cristalino estar na presença de um *Mestre*.

Fruto deste primeiro investimento foi possível, logo em 1989, dar os primeiros passos para dotar este tema de estudo de uma projecção nacional e internacional. Por iniciativa da Câmara Municipal de Palmela (localidade/sede da Ordem de Santiago no século XV), toma forma o *I Encontro sobre Ordens Militares*, o primeiro de uma iniciativa que se preserva activa até os nossos dias. Com realização cada quatro anos, estes Encontros encontram uma crescente adesão por parte do público e foram progressivamente adquirindo uma grande projecção internacional que

⁴⁰ Veja-se FONSECA – Luís Adão da – *O Condestável D. Pedro*, Apêndice, pp. 323-360, onde o leitor encontra uma Relação Alfabética dos Portugueses que A) Pertenciam à Ordem de Avis; B) Pertenciam à casa de D. Pedro; C) Acompanharam D. Pedro em Castela e D) Acompanharam D. Pedro na Catalunha.

⁴¹ BARBOSA, Isabel Lago – *A Ordem de Santiago em Portugal na Baixa Idade Média: normativa e prática* (1989), publicada em *Militarium Ordinum Analecta* 2 (1998), pp. 93-288. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-2>; CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*. Porto: Universidade do Porto, 1989. Dissertação de Mestrado; CUNHA, Mário - *As Origens da Ordem de Santiago (1170-1327)*. Lisboa: Edições Colibri, 2021; PIMENTA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues Sequeira)* (1989), publicada em *Militarium Ordinum Analecta* 1 (1997), pp. 127-242. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-1>; MATA, Joel Silva Ferreira – *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos na Idade Média*. Porto, Faculdade de Letras (pol.), 1991; SILVA, Isabel Luísa Morgado – “A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373? - 1417)” (1989), publicada em *Militarium Ordinum Analecta* 1 (1997), pp. 5-126. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-1>.

caminha a par com a excelente qualidade científica dos trabalhos aí apresentados e, sempre, publicados. De resto, a própria edilidade nunca deixou de sublinhar que o papel de Luís Adão da Fonseca nesta iniciativa sempre foi uma realidade incontornável que se pretende manter viva, ontem, como hoje.

Este historiador, independentemente das muitas outras dissertações de Mestrado e de Doutoramento que orientou⁴², guardou para si uma forte aposta em dois aspectos⁴³ que o estudo destas Ordens lhe suscitava: as Ordens Militares e memória, e as Ordens Militares na sua relação com o processo expansionista português.

Quanto à primeira perspectiva, remetemos o leitor para um breve texto intitulado “A Memória das Ordens Militares: o ‘Livro dos Copos’ da Ordem de Santiago”⁴⁴. Esta reflexão será amplamente implementada com a divulgação da *Historia das Íncultas Cavalaria de Cristo, Santiago e Avis* de Frei Jerónimo Román⁴⁵ e com um extenso investimento na edição das obras, “A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)”⁴⁶, “A comenda de Noudar: o Tombo de 1606-1607”⁴⁷ e “A comenda de Vera Cruz de Marmelar. Corpus documental (1258-1640)”⁴⁸.

⁴² Veja-se, por todos, o trabalho, que seguimos de perto, de COSTA, Paula Pinto – “Luís Adão da Fonseca: from the pioneering to the mature approach in the research on the Military Orders in Portugal”. *e-Journal of Portuguese History* 18/2 (2020). [Consultado a 10 Junho 2026].

⁴³ Por vias distintas, e como é óbvio, ambas as abordagens apontavam, também, no sentido do estudo das relações entre a monarquia portuguesa e as referidas instituições. Cfr. FONSECA, Luís Adão da – “A memória das Ordens Militares na Idade Média portuguesa: recordações populares e intencionalidade do poder”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros*, 1. Palmela: Município de Palmela/GEsOS, 2012, pp. 25-36.

⁴⁴ FONSECA, Luís Adão da – “A Memória das Ordens Militares: o “Livro dos Copos” da Ordem de Santiago”. In *As Ordens Militares em Portugal: actas do I Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991, pp. 15-22.

⁴⁵ FONSECA, Luís Adão da (dir.); COSTA, Paula Pinto (coord.); MATA, Joel; PIMENTA, Maria Cristina e SILVA, Isabel Morgado – “*História das Íncultas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis* por Fr. Jerónimo Román”. *Militarium Ordinum Analecta* [Em linha] 10 (2008). <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal>

⁴⁶ *Militarium Ordinum Analecta*, [Em linha] 14 (2013). <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal>. Em colaboração com Maria Cristina Pimenta e Joana Lencart:

⁴⁷ *Militarium Ordinum Analecta*, [Em linha] 15 (2013). <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal>). Em colaboração com Maria Cristina Pimenta e Joana Lencart.

⁴⁸ *Militarium Ordinum Analecta* [Em linha] 16 (2013). <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal>. Em colaboração com Paula Pinto Costa e Joana Lencart. Numa nova geração de historiadores, o tema continua a ser objecto de interesse, como se prova pelo trabalho de LENCART, Joana – *A Ordem do Templo e a Ordem de Cristo na obra de Pedro Álvares Seco no século XVI*. Sintra: Zéfiro, 2022. O leitor atento perceberá que muitos dos trabalhos acima citados estão reunidos na coleção *Militarium Ordinum Analecta*, organizada por Luís Adão da Fonseca em 1997. Trata-se de uma publicação que soma já 18 volumes. Encontra-se disponível em linha, na sua quase totalidade, e acolhe a publicação de diversas teses de mestrado e de doutoramento, a par de fontes sobre as Ordens Militares. Veja-se: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/militarium-ordinum-analecta>. Outros estudos tiveram publicação autónoma: MATA, Joel – *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago. A comenda de Santos na Idade Média*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2016; MENDONÇA, Manuel Lamas

Luís Adão da Fonseca manteve, até ao fim, um carinho muito especial por esta linha de reflexão:

“No caso da memória histórica, esta é, efetivamente, uma retroprojeção que nos fornece preciosas informações a respeito dos propósitos mais profundos de quem, em determinado momento, organiza as suas recordações.”⁴⁹

Quanto à segunda perspectiva – Ordens Militares na sua relação com o processo expansionista português –, a investigação feita proporcionou-lhe alguns dados de relevo para melhor compreender o século XV, em especial, provenientes da componente social destas Ordens Militares.

De resto, os espaços Atlântico e Mediterrânico em que muitos navegadores se moveram não era um assunto alheio às suas preocupações, como já se referiu, e a sua vinculação à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, a par de recorrentes colaborações com a Expo 98, favorecem a escrita de trabalhos inovadores.

Destaco, a este respeito, um convite recebido por parte do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa em 2001 para participar no Encontro *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*⁵⁰, que abriu caminho para uma importante identificação entre os perfis sociológicos das Ordens Militares e os navegadores (v.g. de Santiago e de Cristo). A importância, por exemplo, de se poder comprovar documentalmente a transferência de Vasco da Gama, cavaleiro da Ordem de Santiago, para a Ordem de Cristo, se justificava plenamente a aposta num

de – *A Ordem Militar de Avis revisitada (1515-1538). Um alheado entardecer*. Benavente: ed. do autor, 2019.

⁴⁹ FONSECA, Luís Adão da – “A Memória das Ordens Militares: o *Livro dos Copos*”, p. 15. Veja-se, também: FONSECA, Luís Adão da – “A memória das Ordens Militares na Idade Média portuguesa”, pp. 25-36.

⁵⁰ FONSECA, Luís Adão da – “As Ordens Militares e a Expansão”. In COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (ed.) – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*. Lisboa: Centro de História Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004, pp. 321-347. Nesta sequência, surgem outros textos, como por exemplo: FONSECA, Luís Adão da – “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”. *Mare Liberum. Revista de História dos Mares* 16 (1998), pp. 11-32 ou FONSECA, Luís Adão da – *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999 (versão em língua inglesa: *The discoveries and the formation of the Atlantic Ocean*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999 e versão em língua italiana: *Dal Mediterraneo all'Atlantico. Le scoperte e la formazione del Mare Oceano nel secoli XIV- XIV*. Pisa-Cagliari: Edizioni ETS-Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea, 2004).

investimento ao nível da documentação das Ordens, permitia, também, ir muito mais além no conhecimento do tema, facto que nos obriga, com gosto, a escrever algumas palavras, em apartado próprio⁵¹.

A Expansão Marítima no século XV

A dedicação deste historiador ao tema já se adivinhava, quer pela publicação da sua obra *Navegación y Corso en el Medirrane Occidental*, quer pela imensa atenção que dedicou à política interna e externa portuguesa ao longo de Quatrocentos, como temos vindo a referir. Por outro lado, a liturgia comemorativa em vigor nos anos 90 do século passado favoreceu, como é óbvio, esta aposta que, em bom rigor, se sabia ganha. Entre 1991 e 1995, prepara dois trabalhos de folego sobre o Tratado de Tordesilhas⁵² e um livro, *Portugal entre dos mares*, no qual resume, com recurso a trabalhos anteriores, os principais alinhamentos inerentes ao debate em torno da expansão portuguesa, nunca perdendo de vista os

“ángulos de visión mediante los cuales hay que abordar estos temas..., desde el mundo de lo utópico y de lo onírico hasta las profundidades de la estructura y los complejos (espaciales y/o económicos)... desde la sucesión de las opciones (características de la dimensión de la política y la diplomacia) hasta la interpretación de los textos...”⁵³.

Foi, na verdade, muito intensa a sua dedicação ao estudo desta área temática: ventos, correntes, marés, mapas, toda uma (re)descoberta em torno do Mar, que, de forma despreziosa percorreu⁵⁴. Crónicas, fontes narrativas portuguesas e estrangeiras,

⁵¹Mais tarde, esta linha de investigação continuou a ser desenvolvida, *maxime*, na dissertação de doutoramento de VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – “Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder. Séculos XIV a XVI”. *Militarium Ordinum Analecta* 12 (2012). [Consultado a 2 Junho 2026]. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-12>. Veja-se, com proveito, VASCONCELOS, António Pestana de; MENDONÇA, Manuel Lamas de – “The Recruitment of the Portuguese Military Orders: A Sociological Profile (1385-1521)”. In EDBURY, Peter (ed.) - *The Military Orders*, 5. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2012, pp. 387-400.

⁵² FONSECA, Luís Adão da – *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Estudo introdutório (leitura do texto do tratado de Maria Cristina Cunha). Lisboa: Edições Inapa, 1991 e FONSECA, Luís Adão da; RUIZ ASCENCIO, José Manuel (dir.) – *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1995.

⁵³ FONSECA, Luís Adão da – *Portugal entre dos mares*. Madrid: Mapfre, 1993, p. 304.

⁵⁴ Lembre-se, neste sentido a publicação, em parceria com José Adriano Freitas de Carvalho, das obras: *O Atlântico: a memória de um Oceano*. Vol. 1 - *Do Imaginário do Atlântico ao Atlântico*

relatos, catálogos de exposições, entre outros, ressurgem no seu dia-a-dia de uma forma muito visível, desafio que acolhe com o maior entusiasmo. Insere-se neste período, a publicação das biografias dos navegadores que, entretanto, tomavam forma: *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*⁵⁵ e *Pedro Álvares Cabral. Uma viagem*⁵⁶.

Resultado de anos de estudo e reflexão em torno destes temas, estas biografias sempre serão encaradas, não como pontos de chegada, mas, antes, como pontos de partida. São incontáveis as pistas que se podem perseguir a partir de cada uma delas. Lembro, porque constituíram uma novidade, as suas palavras para explicar o contraste entre o campo de manobra permitido à coroa portuguesa em meados de Quatrocentos e, por oposição, o que se passa no século seguinte. Escreve o historiador que, após o controlo do Índico subsequente à viagem de Vasco da Gama:

“em termos de política externa, a rota do Índico tem efeitos duplamente importantes. Por um lado, representa a exportação para o Oriente das práticas do equilíbrio compensado [...] anteriormente desenvolvidas pelos portugueses no Atlântico; estas práticas estão na base da estratégia global de domínio político-militar protagonizada, por exemplo, por um Afonso de Albuquerque. Por outro lado, afeta diretamente toda a orientação diplomática seguida por Portugal, no Atlântico e no Mediterrâneo. Agora, mais do que nunca, impõe-se uma política de colaboração europeia, e nomeadamente, peninsular”⁵⁷.

Em boa verdade, é o século XVI que deverá ser olhado sob este prisma. Por isso, mais tarde, completará esta mesma ideia ao referir que se quebra

“deste modo, a orientação definida desde meados da segunda metade do século XV, sobretudo mercê do tratado das Alcáçovas; segundo esta orientação, a

Imaginado. Edição, selecção de textos e recolha iconográfica em colaboração com José Adriano Freitas de Carvalho. Porto: Banco Português do Atlântico, 1993 e *O Atlântico: a memória de um Oceano*. Vol. 2 - *A descoberta do Oceano: saga e memória (séc. XI-XVI)*. Edição, selecção de textos e recolha iconográfica em colaboração com José Adriano Freitas de Carvalho. Porto: Banco Português do Atlântico, 1996.

⁵⁵ Lisboa: Expo 98 e Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1997. Publicado em edição abreviada (sem ilustrações e sem apêndice), Lisboa: Expo 98, 1998.

⁵⁶ Lisboa: Edições INAPA, 1999.

⁵⁷ FONSECA, Luís Adão da – *Vasco da Gama*, p. 244.

fronteira política oceânica era definida diplomaticamente no quadro ibérico.

Mas, nos inícios do século XVI, regressa-se à dualidade fronteiriça marítima”.⁵⁸

Coerentemente, será ainda a partir do estudo das Ordens Militares que Luís Adão da Fonseca acarinha a ligação entre a dimensão inicial de cruzada, presente nas Ordens Militares e as diversas bulas papais que as mesmas recebem ao longo do século XV⁵⁹. O maior expoente desta relação será a Ordem de Cristo, a ordem militar que, desde a sua fundação, estava destinada a acompanhar os interesses da monarquia portuguesa⁶⁰. Por esta razão, Luís Adão da Fonseca encontrou, neste enfoque, mais uma mais-valia que, sem hesitar, decide aprofundar, visitar e reinterpretar: a

⁵⁸ FONSECA, Luís Adão da – Implicações políticas e estratégicas da viagem de Vasco da Gama (1497-1499). *População e Sociedade* [Em linha] (2015), p. 32 [Consultado a 6 Junho 2026]. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes>. Veja-se, ainda: FONSECA, Luís Adão da – “A primeira expansão”. In CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de (eds.) – *Memória de Portugal. O milénio português*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 215-265 e FONSECA, Luís Adão da – “Globalização antes da globalização? A expansão europeia no século XV. O caso português”. In HERBERS, Klaus; JASPERT, Nikolas Jaspert (eds.) – *“Das kommt mir Spanish vor”. Eigenes und Fremdes in den deutsch-spanischen Beziehungen des Späten Mittelalters*. Münster: Lit Verlag, 2004, pp. 643-684. A edição de um *Dicionário da Expansão Portuguesa. 1415-1600* (ed. Francisco Contente Domingues e DOMINGUES, 2 vols, Lisboa: Círculo de Leitores, 2016), permite-lhe a redação das seguintes entradas: Cabral, Pedro Álvares, 1, pp. 183-187; Carta de Pero Vaz de Caminha, 1, pp. 232-234; Castela e Aragão, 1, pp. 262-266; Fernando I, D., 1, pp. 393-395; Gama, Vasco da, 1, pp. 425-428; Mediterrâneo, 2, pp. 708-716; Ordens Militares, 2, pp. 785-792; Pedro, Infante D., 2, pp. 820-822; Zurara, 2, pp. 1055-1058. Entre este ano de 2016 e 2018, data da sua última publicação, conhecem-se os seguintes títulos: FONSECA, Luís Adão da – “L’influenza italiana nella concettualizzazione dei primi viaggi oceanici (XV secolo). Un caso di studio”. In MELONI, M. G.; OLIVA, A. M.; SCHENA, O. (eds.) – *Ricordando Alberto Boscolo. Bilanci e prospettive storiografiche*. Roma: Viella, 2016, pp. 547-555; FONSECA, Luís Adão da – “Straits, Capes and Islands as Points of Confluence in Portuguese Ocean Route between the Atlantic and the East (fifteenth-century)”. In JASPERT, Nikolas; KOLDITZ, Sebastian (eds.) – *Entre Mers-Outre Mer. Spaces, Modes and Agents of Indo-Mediterranean Connectivity (3rd Century BCE - 18th Century)*. Heidelberg: Heidelberg University Publishing, 2018, pp. 129-138; FONSECA, Luís Adão da – “Islands in the Horizon: The Insular thinking in the writings of Amerigo Vespucci and the Early Portuguese Maritime Explorations”. In DOMINGUES, Francisco Contente; CATTANEO, Angelo (eds.) – *Shores of Vespucci: A historical research of Amerigo Vespucci's life and contexts*. Frankfurt: Peter Lang Verlag, 2018, pp. 129-145.

⁵⁹ Manifestou a sua preocupação em esclarecer, na cronologia longínqua do século XI, o sentido da Cruzada, da Paz e da Guerra. Pode ler-se, FONSECA, Luís Adão da – “A cruzada, a paz e a guerra no horizonte da “Nova Europa” do século XI”. In GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luís (ed.) – *Primera cruzada. Novecientos Años después: el concilio de Clermont y los orígenes del movimiento cruzado*. Madrid: s.n., 1997, pp. 223-252.

⁶⁰ SILVA, Isabel Morgado – “A Ordem de Cristo (1427-1521)”. *Militarium Ordinum Analecta*, [Em linha] 6 (2002). Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-6>

ligação entre o papado e a monarquia portuguesa (tantas vezes feita através das Ordens), sempre com os olhos postos na *ideia de cruzada*⁶¹.

Talvez uma das mais interessantes ideias que podemos colher na obra deste historiador, a este propósito, se possa encontrar aqui, nestas palavras que escreve na sua obra sobre D. João II⁶²:

“Recorde-se [...] que os monarcas portugueses são, na sua titulação, desde 1485, *senhores da Guiné*. Nesta ordem de ideias, pode-se dizer que a actividade marítima e guerreira portuguesa em África é reforçada ideologicamente pela manutenção de um corpo doutrinário de carácter ideológico que, herdeiro da tradição da cruzada medieval, é utilizado pela monarquia com a função de legitimar a acção militar externa”.

E, por fim, um *Príncipe Perfeito*

Luís Adão da Fonseca escreveu, em 2006, a biografia do rei D. João II⁶³. Trata-se, na verdade, do reinado do último rei desta dinastia que nasce e ainda morre no decurso de Quatrocentos.

Parece-me a via adequada para terminar estas já longas observações.

Esta biografia encerra um ciclo que, desde a sua juventude, lançou este historiador na procura de respostas para alguns dos principais problemas que o século XV

⁶¹ COSTA, Paula Pinto; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina – “The Papacy and the Crusade in 15th Century Portugal”. In BALARD, Michel (ed.) – *La Papauté et les croisades/The Papacy and the Crusades*, Farnham: Ashgate, 2011, pp. 141-154; FONSECA, Luís Adão da – “The Portuguese Military Orders, the Royal Power and the Maritime Expansion (XVth century)”. In EDBURY, Peter W. (org.) – *The Military Orders*, 5 (Politics and Power). Farnham: Ashgate, 2012, pp. 401-411; FONSECA, Luís Adão da – “The Idea of Crusade in Medieval Portugal. Political Aims and Ideological Framing”. In NIELSEN, Torben K.; SCHMIDT, Iben Fonnesberg (eds.) – *Crusading on the Edge. Ideas and Practice of Crusading in Iberia and the Baltic Region, 1100-1500*. Turnhout: Brepols, 2016, pp. 177-197; FONSECA, Luís Adão da – “La Orden de Cristo entre la cruzada y la monarquía: un marco ideológico con finalidad política”. In TORRES JIMÉNEZ, Raquel; RUIZ GÓMEZ, Francisco (eds.) – *Órdenes militares y construcción de la sociedad occidental. Cultura, religiosidad y desarrollo social de los espacios de frontera (siglos XII-XV)*. Madrid: Sílex, 2016, pp. 685-703.

⁶² FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, reeditado pela Editora Temas e Debates, em 2011.

⁶³ Sobre a época em que cai o reinado do filho de D. Afonso V, creio que estava tudo estudado. Já sobre o desafio de escrever uma biografia, leu muito. Muitíssimo, posso assegurar. Já era, antes do seu interesse, consultar as novidades da revista *Biography. An Interdisciplinary Quarterly*, editada pela University Hawai’I Press ([Biography: An Interdisciplinary Quarterly – UH Press](#)).

colocava à erudição histórica. Todos os temas alvo da sua atenção desaguam aqui, nas decisões deste monarca e, por esta razão, estão, ainda, abertamente em debate. Por maioria de razão, começamos por lembrar o nome do Rei, um outro João que, porventura, se pretendia como o primeiro, como bem deixa sublinhar o seu biógrafo. Aliás, foi esse mesmo desejo que norteou, também, a maioria das escolhas de outros herdeiros do fundador da dinastia.

Neste texto, este é o momento em que, eu e o leitor, voltamos a Windsor, ao advento da família de Avis.

E, também agora, neste final de século, reinando D. João II, e, porventura, com uma visibilidade ainda superior, atinge-se o corolário de anos e anos de intensos esforços no quadro da diplomacia peninsular, um aspecto sempre presente na obra deste historiador.

O rei recorre, com mestria, aos legados que o século lhe proporcionava. Lembre-se que D. João II reina entre 1481 e 1495 e, assim, faz todo o sentido apontar o dedo às rupturas e às continuidades, dar a conhecer o significado das terçarias, dos negócios que amparam os casamentos e os novos tratados; agora, Alcáçovas-Toledo e Tordesilhas.

E assim se cumpriu uma vida: de Windsor a Tordesilhas, quem não gostaria?

É inevitável aceitar que esta biografia é, com grandes probabilidades, uma biografia muito conseguida. Não sou ninguém para a avaliar. Sei, isso sim, que sempre que encontrava uma obra sobre o género..., pegava nela com determinação e via o índice. Será que a deveria ter lido para escrever sobre D. João II? Depois via a data, e respirava fundo. Felizmente, eram, sempre, livros posteriores à elaboração da sua biografia, como aconteceu com o de Barbara Caine, *Biography and History*⁶⁴, que, ainda assim, não deixou de comprar.

Luís Adão da Fonseca, para escrever sobre o *Príncipe Perfeito*, socorre-se de uma evolução histórica, inevitavelmente complexa, entre as acções individuais (aqui, do monarca D. João II) e as estruturas políticas, sociais... que o rodeiam. Talvez

⁶⁴ CAINE, Barbara – *Biography and History*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.

entendesse que este ponto de partida fosse suficiente para nele alicerçar a escrita deste livro. Creio que foi.

Sei bem que leu *Para uma visão diferente da Idade Média*, de Jacques Le Goff e conheceu a sua opinião a respeito, quando o historiador francês ensina que,

“Para se chegar ao "verdadeiro" São Luís ou ao "verdadeiro" São Francisco - porque estou convencido de que existe uma verdade no fim do trabalho do historiador - é preciso repensar praticamente tudo”⁶⁵.

Creio que a obra de Luís Adão da Fonseca, na multiplicidade de dimensões que comporta, constituiu um caminho suficiente para que, de verdade, tenha repensado “praticamente tudo” ao escrever sobre D. João II.

Se assim não for, recorro a Jorge Luís Borges, como o Professor faria (presunção a minha...) e cito:

“Que un individuo quiera despertar en otro individuo recuerdos que no pertenecieron más que a un tercero, es una paradoja evidente. Ejecutar con despreocupación esa paradoja, es la inocente voluntad de toda biografía⁶⁶.

*
**

No final do ano lectivo de 1981-82 terminavam, para os alunos da Licenciatura em História da Faculdade de Letras do Porto, as aulas de História Medieval. Muitos passamos horas sentados em torno da fonte do Palacete Burmester onde a Faculdade se tinha instalado. E a nossa tristeza era visível.

Para mim, esses momentos menos felizes acabavam rapidamente.

Começava, isso sim, um longo caminho de estreita colaboração com Luís Adão da Fonseca que marcou o meu caminho. Para mim, não houve outros caminhos. Só este. E, dele me orgulho muito e nele me revejo a cada dia que passa.

Porto, Maio-Junho de 2026

⁶⁵ LE GOFF, Jacques – *Viva o ano 1000. A modernidade da Idade Média*. Lisboa: Teorema, 2000, p. 23.

⁶⁶ BORGES, Jorge Luis – *“Evaristo Carriego”*. *Obras Completas. 1923-1949*. Vol. 1. Barcelona: Emecé Editores, 1989, p. 113.

Referências bibliográficas / Bibliographical references

Estudos/ Studies

AZEVEDO, Ruy Pinto de – “As origens da Ordem de Évora ou de Avis”. *História* 1-4 (1932), pp. 233-241.

BARBOSA, Isabel Lago – “A Ordem de Santiago em Portugal na Baixa Idade Média: normativa e prática”. *Militarium Ordinum Analecta* 2 (1998), pp. 93-288. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-2>.

BORGES, Jorge Luis – “Evaristo Carriego”. In *Obras Completas. 1923-1949*, 1. Barcelona: Emecé Editores, 1989.

CAINE, Barbara – *Biography and History*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.

CARBONELL, Charles-Olivier – “Pour une histoire de l'historiographie”. *Storia della Storiografia* 1 (1982), pp. 7-25.

COCHERIL, D. Maur – “Les Ordres Militaires Cisterciens au Portugal”. *Bulletin des Études Portugaises* 1:28/29 (1967-1968), pp. 11-71.

COSTA, Paula Pinto – “Luís Adão da Fonseca: from the pioneering to the mature approach in the research on the Military Orders in Portugal”. *e-Journal of Portuguese History* [Em linha] 18/2 (2020). Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5687>.

COSTA, Paula Pinto; FONSECA, Luís Adão da; LENCART, Joana – “A comenda de Vera Cruz de Marmelar. Corpus documental (1258-1640)”. *Militarium Ordinum Analecta* [Em linha] 16 (2013). Disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal>.

COSTA, Paula Pinto; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina – “The Papacy and the Crusade in 15th Century Portugal”. In BALARD, Michel (ed.) – *La Papauté et les croisades/The Papacy and the Crusades*. Farnham: Ashgate, 2011, pp. 141-154.

CUNHA, Maria Cristina – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*. Porto: Universidade do Porto, 1989. Dissertação de Mestrado.

DOMINGUES, Francisco Contente (ed.) – *Dicionário da Expansão Portuguesa. 1415-1600*. 2 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016.

FONSECA, Luís Adão da – “Uma carta do Condestável D. Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto. Série de História* 1 (1970), p. 87.

FONSECA, Luís Adão da – “Alguns aspectos das relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV (1449-1456)”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História* 3 (1972), pp. 51-112. Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5687>

FONSECA, Luís Adão da – *Obras Completas do Condestável D. Pedro de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

FONSECA, Luís Adão da – *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona: Eunsa, 1978.

FONSECA, Luís Adão da – *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

FONSECA, Luís Adão da – “La historiografía medieval portuguesa (1940-1984)”. In FLORISTÁN IMÍZCOZ, Alfredo Pablo; OLABARRI GORTÁZAR, Ignacio; VÁSQUEZ DE PRADA VALLEJO (eds.) – *Actas de las III Conversaciones Internacionales de Historia. La historiografía en Occidente desde 1945*. Pamplona: EUNSA, 1984, pp. 51-67.

FONSECA, Luís Adão da – “*Ínclita Geração. Altos Infantes (Lusíadas. IV, 50)*. Algumas considerações sobre a importância das circunstâncias históricas na formação de um tema literário”. Separata das *Actas da IV reunião internacional de camonistas*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. 1984, pp. 295-302.

FONSECA, Luís Adão da – “Algumas considerações a propósito da documentação existente em Barcelona respeitante à Ordem de Avis: sua contribuição para um melhor conhecimento dos grupos de pressão em Portugal em meados do século XV”.

Revista da Faculdade de Letras do Porto 1 (1984), pp. 19-56 [reed. *Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1987, pp. 276-311].

FONSECA, Luís Adão da – *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

FONSECA, Luís Adão da – “Una elegia inédita sobre la familia de Avis. Un aspecto de la propaganda política en la Península Ibérica a mediados del siglo XV”. *Anuario de Estudios Medievales* 16 (1986), pp. 449-463.

FONSECA, Luís Adão da – “Memória das Ordens Militares: o “Livro dos Copos” da Ordem de Santiago”. In *As Ordens Militares em Portugal: actas do I Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991, pp. 15-22.

FONSECA, Luís Adão da – *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Estudo introdutório (leitura do texto do tratado de Maria Cristina Cunha). Lisboa: Edições Inapa, 1991

FONSECA, Luís Adão da – *Portugal entre dos mares*. Madrid: Editorial Mapfre, 1993.

FONSECA, Luís Adão da – “A morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV”. *Biblos* 69 (1993), pp. 507-538.

FONSECA, Luís Adão da; RUIZ ASCENCIO, José Manuel (eds.) – *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.

FONSECA, Luís Adão da – “La conciencia de Europa en el horizonte de la expansión portuguesa (siglos XV-XVI)”. In VACA LORENZO, Ángel (ed.) – *Europa: proyecciones y percepciones históricas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1997, pp. 133-147.

FONSECA, Luís Adão da – *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*. Lisboa: Expo 98 e Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1997 [reed. abreviada (sem ilustrações e sem apêndice), Lisboa: Expo 98, 1998].

FONSECA, Luís Adão da – “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”. *Mare Liberum. Revista de História dos Mares* 16 (1998), pp. 11-32.

FONSECA, Luís Adão da – “A imagem de Filipe II na historiografia portuguesa”. In RIBOT GARCIA, Luis Antonio; BELENGUER CEBRIÀ, Ernest (eds.) - *Actas do Congresso Internacional Las Sociedades Ibéricas y el mar a finales del siglo XVI*. Lisboa/Madrid: Comissariado de Espanha na EXPO 98, 1998, pp. 59-99.

FONSECA, Luís Adão da – *Pedro Álvares Cabral. Uma viagem*. Lisboa: Edições INAPA, 1999.

FONSECA, Luís Adão da – *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999 [trad inglesa: *The discoveries and the formation of the Atlantic Ocean*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999; trad. italiana: *Dal Mediterraneo all’Atlantico. Le scoperte e la formazione del Mare Oceano nel secoli XIV-XVI*. Pisa-Cagliari: Edizioni ETS-Istituto di Storia dell’Europa Mediterranea, 2004].

FONSECA, Luís Adão da – “A Comenda de Noudar da Ordem de Avis: a memória da fronteira na Idade Média e na Idade Moderna”. In IZQUIERDO BENITO, Ricardo; RUIZ GÓMEZ, Francisco (eds.), *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, 1. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 655-681.

FONSECA, Luís Adão da - “A primeira expansão”. In CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro (eds.). – *Memória de Portugal. O milénio português*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 215-265.

FONSECA, Luís Adão da - “Globalização antes da globalização? A expansão europeia no século XV. O caso português.”. In HERBERS, Klaus; JASPERT, Nikolas (eds.) – “*Das kommt mir Spanish vor*”. *Eigenes und Fremdes in den deutsch-spanischen Beziehungen des Späten Mittelalters*. Münster: Lit Verlag, 2004, pp. 643-684.

FONSECA, Luís Adão da – “El reinado de Isabel la Católica en la historiografía portuguesa”. In VALDEÓN BARUQUE, Julio (ed.) - *Actas do IV Simposio sobre o*

reinado de Isabel a Católica. Visión del reinado de Isabel la Católica desde los cronistas coetáneos hasta el presente. Valladolid: Instituto Universitario de Historia Simancas, 2004, pp. 133-146.

FONSECA, Luís Adão da – "As Ordens Militares e a Expansão". In COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (ed.) – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*. Lisboa: Centro de História Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004, pp. 321-347.

FONSECA, Luís Adão da (dir.); COSTA, Paula Pinto (coord.); MATA, Joel; PIMENTA, Maria Cristina e SILVA, Isabel Morgado – "*História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis* por Fr. Jerónimo Román". *Militarium Ordinum Analecta* [Em linha] 10 (2008). Disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal>.

FONSECA, Luís Adão da – "Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos. A formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo". *População e Sociedade* 17 (2009), pp. 45-60.

FONSECA, Luís Adão da – "La Ética en el trabajo del historiador". In CASPISTEGUI, Francisco Javier (ed.) – *Historia y globalización. VIII Conversaciones Internacionales de Historia*. Pamplona: Eunsa, 2012, pp. 215-247.

FONSECA, Luís Adão da – "A memória das Ordens Militares na Idade Média portuguesa: recordações populares e intencionalidade do poder". In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros*, 1. Palmela: Município de Palmela/GEsOS, 2012, pp. 25-36.

FONSECA, Luís Adão da – "The Portuguese Military Orders, the Royal Power and the Maritime Expansion (XVth century)". In EDBURY, Peter W. (ed.) – *The Military Orders*, 5 (Politics and Power). Farnham: Ashgate, 2012, pp. 401-411.

FONSECA, Luís Adão da – "Implicações políticas e estratégicas da viagem de Vasco da Gama (1497-1499)". *População e Sociedade* [Em linha] 24 (2015), p. 35 [Consultado a 6 junho 2026]. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edições>.

FONSECA, Luís Adão da - “The Idea of Crusade in Medieval Portugal. Political Aims and Ideological Framing”. In NIELSEN, Torben K.; SCHMIDT, Iben (eds.) – *Crusading on the Edge. Ideas and Practice of Crusading in Iberia and the Baltic Region, 1100-1500*. Turnhout: Brepols, 2016, pp. 177-197.

FONSECA, Luís Adão da - “L’influenza italiana nella concettualizzazione dei primi viaggi oceanici (XV secolo). Un caso di studio”. In MELONI, M. G.; OLIVA, A. M.; SCHENA, O. (eds.) – *Ricordando Alberto Boscolo. Bilanci e prospettive storiografiche*. Roma: Viella, 2016, pp. 547-555.

FONSECA, Luís Adão da - “La Orden de Cristo entre la cruzada y la monarquía: un marco ideológico con finalidad política”. In TORRES JIMÉNEZ, Raquel; RUIZ GÓMEZ, Francisco (eds.) – *Órdenes militares y construcción de la sociedad occidental. Cultura, religiosidad y desarrollo social de los espacios de frontera (siglos XII-XV)*. Madrid: Sílex, 2016, pp. 685-703.

FONSECA, Luís Adão da - “Straits, Capes and Islands as Points of Confluence in Portuguese Ocean Route between the Atlantic and the East (fifteenth-century)”. In JASPERT, Nikolas; KOLDITZ, Sebastian (eds.) – *Entre Mers-Outre Mer. Spaces, Modes and Agents of Indo-Mediterranean Connectivity (3rd Century BCE – 18th Century)*. Heidelberg: Heidelberg University Publishing, 2016, pp. 129-138.

FONSECA, Luís Adão da - “Islands in the Horizon: The Insular thinking in the writings of Amerigo Vespucci and the Early Portuguese Maritime Explorations”. In DOMINGUES, Francisco Contente; CATTANEO, Angelo (eds.) – *Shores of Vespucci: A historical research of Amerigo Vespucci's life and contexts*. Frankfurt: Peter Lang Verlag, 2018, pp. 129-145.

FONSECA, Luís Adão da; COSTA, Paula Pinto - “Historiografia: Época Medieval”. In FONSECA, Luís Adão da (ed.) – *Entre Portugal e a Galiza (séc. XI a XVII)*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, pp. 413-423.

FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina - “A Comenda de Noudar e o seu território”. In FONSECA, Luís Adão da (ed) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Militarium Ordinum Analecta 17 (2013)*, pp. 133-144.

FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina – “Formação de uma comenda de fronteira: Noudar, o castelo e o seu território”. In *Actas do Encontro Internacional Castelos das Ordens Militares*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura/Direção Geral do Património Cultural, 2013, pp. 339-362.

FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina - “The commandery of Noudar of the Order of Avis in the border with Castile. History and memory”. In SCHENK Jochen; CARR, Mike (eds.) – *The Military Orders 6.2 Culture and conflict in Western and Northern Europe*. Londres: Routledge, 2016, pp. 154-163.

FONSECA, Luís Adão da; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – “Historiografia: Século XIX”. In FONSECA, Luís Adão da (ed.) – *Entre Portugal e a Galiza (séc. XI a XVII)*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos, 2014, pp. 427-436.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de; COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto (eds.) – *Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos. Duas décadas de cátedra (1984-2006). Homenagem a Luís Adão da Fonseca*. Porto: CEPESE, 2009.

JAVIERRE MUR, Aurea – “La Orden de Calatrava en Portugal”. *Boletín da la Real Academia de Historia* 130 (1952), pp. 323-376.

LE GOFF, Jacques – *Viva o ano 1000. A modernidade da Idade Média*. Lisboa: Teorema, 2000.

LENCART, Joana; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina – “A Comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)”. *Militarium Ordinum Analecta* [Em linha] 14 (2013). Disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal>.

LENCART, Joana; FONSECA, Luís Adão da; PIMENTA, Maria Cristina – “A comenda de Noudar: o Tombo de 1606-1607”. *Militarium Ordinum Analecta* [Em linha] 15 (2013). Disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal>.

LOMAX, Derek W. – *Las Ordenes Militares en la Peninsula Iberica durante la Edad Media*. Salamanca: Instituto de Historia de la Teología Española, 1976.

MATTOSO, José – “João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz”. In *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 409-435.

MOURA, Vasco Graça – “Um Abraço para Luís Adão da Fonseca”. In HOMEM, Armando Luís de Carvalho; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de; COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto (eds.) – *Ibéria Quatrocentos/Quinhentos. Duas décadas de cátedra (1984-2006). Homenagem a Luís Adão da Fonseca*. Porto: CEPESSE, 2009, pp. 331-332.

OLIVEIRA, Miguel de – “A milícia de Évora e a Ordem de Calatrava”. *Lusitania Sacra* 1 (1956), pp. 1-16.

PIMENTA, Maria Cristina – “A Ordem Militar de Avis (durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues Sequeira)”. *Militarium Ordinum Analecta* 1 (1997), pp. 127-242. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-1>.

PURIFICAÇÃO, Frei J. da – *Catálogo dos Mestres e Administradores da Ilustre e Antiquíssima Ordem Militar de Aviz. Documentos e Memórias da Academia da História Portuguesa* 2 (1772)

SILVA, Isabel Luísa Morgado – “A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373? - 1417)”. *Militarium Ordinum Analecta* 1 (1997), pp. 5-126. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-1>.

SILVA, Isabel Morgado – “A Ordem de Cristo (1427-1521)”. *Militarium Ordinum Analecta* [Em linha] 6 (2002). Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-6>.

SOUSA, Armindo de – *A Morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

TAROUCA, Carlos da Silva – “As origens da Ordem dos Cavaleiros de Évora (Avis), segundo as cartas do Arquivo do Cabido da Sé de Évora”. *A Cidade de Évora* 5 (13-14) (1947), pp. 25-39.

TRINDADE, Maria José Lagos – “A propriedade das ordens militares nas inquirições gerais de 1220”. *Do Tempo e da História* 4 (1971), pp. 125-138.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – “Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder. Séculos XIV a XVI” [Em linha]. *Militarium Ordinum Analecta*, 12 (2012) [Consultado a 2 Junho 2026]. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-12>.

VASCONCELOS, António Pestana de; MENDONÇA, Manuel Lamas de – “The Recruitment of the Portuguese Military Orders: A Sociological Profile (1385—1521)”. In EDBURY, Peter (ed.) - *The Military Orders*, 5. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2012, pp. 387-400.

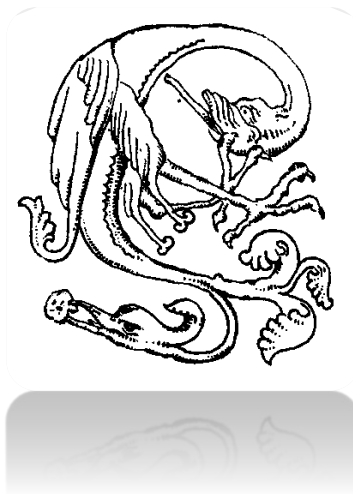
Webgrafia/Bases de dados

OOMM. Bibliografía sobre las Órdenes Militares en la Edad Moderna [Em linha]. 2004. [Consultado a 2 Junho 2026]. Disponível em <http://www.moderna1.ih.csic.es/oomm/default/htm>.

Biography. An Interdisciplinary Quarterly. Ed. University Hawai’I Press. [Em linha]. Disponível em [Biography: An Interdisciplinary Quarterly – UH Press](#).

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PIMENTA, Maria Cristina – “Luís Adão da Fonseca (06.06.1945-11.05.2026). *In memoriam*”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 13-45. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 40 | Julho – Dezembro 2026

ISSN 1646-740X

**O ogro que tinha o espírito humano como presa:
Marc Bloch e a psicologia coletiva***

*The ogre who had the human spirit as prey:
Marc Bloch and the collective psychology*

Hilário Franco Júnior

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
05508-900; São Paulo; Brasil

hilario.franco-jr@wanadoo.fr

<https://orcid.org/0000-0003-1519-180X>

Data recepção do artigo / Received for publication: 13 de Maio de 2026

DOI:

* A primeira versão deste texto foi apresentada na Universidade de São Paulo, em 7 de maio de 2026, como conferência inaugural do Colóquio “Marc Bloch no Brasil: História e Ciências Sociais”.



*Einen Wissenden darf ich mich nicht nennen.
Ich war ein Suchender und bis es noch¹*

No passado 23 de junho, as cinzas de Marc Léopold Benjamin Bloch (1886-1944) entraram no Panthéon francês, justificadas pela célebre divisa do monumento: *Aux grands hommes, la patrie reconnaissante*. O tributo das autoridades e dos cidadãos foi ao soldado das duas grandes guerras, ao membro da Resistência e ao mártir da Ocupação nazista. Para os historiadores profissionais a cerimônia teve ainda um sentido suplementar, recordar que Marc Bloch foi um dos seus (o primeiro a ser ali acolhido), e dos grandes: para André Burguière, ele está entre os três maiores historiadores do século XX². Juízos desse tipo são sempre subjetivos, porém é inegável o *status* excepcional do homenageado, inovador na escolha de certos temas, renovador na abordagem de outros, utilizador de amplo rol de fontes primárias, leitor de vasta bibliografia, redator cuidadoso e elegante.

O que nos interessa aqui, no entanto, é um aspecto específico, o papel atribuído por Bloch à psicologia como instrumento do historiador. Se para este a erudição é indispensável, ele também precisa, argumenta em 1921, do “mais agudo espírito crítico que se possa conceber, vivificado por um senso histórico e psicológico maravilhosamente penetrante”. Ao se candidatar ao Collège de France, em 1934, ele se definiu como um historiador “colocado diante de fatos humanos e reconhecendo neles, por natureza, fatos psicológicos”. Em dois artigos de 1935, mostrou como as novidades tecnológicas também são “um problema de psicologia coletiva”. As três conferências pronunciadas em Cambridge em 1938 trazem no título “aspectos psicológicos do feudalismo”³.

¹ HESSE, Hermann – *Demian. Die Geschichte von Emil Sinclairs Jugend* [1919]. Berlim: Suhrkamp, 2012, p. 8.

² BURGUIÈRE, André – “Bloch, Marc. 1886-1944”. In BURGUIÈRE, André (org.) – *Dicionário das Ciências Históricas*. Trad. Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 104.

³ Na sequência, BLOCH, Marc – “Saint Martin de Tours. À propos d’une polémique”. *Revue d’histoire et de littérature religieuses* 7 (1921), p. 57; “Projet d’un enseignement d’histoire comparée des sociétés européennes” [1934]. In BECKER, Annette; BLOCH, Étienne (eds.) – *L’histoire, la guerre, la résistance*. Paris: Gallimard, 2006, p. 445; “Avènement et conquêtes du moulin à l’eau”. *Annales d’histoire économique et sociale* (doravante *AHES*) 7 (1935), pp. 538-563; “Les inventions médiévales”. *AHES* 7 (1935), pp. 640-643; *Some Economic and Psychological Aspects of Feudalism*. Ed.-

Em um colóquio de psicólogos, em 1941, afirmou que estes e os “historiadores têm, certamente, tudo a ganhar colaborando uns com os outros”. E reconheceu que “nós, historiadores, temos grande necessidade de vocês”, devido ao uso constante que fazemos da “psicologia, individual ou coletiva”. No seu póstumo *Apologia da História*, sintetizou a ideia com a célebre fórmula “os factos históricos são, por essência, factos psicológicos”. Visto que para ele os factos históricos são sociais, a psicologia que lhe interessa é a coletiva, aquela que se tornou “cada vez mais o componente principal de seu pensamento”, avalia Geremek⁴.

Não era fácil, no entanto, um historiador trabalhar nesse campo na sua época. Se ele não pôde avançar mais nessa direção, sugere Florian Mazel, é porque havia “incompreensão, até hostilidade, de uma parte do mundo acadêmico” em relação a tal perspectiva. Todavia, pode-se pensar que, ao menos em parte, a causa da incompreensão encontrava-se no uso que fez de “demasiadas noções diversas, oscilações e incertezas”, crítica geral de Lucien Febvre a propósito de *A Sociedade Feudal*⁵ e aplicável à abordagem psicológica no conjunto da obra de Marc Bloch. Dado que “nada é mais revelador que as vicissitudes da terminologia”⁶, são muito significativas as flutuações do seu vocabulário conceitual.

Em *Os Reis Taumaturgos* (1924), *A Sociedade Feudal* (1939-1940) e *Apologia da História* (1942), ele recorre a 27 diferentes termos para designar as formas coletivas e não conscientes de sentimentos, crenças e pensamento de uma sociedade ou comunidade. Dentre eles destacam-se três, embora às vezes evite empregar qualquer um deles, como no belo artigo, que se prestaria a isso, sobre a vida alémtúmulo do rei Salomão⁷. “Representações coletivas” é utilizado 6 vezes em *Os Reis Taumaturgos*, 3 em *A Sociedade Feudal*, nenhuma em *Apologia da História*. Essa

trad. Eduardo Henrik Aubert. In MAZEL, Florian; POTIN, Yann (dir.) – *Marc Bloch. L’histoire en résistance*. Paris: Seuil, 2026, pp. 469-537.

⁴ BLOCH, Marc – “As transformações técnicas como problema de psicologia coletiva” [1942]. Trad. Hilário Franco Júnior. *Signum* 1 (1999), p. 170; *Apologia da História ou o Ofício do Historiador* [1942, 1949, 1993]. Ed. Étienne Bloch, trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 157; GEREMEK, Bronislaw – “Marc Bloch, historien et résistant” [1986]. In *L’histoire, la guerre, la Résistance*, p. 1041.

⁵ MAZEL, Florian – “Le Moyen Âge ou le champ ouvert des expériences historiennes”. In *Marc Bloch. L’histoire en résistance*, pp. 142 e 153; FEBVRE, Lucien – “Resenha de *La société féodale*”. *Annales d’histoire sociale* 2 (1940), p. 42.

⁶ BLOCH, Marc – *La société féodale*. Paris: Albin Michel, 1973, p. 260.

⁷ BLOCH, Marc – “La vie d’outre-tombe du roi Salomon”. *Revue belge de philologie et d’histoire* 4 (1925), pp. 349-377.

tendência decrescente decorria da desafeição de Marc Bloch pelo pensamento de Émile Durkheim, de início importante para ele e que “hoje parece ultrapassado”⁸. “Mentalidade” é mais frequente, porém apresenta forte flutuação: 6 ocorrências em *Os Reis Taumaturgos*, 26 em *A Sociedade Feudal*, 9 em *Apologia da História*. “Psicologia coletiva” foi pouco utilizado por Marc Bloch nos livros: 2 vezes em *Os Reis Taumaturgos*, 1 em *A Sociedade Feudal*, 1 em *Apologia da História*.

Contudo, tal expressão surge inúmeras vezes nos cerca de 50 artigos e 1500 resenhas que escreveu. Sem explicitar, ele parece concordar com Charles Blondel († 1939) quando este diz que sem a psicologia coletiva a história não estará completa⁹. Ao resenhar em 1938 um livro de Julius Schultz, Marc Bloch afirma que ao termo “alma” (*Seele*) usado pelo estudioso alemão, corresponde “mentalidade”, palavra que se é “um pouco mais pesada”, possui tonalidade “menos metafísica aos ouvidos franceses”¹⁰. Como tal resenha foi intitulada “um ensaio de psicologia coletiva”, essa expressão e “mentalidade” são sinônimas para ele.

No entanto, pode-se supor que “psicologia coletiva” expressa melhor do que “mentalidade” a intenção várias vezes explicitada por Marc Bloch de articular o mental (veiculado pela palavra “psicologia”) e o social (“coletiva”). Insiste-se muito que a concepção que Febvre tinha de mentalidade era psicológica, enquanto a de Bloch seria sociológica, porém trata-se de simplificação excessiva. A rigor, Bloch reúne ambas. Já em 1906, escreve que “não compreendo a distinção que se pretendeu estabelecer entre os dois tipos de fenómenos”, o psíquico e o social. No grande livro de 1939-1940, insiste que o historiador pode partir indiferentemente da “análise da economia ou da mentalidade”, devido à interação dos dois campos. No seu último livro, lembra um fenómeno epidemiológico, demográfico, social, econômico – a Peste Negra – que só se propagou devido a “certas condições sociais, portanto, em sua natureza profunda, mentais”¹¹.

⁸ BLOCH, Marc – *Apologia*, p. 48. Na mesma época, em carta a Febvre (17/8/1942), ele comenta “como estamos longe deles [os durkheimianos]”: BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien – *Correspondance*. Ed. Bertrand Müller. Paris: Fayard, 2003, vol. 3, p. 210.

⁹ BLONDEL, Charles – *Introduction à la psychologie collective*. Paris: Armand Colin, 1928, p. 12.

¹⁰ BLOCH, Marc – “Un essai de psychologie collective”. *AHES* 10 (1938), p. 175.

¹¹ BLOCH, Marc – “Carnet de méthodologie historique” [1906]. In *L’histoire, la guerre, la résistance*, p. 90; *La société féodale*, p. 98; *Apologia*, p. 157.

É de notar a passagem do plural “representações coletivas” para o singular “mentalidade” e “psicologia coletiva”. O dado não é inócuo, denota o interesse de Bloch pela consciência de classe mais do que pela classe em si e, portanto pelo sentimento de os indivíduos que a compõem partilharem um mesmo modo de vida¹². Ou seja, partilharem um fundo psicológico comum, a “unidade fundamental do espírito humano”. No entanto, a postura de Bloch sobre o tema evoluiu. Ao identificar uma “multidão de crenças e de práticas” religiosas na época feudal¹³, ao adjetivar a mentalidade (“religiosa”, “comum”, “tradicionalista”, “jurídica” etc.), ele rompeu com a ideia de unidade, abrindo caminho para o posterior uso pela historiografia francesa do plural “mentalidades”.

A expressão que se tornaria famosa por ser o título do mais inovador capítulo de *A Sociedade Feudal* – “maneiras de sentir e de pensar” – aparece essa única vez. Na verdade, ela não foi cunhada por Bloch, ocorre bastante na obra de Durkheim e foi empregada muitas vezes por Blondel. Mas *façon* não é mais conveniente que “mentalidade” – a palavra procede do modo de fazer algo (← *factionem* ← *factio* ← *facere*), do jeito de trabalhar uma certa matéria, de dar forma a qualquer coisa (*façonner*), como indica o sinônimo *manière*, derivado de *manus* (o português “maneira” tem a mesma etimologia). Disso se passou ao sentido de “maneira de agir, de comportar-se”, que por seu caráter mais externo que interno não coincide com “mentalidade” ou com “psicologia coletiva”. A vagueza das variantes é ainda maior – “maneiras de pensar ou de sentir” (*Os Reis Taumaturgos*) e “maneiras de viver ou de pensar” (*Apologia*), nas quais a conjunção insinua alternância, exclusão ou incerteza no uso daqueles verbos.

Essa indeterminação do vocabulário psicológico de Marc Bloch foi, em parte, a da erudição da época. Suas principais influências – o historiador Numa Denis Fustel de Coulanges († 1889), o sociólogo Émile Durkheim († 1917), o filósofo Henri Berr († 1954) – aceitavam a importância da psicologia na história, porém tinham sobre isso posturas divergentes. Em parte, as hesitações terminológicas – e por trás delas, as conceituais – resultavam da prudência pessoal diante da complexidade do assunto,

¹² THEIS, Valérie – “Des classes sociales au Moyen Âge”. In *Marc Bloch. L'histoire en résistance*, p. 172; HULAK, Florence – *Sociétés et mentalités. La science historique de Marc Bloch*. Paris: Hermann, 2012, p. 204.

¹³ BLOCH, Marc – “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, p. 352; *La société féodale*, p. 129.

talvez consciente de que, como dirá Lucien Febvre, “toda definição é uma prisão”¹⁴. Mais do que uma louvável precaução científica, havia nisso, todavia, uma insuficiência, a lacuna filosófica que no fim da vida Bloch reconheceu ter, embora quarenta anos antes, com apenas 16 anos de idade, tenha se definido como “historiador de manhã e filósofo de tarde”. Na verdade, a questão ultrapassava qualquer historiador em particular, ela residia, sugere Jacques Le Goff, na falta de gosto dos historiadores franceses pela filosofia em geral e pela filosofia da história em particular¹⁵. Ademais, Marc Bloch era historiador empírico, extraía dados e ideias dos documentos, não de teorias pré-existentes. Ele nunca foi, na expressão de Lucien Febvre, um “*faiseur de système*”¹⁶.

Tal qual utilizada por Bloch, a psicologia coletiva resultou da observação de que em qualquer sociedade, durante um tempo variável, mais ou menos longo conforme cada caso, “reina uma similitude de hábitos e técnicas muito grande para permitir a qualquer indivíduo afastar-se sensivelmente da prática comum”¹⁷. Essa constatação não redundou, contudo, em uma definição canônica de psicologia coletiva. O mais próximo disso surge na resenha que fez de um livro de Blondel – psicologia coletiva não é tanto a de grupos, e sim do elemento coletivo presente na psicologia de cada indivíduo, é “a parte de nós que não vem de nós mesmos”¹⁸.

*

É célebre a definição que Marc Bloch dá do bom historiador como um ogro que “onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”¹⁹. A metáfora é forte e pertinente, por harmonizar o monstro da fábula e a intenção de lançar um olhar abrangente sobre a história. O projeto de praticar uma história total tinha sido a de Jules Michelet († 1874), mas também a da sociologia, para a qual “corpo, alma, sociedade, tudo se mistura”, afirma Marcel Mauss. O homem de todas as sociedades, presentes ou passadas, é uma totalidade, daí por que é afetado pelas menores de suas

¹⁴ FEBVRE, Lucien – “Vers une autre histoire” [1949]. In FEBVRE, Lucien – *Combats pour l’histoire*. Paris: Armand Colin, 1953, p. 424.

¹⁵ BLOCH, Marc – *Apologia*, p. 50; “Carnet Philosophia”. In *L’histoire, la guerre, la résistance*, p. 86; LE GOFF, Jacques “Prefácio a *Apologia*”, p. 23.

¹⁶ FEBVRE, Lucien – “Marc Bloch et Strasbourg” [1947]. In *Combats pour l’histoire*, p. 392.

¹⁷ BLOCH, Marc – *Apologia*, p. 111.

¹⁸ BLOCH, Marc – “Resenha de Blondel, *Introduction à la psychologie collective*”. *Revue historique* 161, (1929), p. 398.

¹⁹ BLOCH, Marc – *Apologia*, p. 54.

percepções. Sendo o estudo do “homem completo” tarefa das mais urgentes, para tanto a contribuição da psicologia é imprescindível, dado que “o fato psicológico [...] é social”. Assim, ele prossegue, é melhor denominar a psicologia coletiva de sociologia, pois aquela não pode ser separada desta, e para compreendê-la são necessários os estudos históricos²⁰.

Para alcançar tal meta, o ogro Marc Bloch foi onívoro, caçando nas florestas documentais tanto crônicas e polípticos como hagiografias e poemas, diplomas e mapas, textos jurídicos e textos eclesiásticos, moedas e inscrições, peças arqueológicas e iconográficas, e o que mais caísse sob o olhar percuciente do caçador. No entanto, mais do que acumular um butim, ele quer relacionar as peças e compreender o todo. A história deve deixar de ser meramente descritiva para ser explicativa. Para tanto, revela-se indispensável a crítica documental, e assim o recurso a “uma disciplina quase nova, a psicologia do testemunho”, necessária porque toda prova decorre de “fatores psicológicos e sociais”²¹. Inclusive o testemunho do próprio historiador.

Ter participado na frente de luta em 1914-1918 levou-o a comprovar que “a guerra foi uma imensa experiência de psicologia social”, um privilegiado campo de observação da psicologia dos soldados individualmente e da psicologia coletiva dos grupos de militares²², o que, sem dúvida, despertou seu interesse por esse viés da história. Ter assistido à “estranha derrota” da França em 1940, levou-o a escrever um depoimento no calor da hora, indignado, mas sem perder o olhar analítico inerente a todo historiador. Graças a isso, detectou a incapacidade do comando militar francês, não atribuível apenas a certos indivíduos, porque “seus erros foram, fundamentalmente, os de um grupo humano”, foram os do seu “ambiente psicológico”, dado que a “fraqueza coletiva é, frequentemente, talvez apenas a soma de muitas fraquezas individuais”. Enquanto os franceses, devido a um fator “humano e psicológico cuja importância foi considerável”, não aproveitaram lições da própria

²⁰ MAUSS, Marcel – “Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie” [1924]. In MAUSS, Marcel – *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1999, pp. 301-306, 286, 288, 307, 289 e 309.

²¹ BLOCH, Marc – *Apologia*, p. 103, 109, 110 e 112; “Réflexions pour un lecteur curieux de méthode” [1939]. In *L’histoire, la guerre, la résistance*, p. 513.

²² BLOCH, Marc – “Réflexions d’un historien sur les fausses nouvelles de la guerre” [1921]. In *L’histoire, la guerre, la résistance*, pp. 293-316; “Souvenirs de guerre, 1914-1915”. In *L’histoire, la guerre, la résistance*, pp. 119-167.

guerra, os militares alemães contaram com o parecer de psicólogos e souberam, assim, explorar certas circunstâncias da luta. Por contraste, Bloch cita certo general francês “imbuído certamente das melhores intenções, mas cujo senso psicológico não estava à altura das suas outras qualidades”²³.

A experiência das duas guerras mundiais revelou-lhe o alcance das interações presente-passado (já apontadas por Henri Berr), permitiu-lhe a tomada de consciência de que “sem se debruçar sobre o presente, é impossível compreender o passado”. Observado no presente de 1914-1918, o fenómeno dos falsos rumores lançou luz sobre situações comparáveis do passado²⁴. A partir disso é que concebeu *Os Reis Taumaturgos*, estudo de um grande e longo rumor, o de que os reis franceses e ingleses curavam milagrosamente casos de escrófula (tuberculose linfática). Desse modo, mais do que uma forma de trabalho, “a solidariedade do presente e do passado é a verdadeira justificação da história”²⁵. Porém o observador precisa estar atento, não perder consciência de que a força do presente pode ofuscar o olhar. Por razões intelectuais e existenciais, tornou-se claro para Marc Bloch que é necessário partir do presente, que se conhece menos mal, apesar de suas deformações – “acredita-se facilmente naquilo que se tem necessidade de acreditar”²⁶ – para em passos retroativos ir se alcançando o passado a ser estudado. Na imagem a que recorre para explicar a ideia, é filme que se passa ao contrário, do fim para o começo. É o método dito regressivo²⁷.

Do jogo especular passado-presente decorre a importância do instrumental psicológico para melhor controlar o objeto (passado) e o sujeito (historiador). O trânsito nos dois sentidos é possível porque “nossos atos, nossas crenças, nossos costumes, as formas que revestem nossas sociedades, explicam-se com frequência

²³ BLOCH, Marc – *L'étrange défaite*. In *L'histoire, la guerre, la résistance*, pp. 545, 548, 564, 566, 591, 613, 617 e 621.

²⁴ BERR, Henri – *La synthèse en histoire. Essai critique et théorique*. Paris: Félix Alcan, 1911, p. 243; BLOCH, Marc – *L'étrange défaite*, p. 523; “Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre”, p. 298.

²⁵ BLOCH, Marc – “Pour mieux comprendre l'Europe d'aujourd'hui”. *AHES* 10 (1938), p. 6.

²⁶ BLOCH, Marc – “Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre”, p. 309.

²⁷ BLOCH, Marc – *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* [1931]. Paris: Armand Colin, 1976, p. XIV; *Apologia*, p. 67. Sem nomeá-lo, Bloch preconiza o método regressivo em “Projet d'un enseignement d'histoire comparée des sociétés européennes”, p. 450; “The Rise of Dependent Cultivation and Seigneurial Institutions”. In POSTAN, Michael M. (ed.) – *The Cambridge Economic History of Europe* [1941]. Cambridge: CUP, 1971, vol. I, p. 238.

pelos traços, às vezes inconscientes, que deixaram em nossos espíritos épocas extremamente recuadas. No homem atual [...] sobrevivem seus mais primitivos ancestrais.” Dois anos mais tarde, assegura sua intenção de lançar “uma luz muito viva sobre coisas profundas”, mesmo se aparentemente insignificantes. No projeto de um livro sobre a França começado em 1939, e portanto nunca realizado, volta a dizer que busca “as realidades profundas” do seu objeto. No seu último livro, declara que há “na natureza humana e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem o que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam querer dizer”. E reitera – “o que há de mais profundo em história bem poderia ser também o que há de mais seguro”²⁸.

Esse *fonds permanent* é a dimensão psicológica da antropologia blochiana, que não deixa de sentir a dinâmica da história, “ciência da mudança”²⁹, mas que em razão justamente de sua permanência pode ser detectada no próprio presente do historiador. Ou melhor, no próprio historiador. É preciso considerar as emoções (como a guerra lhe deixara claro em relação ao medo), as crenças e os comportamentos enraizados. Daí alertar contra certa concepção de história que vê “a humanidade composta unicamente de vontades lógicas”. Embora toda sociedade seja o produto de interações de consciências individuais e a história tenha “como matéria precisamente consciências humanas”, não basta o conhecimento de seus fragmentos isolados, mesmo que isso fosse possível. E na realidade não é, porque nenhum homem “jamais se esconde melhor do que sob seu próprio personagem”³⁰. Em razão disso, é preciso tentar recompor o todo.

Nessa busca da compreensão total da história, Marc Bloch denuncia o gosto pelo infinitamente pequeno, observando que um acúmulo de cortes microscópicos não redundam em obra científica³¹. Logo, a história total é exequível menos pela acumulação de dados do que pelo uso de conceitos, óculos que permitem ver coisas que estão à frente do historiador e podem passar despercebidas ou serem

²⁸ Pela ordem das citações, BLOCH, Marc – “Une nouvelle histoire universelle: H. G. Wells historien” [1922]. In *L’histoire, la guerre, la résistance*, p. 328; *Os Reis Taumaturgos*, p. 42; “Réflexions pour un lecteur curieux de méthode”, p. 508; *Apologia*, p. 65; “Réflexions d’un historien sur les fausses nouvelles de la guerre”, p. 297; *Apologia*, p. 105.

²⁹ BLOCH, Marc – *Les caractères originaux*, p. X; *L’étrange défaite*, p. 611.

³⁰ BLOCH, Marc – *Apologia*, pp. 157-158 e 132; *L’étrange défaite*, pp. 651 e 540.

³¹ BLOCH, Marc – “Régions naturelles et groupes sociaux”. *AHES* 4 (1932), p. 505.

minimizadas. Conceitos que são ferramentas, nunca um fim em si mesmo – “desconfiemos de chaves que supostamente abrem todas as portas”; todo conceito deve ser flexível quando “tenta exprimir, sem deformá-las, as coisas do homem”³².

Se das 702 páginas de *La société féodale* na edição de 1973, apenas 21 foram reservadas às “maneiras de sentir e de pensar”, a ideia está presente na própria estrutura do livro. Este não trata de pessoas, e sim de grupos sociais, cuja coesão foi possível por um conjunto de representações mentais. O que Bloch faz naquele capítulo é tentar identificar na história a hipótese de Blondel sobre a vida afetiva, aquilo que há “de mais necessariamente e mais inexoravelmente subjetivo em nós”, aquilo que diz respeito “na sua maior parte, à psicologia coletiva”. Mais do que isso, se Bloch valoriza a psicologia, é por ser sensível à proposta de Blondel de que a psicologia coletiva é uma “concepção da história”, é para esta uma das mais importantes condições de sua realização³³.

Embora Febvre tenha adjetivado o livro de Blondel de “notável”, de “obra-prima, um dos grandes livros do nosso tempo”³⁴, viu com restrições *A Sociedade Feudal*. Ele criticou nesse livro a ausência do homem singular, substituído por um abstrato e hipotético *homo feodalis*. Febvre reconhece que nesse “belo livro”, “a psicologia certamente não está ausente. Mas é sempre a psicologia coletiva que nos é oferecida.” Assim, para ele, o limite da obra está justamente no seu caráter demasiado “sociológico, que é uma forma sedutora do abstrato”. Ora, é preciso evitar o “*redoutable moulin de l’abstraction*”. A demonstração do amigo parece-lhe demasiado sociológica, dela o indivíduo está “quase inteiramente ausente”. Cinquenta anos depois, Peter Burke concordará ao qualificar *A Sociedade Feudal* como o livro mais durkheimiano de Bloch³⁵.

No entanto, o juízo de Febvre é exagerado. De um lado, porque Bloch não deixa de valorizar a relação entre indivíduo e sociedade. Em carta a Lucien Febvre, disse mesmo que cada sujeito é “moralmente e intelectualmente tão diferente dos outros,

³² BLOCH, Marc – “Un essai de psychologie collective”. *AHES* 10 (1938), p. 176; *Apologia*, p. 152.

³³ BLONDEL, Charles – *Introduction à la psychologie collective*, pp. 92, 187 e 204.

³⁴ FEBVRE, Lucien – “La psychologie appliquée : problèmes de méthode et solutions pratiques”. *AHES* 3 (1931), p. 261.

³⁵ FEBVRE, Lucien – “La société féodale: une synthèse critique”. *Annales d’histoire sociale* 3 (1941), p. 128; BURKE, Peter – *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia* [1990]. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997, p. 36.

que parece um desmentido perpétuo do durkheimismo”³⁶. Se para o sociólogo “os factos consistem em formas de atuação, de pensamento e de expressões de sentimentos exteriores ao indivíduo, e que têm poder coercivo através do qual elas se impõem ao indivíduo”, o historiador critica quem deixa de lado “uma boa parte da vida mais intimamente individual”, e lembra que “os indivíduos não reagem sempre similarmente às mesmas influências”³⁷.

De outro lado, em *A Sociedade Feudal* ele insiste na importância dos “laços de homem a homem”, e na *Apologia* sublinhará a importância de estudar “os homens” (portanto na sua diversidade e individualidade) e não “o homem” (como gênero, pois o singular é “favorável à abstração”)³⁸. Aliás, como indaga em uma de suas frequentes interrogativas retóricas, “na natureza, o homem não será, por excelência, a grande variável?” Se ele identifica na época feudal uma sociedade universalista fundada sobre o espiritual, mostra como nas formas de sentir e pensar havia às vezes fortes variações entre as classes sociais e mesmo entre os indivíduos. Não há um coletivo único, homogêneo – “uma sociedade raramente é una” – passível de abstração, e sim um coletivo no qual se deve identificar “mais de uma nuance entre as psicologias de grupos”³⁹.

É significativo que, apesar de defender “a aliança das disciplinas”⁴⁰, Bloch não tenha sido sensível à abordagem psicológica proposta por um contemporâneo, como ele germanófono, judeu não-praticante e perseguido pelo nazismo – Sigmund Freud (1856-1939). E no entanto havia convergências na prática de ambos. Quando o historiador observa que muitos documentos falam à revelia de coisas sobre as quais preferiam calar, ou quando se depara com espantosas trocas de palavras por parte do cronista ou do escriba, ele se aproxima daquilo que a psicanálise freudiana chama de “ato falho”, um deslizamento inconsciente da língua, estudado sobretudo em *Psicopatologia da Vida Quotidiana*, de 1901. Aliás, sem referência à filiação do

³⁶ BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien – *Correspondance*, vol. 2, p. 287.

³⁷ DURKHEIM, Émile – *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Duarte da Costa Cabral. Lisboa: Publicações Europa-América, 2011, p. 33; BLOCH, Marc – *Apologia*, pp. 48 e 152.

³⁸ BLOCH, Marc – *Apologia*, p. 54.

³⁹ BLOCH, Marc – *Apologia*, pp. 159, 151 e 42.

⁴⁰ BLOCH, Marc (assinado como Marc Fougères) – “Points de vue sur le Limousin”. *Annales d'histoire sociale* 2 (1942), p. 80.

conceito, Bloch considera o ato falho “um dos elementos essenciais da evolução humana. Assim como de toda psicologia.”⁴¹

Quando constata que o historiador entra em contato com o passado de maneira indireta, só podendo trabalhar com vestígios⁴², ele faz o mesmo que o psicanalista. Quando afirma que “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação”⁴³, ele encontra outro terreno comum com a psicanálise, domínio do saber sobre o homem e prática visando transformá-lo. Quando Marc Bloch não explora os relatos oníricos presentes na literatura e na crônica medievais, por exemplo na autobiografia de Guiberto de Nogent, citada três vezes em *A Sociedade Feudal*, mas não do ponto de vista dos sentimentos e dos sonhos⁴⁴, pode-se supor que foi por recusa à psicanálise freudiana, aquela que na época mais se envolveu com o assunto. *Die Traumdeutung* (1900) e sua tradução francesa (1926, realizada por Ignace Meyerson, que anos depois louvaria “a abnegação e coragem” de Marc Bloch⁴⁵) estiveram ao alcance do historiador sem terem sido aproveitadas por ele.

Quando Bloch propõe o método regressivo, sua posição coincide com a da análise freudiana, que parte do presente do analisado para ir caminhando em direção às suas expressões psíquicas mais antigas, processo que não se dá apenas num sentido, e sim por recorrentes vaivéns temporais, como preconizavam os *Annales*. Conquanto às vezes se atribua a Bloch o método regressivo, a ideia estava no ar do tempo. Em 1893, Italo Svevo publicara *Una vita*, em 1898 *Senilità* (traduzido para o francês em 1930), em 1923 *La coscienza di Zeno* (tradução francesa em 1927), romances centrados, em maior ou menor medida, conforme os casos, numa regressão atormentada ao primeiro objeto de amor. Proust fez algo similar em *À la recherche du temps perdu* (1914-1927). A célebre passagem do cheiro da madalena que reenvia o narrador a lembranças do seu passado, era outro modelo literário que

⁴¹ BLOCH, Marc – “Une introduction à la recherche historique”. *AHES* 8 (1936), pp. 51-52; “Réflexions pour un lecteur curieux de méthode”, p. 510; “Comment et pourquoi travaille un historien”. In *L'histoire, la guerre, la résistance*, pp. 828-829; *Apologia*, pp. 78 e 127.

⁴² BLOCH, Marc – *Apologia*, p. 73.

⁴³ BLOCH, Marc – “Pour mieux comprendre l'Europe d'aujourd'hui”, p. 6; *Apologia*, p. 63.

⁴⁴ BLOCH, Marc – *La société féodale*, pp. 140, 158, 492. A riqueza dessa fonte seria demonstrada por SCHMITT, Jean-Claude – “Les rêves de Guibert de Nogent” [1983]. In *Le corps, les rites, les rêves, le temps: essais d'anthropologie médiévale*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 263-294.

⁴⁵ MEYERSON, Ignace – “Avant-propos. Le travail: une conduite”. In GOUARNÉ, Isabelle (ed.) – *Les Sciences sociales face à Vichy. Le colloque “Travail et Techniques” de 1941*. Paris: Garnier, 2019, p. 100.

Bloch tinha à disposição. A historiografia não ficou isenta desse clima de fim de século, o paradigma estava presente num historiador inglês que Bloch admirava, Frederic Maitland, que em 1897 recomendou sua utilização⁴⁶.

Enfim, como uma historiadora da psicanálise notou, entre as concepções freudiana e blochiana da história havia analogias importantes, perceptíveis em *Os Reis Taumaturgos* (1924) e *O Mal-estar na Civilização* (1929)⁴⁷. Tendo trabalhado 17 anos na Universidade de Estrasburgo (1919-1936), cuja biblioteca foi até à guerra de 1914-1918 a maior do mundo, “instrumento de trabalho incomparável”, “pano de fundo” de tudo que seus professores produziram de melhor⁴⁸, Bloch poderia ter ali acesso a várias obras de Freud⁴⁹. A questão surge então com naturalidade: se o “diálogo com os psicólogos era uma das principais preocupações de Bloch”⁵⁰, por que razão a psicanálise foi ignorada?

Na França das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, as reflexões sobre psicologia foram obra sobretudo de filósofos, sociólogos, antropólogos, etnólogos e historiadores. Adotar explicações psicanalíticas não era opção no contexto francês da época, cujo cartesianismo considerava a obra de Freud irracional, cujo nacionalismo qualificava-a de obra alemã (estavam vivas as lembranças das guerras de 1870 e 1914-1918), cujo antisemitismo (alimentado pelo Caso Dreyfus de 1894-1906) taxava-a de obra judaica. Ademais, a visão coletivista da sociologia e da psicologia durkhemianas chocava-se com a visão predominantemente individualista de Freud, desconsiderando seus estudos de psicologia coletiva como *Totem e Tabu* (1912), *Psicologia de Massas e Análise do Eu* (1921) ou *O Mal-estar na Civilização* (1929).

⁴⁶ MAITLAND, Frederic – *Domesday Book and Beyond: Three Essays in the Early History of England*. Cambridge: CUP, 1897, pp. 356 (“the most efficient method is reading our history backwards”), 365 e 502.

⁴⁷ ROUDINESCO, Elizabeth – “Psicanálise e História”. In *Dicionário das Ciências Históricas*, p. 629.

⁴⁸ FINK, Carole – *Marc Bloch. Uma Vida na História* [1989]. Trad. Ana Barradas. Oeiras: Celta, 1995, p. 82; FEBVRE, Lucien – “Marc Bloch et Strasbourg”, p. 400.

⁴⁹ Para lembrar apenas as citadas mais acima, *Die Traumdeutung*, 1900, cota B.109.625; *Psychopathologie des Alltagslebens* [1901], 1917, cota B.111.707; *Totem und Tabu* [1912], 1920, cota D.207.137 (a biblioteca possuía ainda as edições de 1922, 1925 e 1934); *Massenpsychologie Ich-Analyse*, 1921, cota D17 Psychologie; *Das Unbehagen in der Kultur* [1930], 1931, cota B.139.647.

⁵⁰ LE GOFF, Jacques – “Resenha de Susan W. Friedman, *Marc Bloch, Sociology and Geography*”. *Medieval History Journal* 2 (1999), p. 411.

Em parte, a recusa ao freudismo deu-se de forma direta, por incompatibilidade epistemológica, devido ao caráter atemporal (*zeitlos*) que o psicanalista atribuía ao inconsciente, incoadunável com a definição blochiana da história como “ciência dos homens no tempo”. É verdade que poucos anos antes Bloch havia falado em “tendências semi-inconscientes das massas” e em informações que os textos fornecem “inconscientemente”⁵¹, porém ele (e Febvre) continuaram a pensar que a mentalidade é histórica, não escapa às mudanças sociais. Em parte, a rejeição foi indireta, vinha das reservas de Blondel a respeito da psicanálise. Em artigo de 1922, esse psicólogo, colega de Marc Bloch em Estrasburgo e em Paris, confessou que as teorias de Freud “me inspiram em geral muita desconfiança”; em livro de 1924, mais incisivo, chama a psicanálise de “*obscurité scientifique*” e sustenta que “*le paranoïaque ne soit, en somme, qu’un psychanalyste qui a mal tourné*”. Além disso, Marcel Mauss, talvez o mais fiel discípulo de Durkheim, admitia que factos da psicologia individual tratados estatisticamente são importantes para a sociologia, mas, ressaltava, desde que não se caia “nos excessos da psicanálise”⁵².

*

Para Marc Bloch, fazer a apologia da história era, de certa forma, fazer a apologia da verdade. No seu testamento psicossociológico que é *L'étrange défaite* (1940), reconhece que para ele “há sempre um certo embaraço a viver na mentira”, pois tem “horror a todos os gêneros de mentira”. No seu testamento espiritual (1941), proclama ser a mentira “a pior lepra da alma” e poucas linhas adiante reitera sua convicção no valor imutável da verdade ao revelar o desejo de ter como epitáfio *Dilexit veritatem*⁵³. No seu testamento intelectual que é *Apologie pour l'histoire* (1942), o campo conceitual de “verdade/mentira” aparece 52 vezes, sem contar o uso, significativo, da locução “na verdade” em 17 oportunidades e do advérbio “verdadeiramente” em 18.

Em *A Sociedade Feudal*, ao abordar o fenômeno institucional, social e cultural qualificado pelos medievalistas como falsificação de documentos, diagnostica

⁵¹ BLOCH, Marc – *Apologia*, p. 67; “Réflexions pour un lecteur curieux de méthode”, pp. 508 e 511.

⁵² BLONDEL, Charles – “La psychanalyse”. *Revue d'histoire et de philosophie religieuses* (1922), p. 120; *La Psychanalyse*. Paris: Félix Alcan, 1924, p. X e 246; MAUSS, Marcel – “Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie”, p. 293.

⁵³ BLOCH, Marc – *L'étrange défaite*, pp. 540 e 605; “Testament spirituel de Marc Bloch”. *Annales d'histoire sociale* 8 (1945), p. 6

tratar-se de “sintoma psicológico” daquela sociedade⁵⁴. Segundo Bloch, o bispo Burchardo de Worms († 1025) ao compilar seu *Decretum* recheia-o de “atribuições enganadoras e de alterações quase cínicas”. No caso da historiografia feudal, os frequentes juízos de valor, convenções literárias e de pensamento desvelam a “cínica realidade dos motivos humanos”. O prazer que os homens da época “tinham de ouvir contar [...] e de narrar” histórias, transparece no caráter mais literário que objetivo das crônicas medievais⁵⁵. Todavia, contrargumenta Roger Dragonetti, o discurso histórico medieval, como aliás o dos antigos, não visava “expressar a verdade, mas construí-la retórica e simbolicamente tendo em vista a persuasão”. Para a época, “os procedimentos de falsificação manifestavam sintoma de um desejo de verdade”, estavam no campo da montagem textual e não na categoria moral da fraude⁵⁶.

Historiador já experiente quando escreve a *Apologia da História*, Bloch declara ali que “toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção”. Não basta afirmar que “a história se faz com documentos”, como era então usual⁵⁷, a questão é a leitura crítica da documentação, é saber que orientação imprimir a essa leitura. Essa direção, acredita Bloch, é a fugidia verdade, daí ser preciso persegui-la pelo avesso, pela “busca da mentira e do erro” (como denomina toda uma seção do livro) não somente na documentação e interpretação do passado, como também na busca da verdade no/do seu presente.

Busca difícil tanto no plano intelectual como no existencial, desafio para o qual se impunha o estudo da psicologia coletiva. Sendo os factos históricos essencialmente psicológicos, a própria observação desses factos também o é. O espírito crítico individual não deixa de ser tributário de valores coletivos, conseqüentemente a constatação de que na Idade Média “as mais firmes inteligências não escapavam, não podiam escapar ao preconceito comum”⁵⁸, é válida também para o historiador. Nenhum homem deixa de ser de seu tempo, e Marc Bloch apesar de dotado de agudo

⁵⁴ BLOCH, Marc – *La société féodale*, p. 142.

⁵⁵ BLOCH, Marc – *La société féodale*, pp. 142, 126 e 149-150.

⁵⁶ DRAGONETTI, Roger – *Le mirage des sources. L'art du faux dans le roman médiéval*. Paris: Seuil, 1987, pp. 19-20.

⁵⁷ BLOCH, Marc – *Apologia*, p. 79; LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles – *Introduction aux études historiques*. Paris: Hachette, 1898, p. 1.

⁵⁸ BLOCH, Marc – *Apologia*, p. 123.

espírito crítico não conseguiu escapar – nenhum homem consegue – à psicologia coletiva de sua própria época.

Daí por que, como estamos sugerindo, a psicologia coletiva surge na sua obra mais como noção (conhecimento intuitivo e sintético) do que como conceito (representação mental abstrata). Foi de forma empírica, em função do diálogo constante entre a história do passado e a história do presente, que Marc Bloch desenvolveu sua ideia de psicologia coletiva. Ter intuído lidar com uma noção frágil não o desencorajou: “espero muito continuar um aprendiz até o fim da minha vida”. Dois anos depois, na última frase do seu livro tragicamente inacabado, ele reitera a necessidade do esforço permanente, já que “as causas, em história como em outros domínios, não são postuladas. São buscadas”⁵⁹.

Se seu esforço pessoal nem sempre obteve resultados a toda prova, é porque foi um pioneiro, e pioneiro é aquele que abre pistas, sem necessariamente poder percorrê-las até o final. O importante, como ele próprio diz, é ser um desbravador, um rompedor de limites (*briseur de clôtures*)⁶⁰. Marc Bloch bem poderia, então, ter adotado como divisa a confiança de Hermann Hesse usada como epígrafe deste artigo – “Não posso me considerar alguém que saiba. Eu era e ainda sou alguém que busca”⁶¹.

⁵⁹ BLOCH, Marc – “Comment et pourquoi travaille un historien”, p. 826; *Apologia*, p. 159.

⁶⁰ BLOCH, Marc (sob o pseudônimo de Marc Fougères) – “Resenha a André Garrigou-Lagrange, *Production agricole et économie rurale*”. *Mélanges d'histoire sociale* 3 (1943), p. 115.

⁶¹ Conforme acima, nota 1. Talvez Bloch tenha conhecido a obra desse importante escritor alemão seu contemporâneo, futuro Nobel de Literatura em 1946. Além da qualidade estética de sua escrita, pode ter interessado a Marc Bloch o amplo espaço que a Idade Média teve na sua obra, embora como romancista (CAMPOS, Pedro Moacyr – “A Idade Média na Obra de Hermann Hesse”. *Revista de História* 44 (1972), pp. 357-379). Mas Hesse também publicou uma monografia sobre São Francisco (1904) e uma recolha com excertos dos *Gesta Romanorum* e do *Dialogus Miraculorum* de Cesário de Heisterbach (1925). Também pode ter atraído a simpatia de Bloch o escritor alemão ter sido convicto anti-nazista. Seu humanismo transparece desde 1919, ao escrever no mesmo *Demian*, p. 8, que “poucos sabem hoje o que significa ser humano” (*wenige wissen heute, was der Mensch ist*).

Referências bibliográficas / Bibliographical references

BECKER, Annette; BLOCH, Étienne (eds.) – *L'histoire, la guerre, la résistance*. Paris: Gallimard, 2006.

BERR, Henri – *La synthèse en histoire. Essai critique et théorique*. Paris: Félix Alcan, 1911. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k24463b>.

BLOCH, Marc – “Saint Martin de Tours. À propos d’une polémique”. *Revue d’histoire et de littérature religieuses* 7 (1921), pp. 44-57. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k36456r/f48.item>.

BLOCH, Marc – *Os Reis Taumaturgos* [1924]. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, Marc – “La vie d’outre-tombe du roi Salomon”. *Revue belge de philologie et d’histoire* 4 (1925), pp. 349-377. Disponível em https://www.persee.fr/issue/rbph_0035-0818_1925_num_4_2.

BLOCH, Marc – “Resenha de Blondel, *Introduction à la psychologie collective*”. *Revue historique* 161 (1929), pp. 398-399. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k18257m/f402.image.r=Charles%20Blondel?rk=42918;4>.

BLOCH, Marc – *Les caractères originaux de l’histoire rurale française* [1931]. Paris: Armand Colin, 1976.

BLOCH, Marc – “Régions naturelles et groupes sociaux”. *Annales d’histoire économique et sociale* 4 (1932), pp. 489-510. Muitos dos artigos e resenhas deste autor estão disponíveis em <https://www.persee.fr/collection/ahess>.

BLOCH, Marc – “Avènement et conquêtes du moulin à l’eau”. *Annales d’histoire économique et sociale* 7 (1935), pp. 538-563.

BLOCH, Marc – “Les inventions médiévales”. *Annales d’histoire économique et sociale* 7 (1935), pp. 640-643.

BLOCH, Marc – “Une introduction à la recherche historique”. *Annales d’histoire économique et sociale* 8 (1936), pp. 51-52.

BLOCH, Marc – “Un essai de psychologie collective”. *Annales d'histoire économique et sociale* 10 (1938), pp. 176-178.

BLOCH, Marc – “Pour mieux comprendre l'Europe d'aujourd'hui”. *Annales d'histoire économique et sociale* 10 (1938), pp. 61-63.

BLOCH, Marc – *La société féodale* [1939-1940]. Paris: Albin Michel, 1973.

BLOCH, Marc – “The Rise of Dependent Cultivation and Seigneurial Institutions”. In POSTAN, Michael M. (ed.) – *The Cambridge Economic History of Europe* [1941]. Vol. 1. Cambridge: CUP, 1971, pp. 224-277.

BLOCH, Marc – “Testament spirituel de Marc Bloch” [1941]. *Annales d'histoire sociale* 18 (1945), pp. 6-9.

BLOCH, Marc – “As transformações técnicas como problema de psicologia coletiva” [1942, 1948]. Trad. Hilário Franco Júnior. *Signum* 1 (1999), pp. 169-183.

BLOCH, Marc – *Apologia da História ou o Ofício do Historiador* [1942, 1949, 1993]. Ed. Étienne Bloch, trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BLOCH, Marc (assinado como Marc Fougères) – “Points de vue sur le Limousin”. *Annales d'histoire sociale* 2 (1942), pp. 77-81.

BLOCH, Marc (sob o pseudónimo de Marc Fougères) – “Resenha de André Garrigou-Lagrange, *Production agricole et économie rurale*”. *Mélanges d'histoire sociale* 3 (1943), pp. 114-115.

BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien – *Correspondance*. Ed. Bertrand Müller. 3 vols. Paris: Fayard, 1994, vol. I (1928-1933); 2003, vol. II (1934-1937); 2003, vol. III (1938-1943).

BLONDEL, Charles – “La psychanalyse”. *Revue d'histoire et de philosophie religieuses* 8 (1922), pp. 118-140, 234-257 e 315-336. Disponível em https://www.persee.fr/issue/rhpr_0035-2403_1922_num_2_2.

BLONDEL, Charles – *La Psychanalyse*. Paris: Félix Alcan, 1924. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bd6t53589698>.

BLONDEL, Charles – *Introduction à la psychologie collective*. Paris: Armand Colin, 1928.

BURGUIÈRE, André (org.) – *Dicionário das Ciências Históricas* [1986]. Trad. Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter – *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia* [1990]. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMPOS, Pedro Moacyr – “A Idade Média na obra de Hermann Hesse”. *Revista de História* 44 (1972), pp. 357-379. Disponível em https://revistas.usp.br/revhistoria/pt_BR/article/view/131774.

DRAGONETTI, Roger – *Le mirage des sources. L'art du faux dans le roman médiéval*. Paris: Seuil, 1987.

DURKHEIM, Émile – *As Regras do Método Sociológico* [1895]. Trad. Duarte da Costa Cabral. Lisboa: Publicações Europa-América, 2011.

FEBVRE, Lucien – “La psychologie appliquée : problèmes de méthode et solutions pratiques”. *Annales d'histoire économique et sociale* 3 (1931), pp. 261-265. Esta resenha e as 2 seguintes estão em <https://www.persee.fr/collection/ahess>.

FEBVRE, Lucien – “Resenha de *La société féodale*”. *Annales d'histoire sociale* 2 (1940), pp. 39-43.

FEBVRE, Lucien – “La société féodale: une synthèse critique”. *Annales d'histoire sociale* 3 (1941), pp. 125-130.

FEBVRE, Lucien – *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.

FINK, Carole – *Marc Bloch. Uma Vida na História* [1989]. Trad. Ana Barradas. Oeiras: Celta, 1995.

FREUD, Sigmund – *Die Traumdeutung*. Leipzig; Viena: Franz Deuticke, 1900.

FREUD, Sigmund – *Psychopathologie des Alltagslebens: über Vergessen, Versprechen, Vergreifen, Aberglaube und Irrtun*. Berlin: S. Karger, 1917.

FREUD, Sigmund – *Totem und tabu: einige übereinstimmungen im seelenleben der wilden und der neurotiker*. Leipzig; Viena; Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1920.

FREUD, Sigmund – *Massenpsychologie und Ich-Analyse*. Leipzig; Viena; Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1921.

FREUD, Sigmund – *Das Unbehagen in der Kultur*. Viena: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1931.

GOUARNÉ, Isabelle (ed.) – *Les Sciences sociales face à Vichy. Le colloque “Travail et Techniques” de 1941* [1948]. Paris: Garnier, 2019.

HALBWACHS, Maurice – “La psychologie collective du raisonnement”. *Zeitschrift für Sozialforschung* 7 (1938), pp. 357-374. Disponível em <<https://archive.org/details/ZeitschriftFrSozialforschung7.Jg/page/n387/mode/2up>>.

HESSE, Hermann – *Demian. Die Geschichte von Emil Sinclairs Jugend* [1919]. Berlin: Suhrkamp, 2012.

HULAK, Florence – *Sociétés et mentalités. La science historique de Marc Bloch*. Paris: Hermann, 2012.

LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles – *Introduction aux études historiques*. Paris: Hachette, 1898. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k904043f.texteImage>>.

LE GOFF, Jacques – “Resenha de Susan W. Friedman, *Marc Bloch, Sociology and Geography*”. *Medieval History Journal* 2 (1999), pp. 405-411.

MAITLAND, Frederic – *Domesday Book and Beyond: Three Essays in the Early History of England*. Cambridge: CUP, 1897. Disponível em <<https://archive.org/details/cu31924081261343/page/424/mode/2up>>.

MAUSS, Marcel – “Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie” [1924]. In MAUSS, Marcel – *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1999, pp. 281-310.

MAZEL, Florian; POTIN, Yann (dir.) – *Marc Bloch. L’histoire en résistance*. Paris: Seuil, 2026.

SCHMITT, Jean-Claude – “Les rêves de Guibert de Nogent” [1983]. In SCHMITT, Jean-Claude – *Le corps, les rites, les rêves, le temps: essais d’anthropologie médiévale*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 263-294.

SVEVO, Italo – *Una vita*. Trieste: Vram, 1893.

SVEVO, Italo – *Senilità*. Trieste: Vram, 1898.

SVEVO, Italo – *La coscienza di Zeno*. Bolonha: Cappelli, 1923.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE

JÚNIOR, Hilário Franco – “O ogro que tinha o espírito humano como presa: Marc Bloch e a psicologia coletiva”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 47-67. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

DOSSIER TEMÁTICO

*DIECI ANNI DI DIALOGO TRA L'ARCHEOLOGIA E LO
STUDIO DEL MANOSCRITTO MINIATO (2015-2025)*

THEMATIC DOSSIER

*Ten years of dialogue between archaeology and the study of the
illuminated manuscript (2015-2025)*



**Introduzione – Oltre la codicologia. Dieci anni di dialogo
tra l'archeologia e lo studio del manoscritto miniato
(2015-2025)**

**Introduction – Beyond codicology: Ten years of dialogue between
archaeology and the study of the illuminated manuscript
(2015–2025)**

(a) Maria Alessandra Bilotta; (b) Catarina Tente; (c) Sara Prata

(a) Universidade Aberta/IEM-NOVA FCSH; Lisboa, Portugal;

maria.bilotta@uab.pt

<https://orcid.org/0000-0002-7701-9231>

(b) IEM-NOVA FCSH; Lisboa, Portugal;

catarina.tente@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-7944-1583>

(c) IEM-NOVA FCSH; Lisboa, Portugal;

saraprata@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5205-7522>

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Junho de 2026

DOI:



Nel corso della seconda metà del Novecento e, in particolare, a partire dagli anni Settanta e Ottanta, gli studi sulla materialità del manoscritto medievale hanno conosciuto un profondo rinnovamento metodologico che ha progressivamente spostato l'attenzione dagli aspetti esclusivamente testuali, artistici e contenutistici alla dimensione fisica del libro manoscritto¹. Lungi dall'essere considerato un semplice supporto della scrittura e dell'ornamentazione, il codice miniato è stato progressivamente riconosciuto come un manufatto complesso, risultato di processi tecnici, economici, culturali e sociali che ne hanno determinato la produzione, la circolazione, l'uso e la conservazione².

In questo percorso hanno avuto un ruolo fondamentale gli studi sviluppati nell'ambito dell'archeologia del libro, della codicologia e della codicologia quantitativa³. Le ricerche di Léon Gilissen, le riflessioni teoriche di Ezio Ornato, Carla Bozzolo, Denis Muzerelle, Maria Luisa Agati, Marilena Maniaci, Armando Petrucci, Marco Palma e di numerosi altri studiosi hanno contribuito a definire strumenti, metodi e prospettive che hanno permesso di leggere il manoscritto non soltanto come veicolo di un testo, ma come oggetto storico dotato di una propria biografia materiale. A questi contributi si sono affiancate opere di sintesi che hanno svolto un ruolo fondamentale nella sistematizzazione dei metodi e dei risultati raggiunti dalla ricerca codicologica, contribuendo in maniera decisiva alla diffusione di strumenti concettuali e metodologici ormai entrati stabilmente nel patrimonio della disciplina.

¹ GILISSEN, Léon – *Prolégomènes à la codicologie. Recherches sur la construction des cahiers et la mise en page des manuscrits médiévaux*. Gand: Éditions scientifiques Story-Scientia, 1977; ORNATO, Ezio – *La face cachée du livre médiéval. L'histoire du livre vue par Ezio Ornato, ses amis et ses collègues*. Roma: Viella, 1997; MANIACI, Marilena – *Archeologia del manoscritto. Metodi, problemi, bibliografia recente*. Roma: Viella, 2002; AGATI, Maria Luisa – *Il libro manoscritto da Oriente a Occidente. Per una codicologia comparata*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2009.

² Una precoce formulazione di questa prospettiva si trova già in Kenneth W. Clark, che nel 1951 rivendicava la piena appartenenza dei manoscritti al campo della ricerca archeologica, sostenendo che “all these forms of ancient literary documents, inscribed by the hand of man, belong to archaeology” e che “from stone to paper, the texts recorded thereby by the hand of man all belong to archaeology”: CLARK, Kenneth W. – “Manuscripts Belong to Archaeology”. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 122 (1951), pp. 7-9.

³ ORNATO, Ezio – “Pour une histoire du livre manuscrit au Moyen Âge”. In *Le livre au Moyen Âge*. Paris: Éditions du CNRS, 1988, pp. 15-36; MUZERELLE, Denis – *Vocabulaire codicologique. Répertoire méthodique des termes français relatifs aux manuscrits*. Paris: CEMI, 1985; MANIACI, Marilena – *Archeologia del manoscritto*; FEDERICI, Carlo – *Introduzione all'archeologia del libro*. Roma: NIS, 1992.

Fra queste devono di essere ricordati i lavori di Marilena Maniaci e Maria Luisa Agati, che hanno offerto non soltanto importanti quadri di riferimento per lo studio della materialità del manoscritto, ma anche una riflessione critica sui presupposti teorici e metodologici della codicologia contemporanea⁴.

Il manoscritto come oggetto archeologico

Tali studi hanno progressivamente riportato l'attenzione sul manoscritto come manufatto. Il codice medievale non è soltanto il supporto di un contenuto testuale: esso è il risultato di una lunga catena di operazioni, scelte tecniche, disponibilità di risorse, pratiche economiche, tradizioni artigianali e strategie culturali. In questa prospettiva il libro diventa una fonte storica complessa, la cui materialità conserva informazioni spesso assenti dalle fonti scritte.

Le riflessioni sviluppate da Marilena Maniaci sul manoscritto come oggetto archeologico hanno rappresentato uno dei momenti più significativi di questa evoluzione⁵. Il libro manoscritto può essere studiato come un manufatto stratificato, la cui struttura conserva tracce dei processi che ne hanno determinato la produzione e l'utilizzo. Fascicolazione, pergamena, impaginazione, rigatura, sistemi di decorazione, legature e interventi successivi costituiscono elementi essenziali per comprendere la storia concreta del codice. In tale prospettiva, l'analisi materiale non si pone in alternativa alla filologia o alla paleografia, ma amplia il quadro interpretativo e consente di ricostruire aspetti della cultura scritta altrimenti invisibili. La centralità della dimensione materiale del manoscritto non costituisce dunque una novità. Al contrario, essa rappresenta ormai un'acquisizione consolidata degli studi.

⁴ PETRUCCI, Armando – *La descrizione del manoscritto. Storia, problemi, modelli*. Roma: Carocci, 2001; MUZERELLE, Denis – *Vocabulaire codicologique*; PALMA, Marco – “Codicologia”. In *Enciclopedia Italiana. V Appendice*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1991; RONCONI, Filippo – *Codicologia*. Roma: Carocci, 2021; AGATI, Maria Luisa – *Il libro manoscritto. Introduzione alla codicologia*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2003; MANIACI, Marilena – *Archeologia del manoscritto*.

⁵ MANIACI, Marilena – “Il libro manoscritto come oggetto archeologico”. *Scuola ticinese* 350 (2024), pp. 13-20.

Archeologia e studio del manoscritto miniato: un dialogo possibile

Proprio per questo motivo è sembrato possibile ampliare la riflessione e interrogarsi non tanto sul manoscritto come oggetto materiale in sé, quanto sul contributo che discipline quali l'archeologia, l'archeometria, l'archeozoologia, le scienze della conservazione e altri approcci maturati nell'ambito dello studio della cultura materiale possono offrire alla sua interpretazione.

In questa prospettiva, l'archeologia non viene intesa come semplice metafora metodologica né come sinonimo di codicologia, ma come disciplina dotata di strumenti, competenze e approcci propri, potenzialmente capaci di contribuire in maniera significativa alla conoscenza del manoscritto e, in particolare, del manoscritto miniato.

Non si tratta di rivendicare l'esistenza di una autonoma "archeologia del manoscritto miniato", né di sovrapporre l'archeologia alla codicologia⁶. L'obiettivo è piuttosto quello di valutare in quale misura i metodi, le pratiche e le competenze sviluppate nell'ambito della ricerca archeologica possano contribuire ad ampliare le prospettive di studio del libro manoscritto medievale.

In questa prospettiva, l'attenzione si concentra non tanto sulla definizione di una nuova disciplina, quanto sulle possibilità offerte dall'incontro e dal dialogo tra competenze e discipline differenti. L'analisi dei supporti scrittori, la ricostruzione dei processi produttivi, lo studio dei materiali e delle tecniche di lavorazione, così come la comprensione dei contesti di uso, circolazione e conservazione dei manufatti librari, costituiscono alcuni degli ambiti nei quali il contributo dell'archeologia e delle scienze applicate ai beni culturali può rivelarsi particolarmente fecondo.

L'apporto di discipline e approcci scientifici quali l'archeozoologia, l'archeometria, la paleoproteomica e le scienze della conservazione ha infatti reso possibile affrontare questioni che solo in parte rientravano negli strumenti tradizionalmente

⁶ FEDERICI, Carlo – "Inventari e documenti come fonti per un'archeologia del libro medievale". In *Libri, lettori e biblioteche dell'Italia medievale (secoli IX-XV). Fonti, testi, utilizzazione del libro / Livres, lecteurs et bibliothèques de l'Italie médiévale (IXe-XVe). Sources, textes et usages*. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2001, pp. 147-163; FEDERICI, Carlo – "Sul fallimento dell'archeologia del libro". *Gazette du Livre Médiéval* 45 (2004), pp. 50-55; MANIACI, Marilena – "Il libro manoscritto come oggetto archeologico".

impiegati dalla codicologia e dalla paleografia, aprendo nuove prospettive per la conoscenza della produzione libraria medievale⁷.

Dieci anni di dialogo scientifico (2015-2025)

La riflessione proposta in questo dossier tematico affonda le proprie radici nel workshop internazionale *O estudo dos manuscritos iluminados e dos artefactos na Arqueologia da Idade Média: metodologias em comparação*, organizzato nel 2015 presso l'Instituto de Estudos Medievais (IEM) della Faculdade de Ciências Sociais e Humanas dell'Universidade NOVA di Lisbona. L'iniziativa nacque nell'ambito della collaborazione scientifica tra l'Instituto de Estudos Medievais (IEM-NOVA FCSH), il Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris (LAMOP-UMR 8589), in particolare con la sua sezione di codicologia quantitativa, allora diretta da Ezio Ornato, e l'Officina di Studi Medievali (OSM) di Palermo.

L'obiettivo del workshop era mettere a confronto strumenti, approcci e prospettive di ricerca sviluppati nell'ambito dell'archeologia medievale e degli studi sul manoscritto miniato, nella convinzione che entrambe le discipline potessero trarre beneficio da un dialogo fondato sull'attenzione alla cultura materiale e ai processi di produzione, uso, conservazione e trasmissione degli oggetti medievali. Particolare attenzione fu dedicata alle possibili convergenze metodologiche tra l'analisi del

⁷ Per alcune delle più significative applicazioni delle analisi biomolecolari e proteomiche allo studio della pergamena medievale si vedano FIDDYMENT, Sarah; *et al.* – “Animal origin of 13th-century uterine vellum revealed using noninvasive peptide fingerprinting”. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 112/49 (2015), pp. 15066-15071, disponibile all'indirizzo <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1512264112> [consultato il 15/06/2026]. Per una panoramica sugli sviluppi della biocodicologia e delle analisi biomolecolari applicate allo studio dei manoscritti in pergamena si veda il progetto ERC *Beasts to Craft: Biocodicology as a New Approach to the Study of Parchment Manuscripts*, coordinato da Matthew J. Collins, disponibile all'indirizzo: <https://www.arch.cam.ac.uk/research/projects/current-projects/beasts-craft-biocodicology-new-approach-study-parchment> [consultato il 29/06/2026]. Per una panoramica sui principali progetti di ricerca che hanno contribuito allo sviluppo della ZooMS, della paleoproteomica e delle analisi biomolecolari applicate ai manufatti pergamenei si vedano inoltre il BioArCh Research Centre dell'University of York, disponibile all'indirizzo <https://www.bioarchaeology.org/>, e il Palaeome Research Group coordinato da Matthew J. Collins, disponibile all'indirizzo <https://www.palaeome.org/collins-group/people/matthew-collins> [consultati il 15/06/2026]. Per gli sviluppi dell'archeometria e delle scienze della conservazione applicate allo studio dei manoscritti miniati si vedano inoltre i lavori di Maurizio Aceto (Università del Piemonte Orientale), disponibili all'indirizzo <https://people.unipmn.it/mimmone/>, e di Maria João Melo (LAQV-REQUIMTE, NOVA School of Science and Technology), disponibili all'indirizzo <https://laqv.requimte.pt/people/24-maria-joao-melo> [consultati il 15/06/2026].

manufatto archeologico e quella del libro manoscritto, nonché alle potenzialità offerte da un approccio comparativo ai processi di produzione, circolazione e trasformazione degli oggetti medievali.

I risultati di quel primo incontro confluirono successivamente in un dossier tematico pubblicato nella rivista *Mediaeval Sophia*⁸, nel quale furono affrontati temi quali la materialità del libro, le pratiche di produzione e uso del manoscritto, il rapporto tra manufatto librario e cultura materiale e le possibilità di dialogo metodologico tra codicologia, archeologia e storia delle tecniche, rappresentando il primo momento di sistematizzazione di una serie di riflessioni che avrebbero continuato a svilupparsi negli anni successivi e che costituiscono uno degli antecedenti scientifici del presente dossier tematico.

A distanza di dieci anni da questo primo incontro scientifico, il workshop internazionale *Comparative Methodologies, 10 Years On. An Archaeological Approach to the Study of Illuminated Manuscripts*, organizzato nel settembre 2025 dall’Istituto de Estudos Medievais (IEM) e dal gruppo di ricerca IUS ILLUMINATUM, in collaborazione con l’Istituto Italiano di Cultura di Lisbona e la Fondazione Biblioteca Capitolare di Verona, ha riproposto e ampliato la riflessione avviata nel 2015.

Realizzato nell’ambito delle attività del gruppo di ricerca internazionale IUS ILLUMINATUM, il workshop si inseriva in un percorso di ricerca sviluppato negli anni precedenti attorno allo studio del manoscritto giuridico miniato, della sua materialità e dei contesti culturali della sua produzione, circolazione e conservazione⁹.

Il nuovo incontro non ha avuto soltanto una funzione commemorativa, ma è nato anche dall’esigenza di interrogarsi nuovamente sul contributo che l’archeologia, i

⁸ BILOTTA, Maria Alessandra; TENTE, Catarina; PRATA, Sara (eds.) – “O estudo dos manuscritos iluminados e dos artefactos na Arqueologia da Idade Média: metodologias em comparação / Lo studio dei manoscritti miniati e lo studio dei manufatti in archeologia medievale: metodologie a confronto. Atti del Workshop Internazionale (Lisbona, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 13 febbraio 2015)”. *Mediaeval Sophia* 19 (2017), pp. 297-473. Disponibile in <https://www.mediaevalsophia.net/fascicoli/19/Sezione%20Speciale.pdf> [consultato il 14 giugno 2026].

⁹ Per una presentazione del gruppo di ricerca internazionale IUS ILLUMINATUM e delle sue attività si veda <https://iusilluminata.fcsh.unl.pt/> [consultato il 15/06/2026].

suoi metodi e le discipline ad essa collegate possono offrire alla conoscenza del manoscritto miniato. L'attenzione dei relatori si è così concentrata non soltanto sulla dimensione materiale del libro, ma anche sulle potenzialità offerte dall'archeologia e da discipline quali l'archeometria, l'archeozoologia, la paleoproteomica e le scienze della conservazione per la comprensione dei processi di produzione, uso, trasformazione e conservazione dei manufatti librari medievali.

Le relazioni presentate hanno affrontato temi che spaziano dalla ricostruzione dei processi di produzione del manoscritto e dei suoi materiali costitutivi alle applicazioni della paleoproteomica e dell'archeozoologia nello studio della pergamena, dall'analisi delle legature medievali alle problematiche della conservazione e del restauro. In questo contesto, i contributi di Stefanos Kroustallis, Matthew Collins, Élodie Lévêque, Letizia Montalbano e Maria Luisa Russo hanno offerto esempi rilevanti delle diverse modalità attraverso cui l'archeologia, le scienze del patrimonio culturale e le tecniche di indagine scientifica possono contribuire allo studio della cultura manoscritta medievale. Significativo è stato il contributo di Letizia Montalbano dell'Opificio delle Pietre Dure di Firenze, a testimonianza del ruolo svolto dalle scienze della conservazione nello studio del manoscritto medievale.

Particolare rilievo assume inoltre il contributo di Jordina Sales-Carbonell, dedicato alla produzione della pergamena nella Penisola Iberica tardoantica e altomedievale, il cui intervento è qui riproposto e sviluppato in forma di saggio, rappresentando il legame più immediato tra la riflessione sviluppata nel workshop e i contributi raccolti in questo dossier tematico.

Il workshop ha così offerto un'importante occasione di confronto tra studiosi, istituzioni e competenze differenti, contribuendo a mettere in luce le potenzialità di un approccio interdisciplinare che, senza sostituirsi agli strumenti propri degli studi sul manoscritto, può arricchirne significativamente le prospettive di ricerca e aprire nuove vie per la comprensione della sua dimensione materiale e storica.

Il dossier tematico

Le riflessioni sviluppate nel corso di questi dieci anni e maturate attraverso i due workshop internazionali del 2015 e del 2025 hanno trovato una prima concretizzazione nei contributi raccolti in questo dossier tematico. Pur nella diversità degli argomenti affrontati, i tre saggi qui pubblicati condividono l'attenzione per la dimensione materiale del manoscritto e per le potenzialità offerte dall'incontro tra approcci, competenze e metodologie provenienti da ambiti disciplinari differenti. Essi non rappresentano semplicemente tre casi di studio, ma tre differenti livelli di osservazione del fenomeno librario medievale: la produzione delle materie prime, la biografia materiale del manoscritto e la costruzione di nuove infrastrutture per la ricerca.

Il contributo di Jordina Sales-Carbonell rappresenta il legame più diretto con l'archeologia in senso stretto e affronta il tema della diffusione e della produzione della pergamena nella Penisola Iberica tra tarda antichità e alto medioevo. Attraverso l'analisi congiunta delle fonti scritte, delle evidenze archeologiche e dei contesti monastici, l'autrice ricostruisce le condizioni economiche, religiose e sociali che resero possibile l'affermazione di questo supporto scrittorio. La pergamena emerge così non soltanto come materia prima destinata alla produzione libraria, ma come un vero e proprio indicatore archeologico, capace di illuminare le trasformazioni delle società altomedievali e di mettere in relazione pratiche di allevamento, organizzazione economica, diffusione del monachesimo e sviluppo della cultura scritta.

Lo studio di Valeria Nicolis, dedicato al codice CX della Biblioteca Capitolare di Verona, sposta l'attenzione dal supporto al manufatto librario nella sua individualità storica. Attraverso l'analisi delle aggiunte, delle annotazioni, degli interventi correttivi e delle trasformazioni strutturali che hanno interessato il manoscritto nel corso del tempo, il codice viene interpretato come un organismo dinamico, la cui configurazione attuale è il risultato di una lunga serie di azioni e riusi successivi. In questa prospettiva, il concetto archeologico di stratificazione si rivela uno strumento interpretativo particolarmente efficace, consentendo di leggere il manoscritto come un deposito di tracce materiali e culturali che documentano la storia delle comunità che lo hanno prodotto, utilizzato, conservato e trasformato.

Il contributo di Silvia Faccin amplia ulteriormente l'orizzonte dell'indagine, proiettando la riflessione sul terreno delle infrastrutture della ricerca contemporanea. Attraverso l'esperienza dell'Archivio e Biblioteca Capitolare di Vercelli, l'autrice mostra come catalogazione, digitalizzazione, studio dei frammenti, analisi diagnostiche non invasive e cooperazione internazionale possano oggi convergere in un modello integrato di ricerca e valorizzazione del patrimonio manoscritto. Il manoscritto non appare più soltanto come oggetto di studio, ma come nodo di una rete di dati, competenze e strumenti che ne rende possibile una conoscenza sempre più approfondita e multidisciplinare.

I tre contributi delineano così, da prospettive differenti ma complementari, un percorso che conduce dalla produzione delle materie prime alla biografia materiale del codice, fino alla costruzione di nuove infrastrutture per la ricerca, mostrando concretamente le potenzialità che il dialogo tra archeologia, studio del manoscritto e scienze del patrimonio culturale può offrire agli studi medievali.

Considerazioni conclusive

A dieci anni dal primo workshop, il dialogo tra archeologia e studio del manoscritto miniato, sviluppatosi nel quadro delle attività scientifiche dell'Instituto de Estudos Medievais (IEM) della Universidade NOVA di Lisbona e del gruppo di ricerca internazionale IUS ILLUMINATUM, appare oggi più fecondo che mai. I contributi raccolti in questo dossier dimostrano come il manoscritto medievale possa essere compreso pienamente soltanto attraverso una prospettiva capace di integrare approcci, metodi e competenze differenti, superando i tradizionali confini disciplinari e restituendo al manoscritto tutta la complessità della sua esistenza storica.

L'apporto dell'archeologia e delle discipline ad essa collegate non consiste soltanto nell'introduzione di nuove tecniche di indagine o nell'acquisizione di dati finora inaccessibili. Il suo contributo più profondo risiede nella capacità di formulare nuove domande, di ampliare la scala dell'osservazione e di riportare al centro dell'analisi la dimensione materiale del manoscritto, considerata non come semplice

supporto del testo, ma come componente essenziale della sua storia e del suo significato culturale.

Le ricerche qui presentate mostrano come la produzione delle materie prime, la biografia materiale dei codici e la costruzione di nuove infrastrutture per la ricerca costituiscano altrettanti livelli attraverso i quali è possibile interrogare il manoscritto medievale. In questa prospettiva, il manoscritto medievale emerge come il risultato di processi complessi che coinvolgono risorse naturali, pratiche artigianali, saperi tecnici, reti economiche, istituzioni religiose, strategie di conservazione e forme di trasmissione del sapere.

La sfida per gli anni a venire non sarà soltanto quella di ampliare ulteriormente il dialogo tra discipline diverse, ma di consolidare la rete di collaborazioni internazionali costruita nel contesto delle attività scientifiche di IUS ILLUMINATUM, favorendo l'incontro tra ricerca storica, archeologia, studio del manoscritto e scienze del patrimonio culturale in una prospettiva profondamente interdisciplinare, capace di mettere in dialogo fonti, metodi e competenze differenti.

Riferimenti Bibliografici | Referências Bibliográficas

AGATI, Maria Luisa – *Il libro manoscritto. Introduzione alla codicologia*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2003.

AGATI, Maria Luisa – *Il libro manoscritto da Oriente a Occidente. Per una codicologia comparata*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2009.

BILOTTA, Maria Alessandra; TENTE, Catarina; PRATA, Sara (eds.) – “O estudo dos manuscritos iluminados e dos artefactos na Arqueologia da Idade Média: metodologias em comparação / Lo studio dei manoscritti miniati e lo studio dei manufatti in archeologia medievale: metodologie a confronto”. *Mediaeval Sophia* 19 (2017), pp. 297-473.

CLARK, Kenneth W. – “Manuscripts Belong to Archaeology”. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 122 (1951), pp. 7-9.

FEDERICI, Carlo – *Introduzione all'archeologia del libro*. Roma: NIS, 1992.

FEDERICI, Carlo – “Inventari e documenti come fonti per un'archeologia del libro medievale”. In *Libri, lettori e biblioteche dell'Italia medievale (secoli IX-XV)*. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2001, pp. 147-163.

FEDERICI, Carlo – “Sul fallimento dell'archeologia del libro”. *Gazette du Livre Médiéval* 45 (2004), pp. 50-55.

FIDDYMENT, Sarah, *et al.* – “Animal origin of 13th-century uterine vellum revealed using non-invasive peptide fingerprinting”. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 112/49 (2015), pp. 15066-15071.

GILISSEN, Léon – *Prolégomènes à la codicologie. Recherches sur la construction des cahiers et la mise en page des manuscrits médiévaux*. Gand: Éditions scientifiques Story-Scientia, 1977.

MANIACI, Marilena – *Archeologia del manoscritto. Metodi, problemi, bibliografia recente*. Roma: Viella, 2002.

MANIACI, Marilena – “Il libro manoscritto come oggetto archeologico”. *Scuola ticinese* 350 (2024), pp. 13-20.

MUZERELLE, Denis – *Vocabulaire codicologique. Répertoire méthodique des termes français relatifs aux manuscrits*. Paris: CEMI, 1985.

ORNATO, Ezio – “Pour une histoire du livre manuscrit au Moyen Âge”. In *Le livre au Moyen Âge*. Paris: Éditions du CNRS, 1988, pp. 15-36.

ORNATO, Ezio – *La face cachée du livre médiéval*. Roma: Viella, 1997.

PALMA, Marco – “Codicologia”. In *Enciclopedia Italiana, V Appendice*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1991.

PETRUCCI, Armando – *La descrizione del manoscritto. Storia, problemi, modelli*. Roma: Carocci, 2001.

RONCONI, Filippo – *Codicologia*. Roma: Carocci, 2021.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BILOTTA, Maria Alessandra; TENTE, Catarina; PRATA, Sara – “Introduzione – Oltre la codicologia. Dieci anni di dialogo tra l’archeologia e lo studio del manoscritto miniato (2015-2025)”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 71-82. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 40 | Julho – Dezembro 2026

ISSN 1646-740X

**La eclosión del pergamino en los confines de Occidente:
monasterios y soportes de escritura en la Península
Ibérica tardoantigua y altomedieval (s. V-X)**

**The emergence of parchment in the West's edge: Monasteries and
writing media in the Late Ancient and Early Medieval Iberian
Peninsula (5th-10th centuries)**

Jordina Sales-Carbonell

Universitat de Barcelona, Departament d'Història i Arqueologia,
Àrea d'Història Medieval
08001; Barcelona; Spain

jordinasales@ub.edu

<https://orcid.org/0000-0003-2464-8058>

Data recepção do artigo / Received for publication: 27 de Janeiro de 2026

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 03 de Junho de 2026

DOI:

RESUMEN

La sustitución masiva del papiro por el pergamino en Occidente es un fenómeno que se percibe de modo claro a partir del declive y desaparición de las estructuras del Imperio Romano. En realidad, el pergamino constituye un síntoma más del cambio de paradigma que supone el final de la Antigüedad y la entrada a la Edad Media. Además, resiguiendo los indicios arqueológicos y documentales anteriores a la invasión musulmana de Hispania, se entrevé como este cambio en el soporte de escritura está no sólo motivado por la desintegración del modelo productivo y comercial romano, sino que, por cambios en la lectura, aparece también íntimamente relacionado con la permeabilización del cristianismo en los paisajes rurales y urbanos. Efectivamente, cuándo y cómo se empezó a fabricar y utilizar el pergamino en la Península Ibérica son cuestiones que, a la luz de los datos disponibles, tienen respuesta en el día a día de algunos monasterios primitivos especializados en una técnica muy específica de curtición de determinadas pieles que, entre otros aspectos, obligaba a tener un control sobre la ganadería y el entorno. En definitiva, cristianización, monacato y pergamino son conceptos que transcurren en paralelo durante los primeros siglos de la Edad Media Peninsular.

Palabras-clave: Pergamino; Antigüedad Tardía; Herramientas; Monasterios; Arqueología

ABSTRACT

The widespread replacement of papyrus with parchment in the West is a phenomenon that becomes clearly apparent after the decline and collapse of the Roman Empire. In fact, parchment is yet another symptom of the paradigm shift that marked the end of Antiquity and the beginning of the Middle Ages. Furthermore, by tracing the archaeological and documentary evidence prior to the Muslim invasion of Hispania, we can see how this change in writing material was not only driven by the disintegration of the Roman production and commercial model, but also, due to changes in reading practices, is intimately linked to the spread of Christianity in rural and urban landscapes. Indeed, when and how parchment began to be manufactured and used in the Iberian Peninsula are questions that, in light of the available data, can be answered by examining the daily activities of certain early monasteries specializing in a very specific tanning technique for certain hides, which, among other things, required careful control over livestock and the surrounding environment. In short, Christianization, monasticism, and parchment are concepts that run in parallel during the first centuries of the Peninsular Middle Ages.

Keywords: Parchment; Late Antiquity; Tools; Monasteries; Archaeology



Introducción

A la cuestión de los soportes de la escritura, y en especial al pergamino le empecé a prestar una gran atención cuando, en un momento dado del transcurso de mi línea principal de investigación consistente en la identificación arqueológica y tipificación de la primera edificación cristiana en Hispania -s. IV-VII, me percaté casi de casualidad de que la manufactura del pergamino, aun siendo un tema muy poco reseñado en las fuentes escritas, aparecía siempre íntimamente relacionado con el mundo monástico primitivo¹. A partir de aquí me pregunté si los restos materiales relacionados con la producción de este soporte de la escritura durante el final de la Antigüedad y la temprana Edad Media podrían constituir indicadores arqueológicos válidos que ayudaran a identificar los restos de nuestros primeros monasterios, caracterizados por ser extremadamente escurridizos².

Los primeros ensayos parecían apuntar a una respuesta afirmativa³, y por tanto, como a continuación se detallará con una serie de ejemplos recopilados en una carpeta que siempre mantengo abierta, mi hipótesis de partida es que, si a través de la arqueología somos capaces de localizar espacios donde se fabricó pergamino, muy probablemente nos encontremos ante los restos de lo que sería un primitivo monasterio, cuestión muy controvertida dado que en la actualidad existe cierto negacionismo arqueológico por el simple hecho de que estos monasterios anteriores a la llegada del Islam tienen arquitecturas poco o nada definidas tipológicamente hablando⁴; sólo en momentos medievales más avanzados se vislumbrará con claridad la tipología propia del monasterio desarrollado alrededor de un claustro⁵.

¹ SALES CARBONELL, Jordina – “Fabricando pergamino durante la Antigüedad Tardía. Unas notas arqueológicas para los monasterios de Hispania”. *Augustinianum* 53:2 (2013), pp. 469-499.

² SALES CARBONELL, Jordina; SANCHO I PLANAS, Marta – “Espais i estructures en els establiments monàstics de l'antiguitat tardana i la primerenca edat mitjana: reptes d'identificació i tipificació”. *Rodis. Journal of Medieval and Postmedieval Archaeology* 6 (2023), pp. 11-36.

³ SALES CARBONELL, Jordina – “El Bovalar (Serós, Lleida). ¿Un monasterio productor de pergamino en la Hispania visigoda?”. *Rivista di Archeologia Cristiana* 90 (2014), pp. 423-464.

⁴ SALES CARBONELL, Jordina; SANCHO I PLANAS, Marta – “Tribuna: El escurridizo, pero no invisible, rastro arqueológico del primer monacato hispano (a propósito del II Seminario Internacional Paisajes Arqueológicos del Monacato Primitivo en Occidente (s. IV-VII), Barcelona 2022)”. *SVMMMA, Revista de Cultures Medievales* 24 (2024), pp. 1-5.

⁵ BOTO VARELA, Gerardo – “Building Monastic Cloisters in the Iberian Peninsula (8th-11th centuries): Regular Layouts and Functional Organization”. *Hortus Artium Medievalium* 23 (2017), pp. 222-239.

Por todo ello, los restos asociados a la producción de pergamino constituyen indicadores arqueológicos muy potentes que, en mi opinión, no han sido aún lo suficientemente explorados ni explotados, y que valdría la pena incorporar al discurso arqueológico del primer cristianismo hispano, y más concretamente a su monacato, verdadero artífice de la eclosión del pergamino no sólo porque los monjes fiscalizaran la escritura y la iluminación, sino porque todo apunta a que también dominaron la manufactura del soporte hasta bien avanzada la Edad Media, cuanto menos en Occidente.

La falta de papiro y el triunfo del cristianismo: mutaciones concatenadas que impulsaron el pergamino y facilitaron la transición del rollo al códice

¿Cuándo y cómo llega el pergamino a Hispania? Para intentar responder esta cuestión, obviamente se deben considerar las implicaciones socioeconómicas que conllevaba fabricar el pergamino, cuya irrupción fue en buena parte producto de la crisis del comercio romano a larga distancia que generó la urgente necesidad de obtener un soporte de escritura alternativo al antaño abundante y barato papiro de Egipto. Esta alternativa fue el pergamino, que de hecho ya existía pero que aún no se había popularizado debido a su elevado coste⁶.

Efectivamente, a partir de la crisis del siglo III, cuando el Imperio Romano empezó a desmoronarse, el flujo regular de papiro que llegaba a Occidente empezó a sufrir altibajos e interrupciones. Es sabido que el papiro, de base vegetal, era el principal soporte de escritura de la época y que esencialmente estaba monopolizado por el estado romano. Se fabricaba a partir del *Cyperus papyrus*, un vegetal que crecía básicamente en Egipto, y después de ser manufacturado se comercializaba a lo largo y ancho del imperio con la misma intensidad que otros productos de éxito distribuidos globalmente. Y del mismo modo que el papiro había sido el soporte más utilizado a lo largo y ancho del Imperio, una vez empezaron a perder fuelle las tradicionales rutas comerciales, surgió la necesidad de buscar alternativas al papiro para continuar escribiendo y registrando sin dependencia a un solo producto. Así,

⁶ REED, Ronald – *Ancient Skins, Parchments and Leathers*. London: Academic Press Inc., 1972, pp. 118-173.

de un modo que parece tan espontáneo como multifocal, surgió una solución que ya existía como mínimo desde el siglo III aC⁷ y que venía siendo un producto de lujo: el pergamino, es decir, el soporte de escritura de origen animal, cuya materia prima se podía adquirir con relativa facilidad al estar repartidos por toda la geografía los mamíferos de cuya piel se extraía la membrana, a diferencia del cultivo del papiro centralizado casi de modo exclusivo en la ribera del Nilo⁸.

Sin embargo, había algunos hándicaps que, como ya se ha dicho, habían convertido el pergamino en un producto de lujo entre los romanos, y es que la materia prima (principalmente proveniente de los ovi-caprinos) no era barata, se debía dominar la técnica de la curtición (que era bastante más compleja que la técnica de preparar el papiro), y todo el proceso de producción además de ser mucho más artesanal se hacía al margen de un monopolio estatal que organizara los procesos de trabajo⁹.

Por lo tanto, a partir de finales del Imperio Romano y durante los primeros siglos de la Edad Media, ¿qué tipo de asociación u organización humana se mostró capaz de controlar rebaños y de dominar la complejidad química que comporta la curtición de la piel? Esta organización, según dejan entrever los indicios textuales, sería la propia Iglesia, y más en concreto su monacato, que además necesitaba disponer de reservas de este pergamino tanto para su ingente producción cultural como para la administración de su pujante patrimonio y poder político-social.

Y, por otro lado, con esta transición del papiro al pergamino se desarrolló el formato códice en detrimento del rollo, lo que permitió al cristiano llevar las sagradas escrituras consigo de manera cómoda y compacta, por lo que se considera que el códice es una innovación atribuible al cristianismo¹⁰.

⁷ JOHNSON, Richard Ronald – *The Role of Parchment in Greco-Roman Antiquity*. Los Angeles: University of California, 1968, pp. 22-51.

⁸ SALES CARBONELL, Jordina – “Fabricando pergamino”, pp. 478-479.

⁹ Efectivamente, la producción de pergamino en época greco-romana estuvo siempre a cargo de una industria tradicionalmente local: JOHNSON, Richard Ronald – *The Role of Parchment*, pp. 119, 122.

¹⁰ A diferencia del filósofo pagano, el intelectual cristiano focalizaba su actividad intelectual en la lectura y la consulta constante de los textos sagrados, por lo que la portabilidad del códice respecto al rollo marcó un antes y un después: STROUMSA, Guy G. – “The Scriptural Movement of Late Antiquity and Christian Monasticism”. *Journal of Early Christian Studies* 16 (2008), pp. 68-70.

Los espacios productores de pergamino en Hispania

Introducidas algunas generalidades, veamos los pocos, pero valiosos, datos textuales que permiten reseguir la aparición del pergamino en la Península Ibérica a partir del final del Imperio romano y, sobre todo, de los siglos visigodos. Se trata de una serie de datos ciertamente escueta, aunque, como ya se ha adelantado, presentan un eje común, y es que todas las noticias sin excepción provienen de contextos cristianos y más específicamente de contextos monásticos o directamente relacionados con ellos; una circunstancia que además sigue el patrón de otros datos extra-hispanos conocidos¹¹ y que nos permitirá comprender mejor los restos arqueológicos que se expondrán más adelante.

¿Cuáles son estos datos textuales? Antes de presentarlos, conviene saber también cuál es la información que no tenemos, pues es importante decir que en y para Hispania no se han conservado documentos que indiquen de modo explícito cómo, dónde o quien elaboraba el pergamino durante la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media. En relación con los aspectos de la producción, para Occidente y hasta donde yo conozco, con anterioridad a la Plena Edad Media para todo Occidente sólo se conservaría una fórmula en un manuscrito italiano del siglo VIII proveniente de ambientes monásticos y copiado en el siglo XVIII por otro monje: Ludovico Antonio Muratori¹².

Entonces ¿qué tenemos exactamente para la Península Ibérica? Básicamente tenemos unos pocos testimonios en la literatura, pero ninguna mención en ninguna ley, en ninguna regla monástica ni en ningún acta conciliar. Es decir, a nivel institucional y administrativo podemos referirnos a un silencio absoluto por lo que al pergamino se refiere.

El autor hispano más destacado que nos proporciona alguna referencia es Isidoro de Sevilla (c. 560-636), quien primero fue monje, y luego, en calidad de obispo, se convirtió en un gran promotor del monacato. En sus *Etimologías* Isidoro canta las

¹¹ Estos datos extra-hispanos se recopilaron en su momento en SALES CARBONELL, Jordina – “Fabricando pergamino”, pp. 483-491.

¹² MURATORI, Ludovico Antonio – *Antiquitates Italicae Medii Aevi, post declinationem romaní imperii ad ann. 1500*. Vol. 4. Mediolani, 1738-1742, col. 683A.

excelencias del pergamino, describe sus calidades¹³ y, muy curiosamente, se refiere también al papiro, pero ya no como soporte de la escritura sino como un material, afirma Isidoro, idóneo para encender fuego y fabricar velas¹⁴. Sin embargo, unos pocos decenios antes, en la vecina Galia, el uso del papiro aún tendría cierta relevancia, según testimonio de Gregorio de Tours¹⁵.

También menciona el papiro en su obra Braulio de Zaragoza (590-651), en este caso en una carta a su hermano Fruminiano, mediante la cual el obispo intenta abastecerse de esta materia y se lamenta de su escasez: “...no tenemos suficiente pergamino ni siquiera para nosotros”¹⁶.

Como noticias literarias indirectas de la ingente manufactura de pergamino que se produciría en la Hispania tardoantigua cabe mencionar dos aspectos relevantes. El primero es el habitual tráfico de códices que se documenta entre iglesias, monasterios y episcopados¹⁷, lo que necesariamente (y por las cronologías en las que nos movemos) llevaría asociada una industria del pergamino muy próxima a este gran consumidor que era la Iglesia. El segundo aspecto que comentar es la importancia que la literatura monástica antigua otorga al cuidado de sus rebaños, actividad que según afirma la regla de Isidoro de Sevilla es la que sustenta la infraestructura económica de los monasterios¹⁸, y de donde, recordemos, se obtiene la materia prima para fabricar el pergamino: la membrana de la piel. De hecho, sólo haría falta mencionar que ya durante los siglos visigodos, en determinadas geografías aptas para la trashumancia como por ejemplo el área de los Pirineos, se

¹³ “Membrana autem aut candida aut lutea aut purpurea sunt. Candida naturaliter existunt. Luteum membranum bicolor est, quod a confectore una tingitur parte, id est crocatur (...) Purpurea vero inficiuntur colore purpureo, in quibus aureum et argentum liquescens patescat in litteris”, ISIDORVS – *Etymologiae*, 6, 11. Ed. W. M. Lindsay, *Isidori Hispalensis episcopi Etymologiarum sive Originum* i-ii. Oxford: F. Typographeo Clarendoniano, 1911.

¹⁴ “Papyrus dictum quod igni et cereis est aptum; pur enim Graeci ignem dicunt”, ISIDORVS – *Etymologiae*, 17, 9, 96.

¹⁵ PIRENNE, Henry – “Le commerce du papyrus dans la Gaule mérovingienne”. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 72:2 (1928), pp. 178-191.

¹⁶ “Membrana nec nobis sufficiunt et ideo ad dirigendum uobis deficiunt; sed premium direximus, unde si iusseritis comparare possitis”, BRAULIO CAES – *Epistula* 14. Ed. L. Riesco, *Epistolario de san Braulio. Introducción, edición crítica y traducción*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1975, p. 91.

¹⁷ Ejemplos recogidos en: SALES CARBONELL, Jordina – “Fabricando Pergamino”, p. 491.

¹⁸ “Pecuniosus: Tullius primam eos dictos refert qui plurimam habuissent pecuniam”, ISIDORVS – *Etymologiae*, 10, 209.

documenta un marcado control monástico y episcopal de los movimientos estacionales y trashumantes de los grandes rebaños¹⁹.

Con la llegada de los musulmanes a la Península, ahora ya se dispone de la primera y de hecho única noticia explícita sobre fabricación de pergamino en la Península Ibérica antes del año mil. Se trata de una mención que proviene de la Córdoba mozárabe, donde en la segunda mitad del siglo X el obispo mozárabe de la ciudad, Recemundo, en su *Libro de la división de los tiempos* (más conocido como “El calendario de Córdoba”), indica que el lugar donde estaba enterrado el mártir hispanoromano Zoilo era concretamente una iglesia donde se fabrica pergamino (*et sepultura eius est in ecclesia facientium pergamina in Corduba*)²⁰, lugar que, con toda probabilidad, sería la iglesia monástica de San Justo, donde se había trasladado el cuerpo del mártir durante el siglo VII. Por lo tanto, estaríamos ante una de tantas basílicas que poblaban el arrabal mozárabe de la ciudad, donde incluso se documenta de modo genérico un barrio de pergamineros. A tenor de esta fuente, parecería que los musulmanes en ningún momento fabricaron pergamino (por lo menos en Córdoba), sino que tal labor quedaría en manos de los cristianos, muy probablemente monjes, por inercia y tradición...

También el propio arte de la iluminación altomedieval nos proporciona una noticia iconográfica sobre la elaboración del pergamino, concretamente en los beatos y más específicamente en la famosa página del Beato de Tábara, donde aparece representada una torre de un monasterio que luego es emulada en otros beatos como el de las Huelgas. En la torre aparece un personaje en una habitación contigua al *scriptorium* monástico que está recortando un pergamino; es decir, haciendo los retoques finales al soporte antes de destinarlo a la escritura: Si bien es indudable el interés de la imagen, también es cierto que la imagen por sí misma no permite aseverar que el pergamino se fabricara allí.

¹⁹ SALES CARBONELL, Jordina; SALAZAR ORTÍZ, Natalia – “The pre-Pyrenees of Lleida in Late Antiquity: Christianisation processes of a landscape in the *Tarraconensis*”. *Revista d’Arqueologia de Ponent* 23 (2013), pp. 27-44.

²⁰ PELLAT, Charles – *Le calendrier de Cordoue publié par R. Dozy. Nouvelle édition accompagnée d’une traduction annotée*. Leiden: E. J. Brill, 1961, p. 167.



Fig. 1 Torre-*scriptorium* del beato de Tábara. En la parte inferior derecha se observa a un individuo recortando pergamino (imagen: The Morgan Library & Museum <https://www.themorgan.org/collection/commentary-apocalypse/112348/369>)

A partir de la Plena Edad Media, aunque los monasterios continuaron produciendo pergamino, como indica por ejemplo una ilustración de un manuscrito alemán del s. XII de un monje alisando la superficie con el *lunellum*, el caso es que progresivamente la actividad pasarán a ostentarla también civiles de medios urbanos, entre ellos judíos; hasta que a finales de la Edad Media parece que ya prácticamente se habría disuelto este binomio “monasterio - fábrica de pergamino”.

Como muestra, una ilustración de mediados del s. XIII de la Biblia de Hamburgo, donde un monje aparece comprando un pergamino a un civil²¹.



Fig. 2 Monje del siglo XII acabando un pergamino
(reproducido en DE HAMEL, Christopher – *Copistas e iluminadores*. Madrid: Akal, 1999, p. 12)

Referencias arqueológicas

Si partimos de esta cuasi-certeza de que los primitivos monasterios monopolizaban la fabricación del pergamino, estamos en condiciones de preguntarnos si el hecho de encontrar indicios de manufactura de pergamino en un yacimiento arqueológico de cronología visigoda u altomedieval podría estar indicando que tales restos pertenecen a un monasterio. Al respecto, existen en la Península Ibérica como mínimo dos yacimientos en principio catalogados como ‘civiles’ de época visigoda donde aparecen tales indicios, y

²¹ Efectivamente, en el siglo XIII la Biblia de Hamburgo (o de Bertoldus), que describe la elaboración de códices, reporta la participación de artesanos laicos en la fase de producción del soporte (SALES CARBONELL, Jordina – “Fabricando Pergamino”, p. 488, nota n. 63).

lo hacen en forma de herramienta, y más concretamente en forma de pelador de pieles de animal pequeño, propios del trabajo del pergamino.

El primer caso es El Bovalar (Seròs, Lleida), un yacimiento catalogado como un pequeño poblado agrícola con basílica que quien firma este texto ha reinterpretado como probable monasterio a partir de varias características e indicios, entre los cuales la constatación de que se produjo pergamino en este lugar²². Y es que resulta que en este supuesto ‘poblado’ aparecieron una treintena de peladores de pergamino, con la particularidad añadida de que aparecieron todos agrupados en una sola habitación, cosa extraña en un supuesto poblado laico donde lo más lógico sería que cada familia tuviera las herramientas en sus respectivas casas.

Entonces ¿que podría estar indicando este reagrupamiento de herramientas de pergamino? De entrada, el asunto sin duda transpira un sentido de ‘comunidad’, y por lo tanto incidiría aún más en el carácter monástico del lugar. Y ello conecta directamente con las reglas monásticas de la época, pues en algunas de ellas como por ejemplo las de Eugipio, Isidoro, Fructuoso o la del Maestro²³, aparece un capítulo, que se va copiando y donde se incide en la necesidad de que un monje responsable reúna todas las herramientas de trabajo al final de la jornada y las custodie en una sola habitación. La conexión entre lo que indican las reglas monásticas y el modo agrupado en que fueron hallados los peladores de El Bovalar resulta, pues, muy sugerente.

Y el segundo yacimiento de estas cronologías con indicios de producción de pergamino es Sant Julià de Ramis (cerca de Girona), un cerro donde junto a una iglesia medieval con orígenes tardoantiguos se ubica un *castellum* bajo-imperial que funcionó muy poco tiempo con sus fines militares y donde aparecieron una jarrita litúrgica y un pelador para pergamino idéntico a los peladores encontrados en El Bovalar²⁴.

²² SALES CARBONELL, Jordina – “El Bovalar”, pp. 423-464.

²³ Las referencias de todas estas reglas las reunimos en SALES CARBONELL, Jordina – “Fabricando pergamino”, pp. 493-495.

²⁴ BURCH RIUS, Josep, *et al* – *Excavacions arqueològiques a la muntanya de Sant Julià de Ramis, 2: el castellum*. Girona: Universitat de Girona, 2006.

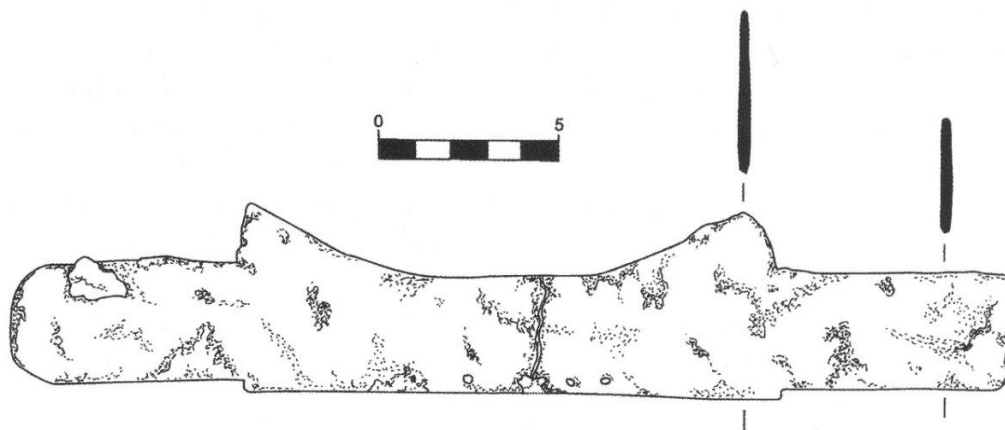


Fig. 3 Pelador hallado en el *castrum* de Sant Julià de Ramis (Girona), idéntico a la treintena de herramientas encontradas en El Bovalar (Lleida) (Imágen: BURCH RIUS, Josep, *et al* – *Excavacions arqueològiques*, p. 105)

De nuevo la presencia del pelador permite formular la pregunta de si en este *castellum* o *castrum* abandonado (al lado del cual -recordemos- se levantó una iglesia en época visigoda) se podía haber instalado también una comunidad de monjes que reutilizó el antiguo espacio militar a la vez que fabricó pergamino. Para la tipología de este yacimiento en particular, cabe apuntar que la reocupación de *castra* abandonados por parte de contingentes monásticos está muy bien documentada y es muy frecuente sobre todo en áreas del limes africano y oriental. En Hispania, Félix, maestro de San Millán de la Cogolla, se retiró en el *castellum Bilibium* entre finales del siglo V e inicios del VI.²⁵

Pero además de estos dos asentamientos que podrían ser monásticos, existen también una serie de tumbas muy particulares pertenecientes a tres necrópolis diferentes: la de Palous (Lleida)²⁶, la de Santa Maria de Veciana²⁷ (Barcelona) y una tercera en el yacimiento de La

²⁵ SALES CARBONELL, Jordina – *Las construcciones cristianas de la Tarraconensis durante la Antigüedad Tardía. Topografía, arqueología e historia*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2012, pp. 338-402.

²⁶ SOLANES POTRONY, Eva; ALÒS TREPAT, Carme – “Interpretació de l’aixovar de la necròpolis hispanovisigoda de Palous (Camarasa, la Noguera): apunts sobre l’adobat de pells a l’antiguitat tardana”. *Revista d’Arqueologia de Ponent* 13 (2003), pp. 345-350.

²⁷ CABAÑAS ANGUITA, Núria – “La necròpolis a l’entorn de l’església de Santa Maria de Veciana”. *Miscellanea Aqualatensis* 21 (2025), pp. 123-140. Agradecemos a Núria Cabañas, de CatPatrimoni, la cesión de las fotografías de este yacimiento.

Orden-Seminario (Huelva)²⁸. El denominador común de las tres tumbas, a parte de su cronología visigoda, es que en todas ellas se han encontrado unos individuos de sexo masculino que aparecen inhumados con el binomio pelador de pergamino y hebilla de cinturón, lo que sugiere que la herramienta habría sido depositada en la tumba envuelta con algún tipo de tela que a su vez estaría envuelta con un cinturón, todo a modo de ofrenda o ajuar funerario. Una cuarta tumba de similares características se hallaría en la cueva de inhumación de época visigoda de Los Goros (Sierra de Badaya, Álaba), donde apareció otro pelador de pergamino, aunque se conoce mal el contexto arqueológico²⁹. Muy probablemente corresponda también a un pelador de pergamino el fragmento de hierro de la necrópolis de las Huertas (Pedrera, Sevilla)³⁰.

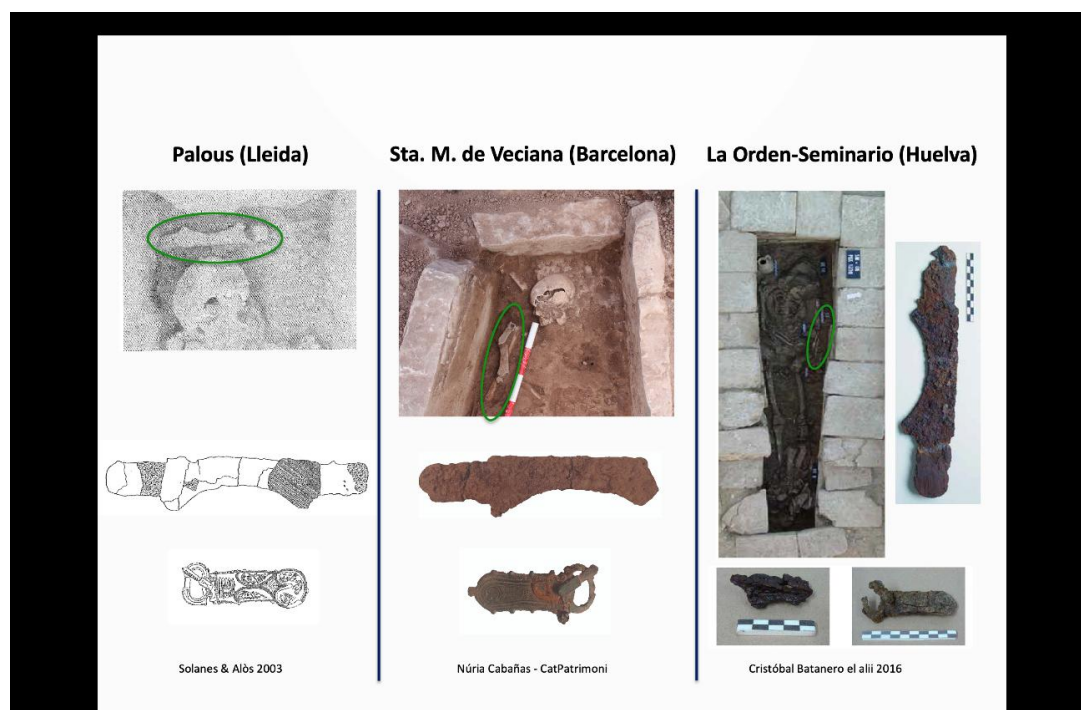


Fig. 4 Tumbas visigodas con peladores de pergamino junto a hebillas de cinturón como ajuar (figuras extraídas de: SOLANES POTRONY, Eva; ALÒS TREPAT, Carme – “Interpretació de l’aixovar”, p. 349; CABAÑAS ANGUITA, Núria – “La necròpolis a l’entorn de l’església”, p. 136; BATANERO MARTÍN, Cristóbal; BELTRÁN PINZÓN, J. Manuel; VERA RODRÍGUEZ, J. Carlos – “La necrópolis tardoantigua”, p. 109)

²⁸ BATANERO MARTÍN, Cristóbal; BELTRÁN PINZÓN, J. Manuel; VERA RODRÍGUEZ, J. Carlos – “La necrópolis tardoantigua de La Orden-Seminario (Huelva): rituales funerarios y aspectos antropológicos”. *Revista Onoba* 4 (2016), pp. 105-126.

²⁹ ENRICH, Jordi; ENRICH, Joan; ENRICH, Albert – “Evolució tecnològica de l’adob de pells a l’etapa preindustrial”. In *III Congrés d’Arqueologia Medieval i Moderna a Catalunya*, vol. I. Sabadell: ACRAM, 2007, pp. 81-83, 87.

³⁰ ENRICH, Jordi; ENRICH, Joan; ENRICH, Albert – “Evolució tecnològica”, p. 81.

Estas tumbas corresponden a necrópolis rurales de los siglos VI-VII, y dado el contexto podríamos especular con la posibilidad de que se tratara de artesanos laicos itinerantes que ofrecerían sus servicios a los monasterios donde se producía pergamino en los momentos álgidos de producción dependientes de los ciclos reproductivos de los ovicaprinos, cuyas crías en pocas semanas alcanzaban la pubertad y su delicada piel iba perdiendo las propiedades que permitían hacer membrana de más calidad. Por ello, el sacrificio masivo de las crías comportaba el pelado intensivo de sus pieles en espacios de tiempo muy ajustados que requerirían todas las manos posibles. Además, los peladores encontrados en estas tumbas vuelven a ser de la misma tipología que los de Sant Julià de Ramis o los del Bovalar, es decir, se trata de nuevo de instrumentos para pelar pieles de ovicaprinos realmente muy jóvenes, lo que apunta a la elaboración de la vitela, que es el pergamino de más calidad.

Vistos en conjunto, estos tres individuos se podrían catalogar como los primeros pergamineros documentados en la Península Ibérica. No sabemos su nombre, pero se conservan restos óseos y su ADN, susceptible de ser analizado, lo que en un futuro y con más datos arqueológicos tal vez permita conocer a estos pergamineros con más profundidad.

¿Un pergamintero en una pizarra visigoda?

Para cerrar este texto, me referiré de nuevo a la iconografía de modo breve, esta vez a aquella proveniente de un tipo singular de ítem arqueológico de época visigoda como es la singular representación de un individuo grafiado en una laja de pizarra hallada en un caserío de San Vicente de Río Almar (Salamanca). La figura de esta pizarra, conocida de hace tiempo y publicada, ha sido interpretado como una mujer ricamente ataviada³¹. Sea un hombre o una mujer, en su cintura luce lo que parece ser un pelador de pergamintero, del mismo modo que lucen otros artesanos sus

³¹ SANTONJA, Manuel; MORENO, Mercedes – “Tres pizarras con dibujos de época visigoda en la provincia de Salamanca”. *Zephyrus. Revista de prehistoria y arqueología* 44-45 (1991-1992), pp. 475-485, especialmente 483.

herramientas. Ello se percibe claramente si al lado de la representación de la pizarra se exponen los peladores a los que nos hemos ido refiriendo en este texto.



Fig. 5 Pizarra visigoda con la representación de un posible pergamintero con detalle del elemento que lleva en la cintura (extraído de SANTONJA, Manuel; MORENO, Mercedes – “Tres pizarras con dibujos”, p. 476). A la derecha, algunos peladores de pergamino encontrados en yacimientos arqueológicos de la Península Ibérica.

En definitiva, si nuestra interpretación es correcta, entonces esta representación sugeriría un cierto prestigio y orgullo e identidad de los artesanos, como también parecen sugerir los hallazgos arqueológicos a modo de ajuar en las tumbas de los primeros individuos pergaminteros peninsulares conocidos a los que ya me he referido.

Por otra parte, cabe recordar que estas pizarras visigodas, en su mayor parte encontradas sin contexto y provenientes de entornos rurales, se han querido asociar a ambientes escolares, ya que muchas de ellas contienen lo que parecerían ejercicios de cuentas y de escritura³². Si la hipótesis fuera correcta, sólo cabría recordar que las escuelas rurales de época visigoda estaban en los monasterios, por lo que no

³² VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel – *Las pizarras visigodas. Edición crítica y estudio (Antigüedad y Cristianismo. Monografías históricas sobre la Antigüedad Tardía 6)*. Murcia: Universidad de Murcia, 1989, pp. 30-31, 668-669.

resulta descabellado sugerir que el ejecutor de la representación del pergamintero tal vez se inspiró en algo que estaba viendo dentro del propio monasterio.

Cierre

Como sucederá en el resto de Occidente, en Hispania el uso del pergamino como soporte de la escritura eclosionará entre finales de la Antigüedad e inicios de la Edad Media, gracias en buena parte a la irrupción de un cristianismo institucional consumidor de códices que vio en el pergamino el soporte ideal para sustituir al papiro, que en Occidente fue decayendo progresivamente hasta quedar prácticamente relegado a la cancelería pontificia, que alrededor del año mil seguía emitiendo bulas escritas en este soporte, ahora ya de prestigio.

Sin embargo, a pesar de que el pergamino ganó terreno rápidamente, siguen quedando en la sombra los aspectos productivos básicos de estos primeros siglos de su uso masivo, aunque los pocos indicios literarios conservados que se han podido desgranar sugieren de modo bastante explícito esta asociación de la producción con los ambientes monásticos, lo que reviste una lógica de mucho peso.

Por otro lado, dado que los ámbitos monásticos más primitivos resultan muy difíciles de tipificar arqueológicamente hablando (cuanto menos en Occidente y en Hispania), los indicios de producción de pergamino en determinados yacimientos visigodos considerados poblados civiles con basílica, como es el caso de El Bóvalar o el *'castrum'* de Sant Julià de Ramis, pueden ayudar a reconsiderar la interpretación de estos lugares como potenciales ambientes pertenecientes al monacato primitivo.

No resulta difícil imaginar los hedores de la curtición de la piel como parte del programa de mortificaciones a las que eran aficionados los monjes de los primeros siglos, pero en todo caso la situación empezó a transformarse con el crecimiento de las ciudades a partir del siglo XI con el progresivo surgimiento de un monacato urbano que exhibirá otra mentalidad mientras en paralelo el oficio de pergamintero irá pasando a manos de artesanos civiles, un cambio que se empieza a percibir con claridad en los siglos XII-XIII, aunque algún que otro monasterio no pudiera escapar tan fácilmente de su pasado pergamintero. Tal sería el caso de Sant Pere de

Galligants, en la ciudad de Girona, un monasterio de origen altomedieval que en el siglo XIV se documenta a priori ‘extrañamente’ instalado en una zona de curtidurías de tal modo que en 1332 los monjes ya no comían en el refectorio debido a los hedores de éstas. El documento informa que entre los curtidores se encontraban también pergamineros. Entonces, ¿cómo se explica la presencia de este monasterio bajomedieval en esta zona de la ciudad tan insalubre? Pues como argumenta el autor del estudio sobre la presencia de hedores en este monasterio³³, la desagradable situación respondería a los orígenes del cenobio alrededor del siglo X o con anterioridad, cuando serían los propios monjes los que producirían el pergamino.

³³ MALLORQUÍ, Elvis - “Un monestir enmig de les “fetores rierie”. Sant Pere de Galligants, segles X-XIV”. *Annals de l’Institut d’Estudis Gironins* 57(2016), pp. 315-328.

Referencias bibliográficas

Fuentes

BRAULIO CAES. – *Epistula* 14. Ed. L. Riesco – *Epistolario de san Braulio. Introducción, edición crítica y traducción*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1975, pp. 90-92.

ISIDORVS – *Etymologiae*. Ed. W. M. Lindsay – *Isidori Hispalensis episcopi Etymologiarum siue Originum* i-ii. Oxford: F. Typographeo Clarendoniano, 1911 (sin paginación).

Estudios

BATANERO MARTÍN, Cristóbal; BELTRÁN PINZÓN, J. Manuel; VERA RODRÍGUEZ, J. Carlos – “La necrópolis tardoantigua de La Orden-Seminario (Huelva): rituales funerarios y aspectos antropológicos”. *Revista Onoba* 4 (2016), pp. 105-126.

BOTO VARELA, Gerardo – “Building Monastic Cloisters in the Iberian Peninsula (8th-11th centuries): Regular Layouts and Functional Organization”. *Hortus Artium Medievalium* 23 (2017), pp. 222-239.

BURCH RIUS, Josep, *et al* – *Excavacions arqueològiques a la muntanya de Sant Julià de Ramis, 2: el castellum*. Girona: Universitat de Girona, 2006.

CABAÑAS ANGUITA, Núria – “La necrópolis a l’entorn de l’església de Sant Maria de Veciana”. *Miscellanea Aqualatensis* 21 (2025), pp. 123-140.

DE HAMEL, Christopher – *Copistas e iluminadores*. Madrid: Akal, 1999.

ENRICH, Jordi; ENRICH, Joan; ENRICH, Albert – “Evolució tecnològica de l’adob de pells a l’etapa preindustrial”. In *III Congrés d’Arqueologia Medieval i Moderna a Catalunya*. Vol. I. Sabadell: ACRAM, 2007, pp. 76-91.

JOHNSON, Richard Ronald – *The Role of Parchment in Greco-Roman Antiquity*. Los Angeles: University of California, 1968.

MALLORQUÍ, Elvis – “Un monestir enmig de les “fetes rieres”. Sant Pere de Galligants, segles X-XIV”. *Annals de l’Institut d’Estudis Gironins* 57 (2016), pp. 315-328.

MURATORI, Ludovico Antonio – *Antiquitates Italiae Medii Aevi, post declinationem romaní imperii ad ann. 1500*. Mediolani, 1738-1742.

PELLAT, Charles – *Le calendrier de Cordoue publié par R. Dozy. Nouvelle aditions accompagné d'une traduction annotée*. Leiden: E. J. Brill 1961.

PIRENNE, Henry – “Le commerce du papyrus dans la Gaule mérovingienne”. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 72:2 (1928), pp. 178-191.

REED, Ronald – *Ancient Skins, Parchments and Leathers*. Londres: Academic Press Inc., 1972.

SALES CARBONELL, Jordina – *Las construcciones cristianas de la Tarraconensis durante la Antigüedad Tardía. Topografía, arqueología e historia*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2012.

SALES CARBONELL, Jordina – “Fabricando pergamino durante la Antigüedad Tardía. Unas notas arqueológicas para los monasterios de Hispania”. *Augustinianum* 53:2 (2013), pp. 469-499.

SALES CARBONELL, Jordina – “El Bovalar (Serós, Lleida). ¿Un monasterio productor de pergamino en la Hispania visigoda?”. *Rivista di Archeologia Cristiana* 90 (2014), pp. 423-464.

SALES CARBONELL, Jordina; SALAZAR ORTÍZ, Natalia – “The pre-Pyrenees of Lleida in Late Antiquity: Christianisation processes of a landscape in the *Tarraconensis*”. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 23 (2013), pp. 27-44.

SALES CARBONELL, Jordina; SANCHO I PLANAS, Marta – “Espais i estructures en els establiments monàstics de l'antiguitat tardana i la primerenca edat mitjana: reptes d'identificació i tipificació”. *Rodis. Journal of Medieval and Postmedieval Archaeology* 6 (2023), pp. 11-36.

SALES CARBONELL, Jordina; SANCHO I PLANAS, Marta – “Tribuna: El escurridizo, pero no invisible, rastro arqueológico del primer monacato hispano (a propósito del II Seminario Internacional Paisajes Arqueológicos del Monacato Primitivo en

Occidente (s. IV-VII), Barcelona 2022)". *SVMMA, Revista de Cultures Medievals* 24 (2024), pp. 1-5.

SANTONJA, Manuel; MORENO, Mercedes – “Tres pizarras con dibujos de época visigoda en la provincia de Salamanca”. *Zephyrus. Revista de prehistoria y arqueología* 44-45 (1991-1992), pp. 471-496.

SOLANES POTRONY, Eva; ALÒS TREPAT, Carme – “Interpretació de l'aixovar de la necròpolis hispanovisigoda de Palous (Camarasa, la Noguera): apunts sobre l'adobat de pells a l'antiguitat tardana”. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 13 (2003), pp. 345-350.

STROUMSA, Guy G. – “The Scriptural Movement of Late Antiquity and Christian Monasticism”. *Journal of Early Christian Studies* 16 (2008), pp. 61-77.

VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel – *Las pizarras visigodas. Edición crítica y estudio (Antigüedad y Cristianismo. Monografías históricas sobre la Antigüedad Tardía 6)*. Murcia: Universidad de Murcia, 1989.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SALES-CARBONELL, Jordina - “La eclosión del pergamino en los confines de Occidente: monasterios y soportes de escritura en la Península Ibérica tardoantigua y altomedieval (s. V-X)”. *Medievalista* 40 (Julho - Dezembro 2026), pp. 83-103. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 40 | Julho– Dezembro 2026

ISSN 1646-740X

**Stratificazioni d'uso in un manoscritto liturgico:
annotazioni e aggiunte nel codice CX della Biblioteca
Capitolare di Verona**

**Stratifications of Use in a Liturgical Manuscript: Annotations and
Additions in Ms CX of the Biblioteca Capitolare of Verona**

Valeria Nicolis

Fondazione Biblioteca Capitolare di Verona

37121; Verona; Italy

valeria.nicolis@bibliotecacapitolare.it

Data recepção do artigo / Received for publication: 27 de Março de 2026

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 03 de Junho de 2026

DOI:

ABSTRACT

Il contributo analizza il codice CX della Biblioteca Capitolare di Verona come caso di studio per indagare le modalità di utilizzo e trasformazione dei manoscritti liturgici nel tempo. Attraverso l'esame della struttura codicologica e delle numerose annotazioni e aggiunte successive, è possibile ricostruire diverse testimonianze di una lunga storia d'uso del volume, legata alle esigenze della pratica liturgica e pastorale. Le tracce materiali e testuali conservate nel manoscritto documentano infatti processi di adattamento progressivo, che riflettono sia la memoria degli eventi locali sia forme di religiosità quotidiana. Il sacramentario emerge così non solo come testimone della trasmissione testuale, ma come oggetto in uso, continuamente aggiornato e rielaborato nel corso del tempo.

Parole chiave: Manoscritti liturgici; Sacramentario; Stratificazione; Pratiche d'uso; Annotazioni marginali

ABSTRACT (in English)

This article examines manuscript CX of the Biblioteca Capitolare of Verona as a case study for investigating the use and transformation of liturgical manuscripts over time. Through the analysis of its codicological structure and the numerous later annotations and additions, it is possible to reconstruct evidence of a long history of use, connected to liturgical and pastoral practice. The material and textual traces preserved in the manuscript document processes of progressive adaptation, reflecting both the memory of local events and forms of everyday religiosity. The sacramentary thus emerges not only as a witness to textual transmission, but as an object in use, continuously updated and reshaped over time.

Keywords: Liturgical manuscripts; Sacramentary; Stratification; Use practices; Marginal annotations



I manoscritti medievali non costituiscono soltanto testimoni della tradizione dei testi, ma conservano anche tracce – più o meno stratificate – delle modalità concrete del loro utilizzo¹. In questo senso, i codici liturgici risultano particolarmente significativi per ricavare informazioni su varie sfaccettature dell'esperienza concreta dei loro utilizzatori: accanto ai testi rituali, possiamo infatti trovare annotazioni marginali, note di possesso, aggiunte di formulari e interventi successivi che documentano pratiche d'uso e riflettono esigenze pastorali, memoria degli eventi locali e forme di religiosità legate alla vita quotidiana. In questa prospettiva, il manoscritto può essere osservato non solo come supporto della trasmissione testuale, ma come oggetto in uso, la cui configurazione si definisce nel tempo attraverso una progressiva stratificazione di interventi.

Il codice CX della Biblioteca Capitolare di Verona, contenente un sacramentario di età medievale, offre un caso particolarmente significativo in questo senso. La struttura materiale del manoscritto e la presenza di numerose annotazioni e integrazioni successive testimoniano infatti una lunga storia d'uso del volume nella pratica liturgica e pastorale. L'analisi di tali tracce consente di individuare diversi momenti di intervento e di cogliere le modalità con cui il sacramentario fu progressivamente adattato alle esigenze della comunità che lo utilizzava.

Il presente contributo si propone dunque di esaminare alcune delle principali tracce d'uso e degli interventi posteriori conservati nel codice², con l'obiettivo di mettere in luce non solo i processi di stratificazione del manoscritto, ma anche il loro significato in relazione alle pratiche rituali e pastorali in cui il libro era inserito.

¹ MANIACI, Marilena – *Breve storia del libro manoscritto*. Roma: Carocci, 2023, pp. 85–89.

² Le citazioni dal manoscritto sono trascritte con scioglimento delle abbreviazioni, segnalato mediante parentesi tonde, mentre le lacune sono indicate tramite parentesi quadre [...] e le inserzioni sono segnalate mediante i simboli /...; le grafie sono mantenute senza normalizzazione (si segnala la presenza di *e* in luogo di *ae*, alcune *e* e *c* cedigliate, frequente ricorrenza di *c* in luogo di *t* o *ct*). Le abbreviazioni di difficile interpretazione sono conservate nella forma del manoscritto.

Il codice CX della Biblioteca Capitolare di Verona

Il codice CX³ si presenta come un manoscritto liturgico caratterizzato da una struttura composita e da numerosi interventi successivi. Il nucleo principale del volume trasmette il testo del sacramentario destinato all'uso del sacerdote nella celebrazione dei riti⁴. Accanto a questa sezione originaria, tuttavia, il manoscritto conserva una serie di aggiunte e annotazioni che testimoniano una lunga storia di utilizzo del libro. Questi elementi indicano come il codice non fosse semplicemente conservato come testimone di un testo liturgico, ma venisse utilizzato attivamente nella pratica pastorale. Le aggiunte e le modifiche intervenute nel corso del tempo mostrano infatti un progressivo adattamento del manoscritto alle esigenze della comunità che lo impiegava, trasformando il sacramentario in uno strumento liturgico dinamico e continuamente aggiornato.

Dal punto di vista materiale, la struttura del codice rivela diversi momenti di intervento⁵. Il volume, contenente 247 fogli, è composto da 27 fascicoli, tra i quali si riconoscono alcune unità codicologiche aggiunte in epoca successiva alla redazione originaria del manoscritto. Il nucleo principale del codice è composto da un primo quinario con inserzione coeva o poco successiva di 3 fogli ulteriori – contenente il calendario liturgico – e da 26 quaternioni che contengono invece il testo principale. Questa sezione del manoscritto presenta una scrittura carolina tarda, con alcuni occasionali accenni di irrigidimento ma complessivamente compatibile con una datazione collocabile tra la seconda metà del secolo XI e l'inizio del XII⁶. La presenza di una *tabula paschalis* al fol. 11v (fig. 1), strutturata secondo la sequenza computazionale metonica in cicli di 19 anni⁷, consentirebbe verosimilmente di restringere il campo nella fascia compresa tra il 1064, anno in cui inizia la tavola, e

³ SPAGNOLO, Antonio – *I manoscritti della Biblioteca Capitolare di Verona. Catalogo descrittivo*. ed. Silvia Marchi. Verona: Casa Editrice Mazziana, 1996, p. 199.

⁴ Questa tipologia di libro liturgico inizia, tra X e XI secolo, a vivere un periodo di decadenza, in parallelo all'inizio della diffusione del Messale. Essa continuò tuttavia ad essere prodotta fino ai secoli XIII e XIV. Cfr. RIGHETTI, Mario – *Storia liturgica*, I. Milano: Ancora, 2014, p. 294; VOGEL, Cyrille – *Introduction aux sources de l'Histoire du culte chrétien au Moyen Âge*. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1981, pp. 83-89.

⁵ Si tratta di una caratteristica comune a testi che hanno conosciuto un lungo periodo di uso e adattamento: "più un codice rappresenta un veicolo di cultura 'vivente', più la sua struttura rischia di essere alterata" – cfr. MANIACI, Marilena – *Archeologia del manoscritto*. Roma: Viella, 2002, p. 95.

⁶ PETRUCCI, Armando – "Censimento dei codici dei secoli XI-XII. Istruzioni per la datazione". *Studi medievali (Serie. III)* 9 (1968), pp. 1121-1122.

⁷ SPINAZZÈ, Eva – "Le parti della notte. La conoscenza degli astri e il computus nel Medioevo". *Antonianum* 92/1 (2017), pp. 116-117; 122-124.

il 1082 – ultimo anno del primo ciclo. La particolare convergenza di elementi computistici nel 1064 non esclude del tutto l'eventualità che la scelta di quell'anno specifico come punto di partenza possa essere avvenuta anche leggermente oltre gli anni '80 del secolo XI: la *tabula* si presenta in ogni caso come uno strumento pensato per essere consultato per molto tempo e per questo inteso per proiettarsi nel futuro (prosegue fino all'anno 1577) più che per riproporre il passato. Questa proiezione verso un uso prolungato suggerisce di per sé una concezione del manoscritto non limitata alla conservazione del testo, ma orientata a un utilizzo continuativo. Il sacramentario si configura così, già nella sua fase originaria, come uno strumento pensato per essere consultato e aggiornato nel tempo, in relazione alle esigenze del calendario liturgico e della pratica ecclesiastica.

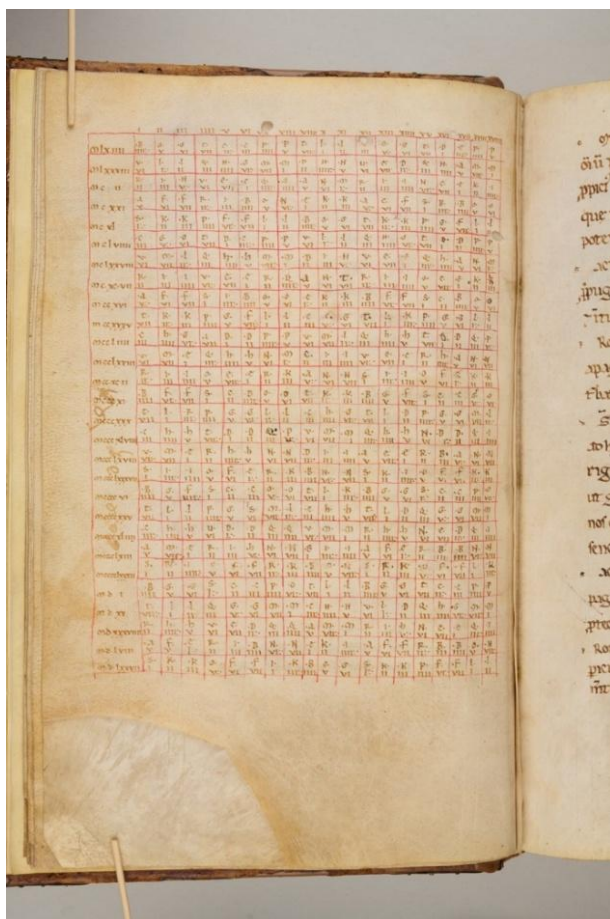


Fig.1 Biblioteca Capitolare di Verona, ms. CX, *tabula paschalis* (f. 11v). © Fondazione Biblioteca Capitolare di Verona, foto di Carolina Zorzi (autorizzazione alla riproduzione concessa all'autore, 26/03/2026).

Il fascicolo 2, inserito tra il calendario e l'inizio del temporale, si configura invece come un'unità codicologica distinta: si tratta di un quinione di dieci carte contenente l'ufficio *In festo Omnium Sanctorum*, caratterizzato da una pergamena di qualità superiore, da un'impaginazione più fitta (33 linee contro le 21 del resto del codice) e da un'alternanza di iniziali rosse e blu. Lo stile della scrittura e la presenza di un capolettera miniato riconducibile al XIV secolo⁸ attestano chiaramente la sua aggiunta successiva rispetto al corpo principale (vedi fig. 2 e 3).

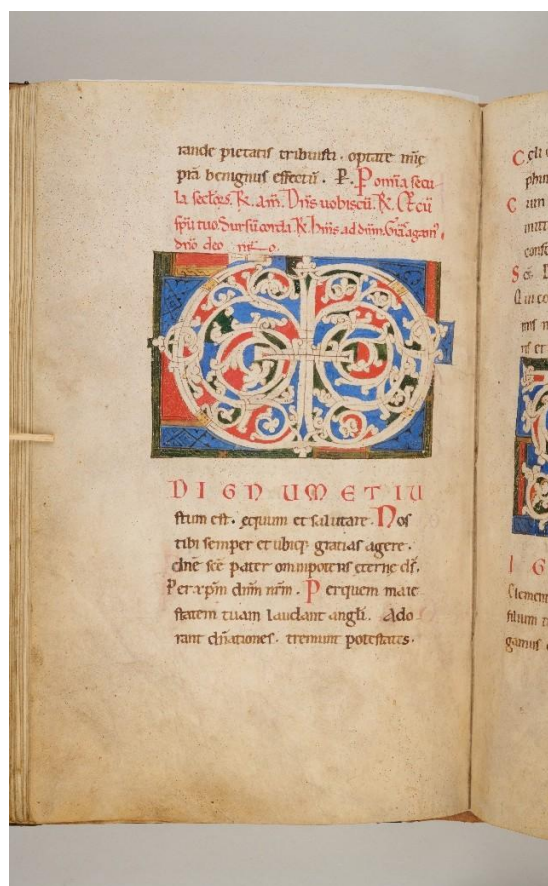
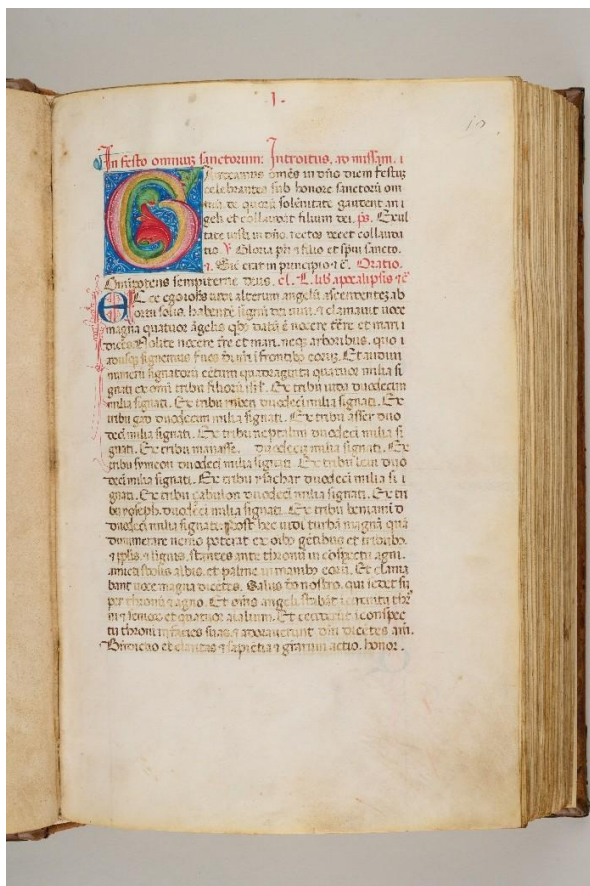


Fig. 2 Biblioteca Capitolare di Verona, ms. CX, primo foglio del fascicolo aggiunto (sec. XIV). © Fondazione Biblioteca Capitolare di Verona, foto di Carolina Zorzi (autorizzazione alla riproduzione concessa all'autore, 26/03/2026); **Fig. 3** Biblioteca Capitolare di Verona, ms. CX, f. 108v, iniziale decorata del *Vere dignum*. © Fondazione Biblioteca Capitolare di Verona, foto di Carolina Zorzi (autorizzazione alla riproduzione concessa all'autore, 26/03/2026).

⁸ Negli altri fascicoli – appartenenti al nucleo codicologico originario – il manoscritto presenta poche iniziali miniate, piuttosto sobrie, a motivi fitomorfi bianchi su sfondo policromo. Due sole carte sono ornate da miniature più grandi ed elaborate: i monogrammi del *Vere Dignum* e del *Te igitur* (fols.108v-109r, vedi fig. 3 a titolo esemplificativo), secondo uno schema ben attestato in epoca altomedievale. Cfr. MANZARI, Francesca – “Illustrazione e decorazione dei manoscritti liturgici”. In *Jubilate Deo. Miniature e melodie gregoriane. Testimonianze della Biblioteca L. Feininger*, catalogo della mostra (Trento). Trento: Provincia autonoma di Trento, 2000, p. 134; RIGHETTI, Mario – *Storia liturgica*, I, pp. 295-299.

Il formato perfettamente coerente con quello del codice lascia tuttavia supporre una confezione esplicitamente destinata all'integrazione nel volume, piuttosto che il riuso di un fascicolo preesistente. Ciò suggerisce un intervento consapevole, volto ad aggiornare e ampliare il contenuto del manoscritto in funzione di esigenze liturgiche sopravvenute, confermando il carattere dinamico e aperto del sacramentario.

Anche l'ultimo foglio, il 247, appare come un'aggiunta successiva alla fascicolazione originaria, ma in questo caso in modo meno sistematico: il formato, visibilmente ridotto rispetto al resto del volume, indica un inserimento non altrettanto programmato, probabilmente legato a necessità contingenti piuttosto che a un progetto unitario di revisione strutturale.



Fig. 4 Biblioteca Capitolare di Verona, ms. CX, legatura. © Fondazione Biblioteca Capitolare di Verona, foto di Carolina Zorzi (autorizzazione alla riproduzione concessa all'autore, 26/03/2026).

La legatura (fig. 4) costituisce a sua volta un ulteriore intervento materiale sul manoscritto. Essa si presenta come composta da assi in legno di faggio rivestite in

pelle decorata a secco con punzonature, cantonali e borchia centrale a forma di fiore, ed è databile verosimilmente al XV secolo. Questo intervento potrebbe essere collegato all'ingresso del volume nelle collezioni del Capitolo canonico veronese, segnando una fase ulteriore della sua storia materiale e del suo riuso.

L'insieme di questi elementi — inserzioni di fascicoli, aggiunte di fogli, modifiche strutturali e interventi sulla legatura — nonché di numerose annotazioni marginali di cui si tratterà nei prossimi paragrafi, mostra come il sacramentario sia stato progressivamente ampliato e adattato nel corso del tempo. La configurazione attuale del codice appare dunque come il risultato di una progressiva stratificazione di interventi, che coinvolgono tanto la struttura materiale del volume quanto il suo contenuto testuale.

Annotazioni marginali: passaggi di proprietà e memoria storica

Tra gli interventi successivi conservati nel codice CX si segnalano alcune annotazioni marginali che ne registrano i passaggi di proprietà, nonché alcune glosse di carattere storico, che testimoniano l'uso del manoscritto anche come supporto di memoria per eventi ritenuti significativi dalla comunità.

Per quanto riguarda le note di possesso, esse sono state abrase tramite raschiatura: alcune sono state analizzate dall'allora bibliotecario della Capitolare, mons. Giuseppe Turrini⁹, attraverso l'uso di lampada a ultravioletti, nel corso di un'operazione di restauro della legatura avvenuta nel 1962. La prima, che attesta "Questo messallo e della disciplina de madona s(an)c(t)a maria apresso s(an)c(t)a maria da la frata ecosto viiii ducati doro fu co(m)pera adi. vi. da uosto mill(esim)o (iii) lxiii Indicio(n)e prima"¹⁰, consente di collocare il manoscritto presso la chiesa di Santa Maria della Disciplina a Verona, a seguito dell'acquisto avvenuto il 6 agosto 1363 per 9 ducati d'oro. La seconda nota¹¹, "Iste liber est eccl(es)ie s(an)c(t)e marie de Guxole(n)go" (fol. 2r), ne testimonia invece l'uso presso la chiesa – sempre dedicata alla Vergine – di Bussolengo, paese della provincia veronese, ove sono

⁹ TURRINI, Giuseppe – "Studio sul Codice CX (103) della Capitolare Veronese". *Studi storici veronesi Luigi Simeoni* 28–29 (1978–1979), pp. 3–24.

¹⁰ TURRINI, Giuseppe – "Studio sul Codice CX", p. 6.

¹¹ TURRINI, Giuseppe – "Studio sul Codice CX", p. 7.

situate anche le chiese San Vito e San Valentino, di cui si ricorda (in ulteriori note abrassate individuate da Turrini ai fols. 4v e 6r)¹² la riconsacrazione da parte del vescovo Gilberto di Tiberiade a seguito di saccheggi e profanazioni avvenute in una fase di instabilità politica e di conflitti tra Mastino II della Scala e una coalizione di oppositori (culminata con l'assassinio del vescovo Bartolomeo da parte dello stesso Mastino, avvenuta proprio sulla porta dell'episcopio nel 1338).

Al fol. 11r (fig. 5) troviamo invece un componimento, a sua volta già oggetto di analisi da parte di Turrini¹³ e ancora ben leggibile, che accanto alla festività del Natale ricorda un terremoto avvenuto appunto il giorno di Natale dell'anno 1222¹⁴, durante la carica del podestà Pecorarius, che distrusse Brescia facendone crollare le torri ("Cum teremotu(m) cu(nc)ti samsere Longombardia(m) qui coluere festa natalis. Brisie ture tu(n)c cecid(e)re domos o(mn)es fere ruere"). Il sisma causò minori danni nel territorio veronese, devastato un secolo prima del terribile terremoto del 1117, che in tale occasione riportò conseguenze meno gravi ad eccezioni di alcune zone della Valpolicella e del Lago di Garda, come attestato anche dalle cronache di Pier Zagata, Lodovico Moscardo e Girolamo Dalla Corte¹⁵.

L'inserimento di tale annotazione a margine del calendario liturgico non appare casuale. Il calendario, oltre a costituire una struttura fondamentale per l'organizzazione del tempo liturgico, rappresenta infatti uno spazio particolarmente adatto alla registrazione di eventi significativi, che vengono così collocati all'interno di una scansione temporale condivisa e ritualizzata. In questo senso, l'annotazione del terremoto non si limita a trasmettere una notizia storica, ma contribuisce a integrare l'evento all'interno della memoria liturgica della comunità. Il manoscritto si configura così non solo come supporto della celebrazione, ma come spazio in cui la memoria degli eventi viene interpretata e trasmessa secondo categorie religiose.

¹² TURRINI, Giuseppe – "Studio sul Codice CX", pp. 7-8.

¹³ TURRINI, Giuseppe – "Studio sul Codice CX", p. 5.

¹⁴ L'anno è riportato come 1223 - "ano d(omi)ni ducentimile erant uiginti et tres cu(m) ile rexit Uerona(m)" – coerentemente con il fatto che Verona seguiva all'epoca lo "stile della Natività" e dunque il 25 dicembre rappresentava il primo giorno dell'anno nuovo.

¹⁵ Cfr. ZAGATA, Pier – *Cronica della città di Verona*. Verona: Dionigi Ramanzini, 1747, p. 24; MOSCARDO, Lodovico – *Historia di Verona*. Verona: Andrea Rossi, 1668, p. 161; DELLA CORTE, Girolamo – *Dell'Istoria di Verona*, parte seconda. Verona: Girolamo Discepolo, 1592, p. 352.

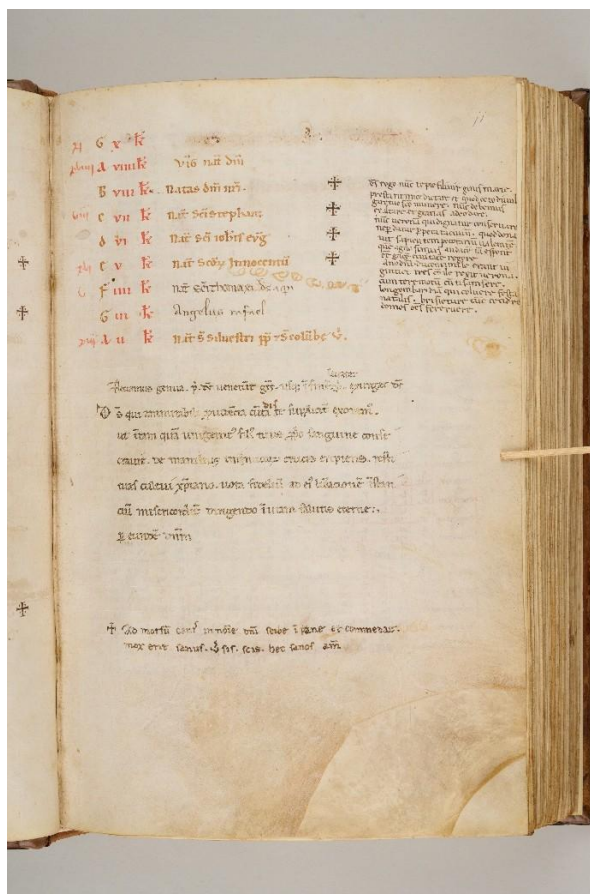


Fig. 5 Biblioteca Capitolare di Verona, ms. CX, f. 11r, annotazioni relative al terremoto e formula “Ad morsum canis”. © Fondazione Biblioteca Capitolare di Verona, foto di Carolina Zorzi (autorizzazione alla riproduzione concessa all’autore, 26/03/2026).

Al di sotto del calendario liturgico troviamo poi una formula rituale, redatta in una grafia di modulo più piccolo, probabilmente anteriore rispetto all’annotazione sul terremoto (databile al pieno XII secolo), introdotta da alcune indicazioni rubricistiche tipiche delle *orationes solemnes*, con invito alla genuflessione (“Flectamus genua”), recitazione salmodica indicata per incipit (“Deus venerunt gentes”; “Exurgat Deus”, rispettivamente salmi 79 e 68), rialzata (“leuare”) e successiva orazione conclusiva. Non si tratta dunque di una semplice colletta isolata, ma di un segmento rituale concepito per l’esecuzione comunitaria, nel quale i marcatori performativi attestano un uso concreto e celebrativo del formulario. La scelta dei salmi, entrambi caratterizzati da un forte tono penitenziale e dall’invocazione dell’intervento divino contro i nemici, prepara e amplifica il contenuto della preghiera, che implora la liberazione della terra “quam unigenitus

Filius tuus proprio sanguine consecrauit” dalle mani degli “inimici crucis”. Questo dato, seppure in assenza di riferimenti geografici espliciti ai luoghi santi, sembrerebbe collocabile in un orizzonte compatibile con l’ambito delle Crociate.

Questa tipologia di annotazioni mostra come questo sacramentario non fosse soltanto uno strumento confinato all’utilizzo esclusivo in ambito liturgico, ma uno spazio di memoria collettiva, utilizzato anche per registrare e rielaborare avvenimenti rilevanti per la storia locale e non solo, sfruttando la stabilità e l’autorità di un supporto scritto destinato all’uso celebrativo. La presenza di tali annotazioni rivela dunque un ulteriore livello di utilizzo del manoscritto, che si affianca alla sua funzione propriamente liturgica e testimonia il suo radicamento nella vita della comunità che lo utilizzava, alla sua memoria e alla sua rilettura della storia in una prospettiva religiosa. Queste annotazioni costituiscono dunque una testimonianza significativa dell’uso del sacramentario come strumento in cui il dato storico viene integrato all’interno di una visione teologica e rituale del tempo.

Aggiunte liturgiche e ampliamenti del repertorio rituale

Accanto alle annotazioni marginali, il manoscritto conserva diversi interventi volti ad ampliare il repertorio rituale del sacramentario. In vari punti del codice si osservano infatti inserzioni di formulari e benedizioni che non appartengono al nucleo originario del testo, ma che furono aggiunti in momenti successivi. Queste integrazioni mostrano come il manoscritto sia stato progressivamente adattato alle esigenze della pratica pastorale. Il sacramentario non appare quindi come un testo fisso e immutabile, ma come uno strumento liturgico flessibile e suscettibile di aggiornamenti e ampliamenti in funzione delle circostanze. L’inserimento di nuove formule testimonia dunque una modalità di utilizzo dinamica e pragmatica del libro, che veniva progressivamente arricchito per rispondere a bisogni pastorali concreti della comunità.

Tra gli interventi più significativi si segnalano alcune orazioni destinate a contesti specifici della vita religiosa e quotidiana, che si concentrano soprattutto negli ultimi fogli del volume. Ad esempio, il fol. 246v — nel quale si conclude il formulario

liturgico del testo principale — presenta anche due aggiunte di mani diverse, che testimoniano una fase successiva di intervento sul manoscritto.

La prima, più articolata, riporta una lunga benedizione dell'incenso, caratterizzata da una struttura ampia e da un forte impianto biblico, che richiama una serie di figure vetero e neotestamentarie — da Abele e Noè, da Aronne a Samuele, fino a Zaccaria — accomunate dall'offerta di sacrifici graditi a Dio. La formula invoca che anche l'incenso, presentato “de manib(us) nostris peccatricib(us)”, sia accolto da Dio “in odorem suavitatis”, in una prospettiva chiaramente penitenziale e propiziatoria, “ut acceptu(m) & benedictu(m) in co(n)spectu tuo fiat i(n) odore(m) suavitatis, i(n) remissione(m) peccator(um) nostror(um) et populi tui”.

La seconda annotazione, più breve, si trasferisce invece sul piano alimentare con la benedizione delle uova: “Subueniat, q(uaesumu)s, D(omi)ne, tue b(e)nedictionis gr(ati)a huic ovor(um) creature, de qua pullos gallinar(um) dignatus es p(ro)creare, ut cib(us) salubris fiat tuis fidelib(us) in tuar(um) gra(tia)r(um) actione sumentib(us). P(er)”. La formula si colloca verosimilmente nel contesto pasquale e rientra nell'ambito dei sacramentali attestati anche nella tradizione liturgica successiva e ancora oggi in uso¹⁶.

L'inserimento di tale benedizione all'interno del manoscritto non rappresenta dunque una semplice aggiunta estranea al sistema liturgico, ma piuttosto un ampliamento del repertorio rituale in una direzione che integra pratiche legate alla vita quotidiana all'interno della sfera religiosa. In questo senso, la presenza di una benedizione alimentare come quella delle uova evidenzia il ruolo del manoscritto come supporto per una ritualità diffusa, nella quale la dimensione liturgica si estende fino a comprendere ambiti concreti della vita della comunità, mantenendo al tempo stesso una coerenza con il linguaggio e le strutture della tradizione liturgica ecclesiastica.

¹⁶ Su sacramentali e benedizioni, Cfr. *Codex Iuris Canonici*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983, libro IV, titolo V (*De sacramentalibus*), cann. 1166–1172; *Benedizionale*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1992, pp. 22–24; Cfr. TRIACCA, Achille M. – “Le benedizioni ‘invocative’ in genere e su ‘persone’”. In SCICOLONE, Ildebrando *et al.* – *Sacramentali e benedizioni*. Genova: Marietti, 1989, pp. 115–133; TRIACCA, Achille M. – “Benedizioni ‘invocative’ su ‘realtà cosmiche’”. In SCICOLONE, Ildebrando *et al.* – *Sacramentali e benedizioni*, pp. 153–162.

Dal punto di vista della sua collocazione nel manoscritto, l'inserimento di queste – e delle successive – benedizioni in una fase più tarda rispetto al testo principale evidenzia un ampliamento del repertorio rituale che non si limita a integrare nuovi contenuti, ma riorganizza anche le modalità di utilizzo del libro. Il manoscritto viene progressivamente trasformato in uno spazio aperto, capace di integrare testi diversi e di adattarsi ad esigenze rituali complesse e diversificate della comunità, integrando anche la funzione di *Benedictionalis liber*¹⁷.

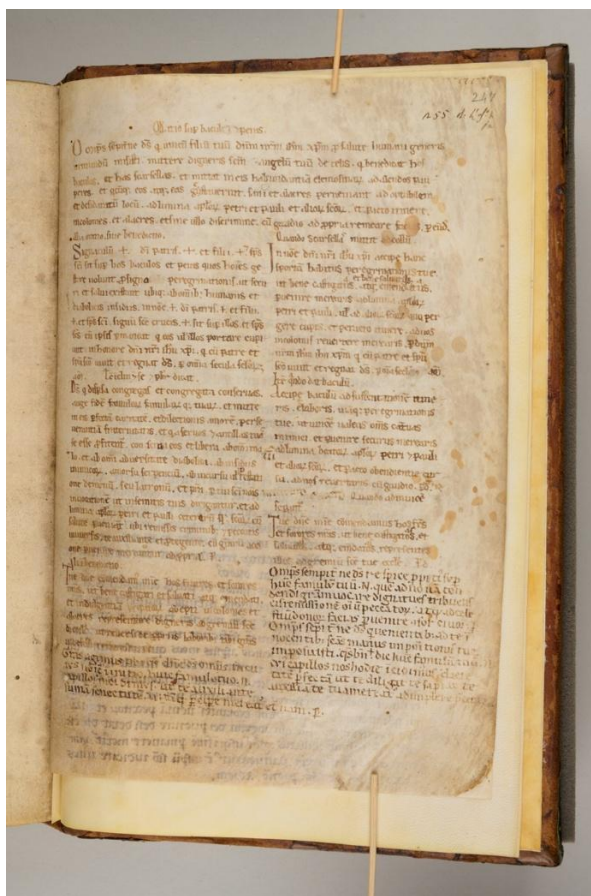


Fig. 6 Biblioteca Capitolare di Verona, ms. CX, f. 247r, aggiunte marginali di mani diverse.
© Fondazione Biblioteca Capitolare di Verona, foto di Carolina Zorzi (autorizzazione alla riproduzione concessa all'autore, 26/03/2026).

Il fol. 247 rappresenta un ulteriore esempio di integrazione materiale del manoscritto: non appartiene infatti alla fascicolazione originaria, ma vi è stato innestato successivamente. Come già ricordato, a differenza del fascicolo 2, esso non

¹⁷ Cfr. RIGHETTI, Mario – *Storia liturgica*, I, p. 294.

presenta lo stesso formato — risultando più corto nella parte inferiore, come si può notare chiaramente in fig. 6 — e sembrerebbe dunque l'esito di un'aggiunta legata a esigenze contingenti piuttosto che a un progetto unitario di riorganizzazione del volume.

Il recto del foglio è occupato in gran parte da una lunga liturgia dedicata alla benedizione dei pellegrini in partenza verso Roma (“ad limina apostolorum Petri et Pauli”), sui quali viene invocata la protezione divina nei confronti dei pericoli del viaggio¹⁸ (“conserua eos et libera ab om(n)i malo, et ab om(n)i aduersitate diabolica, ab insidiis inimicor(um), a morsu serpenci(u)m, ab incurso u(e)l /in\festatione demonu(m), seu latronu(m)”). Il testo prevede inoltre la consegna rituale della bisaccia e del bastone (“p(ro) signo peregrinationis”), elementi che identificano il pellegrino e ne segnano simbolicamente la condizione, e l'invocazione affinché possano tornare a casa, sani e salvi, nonché gioiosi, al termine del loro viaggio (“Et p(er)acto itinere, incolomes, et alacres, et sine ullo discrimine, cu(m) gaudio ad p(ro)pria remeare facias”).

Dal punto di vista della funzione, questa sezione evidenzia come il sacramentario potesse essere utilizzato anche in relazione a momenti di passaggio e di mobilità, nei quali il rito assume una funzione protettiva e di accompagnamento. Il viaggio, con i suoi rischi concreti — fisici, naturali e spirituali — viene così iscritto all'interno di una cornice rituale che ne interpreta i pericoli e ne invoca il controllo attraverso la mediazione della parola liturgica.

Il testo presenta inoltre un fenomeno linguistico particolare e piuttosto interessante, con la frequente specificazione di forme maschili e femminili accostate, sia per quanto riguarda i sostantivi (“seruos et ancillas”, “fratres et sorores”, “famulorum famularumque”...) che le desinenze degli aggettivi, i quali riportano frequentemente le forme femminili *-a*, *-e*, *-as* al di sopra di quelle maschili *-us*, *-i*, *-os*. Questa attenzione linguistica, attestata anche in altre sezioni del manoscritto¹⁹,

¹⁸ Intemperie, animali selvatici, briganti e molti altri pericoli rendevano il rientro a casa un'eventualità tutt'altro che scontata per il pellegrino medievale. Questo rese molto comune la prassi di fare testamento prima della partenza (cfr. STOPANI, Renato - *Le vie di pellegrinaggio del Medioevo. Gli itinerari per Roma, Gerusalemme, Compostella*. Firenze: Le Lettere, 1991, p. 8).

¹⁹ Ad esempio, nella sezione dedicata alle messe per i defunti (fols. 234-238). Anche altri manoscritti liturgici della Biblioteca Capitolare, tra cui i codici LXXXVI, XCI e XCVII, presentano delle aggiunte analoghe.

suggerisce un contesto pastorale in cui la partecipazione femminile alla pratica religiosa e devozionale era sufficientemente rilevante da richiedere una formulazione esplicita, superando il ricorso implicito al maschile sovraesteso.

La parte inferiore del foglio contiene invece altre preghiere, scritte da una mano diversa, dedicate a un rito di passaggio che prevedeva — in modo simile alla tonsura monastica, ma con modalità e finalità differenti — il taglio rituale dei capelli come simbolo della fine dell'infanzia e dell'ingresso nella vita adulta. Qui si invoca infatti la grazia di Dio “in cuius no(m)i(n)e i(n) initio huic famulo tuo. N. [c]apillos incidimus ut te auxiliante suma(m) senectute(m) uita(m)q(ue) p(er)cip(er)e mereat(ur) et(er)nam”²⁰.

La presenza di una simile pratica all'interno del manoscritto evidenzia come il sacramentario potesse essere impiegato anche per accompagnare momenti di transizione nella vita dei fedeli, nei quali il rito assume una funzione di marcatura simbolica e di integrazione all'interno della comunità. Il gesto del taglio dei capelli, carico di valenze rituali e sociali²¹, viene così iscritto all'interno di una cornice liturgica che ne sancisce il significato e ne legittima la funzione.

L'inserimento di queste preghiere su un foglio aggiunto e materialmente distinto dal testo, conferma ancora una volta il carattere stratificato del manoscritto, che si configura come uno spazio capace di accogliere pratiche rituali diverse, legate non solo alla celebrazione liturgica in senso stretto, ma anche ai momenti fondamentali del ciclo di vita della comunità. Il sacramentario si conferma ulteriormente come strumento di mediazione tra la dimensione liturgica e l'esperienza concreta, accompagnando e strutturando ritualmente alcuni momenti di particolare rilevanza nella vita dei fedeli.

Il verso del fol. 247 presenta una serie di altre benedizioni e orazioni, aggiunte da un'ulteriore mano. Si parte con una “benedicio panis” collocata in un contesto di pratiche quotidiane, in cui il pane viene benedetto in quanto creatura “ut sit remedi(u)m salutare generi humano”. La formula invoca quindi la benedizione

²⁰ Il testo prosegue con altre formulazioni similari, in cui ricorre la N preceduta e seguita dal punto, come indicatore del nome dell'interessato che andava pronunciato in quel momento.

²¹ Cfr. BARTLETT, Robert – “Symbolic Meanings of Hair in the Middle Ages”. *Transactions of the Royal Historical Society* 4 (1994), pp. 43-60.

divina su un cibo di uso comune, inserendolo all'interno di una cornice rituale che ne trasforma il consumo in un atto mediato dalla parola liturgica. Il pane, elemento centrale dell'alimentazione e fortemente carico di significati simbolici nella tradizione cristiana, diventa così oggetto di una pratica rituale che ne sottolinea la dimensione religiosa anche nel quotidiano, al di fuori dell'ambito prettamente eucaristico.

La mano, sempre la stessa in questo caso – colore dell'inchiostro, andamento e tratteggio della scrittura sono sempre costanti – prosegue tornando a concentrarsi sul contesto liturgico e celebrativo. Troviamo infatti una seconda versione della benedizione dell'incenso, simile alla precedente, e le formule rivolte ai lini d'altare, in cui si trovano riferimento alla tradizione biblica e apocrifa (“famulu(m) tuum Moysen p(er) quadraginta dies docuisti, siue etia(m) ea que Maria texuit”) e al corporale – il telo di forma quadrata o rettangolare destinato ad accogliere i vasi sacri (“ad tegendu(m) inuoluendu(m)q(ue) corpus et sanguine(m) filii tui d(omi)ni n(ost)ri Ie(s)u Ch(rist)/i\”), e in quanto tale oggetto di una particolare devozione²².

In conclusione, sono riportate due formule di benedizione della cenere, entrambe caratterizzate da richiami biblici e da una forte valenza penitenziale. I riferimenti al libro di Giona e alla conversione degli abitanti di Ninive²³, così come al rito dell'aspersione con il sangue della giovenca rossa nel libro dei Numeri²⁴, inseriscono la pratica all'interno di una tradizione scritturistica consolidata, che associa la cenere ai temi della purificazione e della penitenza.

La seconda formulazione presenta un'impostazione più marcatamente esorcistica (“Exorcijo te creatura cineris...”), che sottolinea la dimensione attiva della parola rituale, concepita come strumento capace di trasformare e qualificare la materia su cui interviene. La cenere, prodotto della combustione e simbolo di caducità, viene così reinserita all'interno di un orizzonte religioso attraverso l'azione performativa della benedizione. Questa formulazione era già stata presentata – sostanzialmente identica – nel corpo principale del manoscritto (fols. 83v-84r) ma con minime variazioni, tra cui la più evidente è la declinazione al plurale (nell'ultimo foglio

²² Cfr. RIGHETTI, Mario – *Storia liturgica*, I, p. 532.

²³ Gio 3,5-10.

²⁴ Nm 19,1-10.

invece la preghiera è rivolta a un destinatario singolo). Questo suggerisce un adattamento della preghiera a contesti d'uso differenti. In particolare, la forma plurale sembra orientare la formula verso una dimensione collettiva e comunitaria, mentre la versione aggiunta sul foglio finale potrebbe riflettere un impiego più individuale o specifico, che dal tono e dal riferimento a un momento di "scrutinio" sembrerebbe collocarsi in ambito catecumenale o penitenziale. Dal punto di vista dell'uso del manoscritto, questa duplicazione non rappresenta una semplice ridondanza testuale, ma costituisce piuttosto un indizio della flessibilità del repertorio rituale, che poteva essere modulato in funzione delle esigenze concrete della pratica pastorale. Il sacramentario si configura così come uno strumento capace di adattare le proprie formule a diversi contesti d'uso, intervenendo tanto su pratiche collettive quanto su momenti individuali della vita religiosa.

In questo senso, la benedizione della cenere rappresenta un ulteriore esempio della capacità del manoscritto di integrare nel proprio spazio testuale pratiche rituali fortemente connotate, nelle quali la materia, il gesto e la parola concorrono a definire un'azione dotata di efficacia religiosa²⁵. La presenza di tali testi all'interno del manoscritto evidenzia come il sacramentario fosse impiegato anche al di là della celebrazione strettamente liturgica, assumendo un ruolo attivo nella gestione di situazioni concrete della vita della comunità.

In questo senso, le aggiunte liturgiche conservate nel codice CX non rappresentano semplici interpolazioni testuali, ma costituiscono piuttosto tracce materiali di un uso dinamico del libro, che riflette l'interazione tra la tradizione liturgica e le esigenze pastorali locali. Il manoscritto si configura così come uno strumento in continua evoluzione, capace di accogliere nuovi contenuti e di adattarsi alle necessità rituali e devozionali del contesto in cui veniva utilizzato.

Pratiche devozionali e terapeutiche

Tra le testimonianze più significative dell'uso concreto del manoscritto si colloca una formula destinata alla cura del morso di cane, collocata nel margine inferiore

del già analizzato fol. 11r²⁶ e aggiunta da una mano diversa da tutte le altre, in una scrittura più corsiva e dal contrasto poco accentuato (si veda nuovamente fig. 5). Essa prescrive la scrittura di specifiche parole su un pane da somministrare alla persona ferita, per ottenere la guarigione immediata: “Ad morsu(m) cani/s\ no(m)i(m)e d(omi)ni scibe i(n) pane et commedat. Mox erit sanus. V/s\sis²⁷, scis, hec sanos. Am(en)”²⁸. Questa annotazione rivela un ambito di pratiche che si colloca al confine tra ritualità religiosa e rimedi terapeutici, ben documentato nella cultura medievale²⁹. Il gesto rituale — la scrittura sul pane e la sua ingestione — si accompagna infatti all’efficacia attribuita alla parola, configurando una forma di intervento in cui la dimensione religiosa si intreccia direttamente con la cura del corpo. In questo caso, la parola rituale non si limita a descrivere o invocare, ma agisce concretamente sulla realtà: scritta su un supporto materiale e ingerita, essa diventa parte integrante del processo terapeutico, secondo una logica performativa che attribuisce al linguaggio un’efficacia immediata. Il sacramentario si configura così come uno strumento capace di mediare non solo tra il fedele e la dimensione sacra, ma anche tra il rito e l’esperienza concreta della malattia e della guarigione.

La formula presenta elementi linguistici e grafici di non immediata interpretazione, che ne suggeriscono una possibile dimensione non interamente semantica. In questo senso, essa si inserisce in una più ampia tradizione di pratiche terapeutiche medievali nelle quali sequenze verbali, talvolta caratterizzate da strutture iterative

²⁶ Pur seguendo nel complesso l’ordine di successione delle aggiunte nel manoscritto, si è scelto di esaminare separatamente la formula relativa al morso di cane, collocata in una sezione precedente, in ragione della sua specificità e della particolare rilevanza all’interno delle pratiche qui considerate.

²⁷ Qui è presente un segno a forma di V sormontato da un ulteriore segno a forma di piccola S in forma maiuscola, come nel caso di “cani(s)”, mentre sul rigo “sis” presenta entrambe le s verticali.

²⁸ La sequenza V/s\ sis, scis presenta difficoltà interpretative. I segni di interpunzione sembrano isolare queste parole come nucleo della formula da scrivere sul pane. Le forme *sis* e *scis* possono essere ricondotte rispettivamente ai verbi *esse* e *scire*, mentre l’abbreviazione “V/s” resta di incerta soluzione. L’espressione *hec sanos* sembra inoltre presupporre un verbo sottinteso (verosimilmente *faciunt* o *faciant*). Si segnala inoltre la forma *scibe* per *scribe*. Non si può escludere che si tratti di una sequenza dal valore prevalentemente fonetico o performativo, analoga ad altre formule terapeutiche medievali caratterizzate da elementi semanticamente opachi (cfr. FRANZ, Adolf – *Die kirchlichen Benediktionen im Mittelalter*. Vol. II. Freiburg im Breisgau: Herder, 1909, p. 481).

²⁹ Nella sua monumentale raccolta di benedizioni medievali, Adolf Franz documenta vari tipi di amuleti protettivi (pp. 437 ss, vol. II), formule scritte su pergamena da portare addosso (p. 199, vol. II), nonché una pratica molto simile – una formula invocativa scritta su un pezzo di pane che doveva poi essere ingerito – riportata però in ambito ostetrico (“ad partum mulieris”, p. 201, vol. II). Cfr. FRANZ, Adolf – *Die kirchlichen Benediktionen*, vol. II. Si veda anche SCHMITT, Jean-Claude – *Medioevo “superstizioso”*. Bari: Laterza, 2004, p. 44, e OLSAN, Lea T. – “Charms and Prayers in Medieval Medical Theory and Practice”. *Social History of Medicine* 16/3 (2003), pp. 343–351.

o da significato opaco, erano impiegate per la loro efficacia rituale più che per il loro contenuto.

L'inserimento di una simile formula all'interno del manoscritto conferma ancora una volta come il sacramentario potesse essere utilizzato come strumento operativo, capace di intervenire in ambiti diversi della vita quotidiana. In questo caso, il libro non solo accompagna il rito, ma diventa parte attiva di una pratica che coinvolge direttamente il corpo, la parola e la materia, assumendo una funzione protettiva e terapeutica e mostrando in modo particolarmente evidente la funzione concreta e dinamica del manoscritto.

Conclusione

L'analisi delle annotazioni marginali, delle aggiunte testuali e degli interventi materiali presenti nel codice CX della Biblioteca Capitolare di Verona consente di osservare il manoscritto come il risultato di una lunga e articolata storia d'uso. La stratificazione che caratterizza il volume non appare infatti come un fenomeno puramente materiale, ma come l'esito di pratiche concrete che hanno progressivamente modificato e adattato il sacramentario alle esigenze della comunità che lo utilizzava. Il manoscritto si configura quindi non soltanto come testimone di un testo liturgico, ma come oggetto concretamente impiegato nella pratica religiosa

Le diverse tipologie di intervento individuate – dalle annotazioni di carattere storico alle integrazioni di formulari liturgici, fino alle formule legate a pratiche devozionali e terapeutiche – testimoniano modalità d'uso che eccedono la semplice funzione di trasmissione del testo. In particolare, la presenza di testi destinati a contesti specifici della vita quotidiana evidenzia come il manoscritto fosse impiegato come strumento operativo, dinamico, flessibile e “vivo”, capace di intervenire in ambiti diversi della pratica religiosa e pastorale riflettendo gli usi, gli approcci e le vicende della comunità che lo ha utilizzato.

In questa prospettiva, il codice CX può essere interpretato come un esempio significativo di manoscritto liturgico in uso, la cui configurazione si definisce attraverso una continua interazione tra tradizione testuale e pratiche rituali.

L'attenzione alle tracce lasciate da tali interventi consente quindi non solo di ricostruire la storia materiale del volume, ma anche di cogliere il ruolo attivo che esso svolse nella vita religiosa della comunità veronese, come supporto e al tempo stesso come strumento della pratica rituale.

Riferimenti Bibliografici / Bibliographical references

Fonti

Fonti manoscritte

Verona, Biblioteca Capitolare, Cod. CX (103)

Fonti edite

Benedizionale. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1992.

Codex Iuris Canonici. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983.

DELLA CORTE, Girolamo – *Dell'Istoria di Verona*. Parte seconda. Verona: Girolamo Discepolo, 1592.

MOSCARDO, Lodovico – *Historia di Verona*. Verona: Andrea Rossi, 1668.

ZAGATA, Pier – *Cronica della città di Verona*. Verona: Dionigi Ramanzini, 1747.

Studi

BARTLETT, Robert – “Symbolic Meanings of Hair in the Middle Ages”. *Transactions of the Royal Historical Society* 4 (1994), pp. 43–60.

FRANZ, Adolf – *Die kirchlichen Benediktionen im Mittelalter*. 2 vols. Freiburg im Breisgau: Herder, 1909.

MANIACI, Marilena – *Archeologia del manoscritto*. Roma: Viella, 2002.

MANIACI, Marilena – *Breve storia del libro manoscritto*. Roma: Carocci, 2023.

MANZARI, Francesca – “Illustrazione e decorazione dei manoscritti liturgici”. In *Jubilate Deo. Miniature e melodie gregoriane. Testimonianze della Biblioteca L. Feininger*. Trento: Provincia autonoma di Trento, 2000.

OLSAN, Lea T. – “Charms and Prayers in Medieval Medical Theory and Practice”. *Social History of Medicine* 16/3 (2003), pp. 343–351.

PETRUCCI, Armando – “Censimento dei codici dei secoli XI-XII. Istruzioni per la datazione”. *Studi medievali (serie III)* 9 (1968), pp. 1121–1122.

RIGHETTI, Mario – *Storia liturgica*. 3 vols. Milano: Ancora, 2014.

SCHMITT, Jean-Claude – *Medioevo “superstizioso”*. Bari: Laterza, 2004.

SPAGNOLO, Antonio – *I manoscritti della Biblioteca Capitolare di Verona. Catalogo descrittivo*. Ed. by Silvia Marchi. Verona: Casa Editrice Mazziana, 1996.

SPINAZZÈ, Eva – “Le parti della notte. La conoscenza degli astri e il computus nel Medioevo”. *Antonianum* 92/1 (2017), pp. 116–124.

STOPANI, Renato – *Le vie di pellegrinaggio del Medioevo. Gli itinerari per Roma, Gerusalemme, Compostella*. Firenze: Le Lettere, 1991.

TRIACCA, Achille M. – “Le benedizioni ‘invocative’ in genere e su ‘persone’”. In SCICOLONE, Ildebrando *et al.* – *Sacramentali e benedizioni*. Genova: Marietti, 1989, pp. 111-152.

TRIACCA, Achille M. – “Benedizioni ‘invocative’ su ‘realità cosmiche’”. In SCICOLONE, Ildebrando *et al.* – *Sacramentali e benedizioni*. Genova: Marietti, 1989, pp. 153-166.

TURRINI, Giuseppe – “Studio sul Codice CX (103) della Capitolare Veronese”. *Studi storici veronesi Luigi Simeoni* 28–29 (1978–1979), pp. 9-29.

VOGEL, Cyrille – *Introduction aux sources de l’Histoire du culte chrétien au Moyen Âge*. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, 1981.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

NICOLIS, Valeria – “Stratificações d'uso in un manoscritto liturgico: anotações e agguinte nel codice CX della Biblioteca Capitolare di Verona”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 105-126. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 40 | Julho – Dezembro 2026

ISSN 1646-740X

**Riscoprire il passato. Progetti di indagini tra Archivio e
Biblioteca Capitolare di Vercelli**

**Rediscovering the Past: Research Projects at the Archivio and
Biblioteca Capitolare of Vercelli**

Silvia Faccin

Fondazione Museo del Tesoro del Duomo e Archivio Capitolare di Vercelli
Archivio e Biblioteca Capitolare
13100 – Vercelli, Italy

silvia.faccin@tesorodelduomovc.it

Data recepção do artigo / Received for publication: 01 de Fevereiro de 2026

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 03 de Junho de 2026

DOI:

ABSTRACT

Grazie ai progetti di ricerca interdisciplinari, il patrimonio archivistico e codicologico dell'Archivio e della Biblioteca Capitolare di Vercelli viene riscoperto, offrendo un aggiornamento degli studi precedenti e nuove interpretazioni.

Questo approccio innovativo permette di approfondire le vicende legate al Capitolo della Cattedrale di Sant'Eusebio, prima Diocesi del Piemonte fondata a metà del IV secolo, e di coloro che ne hanno segnato la vita attraverso i secoli.

Parallelamente alle attività di catalogazione e digitalizzazione, l'integrazione di nuove tecnologie e di metodologie analitiche emergenti fornisce lo spunto per ampliare i campi di indagine e creare connessioni per una comprensione più ampia della collezione vercellese, delle vicende storiche e dei personaggi che hanno gravitato attorno al Capitolo Cattedrale, in particolare nel corso del Medioevo.

Parole-chiave: manoscritti medievali, nuove ricerche, analisi non invasive, Archivio Capitolare Vercelli, Biblioteca Capitolare Vercelli.

ABSTRACT

Thanks to interdisciplinary research projects, the archival and codicological heritage of the Archivio e Biblioteca Capitolare of Vercelli is being rediscovered, offering an update to previous studies and new interpretations. This will make it possible to attempt to understand the past and the events linked to the Chapter of the Cathedral of Saint Eusebius, Piedmont's first Diocese, founded in the mid-4th Century, and the historical associated with it over the centuries.

Alongside the work of cataloguing and digitisation, emerging technologies provide the inspiration to expand the fields of investigation and create connections for a broader understanding of the Vercelli collection, the historical events, and the prominent personalities of the Cathedral Chapter, particularly during the Middle Ages.

Keywords: medieval manuscripts, new studies, non-invasive diagnostics, Archivio Capitolare Vercelli, Biblioteca Capitolare Vercelli.



L'Archivio Capitolare e la Biblioteca Capitolare, appartenenti al Capitolo Metropolitano della Cattedrale di Sant'Eusebio di Vercelli, sono sempre stati oggetto di interesse da parte degli studiosi, seppur le ricerche del passato, in molti casi, si siano focalizzate su un nucleo ristretto di documenti e codici.

Un impulso decisivo agli studi venne dato da mons. Giuseppe Ferraris (1907-1999). Nominato archivista della Curia Arcivescovile nel 1931, dal 1939 ha l'incarico di riordinare e inventariare il patrimonio dell'Archivio Capitolare. Successivamente, nel 1951, diviene Canonico della Cattedrale di Sant'Eusebio e dal 1955 assume il ruolo di Canonico archivista, con la responsabilità della cura di Archivio e Biblioteca Capitolare, oltre al servizio di apertura per studiosi e ricercatori. Compito che svolgerà con profonda dedizione sino alla sua morte, accogliendo e offrendo supporto a numerosi ricercatori e diventando egli stesso profondo conoscitore del patrimonio archivistico e manoscritto, dando alle stampe numerosi contributi e lasciando ai posteri numerosi appunti ancora conservati all'interno dell'Archivio Capitolare, in parte ancora inediti¹.

Con la nascita della Fondazione Museo del Tesoro del Duomo e Archivio Capitolare² nel 2005, la tutela e la valorizzazione hanno assunto un'impronta marcatamente interdisciplinare per il patrimonio, rafforzando il legame di Archivio e Biblioteca con il mondo accademico³.

In quest'ottica, oltre al riordino del materiale e la sua inventariazione, dal 2020 è in corso il popolamento del database *Manus Online* (MOL) – Manoscritti delle biblioteche italiane con l'immissione delle schede descrittive di catalogo di tutti i

¹ Il materiale è conservato in Archivio Capitolare di Vercelli, fondo mons. Giuseppe Ferraris. Per una sua biografia e per una panoramica delle sue ricerche LEONARDI, Timoty (ed.) – *Mons. Giuseppe Ferraris... a dieci anni dalla morte. Un sacerdote vercellese tra storia e pastorale. Atti della giornata di studio, Seminario Arcivescovile di Vercelli, 7 novembre 2009*. Vercelli: Gallo, 2010.

² Per approfondire e per accedere al virtual tour consultare l'home page del sito. [Ultimo accesso 10 gennaio 2026]. <http://tesorodelduomovc.it/>

³ Ciò non sarebbe possibile senza la preziosa collaborazione e il lavoro di ricercatori e docenti che coinvolgono la Fondazione nei propri progetti di ricerca. Voglio qui ringraziare in particolare Katie Albers-Morris, Maria Alessandra Bilotta, Gionata Brusa, Kalani Craig, Helen Davies, Roberto Rosselli del Turco, Evan A. Gatti, Gregory Heyworth, Marta Mangini, Giacomo Vignodelli, Heater Wacha.

manoscritti della Biblioteca Capitolare⁴, sia di epoca medievale sia di età moderna, proseguendo nelle attività di digitalizzazione del patrimonio.

Dal 2025 la collaborazione e disponibilità di Kalani Craig (University of Illinois Urbana-Champaign) ha inaugurato una nuova fase: la creazione di un catalogo integrato di tutto il patrimonio di Archivio, Biblioteca e Museo, reso accessibile sulla piattaforma di hosting *GitHub*, con lo scopo di trasformare la Capitolare in un moderno *hub* di dati aperti per la ricerca internazionale, così come il resto della collezione in gestione alla Fondazione Museo del Tesoro del Duomo e Archivio Capitolare⁵.

II-Progetti di ricerca

Il consolidato legame con la comunità scientifica ha permesso di inserire l'Archivio e la Biblioteca in networks di ricerca di prestigio, ampliando le occasioni di condivisione e confronto.

Un esempio significativo è la partecipazione a *Ius Illuminatum*, il gruppo internazionale di ricerca dedicato ai manoscritti giuridici miniati coordinato da Maria Alessandra Bilotta (IEM-Institute for Medieval Studies, NOVA School of Social Sciences and Humanities di Lisbona).

I codici di diritto della Capitolare rappresentano un caso studio privilegiato non solo per la storia del diritto, ma anche per quella dell'arte, con esemplari di scuola bolognese e della Francia meridionale di straordinario valore⁶ (Fig. 1).

⁴ Il Progetto Manoscritti della Biblioteca Capitolare di Vercelli è visionabile attraverso la maschera di ricerca sul portale MOL. Attualmente sono state rilasciate 112 schede [Ultimo accesso 10 gennaio 2026]. Disponibile su <https://manus.iccu.sbn.it/web/manus>

⁵ Il popolamento della piattaforma è stato intrapreso nel luglio del 2025 con l'inserimento di meri dati testuali legati al patrimonio di Archivio e Biblioteca. Nel corso del 2026 si andrà ad implementare le informazioni e a costruire un'interfaccia per la fruizione facilitata dell'utente.

⁶ Copiosa è la bibliografia sui manoscritti di ambito giuridico. Come per i successivi argomenti oggetto di questo contributo, si segnalano sintesi degli studi precedenti o ultime pubblicazioni. Per il Cod. V, *Decretales* di Gregorio IX, e il Cod. XIV, *Institutiones* di Giustiniano, entrambi datati al secondo quarto del XIV in area bolognese, DEL MONACO, Gianluca – “Nuove riflessioni su due manoscritti giuridici trecenteschi miniati a Bologna: le *Decretales* e le *Institutiones* della Biblioteca Capitolare di Vercelli”. *Bollettino Storico Vercellese* 93 (2019), pp. 27-50. Per il Cod. XXV, *Decretum Gratiani*, ultimo quarto del XII secolo e sempre di area bolognese: DEL MONACO, Gianluca – “Per gli inizi della decorazione del *Decretum Gratiani*: il codice XXV della Biblioteca Capitolare di Vercelli”. *Intrecci d'arte* [Online] 11 (2022), pp. 7-31. [Ultimo accesso 10 gennaio 2026]. Disponibile su



Fig. 1 Cod. X, *Commentaria in Constitutiones Bonifatii Papae*, 1325-1350c., fol. 1r, Biblioteca Capitolare, Vercelli.

Sul fronte del riuso di frammenti documentali reimpiegati, la Biblioteca è coinvolta nel PRIN 2022 *REDDIS* (REcycled meDieval Diplomatic fragmentS), finanziato dall'Unione Europea - NextGenerationEU (PNRR). Il progetto, coordinato tra le Università di Milano, Genova, Bologna e Roma Tor Vergata, pone l'attenzione sul fenomeno del riuso di supporti manoscritti documentali di età medievale e moderna scartati e trasformati per essere rifunzionalizzati in contesti e forme differenti. Una pratica fino ad oggi scarsamente indagata e senza una metodologia descrittiva, ma

<https://doi.org/10.6092/issn.2240-7251/16216> In merito al Cod. IX e al Cod. X, entrambi databili al secondo quarto del XIV secolo e contenenti rispettivamente *Commentaria Constitutiones Clementis* e *Commentaria in Constitutiones Bonifatii Papae*: BILOTTA, Maria Alessandra - "Itinerari di manoscritti giuridici miniati attorno al Mediterraneo occidentale (Catalogna, Midi della Francia, Italia), mobilità universitaria, vie di pellegrinaggio fra il XIII e il XIV secolo: uomini, manoscritti, modelli". *Porticum. Revista d'estudis medievals* 4 (2012), pp. 47-63.

che mira ad essere profilata e censita proprio grazie a questo progetto corale, anche mediante la creazione di un database open access dedicato⁷.

Il patrimonio conservato nell'Archivio e nella Biblioteca Capitolare di Vercelli presenta molteplici testimonianze, sia sotto forma di reimpieghi palinsesti per nuovi manoscritti, sia con la rifunzionalizzazione della pergamena come fogli di guardia per codici con assi lignee⁸.

Sebbene alcuni casi fossero già noti alla critica, la partecipazione al progetto ha permesso di procedere ad un controllo più sistematico e allargato all'intero patrimonio della Biblioteca Capitolare. E' stato così possibile individuare nuove prospettive e percorsi di ricerca⁹, oltre ad avviare le basi di indagine che comprendessero i materiali conservati nell'Archivio.

III-Le Digital Humanities

L'integrazione delle tecnologie digitali nelle discipline umanistiche sta rivoluzionando lo studio del patrimonio culturale, potenziando accessibilità e fruizione. Tra le prime iniziative in campo interdisciplinare che hanno visto questa stretta collaborazione per lo studio del patrimonio vercellese vi sono stati i progetti legati alle *Digital Humanities* sviluppati da Roberto Rosselli del Turco e da un gruppo di ricerca coordinato tra l'Università di Pisa e il Centro interdipartimentale DISH (*Digital Scholarship for the Humanities*) dell'Università degli Studi di Torino.

⁷ MANGINI, Marta Luigina, *et al.* (ed.) – “Il progetto REcycled meDieval DIplomatic fragmentS”. *Studi di storia medioevale e di diplomatica - Nuova Serie* [Online] 8 [2024], pp. 555-562. [Ultimo accesso 16 dicembre 2025]. Disponibile su <https://doi.org/10.54103/2611-318X/25654>

⁸ Il tema del riuso all'interno dei manoscritti della Capitolare ha nel tempo interessato vari studiosi, in particolare si segnalano: BRUSA, Gionata – “Manoscritti agiografici della Biblioteca Capitolare di Vercelli. Con un'appendice sui frammenti”. *Analecta Bollandiana* 134 (2016), pp. 100-148; VITALE, Stefania – “La Cappella del Duomo di Vercelli nel primo Novecento: la “restaurazione” del canto gregoriano e la riforma musicale lette attraverso alcuni degli inediti musicali per sant'Eusebio”. In BIANCO Carla (ed.) – *Musicae Sacrae Disciplinae. Vicissitudini delle cappelle musicali in Piemonte. Atti del Convegno di studi*. Torino: Istituto per i Beni Musicali in Piemonte: 2014, pp. 9-29; VIGNODELLI, Giacomo – “Scarto e reimpiego all'Archivio Capitolare di Vercelli: i palinsesti del codice eusebiano CLXXI (secoli X-XIII)”. In DE GREGORIO, Giuseppe; MANGINI, Marta Luigina (ed.) – *Documenti scartati, documenti reimpiegati. Forme, linguaggi, metodi per nuove prospettive di ricerca*. Genova: Società Ligure di Storia Patria: 2023, pp. 51-80.

⁹ INVERNIZZI, Ludovica – “Frammenti documentari di riuso in legatura presso la Biblioteca Capitolare di Vercelli (secoli X-XV)”. In CARBONETTI, Cristina, *et al.* (ed.) – *Prassi di scarto e riuso documentario tra Medioevo ed Età Moderna*. Roma: Tor Vergata University Press: 2026, pp. 133-162.

Avviato nel 2003 e giunto alla seconda versione beta, il progetto è dedicato alla creazione dell'edizione digitale del Cod. CXVII, noto come Vercelli Book (Fig. 2), uno dei testi più conosciuti della collezione vercellese, datato alla fine del X secolo e contenente 23 omelie e 6 componimenti poetici in lingua anglosassone¹⁰.

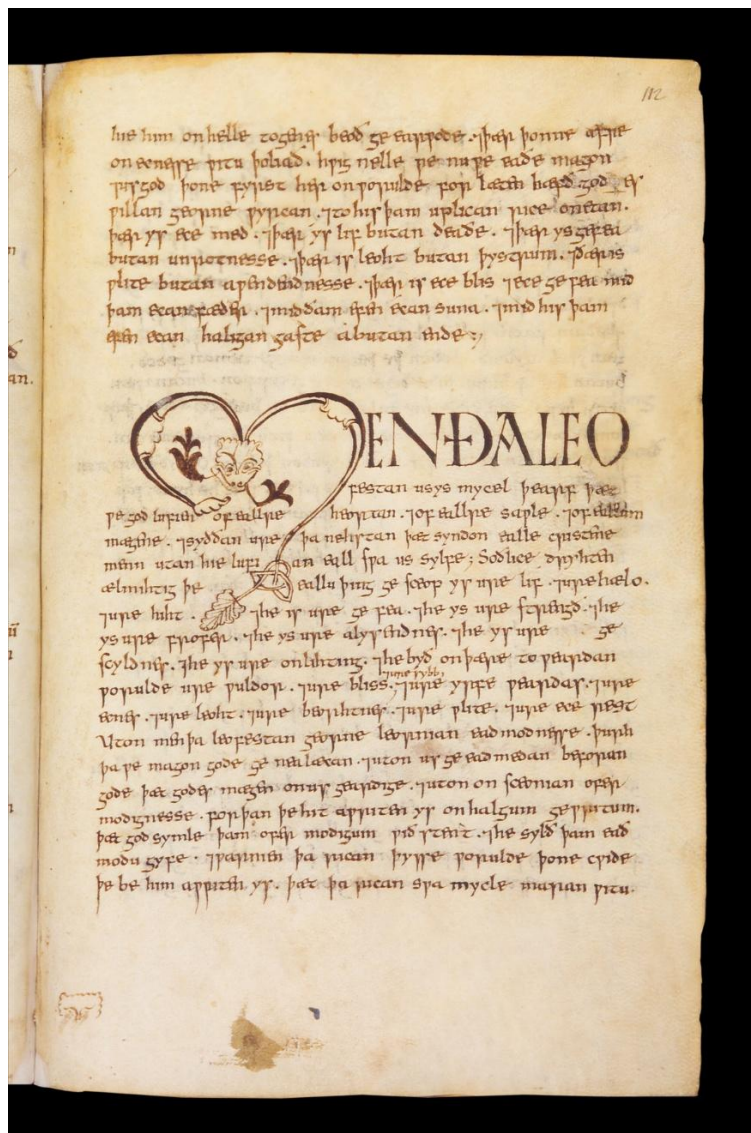


Fig. 2 Cod. CXVII, Vercelli Book, fine X secolo, fol. 112r, Biblioteca Capitolare, Vercelli.

Grazie al software open source EVT (*Edition Visualization Technology*), sviluppato da R. Rosselli del Turco, il codice è integralmente consultabile. L'utente può navigare selezionando le immagini ad alta risoluzione, trovando la trascrizione di tutti i brani,

¹⁰ [Ultimo accesso 10 gennaio 2026]. Disponibile su <http://vbd.humnet.unipi.it/beta2/>

supportato da un apposito motore di ricerca integrato per i caratteri speciali dell'antico inglese¹¹.

In lavorazione dal 2012¹², verrà rilasciata nel 2026 anche la versione digitale in EVT dell'*Editto di Rotari*, testo legislativo chiave della storia longobarda. Una tra le più antiche testimonianze dell'opera è contenuta in un altro importante manoscritto vercellese, il Cod. CLXXXVIII, noto come *Leges Langobardorum* e risalente alla prima metà dell'VIII secolo. Dal 2022, infatti, grazie al PRIN PNRR che ha consentito il lavoro congiunto di R. Rosselli del Turco e Marina Bruzzoni, si sta sviluppando l'edizione diplomatico-interpretativa dell'opera, anche mediante uno studio sinottico degli altri testimoni noti dell'*Editto* che verrà allestita in ambiente digitale secondo gli standard internazionali, con la presenza di un glossario di termini longobardi e, tra le altre, la possibilità di comparare più livelli di immagini e brani di testimoni diversi, offrendo una maggior flessibilità per lo studio e l'analisi¹³.

Parallelamente, dal 2022 al 2025, il lavoro si è allargato al progetto *Manoscritti preziosi del Piemonte*, finanziato da Fondazione CRT per l'indizione di borse di studio e ricerca, e che ha visto la collaborazione dell'Università di Torino, della Biblioteca Nazionale Universitaria di Torino, della Biblioteca Capitolare di Vercelli e dell'Archivio Diocesano di Alba (Cuneo).

Lo scopo è stato quello di creare un network sul territorio piemontese, valorizzando alcuni esempi manoscritti di testi chiave per la storia medievale. Nello specifico per la Biblioteca Capitolare, sono state realizzate e messe a disposizione degli studiosi le versioni digitali del *Libellus de Psalmis* di Einhart, contenuto nel Cod. CXLIX, fols 146r-

¹¹ ROSSELLI DEL TURCO, Roberto (ed.) – *The Digital Vercelli Book. A facsimile edition of Vercelli, Biblioteca Capitolare, CXVII* [Online]; trascrizione e codifica ROSSELLI DEL TURCO, Roberto; CIOFFI, Raffaele; GORIA, Federica (ed.); software EVT DI PIETRO, Chiara; KENNY, Julia; MASOTTI, Raffaele; ROSSELLI DEL TURCO, Roberto. Torino: Università degli Studi di Torino, 2017. [Ultimo accesso 16 dicembre 2025]. Disponibile su <https://doi.org/10.13135/9788875901073>

¹² BRUZZONI, Marina; ROSSELLI DEL TURCO, Roberto – “Verso un edizione digitale dell'*Editto di Rotari*”. In FALLUOMINI, Carla (ed.) – *I Longobardi in Italia. Lingua e cultura*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2015, pp. 37-85. [ultimo accesso 16 dicembre 2025]. E' disponibile una versione post-print su <https://hdl.handle.net/2318/1575103>

¹³ BRUZZONI, Marina; ROSSELLI DEL TURCO, Roberto – *Edizione diplomatico-interpretativa con facsimile digitale dell'Edictum Rothari. Vercelli: Biblioteca e Archivio Capitolare, CLXXXVIII* [Online]. Edizioni Ca'Foscari, 2024. [Ultimo accesso 16 dicembre 2025]. Disponibile su <http://doi.org/10.30687/978-88-6969-888-0>

155r, prodotto all'interno della provincia ecclesiastica di Salisburgo nel IX secolo¹⁴, e i primi 4 libri del Cod. LVIII, *Etymologiae* di Isidoro di Siviglia, composte tra IX e X secolo probabilmente in Vercelli¹⁵.



Fig. 3 Rotoli figurati, 6, Mappamondo, 1225c., Archivio Capitolare, Vercelli.

¹⁴ [Ultimo accesso 22 gennaio 2026]. Disponibile su <https://msspiemonte.github.io/Vercelli-CXLIX/>. Per approfondire la storia del testo: LICHT, Tino – “Einhardts Libellus de Psalmis”. *Revue Bénédictine* 122-2 (2012), pp. 217-231. [Ultimo accesso 10 gennaio 2026]. Disponibile su <https://doi.org/10.1484/J.RB.5.100834>. BRUSA, Gionata – “Liturgical Minitexts as Clues to the History of a Manuscript: The Case of Vercelli”. *Scrineum* 21-2 (2024), pp. 119-152. [Ultimo accesso 5 maggio 2026]. Disponibile su <https://doi.org/10.6093/1128-5656/11417>

¹⁵ [Ultimo accesso 22 gennaio 2026]. Disponibile su <https://msspiemonte.github.io/Vercelli-LVIII/>

Un altro caso di applicazione delle *Digital Humanities* al patrimonio vercellese riguarda il cosiddetto Mappamondo, documento su un'unica pelle redatto a Vercelli nel XIII secolo¹⁶ (Fig. 3).

La sua complessa rilettura è coordinata da Heather Wacha ed Helen R. Davies grazie al progetto *Virtual Mappa*¹⁷, ospitato sulla piattaforma open access *Digital Mappa*, sviluppata dal Center for the History of Printing and Digital Culture dall'University of Wisconsin-Madison. Il supporto, fortemente degradato in alcuni punti e di scarsa leggibilità, è reso fruibile grazie alla combinazione di immagini ad alta risoluzione in RGB e analisi multispettrale, che permettono di far riemergere dettagli non visibili ad occhio nudo. L'ambiente digitale non solo propone l'identificazione dei testi presenti nelle diverse sezioni del documento, risalendo in alcuni casi alle fonti antiche da cui sono desunte, ma offre un'interfaccia funzionale per comparare i diversi livelli di analisi in tempo reale, trasformando un reperto quasi illeggibile in una fonte di dati chiara e navigabile.

IV- Vedere l'invisibile

In molti casi i codici sono giunti sino a noi in precario stato di conservazione, danneggiati o rifunzionalizzati, rendendo la loro interpretazione complessa. Archivio e Biblioteca Capitolare trovano un largo supporto nella comunità internazionale, attiva nell'impiego delle nuove tecnologie e, in particolare, delle analisi multispettrali¹⁸ (Fig. 4).

Il fulcro di questa longeva e proficua collaborazione è il *Codex Vercellensis Evangeliorum* (Cod. A.), il manoscritto su cui si fonda non solo la collezione della Capitolare, ma la storia stessa della Chiesa vercellese (Fig. 5). Datato alla metà del IV secolo e prodotto probabilmente in uno *scriptorium* dell'Italia settentrionale, il

¹⁶ Archivio Capitolare di Vercelli, Rotoli figurati, 6. DAVIES, Helen R. – “Multispectral Imaging of the Vercelli *Mappamundi*: A Progress Report”. *Imago Mundi* 72-2 (2020), pp. 181-191; LEWY, Mordechay – “The French King and the Ostrich: Reflections on the Date of the Medieval Vercelli Map of the World”. *Imago Mundi* 73-1 (2021), pp. 64-72.

¹⁷ <https://sims2.digitalmappa.org/36> [Ultimo accesso 22 gennaio 2026].

¹⁸ Sul tema DAVIES, Helen R.; ZAWACKI, Alexander – “Making Light Work: Manuscripts and Multispectral Imaging”. *Journal of the Early Book Society for the study of manuscripts and printing history* 22 (2019), pp. 179-196.

coevi testimoni superstiti della *Vetus Latina*, incrociando i dati digitali rielaborati. Queste sinergie stanno conducendo gli esperti a conclusioni diverse rispetto alla tradizione, aprendo scenari di ricerca che mettono in discussione tesi consolidate. Ne sono un esempio le indagini svolte da Annette Weissenrieder (Martin Luther University Halle-Wittenberg) sul Vangelo di Luca²¹.



Fig. 5 *Codex Vercellensis Evangeliorum*, 350c., fols 196v-181r, Biblioteca Capitolare, Vercelli.

Le indagini multispettrali sul Cod. A sono state eseguite da *The Lazarus Project*²² con cui, in seguito, sono nati nuovi progetti di ricerca, ampliando progressivamente il campo di indagine con il coinvolgimento di interlocutori afferenti ad Università diverse. Negli anni successivi è stato possibile restituire agli studiosi importanti documenti e manoscritti, offrendo di riflesso l'opportunità di riesaminare non solo i testi, ma l'intero contesto materiale e storico di appartenenza.

²¹ WEISSENRIEDER, Annette (ed.) – *The Old Latin Manuscripts of the Gospel of Luke: A New Edition of the Codex Vercellensis Luke Based on Multi-Spectral Images*. Berlino: De Gruyter, 2024.

²² <https://lazarusprojectimaging.com/> [Ultimo accesso 16 dicembre 2025].

La collaborazione tra la Biblioteca Capitolare e il team del *Lazarus Project* si è così rivelata foriera di nuove relazioni interdisciplinari, consolidando Vercelli come un centro d'eccellenza per le Digital Humanities e le nuove tecnologie.

Il recupero dei palinsesti ha trovato un terreno di indagine privilegiato nel Cod. CLXXI, *Contra Kataros*, risalente alla fine XII secolo²³. I documenti originali, scartati e reimpiegati per ospitare la stesura dei sermoni di Eckbert di Schönau, tutti databili tra X e XI secolo, costituiscono oggi una testimonianza fondamentale della complessa e intrigante storia della Chiesa vercellese. Le recenti campagne di analisi, condotte sempre dal team del *Lazarus Project*, stanno permettendo di ricostruire le dinamiche politiche e le relazioni dei personaggi chiave che si succedettero alla Cattedra episcopale in quel periodo cruciale²⁴.

Altro documento nuovamente leggibile con l'utilizzo delle analisi multispettrali, legato al contesto della storia vercellese dell'Anno Mille, è il cosiddetto *Metrum Leonis*, componimento politico-satirico compilato dal vescovo Leone di Vercelli (998-1026) sul verso del foglio di guardia posteriore del Cod. LXXXII, distaccato per ragioni conservative.

Nonostante il testo risulti fortemente compromesso nell'interpretazione di alcune parti, era ben noto agli studiosi per la sua importanza²⁵. Con le campagne di indagine condotte tra 2023 e 2024 dal *Lazarus Project* è stato possibile ampliarne la lettura, inquadrando meglio l'azione satirica di Leone nei confronti dei suoi avversari politici e definire con maggior precisione l'ambito di produzione e il ruolo comunicativo del componimento all'interno della *Renovatio Imperii* di Ottone III.

²³ RAININI, Marco – “La consistenza del nemico. Tracce di dialettica dottrinale fra le carte dell'Archivio e della Biblioteca Capitolare di Vercelli”. In BARBERO, Alessandro (ed.) – *La Chiesa vercellese nel Medioevo (secc. XI-XV). Atti dell'Ottavo Congresso Storico Vercellese*. Vercelli: Società Storica Vercellese, 2024, pp. 769-791.

²⁴ VIGNODELLI, Giacomo – “Archeologia di uno scarto. Indagini sui palinsesti documentari della Biblioteca Capitolare di Vercelli nel loro contesto (secoli X-XIII)”. In CARBONETTI, Cristina, et al. (ed.) – *Prassi di scarto e riuso documentario tra Medioevo ed Età Moderna*. Roma: Tor Vergata University Press, 2026, pp. 317-339.

²⁵ LEONE DI VERCELLI – *Metrum Leonis. Poesia e potere all'inizio dell'XI secolo*. Ed. R. Gamberini. Edizione Nazionale dei Testi Mediolatini 6. Serie II, 3. Tavarnuzze, Impruneta: SISMEL Edizioni del Galluzzo, 2002; BISANTI, Armando – “Leone di Vercelli, scrittore e politico dell'XI secolo: status quaestionis”. *Bollettino di studi latini* 40 (2010), pp. 86-97.

Il lavoro congiunto degli studiosi è ancora in corso, seppur i primi esiti abbiano già proposto una revisione del testo edito, offrendo nuove interpretazioni che potranno essere rafforzate attraverso ad ulteriori sessioni di analisi mirate²⁶.

Non tutti i codici che presentano documenti palinsesti sono ancora stati indagati o non lo sono stati integralmente.

Un altro caso particolarmente interessante è il Cod. CCVIII, contenente la *Summa sententiarum septem tractatibus distincta* attribuita ad Ugo da San Vittore²⁷, copiato probabilmente in Vercelli tra XII e XIII secolo e quasi interamente palinsesto. Purtroppo la pergamena è stata pesantemente raschiata ed il testo è difficilmente indagabile. Dalle analisi condotte nel 2019 in collaborazione con Giovanni Varelli grazie al progetto *MUSRES (Musica Restituta - Retrieving Hidden Chant from Medieval Palimpsest Manuscripts)*²⁸, coordinato dall'University of Oxford e la collaborazione dell'Università di Trento, sono stati riutilizzati fogli pergamenei provenienti da un graduale copiato in notazione bretone, verso la metà del X secolo.

Tra i materiali parte dell'Archivio Capitolare che hanno visto una ripresa degli studi e nuove interpretazioni vi sono quelli appartenenti al fondo dei Rotoli figurati, di cui il Mappamondo medievale è parte. Questo *corpus* di sette pergamene diagrammatiche rappresenta un *unicum* nel panorama archivistico: la loro presenza collettiva a Vercelli offre un'opportunità straordinaria per comprendere la trasmissione del sapere nel XIII secolo²⁹.

L'indagine sistematica di queste pergamene, sia come fondo sia come documenti indipendenti, è ancora in corso. Ad occuparsene è in particolare il gruppo di ricerca *Videntes: A Multispectral Imaging Collective*³⁰. I primi risultati, in parte già editi, hanno fornito la base scientifica per progetti di ampio respiro, come il sopracitato

²⁶ I risultati sono stati oggetto di una serie di iniziative interdisciplinari che hanno avuto luogo tra Bologna, Pisa e Vercelli (9-16 gennaio 2026), nell'ambito del progetto *La satira del Leone. Un caso di imaging multispettrale*, promosso dal Centro di ricerca MemoryLab del Dipartimento di Storia Culture Civiltà di Alma Mater Studiorum – Università di Bologna, in collaborazione con il Progetto di Eccellenza 2023-2027 *Un senso nel disordine. Praticare la complessità* del Dipartimento di Civiltà e Forme del Sapere dell'Università di Pisa.

²⁷ <https://manus.iccu.sbn.it/cnmd/0000296500> [Ultimo accesso 13 maggio 2026].

²⁸ <https://www.diamm.ac.uk/resources/musres/about/> [Ultimo accesso 22 gennaio 2026]

²⁹ LEONARDI, Timoty; RAININI, Marco (ed.) – *Ordinare il mondo. Diagrammi e simboli nelle pergamene di Vercelli*. Milano: Vita e Pensiero, 2018.

³⁰ <https://videntesmsi.com/> [Ultimo accesso 18 gennaio 2026].

Virtual Mappa. Tuttavia gli studi stanno allargando lo sguardo all'intero patrimonio della Biblioteca, evidenziando come questi documenti fossero dei veri e propri materiali di approfondimento e didattica all'interno della *schola eusebiana*, in profonda connessione e relazione con i codici a disposizione all'epoca³¹.

V-Indagando la materia

Spesso gli studi paleografici e le ricerche d'archivio, così come la lettura e analisi dei testi, restano nel campo delle ipotesi in assenza di dati fisici oggettivi. In alcuni casi, sono proprio le indagini diagnostiche non invasive e le verifiche strumentali a fornire la prova definitiva per avallare o smentire una tesi storica.

Le metodologie analitiche non invasive (come XRF, spettroscopia Raman e FORS) condotte negli anni da Maurizio Aceto (CenISCo - Centro Interdipartimentale per lo Studio e la conservazione dei Beni Culturali), e Angelo Agostino (Università di Torino), hanno offerto contributi cruciali alla datazione e all'identificazione dei centri di produzione dei manoscritti vercellesi. Gli studi su inchiostri e pigmenti, in parte già editi³² e in parte raccolti in relazioni tecniche di prossima pubblicazione, permettono di mappare i materiali presenti, creando un database per la comparazione dei dati.

Nel 2017 la collaborazione con Maurizio Aceto si è estesa alle analisi biomolecolari, nell'ambito del progetto condotto dal BioArCh Center dell'Università di York. Attraverso la tecnica ZooMS (acronimo di *Zooarchaeology by Mass Spectrometry*)³³ è possibile identificare con certezza assoluta la specie animale da cui è stata ricavata la pergamena analizzando le sequenze proteiche del collagene di cui sono composte.

I dati emergenti sulla composizione dei fascicoli del Vercelli Book, sebbene non ancora ufficialmente trasferiti alla comunità scientifica in una pubblicazione

³¹ GATTI, Evan, *et al.* (ed.) – “The Apostles’ Roll and the didactic parchments of the Capitular Archive”. *Arte Cristiana* 944 (2024), pp. 350-355.

³² I più significativi, riguardanti unicamente il patrimonio vercellese: ACETO, Maurizio, *et al.* (ed.) – “The Vercelli Gospels laid open: an investigation into the inks used to write the oldest Gospels in Latin”. *X-Ray Spectrometry* 37 (2008), pp. 286-292; ACETO, Maurizio, *et al.* (ed.) – “Diagnostica applicata ai manoscritti e ai tesori della Cattedrale”. *Arte Cristiana* 944 (2024), pp. 358-361.

³³ FIDDYMENT, Sarah, *et al.* (ed.) – “So you want to do biocodology? A field guide to the biological analysis of parchment”. *Heritage Science* [Online] 7:35 (2019). [Ultimo accesso 22 gennaio 2026]. Disponibile su <https://doi.org/10.1186/s40494-019-0278-6>.

dedicata, stanno già portando a una profonda revisione degli studi sul celebre codice, offrendo nuove chiavi di lettura sulla sua produzione e sulla sua storia materiale.

VI-Conclusioni

Molto resta ancora da completare, come il popolamento del portale *Manus Online* e l'aggiornamento delle schede già esistenti, il completamento del progetto in *GitHub* e la creazione dell'interfaccia utente, il rilascio delle versioni finali delle versioni in EVT degli ultimi manoscritti codificati.

Gli studi e i progetti che gravitano attorno al patrimonio sono il veicolo principale per mantenere attivi, aperti e accessibili Archivio e Biblioteca. Senza i ricercatori sarebbe difficile riuscire a contestualizzare il patrimonio, a rivederne la bibliografia, ad aggiornare le informazioni e soprattutto ad ampliare le conoscenze grazie all'uso delle nuove tecnologie. Gran parte dei progetti sono sostenuti dai progetti di ricerca di Università italiane e straniere, i cui docenti mettono a disposizione dell'ente i proprio fondi o lo comprendono in richieste di contributo.

Oltre alle ricadute scientifiche, gli esiti delle ricerche vengono condivisi con pubblici diversi. Gli eventi e le visite guidate alle collezioni, in alcuni casi incentrate su temi specifici, offrono uno strumento di avvicinamento del largo pubblico a tematiche solitamente affrontate dagli specialisti. Questo coinvolgimento diretto del pubblico si è rivelato nel tempo un ottimo strumento non solo per la diffusione delle informazioni, ma per la salvaguardia del patrimonio stesso, grazie ad attività di crowdfunding. Ne sono esempi il progetto *Adotta una pergamena*³⁴, conclusosi con il restauro del fondo di sette pergamene diagrammatiche e il progetto ancora in corso *Adotta un manoscritto*, per il recupero conservativo delle legature di manoscritti medievali della Biblioteca.

Inoltre, grazie alle attività con le scuole di ogni ordine e grado, gli studenti dai 5 ai 25 anni possono entrare in contatto con il patrimonio archivistico e codicologico,

³⁴ FACCIN, Silvia – “I diagrammi medievali dell'Archivio capitolare di Vercelli. Genesis di un progetto didattico-scientifico”. In *Archivi tra didattica e pastorale: orientamenti ed esperienze. Atti del 27. convegno dell'Associazione Archivistica Ecclesiastica. Bergamo, Seminario diocesano, 7-10 settembre 2021. Archiva ecclesiae* 61-64 (2018-2021), pp. 177-188.

approfondire le fasi di produzione del manoscritto, conoscere i risultati che le nuove tecnologie possono offrire, come nel caso dello studio di palinsesti o materiali in pessimo stato di leggibilità. In maniera trasversale, inoltre, gli studenti delle scuole secondarie di secondo grado e gli universitari comprendono quali possono essere i futuri campi di indagine o persino venire a conoscenza di nuovi sbocchi professionali.

L'auspicio è che questi luoghi possano essere sempre, come si tenta di fare oggi, centri di studio, connettori di progetti, mediatori tra discipline e soprattutto luoghi dialogo e di confronto. Non solo tra studiosi, ma tra i diversi utenti e i pubblici che vengono coinvolti, tra generazioni dove da un lato vi sia la trasmissione di contenuti, ma dall'altro la comprensione delle necessità e la messa in atto di nuove strategie e visioni ponendo sempre al centro il patrimonio, con tutte le sue implicazioni e connotazioni.

Bibliografia

Fonti

Fonti manoscritte

- Vercelli, Archivio Capitolare, Rotoli figurati, 6
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. A.
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. IX.
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. X.
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. XIV.
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. LVIII.
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. LXXXII.
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. CXVII.
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. CXLIX, fols 146r-155r.
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. CLXXI.
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. CLXXXVIII.
- Vercelli, Biblioteca Capitolare, Cod. CCVIII.

Fonti edite

LEONE DI VERCELLI – *Metrum Leonis. Poesia e potere all’inizio dell’XI secolo*. Ed. R. Gamberini. Edizione Nazionale dei Testi Mediolatini 6. Serie II, 3. Tavarnuzze, Impruneta: SISMEL Edizioni del Galluzzo, 2002.

Studi

ACETO, Maurizio, *et al.* (ed.) – “The Vercelli Gospels laid open: an investigation into the inks used to write the oldest Gospels in Latin”. *X-Ray Spectrometry* 37 (2008), pp. 286-292.

ACETO, Maurizio, *et al.* (ed.) – “Diagnostica applicata ai manoscritti e ai tesori della Cattedrale”. *Arte Cristiana* 944 (2024), pp. 358-361.

BILOTTA, Maria Alessandra – “Itinerari di manoscritti giuridici miniati attorno al Mediterraneo occidentale (Catalogna, Midi della Francia, Italia), mobilità universitaria, vie di pellegrinaggio fra il XIII e il XIV secolo: uomini, manoscritti, modelli”. *Porticum. Revista d’estudis medievals* 4 (2012), pp. 47-63.

BISANTI, Armando – “Leone di Vercelli, scrittore e politico dell’XI secolo: *status quaestionis*”. *Bollettino di studi latini* 40 (2010), pp. 86-97.

BRUSA, Gionata – “Manoscritti agiografici della Biblioteca Capitolare di Vercelli. Con un’appendice sui frammenti”. *Analecta Bollandiana* 134 (2016), pp. 100-148.

BRUSA, Gionata – “Liturgical Minitexts as Clues to the History of a Manuscript: The Case of Vercelli”. *Scrineum* 21-2 (2024), pp. 119-152. [Ultimo accesso 5 maggio 2026]. Disponibile su <https://doi.org/10.6093/1128-5656/11417>.

BRUZZONI, Marina; ROSSELLI DEL TURCO, Roberto – “Verso un edizione digitale dell’*Editto di Rotari*”. In FALLUOMINI, Carla (ed.) – *I Longobardi in Italia. Lingua e cultura*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2015, pp. 37-85. [ultimo accesso 16 dicembre 2025]. E’ disponibile una versione post-print su <https://hdl.handle.net/2318/1575103>.

BRUZZONI, Marina; ROSSELLI DEL TURCO, Roberto – *Edizione diplomatico-interpretativa con facsimile digitale dell’Edictum Rothari, Vercelli, Biblioteca e Archivio Capitolare, CLXXXVIII* [Online]. Edizioni Ca’Foscari, 2024. [Ultimo accesso 16 dicembre 2025]. Disponibile su <http://doi.org/10.30687/978-88-6969-888-0>.

CERUTTI GARLANDA, Anna – “Il restauro del *Codex Vercellensis Evangeliorum* nel primo Novecento”. *Bollettino Storico Vercellese* 62 (2004), pp. 131-151.

DAL COVOLO, Enrico; UGLIONE, Renato; VIAN, Giovanni Maria (ed.) – *Eusebio e il suo tempo*. Roma: LAS, 1997.

DAVIES, Helen R. – “Multispectral Imaging of the Vercelli *Mappamundi*: A Progress Report”. *Imago Mundi* 72-2 (2020), pp. 181-191.

DAVIES, Helen R.; ZAWACKI, Alexander – “Making Light Work: Manuscripts and Multispectral Imaging”. *Journal of the Early Book Society for the study of manuscripts and printing history* 22 (2019), pp. 179-196.

DEL MONACO, Gianluca – “Nuove riflessioni su due manoscritti giuridici trecenteschi miniati a Bologna: le *Decretales* e le *Institutiones* della Biblioteca Capitolare di Vercelli”. *Bollettino Storico Vercellese* 93 (2019), pp. 27-50.

DEL MONACO, Gianluca – “Per gli inizi della decorazione del *Decretum Gratiani*: il codice XXV della Biblioteca Capitolare di Vercelli”. *Intrecci d’arte* [Online] 11 (2022), pp. 7-31. [Ultimo accesso 10 gennaio 2026]. Disponibile su <https://doi.org/10.6092/issn.2240-7251/16216>.

FACCIN, Silvia – “I diagrammi medievali dell’Archivio capitolare di Vercelli. Genesi di un progetto didattico-scientifico”. In *Archivi tra didattica e pastorale: orientamenti ed esperienze. Atti del 27. convegno dell’Associazione Archivistica Ecclesiastica. Bergamo, Seminario diocesano, 7-10 settembre 2021*. *Archiva ecclesiae* 61-64 (2018-2021), pp. 177-188.

FIDDYMENT, Sarah, *et al.* (ed.) – “So you want to do biocodicology? A field guide to the biological analysis of parchment”. *Heritage Science* [Online] 7:35 (2019). [Ultimo accesso 22 gennaio 2026]. Disponibile su <https://doi.org/10.1186/s40494-019-0278-6>.

GATTI, Evan, *et al.* (ed.) – “The Apostles’ Roll and the didactic parchments of the Capitular Archive”. *Arte Cristiana* 944 (2024), pp. 350-355.

INVERNIZZI, Ludovica – “Frammenti documentari di riuso in legatura presso la Biblioteca Capitolare di Vercelli (secoli X-XV)”. In CARBONETTI, Cristina, *et al.* (ed.) – *Prassi di scarto e riuso documentario tra Medioevo ed Età Moderna*. Roma: Tor Vergata University Press, 2026, pp. 133-162.

LEONARDI, Timoty (ed.) – *Mons. Giuseppe Ferraris... a dieci anni dalla morte. Un sacerdote vercellese tra storia e pastorale. Atti della giornata di studio, Seminario Arcivescovile di Vercelli, 7 novembre 2009*. Vercelli: Gallo, 2010.

LEONARDI, Timoty; RAININI, Marco (ed.) – *Ordinare il mondo. Diagrammi e simboli nelle pergamene di Vercelli*. Milano: Vita e Pensiero, 2018.

LEWY, Mordechay – “The French King and the Ostrich: Reflections on the Date of the Medieval Vercelli Map of the World”. *Imago Mundi* 73-1 (2021), pp. 64-72.

LICHT, Tino – “Einharts *Libellus de Psalmis*”. *Revue Bénédictine* 122-2 (2012), pp. 217-231. [Ultimo accesso 10 gennaio 2026]. Disponibile su <https://doi.org/10.1484/J.RB.5.100834>.

MANGINI, Marta Luigina, *et al.* (ed.) – “Il progetto REcycled meDieval DIplomatic fragments”. *Studi di storia medioevale e di diplomatica - Nuova Serie* [Online] 8 [2024], pp. 555-562. [Ultimo accesso 16 dicembre 2025]. Disponibile su <https://doi.org/10.54103/2611-318X/25654>.

RAININI, Marco – “La consistenza del nemico. Tracce di dialettica dottrinale fra le carte dell’Archivio e della Biblioteca Capitolare di Vercelli”. In BARBERO, Alessandro (ed.) – *La Chiesa vercellese nel Medioevo (secc. XI-XV). Atti dell’Ottavo Congresso Storico Vercellese*. Vercelli: Società Storica Vercellese, 2024, pp. 769-791.

ROSSELLI DEL TURCO, Roberto (ed.) – *The Digital Vercelli Book. A facsimile edition of Vercelli, Biblioteca Capitolare, CXVII* [Online]; trascrizione e codifica ROSSELLI DEL TURCO, Roberto; CIOFFI, Raffaele; GORIA, Federica (ed.); software EVT DI PIETRO, Chiara; KENNY, Julia; MASOTTI, Raffaele; ROSSELLI DEL TURCO, Roberto. Torino: Università degli Studi di Torino: 2017. [Ultimo accesso 16 dicembre 2025]. Disponibile su <https://doi.org/10.13135/9788875901073>.

UGLIONE, Renato; FANELLI, Marco (ed.) – *Atti del convegno internazionale di studi eusebiani. Nel 1650° anniversario della morte di S. Eusebio*. Torino: Effatà Editrice, 2023.

VIGNODELLI, Giacomo – “Scarto e reimpiego all’Archivio Capitolare di Vercelli: i palinsesti del codice eusebiano CLXXI (secoli X-XIII)”. In DE GREGORIO, Giuseppe; MANGINI, Marta Luigina (ed.) – *Documenti scartati, documenti reimpiegati. Forme, linguaggi, metodi per nuove prospettive di ricerca*. Genova: Società Ligure di Storia Patria, 2023, pp. 51-80.

VIGNODELLI, Giacomo – “Archeologia di uno scarto. Indagini sui palinsesti documentari della Biblioteca Capitolare di Vercelli nel loro contesto (secoli X-XIII)”. In CARBONETTI, Cristina, et al. (ed.) – *Prassi di scarto e riuso documentario tra Medioevo ed Età Moderna*. Roma: Tor Vergata University Press, 2026, pp. 317-339.

VITALE, Stefania – “La Cappella del Duomo di Vercelli nel primo Novecento: la “restaurazione” del canto gregoriano e la riforma musicale lette attraverso alcuni degli inediti musicali per sant’Eusebio”. In BIANCO Carla (ed.) – *Musicae Sacrae Disciplinae. Vicissitudini delle cappelle musicali in Piemonte. Atti del Convegno di studi*. Torino: Istituto per i Beni Musicali in Piemonte, 2014, pp. 9-29.

WEISSENRIEDER, Annette (ed.) – *The Old Latin Manuscripts of the Gospel of Luke: A New Edition of the Codex Vercellensis Luke Based on Multi-Spectral Images*. Berlino: De Gruyter, 2024.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FACCIN, Silvia – “Riscoprire il passato. Progetti di indagini tra Archivio e Biblioteca Capitolare di Vercelli”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 127-148. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

ARTIGOS

ARTICLES



MEDIEVALISTA

N.º 40 | Julho – Dezembro 2026

ISSN 1646-740X

**Jacques de Molay a-t-il jamais visité Jérusalem ?
De la façon d’user des témoignages de John of Stoke au
procès du Temple**

**Did Jacques de Molay ever visit Jerusalem? On the use of John of
Stoke's testimony at the Trial of the Templars**

Philippe Josserand

Nantes Université
U.F.R. Histoire, histoire de l’art et archéologie
Centre de Recherche en Histoire Internationale et Atlantique (CRHIA –UR 1163)
44312 Nantes cedex 3, Nantes, France

ph.josserand@wanadoo.fr

<https://orcid.org/0000-0003-0263-0017>

Data recepção do artigo / Received for publication: 10 de Fevereiro de 2026

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 11 de Maio de 2026

DOI:

RÉSUMÉ

“Et je suis moi-même allé à l’endroit où Il est né et a été crucifié”. L’allusion au Christ est claire, mais le contexte d’une telle phrase et sa réalité – à tous les sens du terme – le sont beaucoup moins. Ces mots, qui n’ont jusqu’ici jamais attiré l’attention des historiens, ont été prêtés par le chapelain du Temple John of Stoke au grand-maître Jacques de Molay le 1^{er} juillet 1311, lors de sa cinquième et dernière comparution devant les inquisiteurs. À le suivre, le dignitaire les aurait prononcés à Garway le 30 novembre 1293 afin d’éprouver l’obéissance de son subordonné, tentant de l’amener à l’hérésie. Le contexte du procès du Temple, bien sûr, jette de sérieux doutes sur un témoignage dont chacun des aspects est ici pesé. L’idée n’est pas d’avérer ces dires, mais de les étudier en détail – et en résonance avec ceux que l’on connaît pour l’Angleterre – dans une réflexion qui, par-delà l’éventualité d’un pèlerinage de Jacques de Molay à Jérusalem avant qu’il accède au sommet du Temple, se veut un exercice de méthode sur ce que l’historien peut faire d’un témoignage produit dans un cadre contraint.

Mots-clés : Procès du Temple; témoignage; Jacques de Molay; Jérusalem; pèlerinage

ABSTRACT (in English)

“And I myself have been in the place where He was born and crucified.” The reference to Christ is clear, but the context of such a statement – and its reality, in every sense of the word – is much less so. These words, which have so far never attracted the attention of historians, were attributed by the Templar chaplain John of Stoke to the Grand Master Jacques de Molay on 1 July 1311, during his fifth and final appearance before the inquisitors. According to him, the dignitary had spoken them at Garway on 30 November 1293 in order to test John of Stoke’s obedience, attempting to lead him into heresy. The context of the Templar trial, of course, casts serious doubt on a testimony whose every aspect is weighed here. The idea is not to verify the statement, but to examine it in detail – and in resonance for what we know about the trial in England – in a reflection which, beyond the possibility that Jacques de Molay made have undertaken a pilgrimage to Jerusalem before becoming Templar Grand Master, is intended as a methodological exercise on what the historian can do with testimony produced under constrained.

Keywords: Templar trial; testimony; James of Molay; Jerusalem; pilgrimage



“Et ego ipse fui in loco ubi natus erat et crucifixus”. “Et je suis moi-même allé à l’endroit où Il est né et a été crucifié”¹. La phrase a été prêtée par le chapelain du Temple John of Stoke au grand-maître Jacques de Molay. Il la lui a attribuée le 1^{er} juillet 1311, dans le cadre du procès de l’ordre, lors de sa cinquième et dernière comparution devant les inquisiteurs². Selon John of Stoke, Jacques de Molay l’aurait prononcée à Garway, dans le Herefordshire, peu avant la fin novembre 1293, alors qu’il voulait éprouver l’obéissance de son subordonné en l’interrogeant sur l’image du crucifix à laquelle il aurait dénié toute vertu³. Pour fonder ses dires, le dignitaire aurait révélé à son coreligionnaire qu’il connaissait physiquement les lieux où le Christ a vécu : c’est ainsi qu’il aurait dit être allé “in loco ubi natus erat et crucifixus”. Étonnante, l’expression n’a pas été relevée par les historiens et, bien qu’elle figure déjà dans les actes du procès édités par David Wilkins au XVIII^e siècle⁴, je suis le premier – que je sache – à l’avoir prise en compte⁵. Dans les histoires du Temple, hormis chez des chercheurs anglais comme Alan Forey ou Helen Nicholson, c’est John of Stoke lui-même qui est passé sous silence⁶, alors qu’il est l’un des trois seuls frères qui, par-delà la Manche, ont avoué et qu’il constitue, en tant que trésorier de New Temple à Londres, une figure importante des dernières décennies de l’ordre.

¹ Oxford, Bodleian Library, Ms. Bodley 454, fol. 164r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings Against the Templars in the British Isles*. Farnham: Ashgate, 2011, t. I: *The Latin Edition*, p. 358, et t. II : *The Translation*, pp. 410-411.

² Ms. Bodley 454, fols. 54r-55v, 72v-73r, 85r-v, 88v et 164r-v, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, pp. 103-105, 138-139, 168, 174 et 358-359.

³ Ms. Bodley 454, fol. 164r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 358: “Tunc dixit ei magister, ‘Modo videbimus si tu sis obediens’, et fecit apportari de capella ymaginem crucifixi et quesivit a dicto iurato cuius erat illa ymago, et respondit quod erat ymago Ihesu Christi qui passus erat in cruce pro redemptione generis humani. Cui dixit magister, ‘Male dicis et erras. Erat enim filius unius mulieris, et quia dixit se filius Dei, fuit crucifixus’”.

⁴ WILKINS, David – *Concilia Magnae Britanniae et Hiberniae*. t. II. Londres: Gosling, 1737, cols. 387b-388a.

⁵ JOSSEMAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. Paris: Les Belles Lettres, 2019 (Éd. revue et augmentée, Paris: Les Belles Lettres, 2023), p. 159 (les références sont ici données à la seconde édition de 2023, revue et augmentée).

⁶ FRALE, Barbara – *I Templari*. Bologne: Il Mulino, 2004; DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005; SARNOWSKY, Jürgen – *Die Templer*. Munich: Beck, 2009; FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme – *Els Templers, guerrers de Déu. Entre Orient i Occident*. Barcelone: Dalmau, 2012.

Les mots sibyllins d'un témoin difficile

Qu'entendait John of Stoke en rapportant cette phrase en vertu de laquelle Jacques de Molay lui aurait dit qu'il était allé "in loco ubi natus et crucifixus" ? On ne le saura sans doute jamais. Pourtant, le 1^{er} juillet 1311, à Saint Martin Vintry, la déclaration du chapelain templier a été faite face aux évêques de Londres et de Chichester en réponse à la première charge dont il était accusé : celle-ci, comme pour tous ses coreligionnaires, portait sur la réception qui avait été sienne dans l'ordre. C'est dans ce cadre que John of Stoke, pour la première – et unique – fois, évoqua son échange avec le grand-maître. L'entretien aurait eu lieu "à la Saint-André (*die sancti Andree apostoli*)", à savoir le 30 novembre 1293, "un an et quinze jours (*uno anno xv diebus revolutis*)" après que le prêtre a fait profession au Temple⁷. La date est apparemment précise, mais elle se rapporte à une autre qui, elle, ne l'est pas. John of Stoke, en effet, n'a pas été admis le 15 novembre 1292 : selon ses dires du 27 janvier 1310, il le fut "avant Noël (*ante Natalem*)"⁸, ce qu'il a éclairé un an et demi plus tard en se référant, d'après l'enregistrement des notaires, à "la fête de saint Edmond le confesseur (*in festo sancti Edmundi confessoris*)"⁹, laquelle, faute d'exister, a conduit Helen Nicholson à privilégier le 20 novembre, jour de saint Edmond martyr¹⁰. Qui est familier des procès-verbaux d'interrogatoires de l'affaire du Temple ne sera pas surpris de ce décalage de cinq jours entre deux relations d'un même événement, mais il est un élément plus étrange dans la déclaration de John of Stoke du 1^{er} juillet 1311 car elle relate – telle que les scribes l'ont consignée – que Jacques de Molay fut "in loco ubi erat natus et crucifixus". Le Christ, évidemment, est ici sous-entendu, mais tout chrétien savait au début du XIV^e siècle – sans être prêtre du Temple ou grand-maître – que Jésus n'est pas mort là où Il était né. Jérusalem n'est pas Bethléem et, même si peu d'heures de marche les séparent, ce sont deux *loci* distincts. Pourtant, le procès-verbal des inquisiteurs, reprenant les mots de John of Stoke jusqu'à faire censément apparaître ceux de Jacques de Molay, parle d'un seul *locus*. Il est écrit "in loco". Helen Nicholson, dans son édition, qui ne comporte pas de note sur cette phrase précise¹¹, a parlé de "l'endroit (the place)" où le Christ est né

⁷ Ms. Bodley 454, fol. 164r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 358.

⁸ Ms. Bodley 454, fol. 54r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 103.

⁹ Ms. Bodley 454, fol. 164r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 358.

¹⁰ NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. II, p. 410, note 57.

¹¹ NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. II, pp. 410-411, s'est ici contentée de la traduction du latin: "And I myself have been in the place where he was born and crucified".

et a été mis à mort. Un tel lieu, bien sûr, n'existe pas et il est probable que ma collègue britannique, de façon implicite, a cherché à résoudre le problème en faisant disparaître Bethléem et Jérusalem sous une allusion générique – et inexpliquée – à la Terre sainte. Toutefois, le mot *locus*, en latin, qualifie une réalité topique délimitée. Pour moi, la Terre sainte – sur les limites de laquelle les auteurs peinaient alors à s'accorder – ne saurait dans sa globalité être désignée ainsi et j'incline à penser que dans la bouche de Jacques de Molay – ou, du moins, de John of Stoke – Jérusalem et Bethléem ont été fondues, la première absorbant la seconde, à laquelle elle s'imposait, en termes théologiques et liturgiques, dans l'Occident du second Moyen Âge.

Jacques de Molay serait-il donc allé en Judée antérieurement à 1293 ? Rien n'est moins sûr, car l'idée repose sur le seul témoignage de John of Stoke du 1^{er} juillet 1311. Ce frère – je l'ai dit – compte parmi les trois à s'être reconnus coupables en Angleterre et si, à la différence de Stephen of Stapelbrugge, la torture n'est pas mentionnée dans l'acte à son propos, il est fort probable qu'elle lui fut aussi appliquée¹². Son cinquième – et dernier – témoignage, à tout le moins, s'est opéré sous une contrainte violente, en fonction d'une grille d'interrogation dictée par les inquisiteurs. Il y a là un contexte que l'historien ne saurait ignorer et Helen Nicholson, s'appuyant sur des recherches récentes de psychologie clinique, en a conclu que “not only was the trial of the Templars in the British Isles ordered by the pope on the basis of unreliable confessions, but the evidence given by the Templars within the British Isles can also be called into question”¹³. Là, tout comme ailleurs¹⁴, la mécanique inquisitoriale a conduit le supplicé, au mépris de la vérité, à vouloir complaire aux injonctions de ses interrogateurs¹⁵. John of Stoke est donc un témoin

¹² NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar on Trial. The Trial of the Templars in the British Isles, 1308-1311*. Stroud: The History Press, 2009, pp. 177-182 ; NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. II, pp. xxv-xxvi; NICHOLSON, Helen – “The Trial of the Templars in Britain and Ireland”. In BURGTORF, Jochen; LOTAN, Shlomo; MALLORQUÍ-RUSCALLEDA Enric (éds.) – *The Templars. The Rise, Fall, and Legacy of a Military Religious Order*. Londres-New York: Routledge, 2021, pp. 227-228.

¹³ NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. II, pp. xlv-xlvi (la citation se trouve à cette dernière page).

¹⁴ KRÄMER, Thomas – “Terror, Torture and the Truth: The Testimonies of the Templars Revisited”. In BURGTORF Jochen; CRAWFORD Paul; NICHOLSON Helen (éds.) – *The Debate on the Trial of the Templars (1307-1314)*. Farnham: Ashgate, 2010, pp. 71-85; THÉRY, Julien – “Une hérésie d'État. Philippe le Bel, le procès des ‘perfides Templiers’ et la pontificalisation de la royauté française”. *Médiévales* 60 (2011), pp. 157-186; FIELD, Sean – “Torture and Confession in the Templar Interrogations at Caen, 25-29 October 1307”. *Speculum* 91:2 (2016), pp. 297-327.

¹⁵ NICHOLSON, Helen – “The Testimony of Brother Henry Danet and the Trial of the Templars in Ireland”. In SHAGRIR Iris; ELLENBLUM Ronnie; RILEY-SMITH Jonathan (éds.) – *In Laudem Hierosolymitani. Studies in Crusades and Medieval Culture in Honour of Benjamin Z. Kedar*. Aldershot:

délicat et, si les dires de son ultime comparution sont hypothéqués par la contrainte, ceux de la première, le 27 janvier 1310, posent également problème : en évoquant la mort de l'ancien commandeur d'Irlande Walter the Bachelor en 1301, détenu à Londres par ses frères pour avoir volé le Temple à l'en croire, qu'il aurait mis en terre avec un autre chapelain, Richard of Grafton¹⁶, il a donné "une prise" aux inquisiteurs¹⁷. Ceux-ci, dès avant d'exposer John of Stoke à la violence, s'en sont servis, en l'entendant à trois nouvelles reprises¹⁸, et ce sont tous ses dires du procès – et pas seulement son témoignage opéré sous la contrainte du 1^{er} juillet 1311 – qu'Helen Nicholson tient pour peu crédibles¹⁹. Plusieurs Templiers qu'il cite, en effet, n'existent que par lui et Jean de Saint-Georges – ou peut-être de Saint-Joire²⁰, réputé – à le suivre – servir le grand-maître en 1293, professa *a priori* seulement sept ans plus tard²¹. Faut-il s'émouvoir de ces "unverifiable details" et aller avec ma collègue britannique jusqu'à parler d'"inconsistencies"²² ? Je n'en suis pas sûr. Il est possible que Jean de Saint-Georges – s'il ne fait qu'un avec le sergent bourguignon qui, en 1300, a été reçu à Tyr²³ – fût en 1293 le simple *socius* du grand-maître²⁴, sans être encore frère, même si John of Stoke, sachant qu'il l'est ensuite devenu, l'a qualifié comme tel²⁵. Exceptionnelle en Angleterre, cette connaissance d'un proche de Jacques de Molay – peu familier des Templiers insulaires – pourrait signaler que le chapelain a bel et bien rencontré le dignitaire et sa suite. Que le prêtre ait cité

Ashgate, 2007, p. 423; NICHOLSON, Helen – "Myths and Reality: The Crusades and the Latin East as Presented during the Trial of the Templars in the British Isles, 1308-1311". In NICHOLSON, Helen (éd.) – *On the Margins of Crusading. The Military Orders, the Papacy and the Christian World*. Farham: Ashgate, 2011, p. 91.

¹⁶ Ms. Bodley 454, fols. 54r-55v, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, pp. 104-105.

¹⁷ NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar on Trial*, pp. 177-182; NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. II, p. 95, note 297: "a 'hold'".

¹⁸ Ms. Bodley 454, fols. 72v-73r, 85r-v et 88v, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, pp. 138-139, 168 et 174 (les 4 février, 4 mars et 8 juin 1310).

¹⁹ NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar on Trial*, p. 182: "John of Stoke's testimony lacked of corroborative evidence"; NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. II, pp. xxvi et lvi; NICHOLSON, Helen – "What Became of the Templars after the Trial of 1307-1314?". In JORDAN, William Chester et PHILLIPS Jenna Rebecca (éds.) – *The Capetian Century, 1214-1314*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 329-330; NICHOLSON, Helen – "The Trial of the Templars in Britain", p. 228.

²⁰ DEMURGER, Alain – *Le peuple templier, 1307-1312. Catalogue prosopographique des templiers présents ou (et) cités dans les procès-verbaux des interrogatoires faits dans le royaume de France entre 1307 et 1312*. Paris: CNRS Éditions, 2019, p. 448.

²¹ SCHOTTMÜLLER, Konrad – *Die Untergang des Templer-Ordens mit urkundlichen und kritischen Beiträgen*. t. II. Berlin: Mittler und Sohn, 1887, p. 205.

²² NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. II, p. xxvi.

²³ Telle est du moins l'hypothèse de CLAVERIE Pierre-Vincent – *L'ordre du Temple en Terre sainte et à Chypre au XIII^e siècle*. t. I. Nicosie: Centre de Recherche Scientifique, 2005, p. 207.

²⁴ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, p. 196.

²⁵ Ms. Bodley 454, fol. 164r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 358.

d'autres frères qu'aucun témoignage de ses coreligionnaires ne permet de complètement avérer ne me paraît pas dirimant pour la crédibilité d'ensemble de ses dires : le fait – qui ne lui est pas spécifique – demeure rare et si, après avoir abjuré, John of Stoke a reçu une pénitence longue²⁶, il semble, malgré Helen Nicholson²⁷, que celle-ci fut moins l'effet de ses aveux – et de ce qu'ils relataient d'extraordinaire – que de la durée de son engagement au Temple – dix-sept ans – qui, comme Alan Forey l'a montré, a fondé la décision des juges²⁸.

Le crédit d'un prêtre capable et en vue

Est-on fondé à juger uniment que les témoignages de John of Stoke ne sont pas crédibles, sauf à être corroborés par d'autres ? Seul le dernier a été obtenu sous la contrainte : si ce fut certes pour complaire aux inquisiteurs que le prêtre a évoqué le reniement du Christ exigé par Jacques de Molay, qui lui aurait intimé de croire "au grand Dieu omnipotent, créateur du ciel et de la terre, et non au crucifié"²⁹, je n'exclus pas qu'il ait pu mêler à cette fable des éléments circonstanciels avérés. Comment sérier ? Ayant toujours tenu le parti de l'innocence du Temple face aux charges dont il fut accusé, je n'ai aucune peine à redire ici que l'affaire n'était fondée sur rien de vrai³⁰. Cela ne saurait toutefois suffire et, face aux procès-verbaux des dépositions, dès lors qu'une contrainte violente a opéré, "trier le vrai et le faux", pour faire écho à Julien Théry, se révèle "illusoire"³¹. À la question de savoir si l'on peut accorder confiance aux aveux des Templiers, la réponse est non, mais Alain Demurger, à présent rallié sans équivoque à cette ligne³², a fait valoir que cela n'empêche en rien d'user des éléments factuels des dépositions – noms, lieux, dates, état social ou relations – qui, certes discutables, offrent de fonder, comme il en a

²⁶ FOREY, Alan – "Ex-Templars in England". *Journal of Ecclesiastical History* 53:1 (2002), p. 25.

²⁷ NICHOLSON, Helen – "What Became of the Templars?", p. 330; NICHOLSON, Helen – "The Trial of the Templars in Britain", p. 229.

²⁸ FOREY, Alan – "Ex-Templars", p. 26: "John of Stoke was assigned a heavy penance not because of his testimony but because he had been in the order for seventeen years when he was first questioned".

²⁹ Ms. Bodley 454, fol. 164v, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 358: "in magnum Deum omnipotentem qui creavit celum et terram et non in Crucifixum".

³⁰ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, p. 24.

³¹ THÉRY, Julien – "Une hérésie d'État", p. 166.

³² DEMURGER, Alain – *La persécution des Templiers. Journal (1307-1314)*. Paris: Payot, 2015, pp. 16-19.

donné l'exemple pour la France, d'utiles prosopographies³³. Là – et uniquement là –, il revient à l'historien de trier, de croiser, de corroborer pour révéler du profil d'un homme, saisi dans des conditions dramatiques, ce qui lui paraît avéré. Fréquemment, c'est la fin qui décide de l'avant tout entier, comme dans le cas de John of Stoke, pour qui dix-sept années au service du Temple – connues à partir des seuls témoignages de 1310-1311 – m'apparaissent apporter épaisseur et crédit à un chapelain qui a déclaré au procès être ordonné depuis près d'un quart de siècle³⁴. Dans l'ordre, ce prêtre, à l'en croire, a rencontré les plus puissants : il dit avoir vu Jacques de Molay et Hugues de Pairaud, le visiteur d'Angleterre, et, même s'il n'a pas pris part à un chapitre avec eux, il a été informé que le grand-maître en a tenu un à Bruer³⁵, au début de 1294, corroboré par d'autres témoins³⁶. Humbert Blanc, le commandeur d'Auvergne, arrivé en mission à l'été 1307³⁷, a déclaré l'avoir fréquenté³⁸, et, parmi les Templiers anglais, beaucoup ont fait de même³⁹. Enfermé à Londres, puisqu'il servait en 1307 à New Temple, John of Stoke connaissait la plus grande partie des frères de la province, y compris ceux du Nord, détenus à Lincoln et à York⁴⁰. À Balsall, à la fin 1292, il avait été admis dans l'ordre par le maître provincial, Guy of Forest⁴¹, peut-être en présence de son futur successeur, William of la More⁴², qui, face au déclenchement du procès, à l'été 1308, fit du prêtre, associé à Michael of Baskerville, son représentant⁴³. Que penser de cela ? Dans ses déclarations, John of Stoke s'est certes trompé – pour Jean de Saint-Georges, peut-

³³ DEMURGER, Alain – *Le peuple templier*, pp. xxx-xxxiii.

³⁴ Ms. Bodley 454, fol. 54v, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 104: "fuit presbiter per vij annos ante ingressum religionis". Entré au Temple en novembre 1292, le prêtre aurait ainsi reçu les ordres majeurs vers la fin 1285.

³⁵ Ms. Bodley 454, fol. 73r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 139: "vidit eos, set non vidit tenere capitula, set audivit quod frater Jacobus tenuit capitulum apud Le Bruere".

³⁶ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, pp. 119 et 317.

³⁷ DEMURGER, Alain – *Le peuple templier*, p. 52.

³⁸ Ms. Bodley 454, fol. 85r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 168.

³⁹ NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. II, p. 525, en a procuré une liste.

⁴⁰ Ms. Bodley 454, fol. 85r-v, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 168.

⁴¹ Ms. Bodley 454, fol. 54r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 103: "interrogatus [...] quando, ubi et per quem [...] fuit receptus in dicto ordine, respondit quod xvij anni sunt ante Natalem Domini, apud Belesale, per fratrem Guidonem de Foresta".

⁴² Ms. Bodley 454, fol. 85r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 168. Le dignitaire dit ici avoir opéré la réception de John of Stoke parmi une quarantaine d'autres, ce qui est erroné, et sa présence même peut être mise en doute dont jamais le prêtre profès ne s'est prévalu.

⁴³ NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar on Trial*, p. 53.

être, et Richard of Grafton⁴⁴ – et, s’il a pu affabuler afin de se hausser du col, il ne me semble pas pour autant dénué de crédit.

Captif à la Tour de Londres au moment de sa première comparution, John of Stoke a été porté dans la liste des prisonniers comme trésorier (thesaurarius) de New Temple⁴⁵. Il servait là sous les ordres de Michael of Baskerville, commandeur sans doute depuis cinq ans⁴⁶, mais sa nomination devait être récente, car si le prêtre a fréquenté Londres en 1301-1302, à la faveur de l’enterrement de Walter the Bachelor et de la profession de Simon of Streche⁴⁷, il n’exerçait pas alors comme trésorier. On ne saurait exclure que la charge lui valût l’attention particulière des inquisiteurs, sachant le sort de son homologue parisien⁴⁸ : comme l’écrit Helen Nicholson, “possibly there were unanswered questions about the financial management at New Temple, which the merchants of London and many English nobles used as a safe-deposit”⁴⁹, mais, elle l’a bien dit, “nothing was said about his actions in this role”⁵⁰. Officier ainsi à New Temple, eu égard à l’importance de la place⁵¹, dut d’abord pour John of Stoke consacrer son crédit et le renforcer. Peut-

⁴⁴ NICHOLSON, Helen – “What Became of the Templars?”, pp. 329-330; NICHOLSON, Helen – “The Trial of the Templars in Britain”, p. 228.

⁴⁵ Ms. Bodley 454, fol. 58r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 109.

⁴⁶ Ms. Bodley 454, fol. 58r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 109: “Frater Michael de Baskerville, preceptor London[ensis] per v annos ante capcionem”. Ici, ma collègue a indiqué que “these words [are] indicating how long a brother had been in the Order” (note 3). Je pense cependant qu’il s’agit plutôt de la durée en charge, car le commandeur de Londres, de son propre aveu, n’a pas professé au Temple cinq ans auparavant, mais plus de sept, “ad Nativitatem fuerunt vij anni”, soit à Noël 1302 (Ms. Bodley 454, fol. 56r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 106).

⁴⁷ Ms. Bodley 454, fols. 55r-v, 85r et 109v-110r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, pp.104-105, 168 et 226.

⁴⁸ DEMURGER, Alain – *Le peuple templier*, pp. 451-452. Comparer les cas de Jean de Tour et de John of Stoke constituerait un travail intéressant que j’espère accomplir dans le futur.

⁴⁹ NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar on Trial*, pp. 177-178; NICHOLSON, Helen – “The Trial of the Templars in Britain”, pp. 227-228.

⁵⁰ NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar on Trial*, p. 104.

⁵¹ SANDYS, Agnes – “The Financial and Administrative Importance of the London Temple in the thirteenth century”. In LITTLE, Andrew G.; POWICKE F. Maurice (éds.) – *Essays in Medieval History presented to Thomas Frederick Tout*, pp. 147-162. Pôle de gestion majeur et centre spirituel (GRIFFITH-JONES, Robin; PARK, David [éds.] – *The Temple Church in London. History, Architecture, Art*. Woodbridge: Boydell, 2010), conservant l’épée qui servit à décapiter Thomas Becket (MENTZEL-REUTERS, Arno – “Gab es eine Spiritualität der Templer?”. In BORCHARDT, Karl; DÖRING, Karoline; JOSSERAND, Philippe; NICHOLSON, Helen [éds.] – *The Templars and their Sources*. Londres-New York: Routledge, 2017, p. 231), New Temple avait aussi une fonction culturelle importante, abritant plus de vingt-cinq livres au début du XIV^e siècle (SCHENK, Jochen – “The documentary evidence for Templar religion”. In BORCHARDT, Karl; DÖRING, Karoline; JOSSERAND, Philippe; NICHOLSON, Helen (éds.) – *The Templars and their Sources*, p. 203), dont sans doute la *Summa de penitentia et officiis Ecclesiae* de Thomas de Chobham, utile aux clercs (NICHOLSON, Helen – *The Everyday Life of the Templars. The Knights Templar at Home*. S.l.: Fonthill, 2017, pp. 68 et 74), qu’on peut penser avoir été lue là par John of Stoke.

être l'affaire de la mort de Walter the Bachelor l'a-t-elle servi. L'année suivante, en 1302, il a assisté à trois admissions⁵², puis, jusqu'au procès, à une par an au moins, dont la dernière, le 11 juin 1307 à Dinsley, en chapitre provincial⁵³. Deux régions concentrent à parts égales les activités du prêtre : le sud-est de l'Angleterre et le centre-ouest, avec – en plus d'un enterrement à Warwick⁵⁴ – des réceptions à Guiting, dans le Gloucestershire, à Lydley, dans le Shropshire, à Upleadon, dans le Herefordshire, et à Balsall, où lui-même avait professé, dans le Warwickshire. Garway est à peine plus à l'ouest, sur la rive anglaise de la Monnow, qui marque la frontière avec le pays de Galles⁵⁵, en passe d'être intégré au royaume⁵⁶. Si pour le Temple la commanderie restait modeste, elle générait d'importants revenus, comme Helen Nicholson l'a fait valoir⁵⁷, et, à la fin novembre 1293, on peut penser, en suivant John of Stoke, que le grand-maître s'y serait arrêté au début de son périple de trois mois en Angleterre⁵⁸, avant de rallier la cour Plantagenêt, établie alors à Westminster⁵⁹, où, le 8 décembre, “ad instanciam fratris Jacoby de Molayo”, le roi Édouard I^{er} accorda au maître provincial, Guy of Forest, la remise des amendes imposées à son prédécesseur⁶⁰. Bien sûr, eu égard à l'éloignement du Herefordshire, un tel circuit peut sembler improbable, sauf à considérer que le supérieur du Temple, venant du Languedoc, d'où il avait espéré gagner l'Aragon⁶¹, s'est embarqué

⁵² Ms. Bodley 454, fols. 32v, 56r et 85r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, pp. 59, 106 et 168.

⁵³ Ms. Bodley 454, fols. 35r, 36r, 37v, 41r, 49v et 85r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 61, 63, 65, 71, 86 et 172.

⁵⁴ Ms. Bodley 454, fol. 54v, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, pp. 103-104.

⁵⁵ NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar on Trial*, p. 229.

⁵⁶ MORGAN, Kenneth O. (éd.) – *The Oxford Illustrated History of Britain*. Londres: Guild, 1986, pp. 137-138; SAUL, Nigel (éd.) – *The Oxford Illustrated History of Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 1997, pp. 109-110; et, pour plus de détails, PRESTWICH, Michael – *Edward I*. Londres: Guild Publishing, 1988, pp. 347-351.

⁵⁷ NICHOLSON, Helen – “The Templars in Britain: Garway and South Wales”. In BAUDIN, Arnaud; BRUNEL, Ghislain; DOHRMANN, Nicolas (éds.) – *L'économie templière en Occident. Patrimoines, commerce, finances*. Langres: Guéniot, 2013, en particulier pp. 325 et 333: “This appears to have been a profitable manor overall. If all the Templars' manors were so profitable, they should have had no problems in supporting the Templars themselves and sending a respectable income to the East”.

⁵⁸ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, pp. 119 et 316-317.

⁵⁹ GOUGH, Henry – *Itinerary of King Edward the First throughout his Reign, A.D. 1272-1307*. t. II: 1286-1307. Paisley-Londres: Garner, 1900, pp. 111-112.

⁶⁰ Kew, National Archives, Public Record Office, Close Rolls, 54/111/m. 12, cit. BULST-THIELE, Marie Luise – *Sacrae Domus Militiae Templi Hierosolymitani Magistri. Untersuchungen zur Geschichte des Templerordens (1118/1119-1314)*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1974, p. 306, note 51.

⁶¹ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, pp. 119 et 316.

depuis Bordeaux, en lien étroit avec l'outre-Manche⁶², vers Bristol ou un autre port de son canal⁶³.

Les raisons possibles d'un hypothétique voyage

Faut-il se refuser à croire que John of Stoke a bien rencontré Jacques de Molay à Garway, un peu plus d'un an après sa profession⁶⁴ ? Certes, rien n'est sûr – je l'ai dit –, car la mémoire de l'échange de novembre 1293 repose sur le seul témoignage du 1^{er} juillet 1311. Aucun autre frère anglais n'a rapporté la présence du grand-maître aux limites des marches galloises. Les propos du trésorier de New Temple ne sauraient donc être corroborés. Doit-on les tenir, pour autant, comme "persistently unreliable"⁶⁵ ? Sans méconnaître qu'ils ont été produits sous la contrainte et que les inquisiteurs ainsi que leurs notaires en ont contrôlé la formulation même, je pense que tel n'est pas forcément le cas. Comparaison, bien sûr, n'est pas raison. Cependant, un événement majeur à l'échelle de la province d'Angleterre, comme le chapitre de Bruer, dans le Lincolnshire, avec lequel, en février 1294, Jacques de Molay clôt son périple insulaire, n'est rappelé que par cinq frères dans les procès-verbaux d'interrogatoires⁶⁶ – si l'on excepte John of Stoke – et par un *corrodiar* important de l'ordre, Robert of Gowardeby, investi de responsabilités financières, y compris en France⁶⁷. Par contraste, une rencontre à

⁶² TRANCHANT, Mathias – *Les ports maritimes de la façade atlantique (XI^e-XV^e siècle)*. Vol. I: *Tableau géohistorique*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2017, pp. 29-30.

⁶³ L'incertitude sur l'itinéraire est totale: BOCHACA, Michel – "Un voyage par mer d'Angleterre à Bordeaux et retour en 1442-1443 d'après *A Journal of one of the Suite of Thomas Becket*". *Annales du Midi* 125 (2013), pp. 372-373, a souligné que pour la première moitié du XV^e siècle encore la navigation sur les mers du Ponant dans le détail restait mal connue, et le livre classique de CARUS-WILSON, Eleanora – *The Overseas Trade of Bristol in the Late Middle Ages*. Bristol: Bristol Record Office, 1937 qui a opéré une très large collecte de documents, intéresse surtout le XV^e siècle, moins le précédent et presque pas l'antépénultième, représenté par une unique notice, la plus ancienne, de 1291-1292 (n. 1, p. 30).

⁶⁴ Ms. Bodley 454, fol. 164r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 358: "Et post primam suam receptionem uno anno et xv diebus reolutis, apud Garwy Herefordensis diocesis, die sancti Andree apostoli, fuit vocatus in cameram fratris Jacobi de Molay, tunc magni magistri ordinis, presentibus fratribus Johanne de Lugduno et Johanne de Sancto Georgio, alienegenis".

⁶⁵ NICHOLSON, Helen – "What Became of the Templars?", p. 329; NICHOLSON, Helen – "The Trial of the Templars in Britain", p. 228.

⁶⁶ Ms. Bodley 454, fols. 69v (John of Coningston), 70r (William of Skothow), 73v (William of Sautre), 121r (Ralph of Evesham) et 124v (Henry of Wythcal), publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t.I, pp. 132, 133, 140, 251 et 260.

⁶⁷ Ms. Bodley 454, fol. 94v, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 192: "Vidit fratrem Jacobum de Molay, nunc magnum magistrum Templi, facientem congregationem fratrum apud Brueram et tunc temporis erat magnus preceptor Anglie Guydo de Foresta [...] Fuit bis Parisie ad

Garway, fût-ce avec le grand-maître, ne pouvait générer qu'un public, un lustre et, de ce fait, une mémoire bien moindres. Les deux Templiers présents dans la commanderie en janvier 1308 ont été reçus dans l'ordre longtemps après 1293 – Philip of Meux, le commandeur, depuis trois ans et demi et William of Pocklington depuis à peine plus d'un an⁶⁸ – et l'oubli dans lequel a chu le passage de Jacques de Molay n'implique pas nécessairement son inexistence. Toutefois, même si l'on regarde comme possible que l'occasion ait provoqué un échange avec John of Stoke, ce que celui-ci a pu être échappé totalement, et la dénégation du Christ exigée du chapelain par le dignitaire ne reflète rien d'autre que le credo des inquisiteurs, qui – on le sait – ont usé de la contrainte. Doit-on réfuter, comme ressortissant également au faux, le voyage en Judée attribué au grand-maître ? Le soutenir est légitime, mais si l'on veut bien penser que l'entretien a existé – ce qu'on ne peut complètement écarter –, des raisons historiquement fondées apparaissent, qui ont pu amener Jacques de Molay, alors qu'il était un simple frère, à la carrière encore bien timide et – en tout cas – peu saillante⁶⁹, à s'aventurer jusqu'à Jérusalem, alors aux mains des Mamelouks, et à y séjourner quelque temps, loin d'Acre et des places littorales de l'Orient latin, où sa vie et celle de ses coreligionnaires étaient désormais bornées.

Quels sont ces motifs qui auraient pu conduire Jacques de Molay en Judée ? On songe à la reconquête de la Ville sainte, perdue en 1244. Il s'agit cependant d'un mythe, dont Claudius Jacquand, dans les salles des croisades du château de Versailles, s'est fait l'interprète puisque, en écho à un combat que le XIX^e siècle imaginait avéré⁷⁰, il a peint un monumental *Jacques de Molay prend Jérusalem en 1299*⁷¹. C'est au Templier de Tyr, qui a changé en Molay le nom de l'émir Mûlay, nommé par l'Il-khan Ghâzân pour administrer ses conquêtes⁷², qu'on doit d'avoir pensé – et de le faire parfois

capitulum specialiter pro compoto arpotatorum cum aliquibus fratribus tunc euntibus ultra magnum mare”.

⁶⁸ Ms. Bodley 454, fols. 38v, 43v et 58v, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, pp. 71, 82 et 111. Leur réception eut lieu respectivement le 11 juin 1304 et le 8 septembre 1306.

⁶⁹ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, pp. 98-104 et 296-301.

⁷⁰ *Biographie universelle ancienne et moderne*. t. 29. Paris: Michaud, 1821, p. 275 ; *Nouvelle biographie générale*. t. 35. Paris: Didot, 1865, pp. 795-796.

⁷¹ Versailles, château de Versailles, MV 403 (1842-1846). JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, pp. 158-159 et 351; BACQUART, Jean-Vincent – “Les Templiers n'ont pas repris Jérusalem”. In LACAÏLLE Frédéric (éd.) – *Les salles des croisades*. Paris: Réunion des musées nationaux, 2019, pp. 70-73 et 122-123.

⁷² *Cronaca del Templare di Tiro (1243-1314). La caduta dei Stati crociati nel racconto di un testimonia oculare*. Éd. Laura Minervini. Naples: Liguori, 2000, p. 298.

encore – que le grand-maître prit part au recouvrement de la cité, que les chrétiens, en 1300, crurent avoir opéré⁷³. Toutefois, ni alors ni auparavant, les Latins n’ont réinvesti la ville, où Jacques de Molay n’a pu venir pour des raisons militaires. L’hypothèse diplomatique n’est pas mieux crédible. À l’époque mamelouke, Jérusalem n’est plus un centre de pouvoir politique, surclassée par Damas et Le Caire⁷⁴, où des missions ont été réalisées par des Templiers, comme Matthieu Sauvage⁷⁵, proche des grands-maîtres Thomas Bérard et, plus encore, Guillaume de Beaujeu, au couvent duquel Jacques de Molay n’a jamais appartenu⁷⁶. Ce dernier, arrivé jeune en Orient⁷⁷, s’il est venu dans la Ville sainte, l’aura fait pour des motifs de piété. Certains Latins, dans la seconde moitié du XIII^e siècle, ont visité des lieux de pèlerinage en terre d’Islam, à Jérusalem bien sûr, mais aussi – la thèse d’Elizabeth Mylod, hélas demeurée inédite, le signale bien – à Bethléem et ailleurs⁷⁸, deux à trois générations avant l’implantation en 1333 des Franciscains au Mont-Sion⁷⁹. Les Templiers le faisaient de longue date, par exemple à Saydnâyâ⁸⁰, et si, au début de l’époque mamelouke, où ces mouvements, sans doute plus ténus, sont méconnus⁸¹,

⁷³ SCHEIN, Sylvia – “*Gesta Dei per Mongolos*, 1300. The Genesis of a Non-Event”. *English Historical Review* 94 (1979), p. 805.

⁷⁴ La meilleure synthèse est celle de FRIEDMAN, Yvonne; DRORY, Joseph (éds.) – *The History of Jerusalem: the Mamluk Period (1260-1517)*. Jérusalem: Yad Ytzhak Ben Zvi, 2012 [en hébreu], dont il existe de bons comptes rendus qui, pour qui, comme moi, n’est pas hébraïsant, donnent accès à partie du propos. Le moindre poids de la ville – sans qu’il s’agisse forcément d’un déclin – a été signalé par ABU-MUNSHAR, Maher – “Jerusalem as a Plan of Exile during the Mamluk Era”. *Journal of Al-Tamaddun* 14:2 (2019), pp. 99-115.

⁷⁵ BURGTORF, Jochen – “Blood-Brothers’ in the thirteenth-century Latin East? The Mamluk Sultan Baybars and the Templar Matthew Sauvage”. In SHAGRIR, Iris; KEDAR, Benjamin Z.; BALARD, Michel (éds.) – *Communicating the Middle Ages. Essays in Honour of Sophia Menache*. Londres-New York: Routledge, 2018, pp. 7-11.

⁷⁶ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, pp. 103-104 et 301 ; DEMURGER, Alain – *Jacques de Molay. Le crépuscule des Templiers*. Paris: Payot, 2002, pp. 52-54 (et pp. 54-56 dans la réédition de Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2014).

⁷⁷ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, pp. 100-102.

⁷⁸ RÖHRICHT, Reinhold – *Biblioteca geographica Palaestinae. Chronologisches Verzeichniss der auf die Geographie des Heiligen Landes bezüglichen Literatur von 333 bis 1878 und Versuch einer Cartographie*. Berlin: Reuther, 1890, pp. 55-61; MYLOD, Elizabeth J. – *Latin Christian Pilgrimage in the Holy Land, 1187-1291*. Leeds: University of Leeds, 2013. Thèse de doctorat, en particulier pp. 11-12, 54, 56-57, 59-61 et 123-124 (pour l’exemple de Bethléem, qui en est un seulement parmi ceux que l’auteure a étudiés).

⁷⁹ JOTISCHKY, Andrew – “The Franciscan Return to the Holy Land (1333) and Mt Sion: Pilgrimage and the Apostolic Mission”. In BOAS, Adrian (éd.) – *The Crusader World*. Londres-New York: Routledge, 2016, pp. 241-255.

⁸⁰ Trois cas sont avérés par JOSSERAND, Philippe – “Par-delà Ousâma et Saydnâyâ: pour une autre histoire des Templiers et de l’Autre”. *Médiévales* 90 (2026), à paraître, à savoir Gauthier de Marangiers, frère Artaud et frère Thomas.

⁸¹ SCHICK, Robert – “Who Came on Pilgrimage to Jerusalem in the Mamluk and Ottoman Periods? An Interreligious Comparison”. In ARIANTZI, Despoina; EICHNER, Ina (éds.) – *Für Seelenheil und Lebensglück: das byzantinischen Pilgerwesen und seine Wurzeln*. Mayence: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseums, 2018, p. 247.

on n’a pas trace de frères que leur religiosité a amenés en Judée, on ne saurait exclure qu’il y en eût⁸². Jacques de Molay a pu former partie de ce petit groupe. Son attachement à l’Orient et sa dévotion pour Jérusalem l’y disposaient en tout cas⁸³. La Terre sainte a été au cœur de sa piété et le classicisme de son sentiment – que je ne lis pas comme conventionnel – ne doit pas faire oublier que le dignitaire a clos son projet de croisade, écrit en 1306 pour Clément V, en saluant cet espace où “Dominus noster Jhesus Cristus mori et nasci dignatus est pro generis humani salute”⁸⁴.

Un cas riche de leçons... et de doutes

À treize ans de distance, en 1293 – supposément – et en 1306 – ici assurément –, Jacques de Molay aurait rapproché en une même phrase, orale ou écrite, les lieux de la naissance et de la mort du Christ. Le parallélisme entre les deux expressions “natus et crucifixus” et “mori et nasci dignatus” frappe, mais il ne saurait bien sûr faire accroire à l’historicité de l’entretien avec le grand-maître invoqué par John of Stoke lors de sa dernière comparution, le 1^{er} juillet 1311. Les problèmes posés par cette déposition – on l’a vu – sont nombreux. Face à Helen Nicholson et bien que je reste son débiteur, pour l’édition des actes du procès anglais et pour tant d’autres choses⁸⁵, peut-être aurai-je ici aidé à rendre quelque lustre à John of Stoke. Indépendamment du jugement qu’on peut porter sur ses cinq témoignages devant les inquisiteurs, il est un frère qui a longtemps servi au Temple et qui était connu par la plupart de ses coreligionnaires de la province d’Angleterre, où il s’est élevé très haut, devenant trésorier de New Temple à Londres, sous l’égide du

⁸² Dans un courriel du 20 janvier 2026, Benjamin Z. Kedar, que j’avais sollicité sur ce point, m’a ainsi répondu: “I have not encountered references to Templar pilgrimages to Mamluk Jerusalem, but they should not be ruled out. Some Westerners did visit Jerusalem during this period; why should not a Templar, intent on visiting the city, have done so?”

⁸³ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, pp. 100-102, 159-160, 299-300 et 352.

⁸⁴ Paris, Archives nationales, J 456, n° 36-1, publ. PAVIOT, Jacques – *Projets de croisade (v. 1290-v. 1330)*. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2008, p.188: “Rogo itaque Deum omnipotentem ut vobis donet gratiam ordinandi super hiis quod fuerit melius et potentiam recuperandi tempore vestro loca sancta in quibus Dominus noster Jhesus Cristus nasci et mori dignatus est pro generis humani salute”.

⁸⁵ Une telle dette m’a conduit à prendre part aux *Festschriften* qui, récemment, ont honoré ma collègue anglaise: JOSSERAND, Philippe – “A nepotistic culture? Women and men around Jacques de Molay. The last Templar grand master’s social and familial networks reconstructed”. In EDBURY, Peter; WEBSTER, Paul (éds.) – *Military Orders and Crusades. Essays presented to Helen J. Nicholson*. Londres-New York: Routledge, 2025, pp. 267-281.

commandeur Michael of Baskerville. À l’instar de ce dernier⁸⁶, il n’est pas exclu qu’il ait disposé de sa propre chambre dans l’établissement⁸⁷, et en tout cas, aux côtés du commandeur, il fut au départ du procès, à l’été 1308, le représentant du maître provincial retenu prisonnier, William of la More. Cette circonstance très particulière, qui leur valut quelque temps une liberté tout à fait inusitée, fit que les inquisiteurs les ont tenus pour des fugitifs ayant jeté leur habit⁸⁸. Engagé au service de leur supérieur, “they were going about his business”⁸⁹, et, si les juges n’ont pas tardé à reconnaître leur erreur, ils les ont par là même ramenés à la loi commune de la prison, n’oubliant pas de les questionner tout spécialement, en particulier pour John of Stoke. Le prêtre avait du volume et, je pense, du crédit⁹⁰. Seul parmi les quarante-quatre Templiers documentés au temps du procès dans les îles Britanniques⁹¹, il avait un homonyme, un chevalier, admis dans le Ponthieu⁹², peu après lui, à la Pentecôte 1295, devenu commandeur de Sutton, dans l’Essex, et c’est celui-ci, désormais infirme (*claudus*), qui, dans les registres des inquisiteurs, a vu son nom changé – afin d’éviter toute confusion – pour être appelé John of Sutton⁹³.

Tout cela est-il suffisant pour estimer que John of Stoke a rencontré Jacques de Molay ? Il l’a déclaré et – qui me lit l’aura saisi – on peut le croire... ou non. Comment décider face à un témoignage obtenu sous la contrainte, qui oblitère toute vérité, quand bien même, de manière factuelle, sur des points considérés comme neutres,

⁸⁶ Kew, National Archives, Public Record Office, E 358/18, rot. 7, cit. NICHOLSON, Helen – “At the Heart of Medieval London: the New Temple in the Middle Ages”. In GRIFFITH-JONES, Robin; PARK, David (éds.) – *The Temple Church in London. History, Architecture, Art*, p. 13.

⁸⁷ Kew, National Archives, Public Record Office, E 358/20, rot. 3.

⁸⁸ Ms. Bodley 454, fol. 39r, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 73. Le 10 novembre 1308 ont été produites des lettres qui convoquaient devant les juges pour ce jour-là “fratres Michaellem de Baskevill, Johannem de Stoke et ceteros Templarios reiecto habitu incedentes et alios huiusmodi secte fratres”.

⁸⁹ NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar on Trial*, p. 50.

⁹⁰ Peut-on aller jusqu’à lui attribuer une hauteur spirituelle particulière ? Les sources ne le permettent pas, mais, s’appuyant sur la “*corrodia petita de domibus Templariorum*” (COLE, Henry – *Documents Illustrative of English History in the Thirteenth and Fourteenth Centuries*. Londres: Eyre and Spottiswoode, 1844, pp. 215-216), NICHOLSON, Helen – *The Everyday Life of the Templars*, p. 71, a signalé qu’à Aldgate, où il était détenu en 1311, il avait “an ivory image of the Blessed Mary, which a nun of Clerkenwell, Margery of Pelleham, had lent to him when he was imprisoned there”.

⁹¹ NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar on Trial*, pp. 205-217, en a procuré la liste.

⁹² Au nord de l’estuaire de la Somme, la région était alors sous administration Plantagenêt : JOHNSTONE, Hilda – “The County of Ponthieu, 1279-1307”. *English Historical Review* 29 (1914), pp. 435-452; traduction revue et augmentée dans PETIT, Raymond (éd.) – *Le Ponthieu et la dynastie anglaise au XIII^e siècle*, pp. 13-44.

⁹³ NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. II, p. 524-525, a rassemblé tous les éléments mis au jour dans la documentation du procès sur la carrière de cet autre “John of Stoke, called ‘of Sutton’”. La référence à sa boiterie se trouve dans Ms. Bodley 454, fol. 89v, publ. NICHOLSON, Helen – *The Proceedings*, t. I, p. 177.

il contient – ou, du moins, peut contenir – des éléments avérés ? Y a-t-il d'autre méthode que de s'obliger au scrupule et de prendre son risque ? Même en accordant foi au trésorier de New Temple, rien n'assure que le grand-maître lui rapporta être allé en Judée. On est ici dans le domaine des conjectures. Ce voyage est plus qu'hypothétique. Même s'il est probablement faux, comme j'ai eu l'occasion de le dire déjà⁹⁴, il cadre avec la dévotion du dignitaire et de très nombreux Templiers pour Jérusalem qu'il serait important d'étudier en profondeur⁹⁵. John of Stoke, s'il a inventé, savait qu'il devait complaire aux inquisiteurs, qui – en aucune façon surpris de son récit, à considérer le procès-verbal sur lequel ils disposaient de toute latitude – se sont emparés de l'aubaine pour asseoir la fable du reniement du Christ, utilisée pour perdre l'ordre et démontrer sa prétendue hérésie. Peut-on aller plus loin ? L'historien du Temple sait trop bien qu'il est toujours loisible d'ajouter à des hypothèses les spéculations les plus déraisonnables⁹⁶. Pourquoi ne pas fonder sur un pèlerinage aux Lieux saints le charisme de Jacques de Molay que, faute de documents suffisants, on explique encore mal⁹⁷ ? Pourquoi ne pas penser que Garway a attiré le grand-maître – en dépit de la difficulté et du danger de voyager à l'automne 1293 dans une région de frontière peu sûre⁹⁸ – à cause de son église dotée d'une nef circulaire, qui fut démolie avec la reconstruction de l'Hôpital au XIV^e

⁹⁴ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, p. 159.

⁹⁵ Récemment, à la faveur d'un colloque intéressant, dont je crains cependant que le support de publication choisi restreigne beaucoup la diffusion, une communication, principalement de surface, a tenté de traiter le thème: CLAVERIE, Pierre-Vincent – “La place de Jérusalem dans la pensée templière”. In JANA Ernesto (éd.) – *Templários da (re)conquista ao povoamento*. Tomar: Município de Tomar, 2023, pp. 37-50.

⁹⁶ BAUDIN, Arnaud; BESSON, Florian; JOSSERAND, Philippe (éds.) – *Templiers et templarisme : raisons et déraisons d'un mythe. Actes des Deuxièmes Rencontres internationales de l'Aube (Troyes, 15-17 octobre 2025)*, à paraître en 2027.

⁹⁷ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, p. 105. *Contra*: LUTTRELL, Anthony – “Observations on the Fall of the Temple”. In JOSSERAND, Philippe; OLIVEIRA, Luís Filipe; CARRAZ, Damien (éds.) – *Élites et ordres militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d'Alain Demurger*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015, en particulier p. 365: “As Master of the Temple, Jacques de Molay faced enormous difficulties throughout some two decades and he proved an unsatisfactory and somewhat incompetent leader”. Dernièrement, l'historien britannique est revenu sur le sujet, posant sur le grand-maître un regard plus modéré, même si plusieurs de ses préventions demeurent: LUTTRELL, Anthony – “Hospital and Temple: 1291-1314”. *Ordines Militares. Colloquia Torunensia Historica. Yearbook for the Study of the Military Orders* 30 (2025), pp. 126, 128-129, 135, 137 et 139-140.

⁹⁸ Par-delà bandits et Gallois (PRESTWICH, Michael – *Edward I*, pp. 347-351), il existait également dans ces marches le risque de rencontrer des loups, Garway étant le seul domaine anglais du Temple où les comptes du séquestre de 1308 en font état (Kew, National Archives, Public Record Office, E 358/18, rot. 2 dorso). Je remercie Helen Nicholson de m'avoir procuré cette référence et, en dépit – ou, peut-être, à cause – de nos quelques divergences, je lui sais gré des fructueux échanges que l'écriture de ce travail a occasionnés.

siècle⁹⁹ ? Que répondre ? Rien d'autre que l'éternel et nécessaire rappel qui dit que, par métier et méthode, l'historien travaille à partir de sources. J'espère – fût-ce de façon singulière – en avoir donné l'exemple. *Much ado about nothing*, pensera-t-on qui sait, beaucoup de bruit pour rien, sachant que je me consolerais, avec cette contribution qui touche à l'histoire anglaise, de recevoir – et, peut-être, de mériter – un titre shakespearien.

⁹⁹ NICHOLSON, Helen – *The Everyday Life of the Templars*, p. 16. Un plan de l'église a été procuré par JANSEN, Virginia – "Light and Pure: the Templars' New Choir". In GRIFFITH-JONES, Robin; PARK, David (éds.) – *The Temple Church in London. History, Architecture, Art*, p. 55 (fig. 4C).

Références bibliographiques :

Sources :

Sources manuscrites :

Kew, National Archives, Public Record Office, Close Rolls, 54/111/m. 12.

Kew, National Archives, Public Record Office, E 358/18, rot. 2.

Kew, National Archives, Public Record Office, E 358/18, rot. 7.

Kew, National Archives, Public Record Office, E 358/20, rot. 3.

Oxford, Bodleian Library, Ms. Bodley 454.

Paris, Archives nationales, J 456, n° 36-1.

Versailles, château de Versailles, MV 403.

Sources imprimées :

CARUS-WILSON, Eleanora – *The Overseas Trade of Bristol in the Late Middle Ages*. Bristol: Bristol Record Office, 1937.

COLE, Henry – *Documents Illustrative of English History in the Thirteenth and Fourteenth Centuries*. Londres: Eyre and Spottiswoode, 1844.

Cronaca del Templare di Tiro (1243-1314). La caduta dei Stati crociati nel racconto di un testimone oculare. Éd. Laura Minervini. Naples: Liguori, 2000.

NICHOLSON, Helen – *The Proceedings Against the Templars in the British Isles*. 2 Vols. Farnham: Ashgate, 2011, t. I : *The Latin Edition*, et t. II : *The Translation*.

PAVIOT, Jacques – *Projets de croisade (v. 1290-v. 1330)*. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2008.

WILKINS, David – *Concilia Magnae Britanniae et Hiberniae*. 4 Vols. Londres: Gosling, 1737.

Études :

ABU-MUNSHAR, Maher – “Jerusalem as a Plan of Exile during the Mamluk Era”. *Journal of Al-Tamaddun* 14:2 (2019), pp. 99-115.

BACQUART, Jean-Vincent – “Les Templiers n’ont pas repris Jérusalem”. In LACAILLE Frédéric (éd.) – *Les salles des croisades*. Paris: Réunion des musées nationaux, 2019, pp. 70-73 et 122-123.

BAUDIN, Arnaud; BESSON, Florian; JOSSERAND, Philippe (éds.) – *Templiers et templarisme : raisons et déraisons d’un mythe. Actes des Deuxièmes Rencontres internationales de l’Aube (Troyes, 15-17 octobre 2025)*. Milan: Silvana, à paraître en 2027.

- Biographie universelle ancienne et moderne*. Paris: Michaud, 1811-1828 (52 vols.).
- BOCHACA, Michel – “Un voyage par mer d’Angleterre à Bordeaux et retour en 1442-1443 d’après *A Journal of one of the Suite of Thomas Becket*”. *Annales du Midi* 125 (2013), pp. 371-390.
- BULST-THIELE, Marie Luise – *Sacrae Domus Militiae Templi Hierosolymitani Magistri. Untersuchungen zur Geschichte des Templerordens (1118/1119-1314)*. Göttingen: Vanderhoeck und Ruprecht, 1974.
- BURGTORF, Jochen – “‘Blood-Brothers’ in the thirteenth-century Latin East? The Mamluk Sultan Baybars and the Templar Matthew Sauvage”. In SHAGRIR, Iris; KEDAR, Benjamin Z.; BALARD, Michel (éds.) – *Communicating the Middle Ages. Essays in Honour of Sophia Menache*. Londres–New York: Routledge, 2018, pp. 3-14.
- CLAVERIE Pierre-Vincent – *L’ordre du Temple en Terre sainte et à Chypre au XIII^e siècle*. 3 Vols. Nicosie: Centre de Recherche Scientifique, 2005.
- CLAVERIE, Pierre-Vincent – “La place de Jérusalem dans la pensée templière”. In JANA Ernesto (éd.) – *Templários da (re)conquista ao povoamento (= Cadernos culturais nabantinos. Revista cultural do Município de Tomar, 3)*. Tomar: Município de Tomar, 2023, pp. 37-50.
- DEMURGER, Alain – *Jacques de Molay. Le crépuscule des Templiers*. Paris: Payot, 2002, rééd. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2014.
- DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005.
- DEMURGER, Alain – *La persécution des Templiers. Journal (1307-1314)*. Paris: Payot, 2015.
- DEMURGER, Alain – *Le peuple templier, 1307-1312. Catalogue prosopographique des templiers présents ou (et) cités dans les procès-verbaux des interrogatoires faits dans le royaume de France entre 1307 et 1312*. Paris: CNRS Éditions, 2019.
- FIELD, Sean – “Torture and Confession in the Templar Interrogations at Caen, 25-29 October 1307”. *Speculum* 91:2 (2016), pp. 297-327.
- FOREY, Alan – “Ex-Templars in England”. *Journal of Ecclesiastical History* 53:1 (2002), pp. 18-37.
- FRALE, Barbara – *I Templari*. Bologne: Il Mulino, 2004.
- FRIEDMAN, Yvonne; DRORY, Joseph (éds.) – *The History of Jerusalem: the Mamluk Period (1260-1517)*. Jérusalem: Yad Ytzhak Ben Zvi, 2012 [en hébreu].
- FUGUET SANS, Joan; PLAZA ARQUÉ, Carme – *Els Templers, guerrers de Déu. Entre Orient i Occident*. Barcelone: Dalmau, 2012.

GOUGH, Henry – *Itinerary of King Edward the First throughout his Reign, A.D. 1272-1307*. 2 Vols. Paisley–Londres: Garner, 1900.

GRIFFITH-JONES, Robin; PARK, David (éds.) – *The Temple Church in London. History, Architecture, Art*. Woodbridge: Boydell, 2010.

JANSEN, Virginia – “Light and Pure: the Templars’ New Choir”. In GRIFFITH-JONES, Robin; PARK, David (éds.) – *The Temple Church in London. History, Architecture, Art*. Woodbridge: Boydell, 2010, pp. 45-66.

JOHNSTONE, Hilda – “The County of Ponthieu, 1279-1307”. *English Historical Review* 29 (1914), pp. 435-452 ; traduction revue et augmentée dans PETIT Raymond (éd.) – *Le Ponthieu et la dynastie anglaise au XIII^e siècle*. Abbeville: Société d’émulation historique et littéraire d’Abbeville, 1969, pp. 13-44.

JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. Paris: Les Belles Lettres, 2019. Éd. revue et augmentée, Paris: Les Belles Lettres, 2023.

JOSSERAND, Philippe – “A nepotistic culture? Women and men around Jacques de Molay. The last Templar grand master’s social and familial networks reconstructed”. In EDBURY, Peter; WEBSTER, Paul (éds.) – *Military Orders and Crusades. Essays presented to Helen J. Nicholson*. Londres–New York: Routledge, 2025, pp. 267-281.

JOSSERAND, Philippe – “Par-delà Ousâma et Saydnâyâ : pour une autre histoire des Templiers et de l’Autre”. *Médiévales* 90 (2026), à paraître.

JOTISCHKY, Andrew – “The Franciscan Return to the Holy Land (1333) and Mt Sion: Pilgrimage and the Apostolic Mission”. In BOAS, Adrian (éd.) – *The Crusader World*. Londres–New York: Routledge, 2016, pp. 241-255.

KRÄMER, Thomas – “Terror, Torture and the Truth: The Testimonies of the Templars Revisited”. In BURGTORF, Jochen; CRAWFORD, Paul; NICHOLSON, Helen (éds.) – *The Debate on the Trial of the Templars (1307-1314)*. Farnham: Ashgate, 2010, pp. 71-85.

LUTTRELL, Anthony – “Observations on the Fall of the Temple”. In JOSSERAND, Philippe; OLIVEIRA, Luís Filipe; CARRAZ, Damien (éds.) – *Élites et ordres militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d’Alain Demurger*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015, pp. 365-372.

LUTTRELL, Anthony – “Hospital and Temple: 1291-1314”. *Ordines Militares. Colloquia Torunensia Historica. Yearbook for the Study of the Military Orders* 30 (2025), pp. 125-154.

MENTZEL-REUTERS, Arno – “Gab es eine Spiritualität der Templer?”. In BORCHARDT, Karl; DÖRING, Karoline; JOSSERAND, Philippe; NICHOLSON, Helen (éds.) – *The Templars and their Sources*. Londres–New York: Routledge, 2017, pp. 212-233.

MORGAN, Kenneth O. (éd.) – *The Oxford Illustrated History of Britain*. Londres: Guild, 1986.

MYLOD, Elizabeth J. – *Latin Christian Pilgrimage in the Holy Land, 1187-1291*. Leeds: University of Leeds, 2013. Thèse de doctorat.

NICHOLSON, Helen – “The Testimony of Brother Henry Danet and the Trial of the Templars in Ireland”. In SHAGRIR, Iris; ELLENBLUM, Ronnie; RILEY-SMITH, Jonathan (éds.) – *In Laudem Hierosolymitani. Studies in Crusades and Medieval Culture in Honour of Benjamin Z. Kedar*. Aldershot: Ashgate, 2007, pp. 411-423.

NICHOLSON, Helen – *The Knights Templar on Trial. The Trial of the Templars in the British Isles, 1308-1311*. Stroud: The History Press, 2009.

NICHOLSON, Helen – “At the Heart of Medieval London: the New Temple in the Middle Ages”. In GRIFFITH-JONES, Robin; PARK, David (éds.) – *The Temple Church in London. History, Architecture, Art*. Woodbridge: Boydell, 2010, pp. 1-18.

NICHOLSON, Helen – “Myths and Reality: The Crusades and the Latin East as Presented during the Trial of the Templars in the British Isles, 1308-1311”. In NICHOLSON, Helen (éd.) – *On the Margins of Crusading. The Military Orders, the Papacy and the Christian World*. Farnham: Ashgate, 2011, pp. 89-99.

NICHOLSON, Helen – “The Templars in Britain: Garway and South Wales”. In BAUDIN, Arnaud; BRUNEL, Ghislain; DOHRMANN, Nicolas (éds.) – *L'économie templière en Occident. Patrimoines, commerce, finances*. Langres: Guéniot, 2013, pp.323-336.

NICHOLSON, Helen – *The Everyday Life of the Templars. The Knights Templar at Home*. s.l.: Fonthill, 2017.

NICHOLSON, Helen – “What Became of the Templars after the Trial of 1307-1314?”. In JORDAN, William Chester; PHILLIPS, Jenna Rebecca (éds.) – *The Capetian Century, 1214-1314*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 323-347.

NICHOLSON, Helen – “The Trial of the Templars in Britain and Ireland”. In BURGTORF, Jochen; LOTAN, Shlomo; MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (éds.) – *The Templars. The Rise, Fall, and Legacy of a Military Religious Order*. Londres–New York: Routledge, 2021, pp. 209-233.

Nouvelle biographie générale. 46 Vols. Paris: Didot, 1862-1870.

PRESTWICH, Michael – *Edward I*. Londres: Guild Publishing, 1988.

RÖHRICHT, Reinhold – *Biblioteca geographica Palaestinae. Chronologisches Verzeichniss der auf die Geographie des Heiligen Landes bezüglichen Literatur von 333 bis 1878 und Versuch einer Cartographie*. Berlin: Reuther, 1890.

SANDYS, Agnes – “The Financial and Administrative Importance of the London Temple in the thirteenth century”. In LITTLE, Andrew G.; POWICKE, F. Maurice

(éds.) – *Essays in Medieval History presented to Thomas Frederick Tout*. Manchester: s. éd., 1925, pp. 147-162.

SARNOWSKY, Jürgen – *Die Templar*. Munich: Beck, 2009.

SAUL, Nigel (éd.) – *The Oxford Illustrated History of Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

SCHEIN, Sylvia – “*Gesta Dei per Mongolos*, 1300. The Genesis of a Non-Event”. *English Historical Review* 94 (1979), pp. 805-819.

SCHENK, Jochen – “The documentary evidence for Templar religion”. In BORCHARDT, Karl; DÖRING, Karoline; JOSSERAND, Philippe; NICHOLSON, Helen (éds.) – *The Templars and their Sources*. Londres–New York: Routledge, 2017, pp. 199-211.

SCHICK, Robert – “Who Came on Pilgrimage to Jerusalem in the Mamluk and Ottoman Periods? An Interreligious Comparison”. In ARIANTZI, Despoina; EICHNER, Ina (éds.) – *Für Seelenheil und Lebensglück: das byzantinischen Pilgerwesen und seine Wurzeln*. Mayence: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseums, 2018, pp. 243-258.

SCHOTTMÜLLER, Konrad – *Die Untergang des Templar-Ordens mit urkundlichen und kritischen Beiträgen*. 2 Vols. Berlin: Mittler und Sohn, 1887.

THÉRY, Julien – “Une hérésie d’État. Philippe le Bel, le procès des ‘perfides Templiers’ et la pontificalisation de la royauté française”. *Médiévales* 60 (2011), pp. 157-186

TRANCHANT, Mathias – *Les ports maritimes de la façade atlantique (XI^e-XV^e siècle)*, vol. I : *Tableau géohistorique*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2017.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

JOSSERAND, Philippe – “Jacques de Molay a-t-il jamais visité Jérusalem ? De la façon d’user des témoignages de John of Stoke au procès du Temple”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 151-173. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Celebrar la memoria de un rey resucitado: liturgia de D.
Pedro I en el Monasterio de Alcobaça**

**Celebrating the Memory of a Resurrected King: The Liturgy of
King Pedro I at the Monastery of Alcobaça**

*Catarina Fernandes Barreira**

Instituto de Estudos Medievais da
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
1069-061 Lisboa, Portugal

cbarreira@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0174-1025>

Data recepção do artigo / Received for publication: 21 de Maio de 2026

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 03 de Junho de 2026

DOI:

*Este trabajo fue financiado con fondos nacionales a través de la FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., en el marco del Programa Tenure de la FCT (2023.11076.TENURE.159). Instituto de Estudos Medievais (IEM) UID/00749/2025. DOI: 10.54499/UID/00749/2025.

RESUMEN

El presente artículo reflexiona sobre la relevancia de la liturgia medieval como campo de investigación, destacando su potencial heurístico a través del estudio de los libros litúrgicos, entendidos como fuentes privilegiadas para el conocimiento de las prácticas de las comunidades monásticas. En este contexto, el trabajo se centra en el monasterio de Alcobaça y en la construcción de la memoria litúrgica del rey D. Pedro I, articulando ritual, espacio monástico y materialidad funeraria.

A partir del análisis del testamento del monarca, del *Regimento dos Sacristães-Mores* y de diversos códices litúrgicos producidos y utilizados en Alcobaça, se evidencia la existencia de un complejo dispositivo ritual asociado a la conmemoración anual del rey, configurando una auténtica escenificación litúrgica de su presencia. Aunque la memoria de D. Pedro aparece escasamente documentada en los códices medievales conservados, varios testimonios posteriores, en particular manuscritos del siglo XVIII, preservan una colecta específica para su aniversario y testimonian la persistencia de una tradición memorial asociada a la “revivificación” del monarca para confesión. El análisis de estos testimonios permite reconocer procesos de continuidad, adaptación y reformulación de la memoria regia en el contexto cisterciense, evidenciando cómo la liturgia se configura como un espacio dinámico de construcción memorial en el que convergen tradición, poder, normativa y circunstancia histórica.

Palabras clave: Liturgia medieval; Císter; Alcobaça; memoria regia; libros litúrgicos.

ABSTRACT

This article reflects on the relevance of medieval liturgy as a field of research, highlighting its heuristic potential through the study of liturgical books, understood as privileged sources for the knowledge of monastic practices. Within this framework, the study focuses on the monastery of Alcobaça and on the construction of the liturgical memory of King Pedro I, bringing together ritual, monastic space, and funerary materiality.

Drawing upon the analysis of the king's testament, the *Regimento dos Sacristães-Mores*, and a range of liturgical codices produced and used at Alcobaça, the article demonstrates the existence of a complex ritual apparatus associated with the annual commemoration of the monarch, configuring a genuine liturgical staging of his presence. Although the memory of Pedro I is only sparsely documented in the surviving medieval codices, several later witnesses, particularly eighteenth-century manuscripts, preserve a specific collect for his anniversary and attest to the persistence of a memorial tradition associated with the king's “revivification” for confession. The analysis of these witnesses makes it possible to identify processes of continuity, adaptation, and reformulation of royal memory within the Cistercian context, demonstrating how liturgy functioned as a dynamic space for the construction of memory, in which tradition, power, normative practice, and historical circumstance converged.

KEYWORDS: medieval liturgy; Cister; Alcobaça; royal memory; liturgical books.



La liturgia medieval como campo de investigación

En el contexto social y político contemporáneo, marcado por la mercantilización del saber y por una creciente simplificación del conocimiento, frecuentemente adquirido de forma fragmentaria y superficial, resulta necesario rechazar la idea de que la relevancia de un campo de estudio dependa de su rentabilidad inmediata¹. Entre estos campos destaca la liturgia medieval, considerada durante largo tiempo – o al menos hasta fechas relativamente recientes – un ámbito altamente especializado, árido, y de difícil acceso, asociado a una aproximación “painstakingly detailed, extremely technical, highly esoteric”².

Sin embargo, en las últimas décadas la liturgia medieval se ha consolidado como un campo de investigación dinámico y profundamente interdisciplinar, cuyo notable desarrollo ha propiciado una amplia diversidad de enfoques, métodos y resultados³. Este renovado interés ha atraído a especialistas procedentes de disciplinas como la historia, la musicología, la codicología o la historia del arte, favoreciendo una significativa transformación metodológica de los estudios litúrgicos. Resulta paradigmática, en este sentido, la labor de Eric Palazzo, uno de los historiadores más influyentes en este ámbito, cuya extensa producción científica ha contribuido decisivamente a redefinir el estudio de la liturgia medieval al entenderla no solo como un conjunto de textos y ceremonias, sino también como una práctica cultural, simbólica y sensorial⁴.

¹ En este sentido, véase el interesantísimo ensayo de ORDINE, Nuccio – *A utilidade do inútil*. Lisboa: Gradiva, 2013.

² RICHARDS, Jeffrey – *Consul of God: The Life and Times of Gregory the Great*, citado por GITTOS, Helen; HAMILTON, Sarah – *Understanding medieval liturgy: Essays in interpretation*. London: Routledge, 2016, p. 14.

³ GITTOS, Helen; HAMILTON, Sarah (eds.) – *Understanding medieval liturgy: Essays in interpretation*; BERGER, Teresa; SPINKS, Bryan D. (eds.) – *Liturgy's imagined pasts: Methodologies and materials in the writing of liturgical history today*. Collegeville: Liturgical Press, 2016. Cabe destacar asimismo RUBIN, Miri – “Revisiting *Corpus Christi*: Where we are and how we got here”. In FONTES, João Luís; MARTINS, Diana; BARREIRA, Catarina Fernandes; FARELO, Mário (eds.) – *An embodied religion: Materialities and devotion in medieval Europe*. Bern: Peter Lang, 2024, pp. 81–90, incorporado en un volumen colectivo que reúne relevantes contribuciones para el estudio de las prácticas devocionales y de la materialidad religiosa en la Edad Media.

⁴ PALAZZO, Eric – *A history of liturgical books from the beginning to the thirteenth century*. Collegeville: Liturgical Press, 1998; PALAZZO, Eric – *Liturgie et société au Moyen Âge*. Paris: Aubier, 2000; PALAZZO, Eric – *L'invention chrétienne des cinq sens dans la liturgie et l'art au Moyen Âge*. Paris: Cerf,

En el ámbito hispánico, esta renovación metodológica ha experimentado un impulso pionero y particularmente fecundo gracias a los trabajos de Eduardo Carrero Santamaría, especialmente en lo relativo al estudio de las relaciones entre liturgia, topografía sacra, arquitectura y usos rituales del espacio medieval⁵. En esta misma línea, las investigaciones de Ana Suárez González han desempeñado un papel fundamental en la renovación metodológica de los estudios sobre los libros y las bibliotecas litúrgicas medievales, tanto cistercienses como de otros ámbitos monásticos y eclesiásticos, contribuyendo decisivamente a una comprensión más integrada de la producción, circulación, uso y conservación de los códices litúrgicos en su contexto institucional y ritual⁶. Más recientemente, las investigaciones de Mercedes Pérez Vidal han contribuido asimismo a ampliar estas perspectivas, en particular en lo que respecta a la circulación ritual, la configuración del espacio litúrgico, la cultura monástica femenina y las dinámicas de reforma en el ámbito ibérico⁷.

2014; PALAZZO, Eric – *Peindre, c'est prier. Les images médiévales*. Paris: Cerf, 2017; PALAZZO, Eric – *L'énergie de la liturgie. Art et sacrement au Moyen Âge*. Paris: Cerf, 2020. Véase también el excelente artículo de síntesis del mismo autor: PALAZZO, Eric – “Art and Liturgy in the Middle Ages: Survey of Research (1980-2003) and Some Reflections on Method”. *Journal of English and Germanic Philology* 105-1 *The State of Medieval Studies* (2019), pp. 170-184.

⁵ Véanse, entre otros, CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo (coord.) – *Arquitectura y liturgia. El contexto artístico de las consuetas catedralicias en la Corona de Aragón*. Palma de Mallorca: Lleonard Muntaner Editor, 2014; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo. (coord.) – *Aragonia Cisterciensis. Espacio, arquitectura, música y función en los monasterios de Císter en la Corona de Aragón*. Gijón: Trea, 2020; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo. – “The Historical Architecture of Cistercians Today: Limits and Possibilities of Study”. In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (eds.) – *Cistercian Horizons. Collected Essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 73-92; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo. – “Una simplicidad arquitectónica por encima de los estilos. La iglesia del monasterio cisterciense entre espacios y funciones”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobça: Jorlis, 2013, t. II, pp. 117-138.

⁶ Para el desarrollo de estas perspectivas metodológicas, resultan fundamentales los trabajos SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – *Los libros de coro de Valdediós. I. Historia*. Valdediós-Oviedo: Colección Armarium Cisterciense, 2001; SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana. – *Los libros de coro de Valdediós. II. Catálogo*. Valdediós-Oviedo: Colección Armarium Cisterciense, 2001; SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana. – *Fragmentos de libros. Bibliotecas de fragmentos*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos «Florián de Ocampo», 2003; SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana. – “El libro en los claustros cistercienses (una aproximación c. 1140-1240)”. In RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, Juan Ignacio (dir.) – *El monacato en los reinos de León y Castilla (siglos VII-XIII)*. León, 2007, pp. 263-325; SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana. – “Un calendario litúrgico del monasterio cisterciense de Santo Domingo de Silos «El Antiguo» (Toledo) (Madrid, BN, ms. 17820, ff. 1-4)”. *Cistercium* 256 (2011), pp. 151-173; SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana. – “Notas «de viaje» sobre un libro viajero (Arouca, Museu de Arte Sacra, Livro L-Ms. 19)”. *Rudesindus. Miscelânea de Arte y Cultura* 8 (2012), pp. 87-114.

⁷ Para el ámbito hispánico, y particularmente para las relaciones entre liturgia, espacio, circulación ritual, género y cultura monástica, véanse PÉREZ VIDAL, Mercedes – “Circulation of Books and Reform Ideas between Female Monasteries in Medieval Castile: From Twelfth Century Cistercians to

El estudio de la liturgia medieval y, en particular, de sus principales vehículos de transmisión – los libros en los que se codifica y transmite – constituye una vía fundamental para comprender las comunidades monásticas de la Edad Media (y moderna), no solo en su dimensión religiosa, sino también en sus implicaciones culturales, políticas y simbólicas. La riqueza y diversidad de la información que contienen convierten estas fuentes en testimonios históricos de extraordinaria relevancia. En este sentido, los códices litúrgicos ofrecen un campo de análisis especialmente fecundo, en la medida en que los ritos en ellos consignados proporcionan un acceso privilegiado a las prácticas performativas, los sistemas de representación y las estructuras institucionales y sociales de las comunidades que los produjeron y utilizaron⁸.

Como cabría esperar, estas fuentes plantean dificultades similares a las de otros tipos documentales, pues requieren la familiarización con las convenciones y códigos propios del género⁹. A ello se añade su carácter frecuentemente compuesto

the Observant Reform”. In HOTCHIN, Julie; THIBAUT, Joëlle (eds.) – *Women and Monastic Reform in the Medieval West, c. 1000–1500. Debating Identities, Creating Communities*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2023, pp. 154–179; PÉREZ VIDAL, Mercedes – “Conexiones fluidas e identidades ambiguas. Nuevas perspectivas para el estudio de las mujeres religiosas en el mundo ibérico bajomedieval”. *Archivo Dominicano* 45 (2021), pp. 47–66; PÉREZ VIDAL, Mercedes – “El espacio litúrgico en los monasterios de dominicas en Castilla (siglos XIII–XVI)”. In RODILLA LEÓN, Francisco; FENLON, Iain; ESTEVE, Elizabet; TORRES LOBO, Noelia (eds.) – *Sonido y espacio: antiguas experiencias musicales ibéricas / Sound and Space: Early Iberian Musical Experience*. Madrid: Alpuerto, 2020, pp. 75–115; PÉREZ VIDAL, Mercedes – “La liturgia en la encrucijada de la reforma religiosa en los monasterios femeninos castellanos”. *Archivo Ibero-Americano* 83:296 (2023), pp. 127–167; PÉREZ VIDAL, Mercedes – “Legislation, Architecture and Liturgy in the Dominican Nunneries in Castile during the Late Middle Ages. A World of *Diversitas* and Peculiarities”. In LINDE, C. (ed) – *Making and Breaking the Rules. Discussion, Implementation and Consequences of Dominican Legislation*. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 225–252.

⁸ BARREIRA, Catarina Fernandes; FARELO, Mário – “Relatos prodigiosos nos códices do Mosteiro de Alcobaça”. In ORRIOLS, Anna; CERDÀ, Jordi; DURAN-PORTA, Joan (eds.) – *Imago & mirabilia. Les formes del prodigi a la Mediterrània medieval / The ways of wonder in the medieval Mediterranean / Las formas del prodigio en el Mediterráneo medieval*. Bellaterra: Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2020, pp. 193–201; BARREIRA, Catarina Fernandes – “«Este livro he da sancristia d’Alcobaça...» Notas de pertença e circulação de livros em ambiente monástico”. In POLÓNIA, Amélia; MANGAS, Francisco (coords.) – *Mobilidades: Olhares transdisciplinares sobre um conceito global*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pp. 441–462.

⁹ Sobre la relevancia de la materialidad de los códices – estructura codicológica, soporte, signos de uso e intervenciones posteriores como elementos interpretativos fundamentales para el estudio de las prácticas efectivas de utilización, y no únicamente de su contenido prescriptivo –, véanse, entre otros, los resultados de los proyectos coordinados por la autora en calidad de Investigadora Principal: *Livros, rituais e espaço num mosteiro cisterciense feminino. Viver, ler e rezar em Lorvão nos séculos XIII a XVI* (PTDC/ART-HIS/0739/2020, 2020–2025) e *CISTERHOR – Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção: Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo* (PTDC/ART-HIS/29522/2017, 2018–2022). Para una síntesis,

y estratificado, fruto de sucesivos procesos de actualización e intervención por parte de sus usuarios, lo que suscita complejas cuestiones relativas tanto a la cronología del “núcleo originario” como a las adiciones posteriores y al grado de coherencia interna de los testimonios. Asimismo, su estudio exige competencias técnicas específicas – desde la paleografía y la codicología hasta la interpretación de la notación musical –, así como una cuidadosa atención al contexto institucional y geográfico de la práctica litúrgica, que desaconseja lecturas uniformadoras incluso dentro de tradiciones aparentemente homogéneas, como la cisterciense.

De este modo, lejos de constituir únicamente un testimonio religioso o un mero instrumento ritual, el libro litúrgico se configura como un documento privilegiado para el conocimiento de las comunidades en las que fue producido, utilizado y transformado a lo largo del tiempo. Su estudio permite acceder no solo a las prácticas culturales, sino también a las mentalidades, dinámicas institucionales y formas de vida cotidiana de quienes lo copiaron, emplearon y anotaron. En este contexto se sitúa el presente estudio, cuyo objetivo es explorar estas potencialidades heurísticas a partir del análisis de un caso concreto.

Los sepulcros de D. Pedro e Inés: función y contexto litúrgico

Proponemos dar continuidad al estudio de la muerte en contexto cisterciense¹⁰, tanto desde la perspectiva de los rituales como, especialmente, de la memoria, tomando nuevamente como caso de análisis el monasterio de Alcobaça¹¹. En

veja-se BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Conceição; MIGUEL, Catarina – “Cistercian horizons or how liturgical books can be sources to understand a monastic context from the 12th to the 16th centuries”. *Cîteaux – Commentarii cistercienses* 72 (2021), pp. 315–321.

¹⁰ Sobre la muerte en contexto cisterciense, véase HALL, Jackie; KRATZKE, Christine (eds.) – *Sepulturae Cistercienses: Burial, memorial and patronage in medieval Cistercian monasteries / Sépulture, mémoire et patronage dans les monastères cisterciens au Moyen Âge / Grablegen, Memoria und Patronatswesen in mittelalterlichen Zisterzienserklöstern*. Forges-Chimay: Cîteaux: Commentarii Cistercienses, 2005 (*Cîteaux: Commentarii Cistercienses – Studia et Documenta*, vol. 14). Sobre la cuestión de la muerte en otro cenobio cisterciense (Lorvão) y su estudio a través de los códices litúrgicos, véase asimismo RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “A morte e a memória no Mosteiro de Lorvão”. *Medievalista* 37 (2025), pp. 265–299.

¹¹ Sobre Alcobaça como panteón regio, véase GOMES, Saul António – “Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII”. In *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Vol. 4. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1996, pp. 281–295; GOMES, Saul António. – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do rei D. Pedro”. In *Colóquio “Inês de Castro”*. *Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 47–78; GOMES, Saul António – “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”.

trabajos anteriores, hemos tratado de identificar a los individuos que eligieron este espacio monástico como lugar de inhumación¹². A través del análisis de los manuscritos litúrgicos producidos en el *scriptorium* de esta comunidad, hemos profundizado en el conocimiento de las prácticas vinculadas al momento de la muerte, en particular de las fórmulas y oraciones de las exequias, así como las conmemoraciones anuales de los difuntos¹³.

En este contexto, nos interesa particularmente comprender de qué manera una oración asociada a la conmemoración del aniversario de D. Pedro I se inserta en un marco memorial más amplio dentro del cenobio cisterciense, tal como lo testimonian dos códices del siglo XVIII. Aunque los códices dieciochescos no puedan considerarse testimonios directos de las prácticas medievales, su utilización en el presente estudio se fundamenta en la hipótesis de una cierta continuidad litúrgica y memorial, sometida, no obstante, a una verificación crítica mediante el cotejo con testimonios medievales conservados. Somos conscientes, sin embargo, de los límites inherentes a toda retroproyección de este tipo, especialmente en lo que respecta a las posibles reformulaciones rituales, textuales y codicológicas producidas a lo largo de la Edad Moderna.

In GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2007, pp. 19–56; GOMES, Saul António – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos Sacristães-Mores”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros cistercienses. História, arte, espiritualidade e património*. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 423–448.

¹² BARREIRA, Catarina Fernandes – “*Requiescant in pace*. Death and memory in the Monastery of Alcobaça based on its liturgical codices”. In FERNANDES, Carla Varela; BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís Inglês; BRANCO, Maria João; FARELO, Mário (eds.) – *Loci sepulcrales. Places of memory and burial in the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2023, pp. 483–515.

¹³ Para estas cuestiones, véase BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um ritual descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro através do estudo dos seus códices litúrgicos: Propostas de leituras no espaço e no tempo”. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça: Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC / IEM, 2022, pp. 234–265; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Cistercian liturgy and daily practice through the manuscripts of Alcobaça: Preliminary considerations from three sample rituals”. In PEREIRA, Diana; LOPES, Inês Afonso; SÁNCHEZ, Rosa Maria (coords.) – *O gesto e a crença: percursos, transferências e intermedialidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM, 2021, pp. 67–77; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Investigating liturgical practise and ritualized circulation in the Monastery of Alcobaça: A preliminary view from the manuscripts”. *Cîteaux – Commentarii cistercienses* 70 (2019), pp. 301–326; RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and liturgy in an illuminated ritual from Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211–236.

Dichos manuscritos del siglo XVIII, estrechamente relacionados entre sí desde el punto de vista textual y litúrgico, transmiten una colecta destinada a la celebración del aniversario de la muerte del monarca, circunstancia que suscita diversas cuestiones, particularmente en lo que respecta a las prácticas litúrgicas vinculadas a su memoria en el espacio monástico que alberga su sepultura. La colecta, oración breve propia de la liturgia latina empleada tanto en el oficio como en la misa, adquiere en este contexto una relevancia singular en cuanto formulación ritual capaz de condensar, dentro de una estructura oracional específica, la intención conmemorativa asociada a la memoria del soberano¹⁴.

El análisis de esta colecta y de su contexto litúrgico permitirá no solo comprender los procesos de construcción ritual de la memoria del monarca sepultado en el Monasterio de Alcobaça, sino también observar los mecanismos de continuidad, reinterpretación y actualización de la tradición litúrgica medieval en el seno de las comunidades cistercienses. De este modo, el estudio de un testimonio tardío y aparentemente circunscrito se revela como un punto de partida privilegiado para abordar problemáticas de mayor alcance, en particular la articulación entre la *performance* litúrgica, la materialidad sepulcral, el espacio monástico, la memoria y el poder. Se trata de cuestiones que ya hemos tenido ocasión de examinar en otros contextos, especialmente en relación con las distintas tipologías procesionales¹⁵, y a las que se añade, en el presente estudio, la consideración de elementos de naturaleza hagiográfica.

El rey D. Pedro eligió el monasterio de Alcobaça como lugar de sepultura para sí y para Inés de Castro¹⁶. Esta elección aparece explicitada por el propio monarca quien,

¹⁴ Sobre los colectarios medievales de Alcobaça, véase BARREIRA, Catarina Fernandes – “No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça”. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, 2022, pp. 154-182.

¹⁵ Abordo tres tipologías: las procesiones vinculadas a las festividades del Temporal y del Santoral; las circulaciones ritualizadas asociadas a la enfermedad, al sacramento de la extremaunción y a la muerte (ritual de enterramiento); y, finalmente, las procesiones relacionadas con las conmemoraciones de difuntos, tanto generales como aniversarias, en BARREIRA, Catarina Fernandes – “Investigating liturgical practise”.

¹⁶ El rey, casado con D. Constanza Manuel, enviudó en 1348. El propio monarca afirmó —aunque dicha declaración haya sido objeto de debate historiográfico— haber contraído matrimonio con Inés de Castro, con quien tuvo cuatro hijos entre 1349 y 1354; Inés sería ejecutada en 1355. Sobre el debate en torno a la existencia – o no – de dicho matrimonio, véase PIMENTA Cristina– *D. Pedro I*, p. 188 y siguientes.

en septiembre de 1358, durante el abadiato de D. Vicente Geraldês (1349–1369), afirma que Alcobaça

“he lugar de grande hospitalidade e deuaçom E outrossy como nos em el aJamos singullar afeiçom e especial deuaçom e como seia nosso proposito e entençom de nos mandar hi deitar e dona Jnes de castro nossa molher e nosso [sic] filhos ao tempo de nosso saymento deste mundo...”¹⁷

Es en este contexto donde Saul Gomes subraya que el monasterio “ocupa un lugar muy relevante en la trayectoria biográfica y política de D. Pedro”¹⁸. En este marco debe entenderse asimismo la decisión del monarca de preparar allí su lugar de sepultura, ordenando la ejecución – en una fecha que no puede determinarse con precisión, aunque necesariamente anterior o próxima a 1358, momento en que explicita dicha voluntad – de dos sepulcros pétreos que constituyen un conjunto excepcional dentro del panorama de la escultura funeraria portuguesa. Su singularidad radica tanto en la calidad plástica de los yacentes como en la riqueza, complejidad y erudición de los programas iconográficos que decoran las arcas sepulcrales, rasgos que les confieren un lugar destacado en el panorama artístico portugués medieval¹⁹. Según Carla Varela Fernandes

¹⁷ [“es lugar de gran hospitalidad y devoción. Y asimismo, por cuanto tenemos hacia él singular afección y especial devoción, y siendo nuestro propósito y voluntad mandar que allí seamos depositados nosotros, doña Inês de Castro, nuestra mujer, y nuestros hijos al tiempo de nuestra partida de este mundo...”] *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I, 1357–1367*. Ed. de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984, p. 126.

¹⁸ GOMES, Saul António – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do rei D. Pedro”, p. 49.

¹⁹ La bibliografía sobre esta cuestión es bastante amplia. Véase, entre otros FERNANDES, Carla Varela – *Poder e Representação. Iconologia da família real portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII a XIV*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005 (tesis doctoral), p. 185 e ss.; pp. 346–351; p. 678 e ss; FERNANDES, Carla Varela – “O Calvário no túmulo de D. Inês: um exemplo dos processos de modelo/cópia e originalidade nas iconografias dos monumentos funerários de Alcobaça”. In *Congresso Internacional “Pedro e Inês: o futuro do passado”* (Coimbra, 28–31 março 2012). Coimbra: Câmara Municipal, 2013, pp. 27–44; SILVA, José Custódio Vieira da – “Os túmulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro em Alcobaça”. In *Actas do Colóquio Internacional Espaços. Territórios e Paisagens*, vol. II. Lisboa: Ministério da Cultura / IPPAR, 2000, pp. 367–374; SILVA, José Custódio Vieira da – “Os túmulos de D. Pedro e de D. Inês, em Alcobaça”. *Portugalia* 18 (1997), pp. 269–276; SILVA, José Custódio Vieira da – *O panteão régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Scala Books / IPPAR, 2003; SILVA, José Custódio Vieira da – “Da Galilé à Capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa”. In SILVA, José Custódio Vieira da – *O fascínio do fim: viagens pelo final da Idade Média*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997, pp. 45–59. Mais recentemente, COELHO, Maria Helena da Cruz; REBELO, António Manuel Ribeiro – *D. Pedro e D. Inês: Diálogos entre o amor e a morte*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. Veja-se ainda NATIVIDADE, Manuel Vieira – *Ignez de Castro e Pedro o Cru perante a iconografia dos seus túmulos*. Lisboa: Typ. A Editora, 1910; SANTOS, Reinaldo dos – “A iconografia dos túmulos de Alcobaça”. *Lusitania* 1 (1924), pp. 83–90; VASCONCELOS, António de – *Inês de Castro: Estudos para uma série de lições no curso de História de Portugal*. 2.^a ed. Barcelos: Portucalense Editora, 1933; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “A roda da fortuna/roda da vida do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça”. *Revista da Faculdade de Letras. História* 8 (1991), pp. 255–263.

“los monjes de Alcobaça no solo acogieron la voluntad del rey, sino que intervinieron directamente en la elección de los programas iconográficos de ambos sepulcros, tal como hasta hace poco tiempo se sospechaba (lo que llevó a J. C. Vieira da Silva a interpretar la presencia de una figura representando a san Benito en una de las caras del sepulcro de D. Pedro como una contrapartida ofrecida por el rey a los cistercienses), y hoy está claramente demostrado (como mostró Luís U. Afonso, mediante la identificación de la fuente de inspiración de la Rueda de la Vida/Rueda de la Fortuna, esculpida en la cabecera del sepulcro del rey, en libros del antiguo *scriptorium* de Alcobaça). De manera voluntaria o involuntaria, los monjes de Alcobaça acabaron siendo una ayuda preciosa, gracias a sus conocimientos, en la concepción de formularios iconográficos que afirmasen la unión sacramental entre D. Pedro y D. Inés, “modelando” la imagen de esta última de forma muy favorable y contribuyendo a narrar la historia de sus amores y tragedias de una manera inédita y esclarecedora, para memoria futura.”²⁰

El cuerpo de Inés de Castro, inicialmente sepultado en Santa Clara de Coimbra, fue trasladado al monasterio de Alcobaça en 1360²¹, o en fecha posterior, en una ceremonia evocada por el cronista Fernão Lopes²². Este sitúa el sepulcro en el interior de la iglesia, en el lado derecho, próximo a la capilla mayor (espacio en el que, más tarde, sería también depositado el propio rey junto a ella). El sermón de las exequias estuvo a cargo del arzobispo de Braga, D. João de Cardaillac²³.

²⁰ FERNANDES, Carla Varela – *Poder e Representação*, p. 350.

²¹ Para estas fechas, véase BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862–1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, tomo II, p. 1748 e ss.

²² “E sendo nembrado de honrrar seus ossos, [...] mandou fazer hüum muimento d’alva pedra, todo mui sotillmente obrado [...]; e este muimento mandou poer no mosteiro d’Alcobaça, nom aa entrada hu jazem os reis, mas dentro na egreja ha mão direita, acerca da capella-moor [...]. Semelhavelmente mandou el-rei fazer outro tal muimento e tam bem obrado pera ssi, e feze-o poer acerca do seu della, pera quando sse aqueecesse de morrer o deitarem em elle. [...] E morreo el-rei dom Pedro [...] e mandou-sse levar aaquel mosteiro que dissemos e lançar em seu muimento, que está junto com o de dona Ines.” [“Y, acordándose de honrar sus huesos, [...] mandó hacer un sepulcro de piedra blanca, todo él muy sutilmente labrado [...]; y este sepulcro mandó colocar en el monasterio de Alcobaça, no a la entrada donde yacen los reyes, sino dentro de la iglesia, a mano derecha, junto a la capilla mayor [...]. Del mismo modo mandó el rey hacer otro sepulcro semejante y tan bien labrado para sí mismo, y dispuso que fuese colocado junto al de ella, para que, cuando aconteciese su muerte, lo depositasen en él. [...] Y murió el rey D. Pedro [...] y mandaron llevarlo a aquel monasterio que hemos dicho y ponerlo en su sepulcro, que está junto al de doña Inés.”] LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. Ed. Giuliano Macchi. 2.^a ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, cap. XLIV, pp. 195–198.

²³ COELHO, Maria Helena da Cruz; REBELO, António Manuel Ribeiro – *D. Pedro e D. Inés: Diálogos entre o amor e a morte*.

En torno a este mismo período, el monarca declaró haber contraído matrimonio con Inés siete años antes, circunstancia igualmente recogida en la *Crónica de D. Pedro I*, y que la historiografía ha calificado como un episodio “tan interesante como polémico”, en la medida en que el rey había previamente elevado al papado una solicitud en este sentido, finalmente rechazada²⁴.

El 18 de enero de 1367 falleció el rey. En su testamento, redactado el día anterior, dispone que:

“E mandamos deitar o nosso corpo dentro da Igreja do Mosteiro de Alcobaça no Logo hu temos a nossa sepultura. E mandamos a esse Mosteiro com nosso corpo quinhentas libras e mandamos que tenham hi seis Capellães, que cantem em esso Mosteiro per nos, e nos digam hi em cada hum dia huma missa officiada, e sayam sobre nos com Cruz, e agoa benta; e isto seja pera sempre...”²⁵.

Determina asimismo que, para sufragar los gastos vinculados a los seis capellanes, a su sepultura, a las celebraciones mensuales y anuales, a los clérigos y frailes, así como a las limosnas destinadas a los pobres –“e pera todo o al, que cumpre” –, sus testamentarios entregasen al monasterio “aquella quantia que elles virem que cumpre per que se esto aja de fazer, e per que se elles ajam por contentes em tanto”²⁶.

Concluidas las ceremonias de inhumación del féretro real en el sepulcro, cabe preguntarse de qué modo se articuló la conmemoración litúrgica de la memoria del monarca. Si, por una parte, este era recordado cotidianamente mediante una misa y un *saimento* con cruz y agua bendita, por otra, la celebración de su aniversario asumía una especial relevancia, tal como documenta el *Regimento dos Sacristães-Mores* (BNP, Alc. 64, código hoy desaparecido, aunque conocido a través de los extractos publicados por Saul Gomes), donde se fijan orientaciones precisas para

“[Man]daras lançar a steiras em cima do graao do altar moor e os tapetes, e deceras o ataúde de cima del Rey dom Pedro, e poer lo has em cima dos

²⁴ Conforme GOMES, Saul António – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do rei D. Pedro”; PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*, pp. 185–190.

²⁵ MOTA, António Brochado da – *Testamentos régios – Primeira dinastia: 1109–1383*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. Tesis de master, pp. 117 e 213.

²⁶ MOTA, António Brochado de – *Testamentos régios – Primeira dinastia*, p. 117; GOMES, Saul António – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do rei D. Pedro”, p. 61.

tapetes, e cubri lo has com o pano do ouro grande. E poeras dous bancos cubertos de boos panos, huum dhuã parte, e o outro da outra, e em cima delles poeras quatro castiçaes com quatro cirios acesos, e arderam do começo da missa ataa fin. Daras a cruz mais grande, e a vestimenta dos falo[e]s. E dom abbade se hi for, dira a missa festivalmente, e tangeram o sino mais garnde aa missa, e daras a vistimenta ao que ouver de encensar. E em toda acima da missa stara o convento ordenado aso o graao, e diram huum responso e huã collecta. E est he o Regimento deste aniversário”²⁷.

Estas prescripciones ponen de manifiesto la configuración de un auténtico dispositivo ritual en torno a la memoria regia, en el que convergen elementos visuales, sonoros y olfativos destinados a la escenificación litúrgica. Entre ellos destacan la preparación del espacio junto al altar mayor mediante tapices y paños, la disposición de un ataúd —cuya naturaleza precisa aún requiere clarificación— cubierto con un paño de oro, la iluminación permanente con cuatro cirios, el empleo de objetos litúrgicos de la máxima solemnidad, como la cruz mayor, así como el uso del incienso. A ello se suma, como era de esperar, la participación ordenada de la comunidad, dispuesta jerárquicamente junto al graderío del altar y, siempre que era posible, presidida por el abad, lo que refuerza el carácter solemne y la dimensión jerárquica de la celebración. La centralidad del altar mayor como espacio de realización del ritual intensifica la asociación simbólica entre la memoria regia y el núcleo eucarístico de la liturgia, mientras que la disposición simétrica de los elementos materiales – ataúd, paños y cirios – revela una cuidada construcción escenográfica, deliberadamente estructurada y dotada de una fuerte coherencia ceremonial.

A la luz de las prescripciones del *Regimento dos Sacristães-Mores*, esta interpretación sugiere que, lejos de implicar cualquier intervención sobre el sepulcro del monarca,

²⁷ “[Mandarás] extender esteras sobre el graderío del altar mayor y los tapices, y bajarás el ataúd de encima del rey D. Pedro, y lo colocarás sobre los tapices, y lo cubrirás con el gran paño de oro. Y pondrás dos bancos cubiertos con buenos paños, uno de una parte y otro de la otra, y sobre ellos colocarás cuatro candeleros con cuatro cirios encendidos, que arderán desde el comienzo de la misa hasta el final. Darás la cruz mayor y las vestiduras de los diáconos. Y, si el abad estuviese presente, dirá la misa solemnemente, y tocarán la campana mayor durante la misa, y darás la vestimenta a quien hubiere de incensar. Y durante toda la misa permanecerá el convento ordenado junto al graderío, y dirán un responso y una colecta. Y este es el reglamento de dicho aniversario.”] GOMES, Saul António – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do rei D. Pedro”; PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*, p. 64; GOMES, Saul António – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça”, p. 442.

- de carácter fijo y monumental –, el conjunto de prácticas descritas apunta más bien a la configuración de una estructura simbólica y performativa destinada a reescenificar la presencia del rey (mediante la utilización de un ataúd) en el espacio litúrgico, sin que ello suponga una acción directa sobre el arca sepulcral. Su localización en el brazo sur del transepto, junto al arca de Inés, alejada del altar mayor y de difícil desplazamiento, parece, de hecho, reforzar la improbabilidad de dicha hipótesis.

En cualquier caso, la conmemoración anual se presenta como un momento de intensificación ritual de la memoria regia, en el que esta es simultáneamente visualizada, sonorizada – a través del toque de campanas – y verbalizada, en particular mediante el responso y la colecta (que se abordarán con mayor detenimiento más adelante, a partir de códices más tardíos, del siglo XVIII, dado que no se ha conservado para este período testimonio alguno de la misma). De este modo, el aniversario, junto con el propio sepulcro, queda integrado en una auténtica “escenografía litúrgica”, que convierte la celebración en un verdadero “teatro ritual” de la memoria monárquica.

Esta escenificación litúrgica, asociada a un dispositivo ritual específico, se inscribe, no obstante, en un espacio profundamente configurado por la presencia de los sepulcros regios. La centralidad litúrgica y simbólica atribuida a la conmemoración del monarca suscita, en este sentido, cuestiones relativas a su articulación con el sepulcro de Inés de Castro – su contraparte –, atendiendo tanto a la disposición espacial de ambos en el brazo sur del transepto²⁸, como a la organización del espacio litúrgico y a los itinerarios procesionales en el interior de la iglesia²⁹. En efecto, la ubicación de las arcas sepulcrales en el transepto del lado derecho pudo haber

²⁸ Conforme FERNANDES, Carla Varela– *Poder e Representação*, p. 349. Véase asimismo la descripción de fray Jerónimo Román, de finales del siglo XVI, publicada por CORREIA, Vergílio – *Alcobaça: III. Uma descrição quinhentista do mosteiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929, pp. 19–20.

²⁹ Sobre la articulación entre espacio, circulación procesional y práctica litúrgica, véanse CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La procesión, memoria litúrgica del Medievo en la pintura de la Edad Moderna”. *Quadrivium* 7 (2016), pp. 1–17; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Epigrafía y liturgia estacional entre el locutorio y el pasaje a la enfermería de la abadía de Santa María la Real de las Huelgas, en Burgos”. *Territorio, Sociedad y Poder* 9 (2014), pp. 117–132; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “The Creation and Use of Space in the Abbey of Santa María la Real de Las Huelgas, Burgos: Architecture, Liturgy, and Paraliturgic in a Female Cistercian Monastery”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 6:2 (2014), pp. 219–247; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Arquitectura y espacio funerario entre los siglos XII y XVI: la catedral de Zamora”. *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo* 15 (1998), pp. 201–251.

condicionado los flujos procesionales asociados a los ritos funerarios, en particular en lo relativo al acceso al cementerio del monasterio, cuya comunicación con el interior del cenobio se realizaba a través de la puerta abierta en el mismo transepto³⁰.

La normativa monástica cisterciense ofrece, en este sentido, indicaciones de especial relevancia³¹. Asimismo, el *Regimento dos Sacristães-Mores* establece prescripciones precisas relativas a la entrada de los difuntos en el monasterio y a su conducción hasta el cementerio, disponiendo que estos debían ser introducidos por una puerta específica y ser previamente sometidos al oficio de recomendación. En la misma línea, se señala que las monjas de Cós eran inhumadas en el cementerio de Alcobaça, conforme a procedimientos estrictamente regulados:

“Regla de como ham de receber os finados e per hu ham de entrar ao moesteiro. (...) E tambem as freiras de Quoz e os monjes e frades e familiares que se morrem fora do moesteiro e os trouverem dentro ao moesteiro per a dicta porta ao cimitero os ham de meter, fazendo lhes primeiramente o officio de encomendamento aa dicta porta, porque nemhuum finado nom devem meter dentro, menos que nom seia encomendado. E os que meterem per a porta dos Rex assy lhes facam o officio fora ante que os ponham dentro na eglesia”³².

³⁰ Las intervenciones realizadas en este espacio exterior en 1760, entre 1940 y 1950 y entre 2004 y 2005 documentaron restos óseos tanto masculinos como femeninos; véase asimismo FERREIRA, Maria Augusta P. Trindade; FIGUEIREDO, António J. Ferreira; CARVALHO, Emanuel – “O(s) colégio(s) de Nossa Senhora da Conceição de Alcobaça: um olhar”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros cistercienses. História, arte, espiritualidade*, Vol. II, pp. 141–153, esp. p. 143.

³¹ CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) – *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XIII^e siècle. Texte latin selon les manuscrits édités de Trente 1711, Ljubljana 31 et Dijon 114. Version française, annexe liturgique, notes, index et tables*. Reiningue: Abbaye d’Oelenberg / Éditions «La documentation cistercienne», 1989; FLORES, Antonio Garcia – “Espacios funerarios en los monasterios cistercienses de los reinos de Castilla y de León (siglos XII al XV)”. In HALL, Jackie; KRATZKE, Christine (eds.) – *Sepulturae Cistercienses. Burial, Memorial and Patronage in Medieval Cistercian Monasteries, Cîteaux – Commentarii cistercienses* 56 (2005), pp. 199–229; KINDER, Terry N. – *Cistercian Europe: Architecture of contemplation*. Kalamazoo: Cistercian Publications, 2002.

³² [“Regla de cómo han de recibir a los difuntos y por dónde han de entrar en el monasterio. (...) Y asimismo a las monjas de Cós, y a los monjes, frailes y familiares que muriesen fuera del monasterio y los trajesen al interior del monasterio, deberán introducirlos en el cementerio por la dicha puerta, haciéndoles primeramente el oficio de recomendación en la referida puerta, porque ningún difunto debe ser introducido dentro sin haber sido previamente encomendado. Y a aquellos que introdujeren por la puerta de los Reyes, de igual modo les hagan el oficio fuera antes de ponerlos dentro de la iglesia.”] Conforme lo *Regimento dos Sacristães-Mores*, fl. 2 (publicado por GOMES, Saul António – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça...”). Véase asimismo RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: As origens da comunidade e a sua organização no período medieval”. *Lusitania Sacra* 41 (2020), pp. 181–208, esp. p. 199.

La coexistencia de estos recorridos procesionales, definidos por la normativa cisterciense, y la presencia monumental de los sepulcros regios en el transepto sugieren la necesidad de una articulación compleja entre distintos usos del espacio, que pudo haber implicado ajustes en la circulación litúrgica. En efecto, la dimensión y la implantación del conjunto de arcos sepulcrales, que ocupaban una superficie significativa en el brazo del transepto, pudieron dificultar el tránsito procesional, habitualmente organizado en parejas, especialmente en el acceso al cementerio monástico. Esta situación se haría particularmente evidente en contextos de mayor densidad ritual, como aquellos en los que la conmemoración del aniversario del monarca coincidía con otras ceremonias funerarias, en particular con las procesiones vinculadas a las exequias de miembros de la comunidad.

Paralelamente, conviene considerar las prácticas vinculadas a la conservación y al encuadramiento visual de estos sepulcros. Una recomendación del visitador D. fray Pedro Serrano, en 1484, establece que “las sepulturas de los reyes sean cubiertas con paños decentes”³³, sin precisar, no obstante, los monarcas a los que se aplicaba dicha disposición, lo que permite suponer que esta se extendía al conjunto de sepulturas regias entonces presentes en Alcobaça (D. Afonso II, D. Afonso III y D. Pedro). Esta prescripción sugiere el uso de coberturas textiles – eventualmente paños de luto o terciopelos negros – y remite a una dimensión simultáneamente ritual y simbólica, en la que confluyen preocupaciones de conservación material y de adecuación del ornato a la dignidad regia. Esta práctica se articula, a su vez, con lo dispuesto en el *Regimento dos Sacristães-Mores*, donde, con ocasión de la celebración del aniversario de D. Pedro, se prescribe el uso de un paño de oro para cubrir el sepulcro, lo que introduce un grado adicional de solemnidad. Tal distinción parece corresponder a diferentes niveles de activación ritual: por un lado, una cobertura ordinaria, asociada al decoro y al mantenimiento; por otro, una cobertura excepcional, reservada a momentos de intensificación litúrgica, como las conmemoraciones anuales.

³³GOMES, Saul António – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça”, p. 159.

La construcción litúrgica de la memoria regia en Alcobaça

Junto a la materialidad funeraria y a las prácticas rituales asociadas al rey D. Pedro, resulta pertinente considerar ahora los mecanismos de construcción, inscripción y preservación de la memoria regia, tal como se reflejan en diversos códices litúrgicos de distinta naturaleza. Estos manuscritos ya no actúan únicamente como instrumentos normativos de regulación ceremonial – como ocurría con el *Regimento* –, sino también como soportes destinados a la fijación, transmisión y actualización de la memoria del monarca en el marco de la vida litúrgica del cenobio.

En Alcobaça, dicha memoria se encuentra consignada en un reducido conjunto de códices conservados, entre los cuales destacan un Breviario de mediados del siglo XIV (BNP, Alc. 66) y un Ordinario del Oficio Divino de 1475 (BNP, Alc. 62), ambos objetos de estudios anteriores³⁴.

El primer manuscrito incorpora, en su sección final, una adición posterior consistente en un *Chronicon* en el que se registran noticias relativas a los monarcas portugueses —incluidas fechas y lugares de sepultura— desde Afonso Henriques hasta Afonso IV, concluyendo con la referencia a la muerte de Inés de Castro: “*Era M.ccc.lxxx.iii.a die .vi. Januarii occidit rex alfonsus domnam agnetem colimbrie*”³⁵. La formulación empleada, particularmente el uso del verbo *occidit*, con el rey como sujeto, parece atribuir de manera directa a D. Afonso IV la responsabilidad por la muerte de Inés, constituyendo así un testimonio breve, aunque particularmente significativo, de la construcción memorial de este episodio en el ámbito de Alcobaça. Por su parte, el *Ordinario del Oficio Divino* conserva, en sus folios iniciales, una lista de los reyes de Portugal acompañada de la indicación de sus respectivos lugares de

³⁴ BARREIRA – “Investigating liturgical practise and ritualized circulation in the Monastery of Alcobaça”; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Approaches to a fourteenth-century breviary from the Cistercian abbey of Alcobaça (MS Alc. 66)”. *Cîteaux – Commentarii cistercienses* 68 (2017), pp. 249–276.

³⁵ [“En la era de 1383, a seis días de enero, el rey Alfonso mató a doña Inés en Coimbra.”] SANTOS, Fr. Manoel dos – *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*. Leitura, introdução e notas por Aires Augusto do Nascimento. Alcobaça: Alcobaciana, 1979; e HERCULANO, Alexandre (ed.) – *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum....* Olisipone: Typis Academicis, 1856, vol. I, fasc. 1, p. 21. Véase también: GOMES, Saul António – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do Processo dos Templários”. In CARREIRAS, José Albuquerque; VAIRO, Giulia Rossi (orgs.) – *I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo. Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo. Os anos da transição*. Tomar: Laboratório de Tecnologias e Artes Gráfica-I.P., 2012, pp. 159–170.

sepultura, configurando una auténtica topografía memorial de la monarquía portuguesa.

En lo que respecta a los calendarios litúrgicos, aunque los códices anteriormente mencionados incorporan este tipo de repertorios, ninguno de ellos registra el óbito del rey, circunstancia que tampoco se verifica en otros testimonios conocidos. Lo mismo puede observarse, por lo demás, en relación con otros monarcas sepultados en Alcobaça, como D. Afonso II y D. Afonso III. En este contexto de relativa escasez de referencias explícitas a la conmemoración regia en los libros litúrgicos medievales adquiere especial relevancia un testimonio más tardío: un Ceremonial, en papel, datado en 1716 (BNP, Alc. 105), en el que se conserva una colecta destinada a la celebración del aniversario de D. Pedro. La misma colecta se transmite igualmente en otro códice, el *Manuale Cisterciense ad aliquas chori et Ecclesiae functiones secundum ritus Regalis Congregationis Alcobacensis* (BNP, Alc. 107), también en papel, aunque carente de datación precisa. A pesar de presentar un contenido parcialmente divergente, este manuscrito comparte con el *Ceremonial* varios *ordines*, lo que evidencia la existencia de un fondo litúrgico común en el ámbito de la Congregación de Alcobaça.

El códice BNP, Alc. 105 presenta el siguiente sumario:

COLLECTARIVM

Sacri Ordinis Cisterciensis,

In quo sequentia continentur.

Ordo Ad communicandum, et ad inungendum infirmum, atque mortuum sepiendum.

Accesserunt etiam Processiones in Anniversariis defunctorum, ac Stationes in feriis secundis ferialibus: postremumque Absolutio plenaria indulgentia in articulo mortis, et Ordo sepiendi familiares Ordinis nostri.

Secundum morem Archimonasterii S. tae Mariae de Alcobatia, 1716³⁶.

³⁶ COLECTARIO de la Sagrada Orden del Císter, en el cual se contienen las siguientes materias: Orden para administrar la comunión y ungir al enfermo, así como para sepultar a los difuntos. Se añadieron asimismo las procesiones para los aniversarios de los difuntos y las estaciones de las ferias segundas feriales; y, finalmente, la absolución plenaria con indulgencia en artículo de muerte, así como el orden para sepultar a los familiares de nuestra Orden. Según la costumbre del Archimonasterio de Santa María de Alcobaça, 1716.

Como puede comprobarse, este códice reúne diversos *ordines* relativos a la asistencia a los enfermos, a la sepultura de los difuntos y a las procesiones vinculadas a los aniversarios funerarios, rituales que ya hemos tenido ocasión de analizar con cierto detalle y que se encuentran igualmente atestiguados en el manuscrito Alc. 107. Aunque el códice de 1716 lleva en su portada el título de *Collectarium* (como indica su portada), la Biblioteca Nacional de Portugal lo cataloga bajo la denominación de *Ceremonial*, clasificación que refleja adecuadamente la naturaleza litúrgica y compuesta del volumen, al integrar tanto rituales como colectas. *Cerimonial* será, por ello, el término que adoptaremos a lo largo del presente estudio.

La conmemoración de los difuntos en el ámbito cisterciense se inserta, desde época temprana, en un sistema litúrgico altamente estructurado, ya presente en los *Ecclesiastica Officia*, donde se articulan oraciones, procesiones y estaciones distribuidas por espacios específicos del monasterio, si bien esta organización espacial solo se documenta con claridad en los códices a partir del siglo XV³⁷. Estos sufragios, de carácter colectivo, comprendían distintas categorías de difuntos – abades, monjes y familiares de la Orden – y preveían tanto la recitación de colectas propias como su asociación a itinerarios procesionales definidos. El sistema incluía asimismo la conmemoración de los fundadores de las casas monásticas, entre ellos, en el caso de Alcobaça, D. Afonso Henriques.

En el caso de Alcobaça, la documentación bajomedieval pone de manifiesto la estrecha articulación existente entre el desarrollo de estas procesiones y la topografía monástica, mediante la disposición de estaciones en espacios particularmente significativos, como la Capilla de los Reyes, el coro, el claustro y el cementerio de los conversos. No obstante, las transformaciones acometidas a comienzos del siglo XVI – especialmente el desmantelamiento de la Capilla de los Reyes por D. Jorge de Melo³⁸ y el traslado de los sepulcros al transepto en 1519 –

³⁷ La asociación entre espacios específicos del monasterio y el desarrollo de las procesiones de aniversario se encuentra documentada, entre otros testimonios, en el *Ordinario del Oficio Divino* (BNP, Alc. 62, 1475) y en el *Ritual de Salzedas* (finales del siglo XV / comienzos del XVI), donde se explicitan las *stationes* y las respectivas colectas a lo largo del recorrido procesional. Sobre esta cuestión, véanse las notas 11 y 12.

³⁸ GOMES, Saul António – “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”. pp. 19–56, esp. p. 49.

debieron implicar una profunda reconfiguración tanto de los itinerarios procesionales como de las prácticas vinculadas a la memoria de los difuntos, tal como puede observarse en la tabla 1.

Tabla 1

	Mediados del siglo XV hasta 1510/1519	Siglo XVIII BNP, Alc. 105 e BNP, Alc. 107
<i>I statio</i>	Capilla de los Reyes	Presbiterio
<i>II statio</i>	<i>Ultra chorum</i>	<i>In corpore ecclesiae</i>
<i>III statio</i>	A la entrada de la Sala Capitular	Claustro de los Monges
<i>IV statio</i>	Cementerio de los Conversos	Claustro de los Conversos ³⁹

Es precisamente en este contexto de adaptación y reinterpretación donde deben situarse los testimonios del siglo XVIII, en particular los códices Alc. 105 y Alc. 107, que documentan nuevas configuraciones de las *stationes*⁴⁰ y la incorporación de figuras regias, como D. Pedro, al sistema conmemorativo de la comunidad monástica. En este marco adquiere pleno sentido la colecta conservada en dichos manuscritos, entendida como expresión de una memoria litúrgica a la vez heredada y reformulada. Las razones que pudieron motivar esta reconfiguración serán examinadas más adelante.

Así, tras la procesión correspondiente a los aniversarios solemnes, articulada en torno a las cuatro estaciones litúrgicas anteriormente mencionadas, se inicia la sección dedicada a las colectas: el 29 de enero, por los obispos y abades de la Orden (*Praesta, quaesumus*,

³⁹ Sobre el claustro de los conversos, las *Diffiniçoens da Ordem de Cistel e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaca* determinan que “los religiosos serán enterrados en las pandas claustrales del capítulo y de la colación, y los conversos en la de la portería” (*Diffiniçoens da Ordem de Cistel....* Lisboa: por António Alvares, 1593, fl. 36). SANTOS, fr. Manoel dos – *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaca*, p. 51, corrobora estas disposiciones al referir que “los monjes ordinarios tienen su enterramiento en la panda exterior del claustro de esta misma parte oriental; y en la otra panda correspondiente a esta por la parte de Occidente son enterrados los hermanos conversos, separados de nosotros en la vida y en la muerte”.

⁴⁰ La comparación entre los testimonios bajomedievales y modernos evidencia una reconfiguración del recorrido procesional. En los siglos XV y comienzos del XVI, las *stationes* se localizaban en la Capilla de los Reyes, *ultra chorum*, a la entrada de la Sala Capitular y en el cementerio de los conversos; en cambio, en los códices del siglo XVIII (BNP, Alc. 105 y Alc. 107), pasan a situarse en el presbiterio, en el cuerpo de la iglesia, en el claustro de los monjes y en el claustro de los conversos. Esta reorganización refleja, por un lado, la desaparición de la Capilla de los Reyes y, por otro, un desplazamiento del recorrido hacia espacios más directamente integrados en la dinámica litúrgica conventual.

Domine); el 20 de mayo, *in commemoratione personarum regularium ordinis nostri* (*Omnipotens sempiterna Deus*); el 18 de septiembre, con ocasión del trecenario solemne (*Deus veniae largitor*); el 2 de noviembre, por los fieles difuntos (*Fidelium Deus omnium*); el 20 de noviembre, *pro parentibus et fratribus nostris*, acompañado de la colecta (*Deus, cui proprium est*); y nuevamente el 2 de noviembre, *pro eis qui in cimiterio iacent*, con la colecta (*Deus, cuius miseratione*). A continuación, se dispone:

“In anniversario domini Petri regis, uxoris que eius.

Collecta. Praesta, domine, quaesumus, ut animae famuli tui domini Petri et uxoris eius, quondam regum nostrorum, quorum anniversarium depositionis diem commemoramus, indulgentiam pariter et requiem capiant sempiternam. Per Dominum nostrum.” (BNP, Alc. 105, folios 86v e 87)

[En el aniversario del señor rey Pedro y de su esposa. Oración (colecta). Concede, Señor, te rogamos, que las almas de tu siervo, el señor rey Pedro, y de su esposa, en otro tiempo nuestros reyes, cuyo aniversario de muerte celebramos, alcancen igualmente el perdón y el descanso eterno. Por Nuestro Señor (traducción nuestra)]

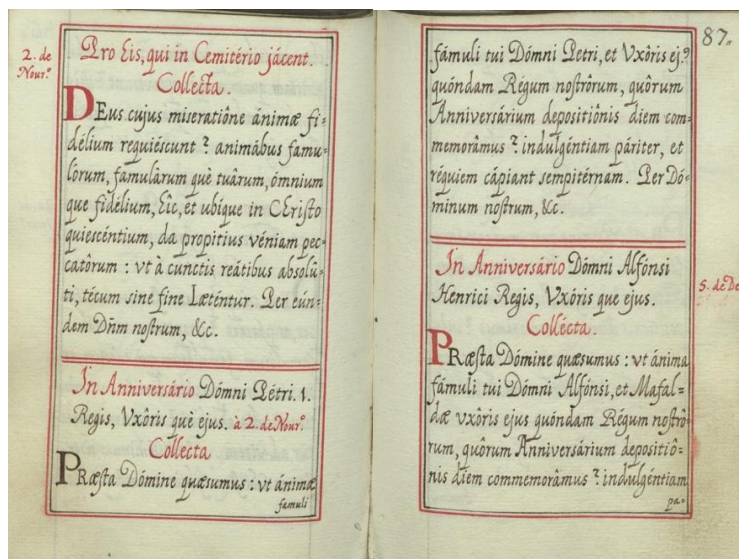


Fig. 1 BNP, Alc. 105, *Ceremonial cisterciense*, 1716, folios 86v e 87 (Fotografía BNP)

En ambos códices tardíos (BNP, Alc. 105 y Alc. 107) puede observarse una organización coincidente en lo relativo a las conmemoraciones regias. La secuencia se abre con la colecta destinada al aniversario de D. Pedro, de las correspondientes a D. Afonso

Henriques, fundador del monasterio —mencionándose en este caso explícitamente a su esposa (*uxoris*), Mafalda, cuya conmemoración aparece señalada al margen en la fecha del 5 de diciembre —, y al cardenal D. Henrique (31 de enero). La inclusión de este último podría explicarse tanto por su condición regia como por su estrecha vinculación a la comunidad monástica en calidad de abad comendatario.

Esta secuencia plantea, sin embargo, diversas cuestiones interpretativas. Por un lado, cabe interrogarse acerca de la lógica que preside la asociación de estas figuras: el rey fundador, D. Afonso Henriques, D. Pedro y el último rey de la segunda dinastía antes del dominio filipino, igualmente vinculado a Alcobaça. Por otro, resulta llamativo que, en el caso de D. Pedro, no se indique la fecha de su óbito (18 de enero), a diferencia de lo que ocurre con las restantes conmemoraciones.

A ello se suma el problema de su ausencia en la mayor parte de los testimonios litúrgicos anteriores, con la excepción del *Regimento dos Sacristães-Mores*. Surge así la cuestión de por qué el monarca no aparece consignado en los calendarios litúrgicos de colectarios, breviarios y ordinarios del Oficio Divino. Cabe considerar la posibilidad de que dicha omisión refleje determinados condicionamientos asociados a la construcción de la memoria regia, en particular la situación ambigua de su matrimonio con Inés de Castro, cuyo nombre, significativamente, no es mencionado en la colecta, a diferencia de lo que sucede con la esposa del rey fundador o incluso con la presencia, en el mismo espacio funerario, de otras figuras como Beatriz Dias, “criada” y amante del rey D. Pedro⁴¹.

Saul Gomes ha publicado muy recientemente un estudio en el que da a conocer un documento de mediados del siglo XVII, posiblemente atribuible a fray António Brandão (1584–1637), que conserva extractos procedentes de registros de un obituario medieval del monasterio de Alcobaça (Biblioteca Nacional de Portugal, Alc. 117, fls. 53 y siguientes). Entre los registros allí transcritos figura la siguiente referencia:

“Cartorio de Alcobaça. (...) Rex Petrus. – XIII kalendas februarii commemoratio Domni Petri octavi regis Portugalliae.”⁴²

⁴¹ GOMES, Saul António – “Uma dama na Leiria medieval: Beatriz Dias, ‘manceba d’el-rei’ D. Pedro I”. *Biblos* 77 (2001), pp. 115–143.

⁴² [“Cartulario de Alcobaça. (...) Rey Pedro. – Catorce kalendas de febrero: conmemoración del señor Pedro, octavo rey de Portugal.”] GOMES, Saul António – “Registos de obituários medievais no antigo Cartório do Mosteiro de Alcobaça”. *Anais Leirienses – Estudos & Documentos* 20 (maio 2026), pp. 11–29, p. 15.

La indicación *XIII kalendas februarii* corresponde al día 19 de enero, es decir, a una fecha posterior en un día al fallecimiento del monarca (18 de enero). Este desfase podría sugerir que su conmemoración no coincidía estrictamente con el *dies mortis*, sino más bien con la jornada establecida para la celebración litúrgica de su aniversario en el marco del obituario monástico. Conviene subrayar, sin embargo, que este testimonio no procede del obituario medieval original, sino de una copia realizada en el siglo XVII, circunstancia que plantea interrogantes acerca de su fidelidad tanto al tenor del registro medieval como a la práctica litúrgica efectivamente observada en la Edad Media. Pese a ello, la inclusión de D. Pedro en este registro constituye un indicio significativo de su integración en el sistema conmemorativo del monasterio, probablemente vinculada a las disposiciones testamentarias del monarca y a las rentas destinadas a la celebración de su aniversario.

En este sentido, la recuperación de este tipo de registros en el siglo XVII, en el marco de una renovada sensibilidad historiográfica cisterciense, puede interpretarse como un indicio de revalorización de la memoria regia en el seno del monasterio. En efecto, monjes como fray António Brandão, entre otros, emprendieron labores de copia, organización e interpretación de la documentación medieval conservada en Alcobaça, en un proceso que dista mucho de ser neutral, y que responde, más bien, a un momento de afirmación historiográfica y de valorización del pasado institucional del cenobio. En este contexto, la memoria de D. Pedro fue progresivamente recuperada, reinterpretada y fijada de manera cada vez más explícita a lo largo del tiempo, alcanzando una formulación particularmente clara en los códices litúrgicos del siglo XVIII. Estos testimonios quizá no reflejen tanto la introducción de nuevas prácticas conmemorativas como una creciente formalización y visibilidad documental de tradiciones preexistentes, eventualmente vinculadas al reforzamiento de la celebración de su aniversario y al cumplimiento de las disposiciones testamentarias y de las rentas destinadas a su sostenimiento.

Memoria legendaria y hagiográfica de D. Pedro

A esta memoria litúrgica e institucional se suma asimismo una dimensión de carácter legendario, preservada y reelaborada en época moderna. Como ha señalado Saul Gomes, fray Manuel dos Santos, monje y cronista mayor del reino (1672–1740), recoge en *Alcobaça Ilustrada* (1710) la narración según la cual el cadáver del rey, asociado a san

Bartolomé, habría manifestado signos prodigiosos de “revivificación”, motivados por la necesidad de realizar una confesión plena. Más que remitir a un imposible acontecimiento histórico, este episodio parece reflejar la construcción de una memoria de carácter hagiográfico en torno a la figura regia, inscrita en un proceso más amplio de exaltación espiritual y simbólica del monarca⁴³.

Con el fin de conferir mayor autoridad a esta narración, fray Manuel dos Santos añade que “hacen mención de este milagroso suceso el doctor fray Bernardo de Brito [...] junto con otros”, afirmación cuya veracidad puede efectivamente corroborarse. En efecto, fray Bernardo de Brito (1569–1617), en el *Elogio dos Reis de Portugal* (1603)⁴⁴, refiere haber leído en una antigua memoria de los monarcas lusitanos que:

“depois de morto, estando ja frio, & preparado para o embalsamarem tornara outra vez a resuscitar com admiraçãõ dos circunstantes, & chamando seu confessor, lhe confessára hum peccado, que por inadvertencia, ou esquecimento deixára de confessar vivendo, a qual confissaõ acabada, & recebida absolviçãõ, se tornou a compor, & dar seu espirito ao Senhor, sem dizer mais senaõ ã a inteyreza de sua justiça, & os meritos do Apostolo S. Bartholomeu lhe alcançaraõ de Deos aquelle estranho favor para remedio & salvaçãõ de sua alma. Deyxou huma Missa quotidiana, no Mosteyro de Alcobaça no Altar de S. Pedro, ã he privilegiado.”⁴⁵

Fray Manuel dos Santos aporta además una información de particular relevancia: la existencia, en la librería del monasterio de Alcobaça, de un libro de coro anterior a la imprenta —y, por tanto, manuscrito—, que incluía, al inicio, un calendario con las obligaciones corales un calendario con las obligaciones corales destinado a facilitar el recuerdo de los oficios y conmemoraciones a los cantores. En él se consignaba, para el día 25 de enero, la “*commemoratio domini Petri regis, quando revixit, ut confiteretur*”⁴⁶. Es

⁴³GOMES, Saul António – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do rei D. Pedro”, p. 62.

⁴⁴Véase también la referencia que Cristina Pimenta hace a esta cuestión en PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*, p. 33.

⁴⁵[“después de muerto, estando ya frío y preparado para ser embalsamado, volvió otra vez a resucitar con admiración de los presentes, y llamando a su confesor, le confesó un pecado que, por inadvertencia u olvido, había dejado sin confesar en vida; y acabada dicha confesión y recibida la absolución, volvió a componerse y a entregar su espíritu al Señor, sin decir más sino que la rectitud de su justicia y los méritos del apóstol san Bartolomé le habían alcanzado de Dios aquel extraño favor para remedio y salvación de su alma. Dejó una misa cotidiana en el monasterio de Alcobaça, en el altar de san Pedro, que es privilegiado.”] BRITO, Frei Bernardo de – *Elogios dos reis de Portugal: com os mais verdadeyros retratos, que se puderaõ achar*. Lisboa Oriental: Na officina Ferreyriana, 1726 (de la edición de Lisboa, 1603), p. 69.

⁴⁶SANTOS, Frei Manuel dos - *Alcobaça ilustrada: noticias, e historia dos mosteyros, & monges insignes cistercienses da Congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nestes reynos de*

decir, en esa fecha se conmemoraba al rey D. Pedro en relación con el episodio de su “revivificación” para confesarse. Este testimonio sugiere que la narración de la “revivificación” de D. Pedro gozaba de una amplia difusión en la tradición erudita y monástica, siendo recogida por diversos autores y preservada asimismo en la memoria interna de Alcobaça, en consonancia con otras tradiciones textuales vinculadas a la *Crónica de D. Pedro*⁴⁷. De manera particular, la mención a un libro de coro apunta a la integración de esta memoria en el propio ámbito de las prácticas litúrgicas del monasterio. Con todo, la conmemoración registrada el 25 de enero no parece corresponder a la fecha del fallecimiento del monarca, ocurrido el 18 de enero (18 de enero), sino más bien a la memoria específica de su “revivificación” para confesión, episodio que habría adquirido progresivamente una autonomía conmemorativa propia.

En este contexto, reviste especial relevancia el hecho de que una variante muy próxima de esta fórmula se encuentre registrada en el martirologio BNP, Alc. 231⁴⁸, donde figura, en una anotación marginal claramente posterior a la copia del códice, la siguiente mención:

“Commemoratio domini

E. outavi regis

Petri, qui revixit ut

*confiteretur [...] pro anima eius et in pace*⁴⁹, asociada a las *VIII Kalendas Februarii* (fig. 2), es decir, al 25 de enero.

Portugal, & Algarves: primeyra parte, comtem a fundaçam, progressos gloriosos, privilegios, regalias, & jurisdiçoens do Real mosteyro de Alcobaça cabeça da congregaçam no tempo de seus abbades perpetuos, & administradores com[m]e[n]datarios até a morte do Cardeal Rey D. He[n]rique: com muytas noticias antigas, & modernas do reyno, & serenissimos reys de Portugal. Coimbra: Na officina de Bento Seco Ferreyra, 1710, pp. 189 e 190.

⁴⁷ La primera edición impresa de la *Crónica de D. Pedro I* fue publicada en Lisboa, en 1735, por iniciativa del padre José Pereira Bayão, quien añadió un suplemento en el que reúne diferentes narraciones relativas a la “revivificación” del monarca y los autores que la mencionan. Entre ellos se cuentan fray Bernardo de Brito y el *Elogio dos Reis de Portugal*, fray Manuel dos Santos, en la octava parte de la *Monarquia Lusitana*, la *Benedicta Lusitana*, la *História Seráfica*, el *Anno Histórico* y la *Évora Gloriosa*, entre otros. Cf. LOPES, Fernão – *Chronica del Rey D. Pedro I. deste nome, e dos de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro*. Ed. José Pereira Bayão. Lisboa: Na Officina de Pedro Ferreira, 1735, pp. 557–562.

⁴⁸ Para el estudio de este códice, véase BARREIRA, Catarina Fernandes – “Recovering the history of a male Cistercian community from its liturgical codices (c. 1175–1350)”. In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (eds.) – *Cistercian Horizons. Collected essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 127–155, donde se propone una datación entre 1247/1255 y antes de 1291.

⁴⁹ [“Commemoración del señor E., octavo rey, Pedro, que volvió a la vida para confesarse [...] por su alma y para que descanse en paz.”]

Inicialmente consideramos la posibilidad de que la discrepancia entre *XIII kalendas februarii* (19 de enero) y *VIII kalendas februarii* (25 de enero) obedeciese a un error de copia o de transmisión textual, derivado quizá de una confusión paleográfica entre numerales. Sin embargo, a la luz de los testimonios analizados, parece más plausible interpretar esta divergencia como el resultado de una progresiva autonomización de la memoria de la “revivificación” de D. Pedro respecto de la conmemoración de su óbito. En este sentido, la anotación marginal del código BNP, Alc. 231, —posterior al propio manuscrito, datado en la segunda mitad del siglo XIII—, podría reflejar una actualización o reinterpretación de la memoria litúrgica del monarca, ya no centrada exclusivamente en la fecha de su muerte, sino en el episodio milagroso asociado a su retorno a la vida para confesarse.

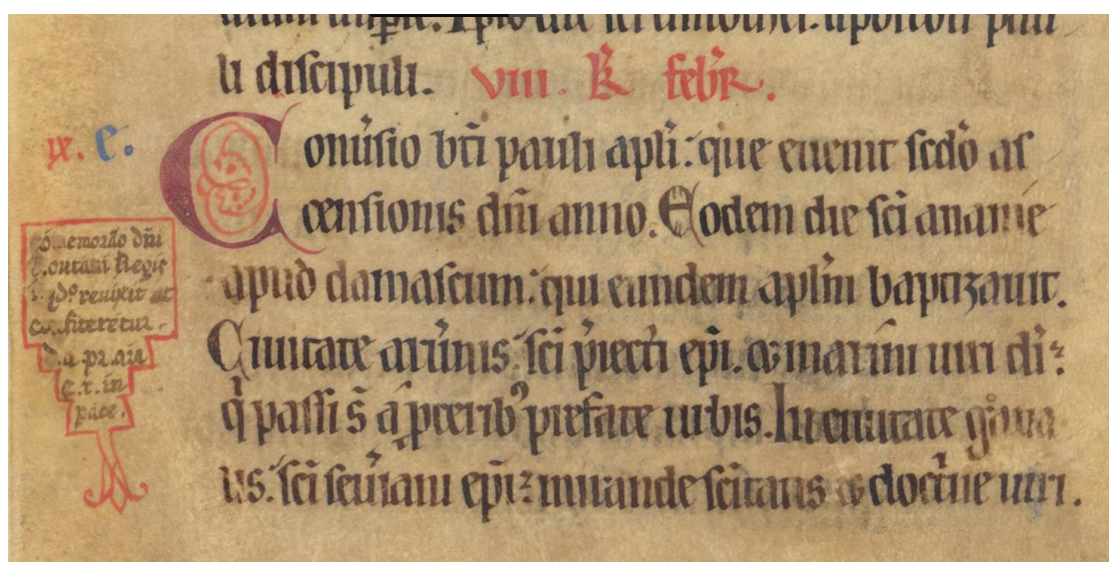


Fig. 2. BNP, Alc. 231, Martirologio cisterciense, 2º mitad del siglo XIII, folio 12v (Fotografía BNP)

Esta fórmula –“Conmemoración del rey D. Pedro, octavo rey, que volvió a la vida para confesarse, por su alma, para que descansa en paz” –, al asociar la identificación nominal del monarca con su posición en la secuencia regia, refuerza el carácter formalizado de esta memoria. Más aún, su presencia en un martirologio de uso litúrgico, en cuyos márgenes se consignaban los óbitos de los abades del monasterio y de los reyes, demuestra que esta tradición, que vincula al monarca, por un lado, con el episodio de la revivificación y, por otro, con el día 25 de enero, no constituyó únicamente una elaboración narrativa tardía, sino que conoció formas de inscripción, transmisión y circulación en el propio contexto ritual.

En este sentido, la anotación del código Alc. 231 antecede y confirma los testimonios de fray Bernardo de Brito y, de manera particular, el de fray Manuel dos Santos, poniendo de manifiesto la persistencia de esta memoria en el seno de la comunidad monástica a lo largo del tiempo. El relato transmitido por *Alcobaça Ilustrada* no constituye, por tanto, un testimonio aislado, sino que se inscribe en una tradición anterior, ya arraigada en soportes y prácticas de carácter litúrgico. Fray Manuel dos Santos subraya además continuidad de esta memoria en el monasterio y refuerza la asociación simbólica entre D. Pedro e Inés de Castro, evocando la permanencia de su vínculo más allá de la muerte.

Sin embargo, esta articulación entre práctica litúrgica, memoria regia y construcción legendaria no se agota en este plano. Como recuerdan fray Bernardo de Brito y fray Manuel dos Santos, ya en época moderna circulaba la tradición según la cual

“sua missa no altar de S. Pedro, com a diferença de ser rezada e não cantada como ele queria, e no fim o responso sobre a sua sepultura, e da Raynha D. Ignez de Castro sua mulher”⁵⁰.

Este testimonio evidencia la continuidad de la conmemoración regia en el monasterio y, al mismo tiempo, la consolidación de la asociación memorial entre D. Pedro e Inés de Castro en el ámbito de las prácticas litúrgicas y funerarias.

Por otro lado, considerados en conjunto, estos testimonios evidencian la persistencia y progresiva ampliación de la memoria regia más allá del estricto ámbito litúrgico, configurando un amplio proceso de construcción, reformulación y reconfiguración memorial.

Notas finales

El análisis de la colecta para el aniversario de D. Pedro I, conservada en los códigos Alc. 105 y Alc. 107, permite poner de relieve tanto la persistencia como la reconfiguración de la memoria regia en el seno de la tradición litúrgica cisterciense. Lejos de constituir un mero eco de prácticas medievales, estos testimonios del siglo

⁵⁰ [“misa en el altar de san Pedro, con la diferencia de ser rezada y no cantada como él quería, y al final el responso sobre su sepultura y la de la reina doña Inés de Castro, su mujer”] SANTOS, Frei Manuel dos - *Alcobaça ilustrada*, p. 190.

XVIII revelan la capacidad de las comunidades monásticas para actualizar, reorganizar y reinscribir elementos del pasado en un nuevo marco ritual y hagiográfico. La inserción de la colecta en el sistema de las *stationes* y en la secuencia de las conmemoraciones de los difuntos muestra cómo la memoria del monarca fue integrada en un dispositivo litúrgico cuidadosamente estructurado, del que el *Regimento dos Sacristães-Mores* constituye un testimonio particularmente significativo. En dicho dispositivo se articulan espacio, gesto y palabra, prolongando en el tiempo la eficacia simbólica de la fundación regia y de su presencia funeraria en Alcobaça. En este sentido, el libro litúrgico se afirma no solo como repositorio de tradiciones, sino también como un instrumento activo de construcción memorial.

Por otro lado, las vacilaciones e irregularidades observadas – en particular, la ausencia de D. Pedro en la mayor parte de los testimonios litúrgicos anteriores, el progresivo desplazamiento de la conmemoración respecto de la fecha de su óbito, el 18 de enero, y la formulación genérica de la referencia a su esposa – sugieren que la construcción de esta memoria no fue lineal ni estuvo exenta de tensiones. Con todo, esta ausencia relativa en los códices medievales no equivale a un verdadero borrado de la memoria regia, que aparece, en cambio, haber sido preservada y reelaborada a través de otros soportes y registros memoriales. En este sentido, la anotación marginal conservada en el martirologio BNP, Alc. 231, con la fórmula *commemoratio domini Petri regis, quando revixit, ut confiteretur*, constituye, en este sentido, un testimonio particularmente significativo, pues evidencia la circulación de una tradición memorial que articula la conmemoración litúrgica con una narración de carácter legendario, todavía inscrita en el horizonte de la tradición litúrgica medieval alcobacense. Esta dimensión se ve corroborada por la tradición erudita y monástica de época moderna, especialmente a través de fray Manuel dos Santos, quien registra la existencia de un libro de coro donde se señalaba, el 25 de enero, el aniversario del rey en memoria de su “revivificación” para confesarse, memoria posteriormente reencuadrada en el contexto de la octava de los difuntos. La convergencia de estos testimonios permite reconocer no solo la persistencia de la memoria de D. Pedro, sino también su progresiva ampliación y reformulación, mediante la integración de elementos de naturaleza legendaria y hagiográfica en un marco litúrgico e institucional más amplio.

Este caso pone de manifiesto, y de manera particularmente elocuente, cómo la liturgia, lejos de constituir un ámbito estático, se configura como un espacio dinámico de negociación reinterpretación y reformulación de la memoria, en el que convergen tradición, autoridad, poder y circunstancia histórica. La memoria regia emerge, así como un fenómeno complejo y plural, construido en la intersección entre práctica ritual, transmisión manuscrita y elaboración narrativa, incluso hagiográfica. Aunque los códices dieciochescos analizados no puedan considerarse testimonios directos de las prácticas medievales, su articulación con fuentes litúrgicas – particularmente el *Regimento* –, crónicas y memoriales anteriores permite identificar procesos de continuidad, actualización y reconfiguración de la memoria regia en el seno de la tradición cisterciense.

Estos testimonios revelan, de forma especialmente significativa, el potencial heurístico de los libros litúrgicos, al evidenciar cómo fuentes aparentemente “técnicas”, especializadas y de circulación restringida permiten acceder a complejas dinámicas de construcción de la memoria monástica, articulación del poder y transformación de las prácticas a lo largo del tiempo. Todo ello reafirma la relevancia de su estudio en el panorama historiográfico contemporáneo.

Referencias bibliográficas

Fuentes manuscritas

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Alc. 105, *Caeremoniale monasticum* (1716).

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Alc. 107, *Manuale Cisterciense Ad aliquas chori, et Ecclesiae functiones Secundum ritus Regalis Congregationis Alcobacensis* (século XVIII).

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Alc. 231, *Martirologio cisterciense*.

Fuentes impresas

BRITO, Frei Bernardo de – *Elogios dos reys de Portugal: com os mais verdadeyros retratos, que se puderaõ achar*. Lisboa Oriental: Na officina Ferreyriana, 1726 (ed. orig. 1603).

Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I, 1357–1367. Ed. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) – *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XIIe siècle: texte latin selon les manuscrits édités de Trente 1711, Ljubljana 31 et Dijon 114. Version française, annexe liturgique, notes, index et tables*. Abbaye d'Oelenberg / Éditions «La documentation cistercienne», 1989.

HERCULANO, Alexandre (ed.) – *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum...* Vol. 1, fasc. 1. Lisboa: Typis Academicis, Academia das Ciências de Lisboa, 1856.

LOPES, Fernão – *Chronica del Rey D. Pedro I. deste nome, e dos de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro*. Ed. José Pereira Bayão. Lisboa: Na Officina de Pedro Ferreira, 1735.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. Ed. Giuliano Macchi. 2.^a ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.

ORDEM DE CISTER – *Diffiniçoens da Ordem de Cistel e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobça*. Lisboa: por António Alvares, 1593.

SANTOS, Frei Manuel dos – *Alcobça illustrada: noticias, e historia dos mosteyros, & monges insignes cistercienses da Congregaçam de Santa Maria de Alcobça da Ordem de S. Bernardo nestes reynos de Portugal, & Algarves: primeyra parte*. Coimbra: Na officina de Bento Seco Ferreyra, 1710.

SANTOS, Frei Manuel dos – *Descrição do Real Mosteiro de Alcobça*. Ed. Aires Augusto do Nascimento. Alcobça: Alcobaciana, 1979.

Estudios

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “A roda da fortuna/roda da vida do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça”. *Revista da Faculdade de Letras. História* 8 (1991), pp. 255–263.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Approaches to a fourteenth-century breviary from the Cistercian abbey of Alcobaça (MS Alc. 66)”. *Cîteaux – Commentarii cistercienses* 68 (2017), pp. 249–276.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Investigating liturgical practise and ritualized circulation in the Monastery of Alcobaça: A preliminary view from the manuscripts”. *Cîteaux – Commentarii cistercienses* 70 (2019), pp. 301–326.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Cistercian liturgy and daily practice through the manuscripts of Alcobaça: Preliminary considerations from three sample rituals”. In PEREIRA, Diana; LOPES, Inês Afonso; SÁNCHEZ, Rosa Maria (coords.) – *O gesto e a crença: Percursos, transferências e intermedialidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM, 2021, pp. 67–77.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “«Este livro he da sancristia d’Alcobaça...» Notas de pertença e circulação de livros em ambiente monástico”. In POLÓNIA, Amélia; MANGAS, Francisco (coords.) – *Mobilidades: Olhares transdisciplinares sobre um conceito global*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM, 2021, pp. 441–462.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça”. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, 2022, pp. 154–182.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “*Requiescant in pace*: Death and memory in the Monastery of Alcobaça based on its liturgical codices”. In FERNANDES, Carla Varela et al. (eds.) – *Loci sepulcrales: Places of memory and burial in the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2023, pp. 483–515.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Recovering the history of a male Cistercian community from its liturgical codices (c. 1175–1350)”. In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (eds.) – *Cistercian Horizons. Collected Essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 127–155.

BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Conceição; MIGUEL, Catarina – “Cistercian horizons or how liturgical books can be sources to understand a monastic context from the 12th to the 16th centuries”. *Cîteaux – Commentarii cistercienses* 72 (2021), pp. 315–321.

BARREIRA, Catarina Fernandes; FARELO, Mário – “Relatos prodigiosos nos códices do Mosteiro de Alcobaça”. In ORRIOLS, Anna; CERDÀ, Jordi; DURAN-PORTA, Joan (eds.) – *Imago & mirabilia*. Barcelona: Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2020, pp. 193–201.

BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um ritual descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro através do estudo dos seus códices litúrgicos: Propostas de leituras no espaço e no tempo”. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça: Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa: DGPC / IEM, 2022, pp. 234–265.

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862–1422*. 3 Vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BERGER, Teresa; SPINKS, Bryan D. (eds.) – *Liturgy's imagined pasts: Methodologies and materials in the writing of liturgical history today*. Collegeville: Liturgical Press, 2016.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Arquitectura y espacio funerario entre los siglos XII y XVI: la catedral de Zamora”. *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo* 15 (1998), pp. 201–251.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Una simplicidad arquitectónica por encima de los estilos. La iglesia del monasterio cisterciense entre espacios y funciones”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Vol. 2. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 117–138.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “The Creation and Use of Space in the Abbey of Santa María la Real de Las Huelgas, Burgos: Architecture, Liturgy, and Paraliturgy in a Female Cistercian Monastery”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 6:2 (2014), pp. 219–247.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Epigrafía y liturgia estacional entre el locutorio y el pasaje a la enfermería de la abadía de Santa María la Real de las Huelgas, en Burgos”. *Territorio, Sociedad y Poder* 9 (2014), pp. 117–132.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo (coord.) – *Arquitectura y liturgia. El contexto artístico de las consuetas catedralicias en la Corona de Aragón*. Palma de Mallorca: Lleonard Muntaner Editor, 2014.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La procesión, memoria litúrgica del Medievo en la pintura de la Edad Moderna”. *Quadrivium* 7 (2016), pp. 1–17.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo (coord.) – *Aragonia Cisterciensis. Espacio, arquitectura, música y función en los monasterios de Císter en la Corona de Aragón*. Gijón: Trea, 2020.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “The Historical Architecture of Cistercians Today: Limits and Possibilities of Study”. In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (eds.) – *Cistercian Horizons. Collected Essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 73-92.

COELHO, Maria Helena da Cruz; REBELO, António Manuel Ribeiro – *D. Pedro e D. Inês: Diálogos entre o amor e a morte*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

CORREIA, Vergílio – *Alcobaça: III. Uma descrição quinhentista do mosteiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.

FERNANDES, Carla Varela – *Poder e Representação. Iconologia da família real portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII a XIV*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005. Tesis doctoral.

FERNANDES, Carla Varela – “O Calvário no túmulo de D. Inês: um exemplo dos processos de modelo/cópia e originalidade nas iconografias dos monumentos funerários de Alcobaça”. In *Congresso Internacional “Pedro e Inês: o futuro do passado”* (Coimbra, 28–31 março 2012). Coimbra: Câmara Municipal, 2013, pp. 27–44.

FERREIRA, Maria Augusta P. Trindade; FIGUEIREDO, António J. Ferreira; CARVALHO, Emanuel – “O(s) colégio(s) de Nossa Senhora da Conceição de Alcobaça: Um olhar”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros cistercienses. História, arte, espiritualidade e património*. Vol. 2. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 141–153.

FLORES, Antonio Garcia – “Espacios funerarios en los monasterios cistercienses de los reinos de Castilla y de León (siglos XII al XV)”. In HALL, Jackie; KRATZKE, Christine (eds.) – *Sepulturae Cistercienses. Burial, Memorial and Patronage in Medieval Cistercian Monasteries, Cîteaux – Commentarii cistercienses 56* (2005), pp. 199–229.

GITTOS, Helen; HAMILTON, Sarah (eds.) – *Understanding medieval liturgy: Essays in interpretation*. London: Routledge, 2016.

GOMES, Saul António – “Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII”. In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 4. Guimarães: Câmara Municipal, 1996, pp. 281–295.

GOMES, Saul António – “Uma dama na Leiria medieval: Beatriz Dias, ‘manceba d’el-rei’ D. Pedro I”. *Biblos 77* (2001), pp. 115–143.

GOMES, Saul António – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do rei D. Pedro”. In *Colóquio “Inês de Castro”*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 47–78.

GOMES, Saul António – “Uma paisagem para a oração: O Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”. In GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2008, pp. 19–56.

GOMES, Saul António – “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do Processo dos Templários”. In CARREIRAS, José Albuquerque; VAIRO, Giulia Rossi (orgs.) – *I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo. Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo. Os anos da transição*. Tomar: Laboratório de Tecnologias e Artes Gráfica-I.P., 2012, pp. 159–170.

GOMES, Saul António – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos Sacristães-Mores”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros cistercienses*. Vol. 2. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 423–448.

GOMES, Saul António – “Registos de obituários medievais no antigo Cartório do Mosteiro de Alcobaça”. *Anais Leirienses – Estudos & Documentos* 20 (maio 2026), pp. 11–29.

KINDER, Terryl N. – *Cistercian Europe: Architecture of contemplation*. Kalamazoo: Cistercian Publications, 2002.

MOTA, António Brochado da – *Testamentos régios – Primeira dinastia: 1109–1383*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. Tesis de master.

NATIVIDADE, Manuel Vieira – *Ignez de Castro e Pedro o Cru perante a iconografia dos seus túmulos*. Lisboa: Typ. A Editora, 1910.

ORDINE, Nuccio – *A utilidade do inútil*. Lisboa: Gradiva, 2013.

PALAZZO, Eric – *A history of liturgical books from the beginning to the thirteenth century*. Collegeville: Liturgical Press, 1998.

PALAZZO, Eric – *Liturgie et société au Moyen Âge*. Paris: Aubier, 2000.

PALAZZO, Eric – *L’invention chrétienne des cinq sens dans la liturgie et l’art au Moyen Âge*. Paris: Cerf, 2014.

PALAZZO, Eric – *Peindre, c’est prier*. Paris: Cerf, 2017.

PALAZZO, Eric – “Art and Liturgy in the Middle Ages: Survey of Research (1980–2003) and Some Reflections on Method”. *Journal of English and Germanic Philology*, 105 (1) *The State of Medieval Studies* (2019), pp.170-184.

PALAZZO, Eric – *L’énergie de la liturgie*. Paris: Cerf, 2020.

PÉREZ VIDAL, Mercedes – “Legislation, Architecture and Liturgy in the Dominican Nunneries in Castile during the Late Middle Ages. A World of *Diversitas* and Peculiarities”. In LINDE, C. (ed.) – *Making and Breaking the Rules. Discussion, Implementation and Consequences of Dominican Legislation*. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 225-252.

PÉREZ VIDAL, Mercedes – “El espacio litúrgico en los monasterios de dominicas en Castilla (siglos XIII–XVI)”. In RODILLA LEÓN, Francisco; FENLON, Iain; ESTEVE, Elizabet; TORRES LOBO, Noelia (eds.) – *Sonido y espacio: antiguas experiencias musicales ibéricas / Sound and Space: Early Iberian Musical Experience*. Madrid: Alpuerto, 2020, pp. 75–115.

PÉREZ VIDAL, Mercedes – “Conexiones fluidas e identidades ambiguas. Nuevas perspectivas para el estudio de las mujeres religiosas en el mundo ibérico bajomedieval”. *Archivo Dominicano* 45 (2021), pp. 47–66.

PÉREZ VIDAL, Mercedes – “Circulation of Books and Reform Ideas between Female Monasteries in Medieval Castile: From Twelfth Century Cistercians to the Observant Reform”. In HOTCHIN, Julie; THIBAUT, Joëlle (eds.) – *Women and Monastic Reform in the Medieval West, c. 1000–1500. Debating Identities, Creating Communities*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2023, pp. 154–179.

PÉREZ VIDAL, Mercedes – “La liturgia en la encrucijada de la reforma religiosa en los monasterios femeninos castellanos”. *Archivo Ibero-Americano* 83:296 (2023), pp. 127–167.

PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and liturgy in an illuminated ritual from Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211–236.

RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “A morte e a memória no Mosteiro de Lorvão”. *Medievalista* 37 (2025), pp. 265–299.

RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492”. *Lusitania Sacra* 41 (2020), pp. 181–208.

RUBIN, Miri – “Revisiting *Corpus Christi*: Where we are and how we got here”. In FONTES, João Luís, MARTINS, Diana, Barreira, Catarina Fernandes e FARELO, Mário. (eds.) – *An embodied religion. Materialities and Devotion in Medieval Europe*. Berlin/Oxford: Peter Lang, 2024, pp. 81–90.

SANTOS, Reinaldo dos – “A iconografia dos túmulos de Alcobaça”. *Lusitania* 1 (1924), pp. 83–90.

SILVA, José Custódio Vieira da – “Da galilé à capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa”. In *O fascínio do fim*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997, pp. 45–59.

SILVA, José Custódio Vieira da – “Os túmulos de D. Pedro e de D. Inês, em Alcobaça”. *Portugalia* 18 (1997), pp. 269–276.

SILVA, José Custódio Vieira da – “Os túmulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro em Alcobaça”. In *Actas do Colóquio Internacional Espaços. Territórios e Paisagens*, vol. II. Lisboa: Ministério da Cultura / IPPAR, 2000, pp. 367–374.

SILVA, José Custódio Vieira da – *O panteão régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Scala Books / IPPAR, 2003.

SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – *Los libros de coro de Valdediós. I. Historia*. Valdediós-Oviedo: Colección Armarium Cisterciense, 2001.

SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – *Los libros de coro de Valdediós. II. Catálogo*. Valdediós-Oviedo: Colección Armarium Cisterciense, 2001.

SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – *Fragmentos de libros. Bibliotecas de fragmentos*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos «Florián de Ocampo», 2003.

SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “El libro en los claustros cistercienses (una aproximación c. 1140-1240)”. In RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, Juan Ignacio (dir.) – *El monacato en los reinos de León y Castilla (siglos VII-XIII)*. León: Fundación Sánchez-Albornoz, 2007, pp. 263-325.

SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Un calendario litúrgico del monasterio cisterciense de Santo Domingo de Silos «El Antiguo» (Toledo) (Madrid, BN, ms. 17820, ff. 1-4)”. *Cistercium* 256 (2011), pp. 151-173.

SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – “Notas «de viaje» sobre un libro viajero (Arouca, Museu de Arte Sacra, Livro L-Ms. 19)”. *Rudesindus. Miscelánea de Arte y Cultura* 8 (2012), pp. 87-114.

VASCONCELOS, António de – *Inês de Castro*. 2.^a ed. Barcelos: Portucalense Editora, 1933.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BARREIRA, Catarina Fernandes– “Celebrar la memoria de un rey resucitado: liturgia de D. Pedro I en el Monasterio de Alcobaça”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 175-210. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Le Garou et le Fou.
Le devenir-fauve du chevalier et l'imaginaire animal du
politique dans deux récits du XII^e siècle**

**The Werewolf and the Madman.
The Knight's Becoming-Beast and the Animal Imaginary of the
Political in Two Narratives of the Twelfth-Century**

Cristina Álvares

Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho
4710-057 Braga, Portugal

calvares@elach.uminho.pt

<https://orcid.org/0000-0001-5968-4724>

Data recepção do artigo / Received for publication: 31 de Janeiro de 2026

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 03 de Junho de 2026

DOI:

RÉSUMÉ

L'article propose une analyse comparative du *Lai de Bisclavret* de Marie de France et de l'épisode de la folie d'Yvain dans *Le Chevalier au lion* de Chrétien de Troyes, deux récits de métamorphose de la seconde moitié du XII^e siècle. Le chiasme entre la mutation physique du loup-garou et la mutation psychique du lycanthrope fait ressortir la problématique de l'animalité humaine que le déroulement de chaque récit associe différemment au pouvoir politique. Par conséquent, la lecture croisée ici proposée, dégage un réseau de chiasmes entre les deux récits et produit une interprétation politique, orientée par Agamben (biopolitique) et Derrida (zooanthropolitique), du devenir-fauve du chevalier et de son rôle dans l'image féroce du souverain. Cette approche permet i) de revisiter le motif folklorique du double zoomorphe, étudié par Lecouteux, pour le déplacer sur le champ politique et le réinterpréter comme figure du lien originaire de la souveraineté à l'animalité ; ii) d'inscrire l'imaginaire des transitions et coalescences interspécifiques dans le cadre historique des dynamiques de pouvoir au sein de l'aristocratie, impliquant aussi bien le roi et les barons que les hommes et les femmes.

Mots-clés : Animalité, Biopolitique, Double zoomorphe, Souveraineté, Zooanthropolitique

ABSTRACT

The article offers a comparative analysis of *Bisclavret*, the lai by Marie de France, and the episode of Yvain's madness in *The Knight with the Lion* by Chrétien de Troyes, two metamorphosis narratives from the second half of the twelfth century. The chiasmus between the physical transformation of the werewolf and the psychological transformation of the lycanthrope highlights the issue of human animality, which the development of each narrative associates in different ways with political power. Consequently, the cross-reading proposed here brings to light a network of chiasms between the two texts and produces a political interpretation, guided by Agamben (biopolitics) and Derrida (zooanthropolitics), of the knight's becoming-beast and of his role in the ferocious image of sovereignty. This approach makes it possible (i) to revisit the folkloric motif of the zoomorphic double, studied by Lecouteux, by shifting it into the political field and reinterpreting it as a figure of the original link between sovereignty and animality; (ii) to situate the imaginary of interspecific transitions and coalescences within the historical framework of power dynamics inside the aristocracy, involving kings and barons as well as men and women.

Keywords : Animality, Biopolitics, Sovereignty, Zooanthropolitics, Zoomorphic alter ego



Deux métamorphoses en chiasme

Le Lai de Bisclavret (1160-1180) de Marie de France et *Le Chevalier au lion* (1170-1180) de Chrétien de Troyes racontent l'histoire d'un chevalier qui, à la suite d'une crise conjugale, subit une mutation qui l'exclut de l'ordre humain et le repousse dans la forêt où il mène une vie de bête sauvage. La mutation qui affecte chaque personnage est de nature différente. Pour Bisclavret, il s'agit de la métamorphose en loup-garou, alors qu'Yvain est saisi par la folie. La mutation physique de l'un et la mutation psychique de l'autre dessinent un chiasme entre la raison et le corps : Bisclavret perd la forme humaine du corps mais ne perd pas la raison ; Yvain perd la raison mais ne perd pas la forme humaine du corps. Dans la forêt, les deux chevaliers perdent le langage et adoptent un comportement de loup. Le garou vit "de preie e de ravine"¹ ; Yvain se conduit en prédateur² : "Les bestes par le bois agueite/si les ocit ; et si menjue/La venison trestote crue"³. Mais le devenir-animal du chevalier sera suivi de son redevenir-homme dès qu'un autre regard reconnaît de l'humain aussi bien dans le loup que dans le lycanthrope. La scène de reconnaissance est décisive parce qu'elle fait ressortir le chiasme corps-raison en termes d'animalité humaine. Capturé lors d'une partie de chasse, Bisclavret adresse au roi des gestes d'hommage vassalique dans lesquels celui-ci repère la présence de la raison : "Seignurs, fet il, avant venez !/Ceste merveillë esgardez,/Cum ceste beste s'humilie !/ Ele a sen d'hume, merci crie"⁴. Il le ramène à la cour où le loup se conduit en chien fidèle et convivial, aimé de tout le monde et surtout du roi : "U ke li reis deüst errer,/Il n'out cure de desevrer ;/Ensemble od lui tuz jurs alout:/Bien s'aperceit que il l'amout"⁵. Ce loup-garou docile est, à l'instar des autres garous de la littérature médiévale, un animal humanisé⁶. Quant à Yvain, il sera aperçu par un

¹ MARIE DE FRANCE – *Les Lais*. Ed. J. RYCHNER. Paris : Champion, 1983, v. 66.

² "Dans cette forêt Yvain ne sera plus un chevalier, mais un chasseur-prédateur" [LE GOFF, Jacques et VIDAL-NAQUET, Pierre – "Lévi-Strauss en Brocéliande. Esquisse pour une analyse d'un roman courtois". *Critique* 325 (1974) p. 546]. Les auteurs gardent le terme "chasseur" en raison de l'arc qu'Yvain utilise pour chasser. Mon interprétation sera différente.

³ CHRÉTIEN DE TROYES – *Le Chevalier au lion*. Ed. M. Roques. Paris : Champion, 1982, v. 2826-2828.

⁴ MARIE DE FRANCE – *Les Lais*, v. 152-154.

⁵ MARIE DE FRANCE – *Les Lais*, v. 181-184.

⁶ PIERREVILLE, Corinne – *Loups-garous du Moyen Âge*. Paris : Champion, 2024, p. 70.

ermite qui était en train d'essarter : "Et tant conversa el boschage/Com hom forsenez et salvage/, c'une meison a un hermite/trouva, molt basse et molt petite ;/et li hermites essartoit./Quant vit celui qui nuz estoit/bien pot savoir, sanz nul redot,/qu'il n'ert mie an son san del tot"⁷. Dans le corps nu qui approche, l'ermite reconnaît immédiatement un homme fou. Celui-ci apparaît donc, en contrepoint du garou, comme un homme animalisé. Le moment crucial de la reconnaissance de l'humain dans la bête fait émerger le chiasme fondamental croisant les deux mutations, les deux protagonistes et les deux histoires. D'autres chiasmes apparaîtront au cours de l'analyse. La reconnaissance indique que l'animalisation n'est ni totale ni irréversible et introduit la seconde partie de chaque récit, dominée par le processus de réintégration du chevalier dans l'ordre humain et de récupération de son identité et de son statut social. Un tel processus, où Bisclavret récupère le corps humain et Yvain la raison humaine, passe par une opération qui combine le sommeil, la nudité et la pudeur. Bisclavret est retrouvé endormi sur le lit du roi après s'être habillé pour recouvrer l'apparence humaine. Yvain est guéri par une demoiselle qui le découvre endormi, nu, dans la forêt. Dans les deux cas, la honte intervient en liaison avec la nudité.

Ces éléments structuraux – relégation dans la forêt et animalisation, reconnaissance de l'humain dans le fauve, sommeil-nudité-pudeur dans le retour à la condition humaine – justifient de rapprocher le lai de Marie de France et le roman de Chrétien de Troyes. En soumettant le protagoniste à un processus de perte et de récupération de la condition humaine dont le déroulement est particulièrement comparable, le lai et le roman soulèvent la question de l'animalité humaine. Bien que celle-ci se trouve condensée dans l'épisode de la folie d'Yvain, elle traverse le roman depuis la rencontre de Calogrenant avec le vilain jusqu'au compagnonnage d'Yvain et du lion⁸. Cependant, dans le cadre de cet article, il s'agit de comparer *Bisclavret* et l'épisode de la folie d'Yvain dont la longueur est quasiment la même : 318 vers pour le lai, 328 pour la séquence du roman (v.2707-3035). La tradition herméneutique portant sur *Bisclavret* le rapproche typiquement d'autres récits de loup-garou⁹ ou d'autres

⁷ CHRETIEN DE TROYES – *Le Chevalier au lion*, v. 2829-2836.

⁸ ÁLVARES, Cristina – "Bestiaire en marge. Une lecture zoopoétique du *Chevalier au Lion* de Chrétien de Troyes". *Medievalista* 29 (2021), pp. 285, 290-292.

⁹ PIERREVILLE, Corinne – *Loups-garous du Moyen Âge*.

réécits de métamorphose¹⁰, mais elle ne l'a pas, à ma connaissance, rapproché de la séquence de la folie d'Yvain. Pourtant, le loup-garou et le lycanthrope sont souvent mis en parallèle¹¹, voire amalgamés, sur le fait que le fou adopte des comportements bestiaux¹². Certes, Yvain n'a pas été changé en loup mais sa folie, qui a les contours de la lycanthropie, est une métamorphose qui affecte l'esprit. En 1175, dans son commentaire des *Métamorphoses* d'Ovide, Arnoul d'Orléans distingue trois types de métamorphose réelle dont le deuxième et le troisième recouvrent les cas de Bisclavret et d'Yvain respectivement :

la *naturelle*, c'est-à-dire la transformation de la matière par dissolution ; la *magique*, qui agit sur les corps mais en garde inaltéré l'esprit ; la *spirituelle*, qui agit en revanche seulement sur l'esprit. Le premier type de transformation est illustré par les phénomènes de naissance et de décomposition, le deuxième par les transformations de Lycaon et d'Io, changés dans leur corps et non dans leur âme, le troisième par la folie d'Agavé et Autooné, dont l'esprit a changé mais pas le corps¹³.

La métamorphose en loup-garou rentre donc dans la catégorie magique alors que la lycanthropie, délire qui survient dans le cadre d'un trouble schizophrénique, est une métamorphose spirituelle, on dirait aujourd'hui psychique ou cérébrale.

Approche politique du devenir-fauve du chevalier et du double zoomorphe

Je propose une lecture croisée des deux récits qui mette en lumière la métamorphose en garou et la lycanthropie comme modalités d'une animalisation du chevalier, qui est, on l'a vu, temporaire. Sa vie animale dans la forêt étant balisée par son expulsion de la *polis*, puis par sa réintégration dans la *polis* – le monde humain des institutions et des règles –, les deux métamorphoses ont un sens politique que je propose d'aborder avec Agamben et Derrida. Dans *Homo sacer. Le pouvoir*

¹⁰ NOACCO, Cristina – *La métamorphose dans la littérature française des XII^e et XIII^e*. Rennes: PUR, 2016.

¹¹ PIERREVILLE, Corinne – *Loups-garous*, pp. 36, 39.

¹² LEGROS, Huguette – *La folie dans la littérature médiévale*. Rennes: PUR, 2013, § 113 ; PIERREVILLE, Corinne – *Loups-garous*, p. 39.

¹³ NOACCO, Cristina – *La métamorphose dans la littérature française des XII^e et XIII^e*, § 63. Le texte en latin d'Arnoul a été édité par Fausto GHISALBERTI – *Arnolfo d'Orléans. Un cultore di Ovidio nel secolo XII*. Milan: Hoepli, 1932, p. 181.

souverain et la vie nue, Agamben reprend la notion foucauldienne de biopolitique, définie comme la gestion de la vie biologique par le pouvoir politique. Il en résulte “une sorte d’animalisation de l’homme” corrélative de “la possibilité simultanée de protéger la vie et d’en autoriser l’holocauste”¹⁴. Autrement dit, il revient au pouvoir souverain de décider qui est et qui n’est pas protégé. Bien que la politisation de la vie naturelle soit, selon Agamben, une marque de la modernité, il étudie aussi ses modalités prémodernes comme le bannissement, pratique punitive aux racines anciennes germaniques et scandinaves. L’analyse du *Bisclavret* occupe une place privilégiée dans l’ouvrage d’Agamben. Je propose d’ajouter l’épisode de la folie d’Yvain à la perspective biopolitique et de considérer que le loup-garou et le lycanthrope sont des bannis.

Je convoquerai aussi la perspective zooanthropolitique que Derrida, en polémique avec Agamben, développe longuement dans le premier volume de *La bête et le souverain*, où il étudie les représentations animales du politique¹⁵. Bien que l’analyse de Derrida concerne l’état moderne à partir du XVIIe siècle, il ne faut pas oublier ses origines médiévales¹⁶. Les réflexions de Derrida sur la conception féroce de la souveraineté, où les loups sont omniprésents, me semblent avoir le plus grand intérêt pour l’étude du *Bisclavret*. Et pour *Le Chevalier au lion* ? C’est ce qui reste à analyser. Pour le moment, je soulignerai que les perspectives biopolitique et zooanthropolitique mettront en lumière dans le devenir-fauve du chevalier un certain lien du pouvoir souverain à l’animalité et au monde sauvage. Ces perspectives permettront également de revisiter la figure du double zoomorphe, figure prégnante des imaginaires, spécialement de l’imaginaire médiéval. Claude Lecouteux l’a étudiée dans un ouvrage¹⁷ qui constitue une référence majeure pour le discours critique sur les récits de loups-garous et où *Bisclavret* est le récit de référence. N’étant pas un loup-garou, Yvain y est absent, pourtant l’analyse que Lecouteux fait du lai s’appliquerait également à la séquence de la folie d’Yvain.

¹⁴ Michel FOUCAULT cité in AGAMBEN, Giorgio – *Homo sacer. Le pouvoir souverain et la vie nue*. Paris: Seuil, 1997, p. 11.

¹⁵ DERRIDA, Jacques – *A besta e o soberano*. Coimbra: Terra Ocre, 2023, p. 124.

¹⁶ STRAYER, Joseph – *Les origines médiévales de l’état moderne*. Paris: Klincksieck, 1979.

¹⁷ LECOUTEUX, Claude – *Fées, sorcières et loups-garous au Moyen Âge. Histoire du double*. Paris: Imago, 1992.

La perspective de Lecouteux n'est pas politique mais folklorique. Le double renvoie à une croyance d'origine chamanique, active dans les traditions préchrétiennes, selon laquelle l'âme se dégage du corps dans certaines conditions. Le double est "un autre moi (alter ego) indépendant, libéré du corps lorsque celui-ci est engourdi par le sommeil, figé par la transe, amoindri par la maladie ou pétrifié par le coma"¹⁸. L'âme dégagee peut prendre une forme animale, par exemple la forme d'un loup, et être visible pour autrui. Le loup-garou serait ainsi le double zoomorphe de Bisclavret qui est supposé dormir paisiblement pendant que l'histoire se déroule.

Avec Agamben et Derrida, je soutiendrai que le loup n'est pas le double du chevalier mais c'est le chevalier-loup qui est le double du roi. L'image féroce du pouvoir souverain qui s'en dégage me semble particulièrement importante dans un contexte sociopolitique où la classe féodale s'agite autour de deux questions imbriquées : le renforcement de l'autorité du roi sur les barons et la réorganisation des relations de pouvoir entre les genres dans ce qu'il est convenu d'appeler l'amour courtois¹⁹.

Maris bannis

Corinne Pierreville a mis l'accent sur la misogynie des récits de loups-garous où la responsabilité de la métamorphose de l'homme est typiquement imputée au personnage féminin. C'est en effet ce qui se passe dans *Bisclavret* et aussi dans *Le Chevalier au lion*. À l'origine de l'animalisation du chevalier se trouve une crise conjugale où chaque épouse joue le rôle d'une entité puissante qui exclut le mari du couple et de la société. Les deux épouses sont très mécontentes de l'absence du mari. L'absence de Bisclavret est cyclique : il passe trois jours entiers, chaque semaine, à la forêt où il se change en loup. Quant à celle d'Yvain, elle est trop prolongée : engagé dans les tournois et les aventures avec Gauvain, il a dépassé le délai d'un an que la Dame de la Fontaine lui avait indiqué juste avant son départ, alors que la fête de noces touchait à la fin.

¹⁸ LECOUTEUX, Claude – *Fées*, p. 20.

¹⁹ BOUQUET, Damien; NAGY, Piroska – *Medieval sensibilities. A History of Emotions in the Middle Ages*. Cambridge: Polity, 2018, pp. 104-125.

Soupçonnant son mari d'adultère, l'épouse de Bisclavret emploie ses compétences érotiques à le faire avouer son secret : d'abord il lui révèle qu'il devient un loup hebdomadairement, puis lui dit où il cache les vêtements qui lui permettent de reprendre la forme humaine à la fin de son séjour dans la forêt. Sous le coup de cet aveu, la femme est prise de peur et de dégoût, refuse de coucher avec lui, le remplace par un amant avec qui elle vole et cache les vêtements desquels dépendait le retour de Bisclavret à la forme et à la communauté humaines. Bref, elle le condamne à rester loup-garou pour toujours. De son côté, la Dame de la Fontaine envoie à son mari une messagère qui lui communique que son épouse ne veut plus de lui : "Yvain, n'a mes cure de toi/ ma dame, ainz te mande par moi/que ja mes vers li ne reveignes/ne son anel ne reteignes"²⁰. Cette rupture unilatérale et définitive aux allures de répudiation produit un tel désarroi chez Yvain qu'il s'écarte de ses semblables, s'enfonce dans la forêt et sombre dans la folie.

Avouer son secret de loup-garou, c'est surestimer la femme, se soumettre à son pouvoir (elle sait tout de lui). Au contraire, oublier le délai fixé, c'est sous-estimer la femme, faire fi de son désir, ne lui reconnaître aucune autorité. Mais dans les deux cas c'est elle qui décide de mettre fin au mariage pour se débarrasser d'un mari devenu indésirable. Le mari est chassé du foyer et de la cité, refoulé dans la forêt, dépouillé de statut politique et juridique, bref banni. Dans son commentaire sur *Bisclavret*, Agamben considère que le loup-garou est une figure du banni :

Ce qui devait demeurer dans l'inconscient collectif comme un monstre hybride, mi-humain mi-animal, partagé entre la forêt et la ville – le loup-garou – est donc à l'origine la figure de celui qui a été banni de la communauté. Le fait qu'on appelle « homme-loup » et non pas seulement « loup » (l'expression *caput lupinum* a la forme d'un statut juridique) est ici décisif. La vie du bandit – pas plus que celle de l'homme sacré – n'est un bout de nature sauvage sans lien aucun avec le droit et la cité : c'est, au contraire, un seuil d'indifférence et de passage entre l'animal et l'homme, la *phusis* et le *nomos*, l'exclusion et l'inclusion : loup-garou précisément, ni homme ni bête, qui habite paradoxalement dans ces deux mondes sans appartenir à aucun d'eux²¹.

²⁰ CHRÉTIEN DE TROYES, *Le Chevalier au lion*, v. 2768-2772.

²¹ AGAMBEN, Giorgio – *Homo sacer*, p. 116.

Ce qu'Agamben dit du garou est vrai pour le lycanthrope. Exclue de la cité, privés de la protection de la loi, immergés dans la violence du monde sauvage, les proscrits sont des hybrides mi-humains mi-animaux qui "entrent dans une zone d'indifférence avec les fauves" configurant "l'état d'exception"²² qui résulte de la suspension de la loi. La forêt est la zone d'indétermination où sont rejetés ceux à qui la loi cesse de s'appliquer, qu'elle abandonne – au sens biopolitique contenu dans la composition du mot : *à-ban-donner*, donner au ban, bannir²³.

Le ban, "qui désigne aussi bien l'exclusion de la communauté que le commandement et l'enseigne du roi"²⁴, est une prérogative royale, car seul le souverain a le pouvoir de suspendre la loi. Agamben souligne dans *Bisclavret*, outre le garou comme figure du banni, le lien d'amitié qui unit le loup-garou et le roi qui deviennent inséparables²⁵. Chacun représente en effet les deux modalités, elles aussi inséparables, de suspension de la loi : par exception (le roi est le seul qui a le pouvoir de bannir) et par exclusion (le banni). Aussi la rupture du lien matrimonial, qui fait du mari un banni, ressemble-t-elle à une usurpation. Le droit exclusif du souverain, situé dans l'espace public, est passé à la sphère privée, domestique et féminine. Par conséquent, le ban se déplace du centre à la périphérie de la cité ainsi que du genre masculin au féminin. Dans le lai, le conflit entre la femme et le roi est très net et l'histoire s'achève par la récupération du pouvoir qui avait été abusivement soustrait au roi. La reconquête de son autorité implique de ramener le garou à la cour, de se lier d'amitié avec lui, de lui procurer les conditions de son retour à l'humanité et, finalement, de bannir son ex-épouse. Quand elle se produit à la cour, *Bisclavret* l'attaque et lui arrache le nez. Alors que les barons freinent la bête, le roi fait torturer la femme déjà vilainement blessée pour la faire avouer la cachette des vêtements. Tout se passe comme si la violence du baron-loup, une fois maîtrisée, était transférée au roi. Celui-ci est alors un roi-fauve, un roi-loup, celui qui incarne l'autorité et la violence de l'état monarchique. Dans ce transfert de la férocité où le roi prend le relais du loup, je propose de voir ce que Derrida décrit comme coalescence de la bête et du souverain²⁶. Après que *Bisclavret* a récupéré son corps

²² AGAMBEN, Giorgio – *Homo sacer*, p. 118.

²³ AGAMBEN, Giorgio – *Homo sacer*, pp. 36-37.

²⁴ AGAMBEN, Giorgio – *Homo sacer*, p. 36.

²⁵ AGAMBEN, Giorgio – *Homo sacer*, p. 116.

²⁶ DERRIDA, Jacques – *La bête et le souverain*, pp. 42, 46-48, 73-74, 131.

d'homme, le roi mettra au ban la femme, son amant et leurs enfants, signifiant ainsi que seul le souverain a le droit de suspendre le droit. On comprend que la recentration du pouvoir souverain est une opération parallèle au redevenir-humain de Bisclavret et que celle-ci implique que le chevalier transite de la sphère de pouvoir de la femme (le domicile conjugal) à la sphère de pouvoir du roi (la cour) en passant par la forêt. Autrement dit, intégrer le baron à la cour c'est recentrer le pouvoir souverain sur la liquidation de la sphère du pouvoir féminin. L'alliance qui compte s'établit entre hommes.

Du côté d'Yvain, il y a aussi des transitions entre les deux sphères de pouvoir. Arraché à sa lune de miel par les exigences de la règle chevaleresque énoncées par Gauvain, Yvain a été accaparé par la sphère de pouvoir du roi – la cour, le monde masculin de la chevalerie –, si bien qu'il a oublié de revenir à la sphère conjugale et domestique de la Fontaine où la Dame l'attendait. Mais le processus de réintégration post-folie, plus long et plus complexe que celui de Bisclavret, ne fait pas basculer le chevalier dans la sphère du roi. La fin du roman établit plutôt un compromis entre les deux sphères de pouvoir : Yvain retourne au Domaine de la Fontaine après avoir combattu avec Gauvain à double-aveugle dans un duel sans vainqueur et sans vaincu. L'impasse exprime un équilibre sur tension. Après le combat, Yvain, qui est reconnu par la cour mais ne s'y installe pas, rentre au Domaine de la Fontaine où il force la Dame à lui pardonner et à se réconcilier avec lui²⁷. En effet, en déclenchant la tempête sur la fontaine, geste qui constitue dans le roman une forme d'agression et de défi, Yvain prouve à la Dame qu'elle a besoin de protection et la met donc sous son pouvoir. La force n'est pas du côté du roi Arthur mais du côté du *chevalier au lion* qui finit en seigneur et maître du Domaine et de la Dame de la Fontaine dans une démonstration de ce que Alfred Adler a appelé en 1947 "a husband's patriarchal sovereignty"²⁸. Par conséquent, la sphère privée et féminine, maintenant tenue et protégée par le mari, garde dans le roman une certaine autonomie par rapport à la cour, alors que dans le lai elle est tout simplement liquidée. C'est dire que chez Chrétien le baron reste sur une ligne centrifuge qui résiste à la centralisation du

²⁷ GLASSER, Marc – "Marriage and the Use of Force in Yvain". *Romania* 108/432 (1987), pp. 498-499 ; HUNT, Tony – "Le chevalier au lion : Yvain lionheart". In LACY, Norris J. and GRIMBERT, Joan Tasker (eds.) – *A Companion to Chrétien de Troyes*. New York: Brewer, 2005, pp. 165-166.

²⁸ ADLER, Alfred – "Sovereignty in Chrétien's Yvain". *PMLA* 62:2 (1947), p. 281.

pouvoir monarchique. Bref, alors que la réintégration sociale d'Yvain est complète quand il recouvre le titre et la condition de mari auprès de la Dame qu'il domine, celle de Bisclavret abolit radicalement son statut conjugal.

Vies nues et crues

Proscrits dans la forêt, Bisclavret et Yvain se retrouvent dans un seuil d'indifférence et de passage entre humain et animal dont le trait majeur est la perte du langage. Le loup et le fou ne parlent pas. Bisclavret communiquera avec le roi moyennant des gestes et Yvain fera de même avec l'ermite. Les autres traits sont la nudité et la crudité. Bisclavret est condamné à la forme lupine parce qu'il n'a pas accès aux vêtements qui lui rendaient la forme humaine. Il est nu, il est loup. Pris par un tourbillon qui lui ravit la raison, Yvain se déshabille intégralement : "Lors se li monte uns torbeillons/el chief, si grant que il forsae;/si se dessire et se despane/et fuit par chans et par arees"²⁹. Il est fou, il est nu. La nudité joue un rôle fondamental dans le devenir-animal et aussi, comme on le verra, dans le redevenir-humain des chevaliers. La nudité donne à voir dans la matérialité même du corps la notion agambienne de vie nue : ce que devient une vie humaine lorsque, en raison de la suspension de la loi, elle se trouve dépouillée de tout statut politique et juridique, refoulée au seuil de la vie animale. Mais la vie de Bisclavret et d'Yvain à la forêt n'est pas seulement nue, au sens littéral et biopolitique du terme, elle est aussi une vie crue. L'un et l'autre agissent comme des prédateurs qui chassent et mangent les proies toutes crues. Quand il pénètre dans la forêt, Yvain prend à un valet son arc et ses flèches mais il oublie aussitôt, avec sa mémoire d'humain, à quoi servent ces instruments cynégétiques et se met à chasser des proies sans médiation technique :

Et il s'an vet plus que le pas/tant qu'il trouva delez un parc/ un garchon qui tenoit un arc/et cinq saietes barbelees/ qui molt erent trenchanz et lees. /Yvains s'en va jusqu'au garçon/cui il voloit tolir l'arçon/et les saietes qu'il tenoit ; / Por qant mes ne li sovenoit/ de rien que onques eüst faite./Les bestes par le bois agueite,/si les ocit ; et se menjue/la venison trestote crue³⁰.

²⁹ CHRÉTIEN DE TROYES – *Le Chevalier au lion*, v. 2806-2809.

³⁰ CHRÉTIEN DE TROYES – *Le Chevalier au lion*, v. 2816-2828.

Manger cru est, à mon sens, le trait le plus signifiant du devenir-fauve du chevalier. Son exclusion dans la forêt n'est pas un simple fait socio-économique : perte de l'identité, du rang social, des biens. L'expérience de Bisclavret et Yvain dans la forêt dépasse "le dénuement et la pauvreté"³¹. Ces notions s'appliquent sans aucun doute à l'ermite mais pas à Yvain, car ce que le fou comme le garou perdent en perdant le statut juridique et politique, c'est leur humanité. Leur exclusion a une portée ontologique. Certes, ils ne perdent pas complètement leur humanité puisque celle-ci sera repérée par un autre humain. Mais dans leur hybridité ontologique, l'alimentation bascule du côté de l'animalité. Différemment des humains qui désynchronisent la chasse et le repas par la médiation du feu qui fait passer du cru au cuit³², les loups, les lions et autres prédateurs dévorent immédiatement les proies qu'ils tuent. Aussi la crudité précise-t-elle les contours bestiaux de la vie nue. Une autre donnée y contribue également. À la suite de sa rencontre avec l'ermite, qui comprend que l'homme nu est un fou, Yvain laissera tacitement des proies près de sa cabane pour qu'il les cuise. Dès lors, Yvain chasse comme un animal et mange comme un homme. En le faisant passer du cru au cuit, l'ermite accomplit une opération anthropologique majeure qui constitue un premier pas dans le processus de retour à la condition humaine.

De même dans la férocité des "preie e de ravine", Bisclavret se nourrit comme un loup : capturer la proie et la dévorer coïncident. La scène de reconnaissance, où le roi repère de l'humain dans le loup, se passe lors d'une partie de chasse où Bisclavret se trouve dans la position de la proie que les chiens poursuivent et s'apprêtent à dépecer. L'activité cynégétique du roi et des barons change le loup en proie et c'est là que Bisclavret apparaît au comble de l'*à-ban-don* : exposé à toute sorte de violence, en l'occurrence la violence aristocratique. En voyant les gestes conventionnels de l'hommage que le loup lui adresse, le roi reconnaît un congénère et lui sauve la vie. La rencontre du roi et du banni sur ce seuil entre vie et mort, humain et animal, férocité et soumission constitue le champ d'intersection propre au ban où émerge l'affinité du pouvoir souverain et de la vie nue. C'est pourquoi

³¹ AUDEVILLE-AUGIER, Michèle – "Le phénomène de l'exclusion dans l'épisode de la folie d'Yvain, le chevalier au lion". In *Exclus et systèmes d'exclusion dans la littérature et la civilisation médiévales*. Aix-en-Provence: PUP, 1978, § 17.

³² LE GOFF, Jacques et VIDAL-NAQUET, Pierre – "Lévi-Strauss en Brocéliande. Esquisse pour une analyse d'un roman courtois". *Critique* 325 (1974), p. 550.

celle-ci est le référent immédiat de la souveraineté et l'élément politique originaire³³.

Le double zoomorphe

Commence alors la seconde partie de chaque récit, centrée sur les étapes de réintégration du chevalier dans l'ordre humain. Précisons que, dans le cas d'Yvain, le processus de réintégration est plus long et comprend toute la seconde partie du roman jusqu'à la reconnaissance par la cour du chevalier au lion après le combat en match nul avec Gauvain, suivi de la réconciliation avec la Dame. Mais pour ce qu'il en est de l'épisode de la folie, celui-ci s'achève sur la guérison d'Yvain. Dans les deux cas l'étape finale présente un scénario qui articule sommeil, nudité et honte. La différence principale concerne l'espace : le retour de Bisclavret à la condition humaine a lieu dans la chambre du roi alors que celui d'Yvain a lieu à la forêt sous les yeux d'une femme.

Le roi ramène Bisclavret à la cour où ils nouent une grande amitié et deviennent inséparables. Le garou se conduit en chien domestique mais garde son corps de loup dont il faudra le débarrasser à partir du moment où l'on entrevoit qu'il est le baron mystérieusement disparu. Après l'agression qui la laisse grièvement défigurée, la femme avoue sous torture où sont les vêtements grâce auxquels Bisclavret recouvrera la forme humaine. Mais une fois mis devant les vêtements, le loup n'en fait rien. Saisissant qu'il a honte de s'habiller en public, le roi l'emmène dans sa chambre et l'y laisse pendant un certain temps au bout duquel il revient et découvre le baron endormi sur son lit.

C'est sur ce scénario que Claude Lecouteux découvre le double zoomorphe. Lecouteux considère que le sommeil incongru de Bisclavret est un motif inexplicable et inexplicable dans le récit. La seule explication possible, selon lui, est la croyance au double. Le sommeil est "en fait l'état normal de celui qui se dédouble. Les vêtements sont donc de toute évidence le substitut du corps"³⁴. En effet, la croyance stipule que le corps reste endormi ou en léthargie pendant que l'âme erre sous la

³³ AGAMBEN, Giorgio – *Homo sacer*, pp. 98, 123.

³⁴ LECOUTEUX, Claude – *Fées*, p. 134.

forme d'un animal, le loup et l'ours étant les plus fréquents. En tant que symbole du corps, les vêtements abandonnés signifient que l'âme s'en est séparée et se rhabiller signifie que l'âme retourne au corps. Dans *La Cité de Dieu*, Augustin, exprimant la doxa chrétienne selon laquelle la métamorphose est une illusion démoniaque sans consistance ontologique, redéfinit la croyance païenne au double en remplaçant l'âme par ce qu'il appelle le *phantasticum* :

Je crois que le *phantasticum* de l'homme qui (...) sans être corps, prend cependant avec une rapidité étonnante les formes ressemblantes des corps, peut se présenter, quand les sens corporels de l'homme sont assoupis ou abattus, aux sens d'autres hommes sous une apparence corporelle, je ne sais de quelle manière ineffable, de sorte que les corps eux-mêmes des hommes gisent quelque part, vivants, bien sûr, mais dans un engourdissement des sens plus lourd et plus profond que le sommeil³⁵.

Comme l'explique Laurence Harf-Lancner, chez Augustin, "la transformation n'atteint pas plus le corps que l'âme, mais seulement le *phantasticum*"³⁶. Et comme Augustin, Lecouteux met l'accent sur le sommeil ou l'inconscience comme condition de la métamorphose qui n'est pas réelle mais fantasmatique. Ce n'est pourtant pas ce qui se passe dans le lai de Marie de France où rien n'indique que le loup-garou n'est pas réel. Ses mutations cycliques et volontaires, celle, involontaire, causée par son épouse, sa capture et son installation à la cour auprès du roi, son agressivité envers la femme à qui il arrache le nez et autres éléments du récit sont racontés comme des faits réels, non comme le rêve d'un personnage et/ou une hallucination collective. Ils sont réels dans le monde fictionnel de *Bisclavret*, récit qui s'inscrit dans le merveilleux breton dont la logique ne coïncide pas forcément avec celle de la littérature apologétique³⁷. C'est donc uniquement sur le côté énigmatique du

³⁵ Cité par LECOUEUX, Claude – *Fées*, pp. 124-125. La citation est tirée du *De Civitate Dei*, Livre XVIII, de Saint Augustin. La traduction en français se trouve dans *La Cité de Dieu*, livres XV-XVIII, édition de B. Dombart et A. Kalb, introduction générale et notes par G. Bardy, traduction française de G. Combès. Paris: Institut d'études augustiniennes, 1996, 1^{re} éd. 1960.

³⁶ HARF-LANCNER, Laurence – "La métamorphose illusoire : des théories chrétiennes de la métamorphose aux images littéraires du loup-garou". *Annales. Économies, sociétés, civilisations* 40/1 (1985), pp. 208-226.

³⁷ Je ne suis donc pas la pensée de Harf-Lancner sur l'unité de l'interprétation médiévale de la métamorphose. Certes, il ne faut pas prendre la littérature apologétique et la littérature de fiction comme des blocs homogènes qui exprimeraient des cultures ou des mentalités divergentes, d'autant plus que les deux types de textes étaient écrits par des lettrés imprégnés de culture cléricale. Cela n'implique pas que "la littérature apologétique et la littérature narrative de la métamorphose présentent le même refus, le même rejet de la métamorphose du côté de l'illusoire et de l'irréel"

sommeil associé aux habits qui procurent le retour au corps humain, que Lecouteux concentre la prégnance sémantique et figurative du récit. Son approche s’inspire de la tradition théorico-critique du soupçon et de la déconstruction, pour autant qu’elle se méfie de ce que le texte raconte : il faut “relire les textes en refusant ce qu’ils suggèrent et imposent pour ne s’attacher qu’aux faits”³⁸. Mais quels sont ces faits ? Si le texte est un palimpseste et la lecture se doit de repérer des indices hérités du passé, alors les faits narrés sont assimilés à des indices pré-interprétés renvoyant à la croyance païenne qui serait le *vrai* texte. Dans cette logique, l’histoire de Bisclavret ne ferait que déguiser la croyance au double, croyance archaïque mais persistante malgré le travail de reformulation et d’adaptation que les clercs du XII^e siècle faisaient subir au patrimoine narratif. Mais si l’enjeu est de saisir des motifs païens refoulés par l’écriture des auteurs et autrices du XII^e siècle, on se demande alors pour quelle(s) raison(s) ceux/celles-ci auraient recours à des histoires de loup-garou, motif païen archaïque s’il en est, pour dissimuler la croyance au double. Celle-ci ne choque pas la doxa chrétienne, comme le montre le discours d’Augustin sur le *phantasticum*, pour autant qu’elle sert justement à nier la métamorphose physique, laquelle constitue, selon des critères cléricaux, un scandale³⁹. Dans la perspective chrétienne, la métamorphose physique est bien plus scandaleuse que la dissociation de l’âme et du corps. En bref, puisqu’on parle de croyances païennes extrêmement durables, pourquoi ne pas se tenir tout simplement à la croyance au loup-garou que le texte thématise ouvertement ?

D’autre part, si l’ensemble sommeil-habits indique ladite croyance au double, il semble pertinent de se demander quelle est la fonction du double ainsi conçu dans l’économie narrative du lai. Car, si la croyance procure une explication onirique ou hallucinatoire pour la métamorphose en loup-garou, elle n’a aucune portée herméneutique en ce qui concerne le déroulement diégétique lui-même, les conflits et les alliances entre les personnages, leurs rôles, leurs crises, leurs espaces, leurs

(HARF-LANCNER, Laurence – “La métamorphose illusoire”, p. 224). La littérature narrative crée des mondes fictionnels dont la cohérence interne et la logique de fonctionnement n’a pas à assumer forcément les croyances officielles.

³⁸ LECOUTEUX, Claude – *Fées*, p. 16.

³⁹ Même si le garou n’est pas un loup mais un homme-loup. Au XI^e siècle, Burchard de Worms établit dans son pénitentiel une peine de dix jours au pain et à l’eau pour ceux qui croient au loup-garou qu’il déqualifie de “sottise populaire” (cité par HARF-LANCNER, Laurence – “La métamorphose illusoire”, p. 213).

actions et mouvements. L'interprétation de Lecouteux produit plus d'énigmes qu'elle n'en éclaire : par exemple, pourquoi le double est-il un fauve, pourquoi la forme animale de l'âme dégagée n'est pas celle d'un oiseau ou d'un écureuil ou d'une chèvre. Quelle lumière fait ladite croyance sur l'alliance du roi et du chevalier ?

À mon avis, au lieu de donner forme animale à l'âme qui se dégage du corps du baron pendant le sommeil, le garou doit être considéré comme le double zoomorphe du roi au sens de Agamben, où chacun représente les deux modalités, inséparables, de suspension de la loi : par exception et par exclusion. Le loup-garou participe ainsi à l'image féroce du roi, seigneur de la forêt, des animaux et de la vie sauvage. L'apport de Derrida à la conception féroce de la souveraineté est aussi très important. Malgré sa polémique avec Agamben et sa critique de la notion de vie nue, Derrida arrive à des conclusions similaires en ce qui concerne l'alliance du fauve et du souverain : tous les deux sont hors la loi, au-dessus ou en marge du droit que la bête ignore et que le souverain a le droit de suspendre⁴⁰. Derrida considère que la bête et le souverain forment un couple ontologique : "la bête e(s)t le souverain"⁴¹. Il introduit la différence sexuelle dans le couple humain-animal. Il insiste sur le féminin : *la* bête et le souverain. L'alliance du roi et de son double est soudée par une fascination mutuelle dans laquelle chacun reconnaît dans l'autre une sorte de double, devenant l'autre, étant l'autre, dans une "attirance ontologico-sexuelle"⁴². Dans ce devenir-bête du souverain qui est aussi un devenir-souverain de la bête, la place de celle-ci peut être occupée par des êtres qui sont typiquement à maîtriser : l'esclave, l'enfant et la femme. Or, nos histoires sont déclenchées par le pouvoir exorbitant et illégitime de l'épouse qu'il s'agit justement soit de dominer soit de liquider. Elles racontent la subjugation de la bête-femme par le souverain-homme qui reprend et renforce son autorité. Le devenir-fauve du chevalier soutient une certaine image de la souveraineté qui est foncièrement masculine. La souveraineté du roi comme celle du mari est féroce pour autant que le fauve est impliqué dans l'image de puissance, privilège et prestige typiquement associée au genre masculin.

⁴⁰ DERRIDA, Jacques – *A besta*, pp. 45-46, 74, 99.

⁴¹ DERRIDA, Jacques – *A besta*, p. 73.

⁴² DERRIDA, Jacques – *A besta*, p. 74.

Le bel au bois dormant

Dans cet autre récit de métamorphose qu'est la séquence de la folie d'Yvain, on retrouve un scénario semblable articulant le sommeil, la nudité et la honte. Alors que le corps pudiquement habillé de Bisclavret endormi s'offre au regard homoérotique du roi⁴³, le corps nu d'Yvain endormi est exposé au regard d'une demoiselle qui passe dans la forêt. Ce nouveau chiasme marque dans le redevenir-humain de chaque personnage une différence au niveau du cadre institutionnel de l'opération : fortement et intimement présent pour Bisclavret, absent pour Yvain. Cette différence suggère un rapport au pouvoir plus souple dans le cas de celui-ci qui restera toujours un peu à l'écart de la cour. En commun, l'érotisme de la scène, plus détaillé et accentué chez Chrétien de Troyes, où le réveil à la condition humaine est dû au regard et surtout aux mains d'une femme. Tout comme l'ermitte, la demoiselle saisit immédiatement que l'homme nu endormi est un fou. Elle descend du cheval et se met à examiner méticuleusement son corps. Le narrateur suggère ironiquement le plaisir féminin de la contemplation quand il dit qu'elle a fini par l'identifier à une cicatrice au visage qu'elle avait souvent vue : "Au reconoistre molt tarda,/et tote voie l'esgarda,/tant qu'an la fin li fu a vis,/d'une plaie qu'il ot el vis ;/c'une tel plaie el vis avoit/Mes sire Yvains; bien le savoit ;/qu'ele l'avoit assez veü" ⁴⁴. L'ironie de Chrétien indique simultanément l'impudeur du regard féminin et la beauté du corps masculin, typiquement accentuée par la marque érotique de la cicatrice. Sous le regard féminin, le corps du fou n'est pas seulement un corps humain mais un corps masculin érotisé et identifié comme celui de Monseigneur Yvain. Ce regard qui restitue au fou son identité de genre et son identité sociale et civile, est décisif pour la réintégration d'Yvain dans l'ordre humain. Après l'avoir identifié, la demoiselle épuise un onguent magique, qui avait appartenu à Morgane, dans un massage de tout le corps jusqu'à l'orteil. Cette friction avec l'onguent magique lui restitue la raison. Il fallait en utiliser très peu, car l'onguent était précieux et, pour l'effet souhaité, il suffisait de masser les tempes, mais la demoiselle, emportée dans le plaisir de toucher le beau corps, l'a gaspillé. Deux remarques : la première pour souligner que c'est le désir féminin qui restitue la raison à cet homme devenu fou à cause de l'indifférence de la Dame qui l'a répudié ; la seconde pour noter que, dans la mesure où la substance qui guérit est un onguent magique épuisé dans un massage complet dont la valeur érotique excède la valeur thérapeutique, le désir féminin,

⁴³ "plus de cent feiz l'acole et baise" (MARIE DE FRANCE – *Lais*, v. 301).

⁴⁴ CHRÉTIEN DE TROYES – *Le Chevalier au lion*, v. 2897-2903.

tout en guérissant le fou, opère symboliquement un passage politique fondamental : le pouvoir (magie) passe des mains féminines à la tête masculine (raison)⁴⁵. Autrement dit, la récupération de la condition humaine par le protagoniste est parallèle au recentrage du pouvoir masculin – non pas sur un roi-loup comme dans *Bisclavret*, mais sur un chevalier-au-lion qui, après maintes épreuves, reconquerra sa terre et sa femme à l'écart de la cour, dans ce que, avec Adler, j'appellerai la souveraineté patriarcale du mari.

Ensuite la demoiselle prépare le réveil d'Yvain de façon à éviter qu'il ait honte de se voir nu. Elle laisse de beaux habits de chevalier à côté de lui et se cache derrière un arbre pour voir sans être vue. Quand Yvain se réveille, il a honte de se voir nu, ce qui signale qu'il est bel et bien guéri. Il s'habille rapidement et c'est alors que la demoiselle se donne à voir et échange avec lui. Avec la raison, Yvain a récupéré la parole. Il est redevenu humain.

La corrélation entre raison et pudeur est ainsi présente dans les deux scénarios de retour à la condition humaine, en amont du sommeil pour *Bisclavret*, en aval pour Yvain. Quant au sommeil lui-même, il sert à exposer le corps de l'homme, nu ou habillé, à un regard qui l'investit de la valeur d'objet du désir, ce qui semble donc participer à sa réinsertion dans la communauté humaine. Rappelons que les deux chevaliers ont été bannis parce qu'ils étaient devenus indésirables à leurs épouses. Les deux textes introduisent ainsi le désir dans la problématique biopolitique qu'ils dramatisent.

L'analyse comparative du *Bisclavret* et de l'épisode de la folie d'Yvain a dégagé des lignes parallèles et croisées qui relient étroitement les deux récits. Mais si l'on peut dire que le loup-garou est le double zoomorphe soit de *Bisclavret* selon la lecture folklorique, soit du roi selon la lecture politique, on ne saurait dire avec la même certitude que le fou est un double zoomorphe. Il serait possible de considérer que l'épisode exprime la croyance au double pour autant que, suivant la logique de Lecouteux, ce que fait le fou serait un rêve d'Yvain qui dort dans la forêt. Mais comme pour *Bisclavret*, la croyance au double a une portée herméneutique assez faible qui ne fait qu'allégoriser le récit. Toujours est-il que le fou n'est pas zoomorphe et qu'Yvain n'établit pas de lien fort avec le roi. Cependant Yvain a un double zoomorphe. En effet, une fois guéri et après avoir défendu la dame de Norison contre les prétentions du comte Alier, Yvain rencontre un lion qu'il libère de l'étreinte mortelle d'un énorme serpent. Domestiqué et humanisé, le lion devient son compagnon

⁴⁵ ÁLVARES, Cristina; DIOGO, Américo – “La demoiselle de Norison : la fin d'un monde où l'on croyait aux fées”. *Sénéfiance* 33 (1993), pp. 9-22.

fidèle, tout comme le loup l'est du roi, dans un rapport symétrique : “ Il est à moi et je a lui ”⁴⁶. Et, comme le loup, la domestication ne vient pas à bout de sa nature sauvage. Le lion participe aux combats à côté d'Yvain, ce qui manifeste l'affinité et la complémentarité entre la violence chevaleresque et la férocité de la prédation :

A ce cop li lçons se creste,/de son seignor eidier s'apreste,/ et saut par ire et par grant force/s'aert, et fant con une escorce,/sor le jaiant, la pel velue,/si que desoz li a tolue/une grant piece de la hanche ;/les ners et les braons li tranche,/et li jaiantz li est estors,/si bret et crie come tors,/que molt l'a li lçons grevé ;/le pel a a deus mains levé/et cuide ferir, mais il faut,/car li lçons en travers saut,/si pert son cop et chiet en vain/par delez mon seignor Yvain,/que l'un ne l'autre n'adesa./Et mes sire Yvains antesa,/si a deus cos entrelardez./Eins que cil se fust regardez,/li ot, au tranchant de s'espee,/l'espaule del bu dessevree (v. 4213-4234).

Dans le compagnonnage d'Yvain et du lion la souveraineté n'est pas incarnée par le personnage humain mais par le personnage animal : le lion roi de tous les animaux⁴⁷. Tandis que dans le lai le roi est inséparable du chevalier-loup, dans le roman, le chevalier est inséparable du roi-lion. Un nouveau chiasme émerge donc du double zoomorphe⁴⁸. En ce sens, plutôt que de ramener la complexité des récits à une croyance lointaine, la lecture politique, inspirée de Agamben et de Derrida, indique que le double

⁴⁶ CHRÉTIEN DE TROYES – *Le chevalier au lion*, v. 6461.

⁴⁷ Ainsi le qualifie Pierre de Beauvais dans son *Bestiaire* : le lion “est le roi de tous les animaux” (*Bestiaires du Moyen Âge*. Mis en français moderne par G. Bianciotto. Paris: Stock, 1980, p. 21).

⁴⁸ Voici une synthèse des principales lignes croisées reliant les deux récits:

	Bisclavret	Yvain
	Loup-garou	Lycanthrope
	Métamorphose physique	Métamorphose psychique
Répudié	Épouse surestimée (il partage son secret)	Épouse sous-estimée (il oublie le délai)
Banni dans la forêt	Il est nu il est loup Prédation et carnivorie	Il est fou il est nu Prédation et carnivorie
Reconnu humain	Par le roi qui chasse Raison Animal humanisé	Par l'ermite qui défriche Corps Homme animalisé
Guéri	Amitié avec le roi à la cour Il dort habillé sur le lit royal Honte avant (de s'habiller en public) Désir homoérotique (regard du roi)	Contrat tacite avec l'ermite à la forêt Il dort nu dans la forêt Honte après (de se voir nu en privé) Désir hétéroérotique (regard et mains de la demoiselle)
Double zoomorphe	Chevalier-loup et roi	Roi-lion et chevalier

zoomorphe (loup-garou, lion) fait partie d'un imaginaire politique foncièrement patriarcal et masculin où le souverain et le fauve forment une unité.

Conclusion

Organisés autour du devenir-fauve du chevalier, ces deux récits participent à un imaginaire politique qui relie souveraineté et animalité. D'abord la métamorphose physique ou psychique du chevalier (garou ou lycanthrope) se déploie en vie nue et crue du banni. Ensuite, lors du processus de sa réintégration dans l'ordre humain, le chevalier-fauve rejoint une figure (humaine ou animale) de la royauté. Dans cet imaginaire politique fondé sur l'animalité humaine, l'enjeu est le lien entre le baron et le roi et c'est là que le double zoomorphe intervient. Le loup est le baron auprès du roi : domestiqué, sa férocité passe à l'autorité du souverain. Sa réintégration dans la *polis* (en son centre, la chambre royale) est concomitante à l'affirmation du pouvoir souverain de décider qui est et qui n'est pas protégé. Le lion est le roi auprès du baron : domestiqué, sa férocité est solidaire de la vaillance du chevalier dans son pénible parcours jusqu'à recouvrer sa seigneurie sur un domaine et une dame qu'il se doit de protéger. Les transitions ontologiques (humain-animal-humain) permettent la formation de cette alliance du fauve et du souverain, de cette figure politique du souverain-fauve, de l'homme-fauve, précédée et préparée par l'hybridité ontologique du banni, lequel figure les racines sauvages et animales du pouvoir.

L'enjeu politique se déploie aussi dans le champ du genre. Dans le contexte de la centralisation du pouvoir du roi contre la dispersion polycentrée du pouvoir féodal, le loup-chien est le baron non seulement protégé par le roi mais aussi soumis à son autorité. La liquidation du pôle autonome qui abritait la vie conjugale de Bisclavret, consolide la cour comme l'unique institution noble dans laquelle l'espace privé et intime coïncide avec l'espace public (la chambre royale). Le pouvoir souverain se renforce sur la disparition de la femme et de l'institution matrimoniale. À leur place se noue le lien homo-affectif entre le roi et le baron qui imprègne la coalescence du souverain et du loup. Dans le roman de Chrétien, le lion, qui peut être aussi docile qu'un chien, occupe la place du roi à côté du baron. Homme et bête se protègent

récioproquement, l'un prenant soin de l'autre. Le pôle autonome qui abritait la vie conjugale d'Yvain n'est pas liquidé. Cour et domaine baronnial coexistent dans un dénouement du récit qui devrait plaire davantage aux féodaux. Contrairement à Bisclavret, Yvain ne demeure pas à la cour, il rejoint sa femme et rétablit le lien conjugal sur des critères qui lui sont favorables. Protégée par lui, la Dame lui est soumise. La domestication du loup et du lion, qui encadre, en amont ou en aval, le redevenir-humain du garou et du lycanthrope, retentit dans la subjugation de la femme dont le pouvoir excessif avait nuit à l'homme.

Références bibliographiques

Sources

CHRETIEN DE TROYES – *Le Chevalier au lion*. Ed. M. Roques. Paris: Champion, 1982.

MARIE DE FRANCE – *Les Lais*. Ed. J. Rychner. Paris: Champion, 1983.

Études

ADLER, Alfred – “Sovereignty in Chrétien’s Yvain”. *PMLA* 62/2 (1947), pp. 281-305.

AGAMBEN, Giorgio – *Homo sacer. Le pouvoir souverain et la vie nue*. Paris: Seuil, 1997 [1995].

ÁLVARES, Cristina – “Bestiaire en marge. Une lecture zoopoétique du *Chevalier au Lion* de Chrétien de Troyes”. *Medievalista* 29 (2021), pp. 277-296. DOI :10.4000/medievalista.3918

ÁLVARES, Cristina ; DIOGO, Américo – “La demoiselle de Norison: la fin d'un monde où l'on croyait aux fées”. *Sénéfiance* 33 (1993), pp. 9-22.

BIANCIOITTO, Gabriel – *Bestiaires du Moyen Âge*. Paris: Stock, 1980.

BOUQUET, Damien; NAGY, Piroska – *Medieval sensibilities. A History of emotions in the Middle Ages*. Cambridge: Polity, 2018.

DERRIDA, Jacques – *A besta e o soberano*. Coimbra: Terra Ocre, 2023 [2008].

GLASSER, Marc – “Marriage and the Use of Force in Yvain”. *Romania* 108/432 (1987), pp. 484-502.

HARF-LANCIER, Laurence – “La Métamorphose illusoire : des théories chrétiennes de la métamorphose aux images médiévales du loup-garou”. *Annales. Economies, sociétés, civilisations* 40/1 (1985), pp. 208-226. DOI : 10.3406/ahess.1985.283152

HUNT, Tony – “Le chevalier au lion : Yvain lionheart”. In LACY, Norris J. and GRIMBERT, Joan Tasker (eds.) – *A Companion to Chrétien de Troyes*. New York: Brewer, 2005, pp. 156-168.

LECOUTEUX, Claude – *Fées, sorcières et loups-garous au Moyen Âge. Histoire du double*. Paris : Imago, 1992.

LE GOFF, Jacques; VIDAL-NAQUET, Pierre – “Lévi-Strauss en Brocéliande. Esquisse pour une analyse d'un roman courtois”. *Critique* 325 (1974), pp. 541-571.

LEGROS, Huguette – *La folie dans la littérature médiévale*. Rennes: PUR, 2013.

NOACCO, Cristina – *La métamorphose dans la littérature française des XII^e et XIII^e*. Rennes: PUR, 2016 [2008]. DOI : [10.4000/books.pur.34965](https://doi.org/10.4000/books.pur.34965)

PIERREVILLE, Corinne – *Loups-garous du Moyen Âge*. Paris: Champion, 2024.

STRAYER, Joseph – *Les origines médiévales de l'état moderne*. Paris: Klincksieck, 1979.

UDEVILLE-AUGIER, Michèle – “Le phénomène de l'exclusion dans l'épisode de la folie d'Yvain, le chevalier au lion”. In COMBARIEU, Micheline de, *et al.* – *Exclus et systèmes d'exclusion dans la littérature et la civilisation médiévales*. Aix en Provence: PUP, 1978, pp. 331-343. DOI: 10.4000/books.pup.3224.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ÁLVARES, Cristina – “Le Garou et le Fou. Le devenir-fauve du chevalier et l'imaginaire animal du politique dans deux récits du XII^e siècle”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 211-233. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Un bacio è un apostrofo oscuro ...
(Baci particolari nella lirica galego-portoghese:
Johan Airas de Santiago B1464/V1074)**

**A kiss is a darkly dot ...
(Particular kisses in Galician-Portuguese poetry:
Johan Airas de Santiago: B1464/V1074)**

Fabio Barberini*

Universidad de Oviedo
Departamento de Filología Clásica y Románica
Facultad de Filosofía y Letras
33011 Oviedo (España)

barberinifabio@uniovi.es

<https://orcid.org/0000-0003-0138-1207>

Data recepção do artigo / Received for publication: 21 de Abril de 2026

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 03 de Junho de 2026

DOI:

* Questo articolo è stato realizzato nell'ambito della linea di ricerca *Cultural Relations in 13th C. Iberia. A Study of the Crown of Aragon, Castile and Portugal (DB and Map)*, vincolata al programma "Ramón y Cajal" (bando 2024), ref. RYC2024-051085-I, finanziato dal Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades / Agencia Estatal de Investigación (MICIU/AEI/10.13039/501100011033) e dal Fondo Social Europeo Plus (FSE+).

RIASSUNTO

L'articolo rilegge la *cantiga* B1464/V1074 (*Don Beeito, ome duro*) del trovatore compostelano Johan Airas de Santiago. Nel contesto di quella che sembra essere una burla crudele inflitta dalla sposa fedifraga al suo sciagurato marito, si chiarisce il senso del bacio di D. Beeito: non un bacio vaginale, come generalmente ritiene la critica, bensì una variazione sul tema – già esplorato dai trovatori in lingua d'oc – del *cornar lo corn*.

Parole-chiave: Lirica galego-portoghese; Johan Airas de Santiago; *cantigas de escarnho e de maldizer*; poesia comica; lessico osceno..

ABSTRACT

This article examines the *cantiga* B1464/V1074 (*Don Beeito, ome duro*) by the Compostela troubadour Johan Airas de Santiago. Within the context of the cruel mockery inflicted by the adulterous wife on her hapless husband, the analysis reconsiders the meaning of Don Bieito's kiss: not a vaginal kiss, as most critics have maintained, but rather a variation on the motif – already explored by the Occitan troubadours – of *cornar lo corn*.

Keywords: Galician-Portuguese Lyric; Johan Airas de Santiago; *cantigas de escarnho e de maldizer*; comic poetry; obscenity.



“EVINQUARBRE: Quel sermon est ceci? Vous ne parlez que du cul.

NOSTRADAMUS: Ce seroit belle chose de parler du cul; ce seroit un langage excellent; il seroit plain de toutes sentences, et si cela estoit on parleroit comme on s’assiet; et si on escrivoit de mesme, vraiment on verroit de belles ortographes de femmes, qui souvent escriroient du cul”.

(Béroalde de Verville, *Moyen de parvenir*, sermon VI)

A mezzo cammino tra “epigramma” scommatico e *Scherzlied* grossolano, la *cantiga* di Johan Airas de Santiago¹, “Don Beeito, ome duro” (B1464/V1074) – “una poesiola oscena e di nessun pregio artistico”, secondo il giudizio (chissà eccessivamente *tranchant*) di Valeria Bertolucci² – mette in scena una curiosa (e non del tutto chiara) peripezia sessuale e si colloca in quei territori letterari, privi di rigide frontiere, in cui l’ingegno poetico medievale si diverte a mettere in discussione – senza arrivare a oltrepassarli – i limiti del decoro. Rileggo il testo nelle lezioni fissate da Manuel Ferreiro (cui rinvio anche per la discussione puntuale dei *loci critici*, soprattutto per i problemi di *varia lectio* che incidono sui rimanti dei vv. 10-11)³:

¹ Trovatore compostelano la cui attività può collocarsi nelle ultime decadi del s. XIII; si vedano OLIVEIRA, António Resende de – “Do Cancioneiro da Ajuda ao *Livro das Cantigas* do Conde D. Pedro: análise do acrescento à secção das cantigas de amigo de ω”. *Revista de História das Ideias* 10 (1988), pp. 691-751, a p. 732 e OLIVEIRA, António Resende de – *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Edições Colibri, 1994, pp. 356-357: “os elementos disponíveis apontam para o período posterior a 1270 como o mais provável para situarmos a produção poética e musical deste autor. Neste contexto o João Airas de Santiago que, em 1302 e com sua mulher Maria Anes do Souto, litiga com o deão de Santiago sobre um casal em Sabadelhe (DURO PEÑA, Emilio – *Catalogo de los documentos privados en pergamino del Archivo de la Catedral de Orense*. Orense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1973, doc. 545) tem mais possibilidades de poder vir a ser identificado com o autor em causa do que o mercador documentado em 1222” (il contributo menzionato nella citazione rinvia a DURO PEÑA, Emilio – *Catalogo*). In precedenza l’editore di Johan Airas aveva considerato “más seguro situarlo [Johan Airas de Santiago] cronológicamente a mediados del siglo XIII, como trovador cuya actividad vital transcurre bajo los reinados de Fernando III de Castilla y, sobre todo, de Alfonso X” (RODRÍGUEZ, José Luís – *El Cancionero de Joan Airas de Santiago. Edición y estudio*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1980, p. 21).

² BERTOLUCCI, Valeria – “A proposito di una recente edizione di Johan Airas de Santiago”. *Studi Mediolatini e Volgari* 9 (1961), pp. 71-100 [ampia e dettagliata recensione dell’edizione di FERNÁNDEZ POUSA, Ramón – “Cancionero gallego de Joán Airas, burgués de Santiago (s. XII-XIII)”. *Compostellanum. Revista de la Archidiócesis de Santiago de Compostela* 4:2 (1959), pp. 251-280 e 4:4 (1959), pp. 615-667].

³ FERREIRO, Manuel – “Apostilas ao texto da cantiga *Don Beeito, ome duro* [B 1464, V 1074] de Joan Airas de Santiago”. In ESTEVE, Cesc et alii (eds.) – *El texto infinito. Tradición y reescritura en la Edad Media y el Renacimiento*. Salamanca: Seminario de Estudios Medievales y Renacentistas; Sociedad de

Don Beeito, ome duro,
foi beijar pelo oscuro
a mia senhor. 3

Om'é, om'aventurado:
foi beijar pelo furado
a mia senhor. 6

Vedes que gran desventura:
beijou pela fendedura
a mia senhor. 9

Vedes que moi grand'abeto:
foi beijar pelo bureco
a mia senhor. 12

[Don Bieito, uomo duro, se ne andò a baciare al buio la mia signora. // È davvero un uomo molto audace: se ne andò a baciare attraverso il foro la mia signora. // Guardate che grande sciagura: ha baciato attraverso la fessura la mia signora. // Guardate che grande inganno: se ne andò a baciare attraverso il buco la mia signora]⁴.

Manuel Rodrigues Lapa – che, come di consueto, di fronte al pur minimo sentore di “oscenità”, applicava immediatamente un protocollo di neutralizzazione puritana – si limitò a poche frettolose annotazioni:

outra vez D. Beeito como alvo dos motejos do trovador santiaguês: agora escarnece-o de beijar às escondidas a sua senhora, parecendo haver aqui, além disso, uma alusão obscena, como se deduz sobretudo da expressão *pela fendedura*. Quando João Airas fala em *mia senhor*, quer maliciosamente dizer que era a senhora dos dois”⁵.

Estudios Medievales y Renacentistas, 2014, pp. 511-527.

⁴ Qui e sempre, dove non altrimenti segnalato, le traduzioni dei testi citati sono mie. Di questa *cantiga* si veda anche la traduzione in inglese di María Reimóndez, in ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “*Per arte de foder*”. *Cantigas de escarnio de temática sexual*: Berlin, Frank & Timme Verlag, 2017, p. 186: “Don Bieito, a hard man, came and kissed my Lady in the dark. // A daring man he was, and he thus kissed my Lady’s hole. // See, how unfortunate: he kissed my Lady through the gap. // See, such urgency: he kissed my Lady on the hole”.

⁵ LAPA, Manuel Rodrigues – *Cantigas d’escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Vigo: Editorial Galaxia, 1970 (1^a ed. 1965), p. 282.

Più tardi, José Luís Rodríguez, editore critico del trovatore compostelano, senza darsi eccessivo disturbo per chiarire il senso del componimento, riprese *in toto* la glossa di Lapa aggiungendovi soltanto qualche minima postilla: “nueva sátira contra don Beeito, acusado ahora de impúdicas licencias con “su” dama [...] nótese el equívoco centrado sobre *mia*, entendido como posesivo o como tratamiento”⁶. Tale equivoco, però, si percepisce a fatica, e non è neppure così evidente la sua portata comica. In termini generali, del resto, non sembra che il senso della satira si articoli – per parafrasare il noto verso di Salinas – intorno all’“alegría de vivir en los *posesivos*”.

Un primo passo in avanti verso la messa a fuoco del significato dell’*escarnho* di Johan Airas lo si deve, invece, a Xosé Bieito Arias Freixedo che ha proposto questa brillante lettura della *cantiga*:

Joan Airas exterioriza con ironía a súa sorpresa ao descubrir que don Bieito se vía ás agachadas coa súa *senhor*. Mais o afrontado pola infidelidade non é o sorprendidísimo Joan Airas, senón o propio don Bieito, xa que a *senhor* que vai beixar ás escondidas é a súa propia muller, da cal Joan Airas dá a entender, ao chamarlle *mia senhor*, que era a súa amante⁷.

L’*hequivocatio*, pertanto, più che nel duplice valore semantico da attribuire a *mia*, risiede nella relazione che due dei personaggi implicati nella satira – l’autore (Johan Airas) e il suo bersaglio (D. Bieito) – intrattengono con il terzo attante, vale a dire la *senhor* baciata nel *refram*: sposa legittima del secondo e amante del primo.

A sostegno della sua lettura, Arias Freixedo richiama l’imbarazzante episodio ominoso che – secondo la terza e ultima *cantiga* del ciclo che Johan Airas dedica a questo personaggio di difficile identificazione⁸ – si verifica proprio alle nozze di D.

⁶ RODRÍGUEZ, José Luís – *El Cancionero de Joan Airas*, p. 303 *passim*.

⁷ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “*Per arte de foder*”, pp. 186-187; cf. anche ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – *Antoloxía de poesía obscena dos trobadores galego-portugueses*. Santiago de Compostela: Edicións Positivas, 1993, pp. 136-137.

⁸ La *cantiga* in esame, in effetti, fa parte d’un breve ciclo di tre testi tutti dedicati a un tal D. Beeito, personaggio di difficile identificazione, forse un mercante di tessuti (il dato, comunque, si ricava dal primo componimento della sequenza) anch’egli di origine compostelana. Il ciclo, nell’ordine in cui lo trasmettono i canzonieri **B** (Colocci-Brancuti: Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, res. cod. 10991) e **V** (Città del Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Vat. Lat. 4803), è composto dai seguenti componimenti: 1) *Dizen que ora chegou don Beeito* (B1463/V1073); 2) *Don Beeito, ome duro*

Bieito (B1465/V1075):

U con Don Beeito aos preitos veeron
cuspiron as donas, e assi disseron:

“Talhou don Beeito
aqui o feito”. 4

E, pois que ouveran ja feita sa voda,
cuspiron as donas, e diz dona Toda:

“Talhou don Beeito
aqui o feito”. 8

Todas se da casa con coita saian,
e ian cospindo todas, e dizian:

“Talhou don Beeito
aqui o feito”⁹. 12

[Quando con Don Bieito vennero agli sposali, le donne sputarono (a terra) e dissero così: “Qui Don Bieito ha concluso l’affare”. // E dopo che furono celebrato le nozze, sputarono (a terra) le donne e disse Donna Toda: “Qui Don Bieito ha concluso l’affare”. // Tutte uscirono di casa angustiate e tutte sputando (a terra) dicevano: “Qui Don Bieito ha concluso l’affare”].

Il riscontro merita di essere preso in seria considerazione, visto che proprio la sposa di D. Bieito sembra essere l’elemento unificatore di questa breve sequenza di *cantigas*. La donna appare infatti anche nel primo componimento del ciclo (B1463/V1073), ancorché in termini non del tutto chiari:

Dizen que ora chegou don Beeito,
muit[o] alegre pera sa molher,
con sas merchandias de Mompiler;

(B1464/V1074); 3) *U con Don Beeito aos preitos veeron* (B1465/V1075). Sull’ordine dei testi si dovrà ritornare più avanti in conclusione di questo contributo.

⁹ Testo da RODRÍGUEZ, José Luís – *El Cancionero de Joan Airas*, p. 305; cf. ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – *Per arte de foder*, p. 187: “Noutra cantiga de Joan Airas (B1465, V 1075, [63, 76]) parece deducirse que os asistentes á voda de don Bieito saían do casamento asegurándolle un porvir pouco venturoso, e polo que se ve non ían descamiñados os prognósticos, xa que non é frecuente que un marido teña que verse a furto coa súa propia esposa”. E cf. ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – *Antoloxía de poesía obscena*, p. 137.

mais dizer-vos quer'ora un preito:
 ja Deus no[n] me leixe entrar sobre mar, 5
 se, polo custo, queria filhar
 o mercado que [e]l [á] algur feito.

E por un d'estes nossos miradoiros
 veo aqui, ben guisado, esta vez,
 con sas merchandias que ala fez; 10
 mais dizen que ouve maos agoiros
 e ar dizen que mercou atan mal,
 que nunca end'avera seu cadal,
 ca se lhi danarán mui mal os coiros¹⁰.

[Dicono che è appena arrivato Don Bieito con le sue mercanzie da Montpellier, molto contento per la sua donna; ma adesso voglio farvi una dichiarazione: mai Dio mi consenta di mettermi in mare se, come ricompensa, io voglia concludere l'affare che egli ha stipulato là, da qualche parte. // È arrivato (passando) per uno dei nostri alti sentieri (?), questa volta ben equipaggiato, con le mercanzie che ha comprato lì; ma dicono che fu sotto cattivi auspici e dicono anche che fece un cattivo acquisto di proporzioni tali (*litt.* un male così grande) che mai ne ricaverà alcun capitale, perché il suo cuoio (*litt.* al plurale) gli andrà tutto in malora].

Ma se coglie nel segno l'ipotesi di lettura che ho proposto di recente, sarebbe proprio la sposa lo "sciagurato acquisto" che l'incauto mercante avrebbe concluso laggiù, da qualche parte, al di là dei Pirenei¹¹: "ja Deus no[n] me leixe entrar sobre mar, / se, polo custo, queria filhar / o mercado que [e]l [á] algur feito" (vv. 5-7), "e ar dizen que mercou atan mal, / que nunca end'avera seu cadal" (vv. 12-13). Johan Airas, pertanto, schernirebbe D. Bieito che, povero imbecille, crede d'aver concluso un "affare" vantaggioso "comprando" tale donna e non sa ancora, invece, che sarà proprio la moglie colei che lo condurrà alla rovina. A prescindere, allora, dall'ordine di successione dei testi – problema, evidentemente, non secondario almeno in ordine all'interpretazione complessiva del ciclo (e sul quale si dovrà tornare più

¹⁰ Testo da RODRÍGUEZ, José Luís – *El Cancionero de Joan Airas*, p. 299.

¹¹ Per l'interpretazione della *cantiga* rinvio a BARBERINI, Fabio – "Un acquisto pericoloso (Johan Airas de Santiago: B1463/V1073)". *Medioevo Europeo* 10 (2026), pp. 7-27 (*in stampa*).

avanti) –, l'elemento decisivo è proprio il fatto che la lettura di almeno due delle *cantigas* di questa sequenza – la prima (B1463/V1073) e la terza (B1465/V1074) – convergono nell'assegnare, se non proprio un ruolo di coprotagonista alla moglie di D. Bieito, per lo meno una rilevanza molto particolare alle “disavventure” coniugali di questo personaggio. Tale riscontro rende quindi plausibile, nel secondo componimento della sequenza (B1464/V1074), la possibilità che la *senhor* del *refram* venga a coincidere con la “signora D. Beeito”.

Per altro verso, un'importante conferma in tal senso viene proprio dalla parola-rima del ritornello. *Senhor* – corrispettivo iberico della *midons* dei trovatori in lingua d'oc (anch'essa al maschile, *sub specie gramaticae*) – è termine tecnico della poesia amorosa e, in quanto tale, non è parola innocente, in quanto porta iscritta una marca chiarissima. Da un lato all'altro dei Pirenei, la dama vagheggiata dai trovatori – la si chiami pure *senhor* o *midons*, non importa – è, in linea generale, una signora sposata. Nel caso della *cantiga* di Johan Airas, pertanto, le possibilità sono fondamentalmente due, e (mi pare) l'una elide l'altra: (1) Johan Airas e D. Beeito sono effettivamente amanti della stessa *senhor*, che però dovrebbe essere sposata con un terzo uomo, (2) la *senhor* di Johan Airas è – ed è questa la ragione per cui entrambi condividono la stessa donna – la moglie di D. Bieito.

La prima possibilità sarebbe, in linea di principio ammissibile, ma colliderebbe con le delicate convenzioni cortesi visto che, già a metà del s. XII, il trovatore Bernart Marti aveva decretato che (“Bel m'es lai latz la fontana”, PC 63.3, vv. 12-18):

Dona es vas drut trefana
de s'amor pos tres n'apana:
estra lei
n'i son trei,
mas ab son marit l'autrei
un amic cortes prezant.
E si plus n'i vai sercant
es desleialada
e puta provada¹².

¹² Testo da BEGGIATO, Fabrizio – *Il trovatore Bernart Marti*. Modena: Mucchi Editore, 1984, p. 83. Per la cronologia del trovatore cf. ora GUIDA, Saverio; LARGHI, Gerardo – *Dizionario Biografico dei Trovatori*. Modena: Mucchi Editore, 2014, pp. 96-97 (voce redatta da Saverio Guida).

[La dama si comporta in modo sleale quando riparte il suo amore fra tre (uomini): tre sono fuori della legge; tuttavia, insieme al marito, posso concederle un amico cortese e di valore. E se ne va cercando di più è donna disonorata e puttana provata].

Se, in barba all'“estra lei / n'i son trei”, si accettasse comunque questa ipotesi, si dovrebbe riconoscere, di conseguenza, che il fuoco della satira, centrato su D. Bieito fin dall'inizio, dovrebbe allargarsi fino ad inglobare anche la donna e a caricarsi quindi di sfumature di carattere moralistico, laddove la *dama*, da *senhor* che si comporta secondo i dettami cortesi, scenderebbe al rango di volgare adultera. Questa ipotesi, però, appare meno ricevibile, almeno nella misura in cui l'*escarnho* galego-portoghese – che si configura come una *performance* di corte, un momento di svago (spesso non privo di ricadute politiche) praticato in cerchie più o meno circoscritte di poeti e magnati/mecenati, vale a dire, gruppi culturalmente omogenei che condividono gli stessi valori e “consumano” la poesia in quanto forma di intrattenimento sociale – tende a ridurre al minimo ogni implicazione di stampo moralista (il classico *castigat ridendo mores*) a tutto vantaggio della dimensione comica *tout court*. Si comprende, allora, come entro queste coordinate, l'adulterio – che, se si accetta l'ipotesi secondo la quale la donna sarebbe sposata ad un altro uomo, non riguarderebbe né Johan Airas né D. Bieito, ma il marito della *senhor* – sia trattato come una faccenda che ha a che fare con (e fondamentalmente si risolve tra) gli uomini. Di fatto, e per quanto “o adulterio feminino, e polo tanto a condición infamada dos maridos, é un dos temas predilectos das nosas cantigas de escarnho e maldizer», è poi inevitabile riconoscere che

os escarnecidos son fundamentalmente os maridos, pois [...] no corpo da muller reside a honra do esposo. A vergonza da traizón vese a miúdo implementada nas cantigas por aspectos que engaden unha particularidade máis infamante, se cabe, ao adulterio en si mesmo¹³.

E, in tal senso, è emblematico il breve ciclo di scherno che Pero da Ponte (“Don Bernaldo, pois tragedes”, B1641/V1175) e Airas Peres Vuituron (“Don Bernaldo, por que non entendedes”, B1475/V1086) orchestrano contro Bernal de Bonaval, marito

¹³ NOVO, Olga – «Leda m'and'eu». *Erótica Medieval Galaica*. Noia: Toxosoutos, 2013, p. 148.

imprudente e spensierato che convive *more uxorio* con una donna affiliata al club delle Maddalene *ante conversionem*¹⁴. La satira di Johan Airas, pertanto, risulta molto più efficace se, per l'appunto, la *senhor* del *refram* è legata da vincolo matrimoniale a D. Bieito che, di conseguenza, è a tutti gli effetti il bersaglio dello scherno.

Chiarito questo primo punto, resta da precisarne un altro non meno essenziale. D. Bieito, ardito dispensatore di baci eterodossi, dove depositò – in termini di precisione anatomica – il suo *osculum impudicum*? Da Lapa, inutile dirlo, nessuna precisione di dettaglio. E lo stesso si dica per Rodríguez. Arias Freixedo si limita, in un primo momento, ad un elegante ammiccamento al lettore:

agora ben, hai outro aspecto a ter en conta: as expresións *pelo obscuro*, *pelo furado*, *pela fendedura*, e *polo buraco*, teñen unha dobre interpretación, e así, ademais de equivaler a “ás escondidas”, son eufemismos (intencionadamente pouco dissimulados) que poden interpretarse como alusións obscenas ó lugar concreto do corpo onde D. Bieito beixa a súa muller. Non fai falta aclarar de que ‘fenda’ ou ‘buraco’ se trata¹⁵.

Ad uso, però, dei poveri di spirito (e di immaginazione), lo studioso galego conferma, comunque, nel *Glosario de termos obscenos* a conclusione della sua antologia, che *burato* va inteso come “eufemismo por vaxina” e che, per proprietà transitiva sinonimica, *obscuro*, *furado* e *fendedura* sono ciascuno per suo conto “eufemismo[s] por vulva”¹⁶. Identica esegesi, ma questa volta espressa in termini più espliciti, ritorna poi nella più recente silloge di *cantigas* dedicate all’*ars fodendi*:

en calquera caso, tras esta primeira lectura, hai outra lectura velada baseada nas expresións *pelo obscuro*, *pelo furado*, *pela fendedura*, *pelo bureco*, distribuídas ao longo da cantiga. Todas estas expresións, ademais de equivaler a ‘ás agachadas, furtivamente’, transportan un dobre significado sexual, e indican o lugar concreto do corpo onde don Bieito ía beixar a súa muller: o *furado*, a *fendedura* de acceso á vaxina. Un caso de sexo oral tratado de xeito xocoso¹⁷.

¹⁴ Cfr. BARBERINI, Fabio – “Valor y juego de la interpretación en la crítica textual gallegoportuguesa. La *molher* de Don Bernaldo”. In LUCÍA MEGÍAS, José Manuel (ed.) – *Editar textos medievales en el siglo XXI*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2024, pp. 151-170.

¹⁵ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – *Antoloxía de poesía obscena*, p. 137.

¹⁶ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – *Antoloxía de poesía obscena*, rispettivamente, pp. 188, 189-190 e 191.

¹⁷ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “*Per arte de foder*”, p. 187.

Di questa localizzazione anatomica, però, non riesco a farmi del tutto persuaso. Intanto, mi pare che la satira, vista in questi termini – trattamento giocoso d’un banale *cunnilingus* –, non abbia poi tutto questo mordente. Il “giochetto” avrebbe forse entusiasmato il Marchese de Sade, ma il motivo per cui il pubblico di fine Duecento avrebbe dovuto riderne (e riderne ai danni di D. Bieito) non riesce del tutto chiaro. E non sono convinto del fatto che evocare il “mistero” del sesso lo converta *ipso facto* anche in un “mistero buffo”.

È fuori discussione che *oscula impudica* di questo genere contavano con una tradizione scoptica di parecchi secoli. Già in epoca classica (o, più precisamente, in quella parte dell’evo antico che si etichetta come basso Impero), Marziale aveva dedicato alla questione più d’un epigramma:

Non dixi, Coracine, te cinaedum:
non sum tam temerarius nec audax
nec mendacia qui loquar libenter.
[...]
Quid dixi tamen? Hoc leve et pusillum,
quod notum est, quod et ipse non negabis:
dixi te, Coracine, cunnilingum¹⁸.

[Non ti ho detto, Coracino, che sei un rotto in culo: non sono tanto imprudente, né temerario, né uno che volentieri dice il falso. (...) Che cosa ho detto, allora? Un fatterello di poco conto, insignificante, che è ben noto e che tu stesso non negherai: ho detto, Coracino, che sei un leccapassere].

Il “vizio” del Coracino di Marziale, però, non sembra rientrare tra le principali inquietudini della morale sessuale cristiana che gli zelanti confessori dell’età di mezzo divulgavano e difendevano. Già agli albori di quello che diverrà poi un vero e proprio genere – i *libri poenitentiales*, ovvero la manualistica *ad usum confessoris sive inquisitoris* –, il fortunato *Corrector sive Medicus* di Burcardo di Worms, la questione non è toccata, nemmeno di passo¹⁹. Mentre, infatti, il Vescovo-legislatore prevede

¹⁸ Cf. Testo da MARZIALE, Marco Valerio – *Epigrammi*, Introduzione di Mario Citroni, note di Elena Merli. Milano: Rizzoli, 1996.

¹⁹ Il penitenziale di Burcardo, noto appunto col titolo di *Corrector sive Medicus* (“il correttore, ovvero il medico”) fa parte del *Decretum*, l’opera più rilevante del Vescovo di Worms, una vasta collezione di diritto canonico organizzata in venti libri, che raccoglie testi normativi (di diversa provenienza: padri

una serie molto articolata di infrazioni fornicatorie, con o senza atto penetrativo, perpetrate a danno (o con il concorso più o meno consapevole) di donne, uomini e animali²⁰, alla casuistica dell'*osculum* non è dedicato invece che un solo quesito, ma la curiosità “professionale” del confessore non si allontana dagli organi preposti *secundum naturam* alla bisogna:

Dedisti osculum alicui feminae per immundum desiderium, et sic polluisti? Si

della chiesa, documenti conciliari, decretali pontificie etc.) che regolano il funzionamento della vita ecclesiastica. Il *Corrector* fa parte del diciannovesimo libro della collezione, interamente dedicato alla penitenza, e ne costituisce il quinto canone. Si tratta d'un ampio questionario articolato in 194 domande attraverso le quali Burcardo descrive i peccati in cui il fedele potrebbe incorrere: omicidio, adulterio, credenze e pratiche pagane e/o diaboliche. Oltre all'edizione procurata dai Padri maurini nella *Patrologia Latina* (PL 140 coll. 944-1014), il testo del *Corrector* è edito criticamente in SCHMITZ, Hermann Joseph – *Die Bussbücher und die Bussdisciplin der Kirche*, Vol. 2. Graz: Akademische Druck- u. Verlagsanstalt, 1958 [1ª ed. 1883], pp. 407-452. Una traduzione parziale in portoghese è in BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro; BIRRO, Renan M. – “O *Corrector sive Medicus* (ou *Corrector Burchardi*, ou *Da pœnitentia*, c. 1000-1025) por Burcardo de Worms (c. 965-1025): apresentação e tradução latim-português dos capítulos 1-4, além das ‘instruções’ de penitência 001 a 095”. *Revista Signum* 17 (2016), pp. 266-309.

²⁰ Si vedano, solo a titolo d'esempio, i quesiti 52 (SCHMITZ, Hermann Joseph – *Die Bussbücher*, Vol. 2, p. 421): “Concubuisti cum uxore tua vel cum alia aliqua retro, canico more?” [“Hai posseduto tua moglie, o una qualunque altra donna, da dietro, secondo il modo di fare proprio dei cani”]; 120 (SCHMITZ, Hermann Joseph – *Die Bussbücher*, Vol. 2, p. 435): “Fecisti fornicationem sicut Sodomitae fecerunt, ita ut in masculi terga et in posteriora virgam tuam immitteres, et sic secum coires more Sodomitico?” [“Hai fornicato come fanno fare i Sodomiti, ovvero hai introdotto la tua verga, da dietro, nel deretano d'un uomo e ti sei accoppiato con lui secondo l'abitudine dei Sodomiti?”]; 121 (SCHMITZ, Hermann Joseph – *Die Bussbücher*, Vol. 2, p. 436) “Si cum masculo intra coxes, ut quidam solent, fornicationem fecisti, ita dico, ut tuum virile membrum intra coxes alterius mitteres et sic agitando semen effunderes?” [“Hai fornicato con un uomo tra le cosce, come taluni hanno l'abitudine di fare, mettendo il tuo membro virile tra cosce d'un altro e dimenandoti in questo modo hai sparso il tuo seme?”]; 122 (SCHMITZ, Hermann Joseph – *Die Bussbücher*, Vol. 2, p. 436): “Fecisti fornicationem, ut quidam facere solent, ita dico ut tu in manum tuam veretrum alterius acciperes, et alter tuum in suam, et sic alternatim veretra manibus vestri commoveritis, ut sic per illam delectationem semen a te projiceres?” [“Hai fornicato, come taluni hanno l'abitudine di fare, prendendo tra le tue mani la verga d'un altro, e l'altro la tua nelle sue, e così, alternandovi, avete mosso le mani in modo che, a causa del piacere che ne provavi, hai sparso il tuo seme?”]; 123 (SCHMITZ, Hermann Joseph – *Die Bussbücher*, Vol. 2, p. 436): “Fecisti solus tecum fornicationem, ut quidam facere solent, ita dico, ut ipse tuum virile membrum in manum tuam acciperes, et sic duceres praeputium tuum, et manu propria commoveres ut sic per delectationem semen a te projiceres?” [“Hai fornicato con te stesso, come alcuni hanno l'abitudine di fare, e hai preso nelle tue mani il tuo membro virile, e scoprendo il prepuzio e agitando la mano, hai versato il tuo seme a causa del piacere che hai provato?”]; 126 (SCHMITZ, Hermann Joseph – *Die Bussbücher*, Vol. 2, p. 437): “Fecisti fornicationem contra naturam, id est ut cum masculis vel cum animalibus coires, id est cum equa, cum vacca, vel cum asina, vel cum alio aliquo animali?” [“Hai fornicato contro natura, ovvero ti sei accoppiato con uomini o con animali, come per esempio, una giumenta, una mucca o un'asina o qualunque altro tipo di animale?”]. Sui quesiti 120-121 cf. GAUTHIER, Albert – “La sodomie dans le droit canonique médiéval”. In ROY, Bruno – *L'érotisme au moyen âge. Études présentées au Troisième colloque de l'Institut d'études médiévales*. Montréal: L'Aurore, 1977, pp. 111-122 e COTTIER, Jean-François – “Ordo dans le *Liber Gomorrhianus* de Pierre Damien”. In GOULLET, Monique – *Parva pro magnis munera. Études de littérature tardo-antique et médiévale offertes à François Dolbeau par ses élèves*. Turnhout: Brepols, 2009, pp. 831-856.

fecisti, tres dies in pane et aqua poenitere debes. Si intra ecclesiam hoc contigerat, XX dies in pane et aqua poeniteas²¹

[Hai baciato una donna spinto da desiderio impuro e per questo motivo ti sei contaminato? Se lo hai fatto, dovrai fare penitenza per tre giorni con pane e acqua. Se questo è successo in chiesa, devi fare penitenza per venti giorni con pane e acqua].

La possibilità che il misfatto possa consumarsi anche *intra ecclesiam* (per i tempi, ipotesi tutt'altro che peregrina) escluderebbe, in linea di principio, che il bacio inquisito dal confessore possa essere stato depositato su labbra non visibili alla luce del sole. Si tratterebbe comunque di peccatucci di poco conto, niente che un po' di pane e acqua (magari con un saporito condimento di *Pater noster* e *Ave Maria*) non avrebbe potuto mondare e di cui, ad ogni modo, si sarebbe potuto ridere (sia pure sguaiatamente) *intra tabernam* e a fianco dello stesso trasgressore, ma non certo di lui o alle sue spalle. E con questo rilievo non voglio certo ricondurre il fiume della satira di Johan Airas entro l'alveo del "riso moralizzatore" che (come già detto) non appartiene all'*escarnho* galego-portoghese.

Vorrei tentare, invece, di mettere a fuoco la reale portata dello sberleffo diretto contro D. Bieito. E, da questo punto di vista, a risultare piuttosto debole è proprio l'identificazione vaginale delle varie isotopie anatomiche strategicamente collocate nel secondo verso (e in giacitura rimica) di ciascuna strofa – *obsuro* (v. 2), *furado* (v. 5), *fendedura* (v. 8) e *bureco* (v. 11)–, identificazione, questa, del tutto scontata (quasi *facilior*) se si considera che la destinataria del bacio è, per l'appunto, un soggetto di sesso femminile.

Nel contesto linguistico più ampio, *bureco* (v. 11) va assimilato al galego e al portoghese moderni "*buraco*"²². Ed è noto che, nel lessico lusitano attuale, il

²¹ Ed. SCHMITZ, Hermann Joseph – *Die Bussbücher*, II, quesito 152, p. 436.

²² Cf. FERREIRO, Manuel – "Apostilas ao texto", p. 523: "Finalmente, no relativo ao v. 11, a lectura <bureco> é indubitábel, de xeito que, de principio, se debería comprobar a real existencia desta forma no espazo lingüístico galego-portugués. E, efectivamente, aínda que en absoluto retroceso na actualidade, existen claros indicios da existencia histórica da voz *bureco* como parte dun proceso de palatalización de /a/ presente en diversos territorios portugueses que afecta, entre outras, á voz *buraco*. Para alén disto, nótese a existencia actual da forma *fureco* (e *fureca*), evidente cruzamento entre *furado* e *bureco*, rexistrada no contributo lexicográfico galego de E. Rivas Quintas" (il riferimento citato è RIVAS QUINTAS, Eligio – *Frampas. Contribución al diccionario gallego*. Salamanca: CEME, 1978, s.v. "fureco, fureca").

vocabolo mantiene ancora, in accezione gergale e volgare, il significato di “ano”²³.

Nella stessa direzione, inoltre, si ricavano indicazioni anatomiche più precise e più esplicite proprio nel contesto immediato del lessico della lirica galego-portoghese. *Furado*, al v. 5 (rintracciabile altrove soltanto in un altro *escarnho*), e *fendedura*, al v. 8 (privo invece di paralleli, ma da ricondurre, per prossimità semantica, al participio aggettivale *fendudo*), per quanto applicabili, in linea di principio, anche a orifici di esclusiva pertinenza femminile²⁴, rinviano nel canzoniere profano sempre e solo a contesti e usi inequivocamente “anali”.

Furado è il *sobriquet* che Airas Veaz affibbia a un tale Fernan, bersaglio della sua unica *cantiga d’escarnho* conservata (B446):

Comprar quer’eu, Fernam Furado, muu
que vi andar muy gordo no mercado:
mais trage ja o alvaraz ficado,
Fernam Furado, no olho do cuu;
e anda ben pero que fere d’unha,
e dizen-me que traje hũa espunha,
Fernam Furado, no olho do cuu.

E, dom Fernam Furado, d’aquel muu
creede bem que era eu pagado,
se non que ten o alvaraz ficado,
Fernam Furado, no olho do cuu;
é caçurro e vejo que rrabeja
e tem espunha de carne sobeja,
Fernam Furado, no olho do cuu²⁵

[Voglio comprare un mulo, Fernan Furado, che ho visto al mercato ed è molto robusto, ma ha un’escrescenza ulcerosa, Fernan Furado, ficcata nel buco del culo, e cammina bene, per quanto ogni tanto tira un calcio, ma dicono che ha un’escrescenza spugnosa,

²³ Significato che, invece, non raccoglie, per il galego moderno, il *Dicionario da Real Academia Galega* (<https://academia.gal/dicionario/-/termo/buraco>), consultato il 28/03/2026.

²⁴ Una delle accezioni gergali del termine in portoghese moderno è, per l’appunto, “Fazer perder a virgindade”. Anche in questo caso (cf. nota precedente) non riscontro significato analogo nel galego moderno (<https://academia.gal/dicionario/-/termo/furar>), consultato il 28/03/2026.

²⁵ Testo da ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “*Per arte de foder*”, p. 122 (numero 15).

Fernan Furado, ficcata nel buco del culo. // E credetemi, Fernan Furado, di quel mulo io sarei stato ben soddisfatto, se non fosse che ha un'escrescenza ulcerosa, Fernan Furado, ficcata nel buco del culo; è poco affidabile e vedo che dimena troppo l'anca e ha un'escrescenza spugnosa molto grande ficcata nel buco del culo].

La *cantiga* orchestra un calibrato intreccio di *hequivocationes* a chiave sessuale. Una prima serie si fonda sull'ambiguità semantica dei termini *alvaraz* e *espunlha* (vv. 3 e 10; 7 e 13) che rinviano sia a malattie equine, sia a "inconvenienti" che "en tan delicado lugar" si manifestavano negli omosessuali passivi come conseguenza d'"as acometidas sexuais por vía anal a que se prestaba Fernan Furado, facendo honra ao seu apelido"²⁶. Una seconda serie, invece, formalizza l'identificazione tra il soggetto dal nome così eloquente e il mulo:

o xogo de palabras orixinado por unha sintaxe procuradamente ambigua (*aequivocatio in verbis coniunctis*) consiste, neste caso, en intercalar sempre o nome de Fernan Furado cando se está falando do *muu*, de tal xeito que se poida entender que quen ten *o alvaraz ficado... no olho do cuu* é o propio Fernan Furado²⁷.

E il dato da ritenere, evidentemente, è proprio l'elemento onomastico *escarninho*²⁸, Fernan *Furado*, che, nell'articolazione di questa satira, addita un preciso dettaglio anatomico, nonché l'uso eccessivo cui il suo iperattivo proprietario lo sottoponeva.

Allo stesso contesto – e quindi al medesimo additamento – rinvia anche un altro *sobriquet* sodomitico, il *Fendudo* che Johan Baveca affibbia a un tale Bernal – da alcuni identificato (a mio avviso, a torto) con Bernal de Bonaval trovatore²⁹ –, in procinto

²⁶ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “*Per arte de foder*”, p. 123.

²⁷ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “*Per arte de foder*”, p. 123. Cf. LANCIANI, Giulia – “Ayras Veaz o il trovatore dimezzato”. In LANCIANI, Giulia – *La meccanica dell'errore. Studi di letteratura medievale*. Roma: Viella, 2010, pp. 117-134 [riedizione d'un contributo già apparso con lo stesso titolo in *Cultura Neolatina* 34 (1974), pp. 99-115], a p. 132: “il tema della *cantiga*, evidentemente osceno, si basa sull'equivoca identificazione tra Fernan Furado (un epiteto di chiara allusività, accostabile a quello di Bernal Fendudo) e un mulo, entrambi affetti da un ‘tumore spugnoso’ (*alvaraz*, *espunlha*), strategicamente ubicato. Difetti e qualità della bestia rispecchiano atteggiamenti tipici dell'omosessuale, tra cui particolarmente efficaci la vivacità e il dimenar di coda descritti al v. 12”.

²⁸ Sui meccanismi dell'onomastica *escarninha* si veda FERRARI, Anna – “Il comico onomastico (onomastica ‘*escarninha*’) nella lirica galego-portoghese”. In CIRILLO, Silvana (ed.) – *Il comico nella letteratura italiana. Teorie e poetiche. Scritti in onore di Walter Pedullà*, 2 vols. Roma: Donzelli, 2005, II, pp. 13-36.

²⁹ Sulla questione conto di tornare a breve in altra sede.

d'armarsi e partire per combattere i mori; nome di battaglia: "dona salvage".

Bernal Fendudo, quero-vos dizer
o que façades, pois vos queren dar
armas e "dona salvage" chamar:
se vos con mouros lid'acaecer,
sofrede-os, ca todos vos ferran,
e, dando colbes en vós, cansarán,
e havedes pois vós a vencer.

E ali log', u s'a lide avolver,
verran-vos deles deante colpar;
des i os outros, por vos non errar,
ar querran-vos por alhur cometer;
mais sofrede, feiran per u quer,
ca, se vos Deus en armas ben fezer,
ferindo en vós, han eles de caer.

Pero, com'ha mui gran gente a seer,
muitas vezes vos han a derrobar;
mais sempre vos havedes a cobrar
e eles han máis a enfraquecer,
pero non quedarán de vos ferir
de todas partes; mais, ao [fiir],
todos morrerán en vosso poder³⁰.

[Bernal Fendudo, visto che vogliono darvi le armi e rinominarvi "donna selvaggia", io voglio dirvi quel che dovete fare nel caso vi troviate a combattere i mori: dovete tenergli testa, perché tutti vi attaccheranno ma, a forza di darvi colpi, si stancheranno, e poi sicuramente vincerete. // E lì, non appena inizi la battaglia, verranno a colpirvi davanti, mentre gli altri, per non mancare il bersaglio, vorranno attaccarvi da qualche altra parte: ma voi tenetegli testa perché, da qualunque lato vengano le ferite, se Dio vi darà sostegno nella battaglia, (i mori) dovranno cadere nel momento stesso in cui vi feriranno. // Ma, visto che dovranno essere in molti, vi getteranno a terra molte volte, voi

³⁰ Testo da ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – *"Per arte de foder"*, p. 200 (numero 43).

però dovrete sempre rialzarvi, mentre essi, per quanto non smetteranno di ferirvi da ogni parte, saranno sempre più deboli; alla fine, però, tutti moriranno per il vostro potere].

In questa spassosa parodia d'una cerimonia d'investitura cavalleresca – momento chiave nella vita pubblica dei 'giovinotti di buona famiglia' –, l'*hequivocatio* si muove lungo il filo dei *dous entendimentos* da attribuire sia ai nemici – *mouros* = “membri virili” –, sia alla terminologia bellica che innerva l'intero componimento e che rinvia, evidentemente, all'atto sessuale. Freixedo accosta opportunamente questa *cantiga* di Johan Baveca alla battaglia moresca ingaggiata dalla *soldadeira* Domingas Eanes in un componimento di Alfonso X (B495/V78):

tal como na cantiga de Domingas Eanes (nº 10), estamos perante unha hipotética batalla paródica. Tanto o sobrenome do cabaleiro: *Fendudo* (fendido, partido ao medio), como o 'nome de batalla' ficticio: *dona Salvage* – parodia dos nomes que recibían os heroes dos romances de cabalaría –, indicannos o carácter (homo)sexual das 'lides' que o esperan. Tamén aquí a batalla vai ser contra *mouros* (penes) que o van acometer con golpes e ferilo por todas partes (vv. 12, 20). Se algúns deles o van atacar por diante (v. 9), os outros van acometelo *por alhur*, isto é, 'por outro lado', ou sexa, por detrás³¹.

Il nomignolo *Fendudo*, pertanto, non solo è da mettere in relazione con la cruda sequenza di colpi e ferite inferti al povero Bernal in quasi tutti i versi della *cantiga* – una sorta di “referto medico” (o “bollettino di guerra”) onomastico –, ma rivela anche, in termini anatomici e con immediata comicità, il luogo stesso (la *fendedura*) in cui tali colpi sono sferrati. Emblematica, in tal senso, è proprio l'espressione (non a caso, nel verso conclusivo del componimento) “morrerán en vosso poder” che “ten un significado velado similar (os *mouros*/penes atacantes van perder a vida ao exacular), aínda que aquí, por tratarse de ataques homosexuais o lugar concreto onde Bernal Fendudo mostra todo o seu *poder* é o ano”³².

Da queste isotopie anatomiche resterebbe fuori il primo dei quattro termini, *obscuro* (v. 2), che Johan Airas impiega per localizzarle il luogo inavvertitamente baciato da

³¹ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “*Per arte de foder*”, p. 201; per il testo di Alfonso X cf. *ibidem*, p. 107-110 (numero 10).

³² ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “*Per arte de foder*”, p. 202.

D. Bieito. La possibilità di ricondurre anche questo aggettivo alle stesse regioni limitrofe all'osso iliaco cui rinviano i termini *furado* (v. 5), *fendedura* (v. 8) e *bureco* (v. 11) non è per niente ardua. A livello intuitivo, l'associazione risulta tutt'altro che onerosa: l'"oscurità" (che non è, per altro, esclusiva prerogativa vaginale) si giustifica per ovvie ragioni anatomiche e (per così dire) "igieniche". L'associazione però non è priva di precedenti, sia entro la più ampia galassia dei testi comico-realistici romanzi e mediolatini, sia nel *corpus* dei canti di scherno galego-portoghesi. Cominciamo dai testi più antichi. Nel celeberrimo *Dialogus Salomonis et Marcolfi* – testo faceto di enorme diffusione nel Medioevo e le cui prime versioni francesi e antico-alto-tedesche rimontano alla seconda metà del s. XII³³ –, all'affermazione araldica di Re Salomone per cui "Optime convenit in clipeo candido nigra bucua" ["Una fibula nera si adatta perfettamente a uno scudo bianco"], l'impertinente Marcolfo ribatte:

optime considet inter albas nates niger culus³⁴

[Un culo nero sta benissimo tra due natiche bianche]

e la distinzione tra *nates* e *culus* lascia pochi dubbi su cosa si debba intendere, precisamente, con il sostantivo di colore nero ("A black arsehole sits perfectly between white cheeks", traducono in effetti Nancy e Scott Bradbury³⁵). Poco oltre, un'altra affermazione "cortese" di Salomone, "Mulier pulchra a viro suo amanda" ["una bella donna dev'essere amata dal suo uomo"] è ribaltata da Marcolfo in un grottesco ritratto:

in collo est alba ut columba, in culo nigra et irsuta ut talpa³⁶

[Sul collo è bianca come una colomba, nel culo è nera e pelosa come una talpa].

Un esempio di tale connotazione cromatica si rintraccia, del resto, anche in ambito *escarninho* galego-portoghese e, più precisamente, in una delle tre *cantigas* che Pero

³³ Si veda l'edizione commentata di ZIOLKOWSKI, Jan M. – *Solomon and Marcolf. Introduction and Commentary*. Cambridge (USA) / London: Department of the Classics, Harvard University, 2008.

³⁴ ZIOLKOWSKI, Jan M. – *Solomon and Marcolf*, B 40b M.

³⁵ MASON BRADBURY, Nancy; BRADBURY, Scott – *The dialogue of Solomon and Marcolf: a dual-language edition from Latin and Middle English printed editions*. Kalamazoo: Medieval Institute Publications of Western Michigan University, 2012, p. 97.

³⁶ ZIOLKOWSKI, Jan M. – *Solomon and Marcolf*, M. 73b = B 118ab.

Garcia Buralés compone per schernire una (probabile) *soldadeira*³⁷:

[E] dixi-lh'eu u me dela partia:
"Esse sinal é suso na moleira?".
E disse-m'ela daquesta maneira
com'eu a vós direi, e foi sa via:
"Este sinal, se Deus [a] mí perdon,
é negro ben come ã[u] carvon
e cabeludo arredor da caldeira"

[E, nel congedarmi, le domandai: "Questo marchio lo portate sulla sommità del capo?". Ma lei, senza rallentare il passo, mi rispose così come ora vi dirò: "Questo marchio, Dio mi perdoni, è nero come un tizzone e tutto peloso attorno al calderone"].

La *cantiga* è costruita secondo i procedimenti, tanto cari alla retorica medievale, dell'*interpretatio nominis*, qui parodiati nella loro applicazione allo schiarimento delle generalità onomastiche di Maria Negra, generalità che procedono da un "marchio" (un *sinal*), non collocato in luoghi, come usa dire, dove batte il sole – "Esse sinal é suso na moleira?" –, ma è, invece, nero come carbone e circondato da abbondante peluria. Quanto a *caldeira*, irsuto correlativo oggettivo del poco visibile *sinal*, Lapa propendeva per un'identificazione vaginale – "o seu sobrenome não lhe vinha da cor do rosto, mas, como ela própria ia explicando [...], da mancha cabeluda negra que tinha em volta do sexo"³⁸ –, lettura accolta, da ultimo, anche dagli editori di *Universo Cantigas* ("Caldeira é, en sentido figurado, "vaxina", probabelmente pola comparación dos pelos pubianos femininos coa cor da caldeira que se pon todos os días ao lume"). Più persuasiva, a mio avviso, è però la proposta interpretativa di Simone Marcenaro: "sebbene appaia indubbia la connotazione equivoca del *sinal* di cui Pero Garcia lascia trapelare soltanto labili indizi "topografici" [...], crediamo che sia possibile interpretare la *caldeira* come l'orifizio anale"³⁹. E a sostegno della sua lettura lo studioso italiano addita i versi conclusivi del componimento⁴⁰:

³⁷ "Maria Negra vi eu en outro dia", B1382/V990, vv. 8-14; ed. *Universo Cantigas*, ultima revisione 18/04/2026 <<https://universocantigas.gal/cantigas/maria-negra-vi-eu-en-outro-dia>>

³⁸ LAPA, Manuel Rodrigues – *Cantigas d'escarnho*, p. 567.

³⁹ MARCENARO, Simone – *Pero Garcia Buralés, Canzoniere. Poesie d'amore, d'amico e di scherno*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2012, p. 393.

⁴⁰ vv. 26-28; ed. *Universo Cantigas*.

E disse-m'ela: "Per este sinal
nom'ei de Negra, e muit'outro mal
ei, [e ei] per i preço de peideira"

[Ed ella disse: "Per questo marchio mi chiamano Negra; per colpa sua mi toccano molti altri guai e, per di più, ho fama di scorreggiona"]

a proposito dei quali, osserva:

l'uso nel verso finale dell'aggettivo *pedeira*, che può accogliere diverse sfumature semantiche ma deriva senza alcun dubbio dalla radice lessicale *peido*, cioè 'peto', aumenta infatti le possibilità che il *sinal ... negro como ùu carvon* (13), *chus negro ca pez* (20) e che *ten sedas de que faran peneira* (21) sia un eufemismo per indicare la particolare vellosità che contraddistingueva la regione anale di Maria Negra⁴¹.

Aggiungerò soltanto che, a ulteriore conferma di questa lettura, sta anche il piccante *hapax* (almeno nel lessico lirico galego-portoghese) *rabialçada* ("a coda ritta"), con cui il Burgalese immortala la *soldadeira* nel secondo verso della *cantiga* ("Maria Negra vi eu en outro dia / ir *rabialçada* per ùa carreira")⁴² e che – posto il suo indiscutibile legame etimologico con *rabo*, anche e soprattutto nei suoi addentellati semici di ambito sessuale) –, Marcenaro considera opportunamente "funzionale al tema che pervade la *cantiga*, particolarmente evidente in questa immagine della *soldadeira* che, come un qualsiasi quadrupede, cammina con la coda alzata, nel tipico atteggiamento delle cagne o gatte in calore"⁴³.

Senza voler suggerire alcuna relazione tra la *cantiga* di Johan Airas, il *Dialogus* – non è questo il caso e, comunque, non è questo il punto chiave del ragionamento –, e lo scherno sul nome di Maria Negra, questi due passi servono quanto meno a mettere in luce l'attestazione, nel più ampio filone dei testi comico-realistici, del legame (in primo luogo cromatico) tra la sfera semantica del "nero", e quindi dell'"oscurità" (il passaggio dall'uno all'altra è del tutto scontato) e la regione anale. Da qui poi – e

⁴¹ MARCENARO, Simone – *Pero Garcia Burgalés, Canzoniere*, p. 393.

⁴² Si veda al riguardo la nota di MARCENARO, Simone – *Pero Garcia Burgalés, Canzoniere*, pp. 394-395.

⁴³ MARCENARO, Simone – *Pero Garcia Burgalés, Canzoniere*, p. 395.

sempre per questioni legate al campo semantico dell'assenza di luce (quindi, dell'impossibilità di vedere), – il passo verso “l'équivalence entre l'œil et l'anus (l'œil qui ne voit pas)”⁴⁴ è del tutto automatico.

Si può tracciare, a questo punto, un primo bilancio. Il lessico portoghese moderno (*buraco*), la rarità – nel vocabolario *escarninho* – dei lessemi *furado* e *fendedura* e il loro impiego in situazioni esclusivamente “sodomitiche”, nonché i riscontri della tradizione comica più ampia per *obsuro* (\leq *niger*) offrono indizi d'un certo peso per supporre che il “disiato riso” baciato da D. Bieito abbia poco a che vedere (per riprendere il titolo d'una vecchia collezione spagnola di letteratura erotica) con *la sonrisa vertical* (Camões avrebbe detto “as partes [...] / de quem vergonha é natural reparo”, *Lusíadas*, II.37, vv. 1-2), e che sia piuttosto da collocare, come recitava uno dei capi d'accusa mossi da Filippo il Bello ai Templari (anche questi sospettati di baci “eterodossi”) “in posteriori parte spine dorsi”⁴⁵ (“nella parte bassa della colonna vertebrale”). Resta allora da verificare quale sarebbe l'apporto, in termini burleschi, di questa dislocazione anatomica.

Nella lirica romanza medioevale si può rintracciare almeno un altro caso in cui il *reon* assume a depositario di baci “poco decenti”. Si tratta di quello che i provenzalisti usano chiamare “*débat* (o tenzone) della Dama del *corn*”. Una disinibita signora “Ena, o Aima, o Aina, o come altrimenti la chiamano i manoscritti”⁴⁶, richiesta d'amore dal cavaliere Bernart de Cornilh (nome ominoso, evidentemente), manda a dire all'interessato che è disposta a concedere i suoi favori solo a patto che questi acceda a una poco canonica

⁴⁴ LE ROY LADURIE, Emmanuel – *L'argent, l'amour et la mort en pays d'oc*. Paris: Éditions du Seuil, 1980, p. 253, nota 1, dove si rinvia alla “version roussillonnaise d'AT 332, appelée *Galdric*: à la vue de la Mort-parrain, les enfants de chœur qui assistent au baptême du filleul de la Mort sont tellement effrayés que pas 'même un grain de maïs n'aurait pu leur entrer dans cet œil qui n'y voit pas”.

⁴⁵ Cf. LIZERAND, Georges – *L'Affaire des Templiers*. Paris: Honoré Champion, 1923, p. 18: “Et postmodum, exuti vestibus quas in seculari habitu deferebant, nudi in visitoris aut vicem ejus gerentis, qui eos ad professionem recipit, presencia contituti, in posteriori parte spine dorsi primo, secundo in umbilico et demum in ore, in humane dignitatis opprobrium, juxta prophanum ordinis sui ritum, deosculantur ab ipso” [“E in seguito, dopo essersi spogliati degli abiti che indossavano nella vita secolare, nudi, alla presenza del visitatore o di chi ne fa le veci – colui che li accoglie alla professione –, posti davanti a lui, secondo il rito profano del loro ordine e a disonore della dignità umana, sono baciati da lui dapprima sulla parte posteriore della spina dorsale, poi sull'ombelico e infine sulla bocca”].

⁴⁶ CONTINI, Gianfranco – “Per la conoscenza di un sirventese di Arnaut Daniel”. *Studi Medievali* 10 (1936), pp. 223-231, a p. 223.

prova di iniziazione, vale a dire, *cornar lo corn*⁴⁷:

Qu'ieu no i conosc mot vilan,
 qui que s'ò tenha en van,
 si en Bernatz tot en auran
 venia·l ser o l'endemàn
 assalhir midons na Enan:
 elha mes tras la cueyssa·l man
 e·l mostret lo trauc sotiran
 e dis: "S'ayssi·m cornatz de plan,
 yeu vos faray mon drut certan"⁴⁸.

[Da parte mia non ci vedo nulla di sconveniente, pensi pure chi voglia che sia una vanità, nel fatto che, quando messer Bernart, come un folle, venne la sera o il giorno dopo a sferrare il suo attacco a madonna Ena, questa mise la mano dietro la coscia e mostrandogli la fessura sotterranea gli disse: "se qui mi bacciate con dolcezza, di sicuro io vi accetterò come amante"].

Così almeno riferisce l'accaduto il trovatore Raimon de Dufort, che insieme al compare Truc Malec, sostenne la difesa dell'esigente Dama contro lo schizzinoso cavaliere che invece, di fronte a tale sconcertante *condicio sine qua non*, era fuggito a gambe levate. Sarà poi suo avvocato difensore niente meno che il maestro delle *rimas caras*, Arnaut Daniel. I termini della questione sono piuttosto chiari. *Corn* va identificato con l'"ano" – il *culus* della faceta glossa di Marcolfo a Salomone riletta qui sopra –, sulla scorta sia dell'altro sirventese che Raimon de Dufort dedica all'*affaire Cornilh*, dove *corn* è glossato, per l'appunto, con *reon* (< RŌTŪNDUS; cf. FEW, X, col. 521, nfr. "le rond, le cul"; e si veda anche *Rondel* "nom donné au cul personnifié"):

⁴⁷ Su questo ciclo di sirventesi, oltre a CONTINI, Gianfranco – "Per la conoscenza di un sirventese" si vedano LAZZERINI, Lucia – "*Cornar lo corn*: sulla tenzone tra Raimon de Dufort, Truc Malec e Arnaut Daniel". *Medioevo Romanzo* 8 (1981-1983), pp. 339-370 e i due successivi interventi della stessa studiosa: LAZZERINI, Lucia – "Postilla al *corn*: *rabo*". *Medioevo Romanzo* 14 (1989), pp. 39-50 e LAZZERINI, Lucia – "Il nome della *dama del corn*". *Rivista di Studi testuali* 1 (1999), pp. 119-135.

⁴⁸ Raimon de Dufort, "Truc Malec, a vos me tenh" (PILLET, Alfred; CARSTENS, Henry – *Bibliographie der Troubadours* (= PC). Halle: Max Niemeyer Verlag, 1993, 397.1), vv. 10-18; testo da CONTINI, Gianfranco – "Per la conoscenza di un sirventese", p. 228.

Non es bona dompn'el mon
si·m mostrava·l corn e·l con
tot atretal com ilh se son,
e pueys m'apellava "·n Raimon,
cornatz m'ayssi sobre·l reon",
qu'ieu no·i baysses la car'e·l fron
com si volgues beure en fon:
drutz qu'a sa dompn'ayssi respon,
ben tanh que de son cor l'aon⁴⁹

[Se mi avesse mostrato il culo e la fica, tali e quali così come sono, e poi m'avesse detto "messer Raimon, *baciatemi qui il culo*", non c'è gentildonna al mondo (per la quale) io non avrei abbassato il viso e la testa come se volessi bere da una fontana: l'amante che dà alla sua donna questa risposta ben merita d'essere ricompensato con il favore del suo cuore]

sia della più esplicita chiosa registrata nell'antica biografia dei due paladini difensori di madonna Ena:

Raimons de Durfort e·N Turc Malec si foron dui cavalliers de Caersi, que feiren los sirventes de la domna que ac nom madonna n'Aia, aquella que dis al cavallier de Cornil qu'ella non l'amaria, *si el no la cornava el cul*⁵⁰

[Raimon de Dufort e messer Turc Malec furono due cavalieri del Quercy, che composero i sirventesi sulla donna che ha nome madonna Aia, colei che disse al cavaliere de Cornilh che non gli avrebbe concesso il suo amore, *se lui non le baciava il culo*].

Quanto a *cornar*, invece, respinti ormai da tempo i fraintendimenti più antichi – Ugo A. Canello equiparava *cornar lo corn* a "usare sodomiticamente"⁵¹ –, la lettura vulgata spiega il verbo come una qualche forma di "esercizio buccale, bacio o soffio che sia"⁵².

⁴⁹ Raimon de Dufort, "Ben es malastrucx dolens" (PC 397.1a), vv. 10-18; testo da CONTINI, Gianfranco – "Per la conoscenza di un sirventese", p. 230.

⁵⁰ Testo da BOUTIÈRE, Jean; SCHUTZ, Alexander H. – *Biographies des troubadours: textes provençaux des XIIIe et XIVe siècles*. Paris: Nizet, 1973, XV, p. 147.

⁵¹ CANELLO, Ugo Angelo – *La vita e le opere del trovatore Arnaldo Daniello*. Halle: a. S. Max Niemeyer Verlag, 1883, pp. 187-188.

⁵² TOJA, Gianluigi – *Arnaut Daniel, Canzoni*. Firenze: Sansoni, 1960, p. 180. Per la storia del dibattito

L'episodio che scatenò il pirotecnico *débat* – non tanto (o comunque non solo) per il contenuto, quanto (e soprattutto) per la forma⁵³ – con tutta probabilità non dovette sussistere (almeno nella sua realtà fattuale) e si tratterà più che altro, nel segno di quel gusto peculiare per gli esercizi di stile ricercati e difficili che caratterizza molta produzione trobadorica, d'un *exemplum fictum* che dà agio ai tenzonanti di discutere (parodiandole) di certe convenzioni della *fin'amor*. Così, in effetti, Pierre Bec chiosava questo ciclo di sirventesi nella sua antologia di testi trobadorici "burleschi e osceni":

ce cycle de poèmes grivois et scatologiques [...] n'est vraisemblablement qu'une vaste plaisanterie, une sorte de *gap* à plusieurs (on a parlé à son sujet de *res jocosa* et de *sermo jocosus*), ou peut-être encore une satire burlesque contre ce que pouvait avoir d'excessif les "épreuves" auxquelles la dame soumettait son chevalier servant. Selon toute évidence, la motivation initiale de ce jeu-partie ventilé sur plusieurs pièces est le nom même (s'il n'a pas été inventé de toutes pièces) du malheureux amant, *Cornilh*, qui rappelle singulièrement *corn* (anus) et *cornar* (ici: souffler dans le *corn*)⁵⁴.

E ancor più incisivamente, Lucia Lazzerini ribadiva, al riguardo, che

fin dall'inizio della lirica trobadorica, un'élite di *clercs* instaura un gioco sofisticato di risponde incrociate, di emulazione e parodia che Gruber ha, per certi aspetti, ben delineato nel suo saggio sulla "dialettica del *trobar*". Quella trama sottile che collega i testi in intrecci virtuali di voci, dove spesso ipercolte allusioni spostano ironicamente il significato dal piano simbolico a quello letterale e viceversa, era davvero un *lusus per happy few* [...] L'intera cultura medievale è del resto percorsa da una tensione dialettica che implica costantemente, accanto alla trattazione seria di un tema, un controcanto osceno, blasfemo o scatologico. In questa prospettiva, la tenzone del *corn* si delinea come uno degli episodi forse più significativi⁵⁵.

Ferma restando la pratica della poesia come "gioco di società" intertestuale,

critico suscitato da questo scambio di sirventesi cf. LAZZERINI, Lucia – "*Cornar lo corn*", in partic. pp. 339-343.

⁵³ Insiste in modo particolare sulla rarità delle rime LAZZERINI, Lucia – "Postilla al *corn*".

⁵⁴ BEC, Pierre – *Burlesque et obscénité chez les troubadours. Le contre-texte au Moyen Âge*. Paris: Éditions Stock, 1984, p. 138.

⁵⁵ LAZZERINI, Lucia – "Il nome della *dama del corn*", p. 135.

altamente allusivo e (senza caricare il termine di valenze negative) intellettualistico, mi pare però che ben pochi punti di contatto si possano rintracciare tra la “tenzone *del corn*” e la *cantiga* che Johan Airas dirige contro D. Bieito⁵⁶. Pur additando il *débat* occitanico un possibile spunto – entro i molti che offre l’intera tradizione romanza e mediolatina –, utile senza dubbio per migliorare l’interpretazione di questo *escarnho* galego-portoghese, risulta evidente che la differenza principale tra il primo gruppo di componimenti e il testo in esame risiede principalmente nel contesto immediato. Per i trovatori che presero parte al “ciclo *del corn*”, il “bacio impudico” è solo un pretesto per discutere, in termini comico-realistici ma in *rimas caras*, di casuistica amorosa (le prove e i riti di iniziazione imposti dalle dame ai loro amanti). Per Johan Airas l’*osculum* è, invece, il detonatore d’una satira di tipo personale che deride il marito per l’infedeltà della moglie e, nel contempo, rende pubblica la prova tangibile dell’adulterio.

Se però, come mi sembra possibile sulla base dei rilievi effettuati fin ora, il bacio incautamente depositato da D. Bieito va dislocato in corrispondenza dell’“occhio che non vede”, anche la sua chiave di lettura, nell’economia generale della satira, va cercata allora in altra direzione. E, in tal senso, mi sembra possibile affermare che nel testo di Johan Airas confluiscono e si amalgamano due motivi scottici di lunga tradizione: da un lato la mostra del *poistron* come atto di insulto e/o disprezzo; dall’altro il bacio sul *fondement* quale atto che dà fondamento allo scherno o alla beffa. Dell’uno e dell’altro motivo – le cui valenze ingiuriose sono certamente ben vive ancora oggi – manca una storia romanza complessiva (storia che sarebbe certo interessante, o quanto meno molto divertente, compilare) e mi limiterò quindi a

⁵⁶ Non condivido, al riguardo, l’entusiasmo esegetico di Graça Videira Lopes che, nell’introdurre la *cantiga* di Johan Airas, annota “parece mesmo que João Airas alude aqui a práticas sexuais específicas, nomeadamente o chamado ‘beijo impúdico’ (tema que deu mesmo origem a um animado debate entre os trovadores provençais, o chamado ‘affaire Cornilh’, no qual se discutia até onde deveria ir a ‘vassalagem’ do amante à sua senhora)” (LOPES, Graça Videira (ed.) – *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Instituto de Estudos Medievais, Biblioteca Nacional de Portugal, <https://cantigas.fcsh.unl.pt/index.asp> [ultimo accesso il 28/03/2026]). Al di là del singolo motivo dell’*osculum* eterodosso (che i sirventesi del *corn*, e sempre ammettendo che Johan Airas abbia potuto conoscerli, avrebbero potuto suggerire), il contesto delle due tipologie di composizione è affatto diverso. Sarei comunque curioso di sapere, data la finalità più divulgativa di questo repertorio digitale, quanti utenti non familiarizzati con l’antica lirica provenzale possano aver messo a fuoco il reale problema discusso nella ‘tenzone del *corn*’ solo a partire dalle scarse indicazioni fornite nella nota qui riprodotta.

raccogliere soltanto pochi esempi.

Buona mostra (esemplificazione) della mostra (esibizione) insultante del deretano è l'aneddoto – cavallo di battaglia di tanta propaganda clericale – registrato da fra' Salimbene de Adam a proposito di Alberico da Romano, il quale, perse le staffe per aver perduto il suo falcone prediletto,

extraxit sibi bracas et culum ostendit Deo in signum opprobrii et convitii atque derisioni [...]. Cum autem fuit domi, ivit et caccavit super altare, in eo loco proprie ubi consecratur Dominicum corpus⁵⁷

[si tolse i calzoni e mostrò il culo a Dio in segno di bestemmia, di disprezzo e di scherno. (...) Poi, di ritorno a casa, andò a cagare sull'altare, proprio lì dove si consacra il corpo del Signore].

Devo, poi, a Lucia Lazzerini la segnalazione d'una curiosa sanzione, prescritta dal *Fuero de Plasencia*, che permette di registrare come l'ostentazione del deretano fosse sanzionata in modo grave, quale gesto sommamente insultante, anche a livello civile. Prescrive infatti la *Ley nona* di questo codice medioevale che

todo omne que a otro su culo en la faz pusiere o con longanal diere, peche .XXX. morauedis e exca enemigo, si pudiere prouar, o iure con .XII. uezinos e sea creydo⁵⁸

[“chiunque abbia messo il culo sulla faccia a un altro o gli abbia tirato materia escrementizia (*longanal* è in realtà *longana-l*, ossia *longana* ‘sterco’ con pronome in enclisi) paghi 30 maravedí e lasci la comunità come nemico, se si potrà provare la colpevolezza; se però (l'accusato) giurerà la propria innocenza con 12 concittadini (che la confermino), sia creduto”⁵⁹].

La possibilità che D. Bieito, nella *cantiga* di Johan Airas, abbia potuto baciare la “sua” *senhor* nel *rondel* implicherebbe allora che l'azione, di per sé, faccia parte, e quindi sia la reazione a (o la conseguenza), di una più grande azione derisoria, con tutta

⁵⁷ SCALIA, Giuseppe – *Salimbene de Adam, Cronica*. Bari: Laterza, 1966, p. 532.

⁵⁸ POSTIGO ALDEAMIL, María Josefa – “El Fuero de Plasencia”. *Revista de Filología Románica* 2 (1984), pp. 175-214, a p. 192

⁵⁹ Traduzione di LAZZERINI, Lucia – “L'unità multiculturale della Romania medievale e alcuni luoghi problematici del *Libro de Alexandre*”. *Revue d'étude médiévales et de philologie romane* 1 (2024), pp. 13-60, a p. 39.

evidenza, congegnata a suo danno. Ma avanziamo nell'esplorazione.

La tradizione dell'*osculum impudicum* come atto insultante e/o di sfida derisoria ha origini molto antiche⁶⁰. Qualche *specimina* si coglie ancora oggi passeggiando per i resti dell'antica Pompei, dove un buontempone del s. I dell'era cristiana ha annotato questo "invito" per un tal Fortunato (se il nome sia poi ominoso e la "fortuna" consista proprio nell'azione richiesta non è dato sapere):

Fortunate,
linge
culum⁶¹

[“Fortunato, leccami il culo].

In epoca romanza, e in anni più vicini alla *cantiga* di Johan Airas, una tappa obbligata è, senza dubbio, lo scoppiettante fuoco d'artificio scatologico messo in scena nella

⁶⁰ Da non confondere, però, con lo stesso motivo che, in ambito inquisitoriale, è legato a pratiche eterodosse e/o eretiche. Cf. qui sopra nota 43 e, sempre in ambito templare, si aggiungano (fra i tanti esempi), almeno i vv. 948-954 e 967-982 (reprimenda della Chiesa, personificata, contro i Cavalieri del Tempio) del *Roman de Fauvel* (ed. LÅNGFORS, Arthur – *Le Roman de Fauvel par Gervais du Bus, publié d'après tous les manuscrits connus*. Paris: Librairie Firmin Didot, 1914-1919): “li Templiers que je tant amoie / et que tant honorés avoie / m’ont fait despit et vilanie. / Mon chier espos ont renie, / qui pour eulz fu crucefie, / de quoi il portoient le signe. / Las! Pour quoi l’ont il voulu fere? [...] Las! Or sont devenuz hereges / et pecheurs contre nature. / Le cueur m’est tout mat et fremi / de ce qu’es laz a l’ennemi / se sont si longuement tenuz. / Touz s’i estoient entassez; / il a plus de cent anz passez / que leurs meschiés sont avenuz. / Entr’eus avoient fait une ordre / si horrible, si vil, si orde / que c’est grant hideur a le dire: / tantost com aucun recevoient, / renier Dieu tost li fesoient, / Jhesucrit et la croiz despire, / a cracher dessus commandoient. / L’un l’autre derriere baisoient. / Moult avoient ors estatuz” [“I Templari che ho amato così tanto e che così tanto ho onorato, mi hanno insultato e disprezzato. Hanno rinnegato il mio caro sposo, che fu crocifisso per loro e di cui essi portano il segno. Povera me! Perché si sono comportati in questo modo? (...) Ora sono diventati eretici e peccatori contro natura. Il mio cuore freme ed impazzisce perché da gran tempo si sono avvicinati al nemico. Tutti si sono radunati intorno a lui; sono passati ormai più di cent’anni da che hanno commesso i loro crimini. Tra di loro hanno creato un ordine così orribile, così spregevole e così schifoso, che solo a dirlo ci si vergogna: non appena ricevono un novizio, subito gli fanno rinnegare Dio, e offendere Gesù Cristo e la croce, e gli ordinano di sputarci sopra. L’uno all’altro bacia il deretano. Hanno stabilito statuti molto perversi”].

⁶¹ ZANGEMEISTER, Karl Friedrich Wilhelm; MAU, August – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. IV: *Inscriptiones parietariae Pompeianae, Herculenses, Stabianae. Supplementi pars posterior: Inscriptiones parietariae (et vasorum fictilium)*: Berlin: G. Reimerum, 1909, numero 4954. Cf. MONTERO CARTELLE, Enrique – “De las *nugae* a los graffiti o del ‘priapismo verbal’”. *Durius. Boletín castellano de estudios clásicos* 3 (1975), pp. 370-383 e MONTERO CARTELLE, Enrique – *Priapeos, Grafitos amorios pompeyanos, La velada de la fiesta de Venus, El concúbito de Marte y Venus, Centón nupcial*. Madrid: Editorial Gredos, 1981, p. 114 (numero 62) e SOLIN, Heikki – “Le iscrizioni parietali”. In ZEVÌ, Fausto – *Pompei '79. Raccolta di studi per il decimonono centenario dell'eruzione vesuviana*. Napoli: Macchiaroli, 1979, pp. 278-288, a p. 285.

[*Chanson de*] *Audigier*, un bizzarro testo – che ebbe larga diffusione nel Medioevo, nonostante oggi sia conservato da un solo manoscritto della prima metà del s. XIII (il codice 19152, del fondo francese della Bibliothèque nationale de France)⁶² – a metà strada tra la caricatura escrementizia delle *chansons de geste* e la parodia, anch'essa di tono greve, di ancestrali riti di iniziazione⁶³. *Audigier*, a suo tempo battezzato in acque luride e investito cavaliere su di un letamaio, è più volte sconfitto dalla sua più acerrima nemica, la fattucchiera *Grinberge*, e ne paga lo scotto nella maniera più disgustosa e repellente, ovvero, baciando il deretano della terribile vecchia:

Audigier chevaucha, molt fu marriz.
“Ha las! – dist li fram hom – com sui trahiz!
Par cele pute vielle sui malballi;
son cul m’a fet baisier, bien m’a honi
se mi parent le sevent et mi ami.
Mais ge m’en vengerai orendroit ci.
Pute vielle traître, ge vos deffi!”
“*Audigier*, – dit *Grinberge* – bouse vos di!
De . III. de mes estrons et un demi
vos desgeüneroz demain matin,
si baiseroiz mon cul et l’aubatri”

[“*Audigier* cavalcava tutto triste. / ‘Ahimè – disse il nobiluomo – come son tradito! / Da quella vecchia schifosa son messo a mal partito; / il culo m’ha fatto baciare, di vergogna m’ha riempito / se vengono a saperlo parenti ed amici. / Ma mi vendicherò immediatamente. / Sozza vecchia traditora, io vi sfido!’. / ‘*Audigier*, – dice *Grinberge* – merda vi dico! / Con tre miei stronzi e mezzo / farete colazione domattina, / e poi mi bacerete il culo e l’ano”⁶⁴].

⁶² *Descriptus* dell’unico relatore è un altro codice, anch’esso parigino, il BnF, fr. 15111, copiato dal benedettino Guy Alexis Lobineau nel s. XVII. Sulla fortuna del testo si vedano JODOGNE, Omer – “*Audigier* et la chanson de geste, avec une édition nouvelle du poème”. *Le Moyen Âge* 66 (1960), pp. 495-526; LAZZERINI, Lucia – *Audigier. Il cavaliere sul letamaio*. Roma: Carocci, 2019 (1^a ed. 2003), *Introduzione (passim)* e, più di recente, CORBELLARI, Alain – *L’épopée pour rire. “Le voyage de Charlemagne à Jérusalem et Constantinople” et “Audigier”*. Paris: Honoré Champion, 2017, pp. 65-72 e il *Dossier d’Audigier* che conclude il volumetto (pp. 307-314).

⁶³ Insiste in modo particolare su questo aspetto LAZZERINI, Lucia – *Audigier*, pp. 26-30 (*L’“adoubement”-iniziazione*) e 45-49 (*Il nucleo folclorico*) della sua introduzione.

⁶⁴ Testo e traduzione di LAZZERINI, Lucia – *Audigier*, lassa XXIX, vv. 314-324 pp. 134-135. Questa la

L'*osculum* sull'*aubatri* quale condizione infamante imposta al nemico sconfitto (o da sconfiggere) si riscontra anche in un testo epico molto particolare – che, non a caso, mostra parecchi punti di contratto con *Audigier*⁶⁵ – come la *Chanson de Aiol*, dove uno dei personaggi, il traditore Makaire, è così insultato dal falso Maometto

Et puis me baiseras en mi le treu del cul
che ert senefianche qu'a moi t'eres rendus,
s'aras Dieu renoié et la soie vertu⁶⁶.

[E poi mi baceraai il buco del culo, questo sarà la prova che ti sei arreso a me e avrai rinnegato Dio e la sua virtù].

È probabile che questo rituale dell'*osculum* sia frutto della fantasia di alcuni cantori di gesta e che, poco alla volta, sia divenuto motivo topico in quei testi di più spiccato carattere ibrido sul versante comico-realistico. Ma non è improbabile, per altro verso, che tributi umilianti di questo tipo fossero realmente inflitti a malfattori colpevoli di determinati reati, oppure ai vinti in battaglia⁶⁷. Nel *Libro de la monteria*, composto da Gonzalo Argote de Molina su mandato di Alfonso XI di Castiglia (1311-1350) si legge, in effetti, di un'avvilente punizione inflitta ai *monteros* che rubano i cani ai loro colleghi:

Parécenos que ningún buen montero non deve furtar can a otro montero, e qualquier que lo furtare, non faze como buen montero deve fazer, e deve aver pena por ello. E la pena parécenos que deve ser esta: [...] si le tomaren con algun can furtado que gelo fagan sorrabar, e que torne el can a su dueño. Salvo ende si fuere ome fijodalgo, que non aya pena tan fea⁶⁸

traduzione francese di Corbellari: “Audigier chevauche, il est tout penaud. / ‘Helás! dit, ce noble personnage, j’ai été bien trahi! / J’ai été malmené par cette sale vieille, / elle m’a fait baiser son cul et je serai complètement déshonoré / si mes parents et mes amis l’apprennent. / Mais je me vengerai, et ici même! / Sale vieille traîtresse, je vous défie! / – Audigier, dit Grimberge, je vous dis merde! / C’est de trois et demi de mes étrons / que vous ferez votre petit déjeuner demain matin, / et vous baiserez encore mon cul et mon fondement!” (CORBELLARI, Alain – *L'épopée pour rire*, p. 227).

⁶⁵ Cf. LAZZERINI, Lucia – *Audigier*, pp. 10, 36-37, 75-76, 152 e 162.

⁶⁶ Testo da ARDOUIN, Jean-Marie – *Aiol, chanson de geste (XII^e-XIII^e siècles) éditée d'après le manuscrit unique BnF fr. 25516, 2 Vols*. Paris: Champion 2016.

⁶⁷ Sulla questione delle umiliazioni inflitte ai vinti si veda: ALBERT, Sophie – “Droit et violence dans l’humiliation publique du chevalier, XII^e-XIII^e siècles”. In HAUGEARD, Philippe; OTT, Muriel – *Droit et violence dans la littérature du Moyen Âge*. Paris: Classiques Garnier, 2013, pp. 105-119.

⁶⁸ ARGOTE DE MOLINA, Gonzalo – *Libro de la monteria que mandó escrevir el muy alto y muy poderoso Rey Don Alonso de Castilla y de Leon, vltimo de este nombre*. Sevilla: por Andrea Pescioni, 1582, libro I, cap. XXXIV, f. 14v col. b, trascrivo (con scioglimento delle abbreviazioni e minimo inserimento di

[Ci sembra giusto che nessun buon cacciatore rubi il cane a un suo collega, e chiunque compia tale furto, non si comporta correttamente, come un buon cacciatore deve fare, e per questo dev'essere punito. E ci sembra giusto che la pena sia questa: (...) se lo si sorprende in possesso di un cane rubato, che sia obbligato a baciare il culo del cane e che l'animale sia restituito al suo padrone. Se il ladro è un *fidalgo*, però, non lo si obblighi a un castigo così umiliante].

O, per lo meno, è in questa direzione che spinge uno dei significati di *sorrabar* – *so + rabo* (< RAPUM, nell'accezione traslata di "coda" e, quindi, per ulteriore traslato, "culo") + *ar* – raccolti dal *Diccionario de la Real Academia Española*: "Besar a un animal debajo del rabo. Era castigo infamante que se imponía antiguamente a los ladrones de perros"⁶⁹. Più sicuro, invece, l'aneddoto riferito nei suoi *Ricordi* dal

diacritici) dall'esemplare conservato nella Biblioteca Rector Antonio Machado y Núñez (Fondo Antiguo y Archivo Histórico) della Universidad de Sevilla (A Res.16/3/10), consultato in riproduzione fotografica digitale.

⁶⁹ Consulto l'edizione digitale (<<https://dle.rae.es/sorrabar?m=form>>). Il *DRAE*, però, non cita fonti per la *antigua costumbre*: l'unica fonte, per l'appunto il *Libro de Monteria* di Alfonso XI (dove, per altro, non si applica a tutti i ladri di cani del Regno, ma solo ai *monteros*), si ricava dal *Diccionario de Auctoridades* (tomo VI, 1739), ma i venerandi "padri lessicografi" non sembrano avere le idee molto chiare al riguardo, visto che glossano il vocabolo in questi termini: "Lo mismo que *derrabar*, ò cortar el rabo à algun animal. Es voz antiquada" (cito dall'edizione digitale: <<https://webfrr.rae.es/DA.html>>). Perché, in effetti, debba essere il povero cane – già oggetto di latrocinio – ad essere *sorrabado/derrabado*, "privato della coda" (*rabo*), non risulta del tutto chiaro, e, d'altra parte, a opporsi a questa lettura è soprattutto la sintassi stessa del manuale alfonsino, *gelo fagan sorrabar*, che lascia pochissimi dubbi su chi (il ladro) deve *sorrabar* (a) chi (il cane rubato). Il senso, con ogni evidenza, sarà quello indicato dal *DRAE* – o qualcosa di affine, se si considera la prassi identificativa per olfatto anale propria dei cani – ed è a questo orizzonte semantico che Arias Freixedo riconduce anche l'unica attestazione di *sorrabar* nel lessico lirico *escarninho* (Pero Garcia Buralés, "Dona Maria Negra, ben talhada", B 1383bis/V992, vv. 1-5): "Dona Maria Negra, ben talhada, / dizen que sodes de min namorada. / Se me ben queredes, / por Deus, amiga, que m'oi sorrabedes / se me ben queredes", che lo studioso galego così parafrasa: "Dona Maria Negra, moi ben feita, din que estades namorada de min. Se me queredes ben (se me amades), por Deus, amiga, hoxe beixádeme o cu, se me queredes ben" (ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – "Per arte de foder", p. 339). Va detto, però, che l'accezione di *sorrabar* in termini di *osculum impudicum* appare piuttosto ristretta, mentre tanto in portoghese moderno (dove il vocabolo ha ancora vigenza), come in castigliano (dove il vocabolo è finito nel ripostiglio dei termini arcaici e/o desueti), il verbo ha assunto il significato di "rogar con sumisión" (*DRAE*), "1) Andar atrás ou no encalço de; 2) fig. Adular, bajular, sabujar" (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda – *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 1614, co. a). A questa accezione rinviano anche le poche (e tutte quattrocentesche) attestazioni di *sorrabar* registrate dal *CORDE* (*Corpus Diacrónico del Español* <<https://corpus.rae.es/cordenet.html>>) e, per quanto riguarda la *cantiga* di Pero Garcia Buralés, sia la traduzione di MARCENARO, Simone – Pero Garcia Buralés, *Canzoniere*, p. 399 ("per Dio, amica, che oggi mi scodinzolate, se mi amate"), sia quella più recente (ultimo aggiornamento 2 gennaio 2026) di *Universo Cantigas* ("por Deus, amiga, hoxe vinde atrás de min submisamente, se ben me queredes"; <<https://universocantigas.gal/cantigas/dona-maria-negra-ben-talhada>>). In una breve nota dedicata alla questione, però, Aurelio Roncaglia escludeva che nel componimento del trovatore burgalese

mercante fiorentino Giovanni di Pagolo Morelli (1371-1444) che, a proposito d'uno dei tanti episodi bellici che, nella seconda metà del Trecento, si verificarono nell'arco della lunga "guerra pisano-fiorentina", racconta di come (l'episodio risale, però, al 1363)

alla porta a San Friano, pe·lla quale entrò il vetturioso chapitano, istette un lioncino vivo, ma di pocho tenpo, al quale tutti i pisani prigionii baciaron il culo; e per Firenze andarono assai, per modo che tutti, e grandi e picholi, poterono vedere⁷⁰.

La rassegna potrebbe allungarsi, ma non mette conto insistere. Ai fini di quanto mi proponevo risulta abbastanza chiaro come, nella più ampia tradizione romanza e in contesti di tipo comico-realistico, l'esibizione del deretano e l'obbligo imposto al malcapitato di turno di baciario, non solo costituisca un elemento di grande infamia, ma è anche fondamento di crudeli sberleffi. E sono convinto che la *cantiga* di Johan Airas possa essere ricondotta proprio a questa tradizione scommatica. Aggiungerò, allora, al dossier soltanto un'ultima scheda, per altro molto nota. Si tratta della beffa *grossière* che, nel *Miller's Tale* (il "Racconto del mugnaio") – il secondo dei 24 racconti cantuariensi di Chaucer – l'astuta Alison infligge al chierico Absolon, corteggiatore tanto appassionato quanto petulante e inopportuno. Di notte, per strada, sotto la finestra della donna amata, il chierico lancia la richiesta d'un bacio (vv. 3714-3717):

"Allas", quod Absolon, "and weylawey!
That trewe love was ever so yvel biset!
Than kisse me, sin it may be no bet,
For Iesus love and for the love of me"⁷¹.

sorrabar fosse da assumere in accezione letterale e, sulla base di paralleli classici e occitani, nonché di "quell'espressività maliziosa ch'è propria del genere cui il componimento s'ascrive", proponeva di intendere che "Pero Garcia vuole 'essere cavalcato' da Maria Negra" (RONCAGLIA, Aurelio – "Sorrabar". *Studi Testuali* 3 (1994), pp. 91-94, alle pp., risp., 93 e 94). La questione meriterebbe di essere rianalizzata con calma in altra sede e, per il momento, escludo *Dona Maria Negra, ben talhada* dalla casuistica degli *oscula impudica*.

⁷⁰ Testo da Claudia Tripodi, in MORELLI, Giovanni di Pagolo – *Ricordi*, Nuova edizione e introduzione storica. Firenze: Firenze University Press, 2019, p. 236.

⁷¹ SKEAT, Walter – *The Complete Works of Geoffrey Chaucer*. Vol. 4. London: Oxford University Press, 1900 (1^a ed. 1894), p. 107. Per una versione in inglese moderno del testo si può ricorrere a CHAUCER, Geoffrey – *The Canterbury Tales*, translated into modern English by Nevill Coghill. Middlesex / Victoria: Penguin Book, 1966 (1^a ed. 1951), pp. 102-122.

[“Ahimé”, disse Absolon, “povero me! (È mai possibile) che il vero amore debba essere sempre mal ricompensato! Dammi un bacio, allora, visto che non può esserci di meglio, per amore di Gesù e per amore mio”].

Alison, che nel mentre è ben accompagnata dal cortese giovanotto Nicolas, finge di acconsentire alla richiesta (vv. 3727-3739):

The window she undoth, and that in haste,
“Have do”, quod she, “com of, and speed thee faste,
Lest that our neighebores thee espye”.
This Absolon gan wyepe his mouth ful drye;
Derk was the night as pich, or as the cole,
And at the window out she putte hir hole,
And Absolon, him fil no bet ne wers,
But with his mouth he kiste hir naked ers
Ful savourly, er he was war of this.
Abak he sterte, and thoghte it was amis,
For wel he wiste a womman hath no berd;
He felte a thing al rough and long y-herd,
And seyde, “fy! allas! what have I do?”⁷².

[Lei aprì la finestra, e in tutta fretta disse: “Sbrigati, vieni e fa’ presto, prima che i vicini ti vedano”. Absolon si asciugò per bene la bocca; la notte era nera come pece o come carbone, e lei dalla finestra affacciò il culo. E Absolon, senza sapere se fosse bene o male, baciò con gran gusto le chiappe nude di lei, prima di accorgersi dell’inganno. Subito balzò indietro e pensò che qualcosa non andasse bene, perché sapeva perfettamente che le donne non hanno la barba; aveva sentito qualcosa di molto ispido e con lunghi peli, e allora disse: “oh, povero me! Che cosa ho fatto?”].

Per ovvie ragioni, non si può stabilire alcun punto di contatto tra il *tale* inglese e l'*escarnho* galego-portoghese. Ma, a ben vedere, non è affatto necessario. Da un lato, è noto che beffe di questo tipo hanno quasi sempre fondamento antropologico e che appartengono a un serbatoio di racconti per lo più di trasmissione orale e quindi di

⁷² SKEAT, Walter – *The Complete Works*, IV, p. 107.

natura assolutamente poligenetica; dall'altro – e questo è l'elemento ancor più rilevante –, a suggerire che anche nella *cantiga* di Johan Airas le cose siano andate in modo non molto diverso dal racconto di Chaucer sono due aspetti del testo che occorre osservare con attenzione maggiore di quella ad essi dedicata fino ad oggi.

Per mettere a fuoco il primo aspetto, bisogna ritornare sul quartetto di vocaboli – *obscuro* (v. 2), *furado* (v. 5), *fendedura* (v. 8) e *bureco* (v. 11) – che innerva il *plot* del componimento. Questi elementi che, in termini di *hequivocatio*, sono risemantizzati quali ipostasi – secondo i rilievi qui condotti – del *fondement*, nel loro primo e più immediato livello di significazione – e ferma restando, ovviamente, la lettura di Freixedo che li riconduce all'area semantica avverbiale di “ás agachadas, furtivamente”⁷³ – possono essere assunti (e nulla impedisce di farlo) nella loro fisica e concreta materialità: D. Bieito andò a baciare sua moglie (la *senhor* di Johan Airas) al buio (*pelo oscuro*, v. 2) e attraverso un pertugio – piccolo varco, finestrella o porticina stretta che sia: *furado* (v. 5), *fendedura* (v. 8) e *bureco* (v. 11) – nel quale, complice per l'appunto l'oscurità, la moglie avrebbe ingannato il marito offrendo, non il “disiato riso”, bensì, come già avrebbe voluto fare in piena luce del sole la madonna Ena provenzale, ma con intenzioni meno cortesi della dama trobadorica, il *trauc sotiran*.

A sostegno di questa lettura si può additare, in effetti, proprio la costruzione preposizionale del secondo complemento retto da *beijar*. Il verbo – che, per altro, conta questa sola attestazione in tutto il *corpus* profano⁷⁴ – richiede (com'è noto) l'oggetto diretto della persona (o parte di essa) oppure della cosa baciata. Piuttosto rara, invece, la reggenza preposizionale. Si prendano ad esempio i seguenti passi cavati dalle *Cantigas de Santa Maria*:

- (1) El a dona mais fremosa d'outra ren viu e meteo
 mentes enas sas feituraz, ca o démo o venceo;
 e depois do Avangeo sa oferta ll'ofereo
*a dona e en gēollos lle foi a mão beijar*⁷⁵

⁷³ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “Per arte de foder”, p. 187.

⁷⁴ Non rientra nel computo, per ovvie ragioni, l'occorrenza che si riscontro nel testo ‘spurio’ (inserto seriore del s. XV) “Huna donzella sey eu” (B1164c/V770): “hũa tall rezom dizia / a hun negro amigo seu: / ‘Beyja-me y, beijar-t’ey eu””; ed. MACCHI, Giuliano – “Le poesie di Roy Martinz do Casal”. *Cultura Neolatina* 26 (1966), pp. 1-29 (n° 10).

⁷⁵ ALFONSO X EL SABIO – *Cantigas de Santa María* (= CSM). Edición de Walter Mettmann, vol. II. Madrid: Castalia, 1988, n° 206, pp. 254-256, vv. 15-18: “Como o Papa Leon cortou sa mão, porque

[Per lui, quella donna era la cosa più bella che avesse mai visto, e osservò bene le sue fattezze, perché era stato sconfitto dal diavolo. Dopo la lettura del Vangelo, la donna andò a presentare la sua offerta e, *in ginocchio, gli baciò la mano*]

- (2) hũa moller ouv'un fillo que mui mais ca si amava,
boỹo dũus doz'anos, e sempre ss'en el catava
en com'era fremosỹo, e *mil vezes lo beijava*
como madr'a fillo beija con que muit'afan padece⁷⁶

[Una donna aveva un figlio che amava più di sé stessa, molto buono, di circa dodici anni, e si rallegrava sempre nel vedere com'era bello e *lo baciava mille volte, come ogni madre bacia a un bambino* al quale tiene molto]

- (3) Log'enton a dona, chorando dos ollos,
muito lle rogava que per y tornasse,
des que el ouvesse fito-los gẽollos
ant'o San Sepulcro e *en el beijasse*.
“E mais vos rogamos
que, sse vos prazia,
hũa semellança
que dalá vejamos
da que sempre guia
os seus sen errança”⁷⁷

éra tentado d'amor dũa mollér que lla beijara, e pois sãó-o Santa Maria” [“Come Papa Leone si tagliò una mano perché era stato indotto in tentazione d'amore da una donna che gliela aveva baciata, e poi Santa Maria lo risanò”].

⁷⁶ CSM 331 (ed. METTMANN, III, pp. 166-168), vv. 15-18: “Como Santa Maria de Rocamador ressocitou un menynno morto” [“Come Santa Maria di Rocamador resuscitò un bambino morto”]; la rubrica, come già rilevato a suo tempo da Mettmann, è errata, visto che nel *milagro* la Vergine non riporta in vita il bambino, ma restituisce sanità mentale alla di lui madre, impazzita, per l'appunto, dopo la morte del figlio; Metteman proponeva di emendare: “Como Santa Maria de Rocamador sãou ãa moller sandia” [“Come Santa Maria de Rocamador curò una donna folle”].

⁷⁷ CSM 9 (ed. METTMANN, I, pp. 79-84), vv. 32-35: “Esta é como Santa Maria fez en Sardonay, preto de Domas, que a sa omagen, que era pintada en hũa távoa, sse fezesse carne e manass'oió” [“Questa (cantiga) racconta di come a Sidonaiia, nei pressi di Damasco, Santa Maria fece in modo che una sua immagine, che era dipinta su una tavola, si trasformasse in carne ed emanasse olio”].

[Poi la donna, piangendo, lo supplicò di tornare (a passare per di lì) dopo essersi inginocchiato davanti al santo sepolcro *e averlo baciato*. “E, inoltre, vi preghiamo di portarci da lì un'immagine di colei che, senza errori, guida sempre il suo popolo”].

(1) Nel primo passo, la costruzione di *beijar* presenta il complemento indiretto della persona baciata, ma l'oggetto diretto della cosa che riceve il bacio, la mano: “sa oferta ll'ofereo / a dona e en gēollos *lle foi a mǎo beijar*”. La diversa costruzione sintattica non modifica l'atto né aggiunge ad esso alcun supplemento di informazione: il complemento oggetto ha solo la funzione di indicare (e quindi isolare, richiamandovi l'attenzione) la parte del corpo che riceve il bacio.

(2) Situazione non dissimile si osserva nel secondo passo, dove *beijar* è costruito una volta con l'oggetto diretto (“*hũa moller ouv'un fillo [...] / lo bejjava*”), una volta con complemento di termine, in regime preposizionale (“*como madr'a fillo beija*”); non si può affermare però che il cambio di reggenza veicoli, rispetto al contesto, un significativo mutamento semantico, visto che in entrambi i casi si tratta della medesima azione. A voler ricamare un po' sulle sfumature, si potrebbe supporre che la costruzione comune sia riservata al fatto concreto (*la madre che bacia suo figlio*), mentre la costruzione preposizionale, per certi versi, assolutizzi l'azione portandola a un livello meno contingente e più paradigmatico (*una qualunque madre che bacia suo figlio*). Quel che è certo, invece, è che quest'ultima costruzione non altera l'azione (*beijar*), né suggerisce alcuno specifico particolare circa la sua esecuzione.

(3) Nel terzo passo, invece, *beijar* è costruito con un complemento di stato in luogo – “*des que el ouvesse fito-los gēollos / ant'o San Sepulcro e en el bejasse*” – che sembra suggerire che l'azione non debba limitarsi solo a baciare il Sepolcro di Cristo, ma specifica che il bacio dev'essere depositato all'interno di esso, *en el bejasse*.

Un supplemento di significato analogo si può rintracciare, a mio avviso, anche nella *cantiga* di Johan Airas. E, del resto, per quel che attiene al secondo livello di significazione (passaggio dai termini concreti al loro significato “equivoco”/osceno) lo aveva già evidenziato Freixedo (ancorché il suo riscontro rinvii, come si è già visto, alla zona vaginale) quando osservava che

todas estas expresións, ademais de equivaler a ‘ás agachadas, furtivamente’, transportan un dobre significado sexual, e indican o lugar concreto do corpo onde don Bieito ía beixar a súa muller: o *furado*, a *fendedura* de acceso á vaxina⁷⁸.

Si può quindi assumere con ragionevole sicurezza che, per mezzo della costruzione di *beijar* con un complemento di moto per luogo, Johan Airas intende dare rilievo all’azione del bacio, la cui esecuzione va intesa come un “attraversamento” che, nella dimensione oscena (secondo livello di significazione) e senza entrare in dettagli “tecnici”, passa per gli “oscuri” sentieri dell’ano. Ma con perfetta simmetria tra i due significati attivati dall’*hequivocatio*, la medesima idea di “attraversamento”, o “passaggio”, dovrebbe allora informare anche i termini che descrivono l’azione – *obscuro* (v. 2), *furado* (v. 5), *fendedura* (v. 8) e *bureco* (v. 11) – nella loro più concreta e immediata dimensione semantica (primo livello di significazione). Ed è questo elemento che, in ultima analisi, suggerisce che D. Bieito, per baciare la donna, abbia dovuto infilare la testa (o per lo meno la bocca) in un luogo angusto, attraverso il quale credeva di baciare le labbra della “sua” (ma anche di Johan Airas) *senhor*.

E questo elemento, in effetti, porta a mettere a fuoco il secondo aspetto rilevante della *cantiga*, quello che, in definitiva, permette di concludere che il testo non prende di mira un’ardimentosa confusione d’orifici da parte d’un temerario dispensatore di baci, ma costituisce il referto d’una beffa ordita a suo danno. Si tratta della lezione che Manuel Ferreiro restituisce, sulla base della testimonianza del Canzoniere Vaticano al v. 11:

Vedes que moi grand’*abeto*:
foi beijar pelo bureco
a mia senhor⁷⁹.

Abeto, già registrato come provenzalismo da Teresa García-Sabell Tormo nel suo prezioso repertorio dei gallicismi del lessico della prima lirica iberica⁸⁰, ha il significato di

⁷⁸ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “*Per arte de foder*”, p. 187.

⁷⁹ La strofa finale della *cantiga* fu particolarmente maltrattata dai copisti colocciani. Quanto al v. 11, il Colocci-Brancuti legge: *Vedes que moy grande boto foy*; il Canzoniere Vaticano, invece, copia *Vedes que muy granda beto foy leirar*. Da rilevare, oltre alle sviste paleografiche in cui i copisti sono incorsi nella lettura e nella trascrizione del segmento testuale, anche la difficoltà, patente nell’incorretta segmentazione stichica, di individuare correttamente il confine versale.

⁸⁰ GARCÍA-SABELL TORMO, Teresa – *Léxico francés nos cancioneiros galego-portugueses. Revisión crítica*. Vigo: Galaxia, 1990, pp. 19-20, che rileva un’occorrenza del termine *abete* nella CSM n° 28, v.

“inganno” e per estensione, quindi, di “burla”. Ferreiro, sulla base delle occorrenze di *abeto/abetar/abetamento* in testi galego-portoghesi del basso Medioevo – la *CSM 28* (cf. qui sotto nota 78); il *Leal Conselheiro* di D. Duarte e *l’Orto do Esposo*⁸¹ – osservava che

estas ocorrencias na literatura medieval tardía están probabelmente na base da aparición de *abetamento* e *abetar* nalgún dicionario portugués, como o etimolóxico de Machado e, máis recentemente, no de Houaiss, onde *abetar* é definido “**privar dos sentidos ou tornar embotado, obtuso; hebetar**” e “**induzir a engano; burlar**”, e, coherentemente, *abetamento*, considerada voz antiga, é “**perturbação dos sentidos ou ausência de sensibilidade; embrutecimento**” e “**indução a engano; burla**”⁸².

E dopo aver passato in rassegna anche le conclusioni di Corominas – che, pur derivando *abeitar* iberico, con dittongo, dall’etimo gotico **batan* (“poner cebo, hacer morder el cebo”)⁸³, ammetteva poi comunque che le forme non dittongate, diffuse in Galizia, potevano essere anche “galicismos literarios ya antiguos”⁸⁴ –, lo studioso galego aggiungeva:

efectivamente, a forma *abeto* e o verbo *abetar(se)* tamén se rexistran, evoluídos semanticamente, no galego moderno. É significativo que o substantivo sexa inicialmente recollido na conservadora rexión oriental galega na frase verbal *facen abetos* (“Alargar una cosa fingiendo que se da, y retirarla cuando el otro va a cogerla”), que remite tamén ao **significado básico de ‘engano, trampa’**; máis recentemente tamén aparece como sinónimo de ‘desexo’ e, de novo, na frase verbal *facen abeto* “enseñar algo a alguen de tal forma que el que lo ve lo codicia vivamente”⁸⁵.

87 (ed. METTMANN, I, pp. 128-132, vv. 86-93), dove il significato più appropriato sarebbe però “astuzia”: “Aquel Soldan, sen mentir, / cuidou que per abete / o querian envayr / os seus, e Mafomete / começou muit’a chamar, / o falso connoçudo, / que os vëess’ajudar; / mas foi y decebudo” [“E il sultano credette, con certezza, che con l’astuzia i suoi volessero ingannarlo e cominciò ad invocare Maometto, il falso sapiente, affinché venisse ad aiutarli; ma ne fu deluso”].

⁸¹ Cf. FERREIRO, Manuel – “Apostilas ao texto da cantiga”, pp. 520-522.

⁸² FERREIRO, Manuel – “Apostilas ao texto da cantiga”, p. 522, mio il grassetto; le citazioni in portoghese procedono da MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Conluência, 1967 [1ª ed. 1952] e HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salle; FRANCO, Francisco Manoel de Mello (dirs.) – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001, entrambi i lessici s.v. “abetamento, abetar”.

⁸³ Cf. FERREIRO, Manuel – “Apostilas ao texto da cantiga”, p. 522 e COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1980-1991, s.v. “abeitar”. La medesima etimologia è registrata anche nel *FEW*15:1, col. 99b.

⁸⁴ COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, s.v. “abeitar”.

⁸⁵ FERREIRO, Manuel – “Apostilas ao texto da cantiga”, pp. 522-523, mio il grassetto; le citazioni in

A prescindere dall'evoluzione semantica del termine, le attestazioni medievali di *abete/abeto* (e verbi correlati) convergono tutte sul significato di “burla”, “beffa”, “inganno”. E questo significato non solo conviene perfettamente al contesto della *cantiga* in esame, ma consente anche di interpretarla correttamente. Non a caso, in effetti, il vocabolo è collocato nell'ultima strofa del testo, come la parola-chiave che dà senso a tutto il resto del componimento. Quello che Johan Airas mette in scena, quindi, non è soltanto un “un caso de sexo oral tratado de xeito xocoso”⁸⁶, dovuto alla distrazione dell'infoiato distributore di baci, di ma una burla piuttosto feroce che la moglie adultera infligge al marito ingannato. Se poi – come il Nicolas di Chaucer – anche Johan Airas abbia avuto parte nell'escogitazione della beffa è difficile dire, ma tutto sommato poco importa. Quel che è certo, invece, è che Johan Airas e la sua *cantiga* sono lì pronti a denigrare il marito cornuto portando alla luce del sole l'increscioso accaduto. E se, come si è già avuto modo di ricordare, “a vergonza da traizón vese a miúdo implementada nas cantigas por aspectos que engaden unha particularidade máis infamante, se cabe, ao adulterio en si mesmo”⁸⁷, il bacio sul *poistron* non fa che amplificare la portata della beffa e, nel contempo, lo scherno cui essa espone il malcapitato D. Bieito.

A livello generale, questa lettura si appoggia su elementi interni al testo e trova riscontro nella più ampia tradizione romanza (e mediolatina) degli insulti e delle beffe veicolati dalla mostra del, e dall'*osculum* sul, deretano. Nel contesto più immediato, poi, l'interpretazione proposta, oltre a chiarire il senso della burla inflitta a D. Bieito, non è in contraddizione (e non è dunque contraddetta) dalla sua collocazione all'interno del breve ciclo di *cantigas* che Johan Airas dirige contro lo sventurato mercante di Compostela, ciclo che, come si è visto all'inizio di questo contributo, sembra ruotare proprio intorno alle disavventure coniugali di D. Bieito, prima con i cattivi (ma non meglio specificati) presagi che si verificarono nel momento in cui il marito ingannato “comprò” la sua *molher* nel primo episodio della sequenza (cf. B1463/V1073, vv. 5-7 “ja Deus no[n] me leixe entrar sobre mar, / se,

castigliano procedono da OTERO ÁLVAREZ, Aníbal – *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1977 e GARCÍA GONZÁLEZ, Costantino – *Glosario das voces galegas de hoxe*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1985, entrambi s.v. “abeto”.

⁸⁶ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “Per arte de foder”, p. 187.

⁸⁷ NOVO, Olga – “Leda m'and'eu”, p. 148.

polo custo, quera filhar / o mercado que [e]l [á] algur feito” e vv. 12-13, “e ar dizen que mercou atan mal, / que nunca end’avera seu cadal”) e, poi con il gesto apotropaico, foriero quanto meno di future disgrazie, che le donne compiono, nel giorno degli sponsali, al termine della cerimonia (cf. B1465/V1075, vv. 5-8 “E, pois que ouveran ja feita sa voda, / cuspiron as donas, e diz dona Toda: / “Talhou don Beeito / aqui o feito”). Nel mezzo, quindi, l’episodio della *cantiga* in esame che, visto il discredito e la vergogna che la moglie adultera getta su D. Bieito, sembra essere il compimento delle profezie adombrate nelle altre due.

Il problema, allora, risiederebbe nella posizione della *cantiga* in esame all’interno del ciclo, visto che, stante la lettura proposta, il testo dovrebbe occupare la terza e non la seconda posizione. Sulla questione si è già interrogato Arias Freixedo che rispondeva in questi termini:

Noutra cantiga de Joan Airas (B 1465, V 1075, [63, 76]) parece deducirse que os asistentes á voda de don Bieito saían do casamento asegurándolle un porvir pouco venturoso, e polo que se ve non ían descamiñados os prognósticos, xa que non é frecuente que un marido teña que verse a furto coa súa propia esposa. É probábel que don Bieito, de quen só sabemos que era un comerciante compostelán, tivese algún tipo de problema real na concertación do seu casamento, que estaría detrás destas burlas. Non debe esquecerse ademais que entre os esponsais (compromiso de matrimonio, ás veces sendo aínda menores de idade) e a voda, podían pasar anos, durante os cales, teoricamente polo menos, o matrimonio non era consumado. Estaremos perante un caso destes? Poderían explicarse así as alusións irónicas á dureza e ao carácter arriscado do protagonista, que se atrevía a ir ver á prometida ás agachadas⁸⁸.

L’ipotesi non è infondata. E se la beffa che Johan Airas mette in scena in questa *cantiga* dovesse collocarsi nel periodo prenuziale – elemento che non modifica quanto osservato circa l’“estra lei / ni son trei” –, essa spiegherebbe ancora meglio il gesto apotropaico delle donne: da un lato, pratica ominosa che mette in guardia il mercante dalla vita coniugale poco felice che lo attende (se la sposa è stata capace di fare questo prima delle nozze, figuriamoci cosa sarà capace di fare dopo), dall’altro presa di distanza dalla dabbennaggine di D. Bieito che, nonostante l’ignominiosa burla

⁸⁸ ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – “Per arte de foder”, p. 187.

che lo ha coperto di vergogna, ha deciso comunque di sposare la “sua” donna. Per altro verso, però, va anche detto che è difficile dire qualcosa di risolutivo sull’ordine dei testi e il rischio – da cui già ha messo in guardia Valeria Bertolucci – di confezionare “insipidi romanzetti”⁸⁹ è sempre in agguato. Di fatto, nulla garantisce che l’ordine dei testi trasmesso di concerto dal Colocci-Brancuti e dal Canzoniere vaticano rimonti direttamente all’autore. Quand’anche fosse così, potrebbe allora essere ammissibile anche un’altra possibilità. Il ciclo potrebbe, in effetti, funzionare come uno di quei trittici che tanto successo ebbero nelle arti figurative medievali, una sorta di pala d’altare tutta laica, nella quale, proprio secondo i principi che regolavano la narrazione per immagini di questi prodotti, l’episodio più importante – in questo caso il tradimento e la beffa subiti da D. Bieito – occupa il pannello centrale (B1464/V1074, la seconda *cantiga* d’un ciclo ternario) ed è contornato, nelle tavole laterali, dal prologo (B1463/V1073; prima *cantiga* del ciclo, con il ritorno del mercante dal suo viaggio a Montpellier accompagnato dalla futura sposa) e da una delle più importanti “scene da un matrimonio” della mal assortita coppia (B1465/V1075; terza e ultima *cantiga* del ciclo, con l’incresciosa scenetta delle donne che sputano in terra non appena compiuto il rito nuziale).

Ma non è prudente avventurarsi, in questo caso, sul sentiero delle congetture. A prescindere dalla posizione di questa *cantiga* nel ciclo dedicato a D. Bieito, mi sembra evidente, al lume di quanto discusso in queste pagine, che il testo riferisca una beffa molto più greve e più grave di quello che si è potuto credere fino ad oggi. D. Bieito, almeno in un primo momento, non ne avrà certo riso; il primo pubblico della *cantiga*, sicuramente sì. E non gliene faremo certo una colpa, né al deriso, né tantomeno ai derisori. Del resto, come dirà molti secoli più tardi il brasiliano Carlos Drummond de Andrade, “a bunda se diverte / por conta própria”.

⁸⁹ BERTOLUCCI, Valeria – “Libri e canzonieri d’autore nel Medioevo”. In BERTOLUCCI, Valeria – *Morfologie del testo medievale*. Bologna: Il Mulino, 1989, pp. 125-146, a p. 126.

Riferimenti bibliografici

Fonti

Fonti manoscritte

Città del Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Vat. Lat. 4803 (Canzoniere portoghese della Vaticana = **V**)

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Cod. 10991 (Canzoniere Colocci-Brancuti = **B**).

Fonti a stampa

CSM = ALFONSO X EL SABIO – *Cantigas de Santa María*. Edición de Walter Mettmann, 3 vols. Madrid:Castalia, 1986-1989 [ristampa dell'edizione in 4 vols. pubblicata tra il 1959 e il 1972 a Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis].

ARDOUIN, Jean-Marie – *Aiol, chanson de geste (XII^e-XIII^e siècles) éditée d'après le manuscrit unique BnF fr. 25516*, 2 vols. Paris: Champion 2016.

ARGOTE DE MOLINA, Gonzalo – *Libro de la monteria que mandó escrevir el muy alto y muy poderoso Rey Don Alonso de Castilla y de Leon, vltimo de este nombre*. Sevilla: por Andrea Pescioni, 1582.

ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – *Antoloxía de poesía obscena dos trovadores galego-portugueses*. Santiago de Compostela: Edicións Positivas, 1993.

ARIAS FREIXEDO, Xosé Bieito – *“Per arte de foder”. Cantigas de escarnio de temática sexual*. Berlin: Frank & Timme Verlag, 2017.

BEC, Pierre – *Burlesque et obscénité chez les troubadours. Le contre-texte au Moyen Âge*. Paris: Éditions Stock, 1984.

BEGGIATO, Fabrizio – *Il trovatore Bernart Marti*. Modena: Mucchi Editore, 1984.

BOUTIÈRE, Jean; SCHUTZ, Alexander H. – *Biographies des troubadours: textes provençaux des XIII^e et XIV^e siècles*. Paris: Nizet, 1973.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro; BIRRO, Renan M. – “O *Corrector sive Medicus* (ou *Corrector Burchardi*, ou *Da pœnitentia*, c. 1000-1025) por Burcardo de Worms (c. 965-1025): apresentação e tradução latim-português dos capítulos 1-4, além das ‘instruções’ de penitência 001 a 095”. *Revista Signum* 17 (2016), pp. 266-309.

CANELLO, Ugo Angelo – *La vita e le opere del trovatore Arnaldo Daniello*. Halle a. S.: Max Niemeyer Verlag, 1883.

CHAUCER, Geoffrey – *The Canterbury Tales*, translated into modern English by COGHILL, Nevill. Middlesex/Victoria: Penguin Book, 1966 (1^a ed. 1951).

CORBELLARI, Alain – *L'épopée pour rire. "Le voyage de Charlemagne à Jérusalem et Constantinople" et "Audigier"*. Paris : Honoré Champion, 2017.

FERNÁNDEZ POUSA, Ramón – “Cancionero gallego de Joán Airas, burgués de Santiago (s. XII-XIII)”. *Compostellanum. Revista de la Archidiócesis de Santiago de Compostela* 4/2 (1959), pp. 251-280

FERNÁNDEZ POUSA, Ramón – “Cancionero gallego de Joán Airas, burgués de Santiago (s. XII-XIII)”. *Compostellanum. Revista de la Archidiócesis de Santiago de Compostela* 4/4 (1959), pp. 615-667.

JODOGNE, Omer – “*Audigier* et la chanson de geste, avec une édition nouvelle du poème”. *Le Moyen Âge* 66 (1960), pp. 495-526.

LAPA, Manuel Rodrigues – *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Vigo: Editorial Galaxia, 1970 (1ª ed. 1965).

LAZZERINI, Lucia – *Audigier. Il cavaliere sul letamaio*. Roma: Carocci, 2019 (1ª ed. 2003).

LIZERAND, Georges – *L’Affaire des Templiers*. Paris: Honoré Champion, 1923.

MACCHI, Giuliano – “Le poesie di Roy Martinz do Casal”. *Cultura Neolatina* 26 (1966), pp. 1-29.

MARCENARO, Simone – *Pero Garcia Burgalés, Canzoniere. Poesie d’amore, d’amico e di scherno*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2012.

MARZIALE, MARCO VALERIO – *Epigrammi*, introduzione di Mario Citroni, note di Elena Merli. Milano: Rizzoli, 1996.

MASON BRADBURY, Nancy; BRADBURY, Scott – *The dialogue of Solomon and Marcolf: a dual-language edition from Latin and Middle English printed editions*. Kalamazoo: Medieval Institute Publications of Western Michigan University, 2012.

MIGNE, Jacques-Paul (ed.) – *Patrologiae Cursus Completus, Series Latina*, 217 vols. (+ 4 vols di Indici): Parisiis, Excudebat Migne, in via dicta: d’Ambroise, 1844-1855.

MORELLI, Giovanni di Pagolo – *Ricordi*. Nuova edizione e introduzione storica a cura di Claudia Tripodi. Firenze: Firenze University Press, 2019.

POSTIGO ALDEAMIL, María Josefa – “El Fuero de Plasencia”. *Revista de Filología Románica* 2 (1984), pp. 175-214.

RODRÍGUEZ, José Luís – *El Cancionero de Joan Airas de Santiago. Edición y estudio*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1980.

SCALIA, Giuseppe – *Salimbene de Adam, Cronica*. Bari: Laterza, 1966.

SCHMITZ, Hermann Joseph – *Die Bussbücher und die Bussdisciplin der Kirche*. 2 vols.: Graz: Akademische Druck-U. Verlagsanstalt, 1958 [1ª ed. 1883].

SKEAT, Walter – *The Complete Works of Geoffrey Chaucer*. 4 vols. London: Oxford University Press, 1900 (1^a ed. 1894).

TOJA, Gianluigi – *Arnaut Daniel, Canzoni*. Firenze: Sansoni, 1960.

ZANGEMEISTER, Karl Friedrich Wilhelm; MAU, August – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. IV: *Inscriptiones parietariae Pompeianae, Herculanenses, Stabianae. Supplementi pars posterior: Inscriptiones parietariae (et vasorum fictilium)*. Berlin: G. Reimerum, 1909.

ZIOLKOWSKI, Jan M. – *Solomon and Marcolf. Introduction and Commentary*. Cambridge (USA); London: Department of the Classics, Harvard University, 2008.

Studi

ALBERT, Sophie – “Droit et violence dans l’humiliation publique du chevalier, XII^e-XIII^e siècles”. In HAUGEARD, Philippe; OTT, Muriel – *Droit et violence dans la littérature du Moyen Âge*. Paris: Classiques Garnier, 2013, pp. 105-119.

BARBERINI, Fabio – “Valor y juego de la interpretación en la crítica textual gallegoportuguesa. La *molher* de Don Bernaldo”. In LUCÍA MEGÍAS, José Manuel (coord.) – *Editar textos medievales en el siglo XXI*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2024, pp. 151-170.

BARBERINI, Fabio – “Un acquisto pericoloso (Johan Airas de Santiago: B1463/V1073)”. *Medioevo Europeo* 10 (2026), pp. 7-27 (*in stampa*).

BERTOLUCCI, Valeria – “A proposito di una recente edizione di Johan Airas de Santiago”. *Studi Mediolatini e Volgari* 9 (1961), pp. 71-100.

BERTOLUCCI, Valeria – “Libri e canzonieri d’autore nel Medioevo”. In BERTOLUCCI, Valeria – *Morfologie del testo medievale*. Bologna: Il Mulino, 1989, pp. 125-146.

CONTINI, Gianfranco – “Per la conoscenza di un sirventese di Arnaut Daniel”. *Studi Medievali* 10 (1936), pp. 223-231.

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1980-1991.

COTTIER, Jean-François – “Ordo dans le *Liber Gomorrhianus* de Pierre Damien”. In GOULLET, Monique – *Parva pro magnis munera. Études de littérature tardo-antique et médiévale offertes à François Dolbeau par ses élèves*. Turnhout : Brepols, 2009, p. 831-856.

DURO PEÑA, Emilio – *Catalogo de los documentos privados en pergamino del Archivo de la Catedral de Orense*. Orense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1973.

FERRARI, Anna – “Il comico onomastico (onomastica ‘escarninha’) nella lirica galego-portoghese”. In CIRILLO, Silvana (ed.) – *Il comico nella letteratura italiana. Teorie e poetiche. Scritti in onore di Walter Pedullà*. Vol. 2. Roma: Donzelli, 2005, pp. 13-36.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda – *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FERREIRO, Manuel – “Apostilas ao texto da cantiga *Don Beeito, ome duro* [B 1464, V 1074] de Joan Airas de Santiago”. In ESTEVE, Cesc *et alii* (eds.) – *El texto infinito. Tradición y reescritura en la Edad Media y el Renacimiento*. Salamanca: Seminario de Estudios Medievales y Renacentistas; Sociedad de Estudios Medievales y Renacentistas, 2014, pp. 511-527.

GARCÍA GONZÁLEZ, Costantino – *Glosario das voces galegas de hoxe*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1985.

GARCÍA-SABELL TORMO, Teresa – *Léxico francés nos cancioneiros galego-portugueses. Revisión crítica*. Vigo: Galaxia, 1990.

GAUTHIER, Albert – “La sodomie dans le droit canonique médiéval”. In ROY, Bruno – *L'érotisme au moyen âge. Études présentées au Troisième colloque de l'Institut d'études médiévales*. Montréal: L'Aurore, 1977, pp. 111-122.

GUIDA, Saverio; LARGHI, Gerardo – *Dizionario Biografico dei Trovatori*. Modena: Mucchi Editore, 2014.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salle; FRANCO, Francisco Manoel de Mello (dirs.) – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

LANCIANI, Giulia – “Ayra Veaz o il trovatore dimezzato”. In LANCIANI, Giulia – *La meccanica dell'errore. Studi di letteratura medievale*. Roma: Viella, 2010, pp. 117-134 [riedizione d'un contributo già apparso con lo stesso titolo in *Cultura Neolatina* 34 (1974), pp. 99-115].

LÅNGFORS, Arthur – *Le Roman de Fauvel par Gervais du Bus, publié d'après tous les manuscrits connus*. Paris: Librairie Firmin Didot, 1914-1919.

LAZZERINI, Lucia – “*Cornar lo corn: sulla tenzone tra Raimon de Durfort, Truc Malec e Arnaut Daniel*”. *Medioevo Romanzo* 8 (1981-1983), pp. 339-370.

LAZZERINI, Lucia – “*Postilla al corn: raboi*”. *Medioevo Romanzo* 14 (1989), pp. 39-50

LAZZERINI, Lucia – “*Il nome della dama del corn*”. *Rivista di Studi testuali* 1 (1999), pp. 119-135.

LAZZERINI, Lucia – “L'unità multiculturale della Romania medievale e alcuni luoghi problematici del *Libro de Alexandre*”. *Revue d'Études médiévales et de Philologie romane* 1 (2024), pp. 13-60.

LE ROY LADURIE, Emmanuel – *L'argent, l'amour et la mort en pays d'oc*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1967 [1ª ed. 1952].

MONTERO CARTELLE, Enrique – “De las *nugae* a los graffiti o del ‘priapismo verbal’”. *Durius. Boletín castellano de estudios clásicos* 3 (1975), pp. 370-383.

MONTERO CARTELLE, Enrique – *Priapeos, Grafitos amatorios pompeyanos, La velada de la fiesta de Venus, El concúbito de Marte y Venus, Centón nupcial*. Madrid: Editorial Gredos, 1981.

NOVO, Olga – «*Leda m’and’eu*». *Erótica Medieval Galaica*. Noia: Toxosoutos, 2013.

OLIVEIRA, António Resende de – “Do Cancioneiro da Ajuda ao *Livro das Cantigas* do Conde D. Pedro: análise do acrescento à secção das cantigas de amigo de ω ”. *Revista de História das Ideias* 10 (1988), pp. 691-751.

OLIVEIRA, António Resende de – *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

OTERO ÁLVAREZ – Aníbal, *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1977.

PILLET, Alfred; CARSTENS, Henry – *Bibliographie der Troubadours*. Halle: Max Niemeyer Verlag, 1993.

RIVAS QUINTAS, Eligio – *Frampas. Contribución al diccionario gallego*. Salamanca: CEME, 1978.

RONCAGLIA, Aurelio – “Sorrabar”. *Studi Testuali* 3 (1994), pp. 91-94.

SOLIN, Heikki – “Le iscrizioni parietali”. In ZEVI, Fausto – *Pompei '79. Raccolta di studi per il decimonono centenario dell'eruzione vesuviana*. Napoli: Macchiaroli, 1979, pp. 278-288.

Webgrafia:

Dicionario da Real Academia Galega <<https://academia.gal/dicionario>> [ultimo acceso 28/03/2026]

Dicionario de Auctoridades (Real Academia Española) edición digital: <<https://webfml.rae.es/DA.html>>

Diccionario de la lengua española (Real Academia Española) edición digital: <<https://dle.rae.es/sorrabar?m=form>> [ultimo acceso 15/06/2026].

LOPES, Graça Videira (ed.) – *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Instituto de Estudos Medievais, Biblioteca Nacional de Portugal, <https://cantigas.fcsh.unl.pt/index.asp> [ultimo acceso il 28/03/2026].

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BARBERINI, Fabio – “Un bacio è un apostrofo oscuro ...(Baci particolari nella lirica galego-portoghese: Johan Airas de Santiago B1464/V1074)”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 235-280. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 40 | Julho – Dezembro 2026

ISSN 1646-740X

O efémero em *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro

The ephemeral in *Menina e Moça* by Bernardim Ribeiro

Isabel Maria Pessanha Marcante

Universität Stuttgart, Sprachenzentrum
70174 Stuttgart, Alemanha

isabel.marcante@t-online.de

<https://orcid.org/0009-0006-5254-3965>

Data recepção do artigo / Received for publication: 26 de Maio de 2025

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 03 de Junho de 2026

DOI:

RESUMO

Este ensaio pretende identificar o aspecto do efêmero no romance *História de Menina e Moça* do poeta Bernardim Ribeiro, um poeta que apresenta características nesta sua obra que nos remetem para a *coyta* das cantigas de amigo medievais quanto ao sujeito do discurso, aos seus elementos de saudade e de distância ou ausência da pessoa amada. Iremos relacioná-lo, assim, com os elementos da saudade, da memória, da mudança e do sonho que surgem aliados à experiência da vida, a qual decorre como um rosário de antinomias que convivem umas com as outras simultaneamente (ganhar-perder, bem-querer-malquerer, amor-desamor, vida-morte, ficar-partir, contentamento-tristeza, dor, nojo, mágoa, ventura-desventura), e que irão transmitir-nos a sensação de transitoriedade: a vida surge como algo efêmero, uma grande passagem, em que nada é certo e as tristezas acontecem “desordenadamente”.

Palavras-chave: *Menina e Moça*; Bernardim Ribeiro; efêmero; saudade; sonho.

ABSTRACT

This work aims to identify the aspect of the ephemeral in the romance *História de Menina e Moça* written by the poet Bernardim Ribeiro, a poet that shows elements of the medieval songs cantigas de amigo, relating it to the elements of longing (saudade) memory, change and dreams that follow the experience of life, which occurs as a rosary of antinomies that coexist with each other (like “win-lose”, “wish well – wish ill”, “love-lovelessness”, “life-death”, “staying-leaving”, “contentment-sadness, pain, sadness, disgust”, “fortune-misfortune”) and that will transmit to us the sensation of transience: Life as something ephemeral, a great passage, in which nothing is certain and sadness happens “disorderly”.

Keywords: *Menina e Moça*; Bernardim Ribeiro; ephemeral; saudade; dream.



INTRODUÇÃO

*Dime Ninya
Dime, ninya, onde moras,
Te ire a vejitar.
En una kaleja skura
Non se ve a kaminar.
Ayi debasho se asentan
Los ke sufren del amor.
Ya te dishe djoya mia,
No te apares a la mar
Ke la mar esta furtuna
Mira ke te va yivar.
(Romança ladina)¹*

Pretende-se com este ensaio identificar o aspecto do efémero no romance *História de Menina e Moça* do poeta Bernardim Ribeiro, um poeta que apresenta características nesta sua obra que nos remetem para a *coyta* das cantigas de amigo medievais, no que diz respeito ao sujeito do discurso (Menina), ao ambiente cavaleiresco presente em determinadas histórias (Lamentor e Belisa), aos seus elementos de saudade e de distância ou da ausência da pessoa amada². O trabalho visa assinalar o elemento do efémero na obra *História de Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro³, o qual surge aqui relacionado com as componentes da saudade, da memória, da mudança e do sonho que, ligados a antinomias, nos irão eventualmente transmitir a sensação de transitoriedade: a vida percebida

¹ Agradeço ao investigador e docente de Ladino (*djudeo-espanyol*), Matan Stein, da Universidade Hebraica de Jerusalém, a disponibilização desta romança, no âmbito do seu curso de Ladino (*djudeo-espanyol*) realizado na Universidade alemã de Göttingen, o qual decorreu no semestre de Verão de 2025.

² Teresa Amado refere precisamente a relação de trechos do texto e o uso da linguagem com as cantigas de amigo medievais (cf. AMADO, Teresa – *Menina e Moça de Bernardim Ribeiro. Apresentação crítica*. Lisboa: Editorial Guimarães, 1994, p. 77) apresentando, como exemplo, o discurso da Dama do Tempo Antigo: “E uma mulher de casa já velha, que vira muito e ouvira muitas cousas, por mais anciã, dizia sempre que para ela só pertencia aquele ofício. Então contava histórias de cavaleiros andantes. E verdadeiramente as afrontas e grandes desaventuras que ela contava a que se eles punham pelas donzelas, me fazia haver dó deles” (RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*. Edição de Ferrara. Ed. Marta Marecos Duarte; Carlos Reis. Lisboa: INCM, 2025 [1554], p. 68). Também o diálogo de Lamentor com o Cavaleiro da Ponte (RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 76 ss.) encontra-se, ainda segundo Teresa Amado, “impregnado da retórica cavaleiresca” (AMADO, Teresa – *Menina e Moça de Bernardim*, p. 83 [nota de rodapé 149]).

³ Edições consultadas: RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*; RIBEIRO, Bernardim – *Menina e Moça – Saudades*. Edição de D. José Pessanha, segundo o manuscrito eborense. Estarreja: MEL Editores, 2009 [1557]. Nas citações, utilizámos a edição de Ferrara designada supra.

como algo efémero, uma grande passagem, em que nada é certo e as tristezas acontecem fatal, recorrente e “desordenadamente”.

Não iremos abordar a grande complexidade e o mistério da obra (factos já sublinhados e reiterados por insignes investigadores), já de si condicionada pelos escassos dados biográficos existentes sobre o autor, pelo desaparecimento deste último, e ainda pela existência de duas edições principais da romance (a de Ferrara, de 1554, e a edição de Évora de 1557), para além do manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa (o chamado “manuscrito Asensio”, datado entre 1553 e 1556), a edição de Colónia de 1559, e ainda o manuscrito da Real Academia de la Historia de Madrid (que apresenta uma letra atribuída à segunda metade do séc. XVI). Teresa Amado dá, a este respeito, uma boa panorâmica dos manuscritos e edições da *Menina e Moça*⁴, considerando serem pouco convincente as opiniões que admitem a autenticidade de alguns dos 41 capítulos da edição de Évora⁵.

A complexidade, o sentido “oculto”, o eventual “disfarce revelatório”⁶ e o carácter inacabado da obra, os problemas suscitados pela existência das várias edições, as diferenças textuais e as diversas concepções de outros autores e investigadores foram tratados e desenvolvidos por diversos investigadores, como por exemplo, Hélder Macedo⁷, Alan Deyermond⁸, Aida Santos⁹, John Gornall¹⁰, Jorge Alves

⁴ AMADO, Teresa – *Menina e Moça de Bernardim*, pp. 13-14; 15-19.

⁵ AMADO, Teresa – *Menina e Moça de Bernardim*, p. 15.

⁶ MACEDO, Hélder – *Do significado oculto de Menina e Moça*. Lisboa: Moraes, 1977, p. 67.

⁷ MACEDO, Hélder – *Do significado oculto*.

⁸ DEYERMOND, Alan – “The Female Narrator in Sentimental Fiction: Menina e Moça and Clareo y Florisea”. *Portuguese Studies* 1 (1985), pp. 45-57.

⁹ SANTOS, Aida – “Das Questões Enunciativas aos Mundos Representados na *Menina e Moça*”. *Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas do Porto* 7 (1990), pp. 7-95

¹⁰ GORNALL, John – “The Ballad of Avalor: Towards a Critical Edition Concluded”. *Portuguese Studies* 9 [Em linha] 1993, pp. 107-114 [consultado, por último, a 14 de Abril de 2025]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41104976>; GORNALL, John – “Printers' (and Others'?) Errors': A Note on the Extra-Textual Features of the Evora Edition of *Menina e Moça*”. *Forum for Modern Language Studies* 30 (1) (1994), pp. 37-43; GORNALL, John – “A New Testament Echo in *Menina e Moça*? Arima, Avalor and a Textual Problem”. *Portuguese Studies* 14 [Em linha] 1998, pp. 45-50 [consultado, por último, a 14 de Abril de 2025]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41105081>.

Osório¹¹, Rosa María Álvarez Sellers¹², Maria Ascensão Apolónia¹³, Luís André Nepomuceno¹⁴, Tatiana Pequeno¹⁵, para referirmos apenas alguns. É, assim, do conhecimento geral, que a primeira edição, a edição de Samuel Usque, publicada em Ferrara (1554), não se divide em capítulos (razão talvez por que na edição sob a coordenação de Carlos Reis, estes apareçam em parênteses rectos), iniciando-se, por vezes, os parágrafos com letra maiúscula, mas sem um tamanho uniforme. Aida Santos¹⁶ chamou a atenção, pormenorizadamente, para as diferenças presentes na edição eborense, não só no que diz respeito ao conteúdo, mas também no que diz respeito à divisão textual da obra, aspecto que é sublinhado por María Rosa Álvarez Sellers, no seu ensaio, referindo que a edição de André Burgos, a edição eborense (1557), exhibe “diferenças notáveis”¹⁷, tendo sido aqui acrescentados quarenta e um novos capítulos ao romance.

Na edição de D. José Pessanha (edição também por nós consultada), a qual se rege pelo manuscrito eborense, são visíveis as diferenças, como já foi apontado pelos estudiosos bernardinianos: a edição de Évora apresenta-se repartida em capítulos, cada um com o respectivo título, cujo conteúdo, segundo pudemos também verificar, não coincide com a divisão do texto na edição de Ferrara.

¹¹ OSÓRIO, Jorge Alves – “Aspectos da narrativa em João de Barros e em Bernardim Ribeiro: um confronto”. *Máthesis* (I) [Em linha] (1992), pp. 35-54 [consultado, por último, a 8 de Abril de 2025]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/24037>; OSÓRIO, Jorge Alves – “Silêncios em *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro”. *Península: Revista de Estudos Ibéricos* 1 (2004), pp. 351-376.

¹² ÁLVAREZ SELLERS, María Rosa – “Texto e Estrutura em *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro”. *Cuadernos de Filología Anexo L* (2002), pp. 417-430.

¹³ APOLÓNIA, Maria Ascensão Ferreira – “Um Estudo de *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro na Perspectiva da Análise do Discurso”. *Revista Graphos* 8:1 (2006) [consultado, por último, a 8 de Abril de 2025]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/9307>.

¹⁴ NEPOMUCENO, Luís André – “Platonism and Judaism: The Theme of saudade in the Eclogues of Bernardim Ribeiro”. *Portuguese Studies* 27:2 (2011), pp. 121-137; NEPOMUCENO, Luís André – “*De mim mesmo sou inimigo*: Exílio e Saudade na *Écloga* II de Bernardim Ribeiro”. *Caligrama* 16:1 (2011), pp. 65-86.

¹⁵ PEQUENO, Tatiana – “Acessos, Sentidos e Significados para *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro”. *Em Tese* 19:3 (Set.-Dez. 2013), pp. 42-53.

¹⁶ “A edição de Évora, para além das variantes de lição com que nos brinda, difere ainda das outras a vários títulos: um prefácio do editor; divisão do texto em duas partes; no interior de cada uma, divisão em capítulos (encabeçados por sumários que ocasionalmente chegam a contradizer o conteúdo dos respectivos fragmentos textuais); destes, os últimos 41 são uma extensão do limite do texto nas outras versões, em que se acentua a desconfiança que já merecia a parte final comum, pela inexplicável mudança de tom, de estilo e de intenção narrativa. Esta edição viria a vingar, contudo, tendo sido sucessivamente reproduzida ou tomada como fonte nos séculos seguintes” (SANTOS, Aida – “Das Questões Enunciativas”, p. 7).

¹⁷ ÁLVAREZ SELLERS, María Rosa – “Texto e Estrutura em *Menina e Moça*”, p. 418.

A edição de Évora (cuja autenticidade é posta em causa por alguns estudiosos) contém, assim, um acrescentado de quarenta e um novos capítulos, o qual se reduz aos capítulos XVIII a LVIII da Segunda Parte, cuja atribuição a Bernardino Ribeiro se considera duvidosa: pelo estilo diferente e pela narração, em parte, um pouco confusa – sobretudo a partir do capítulo XXIV da Segunda Parte –, levando Hélder Macedo a sublinhar algumas destas discrepâncias, mas considerando, no entanto, ser esta uma versão “irrefutável”¹⁸.

Mais tarde, Jorge Alves Osório e Juan Carrasco González assumiriam uma perspectiva diversa, sublinhando Jorge Alves Osório que os continuadores do texto eborense não tinham sido capazes de assegurar a “tonalidade intimista” inicial do texto¹⁹. Carrasco González, por sua vez, refere que estamos perante um relato diferente, o qual denota um carácter marcadamente cavaleiresco, ao contrário da parte comum do romance, levantando a hipótese de que não estamos propriamente perante duas obras diferentes, mas trata-se, sim, de duas redacções diferentes da mesma obra, em que o texto acrescentado seria marcado por duas “cesuras” textuais²⁰. Carrasco González acrescenta ainda que o segundo texto seria uma redacção previamente redigida por Bernardim Ribeiro, o qual teria sido surpreendido pela morte, quando se encontrava a escrever a versão mais actual da obra, constituindo estes acrescentos um “erro” da parte de André de Burgos, o qual teria simplesmente juntado os dois textos do acrescentado à parte comum da obra.

Por conseguinte, um dos elementos que também contribui para o misticismo e o interesse no romance será também, para além da sua atmosfera misteriosa, a pluralidade de perspectivas por parte dos investigadores (alguns dos quais levantam ainda a hipótese da existência de um “criptojudaísmo” da parte de Bernardim Ribeiro)²¹, sublinhando, deste modo, a temática do misterioso, da

¹⁸ MACEDO, Hélder – *Do significado oculto*, p. 109.

¹⁹ OSÓRIO, Jorge Alves – “Silêncios em *Menina e Moça*”, p. 370.

²⁰ CARRASCO GONZÁLEZ, Juan – “Las dos redacciones de *Menina e Moça*. Una nueva teoría sobre la autoría del añadido eborense”. *Gramma y Cal: Revista insular de filología* 2 (1998), p. 29.

²¹ Sobre este tema leia-se o que escreveram Hélder Macedo (*Do significado oculto*; “The Strangers Within”. *Portuguese Studies* 13 (1997), pp. 127-129), Luís André Nepomuceno (“Platonism and Judaism: The Theme of saudade”, pp. 121-137; “*De mim mesmo sou inimigo*: Exílio e Saudade na *Écloga II*”, pp. 65-86) e também Maria Isabel Morán Cabanas, a qual considera os textos de Bernardim Ribeiro no *Cancioneiro Geral* como informação complementar ou como uma “expressão poética” de “uma tradição ideológica paralela – a judaica (...)” (MORÁN CABANAS, Maria Isabel – “Liturgia e cor amarela no *Cancioneiro Geral*: ainda para uma interpretação em chave criptojudáica de Bernardim Ribeiro”. *Cultura Neolatina* 79:3-4 (2019), p. 391).

saudade, do exílio e da errância presentes também na obra: uma temática considerada por alguns estudiosos de cariz judaica ou cristã-nova.

Tendo abordado brevemente estes aspectos que influenciam a perspectiva de estudo da obra, e em que se assistiu, em parte, à elaboração de verdadeiras “lendas” sobre as circunstâncias biográficas de Bernardim Ribeiro²², passaremos, em seguida, à questão inicial, exposta no título deste ensaio: a questão da efemeridade, ou seja, a vivência do efêmero em *Menina e Moça*, em que iremos debruçar-nos sobre as seguintes questões:

De que modo é expressa a vivência do efêmero no romance? Que papel desempenharão as temáticas da saudade, da memória, do sonho e as dicotomias na transmissão dessa vivência de transitoriedade e de efemeridade? Qual será a função dos sonhos e dos “sinais” nesta obra?

A Saudade, a Memória e o Sonho

A temática da saudade, como sabemos, não é nova, estando já expressa na *coyta* de amor na poesia trovadoresca, conduzindo o trovador pelos caminhos do amor não correspondido ou da distância (ou ausência) da amada, ou sendo expressão do amor por “obrigação” ou do amor por devoção ou paixão. A temática tem-se, por isso, espalhado por gerações de poetas e de estudiosos portugueses (e galegos). De entre os múltiplos estudos existente, gostaríamos apenas de fazer referência, por exemplo, a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, com a sua obra *A Saudade Portuguesa – Divagações Filológicas e Literar-Históricas em Volta de Inês de Castro e do Cantar Velho Saudade minha – ¿quando te veria?*, publicada em 1911, na qual a insigne investigadora se ocupa do tema da saudade no aspecto filológico, aliando-o ao mito inesiano e ao cantar velho²³.

²² Rodrigues Lapa refere no seu Prefácio a “Crisfal” o facto de que o “desvairamento” de alguns autores (Delfim Guimarães, por exemplo) tê-los-ia levado, a partir de 1908, a construir lendas e a associar Bernardim Ribeiro a Cristóvão Falcão, sustentando a não existência deste último (FALCÃO, Cristóvão – *Crisfal*. Prefácio e notas e Manuel Rodrigues Lapa. 3ª edição Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978, p. 8 ss.).

²³ Reeditado em MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina – *A Saudade Portuguesa: Divagações Filológicas e literar-históricas em Volta de Inês de Castro e do Cantar Velho Saudade minha - ¿quando te veria?*. Porto: Editora Cravo, 2020.

Posteriormente, seria Teixeira de Pascoaes a formular a saudade como um elemento de caracterização da alma nacional e da paisagem espiritual portuguesa, uma realidade íntima e mística que se reflecte na paisagem portuguesa (para Pascoaes, nas “suas” montanhas do Marão); seria ainda o autor galego Ramón Piñero a elaborar a sua *Filosofia da Saudade*, alargando-a à língua galega e referindo-a ainda como elemento da filosofia espiritual do galego e do português, como um sentimento “que sempre resultou moi difícil definilo”²⁴.

Nos anos setenta, Dalila Pereira da Costa e Pinharanda Gomes publicariam uma antologia teórica e crítica sobre a saudade, *Introdução à Saudade*. Nesta antologia, os autores abordam diversos conceitos teóricos referentes à temática: a teoria filológica da saudade, a teoria fenomenológica, a concepção do Saudosismo, a Saudade como Unidade Perdida (Dalila Pereira da Costa) e a Saudade como Fenómeno (Pinharanda Gomes), tendo sido descrita como a “mediadora” entre o passado e o futuro, entre a terra e o céu, a morte e a vida, o homem e Deus²⁵, considerando esta autora que a memória é “profundamente realizada como saudade”²⁶. Temos aqui a saudade como conceito universal da experiência espiritual e como expressão de uma sabedoria e conhecimento-vivência, que, segundo Dalila Pereira da Costa, remonta, no nosso país, ao rei-filósofo D. Duarte e que terá o seu “clímax” de expressão na obra *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro²⁷.

Na obra conjunta com Dalila Pereira da Costa, *Introdução à Saudade*, Pinharanda Gomes, por seu lado, refere, entre outros aspectos – e este parece-nos um elemento muito importante pelo seu plurissignificado –, que a saudade contém em si diversos sentimentos, mas que não corresponde à *morriña* galega: para Pinharanda Gomes esta palavra galega caracteriza uma “paixão acidental e passageira”²⁸, cujo antónimo será a euforia, e em que parece haver uma razão que “sucumbe perante os apelos da paixão”²⁹; a saudade também não corresponderá à *anyoransa* catalã, considerada

²⁴ PIÑERO, Ramón – *Filosofia da Saudade*. Biblioteca Galega, Vol. 64. A Coruña: La Voz de Galicia, 2001, p. 35.

²⁵ Cf. COSTA, Dalila Pereira da – “Saudade unidade perdida, unidade reencontrada”. In COSTA, Dalila Pereira da; PINHARANDA GOMES, Josué – *Introdução à Saudade*. Porto: Lello & Irmão, 1976, p. 82.

²⁶ COSTA, Dalila Pereira da – “Saudade unidade perdida”, p. 86.

²⁷ COSTA, Dalila Pereira da – “Saudade unidade perdida”, p. 84.

²⁸ PINHARANDA GOMES, Josué; COSTA, Dalila Pereira da – “Saudade ou do mesmo e do outro”. In COSTA, Dalila Pereira da; PINHARANDA GOMES, Josué – *Introdução à Saudade*, p. 163.

²⁹ PINHARANDA GOMES, Josué – “Saudade ou do mesmo”, p. 163.

por Pinharanda Gomes como uma palavra que transmite uma imagem de percurso ou de separação, que ocorre inevitavelmente com o fluir do tempo³⁰; e, por último, a saudade não corresponderá também totalmente à *Sehnsucht* alemã que se encontra pressupostamente aliada a um específico valor do romantismo alemão (já enfatizado por Carolina Michaëlis como “metafísico”)³¹, o qual expressa a ânsia de infinito e uma noção de transcendentalismo, sendo “inerente à mais remota intimidade do homem” como Pinharanda Gomes ainda menciona³². O autor considera que estes serão alguns dos predicados da saudade, mas não o seu completo carácter, para citar, mais adiante, uma frase de D. Francisco Manuel de Mello, para quem a saudade revela o seu próprio conhecimento à medida em que se desvia de si mesma, expressa na frase “qualquer desvio lhe basta para que se conheça”³³, trazendo para a equação da saudade o elemento de afastamento que envolve a memória e um “rescaldo” subsequente das circunstâncias.

Posteriormente, Eduardo Lourenço iria servir-se também deste tema na sua antologia de ensaios, *O Labirinto da Saudade*, ligando, em parte, a temática da saudade ao destino de Portugal – de um modo completamente diferente de Teixeira de Pascoaes, da Renascença portuguesa e de Fernando Pessoa – e vendo neste sentimento e atitude a expressão do Portugal sonhado e idealizado que contrasta, na sua perspectiva, com o Portugal real e concreto que se supostamente refugia na sua história e nas façanhas passadas, sem se mover para o futuro³⁴.

Ora, como se pode ver, a saudade é uma temática presente no imaginário português, tendo dado azo a diversas caracterizações interpretações de um sentimento que envolve a memória (e, conseqüentemente, um maior ou menor distanciamento espacial e temporal), a dor, a nostalgia, na qual a lembrança e o desejo “interpenetram-se e fundem-se”³⁵.

Tecidas estas considerações não abrangentes sobre os diversos elementos incluídos na saudade, vamos, então, tentar verificar as componentes da saudade, da ausência e da memória como elementos interligados e que acentuam o sentimento do

³⁰ PINHARANDA GOMES, Josué – “Saudade ou do mesmo”, p. 163.

³¹ MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina – *A Saudade Portuguesa*, p. 41.

³² PINHARANDA GOMES, Josué – “Saudade ou do mesmo”, p. 172.

³³ *Apud* PINHARANDA GOMES, Josué – “Saudade ou do mesmo”, p. 178.

³⁴ LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2017.

³⁵ PASCOAES, Teixeira de – *Arte de Ser Português*. Lisboa: Delraux, 1978, p. 95.

efêmero na obra *Historia de Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro (que designaremos, doravante, por “MeM”); estes elementos surgem alinhados desordenadamente na obra, sendo correspondentes, a nosso ver, às correntes da memória, razão por que poderíamos eventualmente considerar que o “desordenamento” da narrativa segue as correntes igualmente desordenadas da memória e da vida, especialmente se considerarmos o que a Menina refere: “Das tristezas não se pode contar nada ordenadamente porque desordenadamente acontecem elas”³⁶.

A Saudade: memória – ausência-mudança

Cingimo-nos, como texto-base, à edição de Ferrara (1554), intitulada *Hystoria de Menina e Moça*, por esta ter sido o manuscrito menos contestado de Bernardim Ribeiro. Desta forma, as citações aqui apresentadas foram retiradas da *História de Menina e Moça*, edição de Marta Marecos Duarte, sob a coordenação de Carlos Reis³⁷.

Como se sabe, o romance começa com a intervenção de uma figura feminina, a Menina, em forma de solilóquio que revela, de certo modo, elementos autobiográficos:

Menina e moça me levaram de casa de minha mãe³⁸ para muito longe. Que causa fosse então daquela minha levada, era ainda piquena, não a soube. Agora não lhe ponho outra, senão que já então parece havia de ser o que depois foi. Vivi ali tanto tempo quanto foi necessário para não poder viver em outra parte.

Muito contente fui em aquela terra, mas, cuitada de mim, que em breve espaço se mudou tudo aquilo que longo tempo se buscou e para longo tempo se buscava³⁹.

Logo no solilóquio, que constitui a abertura da obra, e que funciona como um prólogo, surge-nos a saudade provocada pela ausência injustificada da “terra”, onde o sujeito do enunciado, a Menina, tivera outrora uma vivência feliz. Trata-se de uma

³⁶ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 58.

³⁷ RIBEIRO, Bernardim (1554) – *História de Menina e Moça*. Ed. Marta Marecos Duarte e coord. de Carlos Reis. Lisboa: INCM, 2015 (=MeM 2015 [1554]).

³⁸ Na edição eborense: “de meu pai” (RIBEIRO, Bernardim – *Menina e Moça – Saudades*, Cap. I, p. 45).

³⁹ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 55.

ausência cuja causa a voz feminina já não questiona, depreendendo que as circunstâncias que ocorreram estariam previstas de acontecer e seriam incontornáveis. A lembrança dos tempos felizes é, simultaneamente, a comprovação da inevitabilidade da mudança. Estamos perante um contexto de nostalgia e de dor do tempo passado, em que o tempo é anulado e a única constância é o sentir e a vivência constantemente relembrada da mágoa e da ausência que ficaram ancorados na memória e que contrastam, no nosso entendimento, com a sensação de efemeridade que se faz sentir em toda a obra, por serem, na verdade, os únicos elementos constantes da vida.

O efêmero (e a saudade, sua aliada) ocorrem no romance frequentemente ligados à lembrança e à memória. A natureza parece desempenhar aqui o papel de despoletadora de evocações, das “lembranças tristes” e imbuir-se na paisagem espiritual da protagonista, expressando a sensação de solidão, ou de “desconcerto do mundo”; isto acontece ora por meio da observação da paisagem, tal como acontece nas frases “Neste monte mais alto de todos que eu vim buscar pela soidade, diferente dos outros que nele achei”⁴⁰, ou em “A grande soidade deste vale e de toda a terra por aqui derredor me fez ousar vir assi”⁴¹, ou ainda na frase “Tudo quanto há neste vale é cheio de uma lembrança triste”⁴², ora pela visão da queda de uma ave morta, o rouxinol⁴³, que constitui uma espécie de anúncio profético que espelha as angústias pessoais e as alheias.

A natureza aparece-nos perspectivada de um plano superior, de cima para baixo, mas não em linha recta; ou seja, a perspectiva desenrola-se através de uma visão oblíqua que trilha a memória no tempo e no espaço, ultrapassando o tempo e o espaço (onde se dá a saudade) os limites do tempo cronológico e espacial, elemento que é característico do jogo da memória e que acentua o signo da efemeridade: o mundo é uma contínua mudança e apenas a memória poderá resguardar a sensação vivida e que não torna mais.

O tempo e o espaço, imbricados no lugar nostálgico, passam a ser um tempo e um espaço de vivência das emoções, um tempo e espaço da respectiva realidade

⁴⁰ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 59.

⁴¹ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 64.

⁴² RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 70.

⁴³ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 61.

psicológica: num dado momento do romance, para Arima, por exemplo, a sua saudade ter-lhe-á deixado “só uma lembrança d’olhar mais polos feitos e polos ditos de Avalor”⁴⁴; para Avalor, depois de partir, sem deixar rasto, a saudade que irá sentir por Arima viverá na sua “deleitosa imaginação”⁴⁵, posto que a imaginação transporta-o para a percepção sensorial (visual e auditiva) de um preciso momento e da presença da amada, momento esse que, na memória do protagonista, parece estar a decorrer exactamente nesse mesmo instante, em que ele se encontra imerso na sua fantasia:

(...) parecendo-lhe que andava lá com a senhora Arima, ouvindo-lhe falar aquelas palavras vagarosas que parecia dizerem-se pera sempre. E via-lhe aquele mover de sua boca, que só aos olhos dele outro tempo fizeram presunção de serem tão mortais, e daí olhava os seus dela, como docemente se estavam à sombra daquelas sobancelhas, onde parecia só descansando estava o amor⁴⁶.

A saudade surge como lembrança, ancorada na memória, capaz de fazer reviver certos instantes felizes, ultrapassar o tempo cronológico e o espaço: trata-se de uma memória selectiva que procura, através da lembrança de momentos venturosos e da sua interpretação (“descansando-se estava o amor”), servir de consolo para o protagonista e imortalizar o momento feliz com a amada. Esta situação de “deleitosa imaginação” desenrola-se depois do episódio ocorrido no mar, em que as ondas quase engoliriam Avalor que voluntariamente se entregou ao seu destino, saindo, no entanto, ileso.

Mas a saudade pode surgir não só na componente do amor nostálgico, mas também como resultado da “vileza” – esta, como tudo, também efémera: ela pode conduzir à morte de donzelas que foram abandonadas por cavaleiros andantes, eles mesmos perseguidos pela saudade de outras terras e de outras gentes: “(...) quantas donzelas comeu já a terra com as soidades que lhes deixaram cavaleiros, que comeu outra terra com outras soidades!”⁴⁷. Como podemos verificar, o sentimento de saudade em *Menina e Moça* expressa aspectos diversos, pois que ela não se limita à magnificação

⁴⁴ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 152.

⁴⁵ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 163.

⁴⁶ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 163.

⁴⁷ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, pp. 68-69.

do amor e à expressão da sombra do desterro, do efeito do exílio e da errância ou da “levada” para terras estranhas.

A queda de uma ave morta, o rouxinol que cantava, no momento em que ele também “cada vez crecia mais em seus queixumes”⁴⁸, serve de “sinal de pesar” e, ao mesmo tempo, de elemento evocador, mais uma vez, de lembranças tristes, agindo a ave como *alter ego* premonitório ou acompanhante da desventura, a qual pode ocorrer sempre e sem aviso e que sublinha, assim, a percepção sentida de efemeridade. Ao cantar doce do rouxinol (que canta à desgarrada com um outro), o qual vai aumentando de intensidade nos seus queixumes, seguir-se-ão os momentos que, imbricados uns nos outros, conduzirão à tragédia. O canto do rouxinol⁴⁹ surge aqui como um prelúdio da desventura e da mágoa que ocorrem fatidicamente e, no nosso entendimento, funciona também como um espelho das mágoas pessoais da Menina e das mágoas alheias, como se pode verificar nesta frase contida no Prólogo:

E foi assi que, por caso estranho, fui levada em parte onde me foram diante meus olhos apresentadas em cousas alheias todas as minhas angústias, e o meu sentido de ouvir não ficou sem sua parte de dor⁵⁰.

A natureza e os seus seres corroboram no estado de espírito dos protagonistas e comungam na experiência e na vivência universal da saudade, da desventura e da solidão, às quais ninguém parece realmente acudir. Trata-se de uma vivência unilateral, por assim dizer, um contexto de saudade e de mágoa que é transmitido (até sensorialmente, através do canto), mas não é ouvido ou atendido por terceiros. Como podemos ver, a saudade parece produzir e simultaneamente traduzir determinados elementos que, por si só, revelam diversas antinomias da vivência da vida. A saudade surge traduzida na natureza, na vivência da mágoa, na incerteza, na premonição, no desejo, na lembrança saudosa da perda e na memória, tendo os protagonistas sempre a consciência de que tudo é efêmero: mesmo nos mais

⁴⁸ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 61.

⁴⁹ Sobre o significado e a tradição simbólica do rouxinol gostaríamos de fazer referência ao artigo “Os antecedentes literários do rouxinol de Bernardim Ribeiro” de Mário Martins, publicado em 1975 no n.º 27 da revista *Colóquio | Letras*, artigo esse também já referido por Aida Santos (“Das questões enumerativas”, cit.), o qual considera ter sido Bernardim Ribeiro “quem herdou o veio antigo do rouxinol que morre a cantar”, uma avezinha que “só existe em plenitude” (MARTINS, Mário – “Os antecedentes literários do rouxinol em Bernardim Ribeiro”. *Colóquio | Letras* 27 (Set. 1975), p. 20).

⁵⁰ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 56 [Prólogo].

preciosos e breves instantes de ventura, pode ocorrer repentina e fatalmente a mudança, e até os sonhos e as sombras podem anunciar a tragédia e a desventura.

O Sonho, os sinais e as sombras: cenários da memória, do fado, do efémero e das mudanças

Considerado na Antiguidade como um meio de contacto com o sobrenatural e revestido de uma função orientadora do Homem, o sonho evoluiu na Idade Média para uma forma que expressava, por meio de uma alegoria, o modo de interpretação divina. Este carácter profético dos sonhos continuaria no Renascimento, no qual, conforme Carlos Ceia ainda refere, o sonho servia como *prolepse* de acontecimentos que iriam conduzir à fatalidade, agindo na narrativa literária como “artifício”⁵¹.

Não podemos, neste contexto, deixar de referir o *Sonho de Cipião* de Cícero que, no capítulo VI da obra *De Republica*, alegoria que teve grande importância para os autores medievais, dirigindo o olhar e a visão para o “alto”⁵² e para a cosmologia cristã. Juvino Alves Maia Júnior⁵³ – cuja tradução do *Sonho de Cipião* consultámos – considera que a raiz deste sonho se encontra na *Eneida* de Virgílio (*Eneida*, Livro VI, 755-892)⁵⁴. Neste livro, é revelado a Eneias o futuro glorioso da “íclita” Roma (*Eneida*, VI, 781, p. 175), fazendo-se um desfile dos descendentes, do alargamento do Império e das futuras “almas ilustres” (*Eneida*, VI, 767, p. 174).

Ainda neste âmbito, Jean Pierrot, na sua obra sobre o sonho⁵⁵, aponta para a influência da Bíblia e de Aristóteles na Idade Média: se, por um lado, os sonhos de inspiração divina eram aceites (e considerados como uma excepção), os outros sonhos eram encarados como obra do demónio, identificando-se a arte divinatória como sendo uma prática de bruxaria. Na Idade Média, face a uma sociedade com um

⁵¹ CEIA, Carlos – “Sonho”. In *E-Dicionário de Termos Literários*, 2009 <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/sonho/>.

⁵² (25) “Igitur alte spectare si voles atque hanc sedem et aeternum domum contueri, neque te sermonibus vulgo dederis nec in premiis humanis spem posueris rerurum tuarum!” [Portanto, se quiseres olhar ao alto e contemplar esta sede e morada eterna, nem te entregues às falas do vulgo, nem ponhas esperanças das tuas coisas em prémios [prémios] humanos (*apud* e trad. de JÚNIOR, Juvino Alves Maia – “O Sonho no *De Republica* de Cícero”. *Scientia Traductionis* 10 (2011), Coimbra University Press, p. 254) Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/32856>].

⁵³ JÚNIOR, Juvino Alves Maia – “O Sonho no *De Republica* de Cícero”, p. 243.

⁵⁴ Cf. VIRGÍLIO – *Eneida*. Edição e tradução de Luís M. G. Cerqueira, Cristina Abranches Guerreiro e Ana Alexandra Alves de Sousa. Lisboa: Bertrand, 2023, VI, 755-892, pp. 151-180.

⁵⁵ PIERROT, Jean – *Le Rêve*. Paris: Bordas, 1985.

imaginário impregnado do religioso e do maravilhoso, em que o milagre desempenhava um grande papel na vida quotidiana e era importante para a compreensão da realidade, o sonho vai adquirir um carácter premonitório. Mais tarde, será Paracelso, também segundo Pierrot, a expressar a sua convicção sobre o carácter sobrenatural dos sonhos, fazendo uma distinção entre sonhos naturais (provenientes das preocupações que assaltam os indivíduos durante a vigília) e sonhos sobrenaturais, mensageiros de Deus, encarregados de advertir ou aconselhar os sonhadores⁵⁶.

Na sua obra sobre a interpretação dos sonhos, *Traumdeutung*, Carl Gustav Jung refere-se ao sonho como sendo a manifestação do elemento inconsciente de uma circunstância, sendo o sonho revelado em forma de uma imagem simbólica e não de uma ideia racional⁵⁷. Este aspecto que se manifesta de forma subconsciente na imagem simbólica e que ocorre durante os sonhos está presente nos sonhos dos protagonistas de *Menina e Moça*, como iremos verificar mais adiante. Neste sentido, parece-nos que nos sonhos existentes no romance *Menina e Moça*, existe igualmente o elemento da sua interpretação como imagem simbólica de uma premonição (Belisa, por exemplo), embora às vezes (Lamentor) o protagonista tente interpretá-los como um sonho “natural”, proveniente das próprias preocupações. Neste contexto, os sonhos em *Menina e Moça* parecem ocorrer não como a imagem de uma visão ou uma orientação guiada por um código de conduta (a virtude cívica de heroísmo presente em seres excepcionais), como acontece no *Sonho de Cipião*.

Por fim, Mircea Eliade iria ainda referir que o sonho é um dos elementos de manifestação do sagrado, chamando a atenção para o significado espiritual da imagem, como forma de o espírito apreender a realidade última das coisas⁵⁸ e enfatizando a dimensão do simbolismo da Água (presente no episódio de Avalor)

⁵⁶ PIERROT, Jean – *Le Rêve*, p. 37.

⁵⁷ “(...) das Ereignis kann seinen unbewußten Aspekt – und das ist gewöhnlich der Fall - im Traum manifestieren. Der Traum zeigt den subliminalen Aspekt jedoch in der Form eines *symbolischen Bildes* und nicht als rationalen Gedanken“ [(...) a circunstância pode manifestar o seu aspecto inconsciente – e isto é o que acontece normalmente – no sonho. O sonho mostra o aspecto subliminar, porém, em forma de *uma imagem simbólica* e não em forma de uma ideia racional] (JUNG, Carl Gustav – *Traumdeutung* [Sonho e Interpretação dos Sonhos]. München: dtv, 1990 [1961], pp. 8-9 [it. do autor], [trad. nossa]).

⁵⁸ ELIADE, Mircea – *Images et symboles*. Paris: Gallimard, 1980 [1952], pp. 21-22.

que, segundo Eliade, é o “reservatório” de todas as possibilidades, implicando a Morte, mas também a Renascença⁵⁹.

O sonho de Belisa

Isabel Branco de Mascarenhas⁶⁰ refere que muitos sonhos são “provocados por uma percepção exterior que a imaginação do sonhador transforma e amplifica”, focando-se aqui a estudiosa sobretudo no elemento da percepção exterior – ou seja, de fora para dentro – que é depois transformada pela fantasia. O sonho em *Menina e Moça* parece expressar, no nosso entendimento, correntes de consciência que se revestem de um aspecto premonitório, em que às vezes, não é o sonhador, mas sim o outro a quem é contado o sonho, que intui o seu sentido simbólico, mas tenta, ao mesmo tempo, dissimular a sua interpretação.

Esta conduta é visível no sonho de Belisa, que o conta no discurso directo: “Sonhava, senhor – lhe respondeu ela – que estávamos, vós e eu, ambos presos por um fio, e eu cortava-o, e que não vos via mais”⁶¹. O sonho de Belisa (que nessa altura estava grávida), o qual ocorreu após o incidente com o Cavaleiro da Ponte, é percebido por Lamentor tragicamente e, embora tente dissimulá-lo, ele pressente o seu significado, aqui expresso através do discurso indirecto livre: “Adevinhava-lhe, parece, a alma o seu mal, e não pôde tanto dissimular que o não conhecesse ela”⁶².

Lamentor tem, no entanto, a consciência de que Belisa “vê” a sua melancolia e se apercebe da sua inquietação e tenta, assim, justificar o sonho racionalmente, como um produto das preocupações que se encontram, na fantasia – “Mas como os sonhos não venham senão do que homem traz na fantasia”⁶³ –, tentando tranquilizá-la, desta forma, mas Belisa reforça a experiência onírica profética com a frase “(...) parece que este dia é assi aziago que tantos desastres acontecem nele”⁶⁴, desastres esses que

⁵⁹ ELIADE, Mircea – *Images et symboles*, pp. 212-213.

⁶⁰ MASCARENHAS, Isabel Branco de – “A Problemática do Sonho na Literatura”. *Studia Lusitânica* 1 (1998). [Consultado a 5 de Maio de 2025]. Disponível em <https://ceclu.tripod.com/m.htm>.

⁶¹ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 81.

⁶² RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 82.

⁶³ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 82.

⁶⁴ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 82.

viriam a deixar a esfera onírica e o reino subconsciente da intuição e tornar-se-iam reais.

Entendemos, pois, que o sonho de Belisa, no qual ela visiona o corte do fio (trazendo à mente o fio como símbolo do destino), o qual iria separá-los um do outro, anuncia uma tragédia que iria suceder: nessa mesma noite, Belisa morre durante o parto. Uma sucessão de “desastres” prévios (a saída da terra e o desterro para terras estrangeiras, o embate e a morte do Cavaleiro da Ponte e a consequente tragédia para o escudeiro e para a irmã do Cavaleiro da Ponte) culmina na morte de parto, e consequentemente na “morte” daquele amor, fornecendo um exemplo para o desconcerto da volúvel fortuna e para a constante mudança caprichosa das circunstâncias que interrompe vidas e “corta” destinos – o efémero, mais uma vez.

O tempo da acção decorre na Primavera, em Abril, e intensifica ainda a sensação de que, mesmo no tempo em que as árvores “enflorescem”, a tragédia é inevitável; ela não se condói com o despertar das forças naturais, e a desventura pode atingir os mais incautos embalados pelo despertar da natureza, mesmo quando menos se espera, como refere a Dona do Tempo Antigo: “Tudo anda trocado que não s’entende, e assi nos vêm tomar as mágoas quando estamos mais desseguradas delas, que nos doem a um mesmo tempo o bem que perdemos e o mal que depois cobramos”⁶⁵, trazendo à colação, mais uma vez, o elemento de efemeridade, a mudança constante das circunstâncias que se apresentam, muitas vezes, como uma reacção em cadeia que despreza as leis e as manifestações da natureza.

A cena do falecimento de Belisa, que antes, com as suas últimas forças, ainda tenta limpar as lágrimas do marido com a manga da camisa⁶⁶, mantendo os olhos postos nele, é descrita de forma a vivenciarmos plasticamente cada minuto da tragédia. A manga da camisa serve como a última marca terrena e física da ligação espiritual entre os esposos.

⁶⁵ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 70.

⁶⁶ Teresa Amado refere que a “manga” também podia ser usada como adorno, lenço ou bolsa para guardar um presente de amor (AMADO, Teresa – *Menina e Moça de Bernardim*, p. 65, nota 61). Mais tarde, ocorrerá uma ocasião semelhante, quando Aónia aparece a Bimarder na sua choupana de pastor e, perante a sua dor, rasga a sua manga de camisa para, com ela, Bimarder poder secar as lágrimas (cf. RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 128).

Se a natureza parece actuar, por vezes, como um espaço de consolo ou de refúgio, a ponte parece ser o local, onde a mudança tem lugar e a tragédia é despoletada e, com esta, a mudança e o seu impacto na vida de todos (a morte do Cavaleiro da Ponte que denuncia o falecimento de Belisa); mas a ponte é também o lugar que irá ligar a vida de Aónia à de Bimarder⁶⁷ (“Bimnarder” na edição eborense), cavaleiro que também buscava a aventura por ordem de outra senhora (a paixão por obrigação), e o qual, primeiro por compaixão, “mistério e cousa alguma de grande dor”⁶⁸, e, em seguida, devido à formosura de Aónia, com os seus “louros cabelos”, de imediato se enamora dela, vindo ele também a ser perseguido, mais tarde, por sonhos e sombras, acabando por desaparecer e morrer de amor, no final.

Será também na ponte que Bimarder avista a comitiva que acompanha Aónia e o seu esposo⁶⁹, considerando Antonio Gallego Morell ser o episódio da “Passagem da Ponte” o episódio que marca o ponto de partida para o início das aventuras presentes no romance⁷⁰. Mas antes, Bimarder terá igualmente a sua experiência onírica.

O Sonho de Bimarder

O sonho de Bimarder tem lugar na “escura craridade das estrelas”, sonhando este com Aónia e acordando banhado em lágrimas; nesta experiência onírica que ocorre num cenário de céu nocturno, Bimarder sonha que a sombra, que vira dantes, o tivera levado daquele lugar perto de Aónia⁷¹. Resistindo ao anúncio profético do sonho, Bimarder toma a resolução de permanecer naquele lugar, naquela terra, para contrariar o sonho que lhe aparecia como um aviso, tentando encontrar consolo e desabafar o seu coração na natureza, servindo-se da sua flauta que tangia

⁶⁷ Cujá história Aida Santos considera ser a parte mais “cuidada e que não levanta problemas a nível da coerência/coesão do texto” (SANTOS, Aida – “Das Questões Enunciativas”, p. 9, nota 6)], enquanto o romance de Arima/Avalor já contém, para esta estudiosa, elementos de “perturbação textual”, mas mantém uma “articulação, personagens e ideologia sentimental” semelhantes à história de Aónia/Bimarder (SANTOS, Aida – “Das Questões Enunciativas”, p. 65, nota 7).

⁶⁸ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 87.

⁶⁹ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 132.

⁷⁰ GALLEGO MORELL, Antonio – *Bernardim Ribeiro y su novela Menina e Moça*. Madrid: CSIC, 1960, p. 20.

⁷¹ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, pp. 100-101.

docemente “palavras rústicas”, mas que podiam ser compreendidas por todos os outros.

Trata-se de uma experiência onírica que encarna uma espécie de conselho e que expõe a saudade da amada e o conflito interior do cavaleiro, cujo próprio fado lhe é agora indiferente, desde que possa ficar perto da dama amada. Porém, o fado e a consequente desventura podem ser também anunciados por um “adivinhador”. Será um adivinho que há-de profetizar a Bimarder que, quando este mudasse de nome, seria para sempre triste⁷². E será uma sombra que formulará, em voz alta, o que se passa no íntimo de Bimarder: “Está quedo, Bimarder [...], que ainda agora foste vencido de uma donzela chorando”⁷³. Repare-se aqui na utilização do verbo “vencer” que acentua a atmosfera de completa dedicação e de fatalidade. O sonho, o adivinho e a sombra surgem como elementos que destacam o efémero e a sensação de perda inevitável. Porém, Bimarder decide permanecer no lugar, apesar dos avisos, desafiando, assim, o destino para ficar perto da amada.

Mas o sonho pode, da mesma maneira, revelar algo que o protagonista (por exemplo, no caso de Avalor) se recusa a acreditar, ou a desocultar aquilo que se encontra encoberto; a experiência onírica actua, assim, como a voz da consciência, pondo a descoberto processos mentais ocultos, como irá acontecer com Avalor, no episódio de Avalor e Arima, o qual iremos abordar em seguida.

O Sonho de Avalor

No episódio de Avalor e Arima, o sonho surge como um mecanismo de aviso revestido de uma função moralizante que se mistura com a voz da própria consciência e ocorre na função de interlocutor, o qual pretende fazer lembrar a Avalor um código de conduta cavaleiresca – a fidelidade – e alertá-lo para o facto de Avalor já se encontrar ao serviço de uma outra dama, a “Dama Deserdada”, se bem que o seu servir seja “por amor forçado” (amor por obrigação), um amor tomado por força das circunstâncias, como podemos verificar neste excerto:

⁷² RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 96.

⁷³ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 97.

Porém, descontra a menha adormeceu e por sonho parecia-lhe que estava falando consigo, dizendo que como o não deixava dormir aquele pensamento, se ele não podia querer bem a Arima, pois era tão preso d'amor noutra lugar⁷⁴.

Neste sonho, surge-lhe ainda uma donzela muito frágil⁷⁵ que desempenha o papel de “espírito” e que lhe demonstra nitidamente o seu dilema interior e as causas que levaram a estas circunstâncias:

A outra tomou-te, a Arima tu te lhe deste. Tinha-te uma preso o corpo, e a outra, quer queiras quer não queiras, te há de ter preso o corpo e a alma para sempre. Por só te dizer isto parti donde parti, mas *porque* estás guardado de Arima⁷⁶.

O aviso da donzela do sonho leva Avalor a reflectir e a perscrutar o seu íntimo. Este sonho será um aviso também para o facto de que o seu amor por Arima seria impossível, devido a Arima ser a imagem da perfeição (“tanto do outro mundo”) e lhe faltar a vontade de ser cativada; neste contexto, o amor conduziu Avalor a um dilema que nunca poderia ser resolvido e que, por isso, teria de permanecer encoberto:

Verdade é que ela é muito fermosa e acabada em tudo, mas é tanto do outro mundo que não é pera ninguém se namorar dela, que o querer bem ou nasce das esperanças ou sem elas. A vós só vos aprouve entrar em guerra desesperada. E não o negueis, que bem parece que sem esperança lhe quisestes bem, pois todo vosso trabalho não foi senão encobri-lo ao mundo e a ela mesma, o que eu nunca crera se o não vira com os meus olhos⁷⁷.

A consciência desta perfeição idealizada que equipara Arima a divindade, e, como consequência, revela um amor inatingível, irá conduzir à morte de Avalor, o qual nunca teve a oportunidade de confessar o seu amor a Arima, como se depreende das seguintes frases, proferidas pela narradora, a Dona do Tempo Antigo:

⁷⁴ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, [Cap. 11], p. 142.

⁷⁵ John Gornall refere que a *donzela delicada* poderá ser o anjo da guarda, o espírito protector (*guardian spirit*) de Arima (GORNALL, John – “A New Testament Echo in Menina e Moça? Arima, Avalor and a Textual Problem”. *Portuguese Studies* 14 (1998), p. 49. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41105081>).

⁷⁶ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, [Cap. 11], p. 143 [it. no texto].

⁷⁷ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, [Cap. 12], p. 155.

Tudo isto ouvi eu falar muitas vezes a meu pai, que em tamanho grau alçava o amor deste cavaleiro, que jurava em sua fé nunca ouvir nem ver outro tão estremado em bem-querer, ca morreu pola Arima e por lho não dizer, mas suspeitou que o soubera ela, polo que fez depois de o saber⁷⁸.

Como se pôde verificar, aliadas ao sonho, surgem, por vezes, as aparições e as sombras. Avalor experiencia uma “voz”, que lhe fala “à orelha ou dentro dos ouvidos”⁷⁹, que o acorda para a realidade, que o confronta com as circunstâncias, interrompe-o na sua fantasia de Arima, fazendo-o ter consciência de que está vivo e que não fora engolido pelo mar. A voz funciona como um sobreaviso e condu-lo à donzela com as mãos atadas à qual ele tenta acudir. Nas mudanças desordenadas que ocorrem, moldam a realidade e que levam à sensação de efemeridade e de acontecimentos fatais, os protagonistas não têm instrumentos para combater e reverter o destino e opor-se à efemeridade, a qual apenas pode ser anulada ou vencida pelos sentimentos despertados pelas lembranças que se encontram ancoradas na memória.

2. Os Sinais e as sombras

Para além das aparições, os sinais também desempenham um papel na vivência da efemeridade da vida, da incontornabilidade do destino, do fado e intervêm na vida pessoal dos protagonistas, profetizando a mudança recorrente e a desventura.

Isto é o caso do episódio com os lobos e o cavalo⁸⁰, um episódio que ocorre posteriormente ao sonho de Bimarder com a sombra. Neste episódio, o cavalo de Bimarder cai na ribeira, ao tentar fugir de uma matilha de lobos, sendo depois atacado por estes. Bimarder chega ao local tarde demais, não podendo acudir ao animal, o que dá continuação à cadeia de desastres que ocorrem no romance, reforçam a ideia de fatalidade (apesar de todos os esforços de Bimarder) e comprovam a inevitável dualidade, a dicotomia dos opostos e dos contrastes que coexistem simultaneamente (haver//perder, bom//mau), pois que, segundo as palavras sábias do honrado pastor “Não há o haver senão donde há o perder. A terra

⁷⁸ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, [Cap. 11], p. 149.

⁷⁹ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 163.

⁸⁰ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 98.

é abastada de pastos, assi como cria o bom cria o mau”⁸¹, chamando, deste modo, a atenção para a dualidade que existe no mundo paralelamente, quiçá as duas faces da mesma moeda que coexistem uma com a outra.

Mais tarde, no episódio com o touro⁸², será Bimarder que é atacado pelo animal, desta vez, distraído que estava a olhar para o terraço onde Aónia se encontrava; este episódio irá contribuir para que Bimarder possa certificar-se de que o amor de Aónia é recíproco: Aónia, num estado contínuo, em que tem o pastor no “pensamento”, decide ir visitá-lo à choupana, onde Bimarder se encontra a convalescer do embate com o touro. Depois da luta com o touro e do esforço hercúleo de Bimarder, a centelha da esperança parece atear-se finalmente.

Mas o momento de certeza e de esperança é diáfano e não durará muito: quando Aónia visita Bimarder, ela já sabe de antemão que será “levada” para desposar outro. Este episódio e a certeza posterior e definitiva da impossibilidade de conseguir a união permanente com a amada, terá como consequência o desaparecimento de Bimarder: na edição de Ferrara, a história de Bimarder e Aónia é interrompida neste ponto.

Porém, e ainda na edição de Ferrara, fica-se a saber que Bimarder (e Aónia) encontrará a morte, precisamente debaixo do freixo, onde a sombra lhe revelou o seu enamoramento de Aónia, comprovando, mais uma vez, que não há medida para a desventura, “(...) porque um mal nunca lhe viera sem outro”⁸³ e que até o momento de uma curta união e de esperança será breve e efêmero.

Considerações finais

A saudade na *História de Menina e Moça* engloba muitas componentes. Aqui, estão reunidas a ausência, as saudades da terra, o amor saudoso (impossível ou inatingível com as constelações Bimarder-Aónia e Avalor-Arima), a dimensão de um grande amor (Lamentor-Belisa), o desejo, a melancolia, a solidão. Na saudade está representada a vivência humana da constante mudança, da transitoriedade, do

⁸¹ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 99.

⁸² RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, pp. 111-112.

⁸³ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 128.

desconcerto do mundo, da paixão, da ausência, da errância e da dor, em suma: a expressão concentrada do efémero.

Poderíamos acrescentar à vivência da saudade e do efémero na *Hystória de Menina e Moça* ainda a expressão muito feliz de João Vila-Chã, a *errância de ser-em-exílio*⁸⁴, expressão que este investigador utilizou na sua introdução sobre o significado da obra de Leão Hebreu, *Diálogos de Amor*, para designar o sofrimento subjacente aos *Diálogos* e o contexto de dor e saudade e de “dimensão cósmica” do amor, presentes nesta obra renascentista, ela também inacabada, e cujo autor, Judá Abravanel / Leão Hebreu, irá experienciar ele próprio uma vida de dor e de constante procura de refúgio, depois de a sua família ter sido forçada a deixar Portugal em 1483⁸⁵.

A saudade em *Menina e Moça* também é palco para os cenários da natureza (que surge imbuída no cariz intimista do texto) e para as experiências oníricas, para a lembrança e para a memória que irá perdurar nas narrativas da Menina e da Dona do Tempo Antigo e, indirectamente, através da transmissão da memória por parte do pai da Dona do Tempo Antigo: “E por isso soía meu pai dizer...”⁸⁶ – uma memória, ao que parece, passada de geração em geração.

O cenário da natureza – para além de cenário de consolo e refúgio – é também o espaço e o palco onde ocorrem os sonhos, as sombras e os sinais, e onde se dá a grande encenação da mágoa e da dor e da constante mudança e efemeridade da vida.

No nosso entendimento, o sonho não expressa, nesta obra, uma visão ou a questão de heroicidade ou virtude, transmitidos pelo *Sonho de Cipião*, sendo aqui sublinhado o seu aspecto premonitório e/ou ilusório, fazendo lembrar a frase referida no *Eclesiastes* “Muitos sonhos geram muitas ilusões e muitas palavras”⁸⁷. O sonhos, as sombras e os sinais profetizam, muitas vezes, a ausência do ser amado e a partida inevitável (vide o sonho de Belisa), anunciando o “corte” no destino, a quebra de um grande amor por meio da morte prematura. O sonho e os seus companheiros – os sinais e as sombras –, também podem anunciar a saída da terra forçada e a perda de vista da amada (vide sonho de

⁸⁴ VILA-CHÃ, João – “Leão Hebreu e o significado da sua obra”. In LEÃO HEBREU – *Diálogos de Amor*. Lisboa: INCM, 2010, p. 21.

⁸⁵ LEÃO HEBREU – *Diálogos de Amor*. Tradução de Giacinto Manuppella. Lisboa: INCM, 2001.

⁸⁶ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 88.

⁸⁷ BÍBLIA. *Antigo Testamento*. Vol. 4, t. 1: *Os Livros Sapienciais*. Edição e tradução de Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal, 2019, Ecl 5, 6.

Bimarder); eles podem interromper, ilusoriamente e por momentos, o protagonista na sua tristeza e na sua fantasia (Bimarder) ou servir de aviso e de alerta para o protagonista, assumindo até a função de “voz” (vide Avalor), mas nada poderá, no entanto, resgatar os protagonistas do seu fado e anular a efemeridade da vida.

As dicotomias presentes no texto, ganhar//perder, bem-querer//malquerer, amor //desamor, vida//morte, ficar//partir, contentamento//tristeza, dor, nojo, mágoa, felicidade//desventura são reforçadas por frases que resumem e atestam o efêmero, a dissonância da vida e a incontornabilidade do destino, do qual não pode haver fuga possível, aspecto transmitido, por exemplo, na cantiga de Bimarder:

Para tudo houve remédio
Para mim só o não houve aí.
Inda mal que o soube assi.

Fogem as vacas para a água
porque a mosca as vai seguir,
eu só, triste em minha mágoa,
não tenho onde fugir.

Daqui não me posso eu ir,
estar não me cumpre aqui,
e o que eu quero não no há í⁸⁸.

Neste percurso textual e de vivências, até as lágrimas são associadas a esta dualidade, ora lágrimas de contentamento, ora lágrimas de dor – “lágrimas causadas d’antre muito contentamento e muita dor”⁸⁹ –, o que demonstra que Fortuna traz consigo sempre os dois lados, o lado solar e o lado lunar, a esperança é ténue e efêmera e que a mudança está sempre omnipresente e subjuga tudo e todos: “(...) ela pudera viver todos os dias de sua vida descansada, se em alguma cousa deste mundo houvera segurança. Mas não na há, que mudança possui tudo”⁹⁰.

⁸⁸ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*. pp. 107-108.

⁸⁹ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 127.

⁹⁰ RIBEIRO, Bernardim – *História de Menina e Moça*, p. 135.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes impressas

BÍBLIA. *Antigo Testamento*. Vol. 4, t. 1: *Os Livros Sapienciais*. Edição e tradução de Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal, 2019.

FALCÃO, Cristóvão – *Crisfal*. Prefácio e notas e Manuel Rodrigues Lapa. 3ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

RIBEIRO, Bernardim (1554) – *História de Menina e Moça*. Ed. Marta Marecos Duarte. Carlos Reis (coord.). Lisboa: INCM, 2015.

RIBEIRO, Bernardim (1554) – *Éclogas de Bernardim Ribeiro*. Ed. Manuel Rodrigues Lapa. Lisboa: Seara Nova, 1967.

RIBEIRO, Bernardim (1557) – *Menina e Moça – Saudades*. Edição de D. José Pessanha, segundo o manuscrito eborense. Estarreja: MEL Editores, 2009.

VIRGÍLIO – *Eneida*. Edição e tradução de Luís M. G. Cerqueira, Cristina Abranches Guerreiro e Ana Alexandra Alves de Sousa. Lisboa: Bertrand, 2023.

Estudos

ÁLVAREZ SELLERS, María Rosa – “Texto e Estrutura em *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro”. *Cuadernos de Filología Anexo L* (2002), pp. 417-430.

AMADO, Teresa – *Menina e Moça de Bernardim Ribeiro. Apresentação crítica*. Lisboa: Editorial Guimarães, 1994.

APOLÓNIA, Maria Ascensão Ferreira – “Um Estudo de *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro na Perspectiva da Análise do Discurso”. *Revista Graphos* 8:1 (2006) [consultado, por último, a 8 de Abril de 2025]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/9307>.

AZEVEDO, Maria Teresa Schiappa de – “O Sonho de Cipião e a Catábase Virgiliana: Pressupostos Filosóficos e Literários”. *Humanitas* 63 (2011), pp. 239-257.

CARRASCO GONZÁLEZ, Juan – “Las dos redacciones de *Menina e Moça*. Una nueva teoría sobre la autoria del añadido eborense”. *Gramma y Cal: Revista insular de filología* 2 (1998), pp. 23-34.

COSTA, Dalila Pereira da; PINHARANDA GOMES, Josué – *Introdução à Saudade*. Porto: Lello & Irmão, 1976.

DEYERMOND, Alan – “The Female Narrator in Sentimental Fiction: *Menina e Moça* and *Clareo y Florisea*”. *Portuguese Studies* 1 (1985), pp. 45-57.

DUARTE, Marta Marecos – “Introdução”. In REIS, Carlos – *Bernardim Ribeiro – História de Menina e Moça*. Lisboa: INCM, 2015, pp. 11-40.

ELIADE, Mircea – *Images et symboles*. Paris: Gallimard, 1980 [1952].

ESPÍRITO SANTO, Arnaldo do– “Leituras do Sonho de Cipião: Antiguidade Tardia e Idade Média”. In SOARES PEREIRA, Virgínia (Ed.) – *O Além, a Ética e a Política. Em torno do Sonho de Cipião*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho: Húmus, 2010, pp. 101-117.

GALLEGO MORELL, Antonio – *Bernardim Ribeiro y su novela Menina e Moça*. Madrid: CSIC, 1960.

GIL, Fernando – “Os modos do amor ausente”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 9 (1996), pp. 233-260.

GORNALL, John – “The Ballad of Avalor: Towards a Critical Edition Concluded”. *Portuguese Studies* 9 [Em linha] 1993, pp. 107-114 [Consultado, por último, a 14 de Abril de 2025]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41104976>.

GORNALL, John – “‘Printers’ (and Others’?) Errors’: A Note on the Extra-Textual Features of the Evora Edition of *Menina e Moça*”. *Forum for Modern Language Studies* 30 (1) (1994), pp. 37-43.

GORNALL, John – “A New Testament Echo in *Menina e Moça*? Arima, Avalor and a Textual Problem”. *Portuguese Studies* 14 [Em linha] 1998, pp. 45-50 [Consultado, por último, a 14 de Abril de 2025]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41105081>.

JUNG, Carl Gustav – *Traum und Traumdeutung* [Sonho e Interpretação dos Sonhos]. München: dtv, 1990 [1961].

JÚNIOR, Juvino Alves Maia – “O Sonho no *De Republica* de Cícero”. *Scientia Traductionis* 10 (2011), pp. 241-257 [consultado, por último, a 11 de Agosto de 2025]. URL: <http://hdl.handle.net/10316.2/32856>.

LEÃO HEBREU, *alias* Judá Abravanel – *Diálogos de Amor*. Trad. Giacinto Manuppella. Lisboa: INCM, 2001.

LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2017.

MACEDO, Hélder – *Do significado oculto de Menina e Moça*. Lisboa: Moraes, 1977.

MACEDO, Hélder – “The Strangers Within”. *Portuguese Studies* 13 (1997), pp. 127-129.

MACEDO, Hélder – “The Rhetoric of Prophecy in Portuguese Renaissance Literature”. *Portuguese Studies* 19 (2003), pp. 9-18.

MARTINS, Mário – “Os antecedentes literários do rouxinol em Bernardim Ribeiro”. *Colóquio-Letras* 27 (Set. 1975), pp. 20-31.

MASCARENHAS, Isabel Branco de – “A Problemática do Sonho na Literatura”. *Stvdia Lvsitanica* (1) [Em linha] (1998). [consultado a 5 de Maio de 2025]. Disponível em <https://ceclu.tripod.com/m.htm>.

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina – *A Saudade Portuguesa: Divagações Filológicas e literar-históricas em Volta de Inês de Castro e do Cantar Velho Saudade minha - ¿quando te veria?*. Porto: Editora Cravo, 2020 [1911].

MORÁN CABANAS, Maria Isabel – “Liturgia e Cor amarela no *Cancioneiro Geral*: ainda para uma interpretação em chave criptojudáica de Bernardim Ribeiro?”. *Cultura Neolatina* 79: 3-4 (2019), pp. 379-407.

NEPOMUCENO, Luís André – “*De mim mesmo sou inimigo*: Exílio e Saudade na Écloga II de Bernardim Ribeiro”. *Caligrama* vol. 16:1 (2011), pp. 65-86.

NEPOMUCENO, Luís André – “Platonism and Judaism: The Theme of saudade in the Eclogues of Bernardim Ribeiro”. *Portuguese Studies* 27:2 (2011), pp. 121-137.

OSÓRIO, Jorge Alves – “Aspectos da narrativa em João de Barros e em Bernardim Ribeiro: um confronto”. *Máthesis* 1 [Em linha] (1992), pp. 35-54. [consultado, por último, a 8 de Abril de 2025]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/24037>.

OSÓRIO, Jorge Alves – “Silêncios em *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro”. *Península: Revista de Estudos Ibéricos* 1 (2004), pp. 351-376.

PASCOAES, Teixeira de – *Arte de Ser Português*. Lisboa: Delraux, 1978.

PASCOAES, Teixeira de – *A Saudade e o Saudosismo – Dispersos e Opúsculos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.

PEQUENO, Tatiana – “Acessos, Sentidos e Significados para *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro”. *Em Tese* 19:3 (Set.-Dez. 2013), pp. 42-53.

PIERROT, Jean – *Le Rêve*. Paris: Bordas, 1985.

PIÑERO, Ramón – *Filosofía da Saudade*. Biblioteca Galega, Vol. 64. A Coruña: La Voz de Galicia, 2001.

ROTH, Cecil – “The Marrano Press in Ferrara, 1552-1555”. *The Modern Language Review* 38:4 (Out. 1943), pp. 307-317.

SANTOS, Aida – “Das Questões Enunciativas aos Mundos Representados na *Menina e Moça*”. *Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas do Porto, U série*, 7 (1990), pp. 7-95.

VILA-CHÃ, João – “Leão Hebreu e o significado da sua obra”. In *LEÃO HEBREU – Diálogos de Amor*. Lisboa: INCM, 2010, pp. 9-55.

Webgrafia:

CEIA, Carlos – “Sonho”. *E-Dicionário de Termos Literários* [Em linha], 2009 [consultado por último a 28 de Abril 2025]. Disponível em <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/sonho/>

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MARCANTE, Isabel Maria Pessanha – “O Efêmero em *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 281-308. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

RECENSÕES

BOOK REVIEWS



MEDIEVALISTA

N.º 40 | Julho – Dezembro 2026

ISSN 1646-740X

Recensão / Review

**NISA, João; DIAS, Paulo M. (ed.) – *Aljubarrota: a batalha que derrotou os castelhanos e mudou o curso da história de Portugal*.
Estoril: Desassossego, 2025, 224 pp.**

Carlos Filipe Afonso

Instituto de Estudos Medievais da
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
1069-061 Lisboa / Portugal

afonso.cfnld@exercito.pt

<https://orcid.org/0000-0001-6575-3300>

Data recepção do artigo / Received for publication: 12 de Junho de 2026

DOI:



Há alguns anos, no contexto de uma comunicação sobre o papel da Arqueologia na reescrita da História, o professor Carlos Fabião introduziu o tema – e prendeu a atenção da audiência – ao aludir à interrupção das escavações no campo de São Jorge, conduzidas pelo tenente-coronel Manuel Afonso do Paço, entre 1958 e 1960. O bloqueio deveu-se à Tutela então vigente, pois a descoberta de fossos e covas de lobo evidenciava a preparação tática do terreno pelos portugueses, contrariando as leituras providencialistas e heroicizantes então prevalecentes. O episódio ilustra exemplarmente o caminho que a História militar em particular e a História em geral, tiveram de trilhar para alcançarem o local onde se encontram nos dias de hoje.

Aljubarrota é certamente o prélio medieval português que mais tinta fez correr ao longo de gerações. Por isso, a publicação de mais uma obra dedicada à batalha poderia, à partida, suscitar uma interrogação legítima: que novidade poderá ainda oferecer um livro sobre um acontecimento que, desde o século XIV até aos nossos dias, tem sido objeto de um número praticamente inesgotável de estudos, interpretações, apropriações políticas e exercícios memorialísticos?

A resposta encontra-se precisamente na natureza desta obra coletiva, coordenada por Paulo M. Dias e João Nisa¹. Em vez de procurar revisitar apenas o desenrolar tático do combate travado em 14 de agosto de 1385, os organizadores optaram por evocar o 640^o aniversário da batalha através de uma abordagem mais ampla, que procura compreender o recontro através das circunstâncias que o produziram e das consequências que dele decorreram. Trata-se, portanto, menos de um livro sobre um dia de combate e mais de um livro sobre o mundo que tornou esse combate possível e sobre a memória que dele resultou. Acerca da natureza desta abordagem, e do seu papel divulgador, não podemos deixar de relembrar uma outra publicação recente, em língua inglesa, intitulada *The Aljubarrota Battle and its contemporary*

¹ NISA, João; DIAS, Paulo M. (eds.) – *Aljubarrota: a batalha que derrotou os castelhanos e mudou o curso da história de Portugal*. Estoril: Desassossego, 2025.

heritage (2020), pela pena de Luís Adão da Fonseca, João Gouveia Monteiro e Maria Cristina Pimenta².

Antes de nos adentrarmos na descrição do corpo da obra, importa recordar o contributo decisivo de João Gouveia Monteiro para o estudo da guerra medieval portuguesa e, em particular, para a compreensão de Aljubarrota. A partir da publicação de *Aljubarrota, 1385. A batalha real* (2003)³, o historiador estabeleceu um novo patamar de rigor científico na análise do confronto, articulando fontes documentais, arqueologia e história militar de forma exemplar. A sua participação científica na conceção do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota consolidou ainda mais uma leitura crítica e informada do acontecimento, libertando-o de muitas das simplificações nacionalistas que marcaram a sua receção ao longo dos séculos. Acresce a isso a sua vasta investigação sobre Nuno Álvares Pereira, culminando na monumental biografia *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro, senhor feudal, santo. Os Três Rostos do Condestável* (2017)⁴, que continua a constituir a referência fundamental sobre a figura. Num certo sentido, qualquer nova obra sobre Aljubarrota dialoga inevitavelmente com este legado historiográfico.

É neste contexto historiográfico — que uma recensão, pela sua própria natureza, apenas pode abordar de forma necessariamente sintética — que surge a obra coordenada por Paulo M. Dias e João Nisa, dois destacados representantes da nova geração de historiadores portugueses dedicados à história medieval e militar. Investigador do Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH, Paulo M. Dias tem desenvolvido trabalho de investigação sobre a guerra portuguesa nos séculos XV e XVI, distinguindo-se igualmente pela sua intensa atividade de divulgação histórica junto do grande público. João Nisa, investigador da Universidade de Coimbra, dedica-se ao estudo da organização e prática da guerra na Baixa Idade Média, sendo autor de diversos trabalhos científicos sobre o tema. A coordenação conjunta da obra beneficia, assim, da conjugação entre sólida investigação académica,

² FONSECA, Luís Adão da; MONTEIRO, João Gouveia; PIMENTA, Maria Cristina – *The Aljubarrota Battle and its contemporary heritage*. Leeds: Arc Humanities Press, 2020.

³ MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota, 1385. A batalha real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.

⁴ MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro, senhor feudal, santo. Os Três Rostos do Condestável*. Lisboa: Editorial Presença, 2017.

especialização em história militar medieval e uma clara preocupação de comunicação do conhecimento histórico a públicos mais vastos.

A estrutura do livro assenta em quatro grandes partes, organizadas em torno dos acontecimentos do final do século XIV português. A primeira dedica-se ao contexto da crise de 1383-1385, apresentando os elementos políticos, sociais e diplomáticos que conduziram ao confronto. Mário Farelo aborda o Interregno e as Cortes de Coimbra de 1385, enquanto Tiago Viúla de Faria examina as alianças luso-inglesas estabelecidas antes, durante e depois da crise. Miguel Aguiar analisa a nobreza enquanto grupo social e político, ao passo que, novamente Mário Farelo, juntamente com Adelaide Millán da Costa, estudam o papel dos concelhos, evidenciando a importância crescente de Lisboa na vida política do reino. Encerra Pablo Sanahuja Ferrer, enquadrando o conflito peninsular no contexto mais vasto da Guerra dos Cem Anos, exercício particularmente interessante, por ser realizado por um historiador espanhol.

A segunda parte é dedicada aos protagonistas. Aqui, Maria Helena da Cruz Coelho traça o percurso de D. João, mestre de Avis, desde a sua condição inicial até à ascensão ao trono. Isabel de Pina Baleiras revisita a figura de D. Beatriz e a atuação de D. Leonor Teles no quadro da crise sucessória. Covadonga Valdaliso Casanova oferece uma perspetiva sobre Juan I de Castela e o contexto da dinastia Trastâmara. Finalmente, João Nisa aborda a figura de Nuno Álvares Pereira, procurando distinguir o homem histórico do herói mítico, tarefa particularmente exigente, dada a centralidade do Condestável na construção da memória nacional portuguesa.

A terceira parte, intitulada *Faces da Guerra*, constitui uma das secções mais interessantes do volume. Em vez de se concentrar exclusivamente na batalha, procura explicar como se fazia a guerra no final da Idade Média. João Nisa e Paulo M. Dias apresentam as principais modalidades de combate — cavalgadas, cercos e batalhas —, enquanto Paulo M. Dias dedica um capítulo à guerra naval e anfíbia, frequentemente secundarizada nos estudos sobre o período, mas decisiva para compreender a expansão portuguesa subsequente. Miguel Gomes Martins descreve o desenrolar da batalha de Aljubarrota, claramente herdeiro da renovação metodológica introduzida por João Gouveia Monteiro. Seguem-se os estudos de

Ekaitz Etxeberria Gallastegi e Jon Andoni Fernández de Larrea sobre os exércitos em confronto, e de António Conduto Oliveira, acerca do armamento e equipamento militar. O conjunto constitui uma excelente síntese da arte militar dos finais da Idade Média portuguesa.

A quarta parte centra-se nas consequências. Saul Gomes examina a consolidação da nova dinastia e os seus reflexos sociais e económicos. Carlos Rodríguez Casillas analisa a memória da batalha em Castela, enquanto Maria Cristina Pimenta estuda a sua receção em Portugal, mostrando como Aljubarrota foi sucessivamente reinterpretada em diferentes contextos históricos, desde a Monarquia Dual até às convulsões políticas do século XIX. A memória da batalha surge, assim, como um fenómeno histórico em si mesmo, tão relevante quanto o acontecimento original.

Um dos aspetos mais meritórios do livro reside precisamente na forma como evita reduzir Aljubarrota a uma simples narrativa militar. Os coordenadores adotaram, conjuntamente com os colaboradores, uma perspetiva próxima daquela que Georges Duby aplicou em *Le Dimanche de Bouvines*⁵: a batalha é entendida como um instante cuja inteligibilidade depende da análise da complexa teia de fatores que a antecedem e das repercussões que produz. Como observou Duby, importa compreender “como o acontecimento se faz e se desfaz, dado que, afinal de contas, tal acontecimento não existe senão através do que sobre ele dizemos”. A batalha deixa de ser apenas um episódio heroico para se transformar num objeto historiográfico.

A obra beneficia ainda de uma opção editorial particularmente feliz: apesar de reunir especialistas reconhecidos, apresenta-se claramente orientada para a divulgação ao grande público. O aparato crítico é reduzido ao essencial, a escrita é acessível e os capítulos encontram-se organizados em secções curtas e bem delimitadas. De um modo geral, em vez de simplificarem excessivamente os problemas históricos, os autores explicam ao leitor, explícita ou implicitamente, as dificuldades inerentes à investigação, as limitações das fontes e a natureza

⁵ DUBY, Georges – *Le Dimanche de Bouvines: 27 juillet 1214*. Paris: Gallimard, 1973.

interpretativa do trabalho historiográfico. O resultado é um livro que simultaneamente informa e educa para a compreensão crítica da História.

Em conclusão, a principal virtude de *Aljubarrota: a batalha que derrotou os castelhanos e mudou o curso da história de Portugal* não reside na apresentação de descobertas revolucionárias sobre o combate de 1385. Seria, aliás, difícil alcançar tal objetivo após décadas de investigação, particularmente depois dos trabalhos desenvolvidos por João Gouveia Monteiro e pelos especialistas que renovaram a história militar portuguesa. A relevância do volume encontra-se antes na sua capacidade de reunir alguns dos mais qualificados investigadores do panorama atual, oferecendo ao leitor uma síntese rigorosa, atualizada e intelectualmente estimulante sobre o contexto, os protagonistas, as formas de guerra e a memória de Aljubarrota. Num campo historiográfico abundantemente explorado, este livro demonstra que a inovação nem sempre consiste em descobrir novos factos; por vezes, consiste em formular melhores perguntas e em integrar, de forma coerente, os conhecimentos acumulados. Nesse sentido, trata-se de uma obra de referência para todos os que pretendam compreender não apenas a batalha, mas o lugar que ela ocupa na história e na memória de Portugal.

Referências bibliográficas

DIAS, Paulo M.; JESUS, Roger Lee de (eds.) – *Atualizar a História: uma nova visão sobre o passado de Portugal*. Estoril: Desassossego, 2022.

DUBY, Georges – *Le Dimanche de Bouvines: 27 juillet 1214*. Paris: Gallimard, 1973.

FLORES, Marcelo – *A guerra vista do chão (os conflitos militares em Portugal nos reinados fernandino e joanino observados numa perspetiva local)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado.

FONSECA, Luís Adão da; MONTEIRO, João Gouveia; PIMENTA, Maria Cristina – *The Aljubarrota Battle and its contemporary heritage*. Leeds: Arc Humanities Press, 2020.

KEEGAN, John – *The Face of Battle*. Londres: Jonathan Cape, 1976.

MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota: a Guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota, 1385. A batalha real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.

MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro, senhor feudal, santo. Os Três Rostos do Condestável*. Lisboa: Editorial Presença, 2017.

NISA, João; DIAS, Paulo M. (eds.) – *Aljubarrota: a batalha que derrotou os castelhanos e mudou o curso da história de Portugal*. Estoril: Desassossego, 2025.

TORRES, Margarita – *Las Batallas Legendarias y el Oficio de la Guerra*. Barcelona: Areté, 2002.

VARANDAS, José – “Prefácio.” In CREASY, Edward S. – *Quinze batalhas decisivas da humanidade. De Maratona a Waterloo*. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

AFONSO, Carlos Filipe – “NISA, João; DIAS, Paulo M. (eds.) – *Aljubarrota: a batalha que derrotou os castelhanos e mudou o curso da história de Portugal*. Estoril: Desassossego, 2025, 224 pp.”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 311-318. Disponível em <https://medievalista.iem.fsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão / Review

JÚNIOR, Hilário Franco - *Em busca do Paraíso Perdido: As Utopias Medievais*. Cotia: Ateliê Editorial / Mnema, 2021, 524 pp.

Margarida Santos Alpalhão

Universidade Aberta, Polo IELT da Universidade Aberta
1000-013 Lisboa, Portugal

margarida.alpalhao@uab.pt

<https://orcid.org/0000-0003-0803-4769>

Data recepção do artigo / Received for publication: 18 de Maio de 2026

DOI:



A obra mencionada, com 524 páginas, apresenta uma organização em três partes, cada uma das quais se subdivide em sete capítulos. Não parece casual, o facto. Além desta estrutura, comporta também um “Prefácio”, uma “Conclusão”, vários índices¹ e duas listas (de siglas e abreviaturas, por um lado; de imagens, por outro). Enquanto a capa mantém um tom predominantemente azul, os separadores interiores das diversas partes surpreendem ao surgir em preto. Surpreende também a atribuição do título “O Brasil como Memória Edênica”² à obra *Adoração dos Reis Magos*, painel de retábulo antigo da Sé de Viseu, exposto no Museu Nacional Grão Vasco (Viseu, Portugal).

O conteúdo da obra inicia-se com um jogo de conceitos, esboçando estabelecer uma constelação em torno da palavra utopia, procurando justificar a adoção de um termo divulgado no Renascimento para classificar aspetos do pensamento filosófico, da mundividência e da vivência medievais. Mas o próprio texto tem consciência da possibilidade do anacronismo³. Outro jogo de conceitos que aparece a abrir o percurso a fazer, entre o Éden e a utopia, é o do tempo: entre futuro e passado, ou, talvez melhor, entre passado e futuro.

Mas vejamos mais detalhadamente a tripartição constituinte da tese apresentada pelo autor. Os sete capítulos da primeira parte – dedicados a apresentar vários conceitos, ou, usando palavras que compõem o título de dois destes capítulos, por entre “semântica”⁴ e “sintaxe”⁵ – procuram justificar que, muito do que aqui se defende, radica na religiosidade, porque “toda utopia é espera, crença na realização

¹ JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso Perdido: As Utopias Medievais*. Cotia: Ateliê Editorial / Mnema, 2021, pp. 505-523.

² JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso*, pp. 496-497, figura 21.

³ JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso*, p. 10.

⁴ JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso*, p. 85.

⁵ JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso*, p. 107.

de certas possibilidades”⁶. Registe-se que crença e conjetura implicam posturas diferenciadas.

Já nos sete capítulos da segunda parte da obra, procura-se organizar, sob uma batuta inicial e assumidamente ética e moral, grupos sociológicos tão diversos como “comunas urbanas”, “comunidades de Robin Hood”, ou cidades italianas, como Roma e Florença, sob influência de uma dada figura (desde um líder populista a um pintor). No entanto, esta abordagem, conforme se anuncia inicialmente, não é estudada caso a caso, mas através de “uma fórmula transversal – examinar os traços definidores das utopias medievais (não necessariamente os mesmos de outras épocas) e verificar suas ocorrências nos exemplos mais expressivos”⁷.

Na terceira e última parte, os vários capítulos remetem para um lugar, incluindo o lugar da viagem, bem como o “oculto e inacessível”⁸ paraíso. Não o paraíso celeste, mas o genesíaco. Inclui-se aqui também todo o continente europeu enquanto lugar de uma “Cristandade ocidental ... obcecada pela unidade”⁹. Não sendo esta obra uma primeira abordagem do assunto, o autor propõe aqui, longamente e através da memória, a ancoragem da utopia num local: o Éden – “Capítulo 21. Memória do paraíso”¹⁰. E justifica a localização através da psicologia cognitiva.

Daquela tese tripartida sobressaem outros tantos pontos a registar: primeiramente, uma longa lista de obras mencionadas e uma quantidade imensa de autores convocados, provenientes de múltiplas áreas de estudo e diferentes focos de investigação; em segundo lugar um conjunto multifacetado de situações e opiniões, nem sempre fáceis de conciliar e aproximar de um mesmo ponto de vista, ou de uma mesma abordagem metodológica; terceiro, e último ponto, a abordagem proposta encerra, desde logo, algumas dificuldades, quer operativas - as noções de tempo como passado e futuro, por exemplo – quer concetuais – desde logo o de utopia,

⁶ JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso*, p. 162.

⁷ JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso*, p. 171.

⁸ JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso*, p. 453.

⁹ JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso*, p. 409.

¹⁰ JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso*, pp. 475-496.

termo de origem grega que, é sabido, designa um “não lugar”, um espaço sem existência geográfica referenciável.

Ora, numa análise similar, o primeiro “lugar” a ter em conta, espera-se que seja o texto, ou o documento, e que o percurso a efetuar seja o que vai da letra ao imaginário. Convocar conjuntamente crenças, anseios, possibilidades e utopias, parece, antes de mais, coartar propostas dialéticas que aconteceriam, mesmo na plural e polifacetada sociedade medieval europeia, aparentemente mais maniqueísta que a atual.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ALPALHÃO, Margarida Santos – “JÚNIOR, Hilário Franco – *Em busca do Paraíso Perdido: As Utopias Medievais*. Cotia: Ateliê Editorial / Mnema, 2021, 524 pp.”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 319-323. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

RESEARCH NOTES



**Um novo olhar sobre a Capela do Tesouro,
no Santuário do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)**

**A fresh look at the Chapel of the Treasury,
at the Sanctuary of Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)**

Rita Balona*

Município de Alcácer do Sal
7580-125 Alcácer do Sal, Portugal

rita.balona@m-alcacerdosal.pt

<https://orcid.org/0009-0008-1381-3138>

Data recepção do artigo / Received for publication: 05 de Maio de 2026

DOI:

* Esta nota de investigação tem por base a dissertação de mestrado da autora, em Arqueologia, sob orientação da Professora Doutora Susana Gómez Martínez. Foi apresentada à Universidade de Évora em dezembro de 2025.



A cidade de Alcácer do Sal é de uma importância histórica notável, um centro estratégico desde a Idade do Ferro, passando pela ocupação romana e muçulmana, até à *Reconquista* cristã.

O Santuário do Senhor dos Mártires, tema deste trabalho, constitui um monumento ilustrativo da sucessão desses períodos históricos. As primeiras referências à sua forma primitiva datam do século XIII, pouco depois da conquista definitiva de 1217¹. A Capela do Tesouro, a mais antiga do complexo religioso em termos documentais, terá sido fundada pela Ordem de Santiago com função primordialmente funerária, integrando, juntamente com a Capela dos Mestres e a Capela Maria de Resende, um conjunto de capelas-panteão destinadas aos altos dirigentes da Ordem e, mais tarde, aos seus principais doadores.

O abatimento do piso da Capela do Tesouro levou à sua remoção e à escavação arqueológica, permitindo o acesso a um contexto funerário datado do século XII ao XVI. Esta nota de investigação apresenta uma síntese dos resultados preliminares e da intervenção, tanto ao nível da arqueologia de campo (utilização do espaço, cronologia, faseamento e espólio) como das práticas funerárias. Apesar de a conquista cristã estar historicamente bem documentada, o *modus vivendi* e o *modus mortis* dos seus protagonistas permanecem pouco conhecidos, não existindo trabalhos arqueológicos de escavação de contextos de panteão das Ordens Militares que permitam paralelismos interpretativos.

A escavação revelou uma necrópole com práticas funerárias até então desconhecidas, destacando-se o Enterramento 2, centrado num ritual de moedas e nas teorias propostas para a sua interpretação. O Enterramento 19, identificado como de um cavaleiro, apresentou um par de esporas *in situ* como espólio votivo e

¹ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – “O santuário de Santa Maria dos Mártires de Alcácer do Sal (séculos XIII a XVI)”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Atas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: GESOS - Câmara Municipal de Palmela, 2009, pp. 635-676.

foi possível realizar datação por Carbono 14, reacendendo o debate historiográfico sobre as conquistas cristãs de Alcácer do Sal nos séculos XII e XIII.

Foi ainda identificada uma estrutura arquitetónica subjacente às fundações da Capela do Tesouro, possivelmente correspondente a um edifício anterior, sugerindo a existência de uma basílica paleocristã e reforçando a continuidade da sacralidade do espaço. Conclui-se que a intervenção arqueológica revelou dados inéditos sobre a ocupação funerária do Santuário do Senhor dos Mártires e sobre as práticas rituais das Ordens Militares durante a *Reconquista* Cristã, contribuindo significativamente para o conhecimento histórico-religioso de Alcácer do Sal.

Contexto histórico

Localizada estrategicamente, Alcácer do Sal foi palco de intensos conflitos e trocas culturais entre muçulmanos e cristãos, refletindo a dinâmica da *Reconquista* Cristã. Sob domínio muçulmano desde o século IX, nas mãos do clã berbere dos Banu Danis, tornou-se um importante centro político e militar. A navegabilidade do Rio Sado e o seu estuário reforçaram a vocação portuária da povoação, explicando a sua relevância entre os séculos IX e XIII².

No século XII, D. Afonso Henriques conquista a vila pela primeira vez, com auxílio de cruzados, embora a informação documental permaneça escassa. Em 1175, o castelo é doado à Ordem de Santiago, confirmação reiterada em 1186 por D. Sancho I. Entre 1190 e 1191, o soberano almóada Abu Ya'qub al-Mansur reconquista a fortaleza, transformando-a na principal praça-forte islâmica do litoral ocidental.

Após a decisiva batalha de 1217, Alcácer é definitivamente integrada no domínio cristão, tornando-se a mais importante praça-forte santiaguista³. A Ordem de

² FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – “De *Qasr Abi Danis* a *Qasr Al-Fath* – Alcácer medieval islâmica entre o comércio e a guerra”. In *Museu Municipal Pedro Nunes. Catálogo*. Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2020, pp. 61-79.

³ OLIVEIRA, Luís Filipe – “A Ordem de Santiago em Portugal: A conquista das terras do sul (sécs. XII–XIII)”. *Cuadernos de Estepa* 8 (2014), pp. 89–102.

Santiago assume a defesa e administração do território, transferindo o seu convento de Palmela para o castelo de Alcácer em 1218.

Inicialmente dedicado a Nossa Senhora dos Mártires, o Santuário do Senhor dos Mártires foi fundado pela Ordem de Santiago e transformado em Panteão dos Mestres. Posteriormente foi associado à ocorrência de milagres e sofreu reformas constantes entre os séculos XIV e XVIII.

Localizado a 1 km a oeste do castelo, implanta-se numa área marcada por contínua utilização funerária, junto à necrópole romana da Azinhaga e à necrópole da Idade do Ferro do Olival do Senhor dos Mártires. Desde o século XIX que escavações revelaram abundante espólio arqueológico, confirmando a longa tradição sepulcral do local, desde a Idade do Ferro até à época romana e ao período medieval.

Ao longo dos séculos, o Santuário tornou-se um importante centro tumular baixo-medieval, integrando quatro capelas funerárias: Capela do Tesouro, Capela dos Mestres, Capela Maria de Resende e Capela Martim Gomes Leitão (demolida no século XVIII).

A Capela dos Mestres, edificada em 1333 por Garcia Peres, apresenta planta octogonal e função de panteão dos mestres da Ordem de Santiago, constituindo um dos mais relevantes monumentos góticos nacionais. A inscrição fundacional assinala a sua construção “em louvor de Deus e da Virgem Maria” e como local de sepultura do seu promotor e de seu irmão Pedro Escacho. Já a Capela Maria de Resende, datada do século XV, foi edificada para acolher o túmulo de D. Diogo Pereira, comendador-mor da Ordem, mantendo ainda hoje o seu monumento funerário em mármore.

A Capela do Tesouro, situada a Sul da abside, é considerada a mais antiga do conjunto. De planta retangular e estilo românico, destaca-se pela abóbada de berço e pelos arcosólios destinados a sarcófagos, evidenciando função meramente funerária. A sua cronologia é incerta, mas aponta para inícios ou meados do século XIII, após a conquista cristã.

Segundo José Custódio Vieira da Silva⁴, a Capela do Tesouro poderá ter sido a primeira construção erguida pelos cavaleiros de Santiago na sua fixação em Alcácer, anterior à própria Igreja dos Mártires, reforçando a ideia de continuidade da sacralidade e da função funerária deste espaço desde tempos remotos.

A escavação arqueológica: resultados

A intervenção arqueológica na Capela do Tesouro iniciou-se com sondagens de diagnóstico, com o objetivo de identificar as causas estruturais do problema do abatimento do chão, nomeadamente as infiltrações de água.

A escavação atingiu o substrato geológico e revelou uma necrópole cristã datada entre os séculos XII e XVI, período correspondente à fixação da Ordem de Santiago em Alcácer.

O espaço funerário organizava-se em duas áreas distintas. A Área A, aparentemente mais antiga, associada à construção românica com abóbada de berço, revelou menor densidade de enterramentos e maior cuidado nas deposições, algumas com vestígios de caixão. A Área B apresentava contextos mais recentes (sobretudo a partir do século XIV), diferente organização espacial e espólio associado ao vestuário, como botões, tachas e alfinetes de sudário, sugerindo uma utilização por familiares ou doadores ligados à Ordem.

Foram escavados 36 enterramentos em inumação primária (11 na Área A, 23 na Área B e 2 na Área C exterior), além de 11 ossários, correspondendo a um número mínimo de 38 indivíduos. A maioria foi depositada em decúbito dorsal (96,8%), registando-se apenas um caso excepcional em decúbito ventral. O perfil biológico indica predominância de indivíduos masculinos.

Um dos aspetos mais notáveis foi a presença excepcional de numismas: moedas depositadas *in situ* em vários enterramentos e cerca de 130 exemplares recolhidos nos sedimentos de cobertura. A cronologia, desde D. Afonso Henriques até D.

⁴ SILVA, José Custódio Vieira da – “A Capela dos Mestres em Alcácer do Sal”. In *Estudos de Arte e História: Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, 1995, pp. 234–238.

Sebastião, sugere possível relação com o ritual do Óbolo de Caronte. O volume de moedas é incomum para contextos desta cronologia em Portugal. No exterior (Áreas C, D e E) identificaram-se mais enterramentos e estruturas, confirmando a existência de uma ampla necrópole medieval envolvente.



Fig. 1 Enterramento 2, com as moedas *in situ*. Foto Rita Balona.

O Enterramento 2 da Capela do Tesouro constitui um dos achados mais singulares da escavação, distinguindo-se pela deposição de cinco moedas *in situ* e pela provável associação à elite da Ordem de Santiago (Fig. 1). A longa permanência dos santiaguistas em Alcácer do Sal, e a transferência do seu convento para esta cidade, fizeram da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires o panteão privilegiado dos seus membros. O indivíduo encontrava-se sepultado sob um arcossólio, em posição cristã canónica, com excelente representatividade óssea e uma preservação afetada por

humidade e raízes. O perfil biológico indica tratar-se de um adulto masculino, com idade entre 35 e 44 anos. Foram identificadas diversas alterações paleopatológicas, incluindo uma exuberante reação óssea no fémur esquerdo compatível com osteomielite, alterações do perióstio em vários ossos longos, lesões da entese e microporosidade vertebral⁵. Estes achados sugerem que o indivíduo padecia de uma condição crónica que exigiria cuidados médicos continuados, um privilégio acessível apenas a membros de estatuto elevado, corroborado pela existência de estruturas hospitalares geridas pela Ordem em Alcácer do Sal no século XIV.

O aspeto mais extraordinário deste enterramento reside, porém, na presença de cinco moedas colocadas intencionalmente sobre o corpo. A localização das moedas (tórax, braço, ambos os ilíacos e joelho) revela uma prática funerária cuidadosamente planeada, incomum no universo cristão medieval, onde predominava o despojamento material. Embora a deposição de moedas em sepulturas seja um fenómeno registado em vários contextos medievais, a combinação entre quantidade, intencionalidade e diversidade cronológica torna o Enterramento 2 um caso absolutamente singular. As moedas distribuem-se entre três reinados distintos: D. Afonso Henriques, D. Afonso III e D. Dinis, sendo esta última a mais recente, o que permite balizar a morte do indivíduo pelo menos ao reinado de D. Dinis. A presença de um numisma de D. Afonso Henriques, cerca de 150 anos mais antigo, levanta questões de grande impacto interpretativo. Uma moeda tão antiga dificilmente estaria em circulação, constituindo provavelmente um objeto conservado como relíquia institucional, familiar ou simbólica. A natureza votiva deste espólio, contrastante com as normas cristãs, afasta a hipótese tradicional do "Óbolo de Caronte", sugerindo antes um ritual de forte carga simbólica próprio da Ordem de Santiago. Tal interpretação é reforçada pela associação dos reis representados nas moedas à história e afirmação da Ordem em Portugal, o que pode apontar para uma intenção memorialista ou identitária.

⁵ Para outros dados antropológicos veja-se: BALONA, Rita; CARVALHO, Liliana M. de; WASTERLAIN, Sofia N. – “Ante o cruzeiro jaz o mestre’: Resultados preliminares da escavação do panteão da Ordem de Santiago (séculos XIII–XVI)”. In *Arqueologia em Portugal: Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2023, pp. 1169-1180.

A conjugação destes elementos, o ritual monetário excecional, o contexto funerário privilegiado, a paleopatologia indicativa de cuidados médicos especializados e a cronologia das moedas, sustentam a hipótese de que o indivíduo possa ter ocupado uma posição hierárquica elevada dentro da Ordem. Entre os possíveis candidatos destaca-se João Fernandes, primeiro mestre do ramo português (1290-1297), cuja sepultura permanece desconhecida. A proximidade cronológica entre o seu governo e as moedas de D. Dinis do enterramento, bem como a utilização da Capela do Tesouro como panteão, anterior à construção da Capela dos Mestres (1333), tornam plausível esta identificação.

A Capela do Tesouro revela-se, assim, um espaço funerário reservado à elite santiaguista. Tanto os achados arqueológicos como as descrições das visitas quinzentistas confirmam o uso privilegiado deste local para o sepultamento de mestres e comendadores⁶.

A deposição de moedas nos túmulos medievais, longe de ser uma simples sobrevivência pagã, representa uma profunda transfiguração cultural. Na sociedade cristã medieval, estes objetos assumiam múltiplos significados: memória do defunto, marcador de identidade, elo entre vivos e mortos, ou até símbolo de ressurreição e proteção espiritual. No contexto santiaguista, o conjunto de moedas do Enterramento 2 parece materializar um código simbólico próprio, enraizado na história institucional da Ordem e na relação entre poder, memória e ritual. Este enterramento confirma, portanto, o carácter elitista da Capela do Tesouro e abre novas perspetivas para o estudo dos rituais funerários das ordens militares em Portugal. A complexidade e singularidade deste achado desafiam leituras simplistas e convidam a investigações mais aprofundadas, tanto arqueológicas como históricas, de modo a compreender plenamente o seu significado no quadro mais vasto da cultura funerária medieval.

⁶ CUNHA, Mário de Sousa – '(...) visitando nós ora pessoalmente o dito meestrado de Santiago (...)’ – *As igrejas da Ordem Militar de Santiago: Arquitectura e materiais*. Vol. 1. Porto: Universidade do Porto, 2012. Tese de doutoramento.



Fig. 2 Enterramento 19, do “cavaleiro das esporas douradas”. Foto Rita Balona.

O Enterramento 19, que denominámos do “cavaleiro das esporas douradas”, constitui outro caso relevante na Capela do Tesouro, oferecendo dados fundamentais para a compreensão das práticas funerárias medievais em Alcácer do Sal. Trata-se de um indivíduo do sexo masculino, com idade à morte estimada entre os 24 e os 40 anos, e estatura de cerca de 170 cm, a mais elevada entre todos os enterramentos identificados na capela. A sua sepultura, simples, mas cuidadosamente escavada no sedimento, apresentava vestígios de caixão de madeira e seguia a orientação cristã oeste-este. O corpo foi depositado em decúbito dorsal, com os braços fletidos e as

mãos sobre a pélvis, posição que, à luz dos estudos sobre práticas funerárias medievais, sugere uma cronologia situada na Baixa Idade Média (Fig. 2). A análise antropológica revelou ainda alterações ósseas nas inserções musculares compatíveis com a prática continuada de equitação, bem como um espessamento na diáfise do perónio direito sugestivo de fratura antiga, patologias degenerativas nos calcâneos e indicadores de stresse fisiológico na infância (hipoplasia do esmalte dentário)⁷. Estes dados, conjugados com o espólio, compõem o perfil de um guerreiro efetivamente envolvido em atividades bélicas e com um modo de vida compatível com a condição cavaleiresca.

A singularidade deste enterramento reside, porém, em dois aspetos fundamentais. O primeiro é a sua localização privilegiada: o indivíduo encontrava-se isolado, numa cota altimétrica mais baixa, sem quaisquer outros sepultamentos sobrepostos, no que parece ser o núcleo central e fundacional da capela. A organização espacial dos enterramentos subsequentes, dispostos cuidadosamente à sua volta sem nunca violar o seu espaço, sugere que o túmulo funcionou como um polo de sacralidade, atraindo outras inumações numa clara lógica de enterramento *ad sanctos*. O segundo aspeto, não menos relevante, é a presença de um par de esporas de espeto, profusamente decoradas, depositado junto aos seus pés⁸. Fabricadas em liga de bronze revestida a folha de ouro, apresentam elaborados baixos-relevos com motivos vegetalistas e zoomórficos, uma riqueza ornamental absolutamente excecional num período em que as esporas, mesmo em contextos privilegiados, raramente exibiam decoração tão cuidada. A tipologia destas peças, com curvatura lateral e espeto alongado, permite situá-las cronologicamente entre a segunda metade do século XII e os inícios do século XIII⁹.

⁷ Ver BALONA, Rita; CARVALHO, Liliana M. de; WASTERLAIN, Sofia N. – “‘Ante o cruzeiro jaz o mestre’: Resultados preliminares da escavação”, pp. 1169-1180.

⁸ Para o estudo das esporas, ver: BARROCA, Mário Jorge; BALONA, Rita; FERNANDES, Isabel Cristina F. – “Esporas de cavaleiro exumadas na Igreja do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *As Ordens Militares. Do Convento e da Guerra para o Mundo. Textos selecionados do IX Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: GESOS-Município de Palmela, 2026, pp. 1087-1108.

⁹ RODRIGUES, Diana Moreira – *Esporas medievais no território português*. Porto: Universidade do Porto, 2021. Dissertação de Mestrado.

A datação por radiocarbono realizada numa amostra do perónio esquerdo, calibrada com 95% de confiança, situa o enterramento entre 1040 e 1218, com maior incidência entre 1150 e 1213. Esta ampla janela temporal, contudo, não permite associar seguramente o indivíduo a qualquer dos episódios históricos que marcaram Alcácer do Sal no período: a primeira conquista cristã de 1160, liderada por D. Afonso Henriques, ou a segunda conquista de 1217. Em ambos os cenários, porém, é plausível que o indivíduo tenha participado ativamente nos acontecimentos militares que moldaram a região, dada a sua condição social e o contexto do sepultamento.

Várias hipóteses podem ser equacionadas quanto à sua identidade. Poderá tratar-se de um cavaleiro-vilão de elevado estatuto, integrado nas hostes concelhias que acompanharam as campanhas régias; de um membro de uma ordem militar, hipótese que, no entanto, esbarra na riqueza ornamental das esporas, já que as regras do Templo e dos Hospitalários proibiam explicitamente adornos dourados nos equipamentos equestres; ou ainda de um cruzado oriundo do norte da Europa, integrado nos contingentes internacionais que participaram nas campanhas portuguesas, tal como sucedeu em Lisboa em 1147, onde os cruzados falecidos no cerco foram sepultados em locais específicos que receberam a designação de Santa Maria dos Mártires¹⁰.

A possibilidade de estarmos perante um cruzado estrangeiro ganha particular relevância à luz do paralelo com São Vicente de Fora, onde os combatentes teutónicos falecidos na conquista de Lisboa foram inumados e alvo de veneração, com relatos de milagres associados a um deles, Henrique de Bona. A designação original do santuário de Alcácer, Igreja de Santa Maria dos Mártires, idêntica à da igreja lisboeta que acolheu os cruzados, sugere uma função análoga como local de sepultamento de guerreiros considerados mártires. As Visitações quinhentistas da Ordem de Santiago reforçam esta interpretação ao referirem explicitamente que "*aqui jazem os mártires*"¹¹.

¹⁰ FERREIRA, Fernando Eduardo Rodrigues – “Escavações do ossário de São Vicente de Fora e o seu relacionamento com a história de Lisboa”. *Revista Municipal (2ª série)* 4 (1983), p. 28.

¹¹ Para outras interpretações, ver: BARROCA, Mário Jorge; BALONA, Rita; FERNANDES, Isabel Cristina F. – “Esporas de cavaleiro”, pp. 1087-1108.

Independentemente da identificação precisa, o Enterramento 19 constitui um testemunho arqueológico excepcional, oferecendo uma janela única para a compreensão das práticas funerárias, da cultura material e da hierarquia social dos cavaleiros medievais num período crucial da história portuguesa. A sua localização privilegiada, a singularidade do ritual funerário e a riqueza do espólio colocam-no como um dos mais importantes contextos funerários das ordens militares na Península Ibérica, cujo estudo aprofundado, através de análises complementares de isótopos, ADN antigo e investigação documental, promete revelar ainda muito sobre a identidade e o percurso deste guerreiro que repousa, há oito séculos, no coração da Capela do Tesouro.

Durante as escavações, foi também identificado um conjunto de estruturas pétreas com argamassa ao nível das fundações, sugerindo a existência de um edifício de grandes dimensões anterior à atual capela. As estruturas, que se prolongam para além do perímetro do templo e terminam em abside, revelam uma construção contínua com seis possíveis contrafortes, indicando um edifício monumental, provavelmente de nave única e eventualmente com transepto. A sua forma e localização estratégica apontam para uma origem pré-românica, possivelmente uma basílica paleocristã, atestando a continuidade da sacralidade do espaço ao longo de mais de um milénio. Esta descoberta reforça a hipótese de que o local terá sido inicialmente ocupado por uma basílica funerária tardo-antiga, associada a uma necrópole romana adjacente, e posteriormente reaproveitado pela Ordem de Santiago para a implantação do seu panteão. A sobreposição arquitetónica e a continuidade funcional do espaço (de basílica paleocristã a capela funerária medieval) revelam uma estratégia deliberada de apropriação simbólica e legitimação religiosa, tornando o Santuário do Senhor dos Mártires um testemunho ímpar da longa diacronia de ocupação cristã em Alcácer do Sal.

Os trabalhos arqueológicos confirmaram o uso funerário do espaço pela Ordem de Santiago, evidenciado por uma necrópole com carácter militar (Área A) e outra mais diversificada (Área B), onde coexistiram cavaleiros e seus familiares ou doadores. A singularidade do espólio, que inclui um notável par de esporas revestidas a ouro, adornos e cerca de 130 moedas, aliada a rituais funerários invulgares, como a deposição criteriosa de numismas em contextos privilegiados, aponta para a presença de figuras de elevado estatuto. Estas descobertas não só validam fontes documentais, como

também abrem novas linhas de investigação sobre a organização espacial, os rituais e a identidade social dos cavaleiros medievais, afirmando a Capela do Tesouro como um testemunho ímpar da memória e do poder institucional da Ordem de Santiago em Portugal.

No seguimento deste trabalho de dissertação, prevê-se a continuação da investigação, aprofundando o estudo do sítio através de novas análises laboratoriais. Entre as metodologias a aplicar destacam-se novas datações por radiocarbono, estudos de isótopos estáveis, análises de ADN antigo (aDNA) e investigação de paleoparasitas, com o objetivo de esclarecer a cronologia, a proveniência geográfica e as condições de vida dos inumados. Outro aspeto fundamental prende-se com a alimentação destes indivíduos. A dieta medieval é relativamente bem conhecida através de fontes históricas, relatos escritos e representações artísticas, mas também por via bioarqueológica, nomeadamente por estudos faunísticos e análises isotópicas, que permitem reconstruir padrões alimentares e diferenças sociais. Paralelamente, será essencial promover novas escavações no local, de modo a aprofundar o conhecimento sobre o sítio.

Referências Bibliográficas

BALONA, Rita, CARVALHO; Liliana M. de; WASTERLAIN, Sofia N. – “Ante o cruzeiro jaz o mestre’: Resultados preliminares da escavação do panteão da Ordem de Santiago (séculos XIII–XVI)”. In *Arqueologia em Portugal: Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2023, pp. 1169-1180.

BARROCA, Mário Jorge; BALONA, Rita; FERNANDES, Isabel Cristina F. – “Esporas de cavaleiro exumadas na Igreja do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *As Ordens Militares. Do Convento e da Guerra para o Mundo. Textos selecionados do IX Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: GEsOS-Município de Palmela, 2026, pp. 1087-1108.

CUNHA, Mário de Sousa – ‘(...) visitando nós ora pessoalmente o dito meestrado de Santiago (...)’ – *As igrejas da Ordem Militar de Santiago: Arquitectura e materiais*. Porto: Universidade do Porto, 2012. Tese de Doutoramento.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – “De *Qasr Abi Danis* a *Qasr Al-Fath* – Alcácer medieval islâmica entre o comércio e a guerra”. In *Museu Municipal Pedro Nunes. Catálogo*. Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2020, pp. 61-79.

FERREIRA, Fernando Eduardo Rodrigues – “Escavações do ossário de São Vicente de Fora e o seu relacionamento com a história de Lisboa”. *Revista Municipal (2ª série)* 4 (1983), pp. 5-36.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “A Ordem de Santiago em Portugal: A conquista das terras do sul (sécs. XII–XIII)”. *Cuadernos de Estepa* 8 (2014), pp. 89–102.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – “O santuário de Santa Maria dos Mártires de Alcácer do Sal (séculos XIII a XVI)”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Atas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: GEsOS - Câmara Municipal de Palmela, 2009, pp. 635-676.

RODRIGUES, Diana Moreira – *Esporas medievais no território português*. Porto: Universidade do Porto, 2021. Tese de Mestrado.

SILVA, José Custódio Vieira da – “A Capela dos Mestres em Alcácer do Sal”. In *Estudos de Arte e História: Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Veja, 1995, pp. 234–238.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BALONA, Rita – “Um novo olhar sobre a Capela do Tesouro, no Santuário do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 327-341. Disponível em <https://medievalista.iem.fch.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**The Port of Cadiz in the Late Middle Ages (1369-1504): A
historiographical approach and research perspectives**

**O porto de Cádiz na Baixa Idade Média (1369-1504): abordagem
historiográfica e perspetivas de estudo**

Daniel Ríos Toledano*

Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas
Universidad de Granada
18071, Granada, España

driostoledano@ugr.es

<https://orcid.org/0000-0001-5633-944X>

Data recepção do artigo / Received for publication: 11 de Maio de 2026

DOI:

* This study offers a condensed overview of: RÍOS TOLEDANO, Daniel – *Cádiz, puerto de Castilla en época Trastámara (1369-1504): flotas, tráficos marítimos y naciones mercantiles*. PhD Thesis. Granada: Universidad de Granada, 2025. This doctoral dissertation was supervised by Professor Raúl González Arévalo.



Introduction

This doctoral thesis mainly focuses on the study of the port of Cadiz during the Trastámara period (1369-1504). The first date marks the beginning of that dynasty, which broadly coincided with the consolidation of the Western Route and the expansion of trade between the Mediterranean and the Atlantic, a consequence of Christian control of the Strait of Gibraltar. The end date corresponds to the death of Isabella I of Castile, but requires some comment. The end of her reign occurred almost in tandem with the reorientation of international trade routes towards the Americas and the founding of the *Casa de Contratación* in Seville in 1503. Thus, the shift in the global economy towards the New World and the establishment of the capital inland marked the end of a golden age for Cadiz and a shift towards the city of Seville, with its river assuming a naval and port function as the logistical base for the Indies fleet. Although the time frame is determined by political factors, it is nonetheless true that underlying economic realities, as we have just pointed out, are at play: the rise of the Western Route and the concentration in Seville of the monopoly on trade and shipping with the Americas. Indeed, the period covered by this thesis is defined by two significant phenomena: the zenith of the transatlantic shipping route and the emergence of the Atlantic world, set against the backdrop of the First Global Age¹.

The justification is based on the words spoken by Roberto S. Lopez in his work on the opening of the Western Route in the last quarter of the 13th century: “Cadiz also was visited by many Genoese merchants, but there is no monograph on its trade in the Middle Ages”. As early as 1951, the historian expressed his astonishment that no publication existed on Genoese merchants and their trade in Cadiz during the Middle Ages. Much time has passed since then, yet we still lack a comprehensive study of port activity and economic exchanges in Cadiz during the late medieval centuries. This research, therefore, aims to fill that historiographical gap, whilst focusing not

¹ CASADO ALONSO, Hilario; *et al.* – “International Trade and Commerce, 1000-1500”. In LAINS, Pedro; *et al.* (eds.) – *An Economic History of the Iberian Peninsula, 700-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024, p. 200.

broadening the scope to include other trading nations that frequented the port, to assess its significance across various dimensions. Although Lopez did not record the reason for the absence of such a study, it is intrinsically linked to the lack of medieval documentary sources, as will be discussed later².

Rather than following the traditional model of port-city studies grounded in the paradigms of 1980s local history, this doctoral thesis adopts a global historical perspective from a particular vantage point. Indeed, this research aims to expand the geographical scope of the field of study by examining the economic connections between the Mediterranean and the Atlantic at various scales, thereby bridging the local and global levels. It goes without saying that the intensification of trade links between the two maritime regions reached its peak with the demographic recovery of the 14th century, reaching its zenith in the following century³. Local historians have argued that the commercial and maritime boom in Cadiz was a result of Castile's expansion into the New World. Although this idea has persisted and been widely accepted, Patrick O'Flanagan has argued that Cadiz achieved a prominent position in the Late Middle Ages as a key port on trade routes, surpassing Seville, although it was relegated to a secondary role when the city on the Guadalquivir was granted a monopoly in the early 16th century⁴. In this regard, the sources we have analyzed lead us to favour this hypothesis. The proliferation of medieval documents in foreign archives from the second half of the 14th century onwards is evidence of the significant role it came to play in maritime trade and navigation.

The approach taken in this doctoral thesis has its roots in the work of Raúl González Arévalo, who has placed the port of Cadiz on an equal footing with that of Seville, setting aside certain differences in infrastructure and functions, and apart from a clear superiority in strictly maritime terms, by virtue of its nature as a major ocean-going port compared to the riverine character of Seville's port, situated 80 km from

² LOPEZ, Roberto S. – "Majorcans and Genoese on the North Sea Route in the Thirteenth Century". *Revue belge de philologie et d'histoire* 29:4 (1951), p. 1166.

³ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – "La Corona de Castilla en la Europa del siglo XV: de la crisis bajomedieval a la expansión". In CLAVIJO HERNÁNDEZ, Fernando J. (coord.) – *Canarias y América antes del Descubrimiento. La expansión europea*. Santa Cruz de Tenerife: Confederación Española de Cajas de Ahorros – CECA, 1985, pp. 61-80; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – "El crecimiento económico de la Corona de Castilla en el siglo XV: ejemplos andaluces". *Medievalia* 10 (1992), pp. 217-235.

⁴ O'FLANAGAN, Patrick – *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*. London-New York: Routledge, 2016, p. 81.

the coast. This doctoral thesis sets out to examine the role of the port of Cadiz within the economic fabric of the Kingdom of Seville using a comprehensive approach, testing the validity of this model from a broader, more inclusive perspective, considering a wider range of sources, and applying the methodology described below.

Classic and new historiographical perspectives

Maritime history is a historiographical trend with a long-established tradition within European medieval studies, yet one that is constantly evolving. In recent years, the dynamism of medieval historiography has been underscored by several collaborative initiatives focusing on the maritime, commercial, and port worlds, launched at both national and international levels, resulting in a series of publications that stand as tangible evidence of this vitality. On the one hand, there is the collective work edited by Michel Balard, which focuses on the sea in the Middle Ages from a global perspective and offers a comprehensive overview, published as part of a wider collection⁵. On the other hand, it is worth highlighting the two monographs –one edited by Blockmans, Krom, and Wubs-Mrozewicz, and the other by Nigro– which have focused on the sea⁶. The first is devoted to the analysis of maritime cities and their rise in connection with sea routes for communication, transport and trade, whilst the second focuses on the study of the integration of trade networks within the context of Europe’s mercantile expansion. For its part, Spanish historiography has focused on other topics, particularly the naval and maritime world and its sources, but also on communication routes by sea and land⁷.

⁵ BALARD, Michel – *The Sea in History. The Medieval World - Le Mer dans l’Histoire: Le Moyen Âge*. Vol. 2. Woodbridge: The Boydell Press, 2017.

⁶ BLOCKMANS, Wim; KROM, Mikhail; WUBS-MROZEWICZ, Justyna (eds.) – *The Routledge Handbook of Maritime Trade around Europe (1300-1600)*. London-New York: Routledge, 2017. NIGRO, Giampiero (dir.) – *Reti marittime come fattori dell’integrazione europea. Maritime Networks as a Factor in European Integration*. Firenze: Firenze University Press, 2019.

⁷ SALICRÚ I LLUCH, Roser (ed.) – *Tripulacions i vaixells a la Mediterrània medieval. Fonts i perspectives comparades des de la Corona d’Aragó*. Barcelona: Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 2019. BADIA, Lola; CIFUENTES, Lluís; SALICRÚ I LLUCH, Roser (eds.) – *La vida marítima a la Mediterrània medieval. Fonts històriques i literàries*. Barcelona: Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 2019. SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MARTÍN PÉREZ, Fernando (coords.) – *Rutas de comunicación marítima y terrestre en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media. Movilidad, conectividad y gobernanza*. Madrid: La Ergástula, 2020.

The current tenets of this historiographical school of thought lean towards global history and connected history, with approaches that transcend political, religious and cultural boundaries, viewing the sea as a sphere of connectivity during the Middle Ages. However, until no more than fifteen years ago, studies on global history from a maritime perspective had not aroused much interest among historians⁸. Now, however, we have comprehensive works, with specific approaches centred on the Mediterranean and broader ones focused on the oceans, written by David Abulafia⁹, whose work clearly bears the influence of Braudel, whilst also reinforcing the sea as a subject of study. The concept of connected history has gained prominence with the publication of Barry Cunliffe's work, which focuses on the connections between the Mediterranean and the Atlantic in a long-term analysis¹⁰.

Despite the historiographical tradition, topics that have already been researched still require further exploration, considering new methodological approaches and the use of little-explored documentary sources, thereby giving rise to new reflections and debates¹¹. Thus, the words spoken by the historian Michel Fontenay in 1991 remain valid: "Maritime History therefore still has a vast field of research ahead of it"¹². Indeed, the extensive history and diverse thematic strands that have developed within this field are by no means constraints or obstacles to continuing research on the sea from different perspectives and to enriching the historiographical landscape. From a French perspective, Étienne Taillemite has outlined some lines of research that would allow us to continue advancing our understanding of the maritime world: the administrative organization of the sea, the economic impact of naval and merchant fleets on cities, and, finally, fishing¹³. For his part, Michael North has

⁸ NORTH, Michael – "Mari connessi". In NIGRO, Giampiero (dir.) – *Reti marittime*, p. 5.

⁹ ABULAFIA, David – *The Great Sea. A Human History of the Mediterranean*. London: Penguin Books, 2011; ABULAFIA, David – *The Boundless Sea: A Human History of the Oceans*. London: Penguin Books, 2019; ABULAFIA, David – *The Discovery of Mankind: Atlantic Encounters in the Age of Columbus*. New Haven-London: Yale University Press, 2008.

¹⁰ CUNLIFFE, Barry – *On The Ocean. The Mediterranean and the Atlantic from Prehistory to AD 1500*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

¹¹ IGUAL LUIS, David; SOLER MILLA, Juan Leonardo – "Comercio internacional, conectividad marítima y espacios portuarios en la Baja Edad Media. Introducción y presentación". *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 23 (2022), p. 9.

¹² FONTENAY, Michel – "Historia Marítima". In BURGUIÈRE, André (dir.) – *Diccionario Akal de Ciencias Históricas*. Madrid: Akal, 1991, pp. 458-461.

¹³ TAILLEMITE, Etienne – "Réflexions sur quelques recherches récentes en histoire maritime". In DUBOIS, Henri; HOCQUET, Jean-Claude; VAUCHEZ, André (dirs.) – *Horizons marins, itinéraires spirituels (V^e-XVIII^e siècles)*. Vol. II: *Marins, navires et affaires*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1987, pp. 75-76.

emphasised that future research should aim for a comparative analysis of regional maritime histories from an international perspective, stressing the fact that maritime cultures were intertwined¹⁴. All in all, there is no doubt that this field of research must seek to produce syntheses that go beyond local and regional case studies and promote comparative history.

Contemporary maritime studies owe a great deal to the scholarship of Michel Mollat and the French school of the 1950s, as they laid the historiographical foundations for research focusing on the sea as its subject of study¹⁵. The zenith of maritime history was accompanied by collective initiatives that took shape in various publications, the result of international academic conferences where participants reflected on the naval world, the maritime economy, oceanic expansion, and the connectivity between seas, among other topics¹⁶. It was at that time that Fernand Braudel's seminal work on the Mediterranean in the age of Philip II was published, marking a turning point, as for the first time the sea was conceived as a historical subject. This publication set out the new guidelines followed by maritime history, aimed at the analysis of structures¹⁷. His lines of research were continued by his disciples and other historians, particularly Pierre Chaunu and Jacques Heers, in which the sea has been observed and studied from a socio-economic perspective. Furthermore, these themes have been pursued to the present day, being developed at various academic centres, although the most significant advances stem from individual initiative¹⁸.

A recent roundtable discussion involving several experts on the medieval maritime history of Atlantic Europe, focusing on research topics, debates and methodologies, has highlighted the relevance of this research within contemporary historiography.

¹⁴ NORTH, Michael – “Mari connessi”, p. 25.

¹⁵ Michel Mollat du Jourdin's body of work is extremely extensive. Here we wish to review his academic work – written in an accessible style – on Europe's interaction with the sea in the Middle Ages, in which he analysed the influence of trade on the economic growth of cities, as well as naval expansion and medieval navigation. MOLLAT DU JOURDIN, Michel – *L'Europe et la mer*. Paris: Le Seuil, 1993.

¹⁶ These academic meetings took place as part of the various editions of the ‘Colloque International d'Histoire Maritime’, the proceedings of which were published in book form.

¹⁷ BRAUDEL, Fernand – *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 2 Vols. Paris: Librairie Armand Colin, 1966.

¹⁸ IRADIEL MURUGARREN, Paulino – *El Mediterráneo medieval y Valencia. Economía, sociedad, historia*. Valencia: Universitat de València, 2017; MUSARRA, Antonio – *Medioevo marinaro. Prendere il mare nell'Italia medievale*. Bologna: Il Mulino, 2021.

Based on this assessment, the areas that have received the most attention since 1990 within European medieval studies have become clear: ports, maritime trade, fishing, shipbuilding, navigation, trade routes, the admiralty, mercantile nations and conflict – war, privateering and piracy. More recently, there has been a focus on examining the interactions between port cities and their hinterlands, coastal landscapes and the evolution of the coastline. The influence of ecology has also had an impact on maritime history, particularly through the analysis of how coastal societies interacted with the sea, of climatic phenomena that posed a risk to navigation, and of the exploitation of marine resources. The expansion of research has benefited significantly from interdisciplinarity, the creation of databases and the use of Geographic Information Systems. However, little progress has been made from the perspective of sources, as many contributions have not always incorporated unpublished documents, relying instead on existing records to which a different approach has been applied. Furthermore, knowledge of the sea has advanced unevenly and at varying rates depending on the subject and the availability of sources¹⁹.

The current discourse on maritime history has centred on the study of the sea as a factor that facilitated communication and economic exchange on various scales and linked distant lands²⁰. In these studies, the use of network analysis – conceived as a matrix of links and nodes connecting port cities via trade routes – has predominated²¹. However, until recently, historiography had paid little attention to ports as objects of study. Following Solórzano Telechea’s observations, interest in the study of Castile’s Atlantic ports gained new momentum from the 1970s onwards, shaped by the approaches of urban and maritime history. Consequently, the themes

¹⁹ ANDRADE, Amélia Aguiar; ARÍZAGA, Beatriz; AZNAR, Eduardo *et al.* – “Sociétés, mer et littoraux de l’Europe atlantique au Moyen Âge: enjeux, objets et méthodes de la recherche depuis les années 1990”. In *La maritimisation du monde. De la Préhistoire à nos jours*. Paris: SUP, 2016, pp. 29-50; BELLO LEÓN, Juan Manuel – “Flujos de personas, ideas y mercancías entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XIV-XVI). Balance y perspectivas de investigación”. In ABULAFIA, David; LÓPEZ PÉREZ, M.^a Dolores (eds.) – *Mercados y espacios económicos en el siglo XV. El mundo del mercader Torralba*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2022, pp. 279-328.

²⁰ MAUNTEL, Christoph – “Linking Seas and Lands in Medieval Geographic Thinking during the Crusades and the Discovery of the Atlantic World”. In JASPERT, Nikolas; KOLDITZ, Sebastian (eds.) – *Entre mers–Ostre-mer. Spaces, Modes and Agents of Indo-Mediterranean Connectivity*. Heidelberg: University Publishing, 2018, p. 107.

²¹ LUGLI, Emanuele – “Linking the Mediterranean: The Construction of Trading Networks in 14th and 15th-century Italy”. In SAVOY, Daniel (ed.) – *The Globalization of Renaissance Art. A Critical Review*. Leiden-Boston: Brill, 2017, p. 163.

that emerged were closely linked to the world of commerce²². On a broader level, it is worth noting that ports have been studied by distinguishing between economic spaces, except for the collaborative work coordinated by Simonetta Cavaciocchi, which brings together the contributions to the *Diciannovesima Settimana di Studi del Istituto Internazionale di Storia Economica «F. Datini»*, dedicated to ‘I porti come impresa economica’, which reflected on port enclaves as nodes in international networks²³. As regards Mediterranean ports, they have attracted the attention of both individual and collective initiatives²⁴. Conversely, Atlantic ports have recently been the subject of a monograph edited by Rivera Medina²⁵.

A review of the historiographical tradition regarding the study of medieval ports shows that documentary sources have formed the main basis for analysis. However, in recent years, there have been several attempts to examine the reality of ports through the archaeological record, as demonstrated by the contributions of Fernando Paredes on the ports of the Strait of Gibraltar, Juan M. Campos on Palos de la Frontera, and Carmen Peral and Raúl González on Málaga²⁶. These contributions reveal that archaeology offers significant potential for analysing the port phenomenon and its reflection in urban spaces. It is true, however, that this methodology has not been applied as extensively, given the scarcity of medieval archaeological structures in today’s maritime cities. This explains why documentary sources, the most widely used resource has been when reconstructing the port and naval landscape.

²² SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – “Medieval Seaports of the Atlantic Coast of Spain”. *International Journal of Maritime History* 21(2009), pp. 81-83.

²³ CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.) – *I porti come impresa economica. Atti della «Diciannovesima Settimana di Studi» (Prato, 2-6 maggio 1987)*. Firenze: Le Monnier, 1988.

²⁴ SIMBULA, Pinuccia F. – *I porti del Mediterraneo in età medievale*. Milan: Bruno Mondadori, 2009. FABRE, Ghislaine; LE BLÉVEC, Daniel; MENJOT, Denis (dir.) – *Les ports et la navigation en Méditerranée au Moyen Âge*. Paris: Editions du Manuscrit, 2009.

²⁵ RIVERA MEDINA, Ana María (ed.) – *Ports in the Medieval European Atlantic. Shipping, Transport and Labour*. Woodbridge: The Boydell Press, 2021.

²⁶ CAMPOS CARRASCO, Juan M. (ed.) – *Puerto Histórico y Castillo de Palos de la Frontera (Huelva). Protagonistas de la gesta colombina*. Huelva: Publicaciones de la Universidad de Huelva, 2014. VILLADA PAREDES, Fernando – “Los puertos del Estrecho de Gibraltar en los siglos XIV y XV. Una perspectiva arqueológica”. In AZNAR VALLEJO, Eduardo; GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. (coords.) – *De mar a mar. Los puertos castellanos en la Baja Edad Media*. San Cristóbal de La Laguna: Universidad de La Laguna, 2015, pp. 213-253. GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl; PERAL BEJARANO, Carmen – *El Castil de Genoveses de Málaga (siglos XIV-XV). Un barrio comercial fortificado en el Mediterráneo islámico*. Jaén: Editorial Universidad de Jaén, 2024.

Cadiz in the Port Network of the Crown of Castile

The maritime horizons of the Crown of Castile in the Late Middle Ages have been clearly reflected in Iberian medieval studies²⁷. Most studies have addressed the various coastal regions in a disjointed manner. Consequently, the north of the peninsula has received considerable attention, with the study of ports being one of the most frequently explored areas in historiography. Each of the areas comprising this port system has been treated unequally depending on the documentary sources²⁸. On the other hand, the Mediterranean region has been a focus of scholarly interest in historical studies. Research has centred on the integration of the Kingdom of Murcia into international trade networks, the development of the maritime and port infrastructure, and natural resources²⁹.

Until recently, the tradition of research into the maritime and port world of northern Spain had no equivalent in the south. Each of the ports that made up Andalusia's port network has been treated differently depending on the documentary sources available; furthermore, on numerous occasions, they have been studied in isolation, without considering the economic landscape beyond the purely local level. It is no coincidence that most of the attention has focused on Seville, given the availability of notarial and municipal council records and the role it played as a commercial and

²⁷ RÍOS TOLEDANO, Daniel – “Comercio, puertos y rutas marítimas en Andalucía a fines de la Edad Media. Estado de la cuestión y perspectivas”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MARTÍN PÉREZ, Fernando (coords.) – *Rutas de comunicación marítima y terrestre en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media. Movilidad, conectividad y gobernanza*. Madrid: La Ergástula, 2020, pp. 244-247.

²⁸ FERREIRA PRIEGUE, Elisa María – *Galicia en el comercio marítimo medieval*. La Coruña: Fundación «Pedro Barrie de la Maza», 1988. RIVERA MEDINA, Ana María – “Los espacios portuarios vizcaínos mutaciones y adaptaciones de los puertos vizcaínos, siglos XIV-XVI”. *CEM. Cultura, Espaço & Memória* 2 (2018), pp. 51-69. GONZÁLEZ ARCE, José Damián – *Bilbao y el mar. Actividad portuaria y navegación en la ría de Nervión durante el reinado de los Reyes Católicos*. Mar del Plata: Universidad Nacional Mar del Plata, 2021; ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, María – “«Las espaldas del mar, de puerto a puerto». Mecanismos de gobierno y derechos portuarios en la costa noroccidental leonesa (siglos XII-XVI)”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; GONZÁLEZ ARCE, José Damián; BAZÁN DÍAZ, Iñaki (eds.) – *Los puertos del Atlántico en la Baja Edad Media: Navegación, instituciones y gobernanza*. Lleida: Pagès editors, 2021, pp. 17-54. SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – “Conectividad, seguridad y solidaridad entre los puertos del Cantábrico en la Baja Edad Media”. In ABULAFIA, David; LÓPEZ PÉREZ, M.^a Dolores (eds.) – *Mercados y espacios económicos en el siglo XV. El mundo del mercader Torralba*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2022, pp. 347-380.

²⁹ JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco – “Castilla y el mar Mediterráneo: encuentros y desencuentros en la Baja Edad Media”. *Intus-Legere Historia* 5:2 (2011), pp. 7-33.

banking centre in the late medieval period³⁰. Furthermore, its outer harbour, Sanlúcar de Barrameda, has been studied based on Castilian and Italian documents³¹. The coast of Huelva has attracted the interest of several authors, notably González Gómez, González Cruz and Izquierdo Labrado³². It is worth noting here that Loïc Ménanteu has carried out a comparative study of the ports of Seville, Sanlúcar de Barrameda and Palos de la Frontera, focusing on their impact on the natural and human environments³³.

Except for the studies by Juan Manuel Bello and Enrique José Ruiz on Andalusian ports and their commercial and naval significance, the study of the port geography of southern Castile has generally been approached from a local perspective; as a result, it lacks an overarching view and analyses that assess the importance of each port within the urban hierarchy³⁴. An analysis of the existing literature reveals that ports have been studied primarily using local or national sources, meaning that they have been examined from a single perspective. In fact, few studies have ventured to challenge these approaches. Roberto J. González has examined the connections between the various settlements in the Bay of Cadiz during the 15th and 16th

³⁰ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; BELLO LEÓN, Juan Manuel – “El puerto de Sevilla en la Baja Edad Media (siglos XIII-XV)”. In ABULAFIA, David; GARÍ, Blanca (dirs.) – *En las costas del Mediterráneo occidental*. Barcelona: Omega, 1997, pp. 213-241.

³¹ MORENO OLLERO, Antonio – *Sanlúcar de Barrameda a finales de la Edad Media*. Cadiz: Diputación Provincial de Cádiz, 1983. RÍOS TOLEDANO, Daniel; JIMÉNEZ LÓPEZ DE EGUILETA, Javier E. – “El puerto de Sanlúcar de Barrameda y la comunidad genovesa en el siglo XV: un documento de su consulado de 1461”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval* 37 (2024), pp. 935-960. GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “El *Rio di Sibilis*. Sanlúcar de Barrameda, puerto subsidiario de las naciones mercantiles italianas (siglos XIV y XV)”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval* 38 (2025), pp. 337-364.

³² GONZÁLEZ GÓMEZ, Antonio – *Moguer en la Baja Edad Media (1248-1538)*. Huelva: Instituto de Estudios onubenses Padre Marchena, 1977. GONZÁLEZ CRUZ, David; IZQUIERDO LABRADO, Julio – “Astilleros, barcos y construcción naval en tiempos de los descubrimientos: Palos de la Frontera y puertos del litoral onubense (Huelva, Saltés y San Juan del Puerto)”. In GONZÁLEZ CRUZ, David (coord.) – *Barcos y construcción naval entre el Atlántico y el Mediterráneo en la época de los descubrimientos (siglos XV y XVI)*. Madrid: CSIC, 2018, pp. 51-87.

³³ MÉNANTEAU, Loïc – “L’influence des facteurs naturels et anthropiques sur l’évolution des ports de Basse-Andalousie (XIIIe-XVIe siècles): études des cas (Palos de la Frontera, Séville et Sanlúcar de Barrameda)”. In BOCHACA, Michel; SARRAZIN, Jean-Luc (dirs.) – *Ports et littoraux de l’Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIVe-XVIe siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, pp. 167-187.

³⁴ BELLO LEÓN, Juan Manuel – “El Reino de Sevilla en el comercio exterior castellano (siglos XIV-XV)”. In CASADO ALONSO, Hilario (ed.) – *Castilla y Europa. Comercio y mercaderes en los siglos XIV, XV y XVI*. Burgos: Diputación Provincial de Burgos, 1995, pp. 57-80. RUIZ PILARES, Enrique José – “Espacios portuarios bajomedievales entre el estuario del Guadalquivir y el Estrecho de Gibraltar (ss. XIII-XVI)”. *Awraq. Estudios sobre el mundo árabe e islámico contemporáneo* 21 (2023), pp. 115-131.

centuries and their organisation as a system³⁵. Together with Víctor Muñoz, he has reflected on the naval organisation and port activity at the El Portal quay, which fell under the jurisdiction of Jerez de la Frontera³⁶. This contribution was enriched by the insights of Ruiz Pilares and his assessments based on an analysis of documentation from Jerez. In this regard, he highlighted the role of Jerez as a centre to produce many of the goods that were exported by sea via Cadiz and El Puerto de Santa María. Furthermore, he has focused on the port areas and infrastructure of the Bay of Cadiz³⁷.

An analysis of the existing literature reveals that ports have been studied primarily using local and national sources, meaning that they have been examined from a single perspective. In fact, few studies have ventured to challenge these approaches. As regards Cádiz more specifically, it has a long historiographical tradition that began with the contributions of Hipólito Sancho de Sopranis, which focused on the study of the Genoese nation through an analysis of documents from the archive in Jerez de la Frontera³⁸. For his part, Ladero Quesada studied the city during the era of the Ponce de León family, drawing on accounts from 1485 and 1486, whilst Rumeu de Armas analyzed its economic links with North Africa between the 15th and 16th centuries³⁹. All in all, the most comprehensive study of Cádiz in the Late Middle Ages is to be found in Sánchez Herrero's book⁴⁰. However, the port and its maritime connections did not receive the attention they deserved, and not all the national

³⁵ GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. – “De puerto a puerto: Las relaciones entre los puertos de la Bahía de Cádiz (siglos XV-XVI)”. In AZNAR VALLEJO, Eduardo y GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. (coords.) – *De mar a mar. Los puertos castellanos en la Baja Edad Media*. San Cristóbal de La Laguna: Universidad de La Laguna, 2015, pp. 147-178.

³⁶ MUÑOZ GÓMEZ, Víctor; GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. – “Jerez y el mar en la Baja Edad Media”. In SÁNCHEZ HERRERO, José; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (dirs.) – *750 Aniversario de la incorporación de Jerez a la Corona de Castilla: 1264-2014*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento de Jerez de la Frontera, 2014, pp. 351-372.

³⁷ RUIZ PILARES, Enrique José – “Jerez de la Frontera: el gran centro productor del complejo portuario de la Bahía de Cádiz a finales de la Edad Media”. *Estudios sobre Patrimonio, Cultura y Ciencias Medievales* 20 (2018), pp. 356-360; RUIZ PILARES, Enrique José – “El paisaje portuario en la Bahía de Cádiz a finales de la Edad Media: los muelles fluviales del Guadalete”. *Suplemento RIPARIA* 2 (2019), pp. 165-174.

³⁸ SANCHO DE SOPRANIS, Hipólito – *Los Genoveses en Cádiz antes del año 1600*. Larache: Publicaciones de la Sociedad de Estudios Históricos Jerezanos, 1939.

³⁹ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Unas cuentas de Cádiz (1485-1486)”. *Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas* 2-3 (1974-1975), pp. 85-120. RUMEU DE ARMAS, Antonio – *Cádiz, metrópoli del comercio con África en los siglos XV y XVI*. Cadiz: Ed. de la Caja de Ahorros de Cádiz, 1976.

⁴⁰ SÁNCHEZ HERRERO, José – *Cádiz. La ciudad medieval y cristiana (1260-1525)*. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad-Caja de Ahorros, 1986.

documentary sources had been explored. Consequently, a comprehensive study of navigation and maritime trade in Cádiz during the 14th and 15th centuries remained to be carried out. It should be noted, however, that in recent years our understanding of the city of Cádiz has expanded from various perspectives, although there is still much to learn and many documentary sources yet to be researched⁴¹.

Methodology

The loss of late medieval documents from the archives in Cadiz has prevented the application of a historiographical model established in the 1980s, based on the analysis of notarial deeds. This lack of documentation should not become an insurmountable problem, as it could spur the search for alternative solutions⁴². There is no doubt that the use of Italic sources has emerged as an alternative approach to the study of ports and maritime trade in the Late Middle Ages, given the fruitful results it is yielding, as Raúl González Arévalo's contributions have so significantly highlighted⁴³. This approach has been well established in other Iberian contexts –the Crown of Aragon and the Nasrid Emirate of Granada– and there is still a long way to go in exploring the commercial and naval world of the cities that were integrated into the networks of the Italian states. This constitutes an undoubtedly daunting task, owing not only to the complexity of consulting diverse archival collections, but also to the linguistic and palaeographic challenges inherent in such documentation.

⁴¹ SÁNCHEZ SAUS, Rafael; RÍOS TOLEDANO, Daniel (eds.) – *Entre la tierra y el mar. Cádiz, frontera de Castilla en la Baja Edad Media*. Madrid: Sílex, 2022.

⁴² I have applied Emilio Martín's comments on Sanlúcar de Barrameda to the case of Cádiz. MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio – "Gobernanza y aprovechamiento de los recursos naturales: Sanlúcar de Barrameda durante el siglo XV". In PARODI ÁLVAREZ, Manuel J. (coord.) – *In Medio Orbe III: Barrameda, mucho más que un apellido*. Sanlúcar de Barrameda: Fundación Puerta de América, 2022, p. 47.

⁴³ GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – "Florentinos entre Cádiz y Sevilla en los siglos XIV y XV". In AZNAR VALLEJO, Eduardo; GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. (coords.) – *De mar a mar. Los puertos castellanos en la Baja Edad Media*. San Cristóbal de La Laguna: Universidad de La Laguna, 2015, pp. 273-308; "Del Adriático al Atlántico: Venecia y Cádiz entre navegación, diplomacia y comercio (siglos XIV-XV)". *Hispania* 80:264 (2020), pp. 11-45; "Cádiz, frontera atlántica de las repúblicas mercantiles italianas (siglos XIII-XV)". In SÁNCHEZ SAUS, Rafael; RÍOS TOLEDANO, Daniel (eds.) – *Entre la tierra y el mar. Cádiz, frontera de Castilla en la Baja Edad Media*. Madrid: Sílex, 2022, pp. 59-86.

The methodological approach adopted in this doctoral thesis has involved consulting documentary sources from national and international archives and comparing these with the literature of the various historiographical schools, which constitute two integral stages of any academic research. The fragmentary and incomplete nature of the data collected necessitates the adoption of a methodology based on cross-referencing information. This can only be achieved through an exhaustive review of the literature in the field of study, which explains, amongst other reasons, the diversity, dispersion, and abundance of sources. The imbalance in information and the fragmentation of sources are two inherent challenges in any historical research on Cadiz during the Late Middle Ages, which complicates the task of reconstructing a coherent narrative. This is undoubtedly a daunting task, not only because of the challenges involved in archival research – particularly within Italian archives – but also due to the linguistic and palaeographic complexities presented by these documents. It is important to recognize that a port is shaped by political, economic, social, and geographical factors, so studying it requires a multidisciplinary approach.

The lack of notarial records before 1531 and municipal council records before 1596 has been compensated for through the consultation of documentary collections preserved in other archives. This is by no means a novel approach, given that Sancho de Sopranis had already drawn on the Municipal Archive of Jerez de la Frontera and Sánchez Herrero on the General Archive of Simancas and the Historical Archive of the Nobility to reconstruct the medieval history of Cadiz. Nevertheless, neither the full corpus of Castilian documentation nor the archival holdings of all Andalusian repositories had previously been examined systematically. Even less attention had been paid to the collections preserved in the archives of the Crown of Aragon and in Italian archives. Consequently, the perspective adopted in this doctoral thesis – focused on the port and its wider network of relationships – had never been explored through such a broad and diverse body of sources. Although several studies had already acknowledged the city's importance within medieval maritime trade, none had analysed the subject in comparable depth. Moreover, Genoese sources had never previously been used systematically to examine the role of Cadiz in navigation and commerce during the Late Middle Ages.

Results and Conclusions

From the second half of the 14th century onwards, Cadiz's position on maritime routes was strengthened by Christian control of the Strait of Gibraltar and the intensification of trade between the Mediterranean and the Atlantic. The city had already assumed a significant role in Atlantic navigation for Mediterranean fleets on their routes to northern Europe from the last quarter of the 13th century. Thus, it emerged as a port enclave with a clear maritime vocation for long-distance crossings, serving as a stopover for merchant fleets sailing southwards towards Flanders and England. Its privileged geographical position at the crossroads of maritime routes made Cadiz an obligatory stop for ships crossing the Atlantic Ocean from the Mediterranean Sea and vice versa. Furthermore, its very natural conformation – owing to its location on an island and the presence of a harbour on the shores of a bay with a depth allowing large vessels to enter and exit – contributed to the city's prosperity. This situation, combined with the fact that Seville, the major city in the south-west of the peninsula, had a river port 80 km from the coast, gave Cadiz a strategic advantage on the routes converging on the coasts of Castile. Similarly, shipping on the Guadalquivir declined significantly with the introduction of carracks into the Genoese fleet from 1370 onwards, because of which Seville lost its status as the main port for Genoese shipping and was reduced to a hub for organizing routes from Andalusia.

Notarial deeds from Genoa, correspondence from the Datini Company and documents from the Royal Chancellery of the Crown of Aragon paint a picture of Cadiz from the late 14th century that stands out for its geostrategic position at the heart of the maritime and trade routes linking the Mediterranean with the Atlantic, reaching its zenith in the first half of the 15th century. The analysis of an extensive documentary corpus has enabled a quantitative study of traffic in the port of Cadiz during the period in question. Considering the data analysed, a total of 1,688 ships were recorded for the years 1369 and 1504, with a clear predominance of the merchant nations of Genoa and Venice. The former has a total of 502 ships, and the latter has a total of 480. Next came the Castilian fleets, with 386 ships, mostly owned by Andalusian and Basque shipowners. The presence of other navies frequenting the Bay of Cadiz was more limited, although Florence, the Crown of Aragon and Portugal

are worth mentioning. Conversely, the presence of English, French, Hanseatic, Breton and Flemish vessels was very limited and occasional. The regularity and frequency of trade links and exchanges were subject to political circumstances. Indeed, the decline in the Genoese fleet's Atlantic voyages during the 1450s coincided with conflicts with the Crown of Aragon. Venice thus took up the baton, becoming the navy that visited Cadiz most frequently from the late 1440s until 1460. From that point onwards, Castile held absolute dominance, with a steady rise that reached its peak in the 1490s. Analysis of this data reveals an average of 12 ships visiting the port of Cadiz each year.

The crucial role played by Cadiz in maritime trade routes attracted the attention of merchants from various nations. Descriptions of the city in the late Middle Ages highlight the significant presence of foreign merchants, among whom the Genoese stood out for their deep-rooted presence and volume of trade. Despite the absolute dominance of the Genoese, the city also welcomed merchants from other trading nations, notably the Catalans, Florentines and Venetians and, to a lesser extent, Jews, Flemings and Englishmen. Cadiz had become one of the most important markets in Andalusia by the mid-15th century, a status that was reinforced and encouraged during the rule of the Ponce de León family. Although it possessed a large ocean port and its market attracted the attention of foreign merchant nations, it never achieved the financial stature of Seville. Cadiz served as a gateway for goods destined for the interior of Castile and as an outlet for products from Andalusia and, others from the Western Barbary Coast, Guinea, the Canary Islands and Madeira.

The decline in the city's port activity and commercial traffic can be attributed to the establishment of the *Casa de la Contratación* in Seville in 1503. The shift of trade routes towards the Indies and the concentration on the Guadalquivir River of the fleet sailing to the New World relegated the port of Cadiz to a secondary role, subordinate to the naval requirements of the capital, which demanded a deep-water port with more favourable natural conditions than its traditional outer harbour, Sanlúcar de Barrameda. Thus, the centralisation of trade and the migration of the population inland had negative effects, the first signs of which became evident in 1508. The economic and demographic growth that the city had experienced in the final decades of the Middle Ages came to a halt. The decline in maritime links

between the North Sea and the eastern Mediterranean favoured Cadiz's Mediterranean vocation, transforming its port into a hub for the contracting of transport services destined for Iberian and Italian maritime cities. The 1507 customs register of Genoa allows us to gauge port activity and the volume of merchant traffic. Analysis of the register revealed that in that year, only five ships chartered by Genoese merchants of Genoese and Basque Country nationality set sail, bound for Genoa, Alicante and Málaga. This, therefore, represents a drastic decline in merchant traffic compared with the figures provided by the previous customs register, that of 1495, which lists twenty-four vessels that passed through the port of Cadiz. On the other hand, although it is more difficult to assess the extent of trade with Western Barbary, this continued to be the main economic area associated with Cadiz. However, maritime traffic with the African coast was no longer supported by the royal monopoly.

Bibliographical references

ABULAFIA, David – *The Discovery of Mankind: Atlantic Encounters in the Age of Columbus*. New Haven-London: Yale University Press, 2008.

ABULAFIA, David – *The Great Sea. A Human History of the Mediterranean*. London: Penguin Books, 2011.

ABULAFIA, David – *The Boundless Sea: A Human History of the Oceans*. London: Penguin Books, 2019.

ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, María – “«Las espaldas del mar, de puerto a puerto». Mecanismos de gobierno y derechos portuarios en la costa noroccidental leonesa (siglos XII-XVI)”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; GONZÁLEZ ARCE; José Damián; BAZÁN DÍAZ, Iñaki (eds.) – *Los puertos del Atlántico en la Baja Edad Media: Navegación, instituciones y gobernanza*. Lleida: Pagès editors, 2021, pp. 17-54.

ANDRADE, Amélia Aguiar; ARÍZAGA, Beatriz; AZNAR, Eduardo *et al* – “Sociétés, mer et littoraux de l’Europe atlantique au Moyen Âge: enjeux, objets et méthodes de la recherche depuis les années 1990”. In *La maritimisation du monde. De la Préhistoire a nos jours*. Paris: Presses de l’université Paris-Sorbonne, 2016, pp. 29-50.

BADIA, Lola; CIFUENTES, Lluís; SALICRÚ I LLUCH, Roser (eds.) – *La vida marítima a la Mediterrània medieval. Fonts històriques i literàries*. Barcelona: Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 2019.

BALARD, Michel – *The Sea in History. The Medieval World - Le Mer dans l’Histoire: Le Moyen Âge*. Vol. 2. Woodbridge: The Boydell Press, 2017.

BELLO LEÓN, Juan Manuel – “El Reino de Sevilla en el comercio exterior castellano (siglos XIV-XV)”. In CASADO ALONSO, Hilario (ed.) – *Castilla y Europa. Comercio y mercaderes en los siglos XIV, XV y XVI*. Burgos: Diputación Provincial de Burgos, 1995, pp. 57-80.

BELLO LEÓN, Juan Manuel – “Flujos de personas, ideas y mercancías entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XIV-XVI). Balance y perspectivas de investigación”. In ABULAFIA, David; LÓPEZ PÉREZ, M.^a Dolores (eds.) – *Mercados y espacios económicos en el siglo XV. El mundo del mercader Torralba*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2022, pp. 279-328.

BLOCKMANS, Wim; KROM, Mikhail; WUBS-MROZEWICZ, Justyna (eds.) – *The Routledge Handbook of Maritime Trade around Europe (1300-1600)*. London-New York: Routledge, 2017.

BRAUDEL, Fernand – *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*. 2 Vols. Paris: Librairie Armand Colin, 1966.

CAMPOS CARRASCO, Juan M. (ed.) – *Puerto Histórico y Castillo de Palos de la Frontera (Huelva). Protagonistas de la gesta colombina*. Huelva: Publicaciones de la Universidad de Huelva, 2014.

CASADO ALONSO, Hilario; IGUAL LUIS, David; MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana – “International Trade and Commerce, 1000-1500”. In LAINS, Pedro; COSTA, Leonor Freire; GRAFE, Regina, HERRANZ-LONCÁN, Alfonso; IGUAL LUIS, David; PINILLA, Vicente; VILAR, Hermínia Vasconcelos (eds.) – *An Economic History of the Iberian Peninsula, 700-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024, pp. 199-220.

CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.) – *I porti come impresa economica. Atti della «Diciannovesima Settimana di Studi» (Prato, 2-6 maggio 1987)*. Firenze: Le Monnier, 1988.

CUNLIFFE, Barry – *On The Ocean. The Mediterranean and the Atlantic from Prehistory to AD 1500*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

FABRE, Ghislaine; LE BLÉVEC, Daniel; MENJOT, Denis (dir.) – *Les ports et la navigation en Méditerranée au Moyen Âge*. Paris: Editions du Manuscrit, 2009.

FERREIRA PRIEGUE, Elisa María – *Galicia en el comercio marítimo medieval*. La Coruña: Fundación «Pedro Barrie de la Maza», 1988.

FONTENAY, Michel – “Historia Marítima”. In BURGUIÈRE, André (dir.) – *Diccionario Akal de Ciencias Históricas*. Madrid: Akal, 1991, pp. 458-461.

GONZÁLEZ ARCE, José Damián – *Bilbao y el mar. Actividad portuaria y navegación en la ría de Nervión durante el reinado de los Reyes Católicos*. Mar del Plata: Universidad Nacional Mar del Plata, 2021.

GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “Florentinos entre Cádiz y Sevilla en los siglos XIV y XV”. In AZNAR VALLEJO, Eduardo; GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. (coords.) – *De mar a mar. Los puertos castellanos en la Baja Edad Media*. San Cristóbal de La Laguna: Universidad de La Laguna, 2015, pp. 273-308.

GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “Del Adriático al Atlántico: Venecia y Cádiz entre navegación, diplomacia y comercio (siglos XIV-XV)”. *Hispania* 80:264 (2020), pp. 11-45.

GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “Cádiz, frontera atlántica de las repúblicas mercantiles italianas (siglos XIII-XV)”. In SÁNCHEZ SAUS, Rafael; RÍOS TOLEDANO, Daniel (eds.) – *Entre la tierra y el mar. Cádiz, frontera de Castilla en la Baja Edad Media*. Madrid: Sílex, 2022, pp. 59-86.

GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “El *Rio di Sibilìa*. Sanlúcar de Barrameda, puerto subsidiario de las naciones mercantiles italianas (siglos XIV y XV)”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval* 38 (2025), pp. 337-364.

GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl; PERAL BEJARANO, Carmen – *El Castil de Genoveses de Málaga (siglos XIV-XV). Un barrio comercial fortificado en el Mediterráneo islámico*. Jaén: Editorial Universidad de Jaén, 2024.

GONZÁLEZ CRUZ, David; IZQUIERDO LABRADO, Julio – “Astilleros, barcos y construcción naval en tiempos de los descubrimientos: Palos de la Frontera y puertos del litoral onubense (Huelva, Saltés y San Juan del Puerto)”. In GONZÁLEZ CRUZ, David (coord.) – *Barcos y construcción naval entre el Atlántico y el Mediterráneo en la época de los descubrimientos (siglos XV y XVI)*. Madrid: CSIC, 2018, pp. 51-87.

GONZÁLEZ GÓMEZ, Antonio – *Moguer en la Baja Edad Media (1248-1538)*. Huelva: Instituto de Estudios Onubenses Padre Marchena, 1977.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; BELLO LEÓN, Juan Manuel – “El puerto de Sevilla en la Baja Edad Media (siglos XIII-XV)”. In ABULAFIA, David; GARÍ, Blanca (dirs.) – *En las costas del Mediterráneo occidental*. Barcelona: Editorial Omega, 1997, pp. 213-241.

GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. – “De puerto a puerto: Las relaciones entre los puertos de la Bahía de Cádiz (siglos XV-XVI)”. In AZNAR VALLEJO, Eduardo; GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. (coords.) – *De mar a mar. Los puertos castellanos en la Baja Edad Media*. San Cristóbal de La Laguna: Universidad de La Laguna, 2015, pp. 147-178.

IGUAL LUIS, David; SOLER MILLA, Juan Leonardo – “Comercio internacional, conectividad marítima y espacios portuarios en la Baja Edad Media. Introducción y presentación”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 23 (2022), pp. 9-11.

IRADIEL MURUGARREN, Paulino – *El Mediterráneo medieval y Valencia. Economía, sociedad, historia*. Valencia: Universitat de València, 2017.

JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco – “Castilla y el mar Mediterráneo: encuentros y desencuentros en la Baja Edad Media”. *Intus-Legere Historia* 5:2 (2011), pp. 7-33.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Unas cuentas de Cádiz (1485-1486)”. *Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas* 2:3 (1974-1975), pp. 85-120.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “La Corona de Castilla en la Europa del siglo XV: de la crisis bajomedieval a la expansión”. In CLAVIJO HERNÁNDEZ, Fernando J.

(coord.) – *Canarias y América antes del Descubrimiento. La expansión europea*. Santa Cruz de Tenerife: Confederación Española de Cajas de Ahorros – CECA, 1985, pp. 61-80.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “El crecimiento económico de la Corona de Castilla en el siglo XV: ejemplos andaluces”. *Medievalia* 10 (1992), pp. 217-235.

LOPEZ, Roberto S. – “Majorcans and Genoese on the North Sea Route in the Thirteenth Century”. *Revue belge de philologie et d’histoire* 29:4 (1951), pp. 1163-1179.

LUGLI, Emanuele – “Linking the Mediterranean: The Construction of Trading Networks in 14th and 15th-century Italy”. In SAVOY, Daniel (ed.) – *The Globalization of Renaissance Art. A Critical Review*. Leiden-Boston: Brill, 2017, pp. 158-185.

MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio – “Gobernanza y aprovechamiento de los recursos naturales: Sanlúcar de Barrameda durante el siglo XV”. In PARODI ÁLVAREZ, Manuel J. (coord.) – *In Medio Orbe III: Barrameda, mucho más que un apellido*. Sanlúcar de Barrameda: Fundación Puerta de América, 2022, pp. 33-56.

MAUNTEL, Christoph – “Linking Seas and Lands in Medieval Geographic Thinking during the Crusades and the Discovery of the Atlantic World”. In JASPERT, Nikolas; KOLDITZ, Sebastian (eds.) – *Entre mers–Ostre-mer. Spaces, Modes and Agents of Indo-Mediterranean Connectivity*. Heidelberg: University Publishing, 2018, pp. 107-128.

MÉNANTEAU, Loïc – “L’influence des facteurs naturels et anthropiques sur l’évolution des ports de Basse-Andalousie (XIIIe-XVIe siècles): études des cas (Palos de la Frontera, Séville et Sanlúcar de Barrameda)”. In BOCHACA, Michel; SARRAZIN, Jean-Luc (dirs.) – *Ports et littoraux de l’Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIV^e-XVI^e siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, pp. 167-187.

MOLLAT DU JOURDIN, Michel – *L’Europe et la mer*. Paris: Le Seuil, 1993.

MORENO OLLERO, Antonio – *Sanlúcar de Barrameda a finales de la Edad Media*. Cadiz: Diputación Provincial de Cádiz, 1983.

MUÑOZ GÓMEZ, Víctor; GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. – “Jerez y el mar en la Baja Edad Media”. In SÁNCHEZ HERRERO, José; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (dirs.) – *750 Aniversario de la incorporación de Jerez a la Corona de Castilla: 1264-2014*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento de Jerez de la Frontera, 2014, pp. 351-372.

MUSARRA, Antonio – *Medioevo marinaro. Prendere il mare nell’Italia medievale*. Bologna: Il Mulino, 2021.

NIGRO, Giampiero (dir.) – *Reti marittime come fattori dell'integrazione europea. Maritime Networks as a Factor in European Integration*. Firenze: Firenze University Press, 2019.

NORTH, Michael – “Mari connessi”. In NIGRO, Giampiero (dir.) – *Reti marittime come fattori dell'integrazione europea. Maritime Networks as a Factor in European Integration*. Firenze: Firenze University Press, 2019, pp. 5-25.

O'FLANAGAN, Patrick – *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*. London-New York: Routledge, 2016.

RÍOS TOLEDANO, Daniel – “Comercio, puertos y rutas marítimas en Andalucía a fines de la Edad Media. Estado de la cuestión y perspectivas”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MARTÍN PÉREZ, Fernando (coords.) – *Rutas de comunicación marítima y terrestre en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media. Movilidad, conectividad y gobernanza*. Madrid: La Ergástula, 2020, pp. 243-257.

RÍOS TOLEDANO, Daniel – *Cádiz, puerto de Castilla en época Trastámara (1369-1504): flotas, tráficos marítimos y naciones mercantiles*. Granada: Universidad de Granada, 2025. PhD Thesis.

RÍOS TOLEDANO, Daniel; JIMÉNEZ LÓPEZ DE EGUILITA, Javier E. – “El puerto de Sanlúcar de Barrameda y la comunidad genovesa en el siglo XV: un documento de su consulado de 1461”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. Historia Medieval* 37 (2024), pp. 935-960.

RIVERA MEDINA, Ana María – “Los espacios portuarios vizcaínos mutaciones y adaptaciones de los puertos vizcaínos, siglos XIV-XVI”. *CEM. Cultura, Espaço & Memória* 2 (2018), pp. 51-69.

RIVERA MEDINA, Ana María (ed.) – *Ports in the Medieval European Atlantic. Shipping, Transport and Labour*. Woodbridge: The Boydell Press, 2021.

RUIZ PILARES, Enrique José – “Jerez de la Frontera: el gran centro productor del complejo portuario de la Bahía de Cádiz a finales de la Edad Media”. *Estudios sobre Patrimonio, Cultura y Ciencias Medievales* 20 (2018), pp. 356-360.

RUIZ PILARES, Enrique José – “El paisaje portuario en la Bahía de Cádiz a finales de la Edad Media: los muelles fluviales del Guadalete”. *Suplemento RIPARIA* 2 (2019), pp. 165- 174.

RUIZ PILARES, Enrique José – “Espacios portuarios bajomedievales entre el estuario del Guadalquivir y el Estrecho de Gibraltar (ss. XIII-XVI)”. *Awraq. Estudios sobre el mundo árabe e islámico contemporáneo* 21 (2023), pp. 115-131.

RUMEU DE ARMAS, Antonio – *Cádiz, metrópoli del comercio con África en los siglos XV y XVI*. Cadiz: Ed. de la Caja de Ahorros de Cádiz, 1976.

SALICRÚ I LLUCH, Roser (ed.) – *Tripulacions i vaixells a la Mediterrània medieval. Fonts i perspectives comparades des de la Corona d'Aragó*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2019.

SÁNCHEZ HERRERO, José – *Cádiz. La ciudad medieval y cristiana (1260-1525)*. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad-Caja de Ahorros, 1986.

SÁNCHEZ SAUS, Rafael; RÍOS TOLEDANO, Daniel (eds.) – *Entre la tierra y el mar. Cádiz, frontera de Castilla en la Baja Edad Media*. Madrid: Sílex, 2022.

SANCHO DE SOPRANIS, Hipólito – *Los Genoveses en Cádiz antes del año 1600*. Larache: Publicaciones de la Sociedad de Estudios Históricos Jerezanos, 1939.

SIMBULA, Pinuccia F. – *I porti del Mediterraneo in età medievale*. Milan: Bruno Mondadori, 2009.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – “Medieval Seaports of the Atlantic Coast of Spain”. *International Journal of Maritime History* 21(2009), pp. 81-100.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – “Conectividad, seguridad y solidaridad entre los puertos del Cantábrico en la Baja Edad Media”. In ABULAFIA, David; LÓPEZ PÉREZ, M.^a Dolores (eds.) – *Mercados y espacios económicos en el siglo XV. El mundo del mercader Torralba*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2022, pp. 347-380.

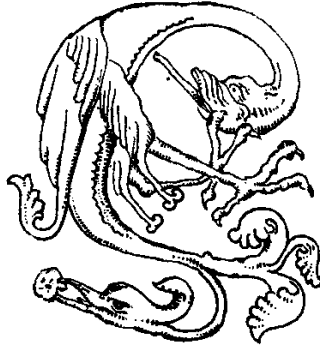
SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MARTÍN PÉREZ, Fernando (coords.) – *Rutas de comunicación marítima y terrestre en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media. Movilidad, conectividad y gobernanza*. Madrid: La Ergástula, 2020.

TAILLEMITE, Etienne – “Réflexions sur quelques recherches récentes en histoire maritime”. In DUBOIS, Henri; HOCQUET, Jean-Claude; VAUCHEZ, André (dirs.) – *Horizons marins, itinéraires spirituels (V^e-XVIII^e siècles)*. Vol. II: *Marins, navires et affaires*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1987, pp. 67-76.

VILLADA PAREDES, Fernando – “Los puertos del Estrecho de Gibraltar en los siglos XIV y XV. Una perspectiva arqueológica”. In AZNAR VALLEJO, Eduardo; GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto J. (coords.) – *De mar a mar. Los puertos castellanos en la Baja Edad Media*. San Cristóbal de La Laguna: Universidad de La Laguna, 2015, pp. 213-253.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

RÍOS TOLEDANO, Daniel – “The Port of Cadiz in the Late Middle Ages (1369-1504): A historiographical approach and research perspectives”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 343-365. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



Os Besteiros do Monte. Balanço de uma investigação recente e perspetivas para a continuação do estudo sobre a milícia

The Crossbowmen of the Mountain: An Assessment of Recent Research and Perspectives for the Continuation of the Study of the Militia

Pedro Costa¹

Universidade de Coimbra
3004-531 Coimbra, Portugal

pedrocosta.23.3302@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0008-0975-6951>

Data recepção do artigo / Received for publication: 13 de Março de 2026

DOI:

¹A presente nota de investigação resulta do estudo desenvolvido na dissertação de mestrado *Os Besteiros do Monte (1422-1498). Das Matas aos Campos de Batalha*, realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Saul António Gomes e do Professor Doutor Luís Miguel Rêpas, e defendida a 6 de fevereiro de 2026 (Costa, Pedro – *Os Besteiros do Monte (1422-1498). Das Matas aos Campos de Batalha*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2026. Dissertação de Mestrado).



Porquê a Milícia dos Besteiros do Monte?

A guerra constituía uma prática comum na sociedade medieval, pelo que todos os indivíduos podiam ser convocados para integrar os contingentes bélicos, mesmo que não possuíssem qualquer tipo de experiência militar. Durante esses contextos, o homem medieval utilizou diversos tipos de armas, destacando-se as armas de propulsão neurobalística¹, como o arco e a besta.

O Reino de Portugal não foi exceção, pois também aqui a organização militar ficou marcada pela criação de milícias concelhias. Nestes corpos, provenientes dos meios municipais, que se agrupavam tanto em corpos de cavalaria e de infantaria, destacavam-se os besteiros, pelo seu treino específico no manuseamento da besta.

Entre estes encontram-se os besteiros do conto, do cavalo e da câmara, já bem estudados pela historiografia medieval portuguesa. O mesmo não se verificava, porém, no caso dos besteiros do monte, que, até à data da nossa investigação, não haviam sido objeto de um aprofundamento teórico significativo. A escolha deste corpo concelhio como objeto de estudo procurou, assim, proporcionar um primeiro enquadramento historiográfico, bem como contribuir para a clarificação de alguns aspetos relativos a esta milícia.

Do ponto de vista cronológico, a investigação iniciou-se em 1422, ano em que a milícia dos besteiros do monte surge documentada pela primeira vez, e prolonga-se até 1498, data em que D. Manuel I, nas Cortes de Lisboa, promulgou uma “reforma militar” no seio dos corpos neurobalísticos portugueses.

A escolha desta milícia como objeto de estudo deveu-se, em grande medida, ao carácter pioneiro deste trabalho no âmbito da historiografia portuguesa. Com efeito, ao contrário de outras milícias concelhias, este corpo nunca havia sido objeto de um estudo específico, havendo apenas algumas referências dispersas, nomeadamente em dicionários de séculos passados e em certos estudos históricos. Entre estes,

¹ Armas que têm como principal intuito arremessar projéteis através da tensão de cordas (AGOSTINHO, Paulo Jorge – *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 192).

destacam-se os trabalhos de Saul António Gomes² e de Fernando Pessanha³. Mais recentemente, estando a nossa investigação já em curso, António Costa, na sua tese de doutoramento, abordou este corpo no contexto da organização militar dos finais do século XV e dos inícios do século XVI⁴.

Neste sentido, a nossa investigação procurou responder a três questões principais, que estruturaram a organização da dissertação.

Numa primeira parte, procurámos compreender o aparecimento de mais uma milícia concelhia associada ao manuseamento da besta em Portugal durante o século XV, bem como identificar as principais funções desempenhadas pelos seus membros, recorrendo para tal à análise dos primeiros documentos em que esta milícia surge mencionada.

De seguida, abordámos a dimensão social deste corpo, procurando perceber a sua distribuição espacial, a composição socioprofissional dos seus membros e o modo como esta milícia se organizava internamente.

Por fim, enquadrámos a investigação num contexto mais militar, analisando a importância dos besteiros do monte para os monarcas portugueses nas campanhas que marcaram o reino ao longo do século XV.

Fontes e metodologia

As fontes utilizadas na elaboração deste estudo dividem-se em dois grandes conjuntos: por um lado, as fontes diplomáticas, designadamente as Chancelarias, as Cortes e as Ordenações dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I; por outro, as fontes narrativas, sobretudo crónicas produzidas nos séculos XV e XVI.

² GOMES, Saul – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2004, p. 49.

³ PESSANHA, Fernando – “Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África”. In *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*. Vol. XXI. Ayamonte: Ayuntamiento de Ayamonte, 2017, pp. 111-179.

⁴ COSTA, António Martins – *A Arte Militar Portuguesa entre os finais da Idade Média e os alvares da Modernidade (1449-1521)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2025. Tese de Doutoramento.

No que respeita às fontes diplomáticas, as mais utilizadas foram as Chancelarias Régias. Para os reinados de D. Afonso V e de D. Manuel I, numa fase inicial da investigação, recorreremos aos índices disponibilizados pelo Projeto Ophir, desenvolvido pelo Centro de Estudos Damião de Góis⁵. A consulta da Chancelaria de D. João II foi facilitada pelos índices compilados por Manuela Mendonça⁶. Foram igualmente consultadas as *Ordenações Afonsinas*⁷ e as *Ordenações Manuelinas*⁸, sendo que apenas nestas últimas se encontram referências explícitas aos besteiros do monte. No que concerne às Cortes, procedeu-se à análise das realizadas no período cronológico em estudo, destacando-se as Cortes de 1498 como particularmente relevantes para esta investigação⁹. Outras fontes de significativa importância foram os livros da Leitura Nova, nomeadamente os dos Extras, da Estremadura, dos Místicos e de Odiana, cujos índices foram, em alguns casos, disponibilizados pelo Instituto de Estudos Medievais.

No âmbito das fontes de natureza municipal, foram consultadas diversas atas de vereação produzidas ao longo do século XV. Entre estas, destacam-se o *Livro de Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*¹⁰, onde se encontra a primeira referência documental conhecida a esta milícia, e as *Atas de Vereação de Loulé: século XV*¹¹, que incluem um regimento, datado de 1493, relativo ao apuramento de efetivos para a referida milícia, documento de particular interesse para o presente estudo.

⁵ Os índices foram elaborados no contexto de um projeto desenvolvido pelo Centro de Estudos Damião de Góis, sob a direção de Humberto Baquero Moreno, no âmbito das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Os seus resultados estão disponíveis através do projeto “Ophir – Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses”.

⁶ MENDONÇA, Manuela – *Chancelaria de D. João II: Índices*. Lisboa: Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 1994.

⁷ *Ordenações Afonsinas*. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

⁸ *Ordenações Manuelinas*. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

⁹ *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I*. Ed. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2001.

¹⁰ VARGAS, José Manuel – *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*. Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005.

¹¹ “Actas de vereação de Loulé século XV”. *Revista do Arquivo Histórico de Loulé* 4 (2004).

No que se refere às fontes narrativas, as crónicas quatrocentistas de Rui de Pina relativas aos reinados de D. Afonso V¹² e de D. João II¹³, bem como a crónica de Garcia de Resende dedicada a este último monarca¹⁴, revelaram-se essenciais. Para o reinado de D. Manuel I, recorreu-se à crónica de Damião de Góis¹⁵.

Relativamente à metodologia adotada ao longo desta investigação, consistiu, em primeiro lugar, na elaboração de uma base de dados na plataforma Excel, na qual foram registadas todas as informações recolhidas a partir das fontes analisadas. Tendo sido reunido um vasto corpo documental, a transcrição integral de todos os documentos revelou-se inviável no âmbito de um projeto de dissertação de mestrado, pelo que se optou apenas pela transcrição dos documentos que apresentaram maior relevância para o estudo dos besteiros do monte.

Privilegiou-se o método prosopográfico, aplicado ao universo dos besteiros do monte, com o objetivo de responder a um conjunto de questões fundamentais: os locais de recrutamento, os grupos socioprofissionais de proveniência, a organização interna do corpo e os privilégios e deveres que lhe estavam associados.

Por fim, com base na documentação recolhida, procurou-se identificar e analisar os contributos militares atribuíveis aos besteiros do monte, tanto a partir das fontes diplomáticas como da cronística.

Conclusões Obtidas

Seguindo a estrutura da investigação, um dos primeiros objetivos consistiu em observar e procurar compreender, a partir de algumas hipóteses interpretativas, o surgimento e as funções iniciais da milícia dos besteiros do monte, com base na análise dos primeiros documentos em que surgem mencionados.

¹² PINA, Rui de – *Crónica de El-rei Dom Afonso V*. In *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Joaõ I, D. Duarte, D. Affonso V, e de D. Joaõ II*. Ed. Jose Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790.

¹³ PINA, Rui de – *Crónica de D. Joaõ II*. Ed. Luís de Albuquerque. Lisboa: Alfa, 1989.

¹⁴ RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. Joaõ II; e miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

¹⁵ GÓIS, Damião de – *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*. Ed. de J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

O primeiro documento em que estes indivíduos são identificados, datado de 1422, encontra-se nas atas municipais das atuais localidades de Alcochete e do Montijo, numa sessão realizada a 8 de fevereiro. Nesse registo é mencionado “Gonçalo Martins “Robejo”, besteiro do monte”¹⁶, que havia abatido um lobo e que se encontrava autorizado pelos homens-bons do concelho a caçar estes animais, em virtude de as populações locais estarem a ser afetadas por uma praga que dizimava o gado.

A análise desta referência permite considerar a possibilidade de estes besteiros estarem ligados a atividades cinegéticas, hipótese já sugerida por alguns dicionários e elucidários. Contudo, ao analisar os estudos de Afonso Sousa acerca dos oficiais associados à prática da caça e à proteção dos recursos florestais em Portugal, verifica-se que os besteiros do monte não surgem aí identificados¹⁷. Tal circunstância leva-nos a admitir que estes possam ter desempenhado funções cinegéticas, embora provavelmente circunscritas às necessidades concelhias, contexto a partir do qual se realizaria o recrutamento desta milícia.

Outra das hipóteses avançadas para explicar a criação deste novo corpo neurobalístico prende-se com a eventual assimilação de modelos institucionais semelhantes existentes na Península Ibérica. Durante o século XIV, no reino de Castela, encontra-se documentado um grupo de besteiros designado como *ballesteros del monte*, que foi formado em 1385. A sua atividade concentrava-se sobretudo na região fronteiriça entre Castela e o reino de Granada, bem como na área de Múrcia. Esta hipótese pode ser sustentada por dois estudos: um de Juan Torres Fontes¹⁸ e o outro de Manuel Carlos Culiáñez Celdrán¹⁹.

O primeiro autor refere que estes besteiros desempenhavam um papel relevante na tarefa de “seguir los rastros de los almogávares de tierra de moros”²⁰, isto é, em funções de rastreamento e perseguição de incursões inimigas. Já o segundo autor identifica que a atividade destes homens não se limitava à esfera militar, desempenhando igualmente um papel importante na proteção das reservas florestais da região de Múrcia, em particular

¹⁶ VARGAS, José Manuel – *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421–1422)*.

¹⁷ SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023. Dissertação de mestrado.

¹⁸ TORRES FONTES, Juan – “Los fronterizos murcianos en la Edad Media”. *Murgetana* 100 (1999), pp. 11-19.

¹⁹ CULIÁÑEZ CELDRÁN, Manuel Carlos – *Las Relaciones de Orihuela con la Frontera de Granada en el Siglo XV: la Cautividad*. Murcia: Universidad de Murcia, 2015. Tese de Doutoramento.

²⁰ TORRES FONTES, Juan – “Los fronterizos murcianos en la Edad Media”, p. 15.

no concelho de Orihuela, bem como na regulação das práticas cinegéticas e na fiscalização do corte excessivo de lenha²¹.

No que respeita aos dados recolhidos nas Chancelarias Régias da dinastia de Avis, importa salientar que, para os reinados de D. João I e do seu sucessor, D. Duarte, foi identificada apenas uma referência documental relativa a elementos da milícia dos besteiros do monte. A situação altera-se significativamente durante o reinado de D. Afonso V, cuja chancelaria permitiu recolher oitenta e três referências a indivíduos pertencentes a este corpo militar. Para o reinado de D. João II, foi possível identificar 121 besteiros do monte, perfazendo um total de 205 milicianos documentados, dos quais se conseguiu determinar a origem geográfica de 187.

Estes resultados permitem avançar algumas considerações relevantes, nomeadamente quanto à preferência pelo recrutamento de efetivos provenientes das regiões situadas a sul da linha do rio Tejo. Tal tendência poderá estar relacionada com a maior familiaridade destes homens com paisagens orograficamente semelhantes às do Norte de África – em particular a região do Rife, onde a Coroa portuguesa mantinha diversas possessões –, circunstância que encontra paralelos em territórios como Múrcia e Orihuela, onde atuavam milícias congêneres castelhanas. Esta orientação torna-se ainda mais evidente nas Cortes de Lisboa de 1498, já durante o reinado de D. Manuel I, ocasião em que o monarca delimitou explicitamente o recrutamento desta milícia às regiões da Beira Baixa, do Alentejo e do Algarve.

Do ponto de vista social, os dados disponíveis revelam-se mais escassos. Apenas foi possível identificar a pertença socioprofissional de seis besteiros do monte, nomeadamente um coronheiro, um ferrador, um lavrador, um oleiro, um vaqueiro e um sapateiro. Estes elementos revelam a presença simultânea de atividades artesanais – associadas aos mesteres urbanos – e de ocupações ligadas ao meio rural. Ainda assim, a preferência por indivíduos com experiência em contextos rurais parece ter prevalecido, sobretudo se considerarmos que, nas Cortes de Évora de 1490, D. João II determinou que os mesterais não poderiam ser recrutados para esta milícia²². Tal medida poderá refletir uma tentativa de redefinir o perfil socioprofissional dos besteiros do monte, privilegiando

²¹ CULIÁÑES CELDRÁN, Manuel Carlos – *Las Relaciones de Orihuela con la Frontera de Granada*, p. 81.

²² COSTA, António Martins – *A arte militar portuguesa*, p. 97.

homens mais diretamente ligados ao mundo rural e, potencialmente, mais familiarizados com práticas cinegéticas e com o uso da besta em ambientes naturais.

Por fim, do ponto de vista militar, importa começar pela análise do Regimento de 1468²³, concedido por D. Afonso V a Pedro Álvares, anadel-mor da milícia dos besteiros do monte. A leitura direta deste diploma, articulada com as referências identificadas na documentação da Chancelaria Régia, permite sugerir que esta carta específica poderá assinalar um momento de inflexão na função desta milícia, marcando uma progressiva transição dos contextos predominantemente cinegéticos e florestais para uma presença mais regular em cenários de natureza bélica.

Com efeito, a análise quantitativa das menções documentais indica que a esmagadora maioria das referências a besteiros do monte se concentra a partir de 1468: das 74 ocorrências identificadas, 72 situam-se após essa data. Este dado sugere que a promulgação do referido regimento poderá ter contribuído para uma redefinição do papel desta milícia no contexto das estruturas militares do reino.

Tal transformação pode ainda ser interpretada à luz do renovado ímpeto cruzadístico do reinado de D. Afonso V. No mesmo ano em que foi promulgado o regimento, realizou-se a expedição que culminou na conquista da praça norte-africana de Alcácer-Ceguer. Poucos anos depois, em 1471, as forças portuguesas obtiveram novas vitórias no Magrebe, com a tomada de Arzila e de Tânger. Neste contexto de intensificação das campanhas africanas, é plausível que os besteiros do monte tenham sido progressivamente integrados em dinâmicas militares mais amplas, ultrapassando o âmbito estritamente local que tradicionalmente lhes fora atribuído.

O mesmo documento fornece uma caracterização dos equipamentos e armas que com eles deveriam portar quando convocados para participar nas campanhas. O armamento encontrava-se dividido em duas categorias: armas de longo alcance e armas de corpo a corpo.

No que se refere às armas de longo alcance, a identificação da besta é clara, sendo que também eram obrigados a portar aljavas cheias de virotes. Quanto às armas de corpo a corpo, os besteiros do monte deviam equipar-se com uma azagaia ou dardo – passíveis de serem utilizadas para arremesso – e com uma espada ou punhal. No que concerne às

²³ ANTT, *Leitura Nova, Extras*, Livro 1, fls. 135-137v.

proteções corporais, o documento apenas menciona o casco, entendido como tipo de proteção destinado à cabeça.

Deste modo, os besteiros do monte enquadravam-se numa tipologia de infantaria ligeira, adequada às campanhas no Norte de África. A guerra nesta região caracterizava-se por estratégias semelhantes às empregues na Península Ibérica durante a Conquista Cristã, onde predominava o trabalho de guarnição, a vigilância, a espionagem, o controlo de pontos elevados e o saque²⁴. Estas operações exigiam grande flexibilidade e rapidez, justificando a necessidade de equipamento leve e proteção reduzida.

Quanto à participação concreta dos besteiros do monte nas campanhas militares, a documentação consultada fornece alguns exemplos. Martim Fernandes, morador em Moura, foi destacado para as conquistas de Tânger e Arzila em 1471²⁵. Outro caso refere nove besteiros do monte das atuais localidades de Viana do Alentejo e Alvito, mencionados numa carta de confirmação de privilégios de 1486, concedida por D. João II, que acompanharam o seu pai nos teatros bélicos do Norte de África e na Guerra Peninsular²⁶.

Em relação às funções desempenhadas, a documentação não fornece muitos detalhes. Contudo, as crónicas quinhentistas descrevem-nos como agentes importantes no reconhecimento de terrenos²⁷ e como soldados envolvidos nas operações militares mais comuns no Magrebe, as *almogavarias*²⁸.

Por fim, em 1498, durante as Cortes de Lisboa, D. Manuel I determinou a extinção dos corpos militares que utilizavam a besta, mantendo apenas a milícia dos besteiros do

²⁴ MONTEIRO, João Gouveia, *et al.* – *História Militar de Portugal*. Coord. Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, p. 184.

²⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 33, fólio 96.

²⁶ ANTT, *Leitura Nova, Estremadura*. Livro 3, fls. 139-140.

²⁷ “O Conde tinha posto nas Atalayas certos Beesteiros de Monte, e por Capitão delles hum, a que chamavaõ Joham d’Alvarenga, e hum dia, que eram vinte do mês d’Agosto veio hum delles ao Conde, e disse-lhe: Senhor, Joham d’Alvarenga vos envia a dizer, que esta manhã estando com os seus companheiros na Atalaya a Sam Gêes, que vio d’oitenta até cem Mouros de pee entrara antre huma cabeça grossa, que está em cima de Barbeche, e que poseram sua Atalaya sobre o Valle das Quintãas, que descobre todo o chaõ, até á Cidade” (ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*. Nota de apresentação de José Adriano de Freitas Carvalho, ed. fac-similada da ed. do Abade Correia da Serra, 1792, Academia das Ciências de Lisboa. Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimientos Portugueses, 1988, cap. XLVIII, p. 366).

²⁸ “guias certos Cavaleiros, beesteiros do monte espia a terra; os quaes com grande risco seu foram espia certos aduares de Mouros da Emxovia, em que delles avia muita gente, e jaziam a duas legoas da costa do mar” (PINA, Rui de - *Crónica de D. João II*. Ed. de Luís de Albuquerque. Lisboa: Alfa, 1989, cap. XXVII, p. 77).

monte, cuja utilidade era reconhecida no âmbito da defesa do reino, sobretudo nas operações no Norte de África. Esta decisão insere-se numa reorganização mais ampla das estruturas militares do reino.

Considera-se, assim, que a milícia concelhia dos besteiros do monte representa, no contexto português, a fase final da utilização da besta em combate, ainda que marcada por características próprias. A análise documental demonstra que, a partir de 1498, as referências a este corpo militar – sobretudo na Chancelaria régia – aumentam significativamente. Na chancelaria de D. Manuel I foram identificadas mais de 700 menções a besteiros do monte, número substancialmente superior ao registado nos reinados anteriores, nomeadamente as 83 referências relativas a D. Afonso V e as 121 correspondentes a D. João II. Esta evolução sugere não apenas a continuidade da milícia, mas também a sua valorização no quadro das necessidades militares da Coroa no início do século XVI.

Futuras investigações

Como já foi assinalado, com a promulgação da legislação régia de 1498, a milícia dos besteiros do monte passou a constituir o único corpo concelhio autorizado a prosseguir o recrutamento de homens para as suas fileiras. Esta prerrogativa foi vedada aos restantes corpos municipais que, até então, também utilizavam a besta em contexto bélico.

Neste enquadramento, a cronologia da referida investigação circunscreveu-se ao período imediatamente anterior à eventual “Era de Ouro” desta milícia concelhia. O propósito inicial do projeto consistia em estender a análise até 1521, ano que corresponde ao termo do reinado de D. Manuel I. Contudo, durante a recolha documental na respetiva Chancelaria Régia, foram identificadas mais de 700 referências a besteiros do monte, número que se revelou excessivo face aos constrangimentos temporais e metodológicos inerentes à elaboração de uma dissertação de mestrado.

O alargamento da baliza cronológica até ao final daquele reinado implicaria, por conseguinte, um esforço analítico desproporcionado relativamente à dimensão do trabalho em curso. Ainda assim, tal extensão permitiria abrir caminho a um estudo historiográfico mais aprofundado deste corpo militar, procurando compreender as

razões pelas quais foi o único a manter-se militarmente ativo após 1498, bem como analisar os seus desenvolvimentos internos, institucionais e operacionais no quadro das transformações militares da transição para a Modernidade.

Um outro vetor de investigação que se afigura pertinente consiste em ultrapassar a análise estritamente institucional dos besteiros do monte, privilegiando uma abordagem centrada na arma que os definia: a besta. Esta perspetiva permite enquadrar o estudo da milícia num debate mais amplo sobre a evolução tecnológica e tática da guerra europeia no século XVI.

Com efeito, ao longo do século XVI, a Europa conheceu um processo de transformação profunda nas formas de organizar, financiar e conduzir a guerra. A Monarquia Hispânica dos Habsburgos destacou-se como um dos principais protagonistas dessa mudança, frequentemente enquadrada naquilo que a historiografia designa como “Revolução Militar”. Tal conceito assenta, de forma sintética, em dois eixos fundamentais: um de natureza administrativa e outro de carácter técnico-tático.

No plano administrativo, assistiu-se à progressiva constituição de exércitos permanentes e à consolidação de estruturas fiscais e logísticas capazes de os sustentar. No plano bélico, os campos de batalha passaram a articular de modo sistemático o fogo da artilharia com a ação coordenada de unidades de infantaria, em que armas brancas e armas de fogo ligeiras se complementavam²⁹.

No caso hispânico, estas transformações conduziram ao aparecimento de novas formas de organização militar, entre as quais se destacam os terços. A sua formalização teórica encontra-se associada a Diego de Salazar, autor do tratado *De Re Militari* (1536). Segundo este modelo, o dispositivo tático estruturava-se em torno de um núcleo central de piqueiros dispostos em formação cerrada, cujos vértices eram protegidos por “mangas” de arcabuzeiros – e, em determinados contextos, de besteiros – cuja mobilidade lhes permitia responder a ameaças específicas, designadamente cargas de cavalaria. Esta articulação conferia à unidade uma notável capacidade defensiva e ofensiva, baseada na conjugação entre choque e fogo³⁰.

²⁹ FEIO, Gonçalo Couceiro – *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da guerra*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. Tese de Doutoramento, p. 24.

³⁰ FEIO, Gonçalo Couceiro – *O ensino e a aprendizagem militares*, p. 213.

No contexto português, estas alterações também se fizeram sentir, ainda que de forma gradual e com especificidades próprias. Nos inícios do século XVI, D. Manuel I promulgou o *Regimento da Gente da Ordenança*, estabelecendo a obrigatoriedade de instrução no manejo do pique e da espingarda³¹. Todavia, durante o seu reinado, as Ordenanças não se afirmaram plenamente como força determinante no plano operacional. Apenas sob os reinados de D. João III e, sobretudo, de D. Sebastião, se consolidou uma reorganização militar mais coerente, consagrada legislativamente na *Lei das Armas* (1569) e no *Regimento dos Capitães-mores e demais oficiais* (1570)³².

Estas reformas reintroduziram as Ordenanças no panorama militar português como unidades estruturadas em companhias de cerca de 250 homens, suscetíveis de se agregarem em formações de maior escala em contexto de campanha. Tal realidade verificou-se, por exemplo, na mobilização que culminou na Batalha de Alcácer Quibir, em que contingentes organizados segundo modelos próximos dos terços participaram na expedição africana³³.

Neste quadro de transformação tecnológica, importa questionar o papel da besta. O desenvolvimento da piobalística – isto é, das armas de fogo portáteis – conduziu a um declínio progressivo da neurobalística (armas de propulsão mecânica), fenómeno observável ao longo do século XVI. Todavia, a transição não foi imediata nem linear. O próprio *Regimento das Companhias* de 1570 menciona a coexistência de “arcabuzeiros” e “besteiros” nas Ordenanças portuguesas³⁴, indício de que a substituição da besta pelas armas de fogo foi um processo gradual e condicionado por fatores técnicos, económicos e culturais.

Assim, o estudo do declínio da neurobalística no espaço português e ibérico constitui um campo promissor de investigação, permitindo articular a história institucional das milícias concelhias com a história da tecnologia militar e com as dinâmicas mais amplas da chamada Revolução Militar.

³¹ COSTA, António – *A arte militar portuguesa*, p. 121.

³² COSTA, António – *A arte militar portuguesa*, pp. 125-126.

³³ Um Tércio português na Batalha de Alcácer-Quibir era composto por 10 a 12 Ordenanças/Companhias (FEIO, Gonçalo Couceiro – *O ensino e a aprendizagem militares*, p. 276).

³⁴ AVELAR, Ana Paula; SOUSA, Luís Costa e (coords). – *Um tratado português do século XVI revisitado: o Regimento de Guerra de Martim Afonso de Melo*. Lisboa: Colibri, 2023, p. 15.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Lisboa, Arquivo Nacional / Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 33

Lisboa, Arquivo Nacional / Torre do Tombo, *Leitura Nova, Estremadura*, Lv. 3

Lisboa, Arquivo Nacional / Torre do Tombo, *Leitura Nova, Extras*, Lv. 1

Fontes impressas

“Actas de vereação de Loulé século XV”. *Revista do Arquivo Histórico de Loulé* 4 (2004).

Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I. Ed. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2001.

GÓIS, Damião de - *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*. Ed. de J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

Ordenações Afonsinas. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Ordenações Manuelinas. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PINA, Rui de - *Crónica de El-rei Dom Afonso V*. In *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Joaõ I, D. Duarte, D. Affonso V, e de D. Joaõ II*. Ed. José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790.

PINA, Rui de - *Crónica de D. João II*. Ed. de Luís de Albuquerque. Lisboa: Alfa, 1989.

RESENDE, Garcia de - *Crónica de D. João II; e miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991.

ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*. Nota de apresentação de José Adriano de Freitas Carvalho, ed. fac-similada da ed. do Abade Correia da Serra, 1792, Academia das Ciências de Lisboa. Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988.

Estudos

AGOSTINHO, Paulo Jorge - *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

AVELAR, Ana Paula; SOUSA, Luís Costa e (coords.) – *Um tratado português do século XVI revisitado: o Regimento de Guerra de Martim Afonso de Melo*. Lisboa: Edições Colibri, 2023.

COSTA, António Martins – *A Arte Militar Portuguesa entre os finas da Idade Média e os alvares da Modernidade (1449-1521)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2025. Tese de Doutoramento.

COSTA, Pedro – *Os Besteiros do Monte (1422-1498). Das Matas aos Campos de Batalha*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2026. Dissertação de Mestrado.

CULIÁÑES CELDRÁN, Manuel Carlos – *Las Relaciones de Orihuela con la Frontera de Granada en el Siglo XV: la Cautividad*. Múrcia: Universidad de Murcia, 2015. Tese de Doutoramento.

FEIO, Gonçalo Couceiro – *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da guerra*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. Tese de Doutoramento.

GOMES, Saul – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2004.

MENDONÇA, Manuela – *Chancelaria de D. João II: índices*. Lisboa: Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 1994.

MONTEIRO, João Gouveia, et al. – *História Militar de Portugal*. Coord. Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.

PESSANHA, Fernando – “Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África”. In *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*. Vol. XXI. Ayamonte: Ayuntamiento de Ayamonte, 2017, pp. 111-179.

SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023. Dissertação de mestrado.

TORRES FONTES, Juan – “Los fronterizos murcianos en la Edad Media”. *Murgetana* 100 (1999), pp. 11-19.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

COSTA, Pedro – “Os Besteiros do Monte. Balanço de uma investigação recente e perspetivas para a continuação do estudo sobre a milícia”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 367-381. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

VARIA

VARIA



**DIREITO DE RESPOSTA:
Ainda a Mesquita Aljama e a Sé Patriarcal de Lisboa.
Inverdades, opiniões e matéria de facto.**

**RIGHT OF REPLY:
Still the Great Mosque and the Patriarchal Cathedral of Lisbon.
Untruths, opinions, and matters of fact.**

Rosa Varela Gomes

Professora Jubilada da NOVA/FCSH – Instituto de Arqueologia e Paleociências / História,
Territórios e Comunidades-CFE
2780-343 Oeiras / Portugal

rv.gomes@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5336-2254>

Mário Varela Gomes

Professor Jubilado da NOVA/FCSH – Instituto de Arqueologia e Paleociências da
Universidade Nova de Lisboa, Academia Portuguesa da História, Academia Nacional de
Belas-Artes
2780-343 Oeiras / Portugal

mv.gomes@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-6719-4802>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Novembro 2025

DOI:



O Instituto de Estudos Medievais e a revista *Medievalista online* têm, muito positivamente, aberto as suas páginas a textos que tratam de questões relacionadas com o templo islâmico em epígrafe.

Um daqueles, assinado por Jacinta Bugalhão (J.B.), arqueóloga com trabalho meritório e de quem esperávamos uma *mea culpa*, pelo engano a que nos tem querido conduzir (servida por bem orquestrada campanha na comunicação social), sobre a identificação de testemunhos arquitetónicos, encontrados sob a área sul do claustro da Sé de Lisboa, como pertencentes à mesquita *aljama* daquela cidade. De facto, conforme argumentámos¹, não existem testemunhos credíveis, sejam eles literários, iconográficos e, muito menos arqueológicos, para que alguém, familiarizado com as problemáticas envolvidas, aceite tal realidade. E não importa voltarmos aos argumentos que invocámos em parecer entregue à tutela e expressados no artigo que assinámos em 2024, inserido na revista *Portvgalia*, vol. XLV, pp. 61-87. Este artigo constitui versão mais desenvolvida da apresentada, no III Encontro de Arqueologia de Lisboa (2021), apesar da solicitação de J.B. junto da organização do evento, pretendendo impedir a sua aceitação. Sabe-se que Estaline mandou apagar, de todas as fotos, a imagem de Trotsky.

Para J.B.² aquele nosso texto “dedica-se à interpretação das ruínas medievais-islâmicas identificadas sob o claustro da Sé de Lisboa”, o que não é verdadeiro, conforme facilmente se poderá concluir, pois ele diz claramente: “O presente texto não pretende colocar hipóteses sobre a localização da antiga mesquita principal de Lisboa, o que parece contrariar o seu título, mas sim demonstrar arqueologicamente que ela não se erguia no local onde hoje se encontra a Sé, como tenta problematizar as causas da existência de tradição errónea que ali a situa”³.

Enfim, lamentamos, não sem perplexidade, que investigadora que considerávamos, mas sabíamos impiedosa na defesa das suas paixões, passasse a usar explicações

¹ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita *aljama* de Lisboa? Da construção de um mito urbano aos equívocos da Arqueologia”. *Portvgalia*, Nova Série 45 (2024), pp. 61-87.

² BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral, percurso por um lugar central em Lisboa”. *Medievalista* 37 (Janeiro-Junho 2025), pp. 459-491 (p. 465).

³ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita *aljama* de Lisboa?”, pp. 63, 78.

empiricamente falsas, saídas de um imaginário talvez iniciado na informação que, há anos, assinou (nº 219/IPA de 24/3/1999), como começasse a usar argumentos e raciocínios falaciosos, pervertendo a verdade e a ética científica que, em defesa do nosso bom nome e reputação, passamos a denunciar.

Os nossos comentários, no exercício do contraditório, procuram seguir a ordem em que as perturbadas deturpações e acusações infundadas constam no artigo mencionado de J.B.

1 – J.B.⁴ inicia o seu texto declarando que não existe “Nenhum tipo de publicação científica” sobre as escavações do claustro da Sé, esquecendo-se dos escritos de Clementino Amaro e de outros. Todavia, se presumirmos que tal se refere apenas ao sector sul da área investigada, ele foi tratado em textos e várias comunicações públicas de A. Gomes e A. Gaspar⁵. Mas ela reafirma, adiante: “(...) os resultados da intervenção arqueológica permanecem inéditos”⁶. Não entendemos, perante tais declarações que J.B., como arqueóloga, o que é que então anda a escrever e como é capaz de promover ridículas palavras de ordem, como “salvem a mesquita” ou impedir a “destruição da mesquita”, com petição pública, cartas à Assembleia da República, provocando alguma agitação social e levando, até, que colega nosso tivesse escrito artigo intitulado “As desventuras da mesquita almorávida de Lisboa”⁷.

J.B., num exercício de malabarismo incompreensível, desmente as escavadoras daquele sítio e defensoras de que as ruínas ali encontradas pertenciam à mesquita *aljama*, agora travestidas num ao muito propalado “complexo da mesquita”, escrevendo: “Importa referir que ninguém defendeu ter sido encontrada a sala de orações, o *mirhāb*, ou a qibla”⁸. Errado, houve e há quem defenda tal, tendo escrito isso mesmo, conforme citamos no nosso artigo, e que continuam, ainda hoje, a interpretar dois lances de pobres escadas, que venciam diferença de cota entre rua

⁴ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 462.

⁵ GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”. In FONTES, J.L.I; *et al.* (Coord.) – *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, 2016, pp. 113-128. (pp. 121, 126).

⁶ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 471.

⁷ RAPOSO, Jorge – “As desventuras da mesquita almorávida de Lisboa”. *al-Madan*, 2^a série, 23 (2020), p. 6.

⁸ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 464.

e compartimento, de possível habitação, como parte do acesso ao cimo do minarete, conforme há dias ouvimos pela boca da arqueóloga do Património Cultural I.P. (Ministério da Cultura, Juventude e Desporto) Ana Gomes, em horário nobre de programa televisivo, enganando descaradamente os telespectadores.

2 – Os argumentos de J.B. e de dois outros dos seus seguidores, no que concerne à existência da mesquita *aljama* de Lisboa, assentam em interpretações descabidas, em raciocínios contaminados, recorrendo ao que parece, devia de ser, geralmente é, esquecendo-se que “nem sempre o que parece é”, como diz a sabedoria popular, mas que para serem realidade, faltam os principais ingredientes. Recordemos, apenas, que “Os significados culturais são acessíveis ao arqueólogo através de um cuidado estudo contextual dos testemunhos materiais”, como há décadas reafirmou I. Hodder⁹ em *Reading the Past*, na esteira de muitos outros arqueólogos.

J.B. vitimiza-se, tenta arrastar outros nesse desígnio, teatraliza frente ao público, impondo-se, em parte devido ao lugar que ocupa na estrutura de poder da Arqueologia nacional, acreditando que defende os arqueólogos, a Arqueologia e o Património. Trata-se de comportamento manipulador bem conhecido, sobretudo haurido na “luta de classes”, para muitos hoje lixo ideológico, recorrendo a ofensivas inverdades e a deturpações, diabolizando aqueles que com ela não comungam das mesmas ideias, em vez de considerar legítimo o sereno debate académico de evidências e propostas. No meio burguês e liberal em que fomos criados, ensinaram-nos que, mesmo discordando das ideias dos outros, devíamos de lhes dar a possibilidade de se fazerem ouvir, como também manda a democracia em que vivemos. Tal não ocorreu no III Encontro de Arqueologia de Lisboa (2021) ou na Mesa Redonda do Centro de História e Centro de Arqueologia da UL (2022), pois J.B. e os restantes organizadores não quiseram ouvir os nossos argumentos, dado liminarmente contraditarem os seus.

3 – J.B.¹⁰ permite-se apreciar, expressar avaliações e juízos de carácter sobre as

⁹ HODDER, Ian – *Reading the Past. Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

¹⁰ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 465.

nossas pessoas. É neste contexto que, apesar de possuidora de bem grandes “telhados de vidro”, pretende dar-nos lições de boa conduta moral ou de deontologia, ao acusar-nos de publicarmos peças gráficas e fotografias ou informações inéditas, o que é inteiramente falso. No nosso artigo da *Portvgalia* constam os autores de todas as imagens. Curiosamente, quem quis usar informação e desenhos inéditos de espólios procedentes da escavação que um de nós (RVG) dirigiu no Castelo de Silves foi J.B., o que conduziu a parecer do departamento jurídico da DGPC, concluindo que tal não era exequível nos termos do Código do direito de autor e dos direitos anexos (Lei nº 16/2008) e que esta questão em nada se prendia com a prioridade científica, como J.B. erradamente argumentou. Como não poderia deixar de ser, J.B. reagiu contra a legislação dos direitos de autor, pois para ela enforma reprováveis aspetos deontológicos, lamentando-se da “desdita de integrar a instituição a que pertence” (J.B. em e-mail de 19/5/2025). Todavia J.B. continua alegre e despudoradamente, a publicar a nossa documentação, sem a devida autorização, embora cite as fontes literárias de proveniência, mas o que continua a ser condenável.

4 – J.B.¹¹ acusa-nos malevolamente de usarmos informação inédita ou confidencial no nosso texto. Desde logo, tal ocorreria em relação aos pareceres assinados por colegas que desmentem a existência de vestígios de mesquita, entre as ruínas descobertas sob o lado sul do claustro da Sé de Lisboa. Ora certamente que J. B., há muito funcionária superior da tutela, então a DGPC, teve conhecimento da divulgação dos pareceres sobre tal assunto postos a circular no site daquele organismo. Eles estiveram disponíveis on-line, foram consultados por alunos nossos que, no ano letivo de 2020-2021 nos transmitiram essa informação, e os citaram para elaboração de trabalho académico no âmbito da disciplina de Arqueologia Medieval Muçulmana, na NOVA FCSH, sobre o tema “A mesquita principal (*maschid chami*)”. Não obstante, tais pareceres também nos foram facultados, sem quaisquer reservas pela DGPC, na qualidade de consultores *pro bono* para o caso da Sé. Se tais documentos não são públicos, o que duvidamos, eles foram obtidos por funcionários públicos e pagos pelos dinheiros públicos. No entanto, recordamos que não houve

¹¹ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 467.

divulgação de quaisquer informações inéditas como J.B.¹² quer fazer crer. Nós, comuns mortais, não poderíamos, mas J.B. pode, pois cita-os e até usa, como bem entende, o projeto de arquitetura, nas suas campanhas ditas em defesa do património.

Compreendemos que J.B. não tivesse gostado do golpe disruptivo que sofreu a sua defesa na existência da mesquita *aljama* no local da Sé, dado que os especialistas que assinaram tais pareceres, explicitamente não puderam reconhecer testemunhos do templo islâmico. O mesmo concluíram o ICOMOS Portugal e o Conselho Nacional de Cultura. Aliás, Santiago Macias, um dos consultores, haveria de publicamente reafirmar, em Mesa Redonda para o qual apenas foram sobretudo convidados crentes, ou possíveis futuros crentes, na existência da mesquita (Faculdade de Letras de Lisboa, 10/1/2022), o que tinha escrito, pois como investigador probo, não poderia deixar de o fazer. E o mesmo ocorreu com Paulo A. Fernandes, que também participou naquela reunião.

5 – O texto de J. B. é uma espécie de esbracejar, resultante do ficcionismo que contraria a realidade, recorda-nos série televisiva que há uns anos decorre tendo em vista descobrir o almejado “tesouro dos templários”, atente-se na Oak Island (U.S.A.), como outras que pretendem encontrar o Santo Graal ou o Big Foot. Cada folhetim é uma pequena aventura, cujos bons argumentos e imagens despertam a nossa curiosidade e atenção, mas, mesmo quando decorridos alguns anos, nunca se atingem finais felizes, ou seja, aquilo que falsos testemunhos e teorias da conspiração indiciavam a existência. No caso da mesquita *aljama* de Lisboa, após as morosas e dispendiosas escavações efetuadas, nem os pressupostos enformam o que poderíamos considerar como uma hipótese de trabalho, ou seja, não passam de “uma mão cheia de nada e a outra de coisa nenhuma”.

Depois no nosso parecer e dos de Felix Arnold (Deutsches Archäologisches Institut – Madrid, 20/10/2020), que repudia liminarmente a interpretação de restos de escada, como pertencente a minarete e critica outras ousadas interpretações, Santiago Macias (10/1/2020) também ali não descortinou vestígios de mesquita, do

¹² BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, pp. 467, 468.

ICOMOS Portugal (21/10/2020) que apenas recomendou o “estudo arqueológico e histórico das estruturas islâmicas”, ou da posição tomada pelo Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura (Ministério da Cultura) ao concluir “que não existe evidências de que tais vestígios correspondam à mesquita aljama de Lisboa”. J.B. e os seus seguidores, insistem tal dogma de religião misteriosa, embora indiretamente, na existência do templo mencionado, através da pretensa atribuição de estruturas postas a descoberto como pertencentes ao “complexo da mesquita aljama de al-Ushbuna”¹³. Todavia, continuamos a desconhecer os contextos arqueológicos e históricos, daquelas ruínas, também chamadas como do “complexo da mesquita” e que integrariam o chamado “edifício monumental”, um armazém segundo F. Arnold, pelo que tais atribuições funcionais e cronológicas continuam a constituir incógnita. Invoca-se a sua relação com a mesquita, que de facto ali não existiu, o que enforma abuso academicamente não aceitável, pois sem mesquita não há “complexo da mesquita”, por muitas bonitas palavras e conhecimentos enciclopédicos ou da IA, que queiramos reunir. Como é comum aceitar-se, “sem cronologia não existe História” e alguém nos dizia, um tanto malevolamente, que a História é uma filosofia. C. Tarot¹⁴ escreveu que o que ela, de facto, não é ou não deve ser é “*filosofia, literatura ou poesia*”, podendo nós acrescentar ficção.

A Arqueologia é uma Ciência, possuindo os seus pressupostos metodológicos, hoje suportados pela espessura das chamadas ciências exatas (física, química, matemática, informática, ...). E ela faz História, assim haja conhecimentos e bom senso.

6 – Devemos sublinhar que não é verdade que alguma vez considerássemos, oralmente ou por escrito, que as ruínas descobertas sob o claustro da Sé pudessem ser destruídas, muito menos “sem sobressalto”, conforme escreveu J.B.¹⁵. Porque é que haveríamos de ter tal comportamento, dado até as ligações afetivas que um de

¹³ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, pp. 464, 479.

¹⁴ TAROT, Camille – “La question du symbolique et la querelle du sacré”. *Questions Vives. Recherches en Éducation* 28 (2017), pp. 1-31.

¹⁵ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 464.

nós (MVG) mantêm com aquele lugar, por ali próximo ter nascido e vivido, na antiga casa de família, parte da sua infância. Aquela invenção de J.B. contraria o que ela diz de nós em email de 2021, enviado para o Centro de Arqueologia de Lisboa, onde propõe, apesar das arqueólogas da Sé não terem apresentado qualquer comunicação ao III Encontro de Arqueologia de Lisboa, que elas publiquem texto nas atas respetivas e expressivamente termina dizendo que também era nosso “objetivo” defendê-lo. Então passámos de heróis a vilões?

Em defesa da verdade, “Importa continuarmos a procurar a resposta, como estudar e conservar, verdadeiramente, as ruínas e os espólios descobertos sob o claustro da Sé de Lisboa”¹⁶, foi o que deixámos escrito ao terminarmos o artigo que despertou tantas inverdades de J.B.

É bem conhecido o nosso *curriculum* na área da defesa do património histórico-arqueológico e artístico. Recordamos que para além de centenas de textos publicados, que dão a conhecer, estudam e valorizam aquele, identificámos e estudámos o que são hoje dois Monumentos Nacionais, e até islâmicos, o Poço-Cisterna de Silves e o *Ribāt* da Arrifana, onde exumámos ruínas de nove pequenas mesquitas. Um de nós (MVG) foi co-responsável pelos levantamentos e estudos do Complexo Rupestre do Côa-Douro, trabalho que conduziu ao seu reconhecimento como Património da Humanidade, tendo participado, como perito indicado pelo ICOMOS, em idêntica classificação de sítios arqueológicos da Geórgia e Arménia, na então URSS. Também é autor de dezenas de processos que conduziram à classificação oficial de arqueossítios em Portugal, Espanha, França, Itália e Suécia. Foi nomeado, como perito em questões de património cultural, para representar, junto da Comissão Europeia, o Ministério da Cultura no Programa Cultura 2000.

Como arquiteto e arqueólogo desenhou vários museus e exposições com temática arqueológica, musealizou e reabilitou diversos sítios arqueológicos. Alguns destes trabalhos foram premiados pelo Ministério da Cultura (1992), Associação dos Arqueólogos Portugueses (2003), Associação Portuguesa de Museologia (2020), e associações locais de defesa do património, entre outros.

A atoarda de J. B. é do tipo da existente na propaganda de contextos autoritários,

¹⁶ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 78.

tendo como objetivo o ataque pessoal, ao carácter de alguém, tentando a sua descredibilização social, repetindo-se a mentira até que esta se “torne” verdade, pelo menos para os pouco atentos.

7 – Presos por termos cão e presos por não o termos ou o círculo kafkiano. J.B. não gosta do contraditório ou simplesmente que a contrariem, talvez por ter tardiamente descoberto que não havia Pai Natal, pelo que, no nosso texto, caso não citássemos as fontes tal seria imperdoável, anticientífico, deontologicamente reprovável, mas citar “artigos de opinião” é para ela igualmente “incorreto, desrespeitoso e abusivo”¹⁷. É assim porque não lhe convém que indiquemos os disparates que ela própria tem cometido e com que tem inspirado outros. Defendemos que se alguém opina deve ser responsabilizado por aquilo que diz ou escreve. Aliás J.B.¹⁸ lavra na incongruência de defender que “Ciência é ciência; defesa do Património é, pois claro, defesa do Património”. Ora nada nos parece menos claro que esta dicotomia, talvez arranjada para redenção de alguns *pecadillos* da autora, pois aquelas duas coisas encontram-se tão unidas uma à outra que sem a primeira não pode existir a segunda. O mesmo seria aceitar que alguns de nós tivéssemos dois ou mais chapéus, originando equívocos. A título de exemplo, alguém enquanto ministro não pode ter negócios e ser outra coisa que ministro, pois como por aí se berra, existem conflitos de interesse. Também um funcionário público não deixa de o ser por estar na praia, ser sindicalista, encontrar-se de baixa por doença, ou encabeçar uma manifestação, por muito boa-fé que exista. Não deve haver dois discursos, um tido como rigoroso, para intelectuais, e o outro para as massas, onde se lhes oferece informação errada e os ludibria. Conhecemos este modelo em organizações políticas assumidamente classicistas, onde os intelectuais não devem “contaminar” os trabalhadores. Tire o leitor as conclusões.

8 – J.B.¹⁹ escreveu a nosso respeito: “(...) consideram o fenómeno da reversibilidade

¹⁷ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 469.

¹⁸ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 465.

¹⁹ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, pp. 469, 470.

dos espaços sagrados um preconceito da comunidade científica, histórica e arqueológica, em geral”. Dado que nunca expressámos tal opinião, estranhámos esta acusação, pelo que contradiz o que escrevemos em várias frases²⁰. É nosso desejo afirmarmos que nada temos a dizer sobre tal posicionamento teórico, que as biografias de muitos sítios, e até de artefactos, suportam. Todavia, para tal fenómeno, temos usado outros termos, que nos parecem mais adequados (pois reversível é o que volta ao primeiro estado, não sendo o que se querará dizer), como continuidade do sagrado ou reconversão. As longas diacronias, ligadas à presença de testemunhos das atividades sócio religiosas, foram já por nós identificadas e argumentadas, em sítios como os grandes complexos de arte rupestre em que trabalhámos ou em sítios como a gruta e santuário exterior do Escoural, cromeleques dos Almendres, Portela de Mogos e Xarez, menires do Algarve, ou locais como o Castelo de Silves e outros, sendo recorrentes e existindo vasta bibliografia sobre o assunto. Uma vez mais J.B. erra nos pressupostos, tentando desacreditizar quem possui reconhecimento e *curriculum* como ela nunca virá a ter, perdoe-nos o leitor este assumir de arrogância.

9 – J.B. ocorre em contradição do que diz, como em muitos outros aspetos da sua narrativa, nomeadamente quando insiste na presença da mesquita *aljama* de Lisboa, no espaço onde foi erguida a Sé. Ora vejamos, é escrito, na verdade como hipótese: “O edifício da mesquita terá funcionado, possivelmente durante décadas, como Catedral de Lisboa (o que o cruzado corrobora), enquanto o templo cristão estava a ser construído”²¹. Com os conhecimentos que sabemos existirem à época (séculos XII-XIII) era impossível edificar a Sé sobre uma mesquita em pleno funcionamento, e já então sede episcopal. Mas aquele raciocínio verdadeiramente inverosímil continua: “O restante complexo edificado (deduz-se que relacionado com a mesquita), a oriente do oratório, permaneceu em uso nos séculos XII e XIII, nomeadamente como estaleiro, até à construção do claustro (...)”²². Mas então a mesquita, oratório (*mirhāb*) incluído, ficou ou não sob a Sé? Foi ou não destruída? Onde residiu a sede episcopal? Afirmamos que entre a cabeceira da Sé e as ruínas

²⁰ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita *aljama* de Lisboa?”, pp. 62, 66, 68.

²¹ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 479.

²² BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 479.

postas a descoberto recentemente não existe qualquer ligação ou testemunho que nos faça pensar em átrio de mesquita ou “complexo da mesquita”.

10 – Outra interpretação abusiva e maliciosa, que J.B.²³ nos atribui, tem a ver com uma pretensa localização da mesquita *aljama* na alcáçova o que não é, de todo, verdade. Aquela escreveu: “Consideram que a mesquita aljama de al-Ushbuna não se localizava no espaço onde foi erigida a Sé, mas sim na alcáçova”. O que dizemos, de facto, é que não existem vestígios materiais do templo islâmico na zona anexa à Sé nem, repetimos, quaisquer outros testemunhos que ali o coloquem. Aliás a citação na mesma página que J.B.²⁴ faz é contrária à sua própria conclusão e que ela atribui à nossa autoria. Ali se diz que não pretendemos colocar hipóteses sobre a localização da mesquita *aljama*²⁵. Um de nós (RVG) escreveu em, 2013²⁶, sobre tal problemática: “A localização daquele edifício religioso seria mais lógica caso ocupasse área onde hoje se ergue a Igreja de Santa Cruz, quase à mesma cota da alcáçova muçulmana”, aspeto já aflorado no século XVII por António Coelho Gasco e depois por outros.

Uma vez mais sublinhamos que o nosso texto é explícito no propósito de não colocar hipóteses sobre a localização da mesquita *aljama* de Lisboa, embora mencione onde tais edificações geralmente foram erguidas. Ele apenas procura, e não é pouco, afirmar que aquele templo não era no local onde hoje se ergue a Sé, tese acerrimamente defendida por J.B. e fiéis seguidores. A reflexão que procurámos elaborar e as conclusões julgadas legítimas a que chegámos, conduziu-nos a reconhecer as possíveis origens e tentar desconstruir um verdadeiro “mito urbano”, consequência do seguidismo irrefletido que muitos abraçaram. Consideramos que este constitui parte de um mal endémico português, a aversão às novidades ou, sobretudo, à racionalidade, mas também à Arqueologia que é praticada entre nós, que vai pouco além do patamar descritivo, embora existam exceções. Afinal a Arqueologia não serve, sobretudo, para pensarmos, como diria C. Lévi-Strauss²⁷.

²³ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 470.

²⁴ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 470, nota 14.

²⁵ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 63.

²⁶ GOMES, Rosa Varela – *Arquitecturas – Testemunhos Islâmicos em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Aga Khan Trust For Culture, 2013, p. 35.

²⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude – *Totemism*. Londres: Merlin Press, 1962, p. 89.

Lamentamos que arqueossítio indiscutivelmente importante nunca venha a possuir o estudo monográfico, ou *in extenso*, que merece, tal como ocorreu com os resultados das escavações no Castelo de S. Jorge, dirigidas pelas mesmas arqueólogas que investigam grande parte do claustro da Sé.

J.B. utilizou a liberdade de expressão como uma licença para difamar, porque recorrentemente faltando à verdade, enveredou pelo ataque gratuito, ofensivo e difamatório da credibilidade, reputação e direito ao bom nome dos signatários, mas cujos argumentos julgamos ter agora rebatido, “com boa-fé e com honestidade”, como ela própria tanto gosta, infelizmente, de classificar o que diz e escreve²⁸.

Esperamos que o presente texto seja esclarecedor e ajude ao debate, construtivo e alargado, sobre as diferentes problemáticas que envolvem a existência da mesquita *aljama* de Lisboa.

“Qué esfuerzo del caballo para ser perro!”²⁹

²⁸ BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral”, p. 464.

²⁹ GARCÍA LORCA, Federico– *Romanceiro Gitano*. Barcelona: Editorial Optima, 1999.

Bibliografia

BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral, percurso por um lugar central em Lisboa”. *Medievalista* 37 (Janeiro-Junho 2025), pp. 459-491.

GARCIA LORCA, Federico García – *Romanceiro Gitano*. Barcelona: Editorial Optima, 1999.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”. In FONTES, J.L.I; OLIVEIRA, L.F.; TENTE, C.; FARELO, C.; MARTINS, M.G. (Coord.) – *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, 2016, pp. 113-128.

GOMES, Rosa Varela – *Arquitecturas – Testemunhos Islâmicos em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Aga Khan Trust For Culture, 2013.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da construção de um mito urbano aos equívocos da Arqueologia”. *Portvgalia*, Nova Série, 45 (2024), pp. 61-87.

HODDER, Ian – *Reading the Past. Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude – *Totemism*. Londres: Merlin Press, 1962.

RAPOSO, Jorge – “As desventuras da mesquita almorávida de Lisboa”. *al-Madan*, 2ª série, 23 (2020), p. 6.

TAROT, Camille – “La question du symbolique et la querelle du sacré”. *Questions Vives. Recherches en Éducation* 28 (2017), pp. 1-31.

Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes
Oeiras, 24/11/2025

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela, – “DIREITO DE RESPOSTA: Ainda a Mesquita Aljama e a Sé Patriarcal de Lisboa. Inverdades, opiniões e matéria de facto”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 385-398. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Congresso Internacional “O mecenato da Rainha D. Leonor. Arte, poder e devoção, no V centenário da sua morte” (Lisboa – Caldas da Rainha, 27-29 de Novembro de 2025)

International Conference: “The Patronage of Queen Leonor: Art, Power and Devotion on the 500th Anniversary of Her Death” (Lisbon and Caldas da Rainha, 27–29 November 2025)

Delmira Espada Custódio (a) Maria Adelaide Miranda (b) João Luís Fontes (c) Maria Filomena Andrade (d)

(a) (b) (c) Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

(a) delmiraespada@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6393-6445>

(b) adelaide@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7581-3888>

(c) joaofontes@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7122-4357>

(d) Universidade Aberta; Universidade Católica- Centro de Estudos de História Religiosa
1269-001 Lisboa, Portugal/ 1649-023 Lisboa, Portugal

maria.andrade@uab.pt
<https://orcid.org/0000-0001-7771-8844>

Data recepção do artigo / Received for publication: 17 de Junho de 2026

DOI:



O MECENATO DA RAINHA D. LEONOR

ARTE, PODER E DEVOÇÃO
NO V CENTENÁRIO DA SUA MORTE



CONGRESSO INTERNACIONAL

27 > 29 NOV 2025

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, LISBOA
CASA ÁSIA - COLEÇÃO FRANCISCO CAPELO, LISBOA
CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DAS CALDAS DA RAINHA



ORGANIZAÇÃO



APÓIO INSTITUCIONAL



Financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., em âmbito do Financiamento Plurianível do Instituto de Estudos Medievais - Referência: UIDB/04025/2025 e do projeto UIDB/04025/2025, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

*"Esta capela mādou fazer
a muito alta he escrarecida he elustrissima rainha dona lianor
molher do muito alto he potetissimo rei dom Joham ho segundo
he se aquabou na era de mil b."*

(Porta da sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo).

Nos 500 anos da morte da Rainha Dona Leonor (1458-1525), procurou-se explorar e abrir novos caminhos a uma das facetas pouco investigadas da personalidade de D. Leonor, a sua acção como mecenas, área em que desempenhou um papel fundamental em termos culturais e artísticos, em estreita relação com a promoção de formas renovadas e mais austeras de vida religiosa. Mulher poderosa, culta e devota, mas também, e por isso, uma activa mecenas na fundação de casas religiosas, na encomenda artística, na aquisição de livros iluminados e no patrocínio de edições impressas. O Congresso Internacional - O Mecenato da rainha D. Leonor. Arte, poder e devoção no V centenário da sua morte -, levado a cabo pelo Instituto de Estudos Medievais (IEM – NOVA FCSH) e pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica (UCP-CEHR), em colaboração com diversas entidades (Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Museu José Malhoa, Arquivo Histórico do Hospital Termal das Caldas da Rainha, Património Histórico das Caldas da Rainha, Liga dos Amigos do Museu José Malhoa, Museu do Hospital e das Caldas e Museu da Cerâmica), decorreu nos dias 27, 28 e 29 de Novembro de 2025, com a coordenação dos investigadores Delmira Espada Custódio, João Luís Fontes, Maria Adelaide Miranda e Filomena Andrade, e pretendeu explorar e dar a conhecer esta dimensão da rainha. Além do contributo dos conferencistas, nacionais e estrangeiros, que participaram no evento, pretendeu-se promover o conhecimento do património associado ao mecenato de D. Leonor, não só junto da comunidade científica, mas também, levá-lo a públicos mais vastos, através de visitas guiadas, exposições temáticas e da acreditação do Congresso para efeitos de formação de professores. O próprio Congresso ocorreu em locais diferentes, promovendo o contacto com os espaços que mais directamente se relacionaram com o patrocínio cultural e religioso da rainha.

Os dois primeiros dias distribuíram-se por espaços da capital, a Biblioteca Nacional de Portugal, onde se conserva uma boa parte dos livros da rainha, e a Casa Ásia - Colecção Francisco Capelo, disponibilizada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que pela sua ligação à rainha acolheu com entusiasmo esta iniciativa do Instituto de Estudos Medievais. O último dia e o encerramento do Congresso, como não podia deixar de ser, tiveram lugar nas Caldas da Rainha, no Centro Cultural e de Congressos da cidade, onde contámos, desde o primeiro momento, com o apoio incondicional das várias instituições que constituem a rede cultural da cidade.

A programação do Congresso, estruturada em cinco grandes domínios - Leonor de Lencastre, rainha e mulher; Leonor de Lencastre, cultura e devoção; Leonor de Lencastre, do amor às artes ao amor aos livros; Leonor de Lencastre, espaços de poder; e Leonor de Lencastre, medievalismos – procurou dar um enquadramento histórico-artístico à acção mecenática da rainha nos diferentes domínios da criação artística, assim como dar lugar aos investigadores que estudam como se projecta a sua imagem na contemporaneidade e como essa imagem é aproveitada cultural e ideologicamente.

De salientar, ainda, a importância que foi dada aos momentos culturais e às visitas guiadas, nas Caldas da Rainha, onde, no dia 29, puderam os participantes assistir a um momento musical da *Jogralesca*, grupo caldense que encerrou o Congresso com um repertório de músicas de época, e tomar contacto directo com um conjunto de obras que de alguma forma estiveram ligadas ao mecenato da rainha, através das visitas à Igreja do Pópulo por José Custódio Vieira da Silva, ao Complexo Termal, Museu e Arquivo Histórico por Dora Mendes, e ao Museu José Malhoa por Nicole Costa.

O Congresso foi bastante participado (cerca de 100 pessoas, entre comunicantes e assistência) e decorreu num ambiente de grande abertura e diálogo. Foi bem acolhido pela comunidade científica e pelo público em geral, estando já previstas novas colaborações com as entidades parceiras, nomeadamente, a curto prazo, a edição de um livro que reunirá os textos apresentados pelos conferencistas e outros autores que deram o seu contributo para as comemorações do V centenário da morte da Rainha Perfeitíssima.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CUSTÓDIO, Delmira Espada; MIRANDA, Maria Adelaide; FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena – “Congresso Internacional “O mecenato da Rainha D. Leonor. Arte, Poder e Devoção, no V centenário da sua morte” (Lisboa – Caldas da Rainha, 27-29 de Novembro de 2025)”. *Medievalista* 40 (Julho – Dezembro 2026), pp. 399-403. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

